



XXXXXXXXXXXX

MEMÓRIAS PARA
SERVIR À HISTÓRIA DO
REINO DO BRASIL

Padre Perereca

EDIÇÕES DO
SENADO FEDERAL

Volume 180





Quadro de Armando Martins Viana (*Rio de Janeiro, 1897 – †Rio de Janeiro, 1991),
pertencente à Prefeitura do Distrito Federal

.....

MEMÓRIAS PARA SERVIR
À HISTÓRIA DO REINO DO BRASIL



Mesa Diretora

Biênio 2013/2014

Senador Renan Calheiros
Presidente

Senador Jorge Viana
1º Vice-Presidente

Senador Romero Jucá
2º Vice-Presidente

Senador Flexa Ribeiro
1º Secretário

Senadora Ângela Portela
2ª Secretária

Senador Ciro Nogueira
3º Secretário

Senador João Vicente Claudino
4º Secretário

Suplentes de Secretário

Senador Magno Malta
Senador Jayme Campos

Senador João Durval
Senador Casildo Maldaner

Conselho Editorial

Senador José Sarney
Presidente

Joaquim Campelo Marques
Vice-Presidente

Conselheiros

Carlos Henrique Cardim

Carlyle Coutinho Madruga

Raimundo Pontes Cunha Neto

.....
Edições do Senado Federal – Vol. 180

MEMÓRIAS PARA SERVIR À HISTÓRIA DO REINO DO BRASIL

DIVIDIDAS EM TRÊS ÉPOCAS
DA FELICIDADE, HONRA, E GLÓRIA;
ESCRITAS NA CORTE DO RIO DE JANEIRO
NO ANO DE 1821

Luís Gonçalves dos Santos
(Padre Perereca)

Prefácio e anotações de
Noronha Santos



Brasília – 2013

EDIÇÕES DO
SENADO FEDERAL

Vol. 180

O Conselho Editorial do Senado Federal, criado pela Mesa Diretora em 31 de janeiro de 1997, buscará editar, sempre, obras de valor histórico e cultural e de importância relevante para a compreensão da história política, econômica e social do Brasil e reflexão sobre os destinos do país.

Projeto gráfico: Achilles Milan Neto

© Senado Federal, 2013

Congresso Nacional

Praça dos Três Poderes s/nº – CEP 70165-900 – DF

CEDIT@senado.gov.br

[Http://www.senado.gov.br/web/conselho/conselho.htm](http://www.senado.gov.br/web/conselho/conselho.htm)

Todos os direitos reservados

ISBN: 978-85-7018-454-2

.....

Santos, Luiz Gonçalves dos, 1767-1844.

Memórias para servir à história do reino do Brasil : divididas em três épocas da felicidade, honra, e glória : escritas na corte do Rio de Janeiro no ano de 1821 / Luís Gonçalves dos Santos. – Brasília : Senado Federal, Conselho Editorial, 2013.

562 p. : il. – (Edições Senado Federal ; v. 180)

1. Período Joanino, (1808-1821) Brasil. 2. Brasil, história, fontes, Século XIX. I. Título. II. Série.

CDD 981.03

.....

MEMORIAS
PARA SERVIR A' HISTORIA
DO REINO DO BRAZIL,
DIVIDIDAS EM TRES EPOCAS

DA
FELICIDADE, HONRA, E GLORIA;
ESCRITAS NA CORTE DO RIO DE JANEIRO

NO ANNO DE 1821,

E OFFERECIDAS

A S. MAGESTADE ELREI NOSSO SENHOR

O SENHOR

D. JOÃO VI.

PELO P. LUIZ GONÇALVES DOS SANCTOS.

~~~~~  
*TOMO I.*  
~~~~~



L I S B O A,
NA IMPRESSÃO REGIA. ANNO 1825.

~~~~~  
*Com Licença da Mesa do Desembargo do Paço.*

**V** SENHOR.  
OSSA MAGESTADE, vindo para o Brazil, com a Sua Real Presença fez a Felicidade; Governando-o de perto tem promovido a Prosperidade; Elevando-o á graduação de Reino assellou a Honra; e com a Sua Faustissima Acclamação completou a Gloria deste afortunado Paiz: taes são, SENHOR, os principaes assumptos destas Memorias, que reverente offereço a V. MAGESTADE.

As flores, de que se compõe este ramalhête são todas da propriedade de V. MAGESTADE; por



quanto forão colhidas no Jardim do seu Paternal Governo nesta parte do Novo Mundo: eu sómente as arranjei, e liguei, se não com fios de preciosas pérolas, e tranças de fino ouro, certamente com prizões de amor, reverencia, e fidelidade; pois que, apezar da minha linguagem rude, e pouco ornada, o coração, e o affecto he de verdadeiro Portuguez, sempre submisso, e leal á Sagrada Pessoa de V. MAGESTADE, como

O mais humilde e fiel vassallo

.....

## *Sumário*

NOTA INTRODUTÓRIA  
por Noronha Santos  
*Pág. 13*

Introdução às *Memórias para  
servir à História do Brasil*  
*Pág. 33*

Notas  
*Pág. 73*

Anotações de Noronha Santos  
à introdução das *Mémoires*  
*Pág. 81*

ÉPOCA I  
PRIMEIRA PARTE  
Felicidade do Brasil  
*Pág. 283*

ÉPOCA I  
SEGUNDA PARTE  
*Pág. 325*

Ano de 1809  
*Pág. 385*

Ano de 1810  
*Pág. 406*

Ano de 1811

*Pág. 446*

Ano de 1812

*Pág. 480*

Ano de 1813

*Pág. 498*

Ano de 1814

*Pág. 516*

Ano de 1815

*Pág. 530*

.....

## *Nota introdutória*

NORONHA SANTOS

**A**S MEMÓRIAS PARA SERVIR À HISTÓRIA DO REINO DO BRASIL *constituem valioso acervo sobre homens e cousas do governo do príncipe regente Dom João e do seu reinado em terras brasileiras*<sup>1</sup>.

*Com exemplar paciência registrou Luís Gonçalves dos Santos tudo quanto ia ocorrendo sob a governança do monarca bragançino. Nada escapou à tarefa do esmerilhador acerca da família real portuguesa e da fidalguia transmigrada de Lisboa. Tudo ele o fez, minuciosamente, em tom apologético e, por vezes,louvaminheiro.*

*É, sem dúvida, a fonte mais proveitosa e farta que se conhece no tocante às cousas públicas do Brasil nos dois primeiros decênios do século XIX – servindo com seus pormenores exaustivos, aos*

---

1 Os originais das “Memórias” traçadas pelo próprio punho de Luís Gonçalves dos Santos, em cursivo caprichoso, pertencem às coleções de manuscritos do Instituto Histórico Brasileiro. Estão enfeixados em livro brochado, figurando no catálogo da douda instituição.

*estudiosos da história pátria e, notadamente, à crônica da cidade do Rio de Janeiro.*

*Abertos os portos brasileiros ao comércio de todas as nações amigas da realeza lusitana – graças à interferência do ilustrado José da Silva Lisboa<sup>2</sup> e a sugestão da diplomacia britânica, inaugurou-se, desde logo, uma das fases mais felizes do governo do Príncipe Regente.*

*Foi um tempo de solenidades faustosas, de frequentes cerimônias religiosas, de procissões votivas, touradas, cavalgadas e encamisadas, com o pitoresco dos costumes – em dias de gala, de aniversários e batizados de pessoas reais ou de fidalgos concorrendo o povo a esses divertimentos, que se revestiam de pompa até então desconhecida.*

*Sem o livro do padre Luís Gonçalves dos Santos, ficaríamos privados de conhecer um dos aspectos mais característicos daquela época.*

*De envolta com o esplendor da corte transmigrada, criou-se um aparelho de administração para a vadiagem já bem remunerada. Com os “vícios e abusos” – na frase de Varnhagen, – transplantou-se ao Brasil o regime de sinecuras para os filhos da metrópole, galardoando-se com bons empregos a chusma de fidalgotes que haviam emigrado.*

*Não obstante os malefícios, privilégios e “aposentadorias” vexatórias, a trasladação da corte foi o primeiro passo a alicerçar a emancipação política do povo brasileiro. E desde o ano de 1808, a alma popular pressentiu que nova ordem de cousas se desvendara à*

---

2 José da Silva Lisboa (Visconde de Ceará), filho de Henrique da Silva Lisboa, nasceu na Bahia, a 16 de julho de 1756. Formou-se pela Universidade de Coimbra em 1779. Foi deputado à constituinte imperial e senador pela Bahia, escolhido pelo primeiro imperador a 22 de janeiro de 1826. Faleceu no Rio de Janeiro a 20 de agosto de 1835.

*vida da antiga colônia. Nas festas e cerimônias ruidosas daqueles dias, pairava no espírito de todos uma esperança de renovação, aguardando o advento de novos ideais. Rematavam quase sempre os brasileiros os gestos de entusiasmo com vivas ao imperador do Brasil.*

*Em sua opulenta História Geral do Brasil, descrevendo Varnhagen os festejos de 1808, no Largo do Paço, cita-nos o dístico que se lia numa das arcadas ali levantadas, como desafio formal do espírito nacional ao sistema colonizador:*

*A América, feliz, tem em seu seio  
Do novo Império o fundador sublime!*

*As próprias Memórias, de Luís Gonçalves dos Santos – escritos “para servir à história do Reino do Brasil” refletem, como bem indica o seu título, aqueles sentimentos de brasilidade, que alvoroçavam os patriotas.*

*Abrangendo variados e complexos assuntos – políticos, administrativos, econômicos, militares, eclesiásticos, comerciais e industriais – a obra do presbítero da irmandade de D. Pedro contém índices explicativos que orientam suficientemente o leitor, dando-lhe o mais exato e minudente informe do Brasil de 1808 a 1821.*

*Essa ou aquela achega biográfica, posterior ao ano da partida do Rei D. João VI para a metrópole, poderia ser acrescentada, à guisa de anotação, com referência a umas tantas figuras da fidalguia. Isto importaria em aumento considerável da composição tipográfica, que se estenderia por muitas páginas, excedentes, talvez, duas ou mais vezes às da edição primitiva.*

*Limitamo-nos a anotar o capítulo das Memórias, relativo aos logradouros públicos da cidade do Rio de Janeiro, no período de 1808 a 1821 e sua evolução através dos anos.*

*Completam a minuciosa obra do cronista joanino, além de outros, os trabalhos de contemporâneos, testemunhas presenciais dos acontecimentos dos dois primeiros decênios do século passado.*

*Na Viagem Pitoresca e Histórica ao Brasil, de Jean-Baptiste Debret, publicada em Paris em 1839 e reeditada pela Livraria Martins, de São Paulo, em 1940<sup>3</sup>, deixou-nos o grande pintor da Missão Francesa de 1816, curiosos flagrantes de usos e costumes e uma infinidade de estudos, esboços e quadros históricos sobre a vida brasileira em geral e particularmente a respeito da cidade do Rio de Janeiro.*

*Rugendas – João Maurício Rugendas, com a sua Viagem Pitoresca através do Brasil, publicada em 1835, oferece-nos apreciáveis subsídios em torno de costumes, ao alvorecer do Século das Luzes<sup>4</sup>.*

*John Luccock, comerciante e viajante inglês, aqui chegado em meados de 1808, nas Notas sobre o Rio de Janeiro e partes meridionais do Brasil, espelha com clareza e precisão o panorama social brasileiro, as usanças das diferentes classes e os progressos do Rio, que proporcionaram a criação de novos bairros, nos quais se levantaram aprazíveis moradas no interior de chácaras<sup>5</sup>.*

*Dando-nos preciosos elementos para o balanço da situação econômica durante o governo de D. João, a Memória dos Benefícios Políticos do governo de el-Rei o Senhor D. João VI, de*

---

3 IV vol. da Biblioteca Histórica Brasileira – sob a direção de Rubens Borba de Moraes. – Tradução e notas de Sérgio Milliet da Costa e Silva – 2 tomos.

4 I vol. da coleção da Bibl. Hist. Bras. – Incumbiu-se, também, da tradução, Sérgio Milliet – Edição de 1940.

5 X vol. da série da Bibl. Hist. Bras. – Tradução de Milton da Silva Rodrigues – Edição de 1942.

*José da Silva Lisboa*<sup>6</sup>, retraça com vigor o quadro das finanças e do regime tributário ao tempo do rei-velho.

*Outro depoimento, de interesse todo especial, é o que se esconde através da correspondência de Luís Joaquim dos Santos Marrocos, de 1811 a 1821. Pinta-nos a sociedade daquele tempo, com os costumeiros defeitos e as raríssimas virtudes da fidalguia enfatuada, que vivia no Rio de antanho*<sup>7</sup>.

*As obras de Augusto de Saint-Hilaire – as suas viagens às Províncias do Rio de Janeiro, Minas Gerais, São Paulo, Cisplatina e Missões do Paraguai, reconstituem cenários e estudam o solo, com a sua riqueza mineralógica, a flora, a fauna e os inúmeros aspectos do hinterland.*

*Da mesma sorte os recentes estudos de Afonso Taunay – abundantes e opulentos de informações a obra de Oliveira Lima (Dom João VI no Brasil), em dois alentados volumes; as contribuições de Pires de Almeida<sup>8</sup>, de Henrique Cândio<sup>9</sup>, de Luís Edmundo<sup>10</sup>, de Luís Norton<sup>11</sup>, de Araújo Guimarães<sup>12</sup>, de Pandiá Herman de Tantphoeus Castelo Branco<sup>13</sup> e de Vieira Fazenda<sup>14</sup> – para só nos referirmos aos sucessos ocorridos na série da nova corte lusitana – todos esses trabalhos representam uma riqueza biobibliográfica a*

---

6 Trabalho publicado em 1818 e reimpresso em 1940 pelo Arquivo Nacional – com prefácio e comentários do Dr. Eugênio Vilhena de Moraes, diretor daquela repartição federal.

7 Cartas enviadas a Lisboa: Anais da Bibl. Nac. – vol. LVI – com eruditos comentários de Rodolfo Garcia.

8 *D. João VI – Elogio Histórico.*

9 *D. João VI.*

10 *A Corte de D. João no Rio de Janeiro – 3 vols.*

11 *A Corte de Portugal no Brasil.*

12 *A Corte no Brasil.*

13 *A Corte Portuguesa no Brasil.*

14 *Antiquilhas e Memórias do Rio de Janeiro.*



*explorar para um estudo mais completo daqueles treze anos de permanência de D. João VI no Brasil.*

*D. João – um medíocre – foi, contudo, um predestinado.*

*Assim o retrata Euclides da Cunha. “Alma ingênua, ornada de uma pracabilidade burguesa, abatido ao demais pelas desordens de um lar infeliz, entristecido pela figura da velha rainha D. Maria I, que enlouquecera – a inércia foi-lhe atributo preeminente: permitiu que lhe agisse intacta, sobre o ânimo, a vontade de alguns homens superiores que o rodeavam.*

*“Revelam-no todos os fatos subsecutivos a sua chegada à Bahia, em 22 de janeiro de 1808”<sup>15</sup>.*

*No conceito de Oliveira Lima, o príncipe bragantino não foi um impulsivo e nem mártir.*

*“Foi um fraco – e por isso o ridículo ainda hoje o persegue, até nas suas predileções gastronômicas.”*

\* \* \*

*Luís Gonçalves dos Santos, filho de José Gonçalves dos Santos, natural do Porto, e de Rosa Maria de Jesus, brasileira, do Rio de Janeiro, nasceu na cidade de São Sebastião a 25 de abril de 1767. Batizou-se a 6 de maio deste ano na igreja de N. S. do Rosário e S. Benedito, então catedral do bispado – como se verifica do Livro 11º de batismos de pessoas livres, existentes no arquivo da Câmara Eclesiástica.*

*Seu progenitor exercia o ofício de ourives de prata, distinguindo-se também como ensaiador de peças de ouro. Em 1781, manteve acirrada demanda com os vendedores de peças de ouro e prata lavrada.*

---

<sup>15</sup> *Da Independência à República – À margem da História.*

*Arruinou-se na profissão e retirou-se, cheio de dissabores, para pequena situação agrícola em Suruí, no recôncavo da capitania do Rio.*

*Aos sete anos de idade matriculou-se Luís Gonçalves dos Santos na escola de primeiras letras do mestre José Pinto – e “tão rápidos foram seus progressos nos estudos – diz-nos o cônego Fernandes Pinheiro<sup>16</sup>, que, ao cabo de cinco anos, dava-lhe o austero e escrupuloso professor Jorge Furtado de Mendonça<sup>17</sup>, valioso atestado para passar a estudos superiores”.*

*Em 1782 matriculou-se no curso de filosofia, que professava no convento de Santo Antônio o erudito padre-mestre frei Antônio de Santa Úrsula Rodovalho<sup>18</sup>, cujas aulas frequentou durante três anos, consagrando mais um ao estudo de teologia dogmática.*

*Ainda não completara dezenove anos, quando se alistou entre os discípulos do professor de grego João Marques Pinto<sup>19</sup>, sendo dos mais assíduos alunos às aulas, apesar do estado de saúde precário. Tanta paixão revelou Luís Gonçalves dos Santos pela língua de Homero, que, antes de três anos, pôde ler correntemente as obras dos padres da igreja grega. Traduziu, com aplauso de seu mestre e admiração dos colegas, as orações de Esquinos e Demóstenes.*

---

16 “Estudo Biográfico” – pelo cônego Dr. Joaquim Caetano Fernandes Pinheiro (*Rev. do Inst. Hist. Bras.* – tomo XXV (1862) – pág. 163.

17 Professor de aula régia e antigo morador da Rua do Sabão – como se vê do Almanaque da Cidade do Rio de Janeiro para 1792 *Anais da Bibl. Nac* – vol. LIX – pág. 277.

18 Religioso do convento de São Francisco, era São Paulo, e notável pregador. Faleceu no Rio de Janeiro a 2 de dezembro de 1817.

19 Funcionava a escola na Rua do Rosário. Com Manuel Inácio da Silva Alvarenga, dirigiu, em 1787, uma carta a Rainha D. Maria I acerca dos estudos régios na cidade do Rio de Janeiro: *Rev. do Inst. Hist.* – tomo LXV pág. 216.

*Marques Pinto dizia que jamais sentira tanta satisfação no magistério, qual a de verificar o aproveitamento e a inteligência do jovem Luís Gonçalves.*

*Aluno da aula de retórica, poética e geografia de Manuel Inácio da Silva Alvarenga<sup>20</sup>, confiou-lhe por vezes o mestre a tarefa de expor as doutrinas de Quintiliano.*

*Em 1789 frequentou o curso de filosofia racional e moral do professor Agostinho Correia da Silva Goulão<sup>21</sup>, a quem substituiu, mais tarde, na cadeira régia.*

*Recebeu em 1794 ordens sacras, e decorridos dois anos ascendeu ao presbiterado – cantando a primeira missa no dia do Espírito Santo.*

*Sua ilustração e exemplar conduta fizeram com que o bispo diocesano D. José Joaquim Justiniano Mascarenhas Castelo Branco o escolhesse para exercer o cargo de professor do Seminário da Lapa.*

*Por morte de Manuel Felício da Rocha, foi nomeado por carta régia de 5 de junho de 1809, professor de gramática latina, empossando-se pouco depois no Senado da Câmara, como se vê do registro publicado no Arquivo do Distrito Federal (vol. 3 – pág. 42). Aposentou-se em 1825 por motivo da surdez que o impossibilitava de exercer o magistério.*

---

20 Poeta lírico e membro da Arcádia Ultramarina. Denunciado em 1794, foi preso por ordem do vice-rei conde de Resende e posto a ferros na fortaleza da Conceição. Faleceu a 1º de novembro de 1814. Além da biografia escrita pelo cônego Januário da Cunha Barbosa (*Rev. do Inst. Hist.* – tomo III – pág. 338), publicou Joaquim Norberto excelente notícia sobre o poeta e sua obra.

21 Filho de Manuel Correia da Silva, nasceu em Inhomirim, e diplomou-se em filosofia pela Universidade de Coimbra em 1775. Advogado com grande clientela, foi eleito deputado à Constituinte do Império, representando a província do Rio de Janeiro. Não tomou assento na Assembléia, esclarece-nos Rio Branco, numa das anotações à *História da Independência*, de Varnhagen.

*Cônego prebendado, por carta imperial de 4 de novembro de 1839 e provisão episcopal de 8, empossado a 9 do mesmo mês e ano, exerceu essas funções até o seu falecimento.*

*Nesse ano ingressou no Instituto Histórico e Geográfico, como sócio honorário.*

*Luís Gonçalves dos Santos era de baixa estatura; rosto comprido, lábios grandes, nariz grosso, testa larga e cabelos finos, branqueados pela neve dos anos.*

*De compleição franzina, muito magro, tendo olhos grandes e brilhantes, aliava a estes traços corporais uma voz fina e estridente, de forma a torná-lo à primeira vista antipático no convívio social. Por tudo isso, que exteriorizava fealdade não comum, deram-lhe a alcunha de – Perereca – pela qual foi geralmente conhecido. E com esse qualificativo depreciável, todos o recordam em nossa época.*

*Faleceu a 1 de dezembro de 1844, às 2 horas da tarde, com 77 anos de idade, sendo sepultado no dia seguinte em catacumba da igreja de S. Pedro – para cuja irmandade entrara a 6 de maio de 1795 e onde exercera o cargo de tesoureiro dos clérigos pobres<sup>22</sup>.*

*Junto à catacumba, orou o cônego Januário da Cunha Barbosa, 1º secretário perpétuo do Instituto Histórico<sup>23</sup>, recordando a obra do historiador e do sacerdote.*

---

22 A instância do sargento-mor Alexandre Dias de Resende, seu amigo pessoal, entrou para a irmandade do Príncipe dos Apóstolos.

Dias de Resende faleceu a 9 de agosto de 1812 e foi sepultado na igreja de S. Pedro.

Com a criação dos cemitérios, destinou-se uma quadra na necrópole de S. Francisco Xavier para os irmãos daquela igreja. Do arquivo da irmandade não consta a trasladação dos restos mortais de Luís Gonçalves dos Santos.

23 *Rev. do Inst. Hist. Bras.* – tomo VI (1844) – pág. 514.

*Inclusive as Memórias para servir a história do Reino do Brasil, em dois volumes, publicou Luís Gonçalves dos Santos, os seguintes trabalhos, em sua maioria sobre assuntos religiosos:*

1) – A voz da verdade, da Santa Igreja católica, confundindo a voz da mentira de amante da humanidade, para sedativo de efervescência casamenteira, dos modernos celibataristas – *Rio de Janeiro* – 1820 – 298 págs. – in 8º.

*“É uma série de 16 cartas, contendo todos os argumentos, desde as primeiras eras do catolicismo, exibidos a favor do celibato clerical, – que o autor sustenta, com citações dos doutores da igreja e cânones dos concílios.*

*“Na opinião do cônego Fernandes Pinheiro, é a melhor obra teológica de Gonçalves dos Santos e pode ser colocada a par dos melhores escritos do padre Antônio Pereira de Figueiredo.”*

2) – A impiedade confundida ou refutada da carta de Talleyrand – escrita ao Papa Pio VII – *Rio de Janeiro* – 1820 – 323 págs. – in 8º

*Teve esta obra 2ª edição em Pernambuco (1838) – na qual se declara que o autor soubera, achando-se já muito adiantada a impressão, que a sagrada Congregação do Index, em Roma, considerara apócrifa a carta de Talleyrand.*

*O trabalho do diplomata francês foi traduzido em Pernambuco por Dâmaso L. de Sousa Monteiro.*

3) – Justa retribuição dada ao compadre de Lisboa, em desagravo dos brasileiros ofendidos por várias asserções que escreveu em sua carta, em resposta ao compadre de Belém – pelo filho do compadre do Rio de Janeiro, que a oferece e

dedica aos seus patrícios – *Rio de Janeiro* – 1821 – 30 pág. – in 4º (Tipogr. Régia).

*“É um escrito em que se relatam injúrias escritas em Portugal contra o Brasil e aprova a ignorância dos publicistas de além-mar acerca das coisas do Brasil”. (Sacramento Blake – Dicionário Bibliográfico Brasileiro). Há outra edição, correta e aumentada, de 1822, in 8º, de 32 págs. (Tipogr. Nac.)*

4) – A impostura demascarada ou resposta que o filho do compadre do Rio de Janeiro dá ao compadre do Rio S. Francisco do Norte – *Rio de Janeiro* – 1821 – 18 pág. – in 4º (*Tipogr. Nacional*).

5) – Resposta analítica a um artigo do *Português Constitucional* em defesa dos direitos do Reino do Brasil – *Rio de Janeiro* – 1821 – 29 págs. – in 4º – (*Tipogr. Nac.*).

*Publicada com o pseudônimo Fluminense.*

6) – O Campeão Português em Lisboa, derrotado por terra, a golpes da verdade e da justiça por um brasileiro, natural do Rio de Janeiro – Ofertada e dedicada aos amantes da causa do novo Império – *Rio de Janeiro* – 1822 – 93 págs. – in 4º (*Tipogr. de Torres e Costa*).

*No fim do vol. figura: – O Fluminense.*

7) – O Império do Brasil considerado em suas relações políticas e comerciais, por La Beaumelle – Novamente correta e adicionada pelo autor – Traduzida por “Um brasileiro” – *Rio de Janeiro* – 1824 – 281 págs. – in 8º (*Tipogr. de Plancher*).

*Traduzida a obra de Angliviel de La Beaumelle – “De l’Empire du Brésil, considéré sous ses rapports politi-*

*ques et commerciaux, com o auxílio de frei Francisco de S. Carlos” segundo Varnhagen (Hist. da Independência – Rev. do Inst. Hist. – tomo 73 – pág. 360).*

8) – Exame ortodoxo que convence de má fé, de erro e de cisma a análise da reforma do Ex<sup>o</sup> Revmo. Sr. Arcebispo Metropolitano da Bahia – feita pelo Dr. Manuel Joaquim do Amaral Gurgel – *Rio de Janeiro* – 1825 – 231 págs. – in 8<sup>o</sup>

*Com os comentários de Sacramento Blake (5<sup>o</sup> vol. do Dicionário Bibliográfico Brasileiro).*

9) – Antídoto Salutífero contra o *Despertador Constitucional* e exorcismo contra o mesmo – *Rio de Janeiro* – 1825 – in 8<sup>o24</sup>

*Segundo Sacramento Blake este opúsculo é de combate à Maçonaria.*

*Em 1825, publicou, ainda, com o título Antídoto Salufífero contra o Despertador Constitucional extraordinário nº 3. “A obra é constituída por sete cartas dirigidas ao autor do “folheto ímpio, revolucionário e execrável”. Acoberta-se Luís Gonçalves dos Santos sob o pseudônimo Patrício Fiel – Para beneficio da mocidade brasileira, especialmente da fluminense, – “por um seu patrício, fiel*

---

24 Pelo que escreveu em seu filho – *Antídoto Salutífero contra o “Despertador Constitucional”* – envolvendo a Maçonaria na contenda, processou-o por injúrias o brigadeiro Domingos Alves Branco Muniz Barreto, do Grande Oriente do Brasil. Gonçalves dos Santos compareceu perante a justiça e foi absolvido a 8 de maio de 1826, sendo condenado nas custas o brigadeiro Muniz Barreto. A 19 de junho de 1831, sendo tenente-general reformado e ministro do Supremo Tribunal Militar, faleceu o velho patriota da Independência, Domingos Alves Branco Muniz Barreto.

*aos deveres que lhe impõem a Religião e o Império” – Rio de Janeiro – in 8º de 151 pág. (Imprensa Nacional)*

*Tancredo Paiva cita outra edição de 1827, publicada em Lisboa (Achegas a um Dic. de Pseudônimos).*

10) – O celibato clerical e religioso defendido dos golpes da impiedade e da libertinagem dos correspondentes da Austrália – com um apêndice sobre o voto em separado do Sr. Padre Feijó – *Rio de Janeiro*. 1827 – 57 págs. – in 8º

*Em resposta, o padre Diogo Antonio Feijó escreveu:*

*“Resposta às porvoices, absurdos e impiedades e contradições do Sr. Padre Luís Gonçalves dos Santos – 1827 – in 4º (Dic. Bibl. de Sacramento Blake – 2º Volume).*

11) – Réplica católica à resposta que o reverendo Sr. Deputado Diogo Antônio Feijó deu ao livro *Celibato clerical e religioso* – *Rio de Janeiro* – 1827 – in 8º

12) – Apologia dos bens religiosos do Império do Brasil contra o plano dos usurpadores – *Rio de Janeiro* – in 8º

*Trata-se da origem dos bens monásticos, de sua propriedade, uso, etc.*

13) – Sentenário das Dores de Maria Santíssima – *Rio de Janeiro* – 1836.

*Encerra uma poesia de Elói Otoni.*

14) – Desagravo do clero e do povo católico fluminense ou refutação às mentiras de um impostor que se intitula missionário do Rio de Janeiro e enviado pela Sociedade Metodista Episcopal de New York – para civilizar e converter ao cristianismo os fluminenses – *Rio de Janeiro* – 1837 – in 8º



*O autor refere-se, evidentemente, a Daniel Parish Kidder, norte-americano que aportou no Rio de Janeiro em 1837, em missão da American Biblic Society.*

*De sua obra – Reminiscências de Viagens e Permanência no Brasil, publicou a Livraria Martins, de S. Paulo, excelente tradução para a nossa língua.*

15) – Análise do anúncio do vendedor de Bíblias – *Rio de Janeiro* – 1838 – in 8º

*É uma preleção sobre as diversas espécies de cultos e as alterações do Antigo e Novo Testamento e introduzidas por seitas heterodóxias, entre as quais cita o Antídoto Católico contra o veneno metodista pelo padre Guilherme Paulo Tilbury.*

*Tilbury era de nacionalidade inglesa e professor desta língua. Residia no Brasil em época anterior à Independência nacional. Fora um dos signatários do termo de vereança do Senado da Câmara, de 19 de outubro de 1822. Protestante e pastor da religião luterana, converteu-se à Igreja Católica, exercendo funções nas Ordens Terceiras da Boa Morte e de S. Francisco de Paula.*

*Na pág. 107 do 3º vol., do Dicionário Bibliográfico, de Blake, encontramos referências ao livro Antídoto católico contra o veneno metodista ou refutação ao segundo relatório do intitulado missionário do Rio de Janeiro.*

16) – Discurso sobre a conferência dos bispos, no qual se examina a matéria pelos princípios canônicos, etc. – pelo car-

deal D. Pedro Inguanozo Rivero – traduzido do espanhol – *Rio de Janeiro* – 1838 – XXX e 107 págs. – in 4º

*É precedido este trabalho de considerações do tradutor acerca de assuntos da Igreja brasileira e da recusa do Vaticano em confirmar bispo o padre Dr. Antônio Maria de Moura.*

17) – O católico e metodista, ou refutação das doutrinas heréticas e falsas que os intitulados missionários do Rio de Janeiro, metodistas de Nem York têm vulgarizado nesta Corte – a que se ajunta uma dissertação sobre o direito dos católicos de serem sepultados nas igrejas e seus adros – *Rio de Janeiro* – 1838 – XXVII e 203 págs. – in 8º

18) – Espírito da Bíblia ou moral universal cristã – tirada do antigo e novo testamento – escrito em italiano pelo abade A. Martini e traduzido em espanhol e acrescentado, etc. – *Rio de Janeiro* – 1840 – XX e 84 págs. – in 8º

*Há desta obra duas traduções portuguesas, além da de Gonçalves dos Santos, publicadas na Bahia em 1847, e em S. Paulo, em 1862.*

19) – A fé católica e o símbolo dos católicos – provado e explicado pelas santas escrituras do Novo e Velho Testamentos, precedido de conferências e discursos exprobratórios e de uma introdução demonstrativa – *Niterói* – 1847 – 3 tomos – XXXIV – 156, 177 e 246 págs. – in 8º

*Destinada esta obra à educação dos jovens compatriotas – diz o editor. É uma publicação póstuma.*

*O cônego Fernandes Pinheiro julga esse trabalho o mais apropriado compêndio de moral cristã.*

*No Estudo Biográfico, do cônego Dr. Joaquim Caetano Fernandes Pinheiro, publicado na Revista do Instituto Histórico, refere-se o douto sacerdote a outros escritos da lavra de Gonçalves dos Santos, uns impressos em letras de fôrma e outros inéditos, entre os quais:*

a) Novenas do Santíssimo Sacramento – *Meditações sobre os textos eucarísticos do Evangelho (tradução).*

b) Breve exercício em honra do doloroso coração de Maria Santíssima *(traduzido do italiano).*

*Teve como quer o cônego Fernandes Pinheiro, três edições no Rio de Janeiro e em Minas Gerais.*

c) Inês – *comédia – (inédita).*

d) A Congregação do Oratório na Casa do Espírito Santo *(inédito).*

\* \* \*

*Do escorço bibliográfico acima discriminado sobreleva, por todos os títulos, a obra do cronista, enfeixada nas Memórias para servir à História do Reino do Brasil.*

*No catálogo a Exposição de História do Brasil, a Biblioteca Nacional figura uma biografia do Rev.<sup>mo</sup> Mestre Luís Gonçalves dos Santos, lente de filosofia racional e moral e jubilado de gramática latina, cônego da Imperial Capela Imperial – sem data e nome do autor<sup>25</sup>.*

*Dedicado à causa da nossa independência política, o cônego Luís Gonçalves dos Santos cooperou com sua pena para a vitória*

---

25 *Anais da Biblioteca Nacional* – vol. IX – Tomo III (1881-82) – pág. 1343 – Classe XIII – Biografia – Genealogia e Heráldica – Exposto pelo Instituto Histórico.

*do 7 de Setembro. São de sua autoria artigos publicados em 1821 no Revérbero, do cônego Januário da Cunha Barbosa, pugnando por franquias liberais em favor dos brasileiros.*

*Apesar disso, não escapou de ser acusado de partidário do abosolutismo e infenso ao movimento separatista.*



.....

*Introdução às Memórias para  
servir à História do Brasil*

*Non pigebit rude, et incompata voce testimonium  
praesentium temporum composuisse.*

TÁCITO.

**H**AVENDO eu tido a felicidade de ver, o que jamais pensei, nem esperei ver na minha vida, o meu augusto soberano com a sua real família, parte da Corte, e grande número dos seus fiéis vassallos europeus, desembarcando nas praias do Brasil, e honrando a minha afortunada pátria com a sua real presença no memorável dia 8 de março de 1808, desde logo tomei a resolução de escrever umas memórias de tudo quanto pude-se testemunhar, e chegasse à minha notícia, ou pelos papéis públicos, ou por informações de pessoas verídicas, de tão extraordinário sucesso, e dos felizes resultados, que dele se deviam seguir para aumento, prosperidade, e grandeza deste Estado do Brasil, hoje a primeira monarquia do Novo Mundo; pois me persuadi, que este tão extraordinário e prodigioso sucesso da feliz vinda de Sua Majestade, o senhor D. João VI, sendo então Príncipe Regente, era um daqueles grandes efeitos da Providência Divina, pelos quais, quando lhe praz, se levantam sobre a Terra novos impérios: e

nesta persuasão ainda mais me confirmei, logo que comecei a observar a iluminada política, e liberal sistema, com que Sua Majestade principiou a abrir, e a fundar os alicerces de um grande império nesta parte da América Meridional, que forma a maior, e a mais preciosa porção da sua vasta monarquia, o que muito me animou a prosseguir na minha resolução de escrever as presentes *Memórias*, não tendo em vista outro motivo, mais do que a glória do meu augusto soberano e a honra, e felicidade do meu país. Por muito tempo hesitei se faria público este meu trabalho, por conhecer não ser desempenhado com a dignidade conveniente à grandeza do objeto; mas, observando que até agora nada tem aparecido impresso, que forme uma história seguida, e completa, referindo com exatidão fatos tão memoráveis, como estes, que deram exórdio ao Novo Reino Lusitano do Brasil, e que são tão dignos de se escrever, e levar às futuras gerações, para que fiquem sabendo estas o que aconteceu nos primeiros dias, em que raiou a felicidade dos brasileiros, e animado por algumas pessoas inteligentes, a quem comuniquei o meu trabalho, e os meus sentimentos, determinei-me, afinal, dar à luz estas *Memórias*.

Ofereço, portanto, aos meus nacionais, não a História do Brasil, cuja composição é muito superior às minhas forças, tanto físicas, como morais, e requer as penas de ouro dos Barros, Andradas, e Sousas; mas sim, umas *Memórias*, arrançadas pela ordem cronológica, a fim de facilitar aos futuros historiadores os meios de compor a história deste nascente império, achando já coligidos, e formando um só corpo, os fatos, que por ora andam dispersos, em parte desfigurados, e alheios da verdade, ou que ainda se não escreveram, por cujo motivo intitulei *Memórias para servir à História do Brasil*. Dividi-as em três épocas: na primeira – da Felicidade – narro a venturosa vinda d’el-Rei N. S. com toda a real família (sendo Príncipe Regente), para os seus estados do Brasil, e como foi recebido nesta capital da América Portuguesa pelos seus leais vassallos fluminenses, e depois passo a referir na segunda parte desta mesma época tudo o que pude saber de mais interessante dos muitos providentes, e benéficos meios, que S. M. empregou no tempo da sua regência, para prosperar, e engrandecer este ditoso país; na segunda – da Honra – menciono a elevação do Brasil à categoria de Reino-Unido aos de Portugal, e Algarves, e quanto este rasgo da mais iluminada política foi aplaudido, não só pelos brasileiros, mas

também por todas as potências da Europa; na terceira – da Glória – relato a sempre memorável, e gloriosa aclamação do augusto senhor D. João VI, primeiro soberano, que no Novo Mundo cingiu a Coroa; e os públicos testemunhos de um prazer sem igual, que o Rio de Janeiro prestou a S. M. no faostíssimo dia 6 de fevereiro de 1818. Nestas diferentes épocas refiro, segundo a ordem dos tempos, outros muitos fatos assaz dignos de memória, acontecidos nesta Corte do Brasil, como casamentos de príncipes, nascimentos, e batizados de infantes, mortes, e exéquias de pessoas reais, entre as quais tem um distinto lugar as de Sua Majestade fidelíssima e senhora D. Maria I, de saudosa memória; faço menção de muitas leis, alvarás, decretos, e ordens, que do real trono emanaram, e se expediram em benefício do Brasil; menciono os principais estabelecimentos públicos, que por ordem soberana se têm feito, como também a criação de novos tribunais, comarcas, e vilas. Enfim, fiz todo o esforço, que me foi possível, para colher, e memorar tudo quanto me pareceu digno de memória, não só por concorrer para o aumento, e prosperidade deste Novo Reino do Brasil; mas também por ilustrar, e immortalizar o augusto nome do senhor D. João VI, que, estabelecendo a sede do seu governo no Brasil, o felicitou; elevando-o a Reino, o honrou; e com a sua coroação o encheu de glória.

Como a cidade do Rio de Janeiro, por isso que é a Corte do Brasil, muito tinha participado dos paternais desvelos, e saudáveis providências de S. M., fazendo em tão poucos anos rápidos progressos em população, edifícios, comércio, artes, indústria, e outros muitos bens, que lhe trouxe a real presença d’el-Rei julgo ser interessante à história dar uma abreviada descrição do seu estado, antes da feliz vinda de S. M., para que, combinando-se o que foi com o que é presentemente, e virá a ser para o futuro, mais facilmente se possa conhecer o seu aumento, e o quanto se deve à benfeitora e régia mão, que tanto a tem melhorado, e engrandecido.

#### DESCRICÃO DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO

A cidade de S. Sebastião do Rio de Janeiro jaz na latitude meridional de 22 graus, 54 minutos, e 10 segundos, na extremidade da zona tórrida; e tendo o seu porto sido descoberto por Martim Afonso de Sousa no dia 1º de janeiro de 1531, o qual, julgado à primeira vista ser um grande rio o braço de mar, que, entrando pela terra dentro, forma esta tão bela,



e magnífica baía, deu-lhe o nome de Rio de Janeiro, que impropriamente conserva até hoje (I) [Estas notas em romano acham-se a partir da p. 81 até a p. 282.]. Foi mandada edificar pela rainha e senhora D. Catarina, que regia o Reino de Portugal na menoridade do seu augusto neto o senhor rei D. Sebastião no ano de 1567 no lugar, onde hoje existe, tendo sido a sua primeira fundação dois anos antes entre o Pão de Açúcar, e o morro de S. João, atualmente uma das fortalezas que defendem a barra; a qual primeira povoação os nossos antigos denominavam Vila Velha (II), de que não aparece hoje o menor vestígio. Mem de Sá, governador-geral da Bahia tem a glória de ser o seu fundador, e a cujo invicto braço se deve o extermínio do célebre Vilegaignon, e da caterva de huguenotes franceses, que se haviam fortificado dentro do porto em uma ilha, conhecida depois pelo nome de Fortaleza de Vilegaignon. Deu Mem de Sá à nova cidade o nome do glorioso mártir S. Sebastião, que os portugueses tomaram por patrono nos repetidos conflitos com os franceses, e meios; e também, em memória do seu rei, que então contava treze anos de idade. Escassos e vagarosos foram os progressos da cidade até os fins do século XVII, no qual se descobriram as tão famosas Minas Gerais, onde os paulistas acharam ouro, e pedras preciosas; e como a sede do louro metal fizesse concorrer de Portugal, e de várias partes muitos aventureiros, e negociantes, e o Rio de Janeiro fosse a porta principal, por onde se entrava neste rico país, desde logo começou esta cidade a engrandecer-se em povoação, e edifícios; como também comércio, e riqueza, donde procedeu merecer dos senhores reis de Portugal uma maior atenção e estima. Foi erecta em bispado em 1676 (III); as suas fortificações se fizeram mais capazes de defesa, depois que os franceses por duas vezes a invadiram; porquanto, correndo pela Europa a fama das imensas riquezas das nossas minas de ouro, e da opulência do Rio de Janeiro onde elas se vinham depositar para se transportarem para Portugal, era a nossa cidade objeto da inveja das potências européias, e sobretudo excitou a cobiça dos franceses; pelo que, aproveitando-se das dissensões, que haviam entre os gabinetes de Lisboa, e Versalhes, armaram uma esquadra com mil e duzentos homens de tropa de desembarque para virem tomar com um golpe de mão o Rio de Janeiro; mas não aconteceu a empresa como os ávidos invasores premeditaram; porquanto o seu general Duclerc, não se atrevendo a entrar pela barra foi desembarcar longe dela

em uma deserta praia, dita Guaratiba, e dali por entre montes, e bosques veio atacar a cidade entrando por ela até à praça principal, sendo por toda a parte rechaçado pelo povo, a ponto de refugiar-se com os seus soldados, que lhe restavam, no trapiche da cidade, onde capitulou entregando-se com os seus, salvas as vidas, aos 19 de setembro de 1710 (IV).

No ano seguinte o famoso corsário Duguay Trouin, com forças muito superiores entrou, com efeito, pela barra, a favor de uma espessa cerração; e, apoderando-se da ilha das Cobras, que por indefensável havia sido abandonada, e de outros pontos nos outeiros do lado norte da cidade, começou a varejá-la com a sua artilharia; mas, apesar da perda de algumas vidas, e estrago dos edifícios, os franceses não foram senhores pacíficos da cidade, porque o povo se não entregou, nem reconheceu a soberania d'el-Rei de França, posto que se visse desamparado ao seu governador, que se retirou com a tropa para o interior de país (V). Os mesmos inimigos, conhecendo a impossibilidade de se conservar, e temendo ficar inteiramente perdidos com a chegada dos reforços, que vinham de Minas Gerais, ofereceram o resgate da cidade, e do senhorio do país, pela soma de seiscentos e dez mil cruzados, cem caixas de açúcar, e duzentos bois para o fornecimento de sua esquadra; o que aceitamos e dessa sorte supriu o ouro à inutilidade do valor. Assim, recobrando os fluminenses o sossego, e paz, rapidamente se restabeleceu a cidade dos males da injusta invasão, que, não respeitando ainda mesmo o sagrado, havia reduzido à última miséria os seus habitantes, e começou a florescer cada vez mais a ponto de merecer do senhor rei D. José a honra de ser capital do Brasil, transferindo para ela a sede dos vice-reis (VI), em 1763; mas no governo dos vice-reis marquês de Lavradio, e Luís de Vasconcelos e Sousa, é que propriamente a cidade do Rio de Janeiro fez o maior progresso em edifícios, regularidade das ruas, e civilização dos seus moradores, como também na extensão do seu comércio, agricultura, e alguns ramos de indústria, e no aumento da sua população. Foi então que a Providência, como que preparava de antemão esta cidade para altos destinos, inspirou aos sobreditos vice-reis os planos de reforma, e melhoramento, com que começou a aformosear-se, engrandecer-se, e a fazer-se mais digna de ser a capital da América Portuguesa.

Tem a cidade de S. Sebastião do Rio de Janeiro o seu principal assento em uma planície cuja frente, que olha para o Oriente, é banhada

pelo mar, e de ambos os lados a cercam uns montes isolados, que, estando coroados de edifícios, muito realçam a sua perspectiva ao longe. Estes montes são: da parte norte, o de S. Bento, junto ao mar, o qual antigamente era uma península reunida à terra firme por uma estreita garganta; sobre ele se vê o mosteiro dos monges beneditinos; por detrás deste fica o da Conceição, onde está o Palácio Episcopal, que antes da invasão dos franceses fora convento de barbadinhos da mesma nação; este palácio tem a sua frente sobre a cidade; por detrás dele se vê a fortaleza chamada da Conceição, dentro da qual estão a casa das armas, e oficinas das mesmas, como também a morada do governador; tem além disso muitas casas na parte que olha para o mar, especialmente no lado fronteiro S. Bento; estas casas ocupam todo o seu declive até à praia, acima da qual os terceiros de S. Francisco levantaram uma capela ao seu patriarca (VII), para benefício espiritual dos moradores deste bairro, que visto do mar representa uma vila em anfiteatro; continua pelo mesmo lado o grande morro do Livramento, em cujo cume se nota uma bela casa de campo, e contígua a ela a capelinha de Nossa Senhora, da mesma invocação (VIII); pela parte do mar se segue uma extensa praia bordada de casas até outro monte chamado da Saúde, em o qual se vê a capela da mesma Senhora (IX), para a qual se sobe por uma pequena ladeira fachada por um portão junto à praia, onde um trapiche, chamado também de Saúde, limita o passeio; daqui vai o mar costeando a raiz deste monte até formar outra praia por detrás dele, a qual se estende até outro monte, cuja raiz é igualmente banhada pelo mar; dão o nome de Saco da Gamboa a esta paragem; segue-se depois outra praia chamada Saco do Alferes (X), e depois desta a de S. Diogo, que termina no monte, assim chamado, de uma pequena capela deste santo, que no alto dele existe; por todas estas praias se veem algumas casas distantes umas das outras, e geralmente mesquinhas habitações de pescadores. (Vide nota 1.) [As notas em arábico, de 1 a 61, acham-se da p. 73 à 80.] O mar, costeando o monte de S. Diogo, mete um braço pela terra dentro, e forma o chamado Mangue de S. Diogo, do qual falarei no seu competente lugar.

Da parte do sul da cidade, e algum tanto arredado do mar, está situado o monte do Castelo (XI), onde os jesuítas fundaram o seu colégio, que presentemente é o Hospital Real Militar; na parte mais alta deste

mesmo monte se vê sobranceiro à cidade a Fortaleza, ou Castelo de S. Sebastião, que por antigo ameaça ruína (nota 2) e aqui se fazem os sinais dos navios, que entram pela barra (nota 3). No lado fronteiro à barra por detrás do colégio, ou hospital, se conserva ainda hoje a primeira igreja, que se fundou nesta cidade, dedicada a S. Sebastião seu padroeiro, a qual por muitos anos foi matriz, e também Catedral por Largo tempo; o conde de Resende, sendo vice-rei, reparou, e ornou decentemente esta igreja, que estava quase a cair; junto dela se vê um marco de pedra mármore de altura de quatro palmos com as Quinas Portuguesas em uma face, e na outra a Cruz da Ordem de Cristo; sobre a chapada deste monte entre a Sé velha e o castelo existem algumas casas antigas, que parecem ser da primeira fundação da cidade, além de várias outras, que se levantaram sobre a ruína das que caíram, ou se demoliram por serem muito velhas; porquanto foi aqui, e no terreno inferior ao monte pelo lado do mar, o primeiro berço desta cidade, sendo tudo mais uma vargem coberta, em parte, de lagoas e pântanos, e, em parte, de matos, que pouco a pouco se esgotaram, e aterraram, ou se derrubaram para sobressair, e se elevar esta linda cidade. Na retaguarda do monte do Castelo há outro (XII), onde os religiosos franciscanos fundaram o seu convento; e os terceiros da mesma Ordem a sua capela, únicos edifícios, que ocupam, o resto está inteiramente pelado de arvoredo, e não serve de proveito nem aos religiosos, nem ao público no estado em que se acha, sem árvores, que mitiguem os ardores do sol com a sua sombra, absorvam os miasmas, e purifiquem a atmosfera com as suas folhas, já que sobre ele se não edificam casas. Logo após deste monte se segue outro, que chamam de Pedro Dias (XIII), o qual era um bosque cerrado, não há muitos anos, porém presentemente vai ficando descalvado como o antecedente. Há de notar que estes três montes, ou outeiros do lado do sul, são inteiramente de barro, e os do lado do norte são todos eles de pedra, o que muito tem concorrido para a edificação da cidade.

O mar também costeia pela banda do sul o monte do Castelo, e fazendo uma grande curva vai terminar no monte, onde se fundou o formoso santuário de Nossa Senhora da Glória, desde a capela de Santa Luzia (XIV) até o dito santuário é esta praia bordada de casas, e edifícios, que fazem uma deliciosa vista, realçada pela verdura dos outeiros, e montanhas, que por detrás deles se elevam majestosamente. Não muito distante de

Santa Luzia se vê junto do mar o matadouro do gado (XV), e logo um pequeno campo, que termina com o Passeio Público, desde a referida capela, perto da qual há uma meia dúzia de pobres casas, se seguem muros de umas hortas, e depois algumas casas à saída da rua, que separa esta porção de casas do convento de Nossa Senhora da Ajuda, cuja frente se prolonga até quase defronte do muro do Passeio Público (nota 4). Daqui continua a chamada rua do Passeio (XVI), ficando o muro deste à esquerda, e pela direita há algumas casas, e a maior parte delas muito excelentes, até o Largo da Lapa.

O Passeio Público (XVII), que o Vice-Rei Luís de Vasconcelos e Sousa mandou fazer no tempo do seu governo, ocupa uma porção do seu mencionado campo no lugar em que havia uma lagoa, que com muito trabalho se esgotou, e aterrou; e cercado de um muro, que de espaço a espaço tem janelas com grade de feno, e para ele se entra por um portão, que se firma sobre dois pilares de pedra lavrada. Este portão é também de ferro, em cima estão as armas reais com a face para a rua, e no reverso delas se vê um medalhão de bronze dourado com as soberanas efigies da Rainha Nossa Senhora D. Maria I, e do seu augusto esposo o Senhor Rei D. Pedro III. Todo o terreno do Passeio está dividido em ruas bordadas de arvoredo, e termina com um terraço, que olha para o mar, e que algumas vezes é furiosamente batido por ele, e se vai arruinando. Na frente do terraço se elevam duas agulhetas triangulares de granito sobre pedestais também triangulares; em uma delas se lê: – *Ao Amor do Público* e na outra: – *À Saudade do Rio* – Sobe-se para o terraço por quatro escadas, das quais duas estão nas extremidades, e as outras duas no meio, ficando entre elas uma cascata, na qual estão dois jacarés de bronze enroscados entre si, lançando pela boca cópia de água em um tanque semicircular, que rodeia a mesma cascata, em cujo alto havia um coqueiro de vinte, ou mais palmos de altura, todo de feno, e pintado ao natural, que, apesar da rija matéria, de que era formado, em poucos anos o vento o despedaçou. Nos dois ângulos do terraço estão dois mirantes de figura quadrada em duas portas de cada lado, e todas com vidraças; no alto do mirante, do lado direito, se vê a figura de Apolo tocando a lira, e no do esquerdo a de Mercúrio com o caduceu, e nos quatro ângulos, pés de ananás com os seus frutos, todos de metal sobrepintados, que parecem verdadeiros.

O mirante de Apolo tinha o teto forrado de penas, que fingindo flores o ornavam com muita beleza; e nas paredes entre as portas, quadros, que representam vistas da cidade, e seus subúrbios: o de Mercúrio era ornado de conchas artificialmente reunidas, e os seus quadros representam várias oficinas de minerar ouro, diamantes, etc., como também fábricas de açúcar, e de outras indústrias do país. Finalmente este terraço, do qual se goza a mais bela vista da barra, é todo lajeado de pedra mármore e tem assentos, por um e outro lado, também de pedra (nota 5). Neste delicioso sítio se deram em 1786 as memoráveis e magníficas festas pelo casamento d'el-Rei Nosso Senhor (XVIII), nas quais tanto brilhou o bom gosto, a ordem, e a pompa, como a atividade, zelo, e direção daquele ilustre vice-rei, fundador deste Passeio; e igualmente sobressaiu o amor, e fidelidade dos moradores do Rio de Janeiro, que tanto se esmeraram em aplaudir o consórcio dos seus augustos príncipes, que, vinte e dois anos depois, vieram honrar com a sua real presença o teatro de tantos aplausos.

Logo imediata ao Passeio se vê uma pequena praça (XIX) de figura triangular, onde se fundou a igreja, e seminário de Nossa Senhora da Lapa, chamado, pelo vulgo, dos Formigões, por andarem os seminaristas vestidos de uma sotaina preta, e capinha da mesma cor. A igreja é muito boa, e alegre interiormente com cinco altares, cuja talha é pintada, e dourada, mas o prospecto exterior é pouco vistoso; tem duas torres, das quais a do lado esquerdo não está concluída. O seminário que fica detrás da igreja, seria um excelente edifício, se estivesse acabado, ficando inteiramente suspensa a obra pela morte do seu fundador, o padre Ângelo de Siqueira; esta casa é pobre, e sem patrimônio algum (nota 6). Passada a igreja da Lapa, segue-se a rua (XX), que vai ter à Senhora da Glória, com casas por um e outro lado até certa distância; mas aproximando-se o mar só dá lugar para a estrada com casas no lado direito até à ladeira por onde se sobe para a capela da mesma Senhora (XXI), assentada sobre o cume de uma colina, que faz parte de um grande monte, que se eleva por detrás dela por grande distância e que é separado dos montes fronteiros pela estrada, que conduz ao Catete, e pela parte do mar corre a praia chamada do Flamengo (XXII). A estrada do Catete (XXIII) é larga, e por um e outro lado poucas casas tem à frente dela, sendo quase toda bordada de

cercas das chácaras, que ocupam o terreno, por onde passa a dita estrada; mas sobre os outeiros até à praia do Botafogo (XXIV), inclusivamente se veem muitas e boas casas de campo (nota 7). O santuário da Senhora da Glória (XXV) é de figura oitavada coberto de abóbada, em cuja frente se eleva torre sobre um pórtico, que dá entrada ao mesmo santuário, que é cercado de um adro lajeado de granito, em torno do qual corre um antepeito com seus assentos; levanta-se este adro coisa de vinte palmos acima do plano superior da ladeira, e para ele se sobe por uma escadaria de dois lanços. É sobremaneira encantador o golpe de vista, que do adro da Senhora da Glória se lança, quer sobre a barra, quer sobre o ancoradouro, quer enfim, sobre a cidade.

De muito além da barra vêm-se prolongado umas montanhas pela extensa praia chamada antigamente Sacopenapã, depois da Copacabana (XXVI), de uma Ermida de Nossa Senhora com este título (XXVII),\* fundada sobre um rochedo batido furiosamente pelo mar no princípio da mesma praia: e chegando à Praia Vermelha lança um ramo para leste, que termina com o Pão de Açúcar na entrada da barra; aqui reunindo-se com outras cercam a praia do Botafogo, e dirigindo-se para a parte da cidade correm pelo bairro do Catete, e estrada da Glória até à altura do convento de Santa Teresa, onde inclinam para o ocidente a reunir-se com a serra do Andaraí: e no alto desta cordilheira que nasce a bela água do rio Carioca, que por aquedutos foi conduzida para a cidade, como direi ao depois. A serra do Andaraí fica nas costas da cidade em distância de duas léguas, e por muitas outras entra pelo interior do país. Pelos outeiros inferiores a estas montanhas se veem muitas e belas casas de campo, que vistas de longe oferecem uma agradável perspectiva.

Passemos agora a descrever a situação principal da cidade na planície, que fica entre os mencionados outeiros do Castelo, Santo Antônio, e Pedro Dias, pelo lado do sul, e os de São Bento (XXVIII), Conceição (XXIX), e Livramento, pelo lado do norte. Na ponta do sul da

---

(\*) A imagem da Senhora da Copacabana é um dos principais objetos da devoção, em Madri, no Convento dos Religiosos Agostinhos Recoletos; foi trazida da América, e feita por um índio à imitação de outra, que havia em um sítio chamado Copacavana. *Viagem de Espanha*. Tom. V. pág. 48.

cidade está o Arsenal Real de Exército (XXX), conhecido pelo nome de Trem, o qual é murado como fortaleza, que foi antigamente com o nome de Santiago; aqui estão os armazéns e oficinas dos petrechos de guerra; é fechado pela frente com um muro, e nele um portão; segue-se um pátio exterior, em cujo lado esquerdo está o aquartelamento do esquadrão da guarda do vice-rei, e as cavalaria; este pátio é também fechado com outro muro, e portão (nota 8). Segue-se logo adiante o Largo chamado de Moura (XXXI) do quartel deste regimento, que se estende pelo lado fronteiro ao do mar; no meio deste espaço há um chafariz pouco elegante, que o conde de Resende ali mandou construir para comodidade da tropa aquartelada na vizinhança. Continua pela frente da praia, que se diz de D. Manuel (XXXII), até à Casa da Ópera, uma longa série de casas, e nesta praia se vendem madeiras, aves, hortaliças, e outros comestíveis (nota 9). Do lugar, aonde vem sair a Rua de S. José, se estende um espaçoso Largo até à esquina do palácio, ali se reúne com a praça principal; todo este Largo, e frente da praça, é bordado pela parte do mar por um grande cais (XXXIII), (obra do vice-rei Vasconcelos), o qual tem cento e cinco braças de cumprimento, é todo de pedra lavrada com peitoris, e assentos da mesma, com três escadas para o mar, e uma rampa. No meio daquela parte, que fica fronteira à praça, se levanta uma bela fonte (XXXIV), figurando uma torre, e terminando por uma pirâmide, sobre a qual estão as armas reais talhadas em mármore com duas faces, das quais uma olha para o mar, e a outra para a praça. Sobre a cimalha real corre uma balaustrada de mármore em torno da dita pirâmide, e nos quatro ângulos se veem outros tantos vasos de mármore. Esta fonte lança água por três repuxos em três conchas, que o sustentam, e delas cai sobre os tanques. Na frente principal se vê um ovado de pedra mármore, no qual se leem os versos seguintes:

*Ignifero currus Populos dum Phoebus adurit,  
Vasconcellus aquis ejecit urbe sitim:  
Phoebe retro propera, et coeli statione relicta,  
Praeclaro potius nitere adesse viro.*



Na face fronteira ao mar há uma porta, sobre a qual estão as armas da casa de Vasconcelos, e uma inscrição lapidar, da qual só se podem ler as últimas regras seguintes:

TOT TANTISQUE EJUS BENEFICIIS  
GRATUS  
POPULUS SEBASTIANOPOLIS  
VII CALENDAS APRILIS  
ANNO MDCCLXXXIX  
P.

Na muralha do cais inferior à fonte há duas grandes bicas de bronze, por onde corre água, que os marítimos recebem dentro das suas barcas.

A praça (XXXV) tem desde o cais até o convento do Carmo setenta e cinco braças de comprimento, e quarenta e cinco de largura: no lado do meio-dia está o palácio do vice-rei (XXXVI) com a frente principal para o oriente, com nove janelas; e a frente, que corre ao longo da praça, tem vinte e quatro, e as mesmas se contam nas faces opostas a estas; pois que a figura deste nobre edifício é de um quadrado oblongo, e de um andar ou sobrado, exceto no lado da praça, onde se vê outro andar superior com doze janelas, aumento que mandou fazer o conde de Resende, pois antigamente só tinha quatro, o que faz o seu prospecto mais vistoso e regular. A sua entrada na frente do mar é por três portas, das quais a do centro, ou principal, é ornada com duas colunas de pedra, e todas três têm escadas com quatro degraus. Os vice-reis não ocupam todo este palácio, pois têm nele lugar a Oficina da Moeda, a Relação, e também em outro tempo ali morava o provedor da Moeda (nota 10). Por detrás do palácio corre uma travessa, que o separa da Casa da Ópera (XXXVII), da Cadeia, e Casa da Câmara, e de uma cavaliariça intermédia aos dois mencionados edificios.

No lado do norte, fronteiro ao palácio, estão as chamadas casas do Teles (XXXVIII), que são de dois sobrados, mas não estão concluídos pelo mesmo risco, o que muito desfigura esta bela praça. O convento do Carmo ocupa o lado do ocidente, e ficando com a frente para o mar; dele tratarei em outro lugar.

Da esquina do Teles, onde fica o cais, para a Alfândega se segue a praia chamada do Peixe (XXXIX), por estarem nela as bancas em que

se vende o pescado, e também o mercado de aves, frutas, etc., e por este motivo lugar de muito concurso. Antes de chegar à Alfândega está o trapiche chamado da Cidade (XL), onde se recolhem caixas de açúcar para o embarque, e logo adiante o trapiche da Alfândega reunido com a mesma Alfândega por um passadiço, por baixo do qual há um arco; que dá passagem ao povo, comunicando as praias umas com as outras (nota 11). Da Alfândega até ao Arsenal de Marinha se estende a praia dita dos Mineiros (XLI). Aqui é o principal mercado da farinha, legumes, frutas, e lenha; e a afluência de barcos, e canoas por toda a sua extensão, é prodigiosa. Uma parte desta praia é separada pelo muro do Arsenal que inclui no seu recinto o restante dela até o monte de S. Bento, onde acaba a frente principal da cidade com um quarto de légua de extensão. O Arsenal de Marinha (XLII), indigno deste nome, nada mais oferece à vista do que um recinto cercado com um muro, que principia sobre a ladeira de S. Bento, no fim da qual tem um portão, e continua a fechar com um edifício que o conde de Resende tinha principiado no estreito Largo na frente da Rua dos Pescadores, e que ficou por acabar, estando na altura de vinte palmos; dentro deste recinto existem uns grandes telheiros sobre pilares, onde trabalham os carpinteiros da Ribeira, uns informes armazéns, em que se guardam os escaleres, e miseráveis casas, em que moram os índios, que neles remam; perto do monte, sobre o mar, uma ponte de madeira com um guindaste, e nada mais; pela banda do mar é aberto em toda a extensão (nota 12). Nesta correnteza de casas desde o Trem até o Arsenal há muitos, e muitos bons edifícios, que, sendo pela maior parte de dois e três andares, fazem com a vista do palácio, e convento do Carmo, uma perspectiva muito agradável, sendo esta interrompida de espaço em espaço por algumas ruas em linha reta, que do interior da cidade vêm sair ao mar.

Por detrás do Trem ficam a prisão do Calabouço (XLIII), o quartel da artilharia, e várias casas, das quais algumas parecem ser da primeira edificação da cidade, ocupando o terreno fronteiro à Misericórdia, e ao Recolhimento, como também por detrás deste pelo caminho, que conduz para Santa Luzia até certa distância. A igreja da Misericórdia tem no lado direito o Recolhimento das Órfãs, e no esquerdo o hospital (XLIV). Foi fundada esta casa pia no ano de 1582, e até o presente tem ido sempre a aumento pela caridade pública, e zelo da respeitável irmandade da

Misericórdia, dedicada ao socorro do miseráveis, que procuram este santo asilo, onde se dispendem anualmente muito além de cem mil cruzados no curativo dos enfermos. A igreja é antiga, com cinco altares, e tem uma colegiada, em que rezam diariamente as horas canônicas onze sacerdotes (XLV). O hospital é vasto, com enfermarias de homens, e mulheres, e várias oficinas, no fim do qual está o cemitério fechado com um muro, que corre ao longo do caminho superior à praia de Santa Luzia, no fim do qual se vê o patíbulo (XLVI) (nota 13). Na frente da igreja da Misericórdia há um pequeno Largo, em cujo lado esquerdo desemboca a ladeira (XLVII), que desce do colégio, ou Hospital Real Militar, e logo em pouca distância dela começa a rua chamada da Misericórdia (XLVIII), a qual se prolonga pela fralda do monte do Castelo até o beco do Cotovelo (XLIX), daqui até à frente da Cadeia, com casas por um e outro lado, e comunica com o Largo de Moura, e praia de D. Manuel, por oito becos; e com o interior da cidade pelo mencionado Cotovelo, e pelas ruas de S. José, e da Cadeia. A igreja de S. José (L), que fica no fim da Rua da Misericórdia, é muito antiga, e por ameaçar ruína se deu princípio à edificação de uma nova igreja sobre o mesmo terreno da antiga: é a terceira paróquia da cidade (nota 14). Separada por uma travessa, e no mesmo lado, está a Cadeia (LI), edifício muito forte, lúgubre, e por desgraça muito habitado; sobe-se por uma escadaria de pedra de dois lanços, que ressalta do edifício coisa de uma braça, na frente da qual está o pelourinho (LII), e no lado direito a Casa da Câmara (LIII), o que tudo forma um edifício quadrado oblongo separado dos edifícios vizinhos pela rua da frente, e travessas, que se cruzam (nota 15). Segue-se deste mesmo lado o palácio, e a praça principal.

No lado fronteiro, pouco adiante da esquina da Rua da Cadeia, está o convento de Nossa Senhora do Carmo (LIV), que se estende por toda a largura da praça até à entrada da Rua Direita, incluindo-se nesta extensão quase todo o dormitório, torre, e igreja dos religiosos. Foi este convento fundado no ano de 1592 neste mesmo sítio, que era uma vargem, na qual havia uma pequena capela de Nossa Senhora de Ó, onde os monges beneditinos tinham feito o seu primeiro estabelecimento; mas melhorando estes de situação no monte, que atualmente ocupam, cederam aos carmelitas o lugar, e a capela. Este convento pela frente da praça é vistoso, com duas ordens de dormitórios, cujas janelas têm balcões de ferro com rótulas

de madeira; mas interiormente é tristonho, sem regularidade, e pela maior parte muito velho; por baixo da torre está a portaria com um alpendre na frente; a igreja é nova, muito agradável e forrada a poucos anos de talha; tem nove altares, onde se vê ouro e pintura, o mais é gessado de branco; o órgão é magnífico. A fachada da igreja não está concluída, pois lhe falta a cimalha real, e o frontispício. Em uma capelinha, cuja porta está logo na entrada da igreja, se venera a santa imagem do Senhor dos Passos, que na segunda sexta-feira da Quaresma sai processionalmente da igreja da Misericórdia, por onde é na véspera à noite conduzida aos ombros do vice-rei, e dos oficiais de maior patente (nota 16).

Imediata ao convento, e igreja de Nossa Senhora do Carmo (LV), se segue a capela dos Terceiros, separada da igreja por um extenso corredor descoberto, fechado nas extremidades por dois portões de pedra com grades de madeira, e das casas vizinhas por um beco chamado dos Barbeiros (LVI); a fachada desta capela é toda de cantaria; e com uma portada de mármore a mais bela, e primorosa de todas quantas há nesta cidade, não tanto pela matéria, quanto pelo bom gosto, perfeição e delicadeza de escultura; o frontispício é coroado por uma grande cruz de bronze dourado, mas por não estar ainda acompanhado das duas torres, que deve ter segundo o risco, não faz ainda o efeito, que fará quando elas se levantarem. Esta capela interiormente é muito clara, asseada, e formosa, tem sete altares, e somente os colaterais estão dourados, toda a mais talha, que a orna de cima até abaixo, é branqueada. O noviciado é coisa linda e encanta. Tem esta Ordem o seu hospital (LVII) nos fundos da mesma capela, e com frente para a rua detrás do Carmo; e por detrás da igreja dos frades, onde antigamente fundaram os Terceiros a primeira capela, estão as suas catacumbas (nota 17)

Na frente da capela dos Terceiros do Carmo tem o seu princípio a Rua Direita (LVIII), (impropriamente assim chamada, porquanto não se estende em linha reta por todo o seu comprimento, mas sim em linha curva; e antes lhe dessem o nome de Rua Larga, por ser de todas as da cidade a mais espaçosa) e acaba junto da ladeira de S. Bento. Os seus edifícios são excelentes, pela maior parte, de dois andares, cujos moradores são quase todos comerciantes. Na esquina do lado direito, por onde atravessa a Rua do Ouvidor, se vê a formosa igreja da Cruz (LIX) que a irmandade dos

militares está concluindo sobre o terreno de outra muito antiga que se demoliu. Mais adiante está a porta da Alfândega, desde a qual se manifestam as armas reais em mármore com a seguinte inscrição:

ANNO 1783  
EN MARIA PRIMA REGNANTE E PULVERESURGIT,  
ET VASCONCELLI STAT DOMUS ISTA MANU,

que denota, que este vice-rei a mandou reedificar, e aumentar. Estende-se o edifício da Alfândega (LX) desde à Rua Direita até à praia, e é separado, pelo lado esquerdo, das casas vizinhas por um beco, que há poucos anos se abriu para maior segurança, e resguardo do que nela se deposita. Imediato à Alfândega está outro edifício público, que chamam Casa dos Contos (LXI), e que em outro tempo foi palácio dos governadores, aqui estão os cofres reais, e a Junta da Real Fazenda, e tudo o que diz respeito à administração das rendas públicas, que pertencem a Coroa (nota 18). Para segurança destes dois edifícios tão importantes há aqui um corpo de guarda. Deste lugar até à ladeira de S. Bento não oferece esta rua notabilidade alguma, exceto ser mais estreita.

Subindo-se pela ladeira (LXII), que é larga, e um tanto extensa, se chega ao pátio fronteiro à igreja, cuja fachada, apesar de ter duas torres, é pouco majestosa, e agradável, mas o seu interior é magnífico, todo dourado, com nove altares, dos quais o da capela-mor, e o do Sacramento estão ricamente ornados. O mosteiro (LXIII) é obra muito sólida e todo de abóbada, o claustro de cantaria, e sobre os arcos, que o formam, há janelas com balcões de ferro. Este mosteiro tem três faces, das quais a principal olha para a cidade, e estende a vista para a barra; a segunda para a ilha das Cobras; a terceira para o ancoradouro interior, e por toda a baía até a serra dos Órgãos. É certamente muito deleitável o painel, que se oferece aos olhos dos espectadores em qualquer janela do mosteiro, ou no alto deste monte que é todo de pedra, coberto de arbustos rasteiros, e sobre o qual, além do mosteiro, não há edifício algum mais, que o aformoseie. Os monjes beneditinos edificaram este mosteiro no ano de 1589, e aqui havia uma pequena capela de Nossa Senhora da Conceição, que lhes foi doada juntamente com o monte; e por isso cederam aos carmelitas a mencionada capela de Nossa Senhora do O, onde haviam residido por alguns anos. Este mosteiro tem grandes rendas em prédios urbanos, e fazendas; mas ainda

não puderam concluir toda a sua fábrica os monges, que à habitam, e há muitos anos que está suspensa esta obra, que se algum dia a concluírem será um dos melhores ornamentos desta cidade (nota 19).

Passemos agora a ver as ruas, que seguem do sul a norte, paralelas com a Rua Direita. Logo no fim da ladeira do Colégio (LXIV), que correndo pelo declive do monte para a banda da cidade vem sair à Rua de S. José, começa a rua chamada de trás do Carmo (LXV), por passar pelas costas deste convento, e termina na Rua do Ouvidor; aqui se comunica por um beco (LXVI), que sai à rua detrás do hospício, com outra rua, que tem o seu princípio na mesma rua detrás do Hospício, chamada da Candelária (XLVII) e que acaba na travessa dos quartéis de Bragança. A igreja da Candelária (LXVIII), que dá o nome a esta rua, é a segunda paróquia da cidade (LXIX), situada entre a Rua do Sabão, e a de S. Pedro; é um edifício magnífico, a sua fachada toda de cantaria com duas altas torres fazem um prospecto soberbo, e digno de um lugar mais espaçoso para melhor se gozar. Este templo não está acabado, apesar de se trabalhar na sua edificação há mais de trinta anos. Serve por ora de igreja e paróquia uma pequena capela com frente para a Rua do Sabão, a qual foi sacristia de igreja velha, que se demoliu: nela há uma colegiada com treze, ou quinze sacerdotes. A irmandade do Sacramento é rica, e por esta razão empreendeu tão grande obra, que depois de concluída será o mais majestoso templo do Brasil (nota 20).

Segue-se a Rua da Quitanda (LXX), (nome que se devera trocar pelo de Mercadores), tem esta rua o seu começo na de S. José; e correndo quase em linha reta de sul a norte na frente da rua dos quartéis de Bragança, pega com a Rua do Arco de S. Bento (LXXI), e vai terminar na da Prainha. Nesta extensa Rua da Quitanda, principalmente da esquina da Rua do Ouvidor até à dos Pescadores, estão as lojas dos mercadores de retalho; e na do Arco, cujas casas são todas pertencentes ao patrimônio dos beneditinos, está o aquartelamento do regimento novo, que ocupa o lado esquerdo até o arco, por cima do qual os frades passam do monte para a horta, que é separada do mesmo monte por esta rua (nota 21).

Paralela com esta mencionada rua, corre a dos Ourives (LXXII), desde a esquina do Recolhimento do Parto na Rua de S. José até findar com a ladeira da Conceição; no princípio desta rua se vê o Recolhimento

de Nossa Senhora do Parto (LXXIII), cuja igreja (LXXIV), sendo das mais antigas desta cidade, foi reparada pelo vice-rei Luís de Vasconcelos, que também aumentou o Recolhimento, estendendo-o até à Rua da Cadeia; e a tempo que se punha a última mão na obra da igreja aconteceu consumir-se esta por um incêndio na noite de 23 para 24 de agosto do ano de 1787, ficando unicamente em pé as paredes, e apenas se pôde salvar o Recolhimento da voracidade das chamas; mas aquele magnânimo varão em menos de quatro meses a renovou e a pôs no estado em que se acha; tem esta igreja cinco altares, com a porta lateral fronteira à Rua da Ajuda, ocupando o coro alto e baixo a frente principal: porém a portaria do Recolhimento está na Rua dos Ourives. Esta Casa foi destinada pelo seu reparador para educação de meninas (nota 22). Nesta mesma rua há três igrejas; porém como as suas frentes ficam em outras, que a atravessam, delas falarei no seu respectivo lugar. Desde a Rua do Ouvidor até Santa Rita é que estão as lojas, em que se vendem obras de ouro e prata, e por isso conserva o nome de Rua dos Ourives, cujo ofício foi extinto e proibido com gravíssimas penas no ano de 1766 (nota 23).

Pouco adiante do Largo de Santa Rita está no fim da Rua dos Ourives a ladeira (LXXV), por onde se sobe à residência do bispo, e para a Fortaleza da Conceição. No princípio desta ladeira do lado direito está a casa do vigário-geral, e uma capelinha de Santa Ana, e imediato à casa do vigário-geral se vê o Aljube (LXXVI), ou a Prisão Eclesiástica, que é grande em excesso para semelhante fim (nota 24). Subindo-se por esta ladeira, que é extensa e pouco suave, se chega ao palácio do bispo (LXXVII): este palácio é espaçoso, porém muito antigo exceto uma parte da frente, que o falecido bispo D. José Joaquim Justiniano renovou poucos anos antes da sua morte, acontecida aos 28 de janeiro de 1805; tem uma capela de Nossa Senhora da Conceição, e foi nos seus princípios convento de missionários barbadinhos franceses, que foram despedidos por motivos políticos por ordem da Corte, e em lugar deles vieram barbadinhos italianos aos quais se deu outra residência, ficando esta destinada por Sua Majestade para o bispo desta cidade, que então existia, e para os seus sucessores. No lado oriental deste palácio há um caminho, que conduz para a Fortaleza da Conceição (LXXVIII) (nota 25).

Passando agora ao monte de Santo Antônio antes de subirmos a ladeira, que conduz ao convento deste nosso santo português, convém dizer alguma coisa sobre a Carioca, e o Largo que há antes de chegar a ela. Começarei pelo Largo (LXXIX): é este de figura quadrada com casas por dois lados, no terceiro da banda do monte está o grandioso hospital dos Terceiros franciscanos; no quarto a ladeira, a fonte da Carioca (LXXX), e dois tanques; sete ruas vêm sair, ou têm princípio neste Largo, das quais falarei no seu competente lugar. A fonte da Carioca está situada entre dois lanços da ladeira sobre um plano elevado do chão, para o qual se sobe por cinco degraus; é toda de pedra a sua fachada, que não é muito alta; tem onze bicas de bronze na frente, que lançam água com abundância sobre o tanque, onde se recebe a mesma água nos barris, e potes dos aguadeiros: o frontispício desta fonte é coroado pelas reais armas portuguesas; abaixo delas está uma inscrição já ilegível, e inferior a esta as armas do governador Gomes Freire de Andrade. Por baixo do lanço esquerdo da ladeira corre um cano, que despeja a água supérflua do tanque da fonte em outro tanque, que fica do outro lado do mesmo lanço onde bebem os cavalos e deste passa para outro tanque muito mais Largo e extenso, onde se lava a roupa. Esta preciosa água da Carioca vem como já disse, dos altos serros, que ficam ao sul da cidade, por um aqueduto de mais de duas léguas de comprimento até ao convento de Santa Teresa; dali por uma extensa arcaria de duas ordens de arcos passa para o monte de Santo Antônio, e correndo por este, formando um semicírculo por toda a sua extensão, vem recolher-se em uma caixa com forma de torre, que está no meio da ladeira, e por baixo desta desce para a fonte. Subindo-se por qualquer dos dois lanços da ladeira, se encontra um cruzeiro todo de mármore sobre um grande pedestal também de mármore: aqui pega a ladeira principal, que é em linha reta, e não muito extensa; mas toda bem calçada, e limpa, e depois por uma larga escada de pedra se chega ao adro da igreja de Santo Antônio, e para entrar nela, ou na portaria do convento, se sobem mais alguns degraus (LXXXI). Esta igreja é antiga, a sua fachada exterior pouco agradável, e sombria por dentro. A capela-mor é toda dourada, como também os seus dois altares colaterais. No corpo da igreja do lado esquerdo, e fronteira ao púlpito, está uma boa capela-funda dedicada a Nossa Senhora da Conceição, a qual pertence à Ordem Terceira, e é fechada com uma grade de ferro dourada (nota 26). O convento é amplo com duas ordens de dormitórios; o claus-



tro muito agradável, e aseado, e nele estão várias capelas bem ornadas. A sacristia é muito bela, cujo teto tem belíssimas pinturas, e douraduras. A enfermaria é muito grande, e neste gênero a melhor coisa, que há nesta cidade. Enfim, a estes padres nada falta pela caridade dos fiéis para a sua subsistência, e a quem são muito úteis. O culto divino executa-se perfeitamente na sua igreja. Junto a esta está, pelo lado esquerdo, a capela dos Terceiros (LXXXII) que, posto ser pequena, é muito bela, e rica, sendo toda dourada com primorosas pinturas no teto, e em vários lugares da mesma igreja; tem sete altares, um noviciado, e uma sacristia muito linda, sobre a qual corre o consistório com frente para a cidade, por três lados, que faz uma formosa vista. Aqui tudo respira magnificência, e riqueza, e esta mesma se nota no seu grandioso hospital (LXXXIII), que fica na baixa inferior à mesma capela sobre o Largo da Carioca, e cuja entrada é por um portão, que está no alto da ladeira, com uma escadaria de pedra, pela qual se desce para o hospital; este edifício é quadrado, e de dois andares, com janelas e balcões de ferro por três lados, o quarto encosta no monte, e somente sobressai o andar superior. Este hospital é bem dotado, e nele acham os enfermos todos os socorros, que necessitam (nota 27). Os religiosos franciscanos tiveram o seu primeiro assento na capela de Santa Luzia junto ao mar; porém desgostosos do lugar, e talvez da vizinhança dos jesuítas, passaram a fundar o convento no morro fronteiro ao do Castelo em o ano de 1608, por doação, que lhes fez o governador, e a Câmara, deste monte, aos 9 de abril do dito ano, na qual doação se notam as palavras seguintes: – Que os religiosos de São Francisco haviam elegido o sítio, e lugar, que se acha no outeiro do Carmo defronte da vargem abaixo de Nossa Senhora, e sobre a lagoa de Santo Antônio; e porque os mesmos religiosos não eram pelo seu instituto capazes de prosperidade, e domínio, se fazia esta doação no Papa, e à Igreja Romana etc.!

Passemos agora ao Largo da Carioca, em cujo lado fronteiro à fonte, e à ladeira, têm princípio duas ruas, a primeira é a dos Latoeiros (LXXXIV), que se estende em linha reta até à Rua do Rosário, onde acaba; a segunda é a da Vala (LXXXV), muito mais comprida que a outra, pois finda na Rua do Aljube na baixa do monte da Conceição: chama-se Rua da Vala, por uma, que, sendo o esgoto das águas da Carioca, e que as leva por toda a extensão desta rua, tomando quase na extremidade dela a direção

do mar, as vai esgotar na prainha, que fica entre o monte de São Bento, e o mencionado da Conceição. Esta vala era toda coberta de grandes lajedos de pedra; mas presentemente só é coberta de lajedo desde a frente da Sé até o seu fim, e desta igreja até à Carioca é toda de abóbada, e nas encruzilhadas das ruas, que a atravessam, tem ralos de pedra para receber as águas das chuvas. Defronte da Rua do Rosário está a igreja deste nome (LXXXVI), que pertence a uma confraria de pretos, e esta é que serviu de Sé Catedral do Rio de Janeiro, há sessenta anos pouco mais ou menos; seu prospecto exterior é por todos os lados triste e miserável, pois nem rebocada está senão na frente, na qual tem uma boa portada de pedra mármore, e o interior se assemelha mais a um grande armazém, do que a casa de Deus, apesar de ter nove altares; pois nem forrada, e assoalhada é; e se os altares estão com alguma decência, e por achar-se ali a sede episcopal, o cabido e algumas confrarias anexas à Catedral. A capela-mor é nova com forro de talha, mas não tem retábulo no altar-mor. Os pretos começaram um grande consistório, que tarde ou nunca concluirão (LXXXVII) e os pardieiros, que servem de sacristia, e de guardar as alfaias da irmandade do Sacramento, e outras, como também a casinha do cura, causam compaixão; tal é a catedral de uma cidade, como o Rio de Janeiro! (nota 28). Esta Rua da Vala é muito frequentada especialmente de escravos que vão buscar água à Carioca.

Entrando-se na Rua da Vala na Rua do Cano, ou, para melhor dizer, na rua que fica por detrás da igreja de S. Francisco de Paula, se vê uma travessa (LXXXVIII), que corre paralela com o muro da horta dos Terceiros deste santo, até sair ao Largo fronteiro à mencionada igreja, tendo casas somente no lado direito (nota 29). Defronte da igreja de S. Francisco de Paula se abre uma rua chamada do Fogo (LXXXIX), que vai acabar em linha reta com o monte da Conceição. Por detrás desta corre outra rua (XC), que tem o seu começo na frente das obras da Sé Nova pelo lado esquerdo, e vai terminar no mesmo monte da Conceição no lugar da pedreira, cujo nome tomou. Por detrás da Sé Nova se estende uma linha de casas com a frente para o oriente desde o Largo do Rossio até à Rua do Alecrim (XCI). Logo no princípio está a bela propriedade do coronel Manuel Luís; segue-se a indecente e pobríssima capela de Nossa Senhora de Lampadosa (XCII), que pertence a uma confraria de pretos, que por honra da religião se devia demolir, e transferir-se a imagem de Maria Santíssima para

a capela de Santa Ifigênia e incorporar-se com a desta aquela outra confraria; pois ambas são de pretos-minas. Pouco adiante da Lampadosa estão as obras chamadas dos Pássaros, que o vice-rei Vasconcelos principiou com o destino de estabelecer neste edifício um Museu de História Natural, e com a retirada deste vice-rei se suspendeu a obra (nota 30). Entre estas casas, por um lado, e as obras da Sé, e jogo da bola (XCIII), pelo outro, corre um pequeno campo (XCIV), no qual os artilheiros em outros tempos faziam exercício de peça, atirando ao alvo na barreira de Santo Antônio; aqui com as chuvas fica a água estagnada, e é um manancial de pestilência para a cidade (nota 31).

No fim da Praça do Rossio começa uma rua com o nome de S. Jorge (XCV), a qual em linha reta vai sair à Rua dos Ferradores, e descendo poucos passos por esta se entra por uma travessa no pequeno Largo de São Domingos (XCVI), onde está a capela deste santo, muito antiga, porém decente e nela há uma confraria de crioulos, isto é, de pretos nascidos neste país\*. Sai-se deste Largo por outra travessa, que vai ter à frente da igreja do seminário de São Joaquim (XCVII); segue-se fronteira a esta travessa a Rua do Valongo (XCVIII), aberta de poucos anos sendo antes uma vereda estreita, com mato por um e outro lado por quase toda sua extensão; tem esta rua casas muito excelentes, e vai confinar com a praia, que fica entre os montes da Conceição, e o do Livramento. Nesta rua estão os armazéns, em que se vendem os escravos conduzidos da costa da África. Quase na extrema desta rua, onde os dois montes mais se aproximam, se vê no declive do Livramento uma grande casa com uma capela da Madre de Deus (CXIX), para a qual se sobe uma ladeira fechada em baixo com um portão.

Por detrás da Praça do Rossio corre uma rua, chamada Travessa do Bandeira (C) sempre em linha quase reta desde o Caminho Novo até à Rua Larga de São Joaquim. Mais para diante no mesmo Caminho

---

(\*) Os espanhóis, franceses e ingleses tratam os filhos dos europeus, porém nascidos na América, de crioulos: somente os portugueses é que souberam aplicar devidamente o nome de crioulo, que em latim quer dizer *verna*: isto é, escravo nascido na casa de seu senhor, ou nela criado de pequeno. Os mesmos mulatos cativos, apesar de serem filhos de escravos, os não chamamos crioulos, o que seria injuriá-los por extremo. Os brancos da América nascem em casa de seus pais.

Novo se abre outra (CI) mais larga que a precedente, e segue até à Rua do Senhor dos Passos (nota 32); aqui estreita, e continua desta sorte a confinar na referida Rua Larga de São Joaquim: ignoro o seu nome. Segue-se finalmente o Campo de Santa Ana (CII), que é um areal em grande parte coberto de erva rasteira, e forma um quadrado longo, tendo de comprimento do meio-dia ao setentrião 286 braças, e de largura do oriente a poente, 155; por três lados é cercado de casas, posto que muitas delas estejam separadas umas das outras com os muros dos seus quintais, especialmente no lado do poente, o qual não corre bem em linha reta, pois forma um ângulo obtuso no meio, e só com o tempo se poderá emendar esta irregularidade, fazendo-se nesta parte novos edifícios, que avancem mais para a frente (nota 33): pelo lado do setentrião corre por toda a sua extensão até à capela da santa uma cerca de espinhos e mato (nota 34). Esta capela de Santa Ana (CIII) acabou-se de concluir há poucos anos, com esmolas, que o zelo de um missionário barbadinho, que nela costumava pregar nos domingos à tarde, coligiu dos seus ouvintes. O seu prospecto é mesquinho, tem uma torre no lado direito, e interiormente, apesar de ser estreita e baixa, é forrada de cinco altares dourados, e decentemente ornada. Espera-se que cedo será a quinta freguesia desta cidade pelo muito povo, que há na vizinhança, mormente na cidade nova, da qual falarei no seu devido lugar (nota 35). Voltando ao Campo convém dizer-se que é um lugar de muito desafogo desta cidade; nele costuma exercitar-se a tropa de linha, e miliciana, darem-se festas reais e fogos de artifício, sendo pela sua extensão capaz de conter reunidos todos os moradores da cidade (nota 36).

Vamos agora mencionar as ruas, que correm da praia para o Campo, posto que algumas não cheguem a sair a ele, e outras não tenham o seu princípio na beira-mar. Destas, a primeira é a Rua de S. José (CIV), que começa junto da igreja deste santo e passando pela do Parto vai terminar no Largo da Carioca, bem defronte desta grande fonte. A segunda é a da Cadeia (CV), cujo nome tomou por começar quase fronteira a este edifício e prolongar-se em linha reta, até o referido Largo da Carioca: aqui reunindo-se com outra rua, que lhe fica fronteira junto à esquina do hospital dos Terceiros franciscanos, se estende até à Praça do Rossio com o nome de Rua do Piolho (CVI), e depois de fazer o lado

esquerdo desta praça, que tem perto de cem braços de comprimento, vai sair ao Campo com o nome de Rua do Conde, ou de Caminho Novo (CVII); e formando também o lado esquerdo do Campo de Santa Ana segue para diante com casas por um e outro lado até à lagoa da Sentinela. Da sua continuação falaremos, antes de tratarmos da cidade nova. Passemos à terceira rua: é esta a chamada do Cano (CVIII) pelo aqueduto, que por baixo dela conduz a água da Carioca para o chafariz do Largo do Palácio; principia esta rua por detrás do convento do Carmo, na rua do mesmo nome e vai em linha reta acabar na Vala; aqui perde o nome de Rua do Cano e continua com o de Rua de Trás de S. Francisco de Paula, por passar pelas costas da igreja deste santo até à Praça do Rossio e, prolongando-se pelo lado direito desta, vai terminar no Campo de Santa Ana com o apelido e Rua dos Ciganos (CIX) (nota 37).

A quarta rua é a do Ouvidor (CX), que, tendo o seu princípio na praia chamada do Peixe, sai ao Largo de S. Francisco de Paula defronte da Sé nova. Nesta rua, entre a praia, e a Rua Direita, está a capela de Nossa Senhora da Lapa dos Mercadores: esta capela interiormente é redonda, com cúpula e lanterna, tem três altares, dos quais somente os colaterais são dourados, não tem torre, e somente um campanário no frontispício, o que lhe dá certo ar de graça, visto do beco (CXI), que corre da frente da capela até à Rua do Rosário. Pelo lado direito desta mesma capela vem sair outro beco (CXII), que tem o seu princípio no Largo do Palácio, e para o qual se entra por um arco que fica por baixo das casas do Teles. Passando-se a Rua da Quitanda, se vê uma travessa, que corre até à Rua do Cano, e se chama Rua Nova do Ouvidor (CXIII) (nota 38). O Largo de S. Francisco de Paula (CIV) é um quadrado, em cujo lado direito está a igreja deste santo pertencente à Ordem Terceira dos Mínimos (CXV), posto que o povo tenha concorrido com continuadas e avultadas esmolas para a sua fatura; é um templo majestoso e dos maiores desta cidade; eleva-se a fachada com as suas duas torres sobre um adro cercado na extremidade com balaústres de mármore, para o qual se sobe por uma larga escadaria de pedra. A capela-mor está inteiramente forrada toda de talha, e do mesmo modo o teto do corpo da igreja; falta ainda fazerem-se as talhas dos seis altares colaterais. Notam os inteligentes muitos erros de arquitetura na obra desta igreja, procedidos de ser ela dirigida por dife-

rentes mestres e de os administradores quererem ser também arquitetos e obrigarem os mestres a seguirem os seus desvarios; é por razão que de propósito acanharam a capela-mor, fazendo-a mais pequena, com receio de que não se passasse para ela a Catedral. A sacristia é muito espaçosa, e o noviciado muito belo. Há pouco tempo se concluíram as catacumbas no lado esquerdo da igreja, para suprir às antigas, que estão por baixo da mesma, e que em tempos de chuva ficam alagadas de água, por ser o terreno adjacente mais alto que elas. Por detrás desta igreja, e na frente da sacristia, há um bonito jardim cercado por um muro (nota 39).

No lado do poente, e fronteiro à Rua do Ouvidor, sobressaem as obras da Sé Nova (CXVI), a qual foi mandada edificar pelo magnânimo rei, o senhor D. João V; mas, tendo chegado a boa altura, com a morte deste grande monarca ficou por concluir até agora: a sua fachada é toda de cantaria, e da mesma é o adro, que se eleva do chão uma braça, e que cerca todo este edifício (nota 40). Por um e outro lado é separado das casas fronteiras por duas travessas, que confinam com o pequeno Campo da Lampadosa (CXVII). No lado esquerdo da capela deste nome começa uma rua (CXVIII), que passando pela frente da capela de S. Jorge (CXIX) termina mais adiante na travessa do Bandeira. Esta capela de S. Jorge apenas tem os alicerces na superfície da terra, e somente a capela-mor está levantada; e, pertencendo à confraria dos ferreiros, mostram tão pouco zelo, que só para as calendas gregas se concluíra esta obra.

A quinta rua é a do Rosário (CXX), que principiando na praia passa pela frente do hospício, e vai acabar na Rua da Vala em frente da igreja do Rosário, que atualmente serve de Catedral, e da qual já dei suficiente noção. A igreja do Hospício (CXXI) pertence a duas irmandades de homens pardos, uma com o título de Conceição, e a outra de Boa Morte (CXXII). Esta igreja é grande, com três naves, cúpula e lanterna, tem nove altares dos quais somente o altar-mor é de talha moderna; falta-lhe a torre, que, se algum dia a fizerem, será altíssima para condizer com a fachada, que é alta demais. Estas duas confrarias rivalizam entre si, qual fará as festividades com maior aparato, e totalmente se esquecem de ornar a Casa de Deus com a decência devida, e andam sempre em contínua discórdia (nota 41).

A sexta rua é a de trás do Hospício (CXXIII), tem o seu começo na Rua Direita, passa pela frente da sacristia do Hospício, e chegando à altura do Campo da Lampadosa perde o primeiro nome, e, tomando o de Rua do Alecrim, vai sair ao Campo de Santana (nota 42). A sétima rua é a do Senhor dos Passos (CXXIV): principia no interior da cidade na rua chamada do Fogo, e passando pela frente da capela deste Divino Senhor, vai em linha reta terminar no campo. Esta rua tem ainda muitos quintais por um e outro lado. A capela dos Passos (CXXV) é pequena, mas está decentemente ornada, não tem ainda torre, e somente um pequeno campanário sobre um portão, que lhe fica ao lado esquerdo. A oitava é a Rua da Alfândega (CXXVI) assim chamada por começar de frente da porta deste edifício na Rua Direita, e subindo para o campo, entre as Ruas da Quitanda e dos Ourives, passa pela frente da capela de Nossa Senhora Mãe dos Homens (CXXVII). Tem esta linda capela duas torres, das quais somente a do lado esquerdo se acha concluída: nela há uma confraria, que serve com zelo a Maria Santíssima, concorrendo para o aumento do seu santuário, no qual tanto nos dias festivos, como nos de trabalho, há sempre concurso de pessoas devotas, que ali acham prontamente missa desde manhã até o meio-dia. Na Rua da Vala toma esta rua o nome de Rua dos Ferradores, passa também pela frente de outra capela com a invocação de Santa Ifigênia (CXXVIII), pertencente a uma confraria de pretos-minas, os quais apesar da sua pouca fortuna, ajudados das esmolas dos fiéis, a vão adiantando aos poucos; ainda não está o corpo da igreja coberto, nem concluído o frontispício, e a torre. Daqui continua a rua por Largo espaço até sair ao Campo, terminando com outra capela dedicada a S. Gonçalo Garcia (CXXIX), que também se acha muito atrasada na sua futura, para a qual concorrem alguns devotos com esmolas; é pena que não a fizessem com a frente para o Campo (nota 43).

A nona rua é a do Sabão (CXXX), que começa junto do mar perto da Alfândega, e se estende em linha reta até sair ao Campo; ao chegar à Vala passa pela frente da igreja do Senhor Bom Jesus do Calvário (CXXXI) que pertence a uma confraria muito numerosa; a sua capela-mor é antiga, e toda dourada, e o mesmo se diz dos quatro altares laterais; a sua fachada é excelente, com uma única torre no lado esquerdo; daqui,

continuando a Rua do Sabão, forma a frente esquerda da Praça do Capim (CXXXII); e mais adiante passa pela porta da capela da Conceição (CXXXIII). É esta capela medíocre no seu tamanho, e pouco agradável interiormente; tem cinco altares, e é toda forrada de madeira sem talha alguma; até o presente não lhe fizeram a torre; em pouca distância desta capela está o Largo de S. Domingos, pelo qual passa esta rua, formando o lado esquerdo, e vai correndo por grande espaço sem notabilidade alguma até sair ao Campo de Santa Ana. A décima rua é a de S. Pedro (CXXXIV), que tem o seu começo junto do mar, e também, como a precedente vai em linha reta acabar no Campo. Chama-se Rua de S. Pedro, porque antes de chegar à Rua dos Ourives passa pela frente da igreja destes santo apóstolo (CXXXV). Esta formosa igreja não é grande, porém muito sólida, tem um zimbório muito belo entre duas torres; interiormente a sua figura é oval, é toda dourada com três altares, e nela há uma colegiada com onze sacerdotes, que rezam diariamente as horas canônicas. Pertence aos clérigos desta cidade, e bispado, em cuja irmandade são obrigados a entrar, os que pretendem iniciar-se para o sacerdócio. Aqui teve princípio o seminário dos Órfãos, que presentemente se acha em S. Joaquim. Desta igreja até finalizar no Campo não tem esta rua coisa que mereça particular nota, exceto formar a frente direita da mencionada Praça do Capim. A Rua de S. Pedro, e a do Sabão são as únicas, em que os seus moradores gozam simultaneamente da vista do mar, e do campo (nota 44).

A undécima rua é a das Violas (CXXXVI), que começando também na praia, como as antecedentes, passa pela frente da sacristia de Santa Rita, e vai acabar na rua da Pedreira no lugar chamado Ilha Seca, muito distante ainda do Campo de Santa Ana. A duodécima rua é a dos Pescadores (CXXXVII), que hoje devera chamar-se dos Negociantes, ou de Santa Rita, pois que as antigas choças dos pescadores se converteram em casas nobres e excelentes, por ser esta rua ocupada quase todas por muitos, e respeitáveis comerciantes, como os da Rua Direita, da qual só difere por ser mais estreita; tem o seu princípio em um pequeno Largo na frente do mar, ficando-lhe o Arsenal da Marinha de um lado, e a Casa de Brás de Pina do outro; e, penetrando pela cidade dentro cento e cinquenta braças pouco mais ou menos, confina com a torre de Santa Rita,



que lhe fica bem fronteira, por avançar esta igreja coisa de três braças do nível da rua sobre a pequena praça, que fica na sua frente. A igreja de Santa Rita (CXXXVIII) é a quarta paróquia da cidade (CXXXIX), não é antiga, nem grande, porém acha-se inteiramente acabada, forrada de talha com pintura de azul, claro, e ornatos de ouro. O seu frontispício não é desagradável, diante da igreja há uma pequena praça (CXL) quadrada, em cujo meio está um cruzeiro de pedra, porque em outro tempo serviu de cemitério para os escravos. Do mesmo lado desta matriz, passada a Rua dos Ourives, se entra em um estreito beco, que termina com a Rua das Violas, fazendo com ela um ângulo agudo, pouco antes de chegar à Rua da Vala; dão-lhe o nome de beco de João Batista (CXXLI), que foi um cirurgião francês casado nesta cidade, e teve um grande número de filhos, e maior ainda de filhas.

Indo-se da altura da Rua dos Pescadores pela Rua Direita até à ladeira de S. Bento, se encontram dois becos, o primeiro mais estreito, que o segundo, chamado de Bragança (CXXLII), por se achar nele o aquartelamento deste regimento; ambos têm na frente o muro do Arsenal, e terminam na Rua da Quitanda, da qual não passam, por ficar por detrás dela a horta dos beneditinos ocupando quase inutilmente tanto terreno, que se podia aproveitar, abrindo-se nela duas, ou três ruas, e edificando-se muitas casas, cujos foros seriam mais proveitosos ao mosteiro, do que semelhante horta dentro da cidade. Passando o monte de S. Bento, na frente do mar estão os armazéns do Sal (CXXLIII), e logo ao lado esquerdo dele com a pequena praia chamada a Prainha (CXLIV), a qual termina em uma porta do morro da Conceição, na qual há um fortim (nota 45). À frente desta praia, onde se vendem madeiras de construção, se abre uma rua dita da Prainha (CXLV), a qual subindo para o campo perde este nome junto à ladeira da Conceição, e continua para diante com o nome de Rua do Aljube (CXLVI) até confinar com a Rua do Valongo, junto do Seminário de S. Joaquim, ficando-lhe sempre o morro da Conceição ao lado direito desde o seu princípio até à Rua da Pedreira, antes de chegar ao mencionado seminário. Entre esta mesma rua, e a dos Pescadores se estende um beco chamado dos Cachorros (CXLVII), por detrás do qual fica a horta mencionada; e este mesmo beco se comunica por uma pequena travessa com o Largo de Santa Rita.

Na Rua da Vala, entre as ruas das Violas, e do Aljube, que a cortam, se abre outra rua (CXLVIII), a qual em linha reta sai ao Largo de S. Joaquim, e tem o nome deste mesmo santo, por passar pelo lado esquerdo do seminário, e da igreja. Este seminário teve, como já mencionei, o seu princípio em S. Pedro, sendo ali fundado pela piedade do bispo D. fr. Antônio de Guadalupe, e de alguns eclesiásticos, para educação de meninos órfãos; porém como se aumentasse o número dos seminaristas, tanto pobres, como pensionistas que seus pais destinavam para o ministério do altar, preferindo esta casa pela boa educação que nela se dava à mocidade, e os meninos estivessem muito acanhados pela estreiteza do local, foram estes mudados para o lugar, onde existe o novo seminário, concorrendo o povo com esmolas para o sustento dos órfãos, edificação da sua casa e igreja. Os bispos sempre olharam para este seminário com muito amor, e zelo. A igreja de S. Joaquim (CXLIX) é muito moderna; a sua fachada é elegante; tem duas torres, e interiormente faltam-lhe ainda os ornatos competentes. A frente principal do seminário é excelente, e pelo mesmo risco se pretende concluir todo, formando uma quadra, sobre o mesmo terreno, em que está fundado este edifício, que não pode durar muitos anos, por ser feito à pressa para acomodar interinamente os meninos, quando se transferiram de S. Pedro para este sítio (nota 46). A igreja de S. Joaquim por uma singularidade notável fica bem fronteira à capela de Santa Ana, havendo entre estes dois edifícios uma rua chamada Rua Larga de S. Joaquim (CL), a qual tem três ou quatro larguras das ordinárias, e por um e outro lado até sair ao Campo se vão edificando muito boas casas.

Passemos agora às ruas, que ficam entre os montes do Castelo, do Santo Antônio, de Pedro Dias, e de Santa Teresa. A Rua da Ajuda (CLI) tem o seu princípio defronte da porta travessa da igreja de Nossa Senhora do Parto, e acaba no Largo chamado da Ajuda. Este Largo nada mais é do que uma extensão de terreno, que vai ter ao campo fronteiro ao mar, tendo do lado esquerdo uma ponta do monte do Castelo, e depois casas até o campo mencionado, e do lado direito o muro do convento, parte deste mesmo convento, e a igreja. Sobre esta ponta do monte do Castelo sobe uma ladeira (CLII), que vai confinar no alto do monte perto da Sé velha. Pouco distante do princípio dela se vê o portão do semi-

nário de S. José (CLIII). Este seminário, que é o conciliar, está edificado na encosta do monte, é obra antiga, tem duas ordens de dormitórios, uma capela, e uma boa horta murada em roda até mesmo sobre o monte, na parte, que lhe pertence. No tempo do defunto bispo D.J.O. Justiniano ninguém tomava ordens sacras, que primeiro não estivesse neste seminário a preparar-se para elas com os estudos necessários, ao menos por um ano; e se eram seminaristas de S. Joaquim, e da Lapa iam ouvir ali as lições de Moral, Liturgia, etc. Este edifício está como escondido por detrás das casas, que da ladeira se estendem até o campo da Ajuda; também o seu prospecto não é vistoso, e interiormente mais parece morada de Plutão, do que de Minerva. *O' tempora* \*. O convento das religiosas de Nossa Senhora da Conceição, vulgarmente convento da Ajuda (CLIV), por ser edificado neste lugar, onde havia antigamente uma capela com a invocação de Nossa Senhora da Ajuda, e que atualmente é a padroeira da igreja, é um edifício muito espaçoso, apesar de não estar completo, e faltar-lhe ainda mais de metade por se fazer. Tem uma grande frente para o mar com duas ordens de dormitórios, com dois ressaltos nas extremidades em forma de pavilhão, dos quais o da direita só mostra o alicerce, e sobre ele um muro, que o fecha; no da esquerda se elevam os coros das religiosas, que têm coro baixo, médio, e superior, formando parte da igreja, que é alta, e triste, porém majestosa, com sete altares dourados, nos quais se veneram muito belas imagens. A sacristia fica por detrás da capela-mor; e logo não longe dela está a portaria do convento para a qual se sobe por uma escadaria de pedra, que forma três faces, e outra igual a esta dá ingresso para a igreja. Um alto muro forma por este lado até à esquina da Rua dos Barbonos, e por esta rua por Largo espaço, a cerca do convento (nota 47).

Em paralelo com a Rua da Ajuda corre outra, que principia junto à ladeira de Santo Antônio, e acaba no Largo da Ajuda: chama-se Rua da Guarda Velha (CLV), por haver nela em outro tempo um corpo de guarda junto ao portão da cerca dos frades, o qual corpo de guarda se transferiu para defronte da Carioca, a fim de melhor evitar as desordens, que

---

\* Não se vê nesta casa causa que denote casa de educação, e estudos, nem mesmo um mapa geográfico na parede, tendo tanto rendimento!

acontecem diariamente naquele lugar tão frequentado de pretos, que vão buscar água. Esta rua se comunica com a da Ajuda pela travessa de Santo Antônio (CLVI), que da Rua da Ajuda se dirige em linha reta até à ladeira, e também por outros dois becos pouco distantes um do outro. Nesta rua se veem ainda poucas casas, sendo quase todas cercadas de muros por um e outro lado (nota 48).

A Rua dos Barbonos (CLVII), assim chamada pelo hospício dos missionários capuchinhos, se estende o Largo da Ajuda até quase à ladeira de Santa Teresa; não se acha ainda bordada toda de casas por ambos os lados, pois no princípio corre pela esquerda o muro da cerca das religiosas de Nossa Senhora da Ajuda até à frente do portão do hospício dos Barbonos; fica este dentro de um pátio com a sua igreja, que é pequena como o mesmo hospício; não tem torre, e somente um campanário: sendo o instituto destes religiosos a pobreza, esta está aqui em todo o seu vigor, mas com asseio, e um ar de beleza, que atrai, e edifica; têm estes padres uma linda horta, e cerca, que sobe sobre o monte de Santo Antônio até o aqueduto, que leva água para a Carioca; pela frente da rua é separado dela por um muro, que se estende até à fonte das Marrecas (CLVIII) (nota 49). Esta fonte é elegante, em semicírculo a sua figura, cuja corda fica ao correr da rua, onde estão dois tanques para nele beberem as bestas; entre os dois tanques há uma escada de pedra com oito degraus; no plano superior está outro tanque com cinco marrecas de bronze, que nele lançam água pelos bicos, na fachada desta fonte se vê uma grande inscrição lapidar, e no alto sobressaem as armas reais; perpendiculares aos tanques, e à escada estão dois balcões de ferro, os quais pegam em duas pilastras lavrada, que estão nas extremidades do semicírculo, e sobre as quais estão duas figuras de metal, que representam o caçador Narciso, e a ninfa Eco. Defronte esta fonte se abre a Rua das Marrecas (CLIX), que vai ter em linha reta ao portão do Passeio Público, com casas unicamente no lado do poente, as quais todas têm a mesma perspectiva, exceto as duas casas nobres das extremidades; no lado do oriente só estão levantadas as portadas em toda a sua extensão (nota 50). Voltando para a Rua dos Barbonos, pouco adiante do muro das freiras, e antes de chegar à esquina da Rua das Marrecas, se vê o hospício da Terra Santa, o qual tem uma linda

capela dedicada a Santa Ana, com uma grade de ferro na frente da rua, como oratório particular, e também uma excelente horta, que acaba defronte do Passeio com um mirante com bela vista para a barra. Dois frades leigos franciscanos ocupam este hospício! (nota 51). Da Rua das Marrecas até quase à ladeira de Santa Teresa se seguem por um e outro lado casas e quintais fechados com muros (nota 52). A ladeira (CLX), pela qual se sobe para o convento, é extensa, e desagradável à subida, apesar do belo golpe de vista, que para todas as partes se estende; e tanto melhor quanto mais se sobe, por estar esta casa religiosa em demasiada altura. O edifício deste convento (CLXI), e igreja de Santa Teresa, é muito sólido, e capaz de resistir aos maiores tufões de vento no alto deste monte; o seu prospecto não é desagradável, a igreja é pequena, tem três altares, junto dela está a sacristia no lado esquerdo, e parte do convento, que por este mesmo lado só avança até o nível da capela-mor; mas no lado direito tem na frente da sua fachada a torre, e logo a portaria, em cima da qual há uma única janela; a frente principal dos dormitórios está para o lado do sul, e com vista para a barra. O interior deste convento é assaz lindo: aqui está a profissão religiosa no rigor da primitiva, e pode-se dizer, sem exageração, que esta casa é morada de anjos, centro da virtude, e coluna do Rio de Janeiro. O número das religiosas não excede, segundo a regra, de vinte e uma, e são elas eminentes em obras de flores artificiais. O fundador deste convento foi o saudoso governador Gomes Freire de Andrade, 1º conde Bobadela. Antigamente houve neste lugar uma capela de Nossa Senhora do Deserto, a quem é dedicada a igreja que atualmente existe; e foi na antiga capela que uma dúzia de valentes suspendeu a marcha de uma coluna de franceses na invasão de Duclerc.

Na frente do seminário da Lapa se abre uma rua chamada das Mangueiras (CLXII), pelas muitas destas árvores, que antigamente havia neste sítio, hoje ocupado por excelentes casas até ao monte de Santa Teresa, e termina esta mesma rua com a mencionada Rua dos Barbonos no lugar fronteiro aos arcos da Carioca. Por detrás da Rua das Mangueiras corre outra com o nome de Santa Teresa (CLXIII), a qual principia junto à chácara do coronel Manuel Álvares, e vem sair à ladeira de Santa Teresa. Estas ruas se comunicam por duas pequenas travessas (nota 53).

Entre os montes de Santa Teresa, e o de Santo Antônio, que lhe fica fronteiro, correm os arcos (CLXIV), sobre os quais passa a água da Carioca de um para outro monte, como já mencionei; esta grande obra é toda de alvenaria, mas muito forte e perdurável; tem duas ordens de arcos, que chegarão à altura de oitenta palmos pouco mais ou menos; a ordem inferior terá de comprimento pouco mais ou menos; a ordem inferior terá de comprimento cem braças, que é a distância de um ao outro monte; porém a ordem superior é muito mais comprida, e terá cento e quarenta braças desde a caixa do monte de Santa Teresa até à do monte de Santo Antônio, onde principia, e acaba o aqueduto, que sobre eles corre. Por entre dois destes arcos fronteiros à Rua das Mangueiras se abriu há poucos anos uma rua intitulada Rua Nova dos Arcos (CLXV), a qual vai sair à Rua do Lavradio; presentemente poucas casas tem, e essas estão do lado do monte dos frades (nota 54). Mais adiante, quase a chegar à ladeira das Terésias, se entra por baixo de três arcos na extensa rua, ou estrada de Mata-Cavalo (CLXVI). No pilar do primeiro arco à direita se lê em pedra mármore a seguinte inscrição, digna de memória, e gratidão do povo do Rio de Janeiro:

EL-REI D. JOÃO V. NOSSO SENHOR MANDOU FAZER ESTA OBRA PELO  
ILUSTRÍSSIMO E EXCELENTÍSSIMO GOMES FFEIRE DE ANDRADE,  
DO SEU CONSELHO, SARGENTO-MOR DE BATALHA DOS SEUS REAIS  
EXÉRCITOS, GOVERNADOR E CAPITÃO-GENERAL DAS CAPITANIAS DO  
RIO DE JANEIRO, E DE MINAS GERAIS. ANO DE MDCCL.

Esta extensa Rua de Mata-Cavalos, assim chamada por ser antigamente uma vereda cheia de barrancos, e que muito cansava os animais, que por ela transitavam, desde o seu começo junto aos arcos até ao seu fim na lagoa da Sentinela, onde sai a estrada de Mata-Porcos, se prolonga pela base dos montes, que lhe ficam à esquerda, formando uma curva; há nela algumas casas à frente, porém quase todas isoladas sendo pela maior parte bordada, de um e outro lado, de muros, cercas, e portões de chácaras. Em boa distância dos arcos se vê uma antiga e pequena capela dedicada ao Menino Deus (CLXVII), onde foi o primeiro estabelecimento das teresinhas, antes de terem o convento em cima do monte. Pouco distante da capelinha há uma fonte de água nativa naquele lugar, e tem uma inscrição que diz: *Civis aquam bibe, Lavradii Marchio donat* etc. (nota 55) (CLXVIII).

Pelo lado direito desta rua se abrem mais outras três, das quais a primeira é a Rua do Lavradio (CLXIX), larga, e vistosa, a qual vai sair em linha reta na Rua do Conde pouco acima da Praça do Rossio; o vice-rei marquês de Lavradio a mandou abrir no tempo do seu governo. A segunda foi aberta no vice-reinado do conde de Resende: é larga, e em linha reta; sai ao Campo de Santa Ana quase à frente do mesmo Campo, e se chama Rua dos Inválidos (CLXX), por uma casa, e chácara, que o mencionado conde mandou fazer, para nela recolher os soldados velhos e estropiados (nota 56). Estas duas ruas se comunicam por duas ruas travessas, que há pouco tempo se abriram. A primeira na frente da rua nova dos Arcos (CLXXI), que vem sair à Rua do Lavradio, como acima mencionei; e, passando por detrás das chácaras de Mata-Cavalos, se prolonga pelo monte de Pedro Dias, e fazendo um ângulo vai sair à mesma rua, ou estrada de Mata-Cavalos, e é a terceira rua, que nela se desemboca; está ainda por povoar, e sem nome, por que se conheça. A segunda travessa tem o seu começo na barreira de Santo Antônio, onde vai terminar uma pequena rua, que tem o seu princípio na Praça do Rossio, e chamam-lhe de Espírito Santo (CLXXII), e se estende em linha reta de oriente a ocidente até uma ponta do monte de Pedro Dias que avança para a Rua do Conde, ou Caminho Novo, como alguns o chamam. Há projeto de se cortar esta ponta do monte, e levar a rua, até sair a Mata-Cavalos, pelos fundos da casa de Pedro Dias (nota 57).

Passemos agora ao lado do poente do Campo de Santa Ana para entrarmos na cidade nova, onde findará esta descrição; mas antes, segundo prometi, direi mais alguma coisa sobre o prolongamento do Caminho Novo (CLXXIII), que interrompi no lugar da lagoa da Sentinela. O Caminho Novo continua da frente da casa de Pedro Dias até ao lugar do arraial de Mata-Porcos (CLXXIV), onde está a capela do Divino Espírito Santo (CLXXV), com casas quase continuadas por um e outro lado, apenas interrompidas por muros e portões de chácaras. Na frente da capela mencionada se alarga mais esta estrada; e, abrindo-se em duas, a do lado esquerdo se estende até à serra do Indaí, ou Andraí, como o povo a chama; a esta estrada vem sair pelo lado esquerdo o caminho do Rio Comprido (CLXXVI) pelo qual se vai ter à quinta do bispo (CLXXVII); e também à mesma estrada sai outra pela direita, que leva para o Engenho Velho, onde está a freguesia de S. Francisco Xavier (CLXXVIII): a do lado direito se dirige para S Cristóvão

(CLXXIX), por muitas léguas segue para diante: no seu princípio sai a ela a pequena estrada, pela qual se comunica com uma ponte de madeira sobre o braço de mar, que entra por S. Diogo (CLXXX), por detrás da cidade nova, e que forma o grande mangue chamado de S. Diogo (nota 58).

Este terreno da cidade nova é um extenso areal, que confina com o referido mangue, onde só havia cajueiros; tinha na frente do Campo de Santa Ana um muro, que o separava do mesmo Campo; pelo lado esquerdo em linha reta com a boca da Rua do Alecrim se abre uma estrada, que chamam o Areal (CLXXXI), ou das boas pernas, a qual vai sair à lagoa da Sentinela, fazendo uma curva; esta estrada está por um, e outro lado bordada de muros, e cercas de chácaras. No lado direito começa por detrás da capela de Santa Ana a Rua de S. Diogo (CLXXXII), onde poucas casas existem da banda dos montes no seu lado direito até ao lugar da Pedreira, tendo no lado fronteiro unicamente cercas de mato e mangue, pela extrema do qual segue o caminho até S. Diogo, sempre pela fralda dos montes. Não há muitos anos que se abriram neste terreno duas ruas; a primeira na frente da Rua do Sabão com o nome de S. Salvador (CLXXXIII), a segunda na frente da de São Pedro, do qual santo conserva o nome; ambas são largas, tiradas a cordel, e por ora acabam com o mangue, fazendo uma praça antes de confinar com ele. Duas ruas travessas cortam este terreno de sul a norte; a primeira, chamada das Flores (CLXXXIV), tem o seu princípio na lagoa da Sentinela: e fazendo um angulo agudo com a estrada do Areal pela qual passa em linha reta, vai terminar defronte do muro da Pedreira na Rua de S. Diogo. A segunda, tanto ou mais extensa, que esta, começa na mesma lagoa da Sentinela quase fronteira à casa de Pedro Dias, e em linha reta prossegue até confinar com o caminho de S. Diogo, onde há outra pedreira pouco antes de chegar a um caminho, que, elevando-se sobre o monte, vai ter ao Saco do Alferes; a esta segunda rua chamam-na Formosa (CLXXXV). Todas estas ruas da cidade nova (CLXXXVI) se acham ainda pouco bordadas de casas, por estarem no princípio da sua fatura; e, quando chegarem ao seu complemento, isto é, tiverem edifícios por toda a sua extensão, serão muito magníficas, e em tudo superiores às da cidade antiga. Outras muitas se projetam abrir para o futuro neste terreno, em parte ocupado por chácaras, e em parte ainda maior pelo mencionado mangal, e outros lugares alagadiços, à medida que se forem aterrando; e assim se es-



tenderá a cidade até Mata-Porcos, ou mais adiante (nota 59). Em linha reta da frente da Rua de S. Pedro da cidade nova (CLXXXVII) se prolongou, à força de aterro, uma estrada sobre o mangue, que vai confinar com uma ponte de madeira, pela qual se comunica com o continente fronteiro, e paralela com esta calçada se abriu uma extensa vala, ou canal (CLXXXVIII), no fim do qual se há de fazer uma caldeira para receber os barcos, que por ela subirem com comestíveis para provimento dos moradores desta parte da cidade. Só o tempo poderá operar este, e outros muitos benefícios, que farão do Rio de Janeiro a primeira cidade do Novo Mundo; mas é necessário que igualmente concorram patriotismo, gosto das belas-artes, e rendimentos suficientes para as obras públicas (nota 60).

A população desta cidade nos princípios do ano de 1808 (CLXXXIX) chegaria a 60.000 almas, repartidas pelas quatro freguesias: Sé, Candelária, São José, e Santa Rita; porém mais da metade deste número se compreende na escravatura. O clero secular (CXC) apenas chegará a 200 residentes na cidade; e o regular (CXCI) não passa certamente de 120, dando ao convento de Santo Antônio 60 religiosos, 30 ao do Carmo, e outros tantos ao de São Bento. As freiras da Ajuda chegarão a 40, e as terésias não passam de 21. Eis aqui os muitos conventos, e excessivo número de clérigos e frades, que os estrangeiros escrevem haver no Rio de Janeiro! Há mais três seminários, o de São José, de São Joaquim, e o da Lapa, dois Recolhimentos de meninas, e cinco hospitais (CXCII): o Real Militar, no convento, que foi dos Jesuítas, o da Misericórdia, o dos Terceiros de São Francisco, o do Carmo, e o dos Lázarus em São Cristóvão. O corpo militar (CXCIII) da guarnição da cidade se compõe de três regimentos de infantaria, um de artilharia, e um esquadrão de cavalaria. Há mais um regimento de cavalaria miliciana, quatro de infantaria, e um corpo de pretos forros, que se denominam Henriques; e em toda a capitania do Rio de Janeiro haverá oito ou dez regimentos de milícias, além dos da capital, e alguns corpos de cavalaria. As fortalezas são as de Santa Cruz, São João, e a Laje, todas três defendem a barra; antes de chegar a ela está junto do Pão de Açúcar a da Praia Vermelha; e da parte da terra o Forte do Leme para impedir a passagem da praia da Copacabana para a do Botafogo; dentro do porto se vê a de Villegaignon na ilha do mesmo nome, e pouco distante da ponta do

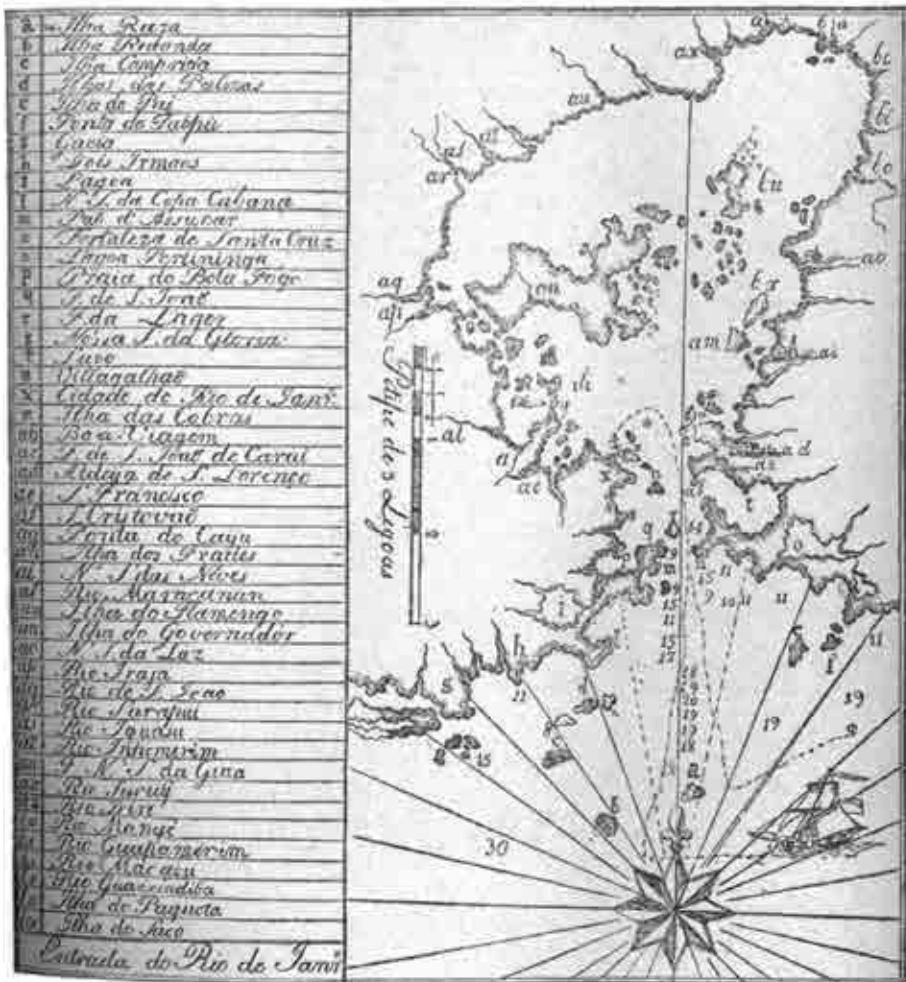


Trem; defronte de São Bento a da ilha das Cobras: no lado fronteiro à cidade estão os Fortes de Nossa Senhora da Boa Viagem, sobre o monte, onde se venera a imagem de Maria Santíssima em uma bela capela superior ao mesmo forte; e o do Gravatá, e propriamente Caraguatá na praia de São Domingos: dentro da cidade sobre o monte da Conceição, está o forte do mesmo nome, que encerra a casa d'armas e as oficinas correspondentes às mesmas: finalmente sobre o do Castelo as ruínas deste, em outro tempo Fortaleza de São Sebastião (nota 61).

Para instrução da mocidade (CXCIV), além dos três seminários, onde há professores de latim, e, no de São José, de filosofia, e de moral, temos as aulas régias de filosofia racional e moral, de retórica, de grego, de desenho, e três de gramática latina, como também quatro de primeiras letras uma em cada freguesia; e uma Escola Militar de Artilharia. Para administração da justiça (CXCIV) há uma relação, da qual é presidente e governador o vice-rei, e é composta do chanceler, e de nove ou onze desembargadores; há mais um ouvidor do crime, um ouvidor da comarca, um juiz de fora do cível, e crime, e um juiz dos órfãos, com os relativos escrivães, e oficiais. O Senado da Câmara desta cidade (CXCVI) se compõe do juiz de fora como presidente, de três vereadores, e de um procurador; tem um escrivão, e outros oficiais, e também dois almotacéis, que servem de três em três meses este cargo. A Fazenda Real é administrada por uma junta presidida pelo vice-rei, com quatro ou mais deputados, dos quais um é o chanceler, outro o intendente da Marinha, outro o procurador da Coroa, etc. A Alfândega é regida pelo juiz, e ouvidor da mesma, debaixo de cuja inspeção estão muitos empregados em diferentes repartições: a Casa da Moeda é governada pelo provedor da mesma; o Real Trem por um intendente militar; a Marinha por outro intendente, oficial general no Real Corpo da Marinha de Lisboa; finalmente a casa das armas e as oficinas anexas, pelo governador da Fortaleza da Conceição. Quanto ao governo eclesiástico, que todo é da jurisdição episcopal, é exercido pelo bispo, e pelo seu provisor, e vigário geral, para cuja expedição há um escrivão da Câmara Eclesiástica, e outro do contencioso, e resíduos, um promotor, um meirinho-geral, e alguns escriturários. Os negócios da Bula da Santa Cruzada são administrados por um vice-comissário, delegado do comissá-

rio-geral de Lisboa, e de todo o Reino de Portugal, e seus Domínios, um tesoureiro, e um escrivão (nota 62).

Tal era a cidade do Rio de Janeiro antes da memorável época da felicíssima vinda de Sua Majestade, aos 7 de março de 1808; e como desde então têm havido até o presente grandes alterações, tanto no seu estado físico, como político, e a cidade tenha maravilhosamente crescido, e aformoseado, não me parece fora de propósito declarar em breves notas as mudanças, aumentos, e melhoramentos relativos aos lugares apontados com números na antecedente descrição: conheço que para os presentes tudo isto é escusado, e de nenhum merecimento; mas eu escrevo também para os vindouros. A memória das coisas acaba em poucas gerações, e os escritos duram por muitos séculos.



## NOTAS

- 1 

Todas estas praias, desde o trapiche de São Francisco até São Diogo, oferecem hoje um prospecto muito risonho e agradável, havendo-se constituído ao longo delas muitas casas, e algumas assaz excelentes, que formam uma continuada rua em roda dos montes, que o mar cerca por toda esta grande extensão: e mesmo sobre os montes se veem outras muitas edificadas de pouco tempo; como também se abriram novas ruas e travessas da praia do Valongo para a da Gamboa na planície que medeia entre o morro do Livramento, e o da Saúde. No Saco da Gamboa se vê o Cemitério dos ingleses sobre o declive do monte perto da praia, em cujo centro está a capela do depósito dos cadáveres. Este cemitério é fechado em roda com um cercado de madeira, e tem um portão. Na frente da Rua do Valongo há um cais e junto da ladeira do Livramento o quartel da 2ª companhia da guarda real da polícia. Confiou-se uma grande porção da ponta da pedra que do monte da Conceição saía ao mar, e sobre a qual se transitava para o Valongo, de sorte que já se caminha pela praia; esta mesma se vai alargando por toda a sua extensão, desde o referido trapiche de São Francisco até o mencionado cais do Livramento com grandes aterros, que atualmente estão em trabalho, para formar um caminho plano, e seguido até à Prainha, para cujo fim se cortaram algumas casas antes de chegar à pequena ladeira de S. Francisco; rebaixou-se esta mesma ladeira, e estão-se fazendo outras muitas obras para utilidade pública, e particular dos moradores deste bairro.
- 2 

A muralha do Castelo sobranceira à cidade foi mandada arrasar por Sua Majestade no ano de 1811, para evitar maior desastre por outra aluvião de chuva, como a que houve a 10 de fevereiro deste mesmo ano, desabando muito barro do monte sobre o beco do Cotovelo, e sepultando algumas casas com morte dos seus habitantes.
- 3 

Estes sinais se faziam muito escassa, e imperfeitamente só por meio de três bandeiras, indicando embarcação portuguesa de Lisboa, ou Porto, e estrangeira em geral; mas depois da vinda d'el-Rei se aumentou o número das bandeiras, e com elas se fazem perto de sessenta sinais, como todos sabem pelos mapas, que correm impressos, e manuscritos com as figuras dos mesmos sinais. Além disso se estabeleceu o telégrafo, que indica os movimentos do da Fortaleza de Santa Cruz, e de outro, que está sobre o alto da montanha nas costas do Pão de Açúcar até Cabo Frio.

- 4 Como o mar tem comido grande porção deste terreno, fez-se um grande dique na sua frente com enormes pedras, postas soltamente umas sobre outras, onde vem rebater, e quebrar a sua fúria; aterrou-se o caminho desde o Matadouro até S. Luzia, abrindo-se em linha reta a estrada por entre as chácaras que ficam na baixa do monte, cujos muros se recolheram muito para dentro, e talvez serão em breve substituídos por casas, que vão ter retamente com outras, que de novo se fizeram pela frente do Matadouro. Também sobre uma porção do campo, que do Matadouro se estende até o muro do Passeio Público se construíram casas até à esquina da rua da Ajuda, onde formando um ângulo reto se estendem para a parte do mar, porém, não chegam à praia. Neste campo, que agora se acha tão diminuído, não se devia consentir levantarem-se casas, nem edifício de qualidade alguma, não só para desafogo da cidade, e gozar-se da vista da barra, mas também em reverência do apreciável depósito, que se guarda ao coro das religiosas. Ainda há muito terreno fora deste, onde se podem levantar casas, e barracas, e não na frente de um convento hoje tão respeitável, e por tantos títulos digno da maior atenção, e da pública veneração dos portugueses.
- 5 O mar havia arruinado o terraço do Passeio Público e por este motivo se desmancharam os mirantes com o mesmo terraço que atualmente se reedificam com maior solidez; espera-se que os novos mirantes, que se hão de levantar, tenham os mesmos formatos, que os antigos. Estabeleceu-se neste Passeio uma aula de botânica, para o que se construiu um edifício oitavado muito elegante no lado esquerdo para a parte da Lapa, onde o professor deste interessante ramo da História Natural dá as suas lições.
- 6 Este seminário, e igreja da Lapa foi dado por Sua Majestade aos carmelitas, que se desgostaram do hospício dos barbadinhos onde haviam feito a sua primeira residência por quase três anos. Atualmente se acha esta casa muito aumentada pelas grandes obras, que se têm feito para acomodação dos religiosos, que pretendem avançar o convento até à frente da igreja, para cujo fim têm comprado algumas casas, cercaram a travessa, que passava por detrás do seminário, e abriram outra do lado esquerdo da igreja para comodidade dos moradores da vizinhança.
- 7 Do Largo da Senhora da Glória para diante vai surgindo uma nova cidade com casaréis por uma outra parte até o Catete, das quais muitas são nobres, e mui belas; têm-se aberto várias ruas, e travessas, que pouco a pouco se vão povoando: assim como pela praia do Flamengo se veem muitos edifícios novos, e excelentes; e sobretudo encanta a vista da praia do Botafogo toda bordada circularmente de boas casas, sobre as quais se levantam altas montanhas, em parte cobertas de mato, e em parte escavadas, que fazem um admirável contraste com a beleza com os edifícios da sua base, alvura da areia, que orla um mar sempre tranquilo, e bonançoso. No sitio do Catete tem a Rainha Nossa Senhora a sua quinta; e muitos fidalgos, e estrangeiros preferem este bairro para a sua residência.
- 8 O esquadrão da cavalaria serviu de casco de um regimento da mesma arma, que

se levantou para a guarda das pessoas reais, e passou a aquartelar-se na praça do Rossio; e os cavalos se acomodaram no jogo da bola de Bento Esteves, na rua detrás do Hospício. O quartel do Trem se destinou para as cavaliças reais, e morada dos empregados nesta repartição do serviço da Casa Real.

- 9 Depois que se construiu o novo teatro na praça do Rossio, esta Casa da Ópera se fechou e pertence hoje a Sua Majestade. Espera-se que todo este terreno até à travessa de S. José será ocupado pelo Real Palácio, quando este se aumentar, como se projeta. Grande parte da praia de D. Manuel até ao cais está hoje ocupada pelas cocheiras da Casa Real.
- 10 O palácio, em que moravam os vice-reis, é, apesar da sua mediocridade, o Paço Real, onde reside um grande monarca com a sua real família; e, para dar maior largueza, e cômodo, foi necessário reunir ao palácio o convento do Carmo, a Casa da Câmara, e a Cadeia por meio de dois passadiços, que correm entre estes edifícios.
- 11 Já não há este arco, nem passagem de uma para outra praia, depois que se fizeram as grandes obras da Alfândega, que presentemente forma um só corpo com os trapiches em frente do mar.
- 12 O Arsenal da Marinha é agora verdadeiramente Arsenal pelos grandes edifícios, que nele se têm feito, e atualmente se estão fazendo: concluíram-se na frente as obras do conde de Resende, levantaram-se interiormente novas oficinas, erigiu-se uma pequena, e decente capela dedicada a S. João Batista; acha-se quase completo um grande edifício quadrado com dois andares, além dos armazéns inferiores, cortando-se grande porção da rocha do monte de S. Bento para dar lugar a este, e outros edifícios, que se projetam; está se fazendo um extenso cais, que orla todo este recinto pela banda do mar; na frente da rua Direita junto à ladeira se levantou um novo portão, que se fechará com uma grade de ferro, etc. Aqui desembarcou a sereníssima senhora Princesa Real no venturoso dia 6 de novembro de 1817.
- 13 Atualmente a irmandade da Misericórdia está construindo uma nova capela-mor, e o hospital tem tido grande aumento na sua fábrica com a nova enfermaria, que se concluiu há três para quatro anos. O patíbulo foi removido para a Prainha.
- 14 Com efeito se acha muito adiantada a fatura da nova igreja do S. José, e será muito elegante depois de concluída: e entretanto serve de paróquia a nova sacristia, que se concluiu para este fim a toda a pressa.
- 15 Todo este edifício se anexou ao Paço; a Câmara se acomodou no consistório do Rosário; depois passou para umas casas na rua do mesmo nome, agora finalmente voltou para o referido consistório até se concluir o novo edifício no Campo de Santa Ana. Os presos passaram para o Albergue, e o pelourinho para a praça do Rossio, donde será transferido para a praça do Capim, quando na do Rossio se erigir a Memória.
- 16 O convento do Carmo, como já notei, faz parte do Real Palácio, e a igreja é hoje a



Catedral do Rio de Janeiro, e Capela Real de Sua Majestade, que a mandou pintar e dourar quase toda no ano de 1816. O cabido, que se compunha de dezoito cônegos, tem hoje trinta, dos quais oito dignidades gozam das honras de mosenhores, e como tais se vestem. A cerimônia de se conduzir a soberana imagem do Senhor dos Passos para a Misericórdia faz-se com a maior pompa, pois basta dizer-se que Sua Majestade acompanha com a corte o mesmo Senhor.

- 17 Já os Terceiros do Carmo levantaram uma das torres da sua igreja; e, pôsto que ainda não esteja concluída, apressaram-se em lhe pôr os sinos, o hospital desta Ordem se transferiu para o Recolhimento do Parto, e o edifício onde esteve se destinou para a Real Biblioteca.
- 18 A Alfândega acha-se muito aumentada, tanto no seu edifício, como no número dos empregados nas suas diferentes mesas, e repartições. A Casa dos Contos passou a ser Erário Régio como o de Lisboa; e a Junta da Real Fazenda foi substituída pelo Tribunal do Conselho da Fazenda. O Erário juntamente com a Casa da Moeda passou para o novo edifício na rua da Lampadosa, hoje rua do Erário, e no antigo se estabeleceu o Banco do Brasil.
- 19 Sobre este monte se levantaram três moinhos de vento, cujas velas postas em movimento fazem uma vista agradável.
- 20 Era 1811, havendo-se concluído o corpo da igreja da Candelária, se transferiu para ela o Santíssimo Sacramento: restam ainda por fazer as *capelas do Cruzeiro*, o zimbório, a capela-mor, e a sacristia, cuja frente há de ficar na rua da Quitanda.
- 21 O quartelamento deste regimento, e dos demais da guarnição desta cidade se transferiu para o novo quartel do Campo de Santa Ana.
- 22 Este Recolhimento é hoje hospital dos Terceiros do Carmo; e as Recolhidas se acomodaram no Recolhimento da Misericórdia.
- 23 Os ourives têm presentemente toda a liberdade de trabalhar no seu ofício, quer em ouro, quer em prata, pelos alvarás de 1808, e 1815.
- 24 Todo este edifício do Aljube se converteu em cadeia pública, e o será enquanto se não fizer outra, a que se deu princípio na cidade nova.
- 25 O monte da Conceição está atualmente muito mais povoado de casas, tanto no seu declive, como na chapada até à fortaleza por um, e outro lado.
- 26 Nesta capela mandou El-Rei Nosso Senhor erigir um soberbo mausoléu do mármore, em que repousa o infante d'Espanha D. Pedro Carlos.
- 27 Neste hospital se recolhem a curar-se os criados da Casa Real em enfermaria separada do dos Terceiros.
- 28 O Rosário, depois que a Catedral se transferiu para a Capela Real, serviu ainda de freguesia, chamada da Sé, até junho de 1820, em que se transferiu o Santíssimo Sacramento para a nova paróquia defronte do Real Erário.
- 29 No lado esquerdo desta travessa, estão os Terceiros edificando um hospital, e vai em grande aumento a sua obra.
- 30 Nestas obras dos Pássaros se levantou o magnífico edifício do Erário Régio, e Casa

da Moeda, e junto a ele no lado direito atualmente se edifica com elegante prospecto outro edifício, destinado para o Instituto Acadêmico de Bela-Artes e Ciências.

- 31 Neste lado corre uma linha de excelentes casas desde a esquina fronteira à capela da Lampadosa até sair à rua do Alecrim, onde se levanta a nova igreja, e paróquia do Sacramento.
- 32 Chama-se travessa do Núncio, por ter morado na casa nobre, que faz frente para a rua do Alecrim, o núncio apostólico cardeal Caleppi, e hoje ocupa a mesma casa o seu sucessor núncio Maresfoschi.\*
- 33 Esta irregularidade está em parte emendada pelas magníficas casas do excelentíssimo, conde dos Arcos.
- 34 e 35 Neste lado do Campo se edifica por toda a sua extensão o soberbo quartel da guarnição desta corte, e por cujos lados correm duas ruas, que vão ter ao monte do Livramento, e estas são cruzadas por outras, que principiam na rua do Valongo, e hão de terminar com a pedreira por detrás de Santa Ana, cuja capela é hoje a quinta paróquia.
- 36 Neste campo se tomou um terreno de cem braças em quadro para o novo Passeio Público, o qual principia no Caminho Novo, e sai em linha reta à boca da rua do Alecrim; no meio da frente, que fica para o campo, se levantou um belo palacete: no princípio era este todo de madeira, mas presentemente se renova de pedra e cal com maior solidez e duração. Quase no meio do campo, entre as ruas de S. Pedro e do Sabão, se construiu o chafariz, que é de forma redonda, e todo de cantaria. Esta grande obra não está ainda completa. No lado do oriente, e bem fronteiro ao chafariz, se vê a nova Casa da Câmara, que atualmente se está edificando: e defronte da cerca do novo Passeio, na extremidade da rua dos Ciganos o Real Museu de História Natural nas belas casas que Sua Majestade comprou ao comendador João Rodrigues Pereira de Almeida.
- 37 Por detrás das obras da Sé nova, e com frente para a praça do Rossio se construiu o Real Teatro, cujo interior é muito belo, e ricamente ornado. No meio desta praça se levantou o pelourinho, que será substituído pela pirâmide, que a cidade pretende erguer em memória da feliz vinda de Sua Majestade para o Brasil, e entrada nesta Corte: motivos, que me são ignotos, têm retardado, até agora, a ereção deste monumento da felicidade, honra, e glória do Reino do Brasil.
- 38 Nesta rua do Ouvidor se veem muitas casas ocupadas por negociantes estrangeiros: ingleses e franceses.
- 39 Este jardim está mais diminuto, por se lhe ter cortado uma parte do terreno para a edificação do novo hospital.
- 40 O edifício da Sé nova, visto que jamais se concluirá para ser a Catedral do Rio de Janeiro, se reduziu a profano, e se destinaram os consistórios e a sacristia para aulas da Real Academia Militar.

---

\* O excelentíssimo núncio Maresfoschi faleceu a 17 de setembro de 1820. (N. do autor).

78 Luís Gonçalves dos Santos

- 41 A irmandade da Conceição foi ereta em Ordem Terceira, por Breve Pontifício, no ano de 1816, e neste de 1820 se lhe reuniu a da Boa Morte, pelo que já deram princípio a grandes consertos na igreja, e se espera que a ordem [se cumpra] com decência.
- 42 Antes de chegar à rua do Alecrim, onde faz ângulo com a rua do Erário, passa pelo lado direito da nova igreja e paróquia do Santíssimo Sacramento, que se trasladou da igreja do Rosário com grande pompa a 11 de junho do presente ano de 1820.
- 43 Ambas estas capelas mencionadas se acham hoje cobertas, posto que sem forro no teto; mas estão decentes, apesar da sua pobreza: ainda não têm torres.
- 44 Já não é assim, porque na frente da rua do Sabão se acaba de erigir a bela praça do Comércio; e na de S. Pedro, há mais tempo, que se construiu um trapiche para o trigo.
- 45 Neste fortim se construiu o quartel da primeira companhia da guarda real da polícia.
- 46 Este seminário dos Órfãos se converteu em hospital dos batalhões, que vieram destacados de Portugal; e um determinado número de meninos órfãos passou para o de S. José.
- 47 Presentemente se acha este convento muito honrado pelo real depósito da Senhora D. Maria I de saudosa memória, cujas reais cinzas jazem no coro debaixo a par das de sua sereníssima irmã a senhora infanta D. Mariana.
- 48 Nesta rua da Guarda Velha está a Casa do Tesouro da Casa Real, e junto a ela se prolonga um grande edifício de dois sobrados, que servirá para o mesmo fim, depois de completo.
- 49 Os capuchinhos passaram a acomodar-se na igreja da Senhora da Glória, para dar lugar aos carmelitas; e depois destes ocupam este hospício os padres da Ordem Terceira, e deram-lhe o nome de Nossa Senhora do Patrocínio; os carmelitas levantaram uma torre proporcionada ao edifício da igreja, quando moravam no referido hospício.
- 50 Na frente das Marrecas se estabeleceu a oficina da Impressão Régia; e na frente do Passeio levantou uma excelente casa o tenente-general José de Oliveira Barbosa: além destas, há mais umas três casas junto da Impressão Régia.
- 51 Depois da vinda de Sua Majestade serve este hospício de morada do reverendíssimo esmoler-mor; porém os leigos ainda ali se conservam.
- 52 Presentemente está quase toda ocupada de casas por um e outro lado,
- 53 Hoje tem muito boas casas por quase toda a sua extensão.
- 54 Não é assim atualmente, porque muitas casas se têm construído e outras estão ainda em obras; restando somente um pouco de terreno por povoar, confinante com a rua do Lavradio.
- 55 Esta rua de Mata-Cavalos atualmente tem muitos bons edifícios, aos quais sobressai a casa nobre do ilustríssimo visconde de S. Lourenço, No fim do muro da chácara do coronel Cláudio se levantou uma boa fonte, que liberaliza aos moradores da vizinhança muito boa água, tomada dentro da mesma chácara; nesta fonte se lê esta singela inscrição em letras de metal douradas:

O REI  
POR BEM DO SEU POVO  
M.F.E.O. PELA POLÍCIA  
1817

- 56 Tanto a rua do Lavradio, como a dos Inválidos apresentam ainda muitos claros, e muros de quintais; mas, não obstante isso, são muito belas, e agradáveis pela sua extensão em linha reta, grande largura, e bons edifícios, que nelas se têm construído, e atualmente se estão construindo. A chácara dos Inválidos, que poucos anos dela se gozaram, foi dada por Sua Majestade ao ilustríssimo barão de Alvaizere, físico-mor do Reino, para sua residência. Nesta mesma rua se erigiu a capela de Santo Antônio Pobre, pelo lado direito da qual corre a travessa, que vem da barreira, e confina com a ponta do morro de Pedro Dias. Esta capela em tudo convém com o epíteto do Santo seu padroeiro.
- 57 A despeito de muito trabalho, ainda não está cortada a ponta deste monte; mas apesar disto, já se abriu a rua, que do outro lado dela sai a Mata-Cavalos, onde se fizeram algumas casas. Esta nova rua se comunica com a rua do Conde por uma travessa quase fronteira à casa do ilustríssimo conselheiro intendente-geral da polícia; e o restante dela além do monte por outra travessa, que sai à lagoa da Sentinela. Na barreira de Santo Antônio, antes de chegar à travessa do Espírito Santo, pela qual se entra nesta rua (cujo nome ignoro, e julgo que se chama de Santo Antônio Pobre) havia uma antiga fonte, ou um poço de água excelente, sobre a qual se construiu uma casa, que se achava muito arruinada; esta casa se reparou, e ao lado dela se levantou um chafariz, que lança água por três bicas, fazendo-se subir a água por uma máquina, no que se ocupam dois presos das galés.
- 58 Por esta estrada, hoje muito frequentada, se vai ter à Real Quinta da Boavista, que fica por detrás de S. Cristóvão.
- 59 As ruas da cidade nova já apresentam um agradável prospecto, pois se acham em grande parte bordadas de casas por um e outro lado, em muitas das quais se notam belas frontarias.
- 60 Por esta estrada sobre o mangue, que está bem sólida, larga, e aprazível, se levantaram de cem em cem passos umas colunas de pedra e cal, das quais se suspendem grandes lampiões por varões de ferro, que estão fixos nelas; além disto têm por um e outro lado, em toda a sua extensão, guardas de madeira pintadas de vermelho, para resguardar os coches que caírem no mangue por algum incidente não previsto. Por esta estrada ordinariamente transita Sua Majestade, e a real família, e também a Corte, do Paço para a quinta, ou da quinta para o Paço. Perto da ponte há um corpo de guarda da polícia, e já se construíram algumas casas.
- 61 O hospital dos Lázaros já não existe em S. Cristóvão; há três anos se passou para a ilha das Enxadas, e modernamente para a aldeia de S. Lourenço. A praia de S. Domingos, vulgarmente Praia Grande, apresenta hoje uma grande povoação, erecta em vila no ano de 1819, com o nome de Vila Real da Praia Grande. Quem diria,

que este sítio, há poucos anos quase deserto, tão depressa se cobrisse de casas, que fazem uma extensa, e bela perspectiva ao longo da praia, e sobre os outeiros sobranceiros!

- 62 Quase tudo o que se disse neste, e no parágrafo antecedente, se tem mudado; o população sobe hoje a oitenta mil almas; o mais se verá no decurso destas *Memórias*.

#### ADIÇÕES ÀS NOTAS

Adição À NOTA 4 – A capela de Santa Luzia está quase concluída; tem três altares, que ainda não estão dourados, e falta-lhe também levantar a torre da sineira para cima.

- 8 Uma grande parte deste regimento se acha aquartelada em S. Cristóvão, onde se construíram novos quartéis.

9 Presentemente estão-se fazendo grandes consertos nesta, em outro tempo, Casa da Ópera, para acomodação de pessoas nobres empregadas no Paço.

- 33 Neste lado ocidental do campo se aquartelou a 1ª companhia de cavalaria da guarda real da polícia.

47 Na frente deste convento, e por baixo dos dormitórios das religiosas, se construíram o quartel da 3ª companhia da guarda da polícia; um depósito de armas do 1º Batalhão de caçadores, vulgo Henriques; e não sei o que mais contra as leis da clausura! Deste convento foram trasladadas em 1821 para o Real Convento do Coração de Jesus em Lisboa as cinzas de Sua Majestade Fidelíssima.

- 58 Pouco adiante da casa de Pedro Dias se levantou na estrada de Mata-Porcos uma caixa, com feitio de torre, para receber a água tomada por ora do rio Comprido: esta obra é muito sólida, e de cantaria; forma dois corpos; sobre a cimalha do primeiro corre por três lados uma varanda de ferro; embaixo na sua base tem um tanque com três bicos, que dão água ao povo circunvizinho; esta torre está encostada no monte, por onde vem o encanamento da referida água, e daqui segue o aqueduto por canos subterrâneos até ao chafariz do Campo de Santa Ana. El-Rei Nosso Senhor mandou vir de Lisboa uma porção considerável de canos de pedra broqueados para fazer perdurável esta grande obra, os quais ainda se não encanaram. Item na estrada, que conduz para Andaraí, e pouco arredado da capela de Divino Espírito Santo, está o segundo quartel da cavalaria da polícia.

- 61 No hospital dos Lázaros se aquartelou em 1817 o 3º batalhão de caçadores destacado de Portugal; o batalhão nº 15 no quartel de Bragança, o nº 11 no de Moura, e os artilheiros condutores na Praia Vermelha.

.....

*Anotações de Noronha Santos*  
*à introdução das Memórias*

**I**—

MARTIM AFONSO DE SOUSA – O ano de 1531 assinala, não a 1º de janeiro, mas em 30 de abril, a chegada ao Rio de Janeiro da esquadilha de Martim Afonso de Sousa – cujo diário da navegação, escrito por Pero Lopes de Sousa, irmão do chefe da expedição, foi descoberto por Varnhagen em arquivo português e publicado no tomo XXIV – pág. 9 da Revista do Instituto Histórico.

Vinte e nove anos antes da chegada da expedição de Martim Afonso, uma esquadilha de três caravelas descobriu a 1º de janeiro de 1502 a baía de Guanabara e, na suposição de se encontrarem os navegantes em frente à foz de um grande rio, deram-lhe a denominação – Rio de Janeiro – mais tarde transmitida ao continente. Alguns cronistas e historiadores registram, uns, o nome de Gaspar de Lemos e outros o de Nuno Manuel – como chefes dessa expedição.

Rio Branco, em suas *Efemérides Brasileiras* (pág. 21 – edição de 1938) atribui a André Gonçalves o comando da esquadilha, na qual o célebre cosmógrafo Florentino Américo Vespucci tinha a mestrança de um dos navios.

Mais duas expedições aqui aportaram – uma em 1503, sob o mando de Gonçalo Coelho, fundando um arraial e construindo a casa de pedra junta à foz do rio Carioca (casa de branco) e a de Fernão de Magalhães, em dezembro de 1519, demorando-se de 13 a 20 desse mês nas águas guanabaras, encontrando os expedicionários regular criação de galináceos e incipiente lavoura, introduzidos pela gente de Gonçalo Coelho.

Pigaffeta, no capítulo de sua obra – *Primo viaggio attorno il mondo*, relativo à permanência da frota de Magalhães, no Rio de Janeiro, discrimina a forma pela qual conseguiram entabular negociações com os silvícolas. “Aqui fizemos – ele o disse – provisão de galinhas e patatas e de uma espécie de fruta, semelhante à pinha, canas muito doces e de carne de anta, parecida com a de vaca.” Por um rei, do baralho, deram os ingênuos tamoios, seis galinhas, persuadidos da excelência do negócio e da boa fé daqueles civilizados.

II – VILA VELHA – A fundação da cidade do Rio de Janeiro a 1º de março de 1565 na várzea do Cara de Cão, atendeu à necessidade imperiosa de se exteriorizar o domínio português nas águas da Guanabara, para se contrapor às guerrilhas francesas e tamoias. A cidade se assemelhou mais a um acampamento, do que propriamente a um centro urbano de atividade civil.

“Levantemos esta cidade – disse o capitão-mor Estácio de Sá – que ficará por memória do nosso heroísmo e de exemplo do valor às vindouras gerações, para ser a rainha das províncias e o empório das riquezas do mundo.”

Em sessão preparatória do primeiro Congresso de História Nacional, celebrado o 5 de julho de 1913, sob os auspícios do Instituto Histórico, resolveu se colocar uma pedra simbólica na várzea do Cara de Cão, assinalando os fundamentos da primitiva cidade. Após demoradas e pacientes investigações do historiador José Vieira Fazenda, assentou-se, a 20 de janeiro de 1915, um marco no local denominado praia de Fora, na fortaleza de S. João, com a seguinte inscrição:

NESTE TOCAL FORAM LANÇADOS  
OS PRIMEIROS FUNDAMENTOS DA CIDADE  
DE S. SEBASTIÃO DO RIO DE JANEIRO.

Pouco depois da decisão do Instituto Histórico, divergindo a respeito do local da primitiva fundação do Rio de Janeiro, o historiador Adolfo Morales de los Rios publicou extenso e erudito estudo, que se lê no tomo especial do 1º Congresso de História Nacional – 1º parte – págs. 989 a 1350.

Interessantíssima é a bibliografia que se conhece acerca da fundação do Rio de Janeiro, no Vila Velha. Citamos, entre outros trabalhos: *Histoire du Brésil Français* (Paul Caffarel), *A fundação da cidade do Rio de Janeiro na história e na legenda* (João Manuel Pereira da Silva), *Crônica Geral e Minuciosa* (Melo Moraes, pai), *Anais do Rio de Janeiro* (Baltasar da Silva Lisboa), *Tratado Descritivo do Brasil* (Gabriel Soares de Sousa), *História do Brasil* (frei Vicente do Salvador), “A primeira fundação do Rio de Janeiro” (Jaime Reis – *Revista Brasileira* – junho de 1897), *História da América Portuguesa* (Rocha Pita), *Memórias Históricas do Rio de Janeiro* (Pizarro). *João Cointa, senhor de Bolés* (Ramiz Galvão: *Rev. do Inst. Hist.* – tomo XLVII), “Bosquejo Histórico do estabelecimento dos franceses no Rio de Janeiro e sua expulsão no século XVI e das suas novas incursões no século XVIII” (Fernandes Pinheiro: – *Rev. do Inst. Hist.* – tomo XXII), *Subsídios para a história da cidade de S. Sebastião do Rio de Janeiro* (Morales de los Rios), *Aspectos Novos de Cousas Velhas* (Escragnole Dória, *Jornal do Comércio* – 24 de dezembro de 1915), *Quadros da História Pátria* (Basílio de Magalhães e Max Fleiuss), *História do Brasil* (Rocha Pombo), *História da cidade do Rio de Janeiro* – (obras com este título de autoria de Felisbelo Freire, Max Fleiuss, Delgado de Carvalho e Néelson Costa), *A cidade do Rio de Janeiro e seu termo – Ensaio Urbanológico* (Costa Ferreira), *Antiquilhas e Memórias do Rio de Janeiro* (Vieira Fazenda), “Primeiro núcleo fundado por portugueses – Origem do Rio de Janeiro” (Magalhães Correia) *Correio da Manhã* – outubro e novembro de 1941), – além de documentos cartográficos, das preciosas coleções da Biblioteca Nacional, do Instituto Histórico, do Arquivo Municipal, da obra excepcional de Jean de Lery (*Viagem à Terra do Brasil* –, que é toda a história da malograda França Antártica) e o estudo que publicamos no *O Jornal*, de 20 de janeiro de 1929, com os títulos – “Primórdio, do Rio de Janeiro – Villegaignon e Bois le Comte”, mostrando a influência exercida por franceses entre os tamoios e na causas que concorreram para precipitar a fundação do Rio de Janeiro.



III – BISPADO DO RIO DE JANEIRO – A prelazia criada em 1575 pelo breve do papa Gregório XIII, de 19 de julho desse ano, foi elevada pelo Sumo Pontífice Inocêncio XI (bula *Romani Pontificiis Pastoralis Sollicitudo*) a 22 de novembro de 1676 a bispado. Monsenhor Pizarro, em suas *Memórias Históricas* (tomo II – pág. 53 – nota 1<sup>a</sup>) registra a data de 19 de julho de 1576, indicando-a como da fundação da prelazia. Segundo o arcepreste Antônio Alves Ferreira dos Santos (*A Arquidiocese de S. Sebastião do Rio de Janeiro*) a verdadeira data daquele breve é a referida no *Bellarium Romanum*

– 19 de julho da 1575. Da mesma sorte, Pizarro registra a criação do bispado em 16 de novembro de 1676 (tomo IV das Memórias – pág. 7 – nota 3<sup>a</sup>) e o arcepreste Ferreira dos Santos retifica para 22 de novembro do mesmo ano.

O primeiro prelado provido foi o padre Dr. Bartolomeu Simões Pereira, por carta régia de 11 de maio de 1577.

Renunciando à diocese D. Frei Manuel Pereira, religioso dominicano, em 1680, antes de tomar posse, o primeiro bispo que exerceu a direção espiritual da Capitania do Rio de Janeiro foi Dom José de Barros Alarcão, empossado a 13 de junho de 1682 e que faleceu no Rio a 6 de abril de 1700.

IV – INVASÃO FRANCESA DE DUCLERC – João Francisco Duclerc, chefe da primeira invasão francesa no século XVIII, natural de Guadalupe, tendo operado desembarque com sua gente em Guaratiba a 11 de setembro de 1710, acampou a 18 do mesmo mês no engenho velho dos jesuítas, dispondo-se a atacar a cidade no dia seguinte. Compelido a render-se, só o fez, porém, depois de sanguinolento combate com as companhias de Bento do Amaral, Francisco Xavier, Gregório de Castro Morais, irmão do governador, e de estudantes dos pátios do colégio dos Jesuítas. Hostilizados pela artilharia do morro do Castelo e envolvidos os franceses por sucessivas cargas de cavalaria, tendo a repeli-los os próprios moradores que os alvejaram com água e azeite ferventes, fortificaram-se no trapiche de Luís da Mota, nas imediações da Casa da Alfândega. Diante da resistência que opuseram os defensores da cidade, resolveram os franceses capitular.

Prisioneiro o chefe dos invasores, desde a manhã de 19 de setembro, no convento dos padres jesuítas, em companhia de oficiais e soldados,

alguns dos quais foram removidos para diferentes lugares, passou depois para o forte de S. Sebastião, de onde saiu com destino à casa do tenente Tomás Gomes da Silva, debaixo de severa vigilância. Ficava essa casa nas proximidades da igreja da Candelária, a pequena distância de um cruzeiro de pedra, na esquina das atuais ruas da Quitanda e General Câmara – como nos diz Vieira Fazenda (*Antiquilhas e Memórias do Rio de Janeiro, Rev. do Inst. Hist.* – tomo 88 – pág. 39). Pelas 8 horas da noite de 18 de março de 1711, quatro homens embuçados penetraram inopinadamente naquela casa e assassinaram João Francisco Duclerc, que teve sepultura na capela de S. Pedro.

A verdadeira causa desse crime permanece até os nossos dias envolta em impenetrável mistério.

Na carta que ao governo da metrópole escreveu Francisco de Castro Morais, em 25 de julho de 1711, narrando os acontecimentos que culminaram com a vitória das armas portuguesas, declarou o governador do Rio de Janeiro que “Duclerc era um debochado e pretendia, com escritos, algumas mulheres honradas.”

V – INVASÃO FRANCESA DE DUGUAY-TROUIN – Decorrido quase um ano da capitulação de Duclerc, uma esquadra de dezesseis navios, com cerca de 750 peças de artilharia, sob o mando de Renato Duguay-Trouin, se aprestou nos principais portos franceses e com 5.396 homens zarpuou em rota batida ao Rio de Janeiro, deixando La Rochelle a 9 de junho de 1711. A 5 de setembro era avisado o Governador Francisco de Castro Morais da passagem da esquadra por Cabo Frio, dando na mesma data providência para a defesa da cidade. Aproveitando-se de denso nevoeiro que caíra sobre a baía, pelas 5 horas da manhã de 12 daquele mês entraram os navios franceses no Rio de Janeiro e à noite já estavam os invasores de posse da artilharia da ilha das Cobras, bombardeando furiosamente a cidade e as fortificações do morro dos frades beneditinos, de São Sebastião e da ilha de Villegaignon. A 14 efetuaram os inimigos desembarque na praia do Valongo, protegidos por uma bateria assestada na ilha do Pina (Saco do Alferes), não encontrando resistência, exceção dos guerrilheiros de Bento do Amaral, que morreu em combate.

De avanço em avanço, de investida em investida, palmilhando charcos e caminhos marginais dos mangues do Saco do Alteres ao campo de Santa Ana, chegaram os soldados do Duguay-Trouin ao centro da cidade.

Intimado Castro Morais a entregar o Rio de Janeiro às armas francesas, depois de expender várias considerações sobre o *ultimatum* do chefe da invasão de 1711, escreveu:

“Quanto à morte de Mr. Duclerc, dei-lhe, a pedido seu, a melhor casa deste país, onde foi morto. Não pude descobrir quem foi o matador, por mais diligências que se fizessem tanto de minha parte, como da justiça, e vos asseguro que se for encontrado o assassino há de ser punido como merece.

“Enquanto, a entregar-vos a cidade, pelas ameaças que me fazeis, havendo-me ela sido confiada por el-Rei Meu Senhor, não tenho outra resposta a dar-vos senão que a hei de defender até a última gota do meu sangue” (Baltasar Lisboa – *Anais do Rio de Janeiro* – vol. V – pág. 317).

Não nos parece razoável a acusação que pesa sobre a memória de Francisco de Castro Morais. Ao contrário da pecha de inepto e covarde, o malsinado governador do Rio de Janeiro foi previdente e bravo. Com rara clarividência previra os amargos dias das duas invasões francesas. Solicitara, por vezes, auxílios para a defesa militar da capitania, onde serviam oficiais valetudinários – alguns deles tão velhos e alquebrados por moléstias, que nem sequer podiam prestar serviços comuns da ordenança.

Pedira que as sobras de rendimentos provenientes dos subsídios dos vinhos e da aguardente revertissem em favor das obras de fortificações. Reclamara muitas vezes contra o atraso no pagamento dos soldos de oficiais e praças da guarnição do Rio de Janeiro. Mas, nestas como naquelas ocasiões, foi sempre desatendido pelo governo da metrópole.

Após a capitulação de Duclerc, o Governador Castro Morais não se iludiu quanto à significação dessa vitória e das represálias inevitáveis. Insistentemente mostrou à corte portuguesa a necessidade de novos reforços militares. Embora avisado pela Inglaterra dos planos que se urdiam em França, o Rei D. João V limitou-se a ordenar a partida da frota de guerra, constituída então por quatro naus e três fragatas artilhadas, que navegavam anualmente para o Brasil, aumentando o comboio e nomeando seu comandante o célebre *Maquinês* – Gaspar da Costa de Ataíde.

VI – VICE-REIS – Tendo em vista a situação geográfica do Rio de Janeiro, mais próxima do teatro das lutas que se desenrolavam no Rio da Prata, a conselho de Sebastião José de Carvalho e Melo (Conde de Oeiras e marquês de Pombal) mandou o Rei D. José I em 27 de janeiro de 1763 instalar o vice-reinado do Brasil na cidade de São Sebastião – que se tornou assim a capital da colônia.

Exerceram o vice-reinado: de 1763 a 1767 D. Antônio Álvares da Cunha – Conde da Cunha; de 1767 a 1769 – D. Antônio Rolim de Moura Tavares – conde de Azambuja; de 1769 a 1779 – D. Luís de Almeida Portugal Soares d’Eça Alarcão Silva e Melo Mascarenhas – segundo marquês de Lavradio; de 1779 a 1790 – D. Luís de Vasconcelos e Sousa, posteriormente conde de Figueiro; de 1790 a 1801 – D. José Luís de Castro, conde de Resende; de 1801 a 1806 – D. Fernando José de Portugal e Castro posteriormente marquês de Aguiar; e de 1806 a 1808 – D. Marcos de Noronha e Brito, oitavo conde dos Arcos de Val-de-Vez.

VII – CAPELA DE S. FRANCISCO DA PRAINHA – Edificada em 1738 na encosta do morro da Conceição, em substituição da que fora demolida em 1710.

VIII – CAPELA DE N. S. DO LIVRAMENTO – Construído por José Caieira da Silva, em 1676. Incorporada em princípios do século XIX à chácara do brigadeiro Bento Barroso Pereira, falecido a 8 de fevereiro de 1837.

Foi demolida numa grande parte, restando-lhe ainda as paredes de frontaria. Noutro local, na divisa das freguesias de Santa Rita e Santa Ana, construiu-se outra capela sob a mesma invocação.

IX – CAPELA DE N. S. DA SAÚDE – Levantada por provisão de 8 de outubro de 1742 e iniciativa de Manuel da Costa Negreiros. Está situada na antiga ladeira da Saúde e Rua da Boavista, posteriormente Rua Conselheiro Zacarias – assim denominada por ato municipal de 13 de março de 1880 e proposta do vereador Adolfo Bezerra de Meneses.

X – SACO DO ALFERES – Teve esta denominação o trecho do litoral entre o morro da Gamboa e a Bica dos Marinheiros, precisamente no lugar chamado no século XIX de praia Formosa, próximo do morro de S. Diogo e das ilhas das Moças e dos Melões. Aí residiu o célebre alferes

Diogo de Pina, fundador da capela de São Diogo e combatente contra a invasão francesa de 1711.

A ilha das Moças, também chamada do Curtume ou dos Cães, era habitada ao tempo de D. João VI por portugueses endinheirados, que se estabeleceram no local com um curtume, extinto depois de 1821, devido à concorrência do francês José Francisco Derémusson, com o mesmo gênero de negócio na praia Formosa. Antes de 1832 Derémusson construiu um cais e uma ponte sobre o mangue e abriu uma estrada para seges, que terminava em 1838 no Aterrado. Ilha das Moças ou das Sete Irmãs, era o nome pela qual a conheciam os caixeiros e pequenos negociantes dos princípios do século XIX. A propósito dessa última nomeação encontra-se no *Jornal do Comércio*, de 31 de agosto de 1936, curioso artigo de Corinto da Fonseca, com a tradução da correspondência de um dos frequentadores da ilha, em dias do governo do rei velho.

A ilha dos Melões ou de João Damasceno, desapareceu antes de iniciadas as obras de aterro efetuadas pela Empresa de Melhoramentos no Brasil, cessionária da concessão de 24 de maio de 1879, dada a Possidônio de Carvalho Moreira, Dr. Luís Rafael Vieira Souto e outros. A das Moças só foi unida ao continente, em frente dos terrenos da Vila Guarani, depois de 1896.

Remonta ao ano de 1809 o primeiro ato administrativo sobre a demarcação dos terrenos do Saco do Alferes e conseqüente valorização dessa parte da cidade.

O Saco do Alferes, com o seu embarcadouro muito procurado por moradores de São Cristóvão, Inhaúma e Irajá, que se serviam dos botes que ali atracavam, tornou-se lugar de grande desenvolvimento a partir de 1830, estabelecendo-se uma fábrica de artefatos de vidros e cogitando a municipalidade da abertura de um caminho sobre os aterros que se fizessem nas marinhas até a Rua Nova do Imperador, segundo o plano do engenheiro Pedro Taulois. Por essa época levantou-se a planta dos terrenos de mangues vizinhos da Cidade Nova, doados à municipalidade pelas leis de 3 de outubro de 1834 e 20 de novembro de 1838.

Aterrados, finalmente, todos os pântanos pela Empresa de Melhoramentos no Brasil, transformados os recortadas trechos do litoral onde existiam habitações de descuidada construção e conquistados numa grande

porção o mar, nada mais resta do velho Saco do Alferes, com sua densa população, na maior parte pobre, mas trabalhadora e honesta.

XI – MONTE DO CASTELO – Derrotados os franceses e seus bravos aliados, os tamoios, em combates, dos quais foi o mais encarniçado o de 20 de janeiro de 1567 no ataque às fortificações de *Birauaçu Mirim*, tratou o governador-geral Mem de Sá de transferir a sede da cidade para uma posição que assegurasse aos portugueses vantajosa situação estratégica contra os inimigos. Depois de consultar o bispo da Bahia, D. Pedro Leitão e os maiores da terra conquistada, escolheu um monte mais para o interior da baía de Guanabara, na margem ocidental, com a altitude máxima de cento e trinta braças – distante, mais ou menos, uma légua do arraial do Cara de Cão, e procedeu, sem demora, ao desbaste da mataria que ali existia. Em terreno aberto pelo machado, iniciou o governador-geral o trabalho pacífico das construções, levantando muros e baluarte, destinados à defesa militar, no caso de possíveis investidas dos franceses e tamoios. Fizeram-se casas para o governador e armazéns da fazenda real. Depois de agosto de 1567 instalaram-se numa casa assombrada, diferente das de taipa de mão e bem frágil que se levantara na várzea do Cara do Cão – como nos diz Gabriel Soares de Sousa – os *oficiais do conselho de vereanças*. Contígua ao paço municipal ficava a cadeia.

Para facilitar as construções, permitiu Salvador de Sá que moradores e funcionários da governança, auxiliados por índios flecheiros de São Vicente e Espírito Santo, levantassem habitações, onde bem lhes conviesse, surgindo, aqui e ali, casas de taipa, cobertas de telhas ou tijupares cobertos por folhas de palmeiras. Assinalando um dos primeiros marcos da fé esplendorosa dos conquistadores, ergueu-se o templo das padres da Companhia de Jesus e ao lado deste, a Sé, de três naves, e, em 1568, edificaram os loiolistas um convento para cinqüenta congregados.

Aquele lugar, em frente ao mar, o cavaleiro da ilha de Sergipe e do forte de Coligny, oferecia, evidentemente, condições para contínua vigilância. Daí se descortinava todo o porto, desde a entrada da barra até os confins orientais da baía. Era bem o refúgio tranquilo – o monte do descanso como o denominaram, após lutas travadas, a ferro e fogo, pelos homens de guerra nos entrincheiramentos do Cara de Cão, na ilha da Carioca e nas águas da Guanabara.

Se o aldeamento militar permaneceu durante tanto tempo à sombra do Pão de Açúcar – numa região sujeita a amiudados ataques dos indígenas, deveu-se isto tão-somente à premente contingência das lutas em que se empenhoravam os portugueses falhos de recursos bélicos, antes dos projetos definitivos de Mem e Estácio de Sá.

A experiência condenara aos demais aquela estreita faixa de terra encurralada entre montanhas, para a sede da cidade. E a prova de que nunca se pensou nisso, está na retirada dos portugueses, desde que cessou a necessidade de se ter no local um ponto de observação, que se transformou em reduto de heróica resistência.

Mudança do conselho da Câmara para a várzea da cidade – A 18 de julho de 1639, em presença dos oficiais e juizes, Governador Salvador Correia de Sá e Benevides, do ouvidor-geral da repartição do sul, do licenciado Simão Álvares e de algumas pessoas do governo desta cidade, lavrou-se o auto e acórdão de vereança – pelo qual se determinou a mudança do conselho para uma casa de pedra e cal, que à custa dos cofres municipais se construirá na várzea. Justificava o ouvidor a necessidade urgente dessa mudança, atendendo a que a casa da Câmara estava em miserável estado e por estar neste alto tão desviada da gente e da cidade, e que se acha quase despovoado. Precisando de acréscimos o paço do conselho, contratou a Câmara em janeiro de 1640 as respectivas obras com o pedreiro Francisco Monteiro, pela quantia de 76\$. Novas obras se executavam até 1663, modificando-se o aspecto do edifício, com a construção de um sobrado – como se verifica da correição do ouvidor Sebastião Cardoso de Sampaio, de 26 do maio daquele ano.

O histórico minucioso dos paços municipais, de 1565 a 1873 consta de artigo que publicamos a 12 de julho de 1925 no *Jornal do Brasil*.

Túmulo de Estácio de Sá – Ferido no combate de Birauçu-Mirim a 20 de janeiro de 1567, morreu o governador Estácio de Sá a 19 de fevereiro, no verdor dos anos. “Era tão amigo de Deus e dos seus semelhantes – no conceito do Padre José de Anchieta – tão manso e afável, nunca descansando, acudindo a todos e sendo o primeiro nos trabalhos.” Sepultado na capela da confraria de São Sebastião, existente na várzea do Cara de Cão, foram seus restos mortais trasladados por seu primo, o governador Salvador Correia de Sá, em 1583, para a capela-mor da igreja de

São Sebastião, no Morro do Descanso, gravando-se a seguinte inscrição em pedra mármore:

AQUI JAZ ESTÁCIO DE SÁ PRº CAPITÃO E CONQUISTADOR DESTA TERRA  
E CIDADE E A CAMPA MANDA FAZER SALVADOR CORREIA DE SÁ SEU  
PRIMO SEGDº CAPITÃO E GOVOR CO SUAS ARMAS E ESTA  
CAPELA ACA BOV O ANO DE 1583

Com as obras realizadas em 1862 na igreja, houve necessidade de se abrir a sepultura, colocando-se os despojos numa urna; após verificação procedida pelos médicos Drs. José Ribeiro de Sousa Fontes (posteriormente visconde de Sousa Fontes) e Francisco Ferreira de Abreu (futuro barão de Petrópolis). Desse exame lavrou-se um termo, que está publicado no tomo XXVI da *Rev. do Inst. Hist.* (pág. 301).

Por iniciativa do prefeito Dr. Carlos César de Oliveira Sampaio, celebrou-se a 15 de janeiro de 1922 a cerimônia da abertura do túmulo do fundador da cidade, para se conhecer do estado de conservação daquela urna, que deveria ser removida à nova sede do convento dos frades capuchinhos à Rua Conde de Bonfim nº 292. Lavrou-se a respeito extensa ata, que foi recolhida ao Arquivo Municipal. A 20 do mesmo mês e ano retiraram-se da igreja esses despojos numa procissão que os levou com grande solenidade até a Rua Conde de Bonfim. Ultimada a construção do convento, à Rua Haddock Lobo nº 266, acha-se ali guardada a relíquia histórica, antes conservada na igreja do Morro do Castelo durante 339 anos.

*Marco padrão da fundação da cidade* – Ficava do lado exterior da igreja de São Sebastião e dali o removeram, em janeiro de 1922 para uma das praças da esplanada do Castelo. O marco padrão fundamental da cidade é de mármore português. Sua forma assemelha-se à de um paralelepípedo alongado e de pequena espessura. Numa das faces estão em relevo as quinas portuguesas e na outra a cruz, que figuravam nas caravelas e galeões dos conquistadores lusos. Araújo Viana, no estudo sobre “Artes Plásticas no Brasil” (*Rev. da Inst. Hist.* – tomo 78– pág. 524), insere curiosa notícia a respeito.

*Convento e igreja dos jesuítas* – Na penedia ou monte do Descanso, posteriormente conhecido por varias denominações, entre outras, da Sé, do Alto da Sé, Alto de S. Sebastião, Baluarte da Sé, S. Januário, Sé, Conselho, Colégio e Sé Velha – e finalmente do Castelo, construiu-se o



convento dos padres da Companhia de Jesus, no ano seguinte ao da ereção da igreja e nas proximidades do templo de S. Sebastião, que mais tarde se levantou ali.

Aumentou-se a casa conventual em 1587. Neste ano, o primeiro núcleo urbano em formação, constava de 3.850 habitantes, dos quais 750 eram portugueses, 8.000 índios mansos e 100 negros africanos – segundo a estimativa de Rio Branco (*L'Esquisse de Histoire du Brésil*). Em princípios do século XVII – quando a cidade já começava a se expandir para a várzea tornou-se necessário ampliar o edifício conventual, que abrigava maior número de religiosos do que na época de sua construção. Obras diversas que sempre importaram em acréscimos se executaram até 1759. Ao serem expulsos os loiolistas, trataram de construir um novo templo, que, pelas grandes paredes erguidas, deveria constituir monumental obra de arquitetura. O interior da igreja tal qual a conhecemos – era acanhado e desagradável. Vale Cabral, no *Guia do Viajante no Rio de Janeiro*, insere à página 275 algumas notas um respeito.

No antigo colégio dos jesuítas, sob as arcarias de seus salões, ou no silêncio das celas, foram discutidas e assentados importantes questões administrativas, vários problemas econômicos e a liberdade dos índios. Expulsos de Portugal e seus domínios, em virtude das cartas régias de 20 de abril, 3 e 6 de setembro, 4 de novembro de 1759, tiveram os padres da Companhia confiscados seus bens pela carta régia de 25 de fevereiro de 1761.

A imaginação popular acreditava que o edifício do colégio e a igreja estivessem era área cercada de sumidouros, galerias e labirintos profundos, esconderijos que se deveriam estender em sua maior parte pelo subsolo da rua da Quitanda e em direção à praia Santa Luzia. Aguçou a bisbilhotice do povo a pré-memória escrita em 1801 pelo padre Inácio dos Santos Meireles e endereçada ao conde de Ega, embaixador de Portugal em Madri. Nela se formulavam hipóteses razoáveis sobre as vantagens do arrasamento do morro e a descoberta de uma abóbada subterrânea, como se lê no tomo XXXV da *Rev. do Inst.* (1872). Os avisos ministeriais de 17 de setembro e 10 do outubro de 1885 e de 6 de novembro de 1886 (este expedido ao mesmo ano da anulação do privilégio concedido a Joaquim Antônio Fernandes Pinheiro), impediram qualquer exploração nos sub-

terrâneos. Iniciadas as obras de demolição de parte do morro para regularizar-se o alinhamento da Avenida Central, do lado da rua da Ajuda, o engenheiro Pedro Dutra Filho encontrou salas abobadadas de alvenaria de pedra seca, pertencentes à única galeria descoberta. Em 1905, o almirante João Nepomuceno Batista, lente da Escola Naval, entregou ao chefe da comissão da Avenida, Dr. André Gustavo Paulo de Frontin, documentos acerca dos decantados subterrâneos, documentos reproduzidos na revista *Renascença* de meio daquele ano. É interessante recordar que, a esse tempo, em artigo de imprensa, um dos muitos interessados nas riquezas sepultadas nos subterrâneos, avaliou parte do tesouro dos jesuítas em cerca de 54 mil contos.

Com o título *Os subterrâneos do morro do Castelo*, publicou, em 1878:

Léu Júnior (pseudônimo de José da Rocha Leão), um livrinho com 126 páginas e duas estampas, impresso na tipografia de Pinheiro & C.

Pires de Almeida, em crônica da *Ilustração Brasileira*, de 16 de julho de 1911, cora o título “Morro do Castelo – seus ocultos e fabulosos tesouros”, reproduziu aspectos das ruínas da igreja e do convento, cujas obras não puderam ser concluídas e de três galerias, que, na opinião do infatigável polígrafo se deveriam comunicar com vários pontos da cidade.

*Mosteiro dos frades capuchinhos e igreja de S. Sebastião* – Ao lado da igreja levantada em 1583, ficava o edifício do mosteiro, construído em 1650. Primeira matriz da cidade e primeira sede da catedral do bispado, em 1676. Nela se instalou o cabido da Sé, de 29 de janeiro desse ano até 1734 – ano em que se trasladou a 22 de fevereiro, para a igreja da Santa Cruz dos Militares.

A 18 de agosto de 1842, o governo imperial fez doação da igreja à Ordem dos Capuchinhos. Em 1801, o mosteiro e a igreja sofreram obras importantes, sendo por essa ocasião completamente restaurado o templo, onde havia um púlpito de talha de rara beleza. As decorações internas eram em geral muito simples, mas de agradável aparência, impressionando a todos os fiéis – pode-se dizer, a multidão de devotas que, em todos os tempos, procuraram o santuário dos barbadinhos, para confissões e celebração de missas votivas.

Foram fechados o mosteiro e o convento a 3 de novembro de 1921, por motivo das obras de desmonte da colina histórica, iniciadas em 1920.

*Fortificações* – Existiram ao morro do Castelo os fortins: reduto ou baluarte da Sé e o de S. Sebastião este reconstruído em 1713 e aquele restaurado pelo marquês de Lavradio. Do fortim de S. Sebastião restavam em 1921 as muralhas não atingidas pelas *águas do monte*, de 1811, e ainda podiam ser observadas naquelas muralhas os estragos produzidos pela artilharia da esquadra, na revolução de 1893-94.

*Serviço da hora astronômica* – Em 1846, com a criação do Observatório Astronômico (decreto nº 457, de 22 de julho), inaugurou-se o serviço do *balão do meio-dia*, modificado em 1875 e substituído mais tarde por 24 lanternas elétricas. Mudado o Observatório para o morro de S. Januário, depois de 1918, foi extinto esse serviço.

*Aviso de incêndios* – No século XVII, por meio de um tiro de artilharia, anunciavam nesse morro os incêndios da cidade. Já no Vice-Reinado do marquês de Lavradio, adotou-se outra prática, que consistia em sinais içados num mastro. Se o sinistro ocorria até às 5 e meia horas da tarde, no inverno, ou até às 6 e meia, no verão, içava-se uma bandeira encarnada. Se irrompia à noite, urna lanterna da mesma cor e bem visível de qualquer ponto da cidade, servia de aviso.

*Aviso de entrada de embarcações no porto* – Instalado em 1775 e regulamentado no governo do príncipe regente D. João, teve grande duração esse importante serviço. Os navios eram anunciados por bandeiras de suas nacionalidades hasteadas em mastros. O povo conhecia os avisos feitos antes do anoitecer por serviço do Pau da Bandeira.

*Desmoronamentos* – Numerosos, acarretando prejuízos materiais e fazendo vítimas, foram os desmoronamentos que se deram nesse morro, a partir: de 1756, podendo-se registrar dentre os maiores, os de 1759, 1811, 1832, 1845, 1858, 1860, 1872 e 1896. As célebres *águas de monte*, em 1811, causaram muitos vítimas, com desabamento de casas do morro e das ruas adjacentes. A porção que até o governo de D. João VI se estendia à beira-mar, interceptando a comunicação com o bairro da Misericórdia, conservou-se isenta desses desmoronamentos, devido à natureza pedregosa do terreno.

Dali saíram as pedras para a construção da cidade.

*Sugestões e projetos referentes ao arrasamento do morro* – As primeiras tentativas para se sanear e remodelar o Rio de Janeiro, são do último decênio do século XVIII. Devemo-las aos doutores Manuel Joaquim de Marreiros, Bernardino Antônio Gomes e Antônio Manuel de Medeiros. No periódico *O Patriota*, um dos primeiros jornais que se publicaram no Rio de Janeiro (1813-14), foram impressos os pareceres desses médicos, endereçados ao Senado da Câmara. Reproduziu-os nos *Anais de Medicina Brasiliense* (ns. 5º, 6º e 7º) o doutor Roberto Jorge Haddock Lobo, em 1846.

Em 1808 divulgou-se o trabalho do físico-mor Manuel Vieira da Silva *Reflexões sobre alguns dos meios propostos para melhorar o clima do Rio de Janeiro*, abordando o autor o assunto, sem maiores detalhes. O médico José Maria Bomtempo, na *Memória sobre algumas enfermidades do Rio de Janeiro*, aconselhava em 1814 a demolição dos morros do Castelo e Santo Antônio para que *a cidade se torne mais elegante e majestosa* e preconizava o médico da casa real de D. João o arrasamento do Castelo como providência própria a eternizar o nome de quem o empreendesse.

D. José Joaquim da Cunha de Azeredo Coutinho, bispo de Pernambuco, e que fora procurador do Senado da Câmara em Lisboa no fim do século anterior, lembrava em 1816 no *Ensaio Econômico sobre o comércio de Portugal e suas colônias*, o arrasamento da famosa colina que *impedia toda a viração do mar, tão necessário debaixo de zona tórrida*.

É este o primeiro estudo completo acerca do arrasamento, sugerindo o autor o aterro de Santa Luzia e até se fosse possível *chegá-lo à fortaleza de Villegaignon e sobre todo o terreno que ficasse do monte se formará ao longo da praia uma cidade nova*. Para esta obra, ponderava Azeredo Coutinho – não seria necessário impor ao povo tributo de qualquer espécie. Bastaria que se mandasse avaliar os prédios do morro e que uma companhia de negociantes se obrigasse a pagar aos proprietários, conforme se ajustasse; ficando para os associados, livre de todos os direitos, o ouro extraído do subsolo (*que diziam existir sinais de abundância*).

Transcorreram os anos, sem se cogitar do projeto de Azeredo Coutinho – crescendo com a população as causas da insalubridade do Rio de Janeiro.

Aludindo o ministro do Império, conselheiro Antônio Pinto Chichorro da Gama, em seu relatório de 1834 aos frequentes desmoroamentos do morro, com sacrifício de vida e haveres, julgava forçoso o desmonte daquela massa de terra e com ela entulhar as marinhas da ponta da Glória ao Arsenal da Guerra.

Em 16 de julho de 1828, os engenheiros militares Conrado Jacó de Niemeyer e Pedro de Alcântara Bellegarde solicitaram ao Poder Legislativo a faculdade de organizar uma empresa com o fim de arrasar o antigo morro ao S. Januário, como direito de desapropriação e isenção do imposto predial para as construções que se fizessem na área arrasada.

O projeto da Câmara dos Deputados, então apresentado, não satisfez aos proponentes, que replicaram em termos dignos, afirmando que o povo só teria a abençoar o parlamento de 1338 – se este coadjuvasse a empresa, de forma que as gerações futuras pudessem dizer – *Aqui foi o morro do Castelo*.

Por essa época, o marquês de Barbacena cuidou de organizar uma companhia para o arrasamento desse morro e do de Santo Antônio. interrompendo-se as negociações por motivo do falecimento de Felisberto Brant Pontes em 1842.

Em 1851 voltava à baila das discussões parlamentares a arrasamento e o primeiro Rio Branco escrevia no folhetim do *Jornal do Comércio*, de 19 de julho: “A demolição do morto do Castelo, ideia há muito aventada e nunca esquecida, não passa do sonho de alguns que pensaram no aformoseamento, salubridade e riqueza da capital do Império.”

Nomeados em 1859 os engenheiros ingleses Lane, Neate Ginty e Law para dizerem sobre as obras projetadas na colina histórica, julgaram-nas tão dispendiosas, que *melhor seria arrasar tudo*.

A lei do orçamento do Império, decreto n. 1174, de 27 de setembro de 1880, autorizou o governo a contratar a demolição do morro com a companhia ou o empresário que melhores condições oferecesse. Apesar das vantagens que o governo prometera, decorreram treze anos sem que aparecesse qualquer proponente disposto a executar aquela obra. Em 1873, sendo ministro do Império o conselheiro João Alfredo Correia de Oliveira, lavrou-se o decreto n. 5.327, do 16 de julho, autorizando Joaquim Antônio Fernandes Pinheiro a proceder, por si ou empresa que orga-

nizasse, as obras de arrasamento dos morros do Castelo e Santo Antônio. Não se tendo executado o contrato, foi este declarado caduco pelo decreto n. 9.569, de 20 de março de 1886.

“Das colinas da cidade – dizia o engenheiro Antônio de Paula Freitas, na *Memória sobre o saneamento da cidade do Rio de Janeiro*, elaborada em 1884 e que figura no relatório do ministro do Império, conselheiro Francisco Antunes Maciel – são principalmente os morros do Castelo e do Santo Antônio que devem ser arrasados para se ventilar a cidade com os ventos do quadrante sul.”

Vários planos surgiram ulteriormente, sob a responsabilidade de L. Pereira Barreto Filho, T. Florentino M. de Castro e do engenheiro João Pedreira do Couto Ferraz, que não lograram assentimento dos poderes públicos, à semelhança dos que também apresentaram os engenheiros Radmaker e Galdino Pimentel.

Por decreto do Governo Provisório da República, n. 758, de 18 de setembro de 1890, ficaram autorizados o Dr. Carlos César de Oliveira Sampaio e Manuel Mato a proceder o arrasamento, indenizada a União pela demolição dos próprios nacionais que fossem, necessários. A concessão governamental compreendia, outrossim, o aterro da área do litoral delimitada pela ponta do outeiro da Glória e o morro da Viúva. Por decreto n. 1370, de 14 de fevereiro de 1891, transferiu-se essa concessão à Empresa Industrial de Melhoramentos no Brasil, a qual, de acordo com o contrato celebrado, apresentou, dentro do prazo legal, as plantas das obras que se propusera executar.

Apesar de se achar a cessionária no gozo da concessão federal que fora em 1890 dada ao engenheiro Carlos Sampaio, pretendeu Colatino Marques de Sousa em 1891 obter do Conselho da Intendência Municipal um privilégio para “embelezamento, iluminação, construção de uma linha de bondes, e abertura de um espaçoso logradouro”, com a denominação de *avenida do Mar*.

No 4º centenário da descoberta do Brasil o engenheiro Paula Freitas fazia publicar mais uma contribuição técnica, indicando no vol. III do Livro do Centenário (1900), o arrasamento do Castelo, *melhoramento de primeira necessidade e que com o de Santo Antônio permitiria dar à cidade condições de mais bela e saudável da América do Sul. – Lamentamos – acres-*

centava o notável engenheiro – *que até já se excluía essa medida no plano de melhoramentos da cidade.*

A ideia do armazenamento não arrefecia, no entanto, nos centros intelectuais da cidade, escrevendo e debatendo sobre suas vantagens o jornalista Artur Azevedo (*O País*, 10 de março de 1902), os engenheiros Jerônimo T. Alencar Lima, João Batista da Conceição Monte (1906), Moraes Peno, Berredo e Antônio de Carvalho, no Instituto Politécnico e no Clube de Engenharia.

Solicitaram concessões ao Congresso Nacional para o arrasamento;

Em 1910 – Henrique D. Dal Verme, Dr. Eduardo Pires Ramos e engenheiro Domingos José da Silva Cunha; em 1911 – Euclides Plaisant; em 1912, João Batista de Moraes Rego e Raimundo M. de Berredo; em 1918 – os engenheiros Augusto Ferreira Ramos, Eugênio de Lacerda Franco e F. Adamêzyk.

O engenheiro Plaisant propunha-se também a construir na praia de Santa Luzia um terrapleno destinado a divertimentos, e um estabelecimento balneário e o palácio do Congresso Nacional.

Em sessão do Clube de Engenharia de 16 de junho de 1920, apresentou o engenheiro Alfredo Costa vasto plano de arrasamento, no prazo de três anos, e de melhoramentos na cidade, com a construção de uma avenida elevada na falda do morro de Santa Teresa.

Bem reduzido foi, em todos os tempos, o número de opositores radicais aos planos de arrasamentos.

Se o físico-mor Manuel Vieira da Silva, em seu estudo sobre o clima do Rio de Janeiro, divulgado em 1808, apresentava algumas objeções à demolição do morro; por outro lado, ele julgava o Castelo um obstáculo à ventilação da cidade. Outros opositores não iam além do culto fervoroso às tradições. O Castelo, marco desse passado, não deveria desaparecer.

Destoando de todos os adversários, mais ou menos sentimentais, destacava-se, porém, o grande historiador Francisco Adolfo de Varnhagen, visconde de Porto Seguro, opositor irredutível a qualquer projeto de arrasamento.

Achava o ilustre autor da *História Geral do Brasil* gigantesca a obra que fora objeto de várias concessões – mas muito dispendiosa e ine-

xequível e que, longe de ser útil à ventilação da cidade, *a tornaria menos fresca e mais monótona*. Aconselhava, ao invés dos planos sugeridos, fossem plantadas árvores nas encostas do morro – transformando-se o local num passeio público – *preferível a esse outro – sombrio e abafadiço, bem que junto do mar, com que tanto se tem gasto e ao qual melhor seria derrubar os muros, reduzindo-o a simples alameda, só de árvores, sem jardim*.

Por ocasião da visita ao Brasil, do rei Alberto, da Bélgica, o Apostolado Positivista do Brasil – que sempre demonstrara o maior interesse cívico pela conservação dos monumentos históricos encerrados na velha colina – publicou em língua francesa o resumo de seus boletins relativos ao ano de 1920, reproduzindo fotografuras do panorama da cidade, das igrejas dos jesuítas, de 1567, e de S. Sebastião (antiga catedral), com o túmulo de Estácio de Sá e a respectiva inscrição lapidar.

*As grandes obras de arrasamentos* – A cavaleiro da cidade, remoçada pela ação construtiva do governo de Rodrigues Alves, o morro do Castelo constituía chocante contraste com as obras de remodelação do Rio antigo. Isolado da febre renovadora, evocava cenários da metrópole, de que fora a célula-mater, reavivando, na história do Rio de Janeiro dos séculos XVI e XVII, as principais etapas do desenvolvimento urbano.

Ao assumir a 19 de novembro de 1920 a administração do Distrito Federal, tratou o engenheiro e professor Carlos Sampaio de resolver vários problemas de engenharia ainda não estudados com afinco por seus antecessores, e entre eles o do arrasamentos daquele morro, consoante pareceres dos mais ilustres profissionais e com a experiência própria adquirida desde 1890, quando obtivera concessão para o desmonte.

Os trabalhos preliminares se iniciaram em novembro de 1920 com a instalação de um escavador do fabricante Ruston Retor, já usado no arrasamentos do morro do Senado e em Niterói. A 2 de maio de 1921, foram assinados a escritura de empréstimo de 30.000:0004\$000 com o Banco Holandês e o contrato com o engenheiro João Teixeira Soares, adquirindo-se mais cinco escavadoras, seis locomotivas e cinquenta vagões, trilhos e dormentes e uma pequena instalação para o desmonte hidráulico, com o auxílio de bombas de alta e baixa pressão.

A 22 novembro de 1921 rescindiu-se o contrato com o engenheiro Teixeira Soares. Dessa data a 30 de setembro do mesmo ano ficou



o serviço a cargo da Prefeitura e daí em diante, em virtude de contrato, a Leonard Kennedy.

Uma das questões que se suscitaram em princípio das obras foi a do aproveitamento da terra proveniente do desmonte, lançada sobre o mar, aterrando-o numa grande porção até o canal da ilha de Villegaignon.

E assim o diz o Dr. Carlos Sampaio na *Memória Histórica – Obras da Prefeitura do Rio de Janeiro* (1924) ao tratar desse assunto:

“Mas não era só a demolição que deveria dar lugar a sérias controvérsias, outros tantos problemas faziam nascer discussões intermináveis e sugestões das mais curiosas, sem alcance prático.”

O Decreto nº 1.529 de 9 de março de 1921, aprovando os planos organizados para o desmonte, revogara outro decreto municipal, de nº 1.451, de 17 de agosto do ano anterior e este, por sua vez, tornara sem efeito o projeto de melhoramentos e construção de um parque de perspectiva, de que tratara o Decreto nº 1.347, de 18 de julho de 1919, quando ainda não se cogitava do arrasamento do morro.

A 30 de abril de 1921, como resultante do que se estabelecera a 9 de março do mesmo ano, foram desapropriados pelo Decreto nº 1.550, por conta do empréstimo contraído, além de terrenos e imóveis da chácara da Floresta, dos seguintes prédios:

Ladeira do Castelo – nºs 24, 24-A, 26, 32,44 e sem número.

Ladeira do Seminário – nºs 83, 85, 38, 42 e 44.

Praça do Castelo – nºs 18, 22, 26 e 28.

Rua do Castelo – nºs 13, 19, 23, 34, 36 e 44.

Rua D. Manuel – nº 33.

Rua da Misericórdia – nºs 56 e 98.

Travessa do Castelo – nºs 6 a 16,18-A – I, II, III, IV, 20 e 28.

Travessa S. Sebastião – nºs 36, 38 e 57.

Modificado o plano primitivo de arruamento na área que resultasse do arrasamentos, o Decreto nº 1.583, de 23 de julho de 1921, determinou as desapropriações de outros imóveis, sob os quais foram prestados novos esclarecimentos a respeito de valores locativos, contratos e sublocações.

Até 31 de julho de 1922 haviam sido lançados no mar, em prosseguimento ao aterro, em frente a Santa Luzia, mais de 900.000m<sup>3</sup> de

terra. A área escavada compreendia então 50% de terra modelo e pedra, 25% de pedra e 25% de terra.

As despesas realizadas até 30 de setembro desse ano, incluídas as concernentes às desapropriações e ao material adquirido nos Estados Unidos da América do Norte, importavam em 13.311:868\$825.

Mais de 1.000 operários se ocupavam dos trabalhos de arrasamentos e remoção de terras e materiais das casas demolidas.

Em 15 de novembro de 1922, dos 470 prédios do morro, estavam já demolidos 446, incluindo-se neste número os próprios nacionais, as igrejas dos jesuítas e de S. Sebastião e o convento dos frades capuchinhos, desapropriados estes dois últimos por 900:000\$. Ainda nessa data, término da administração do Prefeito Dr. Carlos César de Oliveira Sampaio, elevavam-se a mais 2.571.806 metros cúbicos as terras e pedras desmontadas. Sobre o mar conquistara-se a área de 6.000 metros quadrados e mais de metade da muralha cicloidal já se achava consolidada, resistindo à ação das vagas mais violentas.

Uma das últimas demolições, a da torre da igreja dos jesuítas, durou três dias – de 8 a 10 de novembro de 1922.

Para ultimação das obras computava o Prefeito Dr. Alaor Prata Soares em sua mensagem de 18 de dezembro de 1922, endereçada ao Conselho Municipal, ser ainda necessário o dispêndio de 17.212:49\$169, inclusive aquisição de material.

A planta geral de arruamentos na área arrasada, aprovada pelo Decreto nº 1.294, de 26 de novembro de 1923, compreendia vários imóveis que deveriam ser desapropriados nas ruas de S. José (n<sup>os</sup> 7 a 91), Chile (do lado da numeração ímpar), Misericórdia (lado ímpar do nº 45 a 71 e do lado par, n<sup>os</sup> 54, 74 a 80, 108 a 118).

Na área conquistada ao mar, esteve a Exposição Internacional do Centenário da Independência e na destinada a logradouros públicos – com 213.000 metros quadrados, abriram-se as ruas Pedro Leça, Araújo Porto Alebre, Heitor de Melo, a Avenida Almirante Barroso e outras intensificando-se em pouco tempo as construções nesse trecho da cidade – conhecido por Esplanada do Castelo –, sendo já considerável o número de *arranha-céus* que se edificaram até 1942.

A área disponível para construções em 1823 ascendia 431.54 metros quadrados.

\*

Em 1921, pouco antes das demolições das primeiras casas, o Dr. Carlos Sampaio mandou fazer a maquete em gesso do morro, admirável trabalho que, conjugado com a carta arquitetural do engenheiro Rocha Fragoso, levantada anteriormente, reconstitui com precisão as linhas dos logradouros e da casaria ali então existente.

Aquela maquete foi recentemente recolhida ao Museu da Cidade.

Em virtude de proposta apresentada em sessão do Instituto Histórico pelo ilustre historiador Eugênio Vilhena de Moraes, solicitou, em maio de 1928, a notável instituição ao Prefeito Dr. Antônio Prado Júnior, a ereção de um monumento na Esplanada do Castelo, que perpetuasse o nome e a figura do padre jesuíta Manuel da Nóbrega, cujos serviços à fundação do Rio de Janeiro foram inestimáveis.

Dentre os trabalhos picturais, evocativos da histórica colina, pertencentes ao Museu Nacional de Belas-Artes e que figuram numa das seções da Exposição Internacional do Centenário da Independência, citemos:

*O morro do castelo*, de Vítor Meireles; *Velhas Casas do Castelo*, de Domingos Dias da Silva; *Recanto Pitoresco*, de Euclides da Fonseca; *Portão do antigo forte*, de Leopoldo Gottuzzo; *Crepúsculo do Castelo*, de Osvaldo Teixeira, e *Últimos dias* – aquarela de João de Azevedo.

Em 1922, o escultor Raul Leça de Saldanha da Gama projetou um monumento rememorativo da fundação da cidade, a ser levantado na Esplanada do Castelo.

XII – MORRO DE SANTO ANTÔNIO – Denominado outeiro do Carmo, desde 1591, foi doado em 1607 pelos frades carmelitas ao Papa e à Igreja romana, quando ali pretenderam levantar casa conventual e capela os frades de Santo Antônio – porque estes religiosos não eram, por seu instinto, capazes de domínio e propriedade. (*Um passeio pela cidade do Rio de Janeiro* – Joaquim Manuel de Macedo).

Teixeira de Melo assinala em suas *Efemérides nacionais* a data de 9 de abril daquele ano, na qual foi lavrada a escritura pública de doação.

O governador Cristóvão de Barros (1572-1576) dera por sesmaria a Fernão Afonso e Domingos Pereira as terras ao longo da lagoa que mais tarde se chamou de Santo Antônio. Fernão Afonso e sua mulher cederam, em novembro de 1591, aos frades carmelitas, 50 braças, que, segundo Vieira Fazenda, foram doadas a 9 de abril de 1608 – e não em 1607, como se lê em Teixeira de Melo.

Em setembro de 1911, escreveu Vieira Fazenda nove crônicas a respeito desse morro – com a epígrafe – *O morro de Santo Antônio a quem pertence?* – reproduzidas em “Antiquilhas e Memórias do Rio de Janeiro” (tomo 95 – *Rev. do Inst. Hist.* – págs. 292 a 305).

Os Decretos n<sup>os</sup> 476, de 11 de junho de 615, de 31 de julho de 1890 dispuseram acerca dos arrasamentos do morro de Santo Antônio.

Consultem-se as notas que tratam do convento e igrejas de Santo Antônio e da Penitência. (LXXXI e LXXXII).

XIII – MORRO DE PEDRO DIAS – *posteriormente chamado do Senado* – Ficava na vasta propriedade do guarda-mor das minas Dr. Pedro Dias Pais Leme, estendendo-se desde o morro de Santo Antônio até a lagoa da Sentinela. Com o falecimento de Pais Leme em 1780, resolveram seus herdeiros fazer partilha amigável de todos os bens constituídos por terras, prédios e outros haveres. No *Tombo das Terras Municipais*, de Haddock Lobo, e nos *Índices e Extratos de Aforamentos*, recentemente divulgados sob a orientação de Restier Gonçalves, encontram-se minudentes informes relativos àquelas terras.

O morro de Pedro Dias passou a ser conhecido por Senado, por causa da rua dessa denominação, por cuja abertura muito se interessou o Senado da Câmara.

Principiou a ser arrasado em 1880, de acordo com a concessão que fora outorgada pelo governo imperial a Possidônio de Carvalho Moreira (Decreto n<sup>o</sup> 7.181, de 8 de março de 1879). Ativaram-se consideravelmente os trabalhos de arrasamento a partir de 1900. Com a abertura da Avenida Mem de Sá, na administração do Prefeito Passos, sofreu grandes cortes numa área de mais de 200.000 metros quadrados – e foi totalmente arrasado em 1908 pela Empresa de Melhoramentos no Brasil, cessionária da concessão de 1879.

O local é atualmente conhecido por *Esplanada do Senado* – apesar de já se achar ocupada toda a área por logradouros públicos, nos quais se erguem vistosas edificações.

XIV – CAPELA DE SANTA LUZIA – Construída em 1592, é uma das mais antigas edificações religiosas do Rio de Janeiro. Em obediência à provisão episcopal de 12 de janeiro de 1752, reconstruíram-na nesse ano com grande aumento. A construção do século XVIII foi restaurada em 1872, com sensíveis melhoramentos. Durante muito tempo o acesso à igreja era feito a partir da Rua da Ajuda, por um caminho paralelo à praia de Santa Luzia. No governo de D. João VI prolongou-se esse caminho então chamado da Forca ou do Vintém – estreita e sinuosa trilha, que passava por onde é hoje a praia, em terrenos inundados pelo mar e interceptados noutra porção pelas escarpas do morro do Castelo. Com o aterro tirado da ponta do morro que entrava pelo mar, consolidou-se o caminho, de forma a ser transitado por pedestres e cavaleiros, que, vindos da Rua da Misericórdia, se dirigiam à igreja.

XV – MATADOURO DE SANTA LUZIA – Na correição do Ouvidor Antônio Pinheiro Amado, procedida nos paços do conselho a 23 de abril de 1777, requereram os vereadores que, sem demora, se fizesse um matadouro – porquanto o gado era abatido no campo e se cortava a carne na *casa do açougue*.

Resolveu o alto magistrado mandar ocupar a casa que se havia concluído em Santa Luzia para outro fim, acrescentando-se-lhe, porém, os currais, destinados às reses. No mesmo ano, o vice-rei marquês de Lavradio determinou a instalação do matadouro no local indicado pelo ouvidor, continuando o *açougue grande* no canto da Rua do Cotovelo com a da Misericórdia.

A 7 de maio de 1836 cuidou o Ministério do Império da mudança do matadouro para São Cristóvão – transferindo-se definitivamente em julho de 1853. Durante 28 anos esteve na chácara do Curtume o matadouro do Rio de Janeiro. A 2 de dezembro de 1881 instalou-se no curato de Santa Cruz, em terras então pertencentes à fazenda imperial.

XVI – RUA DO PASSEIO – lá em meados do século XVII – diz-nos Felisbello Freire (*História da cidade do Rio de Janeiro*) havia um caminho irregular que, do campo de N. S. da Ajuda, margeava a lagoa do

Boqueirão. Bifurcava-se com a estreita estrada do Boqueirão e dividia os terrenos das *áreas de Espanha*, na Lapa. Chamou-se aquele caminho, posteriormente, *Ilhargá da Ajuda* e só no Vice-Reinado de Luís de Vasconcelos começou a ser conhecida a vereda por *caminho para o Passeio Público* ou do *Boqueirão* – como a recordar a pestilenta lagoa mandada aterrar pelo quarto vice-rei (1779-1790).

No *Dicionário das ruas da cidade*, de Plancher (1828), figura com a denominação de Rua do Passeio Público. Em sessão da Ilustríssima Câmara Municipal, de 14 de maio de 1888, sob proposta do vereador José Carlos do Patrocínio, passou a chamar-se Rua Joaquim Nabuco, em homenagem ao grande paladino da libertação dos escravos, Dr. Joaquim Aurélio Barreto Nabuco de Araújo, então deputado pela Província de Pernambuco, notável orador o escritor, que faleceu em Washington (Estados Unidos da América do Norte) a 17 de janeiro de 1910, como representante diplomático do Brasil. Por deliberação do Conselho da Intendência Municipal, de 28 de janeiro de 1892 o edital de 30 de abril do mesmo ano, voltou a ter a antiga denominação de Rua do Passeio. A 21 de janeiro de 1910, pelo decreto municipal nº 759, restaurou-se a nomeação Joaquim Nabuco. O decreto nº 1.165, de 31 de outubro de 1917, que aprovou a nomenclatura dos logradouros públicos, restabeleceu o antigo nome.

XVII – PASSEIO PÚBLICO – Com a inauguração do jardim em 1783 – o primeiro lugar de recreio para o povo, que se instalou na cidade, tornaram-se frequentes as serenatas e convescotes assaz relembrados nas crônicas dos tempos coloniais e com especial relevo em *Gabriela*, de Velho da Silva.

Em 1860-61 passou o Passeio por melhoramentos radicais, sob o plano do grande arquiteto paisagista Augusto Francisco Maria Glaziou, modificando-se o aspecto do terraço que fora acrescido em 1817. Fechado na frente e nas faces laterais por um muro, tinha, de espaço a espaço, janelinhas encimadas por vasos de alvenaria, e embaixo, na parte interna, assentos para os visitantes. O muro da frente desapareceu em 1895 e foi substituído por alteroso gradil, recuado da rua para facilitar o alargamento da Rua do Passeio. Os emblemas do portão, suprimidos após a proclamação da República, foram restaurados. Ao fundo deste cenário ficava o terraço – amplo e elegante, com dois torreões quadrangulares e com as estátuas

de Apolo e Mercúrio, devidas a Mestre Valentim e os delicados trabalhos de conchas, penas e escamas de Xavier das Conchas (Francisco dos Santos Xavier), descritos por Joaquim Manuel de Macedo – (*Um passeio pela cidade do Rio de Janeiro*).

O viajante inglês Barrow que visitou o Rio de Janeiro em 1792, fez entusiástica referência ao novo parque sul-americano – extasiando-se ante a beleza das alamedas e mateiros e, sobretudo, pelo encanto romanesco do terraço à beira-mar. Em 1844, a portaria do ministro do Império, conselheiro José Carlos Pereira de Almeida Torres, de 3 de outubro, permitiu que o confeiteiro Antônio Francioni vendesse sorvetes e refrescos no interior do Passeio Público e, depois de 1870, na administração de Francisco Pedro Fialho, que muito auxiliou o arquiteto Glaziou, instalou-se no terraço um *bar* volante, consentindo-se que nesse lugar tocasse todas as noites a célebre banda de alemães e se vendesse a cerveja da fábrica da Guarda Velha, que não excedia do preço de 400 réis a garrafa.

Escragnole Dória – sempre tão minucioso e erudito em suas informações históricas, descreve-nos o Passeio Público antigo e o seu terraço (*Jornal do Comércio* – 15 de janeiro de 1915 e *Revista da Semana* – 29 de julho de 1922).

Em 1896 construiu-se no centro do jardins uma fonte com lâmpadas elétricas – a primeira dessa espécie que se levantou no Rio de Janeiro. Na administração municipal de Pereira Passos inaugurou-se o aquário de água salgada – o primeiro instalado na América do Sul.

Em junho de 1906 iniciou-se a demolição da balaustrada do antigo terraço, confrontante à Avenida Beira-Mar, aberta pouco antes. Na administração Carlos Sampaio, em 1922, retiraram os gradis que cercavam a frente e as faces laterais do Passeio Público – transformando-o em jardim aberto.

XVIII – CASAMENTO DO PRÍNCIPE D. JOÃO – Para comemorar o casamento do Príncipe D. João com a princesa espanhola D. Carlota Joaquina, realizaram-se em 1786, no Passeio Público, grandes festas. Dali saíram, ornamentados a capricho, carros de ideias, com mascarados e dançarinos, que, com o concurso do povo, percorreram várias ruas, terminando os folguedos no Largo da Lapa.

XIX – Largo DA LAPA – O antigo campo dos frades, da Lapa ou dos *Formigões*, estendia-se no século XVIII da chácara das Mangueiras (que pertencera ao governador Comes Freire de Andrada e fora doada em testamento às freiras de Santa Teresa), até o mar.

Aterrado em 1802, já neste ano registravam documentos oficiais a denominação de Largo da Lapa. Em sessão da Câmara Municipal, de 14 de maio de 1888, sob proposta do vereador José Carlos do Patrocínio, teve a denominação de *Isabel, a Redentora*. A 21 de fevereiro de 1890 restabeleceu-se o antigo nome de Largo da Lapa, confirmando-o a deliberação municipal de 23 de fevereiro de 1892.

Tornaram-se célebres as festividades do Divino Espírito Santo que, desde os tempos coloniais, ali se realizavam, instalando-se a *casa do Império* em terrenos de aforamento das religiosas de Santa Teresa e mais tarde numa barraca, à semelhança do que se fazia no campo de Santana e Mata-porcos.

Na obra de Vaillant – *Voyage autour du monde*, encontra-se nítido desenho da igreja da Lapa do Desterro e da Rua da Lapa. Coube ao padre Ângelo de Siqueira, missionário apostólico, a iniciativa da construção do edifício destinado a um seminário e a ereção de uma capela, em terras doadas pelo capitão Antônio Rabelo Pereira, cujas obras foram autorizadas por provisão de 2 de fevereiro de 1751, sem ônus para os frades – segundo Duarte Nunes (*Almanaque Histórico da cidade de S. Sebastião*). A 25 de agosto de 1810, o seminário e a igreja foram cedidos aos frades carmelitas que se haviam mudado de seu convento, no Largo do Paço.

XX – RUA DA LAPA – Com o nome da Rua da Lapa do Desterro foi aberta depois de 1769 através da chácara do Sisson. Ainda nesse ano – informa-nos Melo Moraes, pai, o trânsito para o Catete se fazia por trás da igreja da Lapa, no prolongamento do Boqueirão, tendo-se então traçado o plano de um novo aqueduto das águas do rio Carioca, sobre a local – o que se não levou a efeito. A primitiva denominação não só obedeceu à circunstância de se haver ali erguido a igreja da Lapa do Desterro, como também à velha tradição toponímica portuguesa, que crismara algumas das vielas do Porto e de Lisboa com idêntica nomação.



Plancher, no *Guide de L'Étranger*, de 1828, registra a denominação Lapa do Desterro que, em 1841, foi substituída simplesmente por Lapa.

Foi aterrada, numa parte, junto ao Largo da Lapa, em 1802. Em 1885 teve esse melhoramento extensivo a todo o logradouro, sujeito a inundações provenientes das enxurradas trazidas pelas águas do morro de Santa Teresa.

Em 1838 o engenheiro Pedro de Alcântara Belegarde, “sem outra preocupação senão a de atender à comodidade pública”, propunha-se a construir nesse logradouro um *solo artificial*, que suportasse o intenso tráfego de veículos, proporcionando-lhes uma “rodagem segura”. Apesar do parecer favorável do arquiteto da Câmara, Domingos Monteiro, esse sistema de pavimentação se lhe afigurava semelhante ao do engenheiro escocês MacAdam.

XXI – RUA NOSSA SENHORA DA GLÓRIA – Com essa concessão de aforamentos de terras nesse trecho da cidade, localizaram-se em meados do século XVII agricultores de cana-de-açúcar e cereais, no espaço entre as depressões do morro do Desterro (Santa Teresa) e o sítio do Catete. Por essa época abriu-se um trilho que, da lagoa do Boqueirão, se dirigia ao campo da Olaria, no sopé do morro de Julião Rangel de Macedo e Gabriel da Rocha Freire e depois pertencente ao Dr. Cláudio Gurgel do Amaral, abastado proprietário e provedor da Santa Casa da Misericórdia.

O trânsito da Lapa para o Catete constituiu durante dilatados anos um dos problemas que mais preocuparam a administração municipal – franqueado ao povo havia um caminho à beira-mar. Só em 1801, rebaixado e aplainado a terreno montanhoso paralelo ao mar e consertado o caminho junto ao mar, se tornou possível o trânsito regular. Foi uma obra tenaz e penosíssima, a do cordeamento desses caminhos que ligavam o centro comercial com a parte sul da cidade. Em 1794 reclamava do Senado da Câmara o ouvidor interino Dr. Baltasar da Silva Lisboa prontas providências para o conserto da estrada à beira-mar – *que está quase fechada ao povo pelas grandes rachas no paredão, ocasionadas por violentas marés*. Em 1816 foi definitivamente alargada num trecho a estrada com a cessão de terrenos da chácara do Matias e em 1829 ultimadas as grandes obras de reconstrução do paredão. Em 1856 deu-se princípio a construção de um

cais, substituindo-se em 1859 a alvenaria por cantaria grossa, de acordo com a proposta do engenheiro inglês Charles Neate. Em 1876 ampliou-se o cais.

Félix Ferreira (*Guia do Estrangeiro no Rio de Janeiro* – 1878) e o operoso e brilhante historiador Vale Cabral (*Guia do Viajante*) – informam que um trecho da praia da Glória que se encontra com a do Flamengo se chamou *D. Pedro I*. Não encontramos semelhante nome em nenhum dos muitos documentos oficiais da Municipalidade que temos consultado.

Ao lado da casa onde esteve a *Roda dos Engenheiros*, inaugurou em 1772 o vice-rei marquês de Lavradio, um chafariz, com a seguinte inscrição lavrada em mármore:

*Aloysio Almeida*  
*Marchioni Lavradiensi*  
*Brasiliae Pro Regi*  
*Freenatis Nestuantis Maris Incursibus*  
*Inqenti Constructo Muro*  
*Concilii Reditibus et Dignitate nuctis*  
*Publicis Reparatis Aedificiis*  
*Renovata Urbe*  
*Servatori Suo*  
*Senatus et Populus Sebastianopolus*  
P  
*MDCCLXXII*

XXII – PRAIA DO FLAMENGO – A antiga Uruçumirim, Sapocaitoba, praia do Carioca, Aguada dos Marinheiros, praias da Leripe, de Sebastião Gonçalves ou do Sapateiro Sebastião Gonçalves, só foi cordeada com regularidade no segundo decênio do século XVII, depois do aforamento concedido àquele sapateiro em 26 de agosto de 1610, por trás do morro do Leripe. Recordando a existência da *casa* de pedra nesse local, inaugurou-se a 12 de dezembro de 1938, por iniciativa de Gastão Penalva, um marco na travessa Umbelina, próximo à avenida Osvaldo Cruz, em área conquistada ao mar, onde se estabeleceu a *briquetérie* dos franceses de Villegaignon – uma das delimitações do sesmaria – concedida à Câmara a

16 de junho do 1565. Morou na *casa de pedra* Pedro Martins Namorado, primeiro juiz ordinário. Confirmara este fato o primeiro livro de registro de aforamentos de sesmarias (*Rev. do Inst. Hist.* – tomo 63 – pág. 95), Inocêncio da Rocha Maciel (*Tombamento das terras da Il<sup>ma</sup> Câmara Municipal*), Felisbello Freire, Vieira Fazenda e Costa Ferreira, em seu excelente e erudito estudo *A cidade do Rio de Janeiro e seu termo – Ensaio Urbano ecológico* (Cap. VII e anotações às págs. 272 e 273). Em 1770, conforme o mapa topográfico de brigadeiro Jaques Funch, a praia do Flamengo tinha duas casas perto da embocadura do Carioca e mais duas, com intervalos, um pouco recuadas do mar.

Em 1869 executou-se o alargamento da praia a começar pelo trecho conhecido por praia do Russell, encarregando-se das respectivas obras João Frederico Russell.

Antes de 1826, Antônio da Cunha construiu um cais particular, que passou pouco depois daquele ano ao domínio de José Antônio Alves Viana. José Dias da Cruz Lima fez construir em 1845 outro cais com extensa rampa, obras que foram destruídas por violentas ressacas em maio de 1853. Já existia, então, um cais público, que se reconstruiu em 1863 e em 1878, gastando-se nessa segunda obra 389:130\$, sob o plano do engenheiro Pedro Bosísio.

Com os grandes aterros, feitos sobre o mar, durante os governos municipais da República, modificou-se inteiramente o aspecto da praia do Flamengo, franqueando-se em suas alamedas o trânsito de veículos até o morro da Viúva. Na área conquistada às águas da baía, construiriam grupos de jardins, onde vicejam as mais lindas flores.

Já alguém escreveu que o Rio de Janeiro é a cidade dos jardins. Jardins dos mais belos que existem no mundo, cercados de árvores frondosas da nossa opulenta flora, tão apreciada por todos quantos, filhos de outras terras, contemplam deslumbrados, a nossa natureza.

“Qual Nice! – Qual Lucernal!” – escreveu, Olavo Bilac num de seus *Registros* da *A Notícia* – referindo-se à Avenida Beira-Mar. “Aquele trecho do Rio de Janeiro é original e incomparável; é único, é *nosso*, incontestavelmente e legitimamente *nosso*. E para que aquilo se transformasse no que hoje é, bastou isto: vontade de trabalhar e progredir.”

XXIII – ESTRADA DO CATETE – Na toponímia Catete discriminaremos:

*Caá-t-ete* – segundo Martius, de tatetu ou taytetu – dente aguçado, pontiagudo, – donde se originou *Catitetu* e Cateto ou *Catete* como quer Teodoro Sampaio (*O Tupi na Geografia Nacional*); Cutete – Koé - mato – tete – duro, forte, mato denso, segundo Barbosa Rodrigues Júnior. Em *Assuntos Brasileiros* – fontes de estudos sobre a influência do tupi no falar brasileiro, o erudito Dr. Artur Neiva, acredita que o vocábulo Cate-te não seja tupi, mas africano (*Jornal do Comércio*, de 16 de outubro de 1938).

No povoamento da região, tiveram os primeiros foreiros importantíssimo papel, a começar por Diogo Fernandes, tambor, até Amaro Simões, senhor de um pedaço de terra no Catete, no lugar do mato cerrado, *junto ao ribeiro que ia às proximidades do outeiro, rumo direito e a chegar ao paço do Salema.*

A 5 de dezembro de 1667, eram terras que em época remota haviam pertencido a João Sánchez, procedeu-se à medição da sesmaria concedida em 1642 por Salvador Correia de Sá e Benevides a Heitor Fernandes Carneiro. A 19 de julho de 1762 essas terras foram arrematadas em praça e estavam incluídas no espólio de João Cruz, como se vê dos *Índices e Extratos de Aforamentos*, de Restier Gonçalves. Ao findar o século XVII já era bem crescido o número de edificações da Carioca ao Catete e outra era a expansão do trabalho nessa zona da cidade (*Primitivos Moradores da Carioca ao Catete* – do autor destas anotações) *A Cidade* – 1º de agosto de 1917). Em 1769, existiam nove casas no caminho do Catete – quatro do lado direito e cinco do esquerdo, ficando nas proximidades da atual Rua Santo Amaro uma casa em ponto mais elevado e que, diz-nos Melo Moraes, pai, estava compreendida na área da sesmaria do Clemente Ferreira, de 1568. “Grande extensão do caminho se estendia por um brejal, abrangendo a ponte do Catete, precisamente no prolongamento do logradouro que se abriu em 1798 com o nome do *caminho da ponte do Catete até a praia de Botafogo*. Desde os primeiros anos do segundo decênio do século XIX começaram a ser retalhadas as terras confinantes com a estrada do Catete, subdividindo-se em extensas chácaras pertencentes a Manuel Álvares da Fonseca Costa, Guilherme Young, José Antônio Gonçalves, Matias da

Silva Pinto, duquesa de Cadaval, marquês de Jundiá, Salvador Correia Alves Quintanilha, Manuel Moreira Lírio, José Venâncio Lisboa, Valentim da Costa Campos, Fernando Carneiro Leão, Bento Lula de Oliveira Braga, Cláudio José Pereira da Costa e outros.”

Foi alargada no trecho entre a Rua Pedro Américo e Marquês de Abrantes, em 1880 por deliberação da Câmara Municipal e aprovação do Ministro do Império, Barão Homem de Melo. Em 1905, o decreto municipal nº 522, de 28 de abril, mandou completar esse alargamento no mesmo trecho e junto à praça da Glória, desapropriando os prédios necessários.

XXIV – PRAIA DE BOTAFOGO – Chamou-se até 1641 – praia Francisco Velho, fundador da confraria de S. Sebastião (um dos companheiros de Estácio de Sá), e mais tarde, – de Botafogo – por haver residido no local João de Sousa Botafogo – um dos possuidores da fazenda de que fazia parte a praia, até a quinta da Olaria de S. Clemente. Terminava outrora pouco adiante da Rua da Passagem, antiga do Copacabana, junto ao Morro do Matias – porque daí até o caminho de Azinhaga (Rua General Severiano), era interceptada pela pedreira daquele morro. Denominava-se então a porção da praia, entre a Rua do Hospício de Pedro II (General Severiano) e a fortaleza – praia Santa Cecília, encontrando-se com a chamada praia Vermelha, assim conhecida por causa da areia de cor vermelha. A revista *Arquivo do Distrito Federal* – 2º vol. pág. 304) insere algumas notas sobre as origens das crismas que lhe foram dadas, ampliando informações de Inocêncio da Rocha Maciel, historiador de “Tombamento das terras municipais”.

A partir de 1808, com a permanência da corte portuguesa no Rio de Janeiro, transformaram-se em grandes chácaras as terras até então abandonadas que ali existiam. Procuraram-na os fidalgos portugueses e diplomatas estrangeiros.

Várias obras se realizaram, com benefício do logradouro, construindo-se muralhas e cais, melhorados em 1840, 1871, 1880 e em 1893, – cabendo neste último ano a iniciativa das reconstruções que se fizeram ao engenheiro Luís Rafael Vieira Souto. Projetara esse profissional a abertura de uma avenida contornando o litoral, que estava sendo aterrado, desde 7 de setembro de 1894. Prosseguiram esses aterros até a gestão administrati-

va do Prefeito interino, Coronel Carlos Leite Ribeiro, que empregou maiores esforços para intensificar os trabalhos. O decreto municipal nº 459, de 19 de dezembro de 1903 do Prefeito, Dr. Francisco Pereira Passos, aprovou o plano elaborado pelo diretor da Carta Cadastral, engenheiro Alfredo Américo de Sousa Rangel, a 13 de abril do mesmo ano – de uma avenida contornando o litoral, entre a Rua Chile (Ajuda), a Avenida Central, em construção, e a praia de Botafogo, desapropriando os prédios necessários à execução desse projeto.

“Todos se recordam – escreve o ilustre Ferreira da Rosa – de que, na praia do Botafogo, o cais não passou da Rua Farani e aí ficou durante longos anos” (*O Comentário* – número de outubro de 1904).

Não cabem maiores pormenores nestas anotações, acerca da construção da Avenida Beira-Mar e do cais – verdadeiras obras de arte, que representam um dos mais úteis empreendimentos projetados e executados durante o Governo do Presidente Rodrigues Alves.

XXV – SANTUÁRIO DE N. S. DA GLÓRIA – No morro que tomou a denominação da tosca ermida erguida em 1371 e habitada pelo devoto Antônio Caminha, teve sua confraria beneplácito canônico de irmandade em 1739. Deu-se começo a um templo mais amplo, em substituição ao que se construía em 1714, abrangendo maior espaço no outeiro doado em 1699 pelo Dr. Cláudio Gurgel do Amaral.

A igreja do N. S. da Glória do Outeiro, com os grandes melhoramentos realizados no transcorrer dos anos, tornou-se um templo elegante e verdadeiro monumento da arquitetura religiosa, conservando-se-lhe ultimamente nas obras por que passou, sob a fiscalização do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, os antigos labores artísticos.

Santuário predileto dos filhos da cidade do Rio de Janeiro, desde o Vice-Reinado, alcançaram notável esplendor as suas festividades durante os 1º e 2º reinados. Todo esse passado de adoráveis reminiscências foi trazido à memória através do “Ermitão da Glória”, de José de Alencar, das *Festas e Tradições Populares do Brasil*, de Melo Moraes Filho e do *Devocionário*, do cônego Francisco Freire.

A festa do outeiro da Glória, celebrada anualmente, a 15 de agosto, no mesmo sítio onde morreu Caminha e o sepultaram com “cheiro de santidade”, perdeu o encanto de outrora. Relembra-nos a Vieira Fazenda

(*Antiquilhas e Memórias do Rio de Janeiro*) e Escragnole Dória, nas crônicas – *O dia do Glória, Última Lágrima Jornal do Comércio* – 15 de agosto de 1913 e 1915), “Bailes da Glória e Nossa Senhora da Glória” (*Revista da Semana* – 18 do agosto de 1828 e 16 do mesmo mês do ano de 1890).

A igreja de N. S. da Glória do Outeiro guarda preciosas relíquias que constituem pequeno, mas interessantíssimo museu histórico.

XXVI – PRAIA DE COPACABANA – Sobre o deserto arenoso do tempo de D. João à linda praia de hoje, não é possível fazer-se nenhum confronto,

Datam de 1858 os primeiros melhoramentos, em condições medestíssimas, lembrados pela Municipalidade. Seu desenvolvimento principiou em 1890 com a linha de bondes da antiga Companhia Botanical Garden; acelerou-se de 1906 em diante e tomou espantoso crescimento depois de 1919.

Daniel Kidder – em seu livro *Reminiscências de Viagens e permanência no Brasil*, descreve-nos a praia de Copacabana em 1837, quando era habitada por um ou outro pescador.

XXVII – ERMIDA DE N. S. DA COPACABANA – Edificada antes de 1746 – e doada aos religiosos carmelitas pelo bispo D. Frei Antônio do Desterro. (*A Arquidiocese do Rio de Janeiro*). Desapareceu em 1918, desapropriada por decreto de 20 de março, pela quantia de 80 contos de réis. No local levantou-se o forte de Copacabana.

XXVIII – MORRO DE S. BENTO – No tempo do Governador Salvador Correia de Sá, cederam Manuel de Brito e seu filho aos frades beneditinos a sesmaria que haviam obtido ali em setembro de 1573. Abrangia essa data de terras, além do morro, a Prainha e as ilhas das Cobras e Enxadas – e parte do morro da Conceição. Autorizados por Manuel de Brito, construíram em 1590 Aleixo Manuel e sua mulher, em terras dessa sesmaria, a capela de N. S. da Conceição. – Vide anotação LXIII – *Mosteiro e Igreja de S. Bento*.

XXIX – MORRO DA CONCEIÇÃO – Ligado desde os tempos coloniais à planície por tortuosos e estreitos caminhos e ladeiras, nele existiu a capela da Conceição, fundada em 1634 por Miguel Carvalho Cardoso ou de Sousa e sua mulher Maria Dantas. Por escritura de 6 de junho de 1655, segundo monsenhor Pizarro e Moreira de Azevedo, foi essa

capela doada aos frades do Carmo, que aí pretendiam instalar seu convento. – Vide anotações LXXVII – Palácio do Bispo e LXXVIII – Fortaleza da Conceição.

XXX – ARSENAL REAL DO EXÉRCITO – Criado em 1764 pelo Vice-Rei conde da Cunha, no antigo forte de Santiago, onde se instalara a casa do trem.

Desde 10 de novembro de 1902 transferiu-se o Arsenal para a praia de S. Cristóvão, ocupando prédios e terrenos da fábrica de tecidos S. Lázaro, próximos à Ponta do Caju.

Nos estudos de Fausto do Sousa sobre fortificações e em *Dez Anos no Brasil*, de Carl Seidler, registram-se aproveitáveis informes sobre o velho Arsenal de Guerra do Rio de Janeiro.

XXXI – Largo DE MOURA – Em 1767 chegaram ao Rio de Janeiro, vindos de Portugal, os regimentos de Moura, Bragança e do Chichorro. O primeiro destes corpos militares de primeira linha alojou-se em barracos próximas da Casa do Trem, enquanto aguardava a construção de um edifício para seu aquartelamento no mesmo local. Daí denominação de – Largo de Moura.

No Vice-Reinado do conde de Resende, em 1794, levantou-se nesse Largo um chafariz, com a seguinte inscrição:

O ILM<sup>o</sup>, E EXM<sup>o</sup> SR. DOM JOSÉ DE CASTRO  
CONDE DE RESENDE VICE-REI E CAPITÃO  
GENERAL DE MAR E TERRA DO ESTADO DO BRASIL  
MANDOU EDIFICAR ESTA FONTE  
ANO MDCCXCIV

Demolido esse chafariz, desapareceu na opinião de Araújo Viana (*Velhos chafarizes – A Notícia* – 30 de agosto de 1901) “uma das coisas mais curiosas nas construções do velho Rio de Janeiro”.

No Largo estiveram a forca e o necrotério, este inaugurado a 5 de janeiro de 1873 por iniciativa de Ferreira Viana.

Até princípios do 2<sup>o</sup> Reinado ocupava parte do logradouro a forca, bem em frente ao quartel. Leia-se, a propósito, “Os padecentes”, crônica de Vieira Fazenda. (*Antiquilhas e Memórias do Rio de Janeiro* – tomo 86, pág. 104) – *Rev. do Inst. Hist.*)



XXXII – PRAIA D. MANUEL – Chamou-se em princípios do século XVII – porto dos padres da Companhia, do qual se utilizavam os jesuítas. Depois de 1679 teve a nomeação *Dom Manuel* – em memória do 34º Governador do Rio de Janeiro, Manuel Lobo, que naquele ano fora aprisionado pelos espanhóis ao Rio da Prata, vindo a falecer em poder do inimigo.

Por muito tempo serviu de depósito de madeiras. A Câmara Municipal por ato de 30 de março de 1835 proibiu semelhante utilização, fazendo nivelar e demarcar a praia, que era então conhecida também por *Praia Velha do Peixe*.

Em 1903 com o início da construção do Novo Mercado desapareceu esse velho logradouro carioca.

XXXIII – CAIS DO Largo DO PALÁCIO – Sob o Governo de Luís de Vasconcelos (1779-1789) construiu-se um cais, onde acostavam as embarcações que se abasteciam de água do *chafariz da pirâmide*. Consistia essa formidável obra lajeada e murada um grosso paredão que defendia a praia, onde, devido à violência do mar, se tornara perigoso o embarque. O primitivo cais fora construído na praia D. Manuel, em obediência à correição do Ouvidor João de Sousa de Cardena, de 16 de abril de 1624.

Com os aterros que se fizeram seguidamente desapareceu a grande obra do Vice-Rei D. Luís de Vasconcelos, apresentando em 1808 um terrapleno sobre o cais arruinado. O governo do príncipe regente D. João mandou reconstruir o embarcadouro e ajardinar o lugar em painéis, contornados por meio-fios de pedra, dando impressão das marinhas de Lisboa.

Reparado em 1817 o cais, com escadas de acesso, teve aumento em 1820. Iniciou-se, em 1843, a construção de outro embarcadouro, cuja despesa fora calculada em 237 contos de réis, por conta dos cofres municipais, que dispunham então de uma arrecadação não excedente de 230 contos. Por escassez de recursos, paralisou a Municipalidade em 1847 a construção, tendo feito, no entanto, grande aterro sobre o mar. Em 22 de agosto de 1848, Luís Adolfo Pharoux, estabelecido na Rua Fresca, com negócio de hotel, requereu, à Câmara Municipal, licença para fazer um cais e uma ponte destinados ao público em geral. Pharoux que, depois do desastre de Waterloo, emigrara para o Brasil, com o auxílio de compatriotas

da então numerosa colônia francesa fundou uma hospedaria, com *pensão por cabeça e ao mês* – como se lê num dos anúncios de 1839. Aqui viveu feliz e próspero, tendo casado com Henriette Delebois. Já muito velho, pois, nascera em 1780, retirou-se para o seu país, onde faleceu em 1867. É uma figura da cidade, transmitindo o seu nome ao cais junto à estação da Companhia Cantareira.

De 1859 a 1862 executaram-se obras de reconstrução no cais, mas em condições que exigiram constantes consertos. Em 1870, o Ministro do Império, conselheiro João Alfredo Correia de Oliveira, atendendo à representação da Edilidade, autorizou a obra, projetado de um embarcadouro – de acordo com os mais adiantados processos hidráulicos. Não ultrapassou a despesa, inclusive com a feitura de uma rampa de pedra, a Rs. 85:433\$. Novas obras se fizeram em 1897 e a 28 de maio de 1902, sendo prefeito o Dr. Joaquim Xavier da Silveira Júnior lavrou-se contrato com os engenheiros Chagas Dória e Oliveira Fernandes, para colocação de uma balaustrada de cantaria, na extensão do cais Pharoux – obra prosseguida na administração interino do coronel Carlos Leite Ribeiro.

XXXIV – FONTE DO Largo DO PALÁCIO – O primeiro chafariz da pirâmide foi construído no governo de Gomes Freire de Andrada (conde de Bobadela), em virtude da carta régia de 2 de maio de 1747. Ultimou-se em 1752, sendo governador interino da capitania, José Antônio Freire de Andrada. Removeram-no em 1789, no governo do 4º vice-Rei D. Luís de Vasconcelos e Sousa para junto do cais, incumbindo-se das obras Valentim da Fonseca e Silva – o grande mestre Valentim, observando, ao que se supõe, o plano delineado pelo engenheiro marechal Saques Funk em 1780. Valentim fez esculpir na fonte as armas daquele vice-rei e a inscrição latina, numa lápide, que ali ainda se conserva e foi reproduzida recentemente por Magalhães Correia, com a tradução do desembargador Vieira Ferreira (*Antigas Inscrições do Rio de Janeiro*).

Inaugurado junto ao mar em 29 do março de 1789, com os aterros procedidos sobre as marinhas desde os primeiros anos do século XIX, ficou o velho chafariz um pouco distanciado da linha do litoral.

A fisionomia desse chafariz – escreve Magalhães Correia – é bem de um templo e talvez o ilustre autor desconhecido desse monumento qui-

sesse fazê-lo em honra às deusas, que presidem os destinos das fontes (*Terra Carioca – Fontes e Chafarizes*).

XXXV – Largo DO PALÁCIO – Antiga várzea de N. S. do Carmo, Terreiro da Polé, Terreiro do Paço e Pedro II. A denominação Praça Pedro II foi-lhe dada por deliberação da Câmara Municipal, de 15 do março de 1870. A 21 de fevereiro de 1890, o primeiro Conselho da Intendência Municipal denominou-o praça Quinze de Novembro.

O primeiro ensaio de arborização de logradouros públicos fora feito nos tempos coloniais no Largo do Palácio, com o plantio sistemático de árvores destinadas a sombrear os embarcações e a maruja, que aí estacionavam – como nos diz a provisão de 17 de setembro de 1820.

No quadrilátero junto à Rua Primeiro de Março, antiga Direita, existiu um jardim, com dois portões, um dos quais ficava em frente à Rua Sete de Setembro. Subdividido em duas porções, realizou-se a sua inauguração a 25 do março do 1877. À beira-mar esteve o mercado municipal, construído de 1835 a 39 e inaugurado neste último ano. Incendiado numa parte a 30 de dezembro de 1899 e a 7 de abril de 1909, demoliram-no em 1911.

De 1902 a 1906 passou por importantes melhoramentos esse logradouro. Iniciou-os o prefeito Xavier da Silveira Júnior a 15 de junho de 1902. Abrangendo os períodos das governanças municipais de Leite Ribeiro e Pereira Passos, este administrador concluiu os melhoramentos numa grande parte em junho do 1903. Prosseguiram, contudo, as obras de ajardinamento até 1906 e, posteriormente, novos melhoramentos foram realizados.

Dentre o grande número de escritores que se referem à história desse velho logradouro, citemos Debret (*Viagem Pitoresca e Histórica ao Brasil*), Daniel P. Kidder (*Reminiscências de viagens e permanência no Brasil*), Carl Seidler (*Dez Anos no Brasil*), Charles Ribeyrolles (*Brasil Pitoresco*), J. A. Cordeiro (*Ostensor Brasileiro*-tomo I), Macedo (*Pequeno panorama e Um passeio pela cidade do Rio de Janeiro*), Melo Morais, pai (*Crônica geral e minuciosa*), Melo Morais Filho (*Quadros e crônicas*), Moreira de Azevedo, (*O Rio de Janeiro*), Escagnole Dória (*Eu sei tudo* – janeiro de 1929), Vieira Fazenda (*Antiquilhas e Memórias no Rio de Janeiro*), Luís Edmundo (*O Rio de Janeiro no tempo dos vice-reis*).

XXXVI – PALÁCIO DOS VICE-REIS – A ordem régia de 27 de novembro de 1730 autorizou o governador Gomes Freire de Andrada a construir casa destinada à residência dos governadores, proibindo que se a denominasse de – palácio, visto este título caber exclusivamente às residências régias e principescas. Traçou o risco da edificação o brigadeiro engenheiro José Fernandes Pinto Alpoim, um dos melhores auxiliares de Gomes Freire. Inaugurou-se em 1743 na Praça do Carmo a nova sede de governo da Capitania do Rio de Janeiro e de Minas Gerais, como faz certo a seguinte inscrição lapidar, gravada na parte superior da porta principal do edifício que deita para o lado do mar:

REINANDO EL REY D. JOÃO V NOSSO SENHOR E SENDO GOVOR. E  
CAPM. GNAL. DESTA CAPITA E DA DAS MINAS GERAIS GOMES FREIRE  
DE ANDRADA DO SEU CONS<sup>o</sup>. E SARG<sup>o</sup>. MAYOR DE BAT.<sup>a</sup> DOS SERVS  
EXEROS. ANO DE MDCCXLIII

De 27 de janeiro de 1763 a 7 do março de 1808, a casa construída na governança de Gomes Freire, elevado a conde de Bobadela em 1758, foi vulgarmente conhecida por palácio dos vice-reis, embora se opusesse a essa denominação a carta régia de 1730. Nela residiram D. Antônio Álvares da Cunha, conde da Cunha, D. Antônio Rolim de Moura, conde de Azambuja, D. Luís de Almeida Portugal Soares Eça Alarcão Silva e Melo Mascarenhas, 2<sup>o</sup> marquês de Lavradio e 4<sup>o</sup> conde do Avintes, D. Luís de Vasconcelos e Sousa, D. José Luís de Castro, conde de Resende – que reconstruiu o paço dos vice-reis, erguendo mais um andar na face dos fundos; D. Fernando José de Portugal e Castro, futuro marquês de Aguiar e D. Marcos de Noronha e Brito, conde dos Arcos. Alí estiveram as Academias dos Felizes e dos Seletos, ambas fundadas sob o patrocínio da conde de Bobadela. Com a notícia de que se trasladaria para o Rio de Janeiro a corte portuguesa, preparou-se condignamente o edifício, remodelando-se o conde dos Arcos, último vice-rei. Para alojar os fidalgos que acompanharam na transmigração a família real, ligou-se por meio de um passadiço o convento do Carmo ao palácio. Na metade de século passado, estendeu-se a edificação do terceiro andar, que se limitava aos fundos às duas faces laterais.

Sóbrio em seu interior, sem apresentar grandes obras de arte, foi decorado, no século de sua construção por José de Oliveira – No tempo de

D. João VI, o artista português Manuel da Costa foi incumbido de vários trabalhos de pintura mural e, mais tarde, no primeiro reinado, o pintor brasileiro Francisco Pedro do Amaral, executou, com maior amplitude, obras de decoração.

Apesar da renovação artística operada com a vinda da missão francesa de 1816, até a maioridade do segundo imperador, a influência portuguesa foi assaz absoluta no domínio das artes plásticas, refletindo o que se fazia em Portugal, sobretudo na arquitetura civil.

XXXVII – CASA DA ÓPERA – Consumido pelo fogo em 1769, a Casa da Ópera ou *Ópera dos Vivos*, do padre Ventura, que durou cerca de dois anos, na rua que vai para a pedreira, chamada depois do Fogo, em frente ao Largo do Capim, lembrou-se Manuel Luís Ferreira em 1779 de construir um teatro em terreno da antiga Praça do Carmo, com frente para o paço do vice-rei. Essa casa de espetáculos, protegida pelo marquês de Lavradio e frequentada pela aristocracia colonial, fechou suas portas depois de 1810. Manuel Luís tornou-se coronel do regimento dos pardos e pessoa de influência social. Velho da Silva, em sua *Crônica dos tempos coloniais* se refere tanto ao padre Ventura, (homem pardo e corcunda) como ao proprietário da segunda *Casa da Ópera*. Mais feliz do que o cantador de lundus e dançador de fados, segundo o conselheiro José Maria Velho da Silva, Manuel Luís desfrutou a proteção da elite portuguesa e da fidalguia transmigradas.

XXXVIII – CASAS DOS TELES – Defronte ao palácio dos vice-reis viam-se as casas dos Teles, as quais chegavam até a esquina da hoje Rua do Mercado.

Pertenciam em 1790 ao doutor Francisco Teles Barreto de Menezes. Na madrugada de 20 de julho desse ano violento incêndio reduzia a cinzas as casas dos Teles, destruindo o arquivo do senado da Câmara que funcionava num dos imóveis sinistrados.

Em 1808 ainda não estavam reconstruídas aquelas casas.

XXXIX – PRAIA DO PEIXE – O trecho entre a praia D. Manuel e as proximidades do Arsenal de Marinha foi assinalado nas antigas plantas da cidade com o designação de praia do *Peixe*, inclusive o local onde, no século XIX, se instalou o mercado. Ainda em 1858, a planta da cidade, organizada pelo Arquivo Militar, sob a direção do coronel Carnei-

ro de Campos, regista essa denominação. Chamou-se *Ribeira do Peixe* até princípios do século XVIII, quando já havia no local desenvolvido comércio de peixe, das pescarias e do que era salgado para o consumo público, vendidos em barracas e telheiros.

XL – TRAPICHE DA CIDADE – Entre e Rua do Ouvidor e o Largo do Palácio ficava esse trapiche, como se vê das plantas de 1808 e na de Walsh (*Notices of Brazil – 1828 and 1829*). Aforado o terreno em 1636 o levantado alcaide-mor Salvador Correia de Sá, com o nome de trapiche de Ver-o-peso. Foi, posteriormente, propriedade do Dr. Inácio José da Mota Leite, estendendo-se suas dependências por essa época (século XVIII) até à Alfândega. Foi adquirido pelo governo pela quantia de 500:000\$, de conformidade com a lei nº 586, de 6 de setembro de 1850 e incorporado no ano seguinte à Alfândega.

XLI – PRAIA DOS MINEIROS – Antiga praia de Brás de Pina – assim crismada em memória do rico negociante Antônio Brás de Pina, antigo sesmeiro de terras em Irajá e primeiro contratador da pesca da baleia e do azeite extraído desse cetáceo, serviços estes que foram mais tarde monopolizados pela fazenda real. A partir de fins do século XVIII passou a chamar-se *praia dos Mineiros* pela preferência que lhe davam os mestres de embarcações utilizadas no transporte de passageiros procedentes não só de Minas Gerais, como das cargas e dos viajantes que se destinavam às povoações do recôncavo fluminense, que Honório Silvestre e Basílio de Magalhães evocam com seus estudos no *O Jornal*, de 15 de outubro de 1927 (número comemorativo do tricentenário do café).

XLII – ARSENAL DE MARINHA – Instalado em 1764 na antiga praia de S. Bento, em terreno doado ao Reino pelos frades beneditinos, por escritura de 1696. Em 1810 teve grande aumento com a edificação de oficinas.

Depois de descrever a deficiência das unidades navais portuguesas, John Luccock (*Notas sobre o Rio de Janeiro e partes meridionais do Brasil*), classifica as suas oficinas no tempo de D. João VI de miseráveis telheiros.

XLIII – PRISÃO DO CALABOUÇO – Ficava junto ao Arsenal do Exército. Em cumprimento do alvará régio de 16 de novembro de 1693 mandou-se preparar nesse local um calabouço ou casa pública

para castigo dos escravos que se fazia no morro do Castelo. Aquele alvará proibiu que os senhores de escravos usassem de instrumentos de ferro nos castigos e outrossim os impediu de condenar seus escravos a cárceres privados. Debret, dando-nos notícia da aplicação de tais castigos no tempo de D. João VI, informa-nos que todos os dias, pela manhã, numerosas filas de negros escravizadas eram conduzidos ao Calabouço. Por cem chicotadas, o carrasco recebia o *direito de pataca*.

Luccock, o inteligente negociante inglês, que visitou a Brasil de 1808 o 1818, diz que o vocábulo *calabouço* não passa de corruptela do *cala a boca* – o que destoa inteiramente do que se lê nos mais autorizados dicionaristas da língua portuguesa. Embora fechado desde há muito o Calabouço, a pena de açoites infligida aos escravos pelo Código Criminal, só foi extinta a 14 de outubro de 1886.

Até meados do século XIX havia um calabouço na Casa de Correção, inaugurada em 1840.

XLIV – HOSPITAL DA MISERICÓRDIA – Modelado pela Casa do Misericórdia de Lisboa, estabelecida em fins do século XV por frei Miguel de Contreiras, fundou-se o Hospital da Santa Casa de Misericórdia da Rio de Janeiro. Simão de Vasconcelos (*Vida da Venerável padre José de Anchieta*) e frei Agostinho de Santa Maria (*Santuário Mariano*), registram o início dessa instituição em 1582 ou pouco antes deste ano, por ocasião de arribada da armada de Diogo Flores Baldez. Duarte Nunes em seu *Almanaque Histórico da Cidade de S. Sebastião do Rio de Janeiro* pondera porém que sua criação se fizera pouco depois de firmado definitivamente o domínio português no Rio de Janeiro, “concedendo a metrópole em 8 de outubro de 1605 certas franquias solicitadas pela pia instituição, de cuja posse estavam, aliás, os irmãos da Misericórdia há sessenta anos”. Evidente engano encerra, sem dúvida, esta citação.

Divergindo da que escrevera Félix Ferreira (*A Santa Casa da Misericórdia Fluminense*) e não aceitando aquela data que aberrava da verdade histórica – quanto aos sessenta anos decorridos da posse até 1605, escreve Vieira Fazenda, referindo-se à Casa da Misericórdia de Santos, fundada por Brás Cubas, que havia também aqui, desde os princípios da cidade, uma corporação beneficente pouco numerosa, dando esmolas o levando a caridade a domicílios de nascente povoação. Com a chegada da frota de

Baldez, as irmãos da Misericórdia do Rio do Janeiro, seguindo o exemplo de Anchieta, o ajudam nessa faina e tomam e si a encargo do estabelecimento fundado pelo venerável padre jesuíta.

Os terrenos em que foram levantados o velho edifício da Misericórdia e a igreja pertenceram possivelmente a Gonçalo Gonçalves – o velho – cujo nome se lê em *Ordens e Provisões Reais*, do Arquivo Municipal, a respeito de terras concedidas em 1592 aos frades franciscanos. Por seu testamento, feita a 20 de outubro de 1620, se infere haver Gonçalo Gonçalves legado à Santa Casa o restante de suas propriedades. Pequena e acaçapada construção, substituiu, talvez, ao primeiro hospital de taipa de mão e coberto de palha. Certamente, com o correr dos anos, foram aproveitadas as casas de pedra e cal de Gonçalo Gonçalves. Ampliado o edifício em 1700 e em fins do século XVIII, lançou-se a 2 de julho de 1840 a primeira pedra de novo Hospital, que se inaugurou a 2 de julho de 1852.

Nas imediações dos desaparecidos becos dos Tambores e do Calabouço e de outras estreitos logradouros, que retratavam o aspecto topológico dessa parte da cidade, se encontrava o cemitério novo da Misericórdia, que deitava para a praia de Santa Luzia.

Longe iríamos, se fosse nosso objetivo discriminar todas as dependências do antigo hospital e sobre as quais escreveram, minuciosamente, Félix Ferreira e o grande cronista da cidade Dr. José Vieira Fazenda, através do arquivo da Santa Casa, tombado inicialmente pelo Dr. Bernardo Ribeiro da Freitas.

XLV – IGREJA DA MISERICÓRDIA – Edificada no século XVI, entre os anos de 1567 a 1569 e reconstruída em 1780. Pertence à irmandade do Bonsucesso, da Santa Casa da Misericórdia. Até 1850 saía, anualmente, desse templo a *procissão dos ossos*, a 1 de novembro, véspera do dia de Finados. A 14 de setembro de 1873, lançou-se a primeira pedra para a nova igreja que sob a invocação de N. S. do Bonsucesso, se pretendeu edificar na praia de Santa Luzia, ao lado esquerdo do hospital da Santa Casa, obedecendo ao risco do arquiteto Bitencourt da Silva.

XLVI – PATÍBULO – Em 1812 ainda se conservava, no *Caminho da forca*, o patíbulo, próximo à Misericórdia, mudando-se da praia de Santa Luzia, depois desse ano, para o Largo da Prainha. Segundo Hermeto Lima, a 17 de junho de 1834, foi demolida a forca que, em caráter perma-



nente, se achava erguida na praça mais tarde denominada 28 de Setembro. Durante algum tempo esteve armada a forca na Praça Nova, depois crismada do Capim.

XLVII – LADEIRA DA MISERICÓRDIA – Em princípios do século XVII, quando começava a se estender a cidade pela várzea, melhorou-se o caminho íngreme que desde o tempo do Salvador de Sá já existia, oferecendo péssimo trânsito do morro de Castelo para a planície. O vice-rei conde da Cunha, para tornar mais fácil o acesso ao morro, mandou cordear outra ladeira, junto à igreja da Misericórdia, a que denominou de Calçada da Sé.

Em 1808 possuía apenas 6 prédios; em 1877, 11 e em 1906, 13 – sendo 4 de 3 pavimentos, recenseando-se ao todo 317 habitantes.

Com as obras de arrasamento do morro do Castelo, desapareceu esse logradouro, restando uma pequena elevação ao lado da Rua da Misericórdia.

XLVIII – RUA DA MISERICÓRDIA – A pequena distância da sede do governo da capitania e da casa da Câmara, que ficavam no Alto da Sé, abriu-se depois de 1569 essa rua, que teve várias denominações: Rua Direita para a Misericórdia, Rua para a igreja do Bonsucesso, conforme o autor de *Santuário Mariano*; rua que *vai de S. José para a Misericórdia*, em 1640 e, finalmente, Rua do Misericórdia.

“Foi a primeira rua do Rio – escreve Paulo Barreto. Dela partimos todos nós; nela passaram os vice-reis, os malandros, os gananciosos, os escravos nus, os senhores em rede; nela vicejou a imundície, nela desabotoou a flor da influência jesuítica... Dela brotou a cidade ao antigo esplendor do Largo do Paço, dela decorrerem, como de um corpo que sangra, os becos humildes e os coalhos de sangue, que são as praças ribeirinhas do mar. Mas solução de espancado, primeiro esforço de uma porção de infelizes, ela continuou pelos séculos afora, sempre lamentável e tão angustiada, franca e verdadeira na sua dor, que os patriotas lisonjeiros e os governos, ninguém, ninguém, se lembrou nunca de lhe tirar das esquinas aquela muda prece, aquele grito de mendiga velha – Misericórdia!”

No bairro da Misericórdia moravam nos tempos coloniais os mais importantes contratadores dos produtos agrícolas e industriais; funcionavam os trapiches e conselho da Câmara, onde se reuniam os “homens

bons”, e, aqui e ali, os armazéns e depósitos, com o cais do porto dos padres da Companhia, no qual carregavam e descarregavam mercadorias, com licença especial dos jesuítas.

Em 1806, determinou a vereança de 11 de junho prontas providências para aterro dos charcos que “não davam passagem aos transeuntes que iam em caminho da Casa da Misericórdia”, achando os vereadores bem razoável a solicitação dos moradores da *Rua Direita do Paço até à Misericórdia*. Esta denominação, excepcionalmente citada em documento oficial, não a encontramos em papéis de outra natureza que temos consultado.

Dos becos coloniais que se comunicavam com a Rua da Misericórdia, cinco desapareceram com as obras da remodelação da cidade, restando em nossos dias os denominados do Cotovelo (hoje Vieira Fazenda), da Natividade, antigo da Torre; D. Manuel, antiga Boa Morte até 29 de maio de 1871; Costa Velho – chamado do Guindaste até 1873, por terem os jesuítas construído no local um aparelho para ascensão de materiais até o morro do Castelo; da Fidalga – no qual se erguiam os prédios da *nobre senhora* D. Maria Antônia do Alencastro, que desabaram em abril de 1807 e a da Música, antiga Travessa do Administrador.

Agripino Grieco, evocando numa de suas crônicas literárias os bequinhos do velho Rio de Janeiro, traça-nos colorida página, com o sabor da sua frase e através da qual ressurgem variadas aspectos da cidade que guardamos ainda bem vivos na memória.

XLIX – BECO DO COTOVELO – Aberto antes de 1690, teve esse logradouro varias nomações, entre as quais – *beco de padre Vicente, caminho para do porto dos padres da Companhia, beco do Açougue* – por se haver instalado o açougue grande entre a ladeira do Castelo e a Rua da Misericórdia; e desde 1815 – Rua do Cotovelo. Por deliberação da Câmara Municipal, de 20 de setembro da 1878, recebeu a nome de rua – Bispo D. Vital, mas esta denominação não perdurou, pois em 1882 voltou a ser usado a antigo nome – Cotovelo. Por decreto nº 1.165, de 31 de outubro de 1917, passou a chamar-se – Vieira Fazenda, – em memória do historiador Dr. José Vieira Fazenda, nascido num dos prédios dessa rua e que ali residia até a data de seu falecimento em 19 do fevereiro daquele ano.

L – IGREJA DE S. JOSÉ – Matriz da paróquia de S. José, criada em 30 de janeiro de 1751, e confirmada pelo alvará régio de 8 de maio

de 1753, remonta sua edificação, por Egas Muniz, ao ano de 1633, junto ao mar. Reconstruída em 1641, 1658, 1808 e na metade do século XIX, inaugurando-se a nova igreja a 10 de abril da 1842.

Serviu de matriz da freguesia de S. Sebastião de 1661 a 1734. Possui excelentes trabalhos do artista Simões José de Nazaré, um grande órgão e numa de suas torres famoso carrilhão, montado em 1883, para tocar os sinos por música.

Foi saqueada pelos invasores de Duguay-Trouin em 1711 – procedimento que tiveram, aliás, os franceses noutros lugares da cidade, “sepultando na maior miséria – escreve Pizarro – uma cidade rica pela florescência de seu comércio”.

LI – CADEIA – Com a mudança da casa da Câmara do morro do Castelo para a várzea da cidade depois de julho de 1839, instalou-se a cadeia no mesmo prédio da Municipalidade, situada no começo da Rua da Misericórdia. Em 1631 tomara a Câmara conhecimento pela correição do ouvidor Paulo Pereira, de 6 de agosto, do estado ruinoso do edifício que existia no morro do Castelo, de forma a facilitar a fuga de presos.

No fim do século XVII a sede do “conselho” e a cadeia, na várzea da cidade, já reclamavam obras urgentes. O prédio, escorado por pontaletes, estava a desabar. Com a criação do Tribunal da Relação, foram forçados os vereadores a ceder, em 1757, a casa do conselho para os desembargadores, continuando, porém, a cadeia no mesmo local. Em 1808 transferiu-se a cadeia pública para a prisão eclesiástica do Aljube, na Prainha, canto da ladeira da Conceição.

No velho prédio da Rua da Misericórdia, funcionaram a Constituinte do Império, em 1823, e a Câmara dos Deputados, de 1826 a 3 de setembro de 1914. Demolido o prédio, ergue-se ao local atualmente o Palácio Tiradentes.

LII – PELOURINHO – A correição do ouvidor Damião de Aguiar, de 7 de setembro de 1647, proveu que os oficiais da Câmara, com os recursos provenientes de sua arrecadação, levantassem o pelourinho na praça desta cidade – por ser mui útil e necessário. A esse tempo já estava instalado a conselho na várzea de N. S. do Carmo, achando-se ultimadas as obras do edifício iniciadas em 1640.

A picota ou pelourinho representava, diz-nos Vieira Fazenda, “a *autonomia* do município e simbolizava que no lugar se fazia justiça, em nome do rei”. Ali se castigavam os criminosos apanhados pelas quadrilheiros e os capoeiros que usavam facas e armas proibidas.

Em 1705 o pelourinho estava no campo do Rosário. Após a chegada da família real em 1808, construíram-no no lugar onde se vê a estátua de D Pedro I, no Rossio. Ali permaneceu, possivelmente até a promulgação da Constituição de 1824, que aboliu os açoites, a tortura, a marca de ferro quente e todas as mais penas cruéis.

LIII – CASA DA CÂMARA – Dissipando todos as dúvidas, porventura existentes, encontramos no livro das vereanças do 1635 a 1650, auto de acórdão que se fez ao conselho, da mudança da casa da Câmara e cadeia, do Alto da Sé, para junto à ermida de S. José (Fls. 44 verso a 46). Este valioso documento, pouco legível, datado do 18 de julho de 1639, diz precisamente que, só no terceiro decênio do século XVII, se trasladou a Câmara para a várzea da cidade. O livro de vereanças de 1635 a 1650 que é uma das relíquias do Arquivo Municipal, registra mais o *contrato de ajuste* que fizeram os vereadores com um certo Francisco Monteiro, pedreiro, para a construção do novo edifício, que se ergueu lentamente devido aos poucos recursos da Municipalidade.

Mudou-se o senado da Câmara em 1757 para um sobrado das casas dos Teles, fronteira à casa dos governadores, donde se retirou, em consequência do incêndio de 20 de julho de 1790, que irrompera no pavimento térreo do prédio ocupado pelo algibebe Francisco Xavier. Este morreu queimado e sua alcunha, que a decência manda calar, está escrita com todas as letras no *Tombo das Terras Municipais*, de Haddock Lobo.

Daquele ano a julho de 1825 andaram os senhores do conselho e os homens bons do povo, de Herodes para Pilatos...

No estudo que publicamos a 12 de julho de 1925, no *Jornal do Brasil*, acerca dos antigos paços municipais, encontrará o leitor circunstanciada notícia a respeito dos prédios ocupados pela instituição municipal, de 1565 a 1873.

Neste último ano mudou-se a Câmara Municipal, do prédio inaugurado em 1825, no campo da Santana, para a Rua Conde d’Eu, esquina do praça da Aclamação. A 27 de novembro do 1875 começou a

demolição do paço municipal, inaugurado a 12 de julho de 1825 e a 6 de janeiro de 1876 lançou-se a primeira pedra do atual edifício da Prefeitura, inaugurado a 2 de dezembro de 1882.

LIV – CONVENTO DE N. S. DO CARMO – Da ermida do N. S. do Ó, levantada na várzea da cidade, se originou a Ordem Carmelitana – conseguindo os frades em pouco tempo esmolas e legados para a edificação do convento, com o respectivo templo. Em 1619 a governador Rui Vaz Pinto deu-lhes consentimento para a extração de pedras da ilha das Enxadas, necessárias naquelas obras.

O convento de N. S. do Monte da Carmo, Ordem Terceira criada a 19 do junho do 1648 com reduzido número de frades, teve, a princípio, tormentosa existência. Desde que se instalou definitivamente, lutou com os vereadores e com o próprio governo da capitania, que se opunham à posse de terrenos a beira-mar, concedidos por aforamentos.

Carmo Neto Filho, referindo-se à vista panorâmica da Rio de Janeiro, em 1696, do viajante Froger, retraza o perfil pitoresco do convento nessa época, com a sua torrezinha meã e quadrada, o seu portão, inaugurado em 1681 e o alpendrado de pedra da portaria.

Com a chegada da corte portuguesa ao Rio de Janeiro, o superior do convento padre-mestre Fernando de Oliveira cedeu-a para servir de aposentadoria da casa real. Passaram as religiosos a residir ao convento da Lapa do Desterro – que se chamou então das carmelitas da Lapa.

O casarão onde esteve o convento, remodelado e muito aumentado, pertence atualmente ao governo federal.

Sobre a Venerável Ordem 3ª de N. S. do Monte do Carmo – foi publicado desenvolvido trabalho de S. Barbosa Serzedelo.

LV – IGREJA DE N. S. DO CARMO – No local da ermida das carmelitas, edificou-se por provisão de 31 de janeiro do 1752 a igreja de N. S. do Carmo, terminando as obras em 1770.

Reconstruiu-se de 1797 a 1826. No pórtico contempla-se admirável escultura em mármore. Na nave, observam-se custosas obras de talho e na capela do noviciado, trabalhos do grande Mestre Valentim. Destacam-se pela beleza artística que encerraram, o anel dos zimbórios azulejados, construídos em sacadas do século XIX e as duas torres, também do mesmo século (1849–50).

Graças a pacientes pesquisas procedidas em 1940 pelo Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, podem ser registradas, sem nenhuma dúvida, como pertencentes ao cinzel de Valentim da Fonseca e Silva as preciosas obras de escultura que se encontram no templo.

Evoca-nos a igreja de N. S. do Monte do Carmo a esplendorosa procissão do enterro no Rio antigo, cuja descrição retraçamos nas colunas de *O Globo*, de 5 de abril de 1926 e as festas mandadas celebrar pelos vice-reis e por D. João VI, com o encanto de que nos fala Machado de Assis, em *Histórias sem data*.

Por alvará de 15 de junho de 1808 foi a igreja dos carmelitas elevada a capela real e catedral do bispado, construindo-se ao lado uma pequena capela destinada aos ofícios religiosos da corte. Ligou-se por essa ocasião a nova capelinha ao paço real da cidade (antigo Palácio dos Vice-reis) por um passadiço de ferro.

LVI – BECO DOS BARBEIROS – Este logradouro foi aberto em 1755 ao lado da igreja dos frades carmelitas, no mesmo ano em que se lançaram, a 16 de julho, os alicerces do templo. Nesse local existiu uma rua, comunicando-se com a denominada Detrás do Carmo. Ocupava maior largura – e desapareceu pouco antes daquela data, por ser imprescindível o terreno à construção projetada.

Desde 1741 constituíram os barbeiros do Rio de Janeiro corporação bem organizada, à semelhança do que já se observara em Lisboa no século quinhentista, segundo os *Regimentos dos ofícios mecânicos*, de 1572. Subordinados à bandeira do ofício e ao regimento da irmandade de S. José, acerca dos ferreiros, serralheiros, ferradores, douradores, batedores de folhas e barbeiros de barbear e de guarnecer espadas, exerciam os barbeiros, cumulativamente, funções de dentistas e sangradores. Instalaram-se quase todos em prédios do Beco dos Barbeiros ou nas proximidades do Largo do Palácio, em barracas. Debret, em sua *Viagem pitoresca e histórica ao Brasil*, oferece-nos um dos flagrantes de barbeiros ambulantes do Rio de Janeiro colonial.

Dentre os mais conhecidos profissionais dessa classe, o velho Rio de Janeiro conheceu Antônio José Dutra, mestre da célebre *banda dos barbeiros*, que tocava na festa da Glória do Outeiro e a quem nos referimos

numa contribuição histórica publicada no número do *O Jornal*, de 24 de julho de 1929, a propósito do 3º Congresso Odontológico.

LVII – HOSPITAL DO CARMO – Fundado em 3 de fevereiro de 1733, inaugurado em 1743 e concluído em 1745, conservou-se na antiga rua Detrás do Carmo até 3 de novembro de 1812 – data em que o removeram para o prédio do Recolhimento de N. Sr<sup>a</sup> do Parto, na rua dos Ourives, esquina da Assembléia. Deste local se transferiu em 1870, para a rua Riachuelo, antiga Mata-cavalos. Lançou-se a pedra fundamental do novo estabelecimento hospitalar a 15 de outubro de 1866.

Inaugurou-se a 24 de junho de 1870.

LVIII – RUA DIREITA – Ao longo da restinga situada entre os morros do Castelo e de S. Bento cordeou-se em princípios do século seiscentista o *caminho ou praia* de Manuel de Brito, que em pouco tempo se chamou Rua Direita do Carmo para S. Bento, Rua Direita para a Misericórdia ou de N. S. do Bonsucesso e rua que vai para S. José. A penúltima nomeação compreendia toda a rua da Misericórdia.

Em 1620 o trecho entre as atuais Ruas General Câmara e Teófilo Otoni, já estava quase todo edificado.

Desde o local em que se instalou posteriormente a Casa dos Contos, até a ladeira do morro dos frades beneditinos, fixaram moradia principais homens de negócio. Preferiam esse logradouro os mercadores de escravos, pela comodidade no recebimento das cargas negreiras que, saídas da Alfândega, ali aguardavam destino para os engenhos ou fazendas.

Seus antigos moradores proprietários, Gonçalo Gonçalves – *o moço* – e sua mulher, D. Maria Gonçalves, possuíam em 1620 uma casa, que fazia canto com a *Rua Diogo de Brito* ou *Diogo de Brito de Lacerda* (filho de Manuel de Brito) e outra, contígua, que, em 9 de novembro desse ano, eles doaram à Santa Casa da Misericórdia. A pia instituição comprou dois anos depois, em 15 de março de 1622, a Mateus de Leão e sua mulher, D. Jerônima Vareira, moradas de casa na rua Direita – *partindo de uma banda com as casas do capitão comandante do forte de S. Januário, Francisco Dias da Cruz e de outra banda com as do fundador da capela da Candelária, Antônio Martins de Palma* (Vieira Fazenda: “Ruas Antigas” – tomo 95 da *Revista do Instituto Histórico*).

Na correição procedida pelo ouvidor Manuel Amaro Pena de Mesquita Pinto, em setembro de 1746, proveu esse magistrado sobre a reparação das calçadas da cidade, compelindo os moradores a fazerem semelhante obra na distância de sete palmos, que, muitas vezes, não chegavam ao meio da rua excetuando, porém, da obrigação os proprietários da rua Direita – por ser esta demasiadamente larga.

Foi sempre esse logradouro um dos mais animados da cidade e frequentado no período colonial até 1860, mais ou menos, do alvorecer às últimas horas da tarde, por mercadores e magotes de negros escravizados, que andavam a carregar pesados fardos, retirados da Alfândega, ou puxando veículos de carga, como se fossem animais de tração. Nas estampas de Debret e Rugendas tem-se a impressão da vida trepidante da rua Direita em dias do governo de D. João VI e nos do Primeiro Reinado.

Ruidoso bazar de todas as mercadorias – no conceito de Dumont d’Urville, capitão-de-fragata da marinha francesa e passageiro da galeta holandesa *Cornélia*, quando aqui passou em novembro de 1829, – a grande rua da cidade era então habitada do lado do mar por armazenistas de secos e molhados e, na parte mais larga, por negociantes opulentos.

“Verdadeira Rua Saint-Honoré, de Paris”, – na frase de Debret, – o admirável artista da missão francesa de 1816, a tortuosa rua Direita recebeu a 14 de março de 1870 a denominação – Primeiro de Março, por proposta do vereador Dr. Joaquim Antônio de Araújo e Silva (posteriormente barão do Catete e visconde de Silva), em memória da data da terminação da guerra do Paraguai, com a vitória de Aquidabã e morte de ditador Francisco Solano Lopez.

LIX – IGREJA DA CRUZ – Sobre as ruínas de um fortim, a irmandade de Santa Cruz, fundada em 1623, construiu uma capela com a invocação de Vera Cruz. Reconstruída em princípios do século XVIII, iniciou novas obras na centúria setecentista, ultimando-as em 1811, ano em que se inaugurou a 28 de Setembro, inteiramente modificada pelo risco do brigadeiro José Custodio de Sá e Faria. Serviu de catedral do bispado, de 1734 a 1737.

Em 1835 cercou o adro com grades de ferro a fim de evitar a imundície que ali faziam os mendigos e para evitar o acesso de vagabundos ao interior do templo.



A fachada do templo e os dois evangelistas que a ornamentam, constituem atraentes obras artísticas.

Acerca das origens e tradições desse templo escreveu o coronel Eduardo de Amorim Bezerra valiosos trabalhos de investigação histórica.

LX – ALFÂNDEGA – É dos primeiros tempos da cidade o estabelecimento da Alfândega. No termo de vereança de 15 de abril de 1647 encontramos referência a um aforamento pedido por Antônio Rodrigues da Veiga – no lugar onde acaba o chão dado para a Alfândega. Vieira Fazenda a localiza por essa época na rua da Misericórdia (*Antigualhas e Memórias – Rev. do Inst. Hist.* – tomo 88).

Anteriormente àquele ano, D. Diogo de Maris, provedor da Alfândega, em substituição a seu pai, segundo Baltasar Lisboa (*Anais do Rio de Janeiro*), ali se instalara. Em 1661 estava a repartição aduaneira defronte da casa do governador Salvador Correia de Sá e Benevides e próxima ao passo de Ver-o-peso, no local mais tarde conhecido com o nome de rua dos Trapiches. Em 1702 deu-se princípio a um prédio próprio para a Alfândega, conforme solicitara o governador Artur de Sá e Meneses. Em 20 de novembro de 1735 inauguraram-se novas obras, na governança de Gomes Freire de Andrada. Luís de Vasconcelos, durante o seu governo, aumentou os armazéns.

O príncipe regente D. João, por alvará de 16 de julho de 1808, mandou ampliar o edifício e seus armazéns. Reconstruído, com grande acréscimo em 1841, sob o risco de Grandjean de Montigny. Sendo ministro da Fazenda o visconde de Itaboraí, iniciaram-se em 1852 as obras de remodelação do edifício, que se ultimaram em 1860. Em 1869 inauguraram-se as docas da Alfândega, obra do engenheiro André Rebouças.

LXI – CASA DOS CONTOS – Criada no século XVIII, como se vê de registros de arquivo da cidade, funcionou posteriormente em prédio adquirido por 5.000 cruzados e que pertencera a Pedro de Sousa Pereira.

A 14 de dezembro de 1803 uma quadrilha de ladrões lançou fogo, durante a noite, à Casa dos Contos, tendo sido extinto o incêndio devido a socorros prestados por marinheiros da esquadra do capitão-de-mar-e-guerra José Maria de Almeida (*Cartas do Senado da Câmara* – 1788-1806 – fls. 166).

A Casa dos Contos foi extinta por alvará de 28 de junho de 1808.

LXII – LADEIRA DE S. BENTO – Aberta em 1602 pelo primeiro abade frei Ruperto de Jesus, foi, durante muitos anos, um caminho acidentado, e de difícil trânsito que substituirá o atalho de Aleixo Manuel – *o velho* – para a ermida da Conceição. Frei Bernardo de S. Bento, monge do mosteiro beneditino, executou em 1670 não só notáveis obras na igreja como alargou e melhorou consideravelmente a ladeira que dava acesso àquela casa monástica, – assim o diz o *Dietário* do arquivo de S. Bento publicado no 1º centenário da autonomia da Congregação em 1927.

LXIII – MOSTEIRO E IGREJA DE S. BENTO – A 25 de março de 1590, ao tempo do governo de Salvador Correia de Sá, cederam Manuel de Brito e seu filho, aos frades beneditinos, a sesmaria que lhes fora dada em 14 de setembro de 1573, compreendendo, não só o próprio outeiro, onde havia uma ermida dedicada à N. S. da Conceição, edificada por Aleixo Manuel – *o velho* – mas toda a terra que o cercava até o morro da Conceição.

O edifício do convento construiu-se vagarosamente, iniciando-se as obras alguns anos depois de estabelecidos os monges no outeiro (Ramiz Galvão – *O Mosteiro de N. S. do Monserrate* – 1869). “Foi em 1652, sob o governo do 16º abade – o padre-mestre D. Francisco de Madalena, quando já estava de pé o templo do Senhor, e já se achavam abrigadas em digno santuário as sagradas imagens do patriarca; “foi, então, – diz-nos o erudito Ramiz Galvão – que os piedosos monges se lembraram de aumentar o apertado tugúrio a que se haviam recolhido em 1590, começando a construir o dormitório que corre da igreja para o mar e que faz vista para a cidade sobre a ladeira”.

A construção da igreja principiou em 1633, na abadia de frei Miguel do Desterro, ultimando-se as obras em 1640 ou 1641. Os trabalhos de pintura, entalhamento e ornatos diversos, executaram-se como permitiam as posses do mosteiro, em 1671, 1736 e 1743, distinguindo-se nessas obras artísticas, Simão da Cunha, José da Conceição e Caetano da Costa. A frei Ricardo do Pilar e a frei Domingos da Silva cabem, ao primeiro a obra da capela do Sacramento e ao segundo a do arco do cruzeiro.

“Alí foi o berço da pintura a óleo no Rio de Janeiro: a escultura e a estatuária em madeira predominam na dourada e suntuosa decoração mural do templo; a ourivesaria se esmerou nos lampadários; a arquitetura, na estereotomia dos arcos e abobadas; a carpintaria nos legou magníficos batentes, fartamente almofadados os caixotões do teto do convento; a marcenaria, várias peças do mobiliário; a epigrafia se caracterizou nas lápides tumulares do claustro e nos trabalhos com a nossa pedra feitos na fachada e, mesmo no exterior, aparecem obras esculpidas, algumas com as formas animais.” (“Das artes plásticas no Brasil”, *Rev. do Inst. Hist.* – tomo 78 – Araújo Viana).

LXIV – LADEIRA DO COLÉGIO – Levantadas as casas do conselho e da cadeia, no morro do Castelo, cuidaram os homens da governança de abrir caminhos que fossem ter à várzea – verdadeiros caminhos de pé posto, de que nos fala Tião de Vasconcelos – cronista da Companhia de Jesus. Tiveram tais veredas os nomes de ladeira da Misericórdia, ladeira do Poço do Porteiro (depois chamada no Seminário), a ladeira do Carmo ou do Colégio, muito mais tarde denominada do Castelo.

Um desses caminhos melhorados em 1654, por servir de comunicação para o colégio ou casa conventual, começou a se chamar do Colégio. Era, além disso, principal via pública de que dispunham os padres em suas frequentes caminhadas pela planície. Com a expulsão dos jesuítas, caiu em abandono a outrora frequentada ladeira, e só em fins do século XVIII o seu péssimo estado de conservação despertou a atenção do senado da Câmara, que procurou atender a inúmeras reclamações dos moradores do morro do Castelo, que não tinham caminho mais acessível às suas casas, por serem os outros bastante distantes e quase no fim da cidade...

Em 1811, por ocasião das célebres águas do monte, fizeram-se muralhas de sustentação para impedir novos desabamentos de prédios.

Em virtude das desapropriações decretadas em abril de 1921 para o armazenamento do morro do Castelo, foram demolidos seis prédios que ainda restavam, desaparecendo com a colina histórica a tradicional ladeira do Castelo.

LXV – RUA DETRÁS DO CARMO – Aberta com este nome em terreno da cerca do convento dos frades do Carmo, em 1611. A correção do ouvidor João de Sousa de Cardena, de 24 de abril de 1624, mandou

arruar o trecho da rua junto às casas de Gaspar Durão e Amador Antunes de Carvalho, que Deus haja.

A esquina da rua do Ouvidor com essa rua chamou-se canto de Lucas do Couto, no século XVII.

Ainda existe nesse logradouro, aos fundos da igreja do Carmo, o oratório de N. S. da Boa Esperança que, com o do convento de Santo Antônio, são os únicos conservados na cidade do século XX. Um dos últimos oratórios de pedra desapareceu com a demolição do prédio da rua da Alfândega, esquina da do Regente. Havia-os em diferentes pontos da cidade, com a imagem preferida pela devoção popular.

“Quando passava a Via Sacra – relembra Manuel Antônio de Almeida nas *Memórias de um sargento de milícias*, os moradores desta ou daquela rua se ajoelhavam contritos defronte do oratório mais próximo.”

O decreto municipal n. 647, de 12 de dezembro de 1898 denominou a antiga rua Detrás do Carmo ou do Carmo – de Júlio César, em homenagem de Júlio Cesar Ribeiro de Sousa, natural do Pará, dedicado aos estudos da aeronáutica, e que realizara a 3 de novembro de 1881, em Paris, a primeira experiência em seu balão, denominado *Vitória*.

Restabelecida a antiga denominação de rua do Carmo pelo decreto n. 1.165, de 31 de outubro de 1917.

LXVI – BECO DAS CANCELAS – Comunicava a rua do Ouvidor, a princípio, com a rua do Rosário, estendendo-se, posteriormente, em 1777, em direção a rua Detrás do Hospício. Em 1791, Manuel da Costa e Silva contendeu com o senado da Câmara, que o obrigara a repôr uma das cancelas que existia, da rua do Rosário para a do Hospício, como se verifica de uns autos de apelação e agravo e através do recurso interposto pelo advogado José de Oliveira Fagundes, que se celebrou na defesa de Tiradentes. As cancelas ali situadas eram abertas durante o dia para a passagem de transeuntes, mas logo ao escurecer interceptavam completamente o trânsito.

Em 1808 contava esse estreitíssimo corredor três prédios.

LXVII – RUA DA CANDELÁRIA – Melo Moraes, pai, na *Corografia Histórica* escreve a respeito dessa rua, considerando-a das mais antigas da cidade. Foi aberta na várza paludosa que se encontrava com um braço de mar. Numa escritura de março de 1630, registra-se a nomeação

de rua que vai para a Candelária – o que faz certo a existência antes desse ano da capela de Antônio Martins de Palma falecido em 1646. A 12 de março daquele ano, Beatriz Gonçalves, viúva de Manuel Fernandes Leça, dera por esmola à Misericórdia casas sitas na rua que vai para a Candelária, partindo com Simão Lopes e com a rua que vai para as casas de Diogo da Costa.

Nos tempos coloniais teve o logradouro várias denominações circunscritas a trechos e entre as quais, a de canto de João Mendes – o caldeireiro; na esquina da rua S. Pedro; e a de canto de Mariano Linhares, na esquina da rua dos Pescadores. Vieira Fazenda, em seus valiosos estudos sobre a igreja da Candelária (*Antiquilhas e Memórias – Revista do Instituto Histórico* – tomo 86), registra essas denominações e restabelece a verdade histórica a respeito da data da fundação do majestoso templo.

Em documento de 1758 (Autos de mercadores de escravos), encontramos na qualificação de uma das testemunhas do processo, a designação de rua Direita da Candelária. (Arquivo Municipal).

Desde os distanciados dias da colônia, essa via pública se tornou conhecida e afamada pelo grande número de lojas destinadas à venda de velas de cera, que se consumiam em larga escala no Rio de Janeiro de antanho.

LXVIII – IGREJA DA CANDELÁRIA – Construída antes de 1630 a capela de Antônio Martins de Palma e sua mulher Leonor Gonçalves, serviu de matriz da freguesia da Candelária, desde 1634. Ameaçando ruína o modesto santuário, levantou-se em princípios do século décimo oitavo pequena igreja, que foi reedificada sob o risco do sargento-mor engenheiro Francisco José Roscio, lançando-se a pedra fundamental a 6 de julho de 1775, no vice-reinado do marquês de Lavradio.

Prolongaram-se as obras por espaço de mais de trinta e dois anos, benzendo-se o corpo da igreja em 8 de setembro de 1811 e realizando-se no dia seguinte a primeira solenidade do culto. Construíram-na com pedra extraída de uma pedreira do arrabalde da Glória, que por esse motivo tomou a denominação de Candelária.

No transcorrer do século XIX, continuaram as obras de embelezamento arquitetônico, colocando-se em 1870 as estátuas de mármore de S. Mateus, S. João e S. Lucas e as da Religião, da Fé e da Caridade, sobre a

balaustrada que ornamenta o tambor do zimbório. Dirigiram essas obras, a princípio, os engenheiros Daniel Pedro Ferro Cardoso e Evaristo Xavier da Veiga. A este sucedeu em 1878 o Dr. Antônio de Paula Freitas, que a 3 de julho de 1898 deu por finda sua assistência técnica, com a solene inauguração do majestoso edifício religioso, que honra e dignifica a cultura artística do Brasil.

As obras de decoração são devidas ao pintor João Zeferino da Costa.

Os lindos painéis que ornamentam o templo têm sido, por vezes, reproduzidos em fotogravura e uma das mais nítidas estampas que conhecemos foram impressas no Rio de Janeiro em 1922, de Ferreira da Rosa. Monsenhor Pizarro, Araújo Porto Alegre, Joaquim Manuel de Macedo, Félix Ferreira, Marques Pinheiro, Pires de Almeida, Cunha Barbosa, Moreira Pinto, Gonzaga Duque, Araújo Viana, Paula Pessoa, Max Fleiuss, Carlos Rubens e outros autores de livros de história ou cronistas da cidade, publicaram curiosos estudos acerca do imponente templo. São da pena de Lindolfo Azevedo, as preciosas anotações que se lêem na revista *Kosmos*, de abril de 1905.

Sobreleva, porém, aos trabalhos desses escritores a magnífica e exaustiva monografia de Vieira Fazenda, inserta no tomo LXXIV da *Revista do Instituto Histórico*.

Em suas *Antiquilhas e Memórias do Rio de Janeiro*, o douto historiador se refere à igreja da Candelária, notadamente no tomo 86, páginas 22 e 169.

LXIX – PARÓQUIA DA CANDELÁRIA – Criada em 1634, segundo o arcepreste Antônio Alves Ferreira dos Santos (*A Arquidiocese de S. Sebastião do Rio de Janeiro*). O primeiro livro de batismos, iniciado nesse ano tem os assentamentos firmados pelo vigário que inaugurou a freguesia e as cerimônias do culto. Seu território foi desmembrado do da antiga paróquia de S. Sebastião.

Com a criação das paróquias de Santa Rita e S. José, pela pastoral de 30 de janeiro de 1751, confirmada pelo alvará régio de 10 de maio de 1753, ficou bem reduzida a área de jurisdição do vigário da Candelária.

LXX – RUA DA QUITANDA – Aberta em princípios do século décimo sétimo, teve várias nomeações. Chamou-se de Açougue Velho,

por se haver instalado no logradouro o talho de carne verde, vindo da várzea da cidade, após a compra de um terreno feita pela Câmara a Antônio Martins de Palma; Mateus de Freitas, canto do Tabaqueiro, na esquina da rua do Ouvidor e Sucussarará – entre as ruas do Ouvidor e do Cano (Sete de Setembro). No 3º volume da revista *Arquivo do Distrito Federal* (pág. 245), figura uma escritura de hipoteca entre os religiosos do Carmo e José de Andrade Souto-Maior, em 1º de maio de 1679, acerca de imóveis no Canto do Tabaqueiro. Por essa época era assaz animada a indústria do tabaco, ativando-se a importação do fumo baiano, iniciada nos primeiros tempos da colonização. O nome – Sucussarará persistiu até princípios do século XIX, sendo inúmeros os documentos arquivais que a ele se referem, principalmente em autos e almotaceria. Na revista *Sul América* (nº de outubro de 1935) damos em artigo (“A rua da Quitanda na lenda e na tradição”) algumas notas a esse respeito. Melo Moraes, pai, foi quem primeiro tratou dessa pitoresca denominação (*Corografia Histórica* – 1º vol. – pág. 279), ultimamente também citada pelo ilustre historiador Rodolfo Garcia (*Anais da Biblioteca Nacional* – vol. LIX). O espaço que vai da rua do Ouvidor à do Hospício (a moderna rua Buenos Aires) conheceram-no por canto dos Meirinhos – denominação que se encontra no romance de Manuel Antônio de Almeida (*Memórias de um sargento de milícias*). Vieira Fazenda refere que, entre as ruas General Câmara e S. Pedro, teve a crisma de canto de João Azevedo, em memórias do cirurgião da Misericórdia João Azevedo Roxas. (*Antiquilhas e Memória do Rio de Janeiro: – Revista do Instituto Histórico* – tomo 95 – ruas antigas.)

Em sessão da Câmara Municipal, de 14 de maio de 1888, por proposta do vereador José Carlos do Patrocínio, denominou-se João Alfredo, em homenagem ao conselheiro João Alfredo Correia de Oliveira, presidente do Conselho de Ministros de 10 de março do mesmo ano, que extinguiu a escravidão. A 28 de janeiro de 1892 a Intendência Municipal, sem nenhuma razão defensável, restabeleceu a antiga denominação – Quitanda – confirmando-a o Decreto municipal nº 1.165, de 31 de outubro de 1917.

À semelhança da rua Saint Denis, de Paris, que foi o logradouro predileto da burguesia do tempo de Luís XV, a Rua da Quitanda, no velho Rio de Janeiro, transformou-se durante o Primeiro Reinado num centro de

conservatorismo retrógrado e provocador, envolvendo seus moradores, ten-deiros e merceiros portugueses, nos célebres conflitos de 1830 e 1831, que culminaram a 14 de março desse segundo ano na Noite das Garrafadas.

Luccock denominou-a de Rua da Quitanda (Notas sobre o Rio de Janeiro e partes meridionais do Brasil).

LXXI – RUA DO ARCO DE S. BENTO – Aberta com essa denominação em 1743, segundo Baltasar da Silva Lisboa (*Anais do Rio de Janeiro* – 6º vol. pág. 324), chamando-se também rua Nova de S. Bento em fins do século XVIII. Por carta de 14 de setembro daquele ano mandava o senado da Câmara rogar ao abade de S. Bento abrir pela cerca e horta do mosteiro uma rua – desde os quartéis de Bragança até a Prainha, para facilitar o trânsito do povo e cômodo de toda a cidade. Ramiz Galvão em seus valiosos “Apontamentos históricos sobre a Ordem Beneditina” (publicados em 1869 – *Revista do Instituto Histórico* – tomo XXXV – 2ª parte – pág. 249 e republicados em 1927 no volume editado pela Congregação Beneditina), diz-nos que o abade frei Francisco de S. José pôs ombros à obra, não só abriu a rua, com 33 palmos de largura, mas nela construiu alguns edifícios. Em 1842 regularizou-se o seu prolongamento até a Prainha.

Durante muito tempo existiu um arco ou passagem sobre essa rua, comunicando o mosteiro com a horta e cerca. Mais tarde, aforados os chãos e abertas as ruas Municipal (Mayrink Veiga – Decreto nº 2.288, de 8 de setembro de 1928) e dos Beneditinos, tornou-se inútil o arco e o mosteiro mandou demoli-lo.

A atual rua S. Bento, assim denominada desde 1842 – foi mandada alargar pelo Decreto municipal nº 95, de 21 de junho de 1894, revivendo antigos projetos do vereador Visconde de Santa Cruz, em 1885, de José Alfredo da Cunha Vieira, em 1887 e do prefeito Dr. Cândido Barata Ribeiro, convertido em Lei pelo Decreto nº 14, de 14 de fevereiro de 1893, mas não executado. Esse alargamento só se executou, porém, com a abertura da rua Acre (Decreto nº 472 de 9 de fevereiro de 1904).

LXXII – RUA DOS OURIVES – Crismada de rua de N. S. da Conceição para N. S. do Parto ou caminho que vai para Conceição, teve outros nomes dados a seus trechos principais, como fossem – rua Velha dos Ourives e cantos de Inácio Castanheira e de N. S. de Monserrate, por causa do oratório desse nome, que existiu na esquina da rua da Cadeia, a



pequena distância de outro, sob a invocação a de São Elói, na esquina da rua do Carmo.

Em 1742, determinou o governador Gomes Freire de Andrada, para melhor arrecadação do real erário, que os ourives da cidade morassem numa só rua, designando-lhes o antigo caminho que se dirigia ao morro da Conceição. A carta régia de 30 de julho de 1766 mandou fechar todas as ourivesarias e prender os pardos forros, oficiais aprendizes das oficinas de ouro e prata, distribuindo-os pelos corpos militares. Os escravos, que, em grande número, trabalhavam nessas casas, foram entregues a seus senhores. “A rua dos Ourives – dizia o vice-rei conde da Cunha ao governo da metrópole, em carta de 7 de julho de 1767 – é a maior da cidade e mais populosa.” “O ouro que ali se lava”, acrescentava o vice-rei, “é muito mais do que se sabe e imagina. É quase todo extraviado das casas de fundição e não paga o quinto. Vai em obras para Buenos Aires, como contrabando. A rua é um coito de ladrões e vagabundos; todos interessados no contrabando do ouro.” Por essa época trabalhavam nas oficinas de ourives 440 homens brancos e mais 600 mulatos e negros. Revogada a carta régia de 1766, voltaram no século XIX os mercadores de ouro e prata a ocupar prédios desse logradouro. Aquele coito de ladrões e vagabundos, que merecera inflexível condenação do conde da Cunha, concorria em 1790, 1796 e 1822 com grandes somas para melhoramentos da rua.

Denominada Rodrigo Silva, por deliberação municipal de 14 de março de 1888.

Quase metade da rua dos Ourives, hoje denominada Miguel Couto, em memória do ilustre médico e professor Miguel de Oliveira Couto, falecido a 6 de junho de 1934 (Decreto municipal nº 5.726, de 30 de abril de 1936), desapareceu com a abertura da Avenida Central. O outro trecho, de menor extensão, que conserva o nome do conselheiro Rodrigo Antônio da Silva, ministro da Agricultura do Ministério 10 de março de 1888, ficou circunscrito ao pequeno espaço entre as ruas S. José e Sete de Setembro.

No traçado da Avenida, prevaleceu, em parte, antigo projeto de alinhamento da rua dos Ourives, do engenheiro Eduardo Augusto de Araújo Jorge, de 1891, e contemporâneo do plano de Colatino Marques de Sousa, que a transformaria num logradouro, com 40 metros de largura.

No saneamento do Rio de Janeiro, do engenheiro Antonio de Paula Freitas (1884), sugeria o notável profissional o prolongamento através da área que fosse arrasada no morro do Castelo.

LXXIII – RECOLHIMENTO DE N. S. DO PARTO – Inaugurado em 1759 pelo bispo D. frei Antônio do Desterro e destinado “a receber mulheres convertidas ou casadas para as livrar da morte ou para que seus maridos as libertem de continuar a ofendê-los”.

O incêndio da madrugada de 24 de agosto de 1798, citado pelo autor do texto, destruiu parte do recolhimento e da igreja, que, por determinação do vice-rei D. Luís de Vasconcelos, foram reconstruídos no mesmo ano, voltando as mulheres convertidas, que se achavam no Recolhimento da Misericórdia, à sua antiga casa, em 8 de dezembro daquele ano.

Dois quadros do pintor Leandro Joaquim, existentes na igreja de N. S. do Parto mostram-nos os detalhes do sinistro e da reconstrução do edifício. Deles figuram estampas no tomo I do *Ostensor Brasileiro* (1845-46), na obra de Joaquim Manuel de Macedo – *Um passeio pela Cidade do Rio de Janeiro* (nas edições de 1862, 1863 e, recentemente na edição divulgada pela livraria Zélio Valverde) e na *História da Polícia do Rio de Janeiro*, de Melo Barreto Filho e Hermeto Lima.

O edifício do Recolhimento desapareceu em 1906 com as obras de alargamento da Rua da Assembléia.

LXXIV – IGREJA DE N. S. DO PARTO – Antes de 1649 foi levantada modesta ermida por um certo João Fernandes, mulato e filho da ilha da Madeira, segundo o autor de *Antiquilhas e Memórias do Rio de Janeiro* (*Revista do Instituto Histórico* – tomo 86, pág. 445).

Reedificada em 1789, ao tempo do vice-reinado de Luís de Vasconcelos. Passou recentemente por grandes obras, que modificaram o seu antigo aspecto arquitetônico.

LXXV – LADEIRA DA CONCEIÇÃO – Aberta em fins do século da fundação do Rio de Janeiro, dava em 1668 franco acesso da planície ao hospício dos capuchinhos franceses no morro da Conceição, onde, em 1691, existia nas proximidades a chácara de Tomé Cabral, como se infere da correição de 15 de junho do mesmo ano, do ouvidor Miguel de Siqueira Castelo Branco.

Com a instalação do bispado, após a sua criação em 1676 e residência do diocesano no morro, recebeu a ladeira vários melhoramentos que muito facilitaram o trânsito dos fiéis, que se dirigiam ao palácio da suprema autoridade eclesiástica.

LXXVI – ALJUBE – Antiga prisão eclesiástica, mandada construir pelo bispo D. Frei Antônio de Guadalupe em 1733. Com a chegada da família real portuguesa, em 1808, mudou-se a cadeia pública da Rua da Misericórdia, para o prédio do Aljube, ali se conservando até 1840, ano em que se inaugurou a casa de correção.

A cadeia do Aljube, cujo prédio acaçapado foi demolido depois de 1906, era uma espécie da *Petite Roquette*, de Paris, predominando com a cela e o isolamento, o frio e a sombra, de que nos fala Vítor Hugo.

No 1º volume do *Arquivo do Distrito Federal* encontra-se, entre as págs. 200 e 201, uma estampa dessa prisão.

LXXVII – PALÁCIO DO BISPO – Num dos lances da ladeira da Conceição, antes de se atingir o local onde existiu a fortaleza, edificou, em 1706, o bispo D. Francisco de S. Jerônimo a sede do bispado no mesmo ponto em que estivera o hospício dos capuchinhos franceses. Contou o diocesano para realizar a obra com o auxílio de 8.000 cruzados, recebidos da fazenda real. O palácio, reformado por D. José Joaquim Justiniano Mascarenhas Castelo Branco foi ainda ampliado pelo bispo conde de Irajá, D. Manuel do Monte Rodrigues de Araújo, falecido a 11 de abril de 1863. A 26 de outubro de 1915 transferiu-se a sede do arcebispado do Rio de Janeiro do morro da Conceição para a praça da Glória, no mesmo local onde esteve o palacete do visconde de Meriti.

A 6 de março de 1938 o prédio que servia de palácio episcopal, na Conceição, foi parcialmente destruído por incêndio.

LXXVIII – FORTALEZA DA CONCEIÇÃO – Antes de 1735 já existia um reduto no morro da Conceição, e em 1764, o vice-rei conde da Cunha criou a fábrica de armas no recinto dessa fortificação. No 2º volume de *Testemunhos e Indícios Vários da Cidade de S. Sebastião*, de Bernardo San Martín encontram-se fotografuras com aspectos dessa praça de guerra, desarmada há mais de 80 anos.

LXXIX – Largo DA CARIOCA – Só com o entulhamento de uma lagoa ou brejal que se estendia até próximo ao campo da Ajuda, em

terras concedidas por sesmarias – o que ocorreu muito tempo depois de ultimar-se a construção do convento dos frades de Santo Antônio (1616), se tornou possível entregar ao gozo público o *campo de Santo Antônio*, em princípios do século décimo oitavo. Em 1700, ainda existia a lagoa de Santo Antônio, como nos esclarecem documentos do Arquivo Municipal. A 9 de janeiro de 1610 obtivera Antônio Filipe Fernandes carta de aforamento da lagoa, para a lavagem de couros, no lugar onde tem o seu pelame, pagando o foro anual de duas patacas (*Arquivo do Distrito Federal* – 2º vol. – pág. 307).

Em 1733 mandou o governo da Capitania fazer uma vala para escoamento das águas que sobejavam do chafariz, em cumprimento da carta régia de 21 de abril de 1725. Atravessava essa vala o campo de Santo Antônio, que se limitava com as faldas do morro ocupadas numa parte pelo cemitério dos escravos daqueles religiosos. Como fosse pequeno o terreno destinado aos sepultamentos, requereram os frades à municipalidade a doação de 18 braças ao pé do outeiro para aumento da necrópole, o que lhes foi concedido a 14 de novembro de 1709.

A denominação *Carioca* – aparece com mais frequência em documentos da metade do século XVIII, embora existisse desde 1723 o *primeiro chafariz do Carioca*, donde lhe proveio o nome.

O crescimento da propriedade predial operou-se lentamente. Em 1808 já contava o logradouro dezanove casas, inclusive o Hospital da Penitência – como se verifica do primeiro lançamento para a cobrança da décima urbana, instituída pelo alvará régio de 27 de junho daquele ano.

O Decreto nº 510, de 31 de dezembro de 1904 aprovou o plano de modificações de alinhamento do logradouro. Data daí a primeira etapa do seu acentuado desenvolvimento. Por outro Decreto Municipal, de nº 861, de 25 de abril de 1912, foi modificado o alinhamento desse Largo com a rua Treze de Maio.

LXXX – FONTE DA CARIOCA – A primitiva fonte da Carioca ficou concluída em 1723, segundo a inscrição que se gravou. Demolido em fins de 1829, possuía bicas com carrancas de bronze. Descreve-a J. A. Cordeiro, em 1846, com uma estampa, na revista *Ostensor Brasileiro* e recentemente Magalhães Correia, em seu interessante livro *Terra Carioca – Fontes e Chafarizes*.

Em lugar dessa fonte levantou-se um chafariz de madeira, com 36 bicas, como se lê no *Almanaque*, de Sebastião Fábregas Surigué.

O segundo chafariz foi projetado em 1829, iniciando-se as obras em princípios de março de 1832, a praça da Carioca, em frente à ladeira de Santo Antônio. Embora começasse a servir ao público desde 3 de abril de 1834, só foi totalmente concluído em 1842, por lhe faltarem os adornos de bronze constantes do projeto organizado por Augusto Vitor Grandjean de Montigny.

A respeito do notável arquiteto, em ótimo estudo de investigação histórica, recentemente publicado, com o título *Grandjean de Montiany e a evolução da arte brasileira*, trata o professor Morales de los Rios Filho, da obra do relembrado artista da missão francesa de 1816.

Tinha aquele chafariz a forma de uma casa de pedra lavrada com três portas entre duas pilastras de feição particular e apoiadas sobre extensa escadaria de quatro degraus muito estreitos. Na base, abriam-se trinta e cinco bicas de metal, que despejavam água em estreito e comprido tanque. Coroava a construção altaneira platibanda em forma de trono.

Para regularização e aformoseamento do Largo da Carioca resolveu a Prefeitura demolir a histórico chafariz. Iniciou-se a 11 de setembro de 1925, na administração do prefeito Dr. Alaor Prata Soares a demolição, prolongando-se os trabalhos de arrasamento até fins de abril de 1926.

LXXXI – CONVENTO E IGREJA DE SANTO ANTÔNIO – A 19 de abril de 1607 a Câmara da cidade, sob a governança de Martim de Sá, consentiu que os frades franciscanos erguessem sua casa conventual no morro que fora adquirido em 1591 pelos carmelitas e dado por estes religiosos ao papa e à Igreja romana – porque os frades de Santo Antônio não eram por seu instituto capazes de domínio e propriedade. Ultimaram-se em 1616 as obras mais urgentes da capela e do convento. Em 1653 deu-se começo à igreja para substituir a capela do mesmo orago, fazendo-se no correr dos anos acréscimos no vetusto edifício conventual, que lhe não modificaram, entretanto, os traços arquitetônicos do século XVII. Lançaram-se em 1715 os alicerces do paredão ou muralha, de pedra e cal, circundando a área ocupada pelos religiosos, prosseguindo através dos anos essa construção, que se ultimou em 1772 com admirável solidez.

O convento de Santo Antônio é imponente como obra da arquitetura jesuítica, mas oferece em seu interior aspecto sombrio e mesmo soturno.

A igreja é revestida de talha e, conquanto pobre, em confronto com a da Penitência, que lhe fica ao lado, foi, em tempo do esplendor dos claustros, a mais notável desta cidade – assim o diz Félix Ferreira: “notável pela fama de seus grandes pregadores, entre os quais se aponta Mont’Alverne, que, depois de cego e arredio do púlpito, pregou, a instâncias do Imperador, um sermão na capela Imperial, atraindo uma multidão, contida a custo no templo”.

Em 1710, o governador Francisco de Castro Morais pediu ao superior do convento a imagem do orago, para implorar o seu patrocínio em favor das armas lusas contra os franceses capitaneados por Duclerc. Santo Antônio, de simples soldado de infantaria, subiu por carta régia de 21 de março de 1711 ao posto de capitão. Remonta a esse ano a colocação do santo num nicho da portaria do convento, iluminado por uma lanterna.

A 31 de agosto de 1814 foi ainda conferido ao milagroso santo a patente de tenente-coronel e condecorado com a grã cruz da Ordem de Cristo.

O ilustrado embaixador Macedo Soares, em sua monumental obra – *Santo Antônio de Lisboa – militar no Brasil*, retraça-nos, com opulenta documentação, a glorificação do taumaturgo no agiologismo português.

No número dos brasileiros ilustres que viveram no convento, citemos o inimitável patriota e fulgurante orador sacro, frei Francisco de Santa Teresa de Jesus Sampaio, que teve decisiva intervenção nos sucessos da independência nacional.

O grande historiador carioca Dr. Vieira Fazenda consagra ao luminar da ordem seráfica interessantes páginas em suas *Antiquilhas e Memórias* (*Revista do Instituto Histórico* – tomo 88 – pág. 376).

LXXXII – CAPELA DOS TERCEIROS FRANCISCANOS – Instituída a Ordem 3ª de S. Francisco da Penitência em 20 de março de 1919, começou a construir sua capela em 1653, inaugurando-a, com grandes acréscimos a 4 de outubro de 1773, cento e vinte anos depois. Desse ano a meados do Segundo Reinado executaram-se muitas obras de lavor artístico, discriminadas no *Resumo Histórico da Venerável Ordem 3ª de S. Francisco*

da *Penitência*, de Antônio Ramos Machado, e no trabalho de João Augusto da Cunha Porto relativo ao patrimônio dessa Ordem.

O acesso ao portentoso templo do patriarca de Assis se fazia por íngreme ladeira, transposto o portão de ferro construído em 1800. As muralhas que se veem no fim da ladeira foram erguidas em grande parte pelo construtor Paulo Ribeiro, em princípios do século XVIII. É uma obra formidável da engenharia colonial. Num dos paredões pode ser ainda contemplado o relógio de sol feito em 1844 por Antônio Maria Bragança e modelado pelo que ali existia de era distante, talvez por iniciativa dos jesuítas.

A fachada do templo é de estilo barroco. O pórtico principal, revestido de mármore, tem no alto a abreviada legenda F-1619.

O seu interior é simplesmente deslumbrante, como obra de arte e pela suntuosidade de decoração. As principais obras de pintura a óleo e de escultura em madeira e em talha dourada, que se observam na nave, no altar-mor e nos demais altares, no púlpito e na sacristia, executou-as na metade do século XVIII Caetano da Costa Coelho. Entre outras preciosidades de caráter histórico e artístico da igreja da Penitência, sobleva a pintura a óleo do teto, obra do afamado Ricardo do Pilar. “É uma obra de mestre – escreve Araujo Porto Alegre – onde as regras de perspectivas se acham desenvolvidas em toda a sua magia.”

Viajantes ilustres anotaram em seus livros um dos aspectos mais interessantes da vida do Rio de Janeiro, – a pompa, nas cerimônias religiosas durante Primeiro Reinado, e dentre outros, cronistas, Walsh ficou vivamente impressionado com a despesa representada pelas velas consumidas nos templos. Numa noite de festa, o autor de *Notices of Brasil* contou 830 velas na igreja de Santo Antônio e 660 na da Penitência. Deu-se aquele viajante inglês ao trabalho de calcular o consumo da cera nas quarenta e duas capelas e igrejas, então existentes na cidade. Deveriam gastar os devotos mil contos de réis. Custando a libra da cera 160 réis, quando Walsh esteve no Rio (1828-29), equivaliam esses mil contos, ao câmbio da época, a avultada soma de 150 mil libras esterlinas.

A propósito do consumo de cera em festividades religiosas, publicamos na revista *Sul América*, de outubro de 1941, algumas notas de investigação histórica.

LXXXIII – HOSPITAL DA PENITÊNCIA – Fundado em virtude da provisão régia de 12 de março de 1720 e inaugurado a 12 de abril de 1763, funcionou até 1905 num grande prédio do Largo da Carioca, ocupando toda a face desse logradouro, entre a Rua da Carioca e o chafariz demolido em 1926.

O prédio do hospital, vasto sobrado de dois andares, foi desapropriado em 1905 (decreto nº 568, de 11 de dezembro de 1905). No 3º volume de excelente obra de Luís Edmundo – *O Rio de Janeiro do meu tempo*, figura nítida fotogravura do velho casarão. A ordem da Penitência tendo adquirido três prédios na rua Conde de Bonfim, entre a igreja de N. S. da Conceição e o Hotel Tijuca, procedeu mais tarde à edificação do seu hospital modelo. Desde 20 de agosto de 1905 mudara-se o hospital para os prédios da rua Conde de Bonfim, prédios que anos depois foram demolidos.

LXXXIV – RUA DOS LATOEIROS – Esta dominação é encontrada em vários documentos de licenças comerciais desde o quinto decênio do século décimo oitavo, com a declaração de residirem nessa via pública os oficiais de latoeiros e fundidores de metais. Melo Moraes, pai, confirma, na *Corografia histórica*, o que se lê em papéis do arquivo da cidade: “Depois que se mudaram para a rua as diferentes oficinas de latoeiros e fundidores, passou a ser chamada de latoeiros, saindo daqueles estabelecimentos todas as obras de latão, cobre, etc. Informa-nos, porém, o historiador do *Brasil Reino e Brasil Império*, que antes desse nome, fora conhecida por Carioca. Nenhum registro dessa espécie conhecemos que nos autorize a achar razoável o depoimento do ilustrado pesquisador. De uns atos do juiz e escrivães de latoeiros, moradores na rua deles, sem figurar jamais o nome Carioca.

Teve a nomeação da rua Gonçalves Dias por ato da Câmara Municipal de 9 de fevereiro de 1865, em memória do genial poeta Antônio Gonçalves Dias, falecido em 3 de novembro de 1864. Na antiga nomenclatura dos logradouros públicos da cidade, encontram-se denominações que, como a dos Latoeiros, localizavam, por assim dizer, os mercadores e os diversos oficiais mecânicos. Adelos, barbeiros, ferradores, madeireiros e ourives exemplificam essas localizações.

O engenheiro Paula Freitas, dentre as medidas necessárias para desafogar o tráfego de veículos, lembrava em 1884 o seu prolongamento



até a Prainha. Não se executou o projeto do projecto profissional, mas, em 1908, pelo decreto nº 690, de 7 de março, autorizou-se o seu prolongamento, da rua do Rosário até a do Hospício (Buenos Aires).

Como curiosidade arquitetônica, devemos assinalar que ainda em 1904 existia na rua Gonçalves Dias o mais alteroso prédio da cidade que ascendia a cinco andares.

LXXXV – RUA DA VALA – Desde 1636 procurou-se dar melhor alinhamento às ruas da cidade. Esta não ultrapassava do campo do Rosário e ainda em 1770, das marinhas ao Rosário circunscrevia-se, propriamente, a *urbs*, com a sua população, governança, mercadores e oficiais mecânicos. “O campo do Rosário era uma parte do campo da cidade, e compreendia grande área entre o fosso, hoje Rua Uruguaiana, e os mangues de S. Diogo. Foi nesse campo que a 22 de dezembro de 1705 se demarcou a área destinada para o rossio da cidade, com 103 braças de comprimento por 50 de largura, desde a rua do Ouvidor, até a da Alfândega, estendendo-se à rua dos Andradas. Do campo do Rosário resta hoje diminuta área, à qual se dá o nome de Largo do Rosário”. (*Índices e Extratos de aforamentos* – fasc. I – pág. 66 – Restier Gonçalves.)

Os autos de correições dos ouvidores registram provimentos sobre a vala que da lagoa da Ajuda se dirigia à Prainha. Em 30 de dezembro de 1735 estabeleceu o ouvidor Agostinho Pacheco Teles uma postura proibindo despejar entulhos e imundícies na vala, sob pena de multa de 20.000 réis ao infrator de condição livre, e de cem açoites e dois meses de *galés* aos escravos. No vice-reinado do conde da Cunha colocaram-se lajes sobre a vala, correndo a despesa com a cobertura por conta do rendimento do subsídio dos vinhos, – providência que fora solicitada à metrópole em 23 de julho de 1757.

“Cresceu com esse benefício – diz-nos monsenhor Pizarro (*Memórias históricas*) – mais uma travessa que em diante facilitou a passagem de carros e seges.”

É de 1798 a *Memória* do célebre médico Dr. Manuel Joaquim Marreiros, na qual se refere às ruas estreitas, às casas mal arejadas, além das igrejas *recheadas de cadáveres, por uma indiscreta devoção*; à vala da cidade e ao cano, construído na rua do mesmo nome.

“Os animais mortos enchem, entulham a famosa vala que liga Santo Antônio à Prainha” – escreve Luís Edmundo, sublinhando a memória de Marreiros: “Cada rua é uma artéria úmida e podre, secando ao sol”. (*O Rio de Janeiro no tempo dos vice-reis* – pág. 14).

Chamou-se rua Pedro da Costa, segundo um documento do Arquivo Nacional (tomo XI das *Publicações*) e como quer o douto Vieira Fazenda (*Revista do Instituto Histórico* – t. 95 – pág. 574). Dentre outras nomeações, citemos a de rua *Frenteira ao Rosário* (no trecho da rua do Ouvidor à do Hospício), da qual tratam alguns cronistas, inclusive Hermeto Lima (*Correio da Manhã*, de 11 de janeiro de 1924).

Por proposta do vereador Dr. João Batista dos Santos (posteriormente visconde de Ibituruna) de 14 de novembro de 1865, aprovada por portaria do Ministério do Império, de 1º de dezembro do mesmo ano, denominou-se – rua Uruguaiana – em memória da rendição das tropas invasoras paraguaias, a 18 de setembro, na cidade de Uruguaiana.

O decreto municipal nº 459, de 19 de dezembro de 1903, aprovou o plano de retificação do alinhamento dessa rua. Outro decreto, de nº 568, de 11 de dezembro de 1905 aprovou os planos organizados para o seu alinhamento até a rua Marechal Floriano (trecho antes denominado – Estreita de S. Joaquim) e prolongamento até a face sul do Largo da Carioca.

Nenhum vestígio existe atualmente que nos possa dar a impressão da estreita, feia e tristíssima rua, transformada pelo grande prefeito Pereira Passos numa das mais lindas vias públicas da cidade.

LXXXVI – IGREJA DE N. Sr<sup>a</sup> DO ROSÁRIO – Foi edificada em obediência ao alvará régio de 14 de janeiro de 1700. (*Arquivo Municipal* – 2º vol.) Em 1736 já estava levantado o templo dos pretos do Rosário, contando para isso com a dedicação do governador Luís Vaia Monteiro – o *Onça* – cuja biografia se lê num opúsculo de Alexandre dos Passos, com o sugestivo título *O rio no tempo do Onça*.

A 3 de outubro de 1739 uma provisão régia aprovou a permanência da Sé nessa igreja – recomendando ao bispo fizesse cessar as queixas dos homens pretos, não lhes impedindo o exercício do culto divino. Para a reedificação do templo, os irmãos de N. Sr<sup>a</sup> do Rosário e S. Benedito imploraram ao rei, em 6 de outubro de 1776, recursos que também destinavam à restauração da capela-mor, que *as injúrias do tempo arruinaram*.

Pertencentes às irmandades de pretos, livres ou escravos, haviam capelas e confrarias dispersas como a das Mercês, a de S. Domingos, S. Filipe, Santa Ifigênia, Santo Elesbão, N. Sr<sup>a</sup> da Lampadosa, S. Mateus e Santo Antônio da Mouraria, com algumas ermidas e *capelinhas indecentes* – diziam os irmãos do Rosário, na representação enviada à metrópole.

A igreja foi reconstruída em meados do século XIX, levantando-se as duas torres, em substituição da única que existia, muito baixa.

A 1<sup>o</sup> de agosto de 1737 instalou-se o Cabido na igreja do Rosário, vindo da Cruz, na rua Direita. Ali esteve 69 anos e dez meses, e não 60, mais ou menos, como nos diz Gonçalves dos Santos e nem 79 anos e meses – com se lê na *Breve Notícia da Irmandade de N. Sr<sup>a</sup> do Rosário e S. Benedito dos Homens Pretos*, de Joaquim José da Costa. O alvará régio de 15 de junho de 1808 elevou a igreja dos frades do Carmo à dignidade de catedral e capela real, transferindo-se na mesma data os cônegos para a nova sede do bispado.

Na luta mantida durante mais de meio século pelos cônegos da Sé contra a irmandade dos pretos, tiveram os irmãos do Rosário adversários impenitentes, entre outros o padre Luís Gonçalves dos Santos. O seu conceito não destoa do que disseram outros cronistas ligados aos interesses do Cabido. Na obra de Joaquim José da Costa, e no próprio arquivo da irmandade, encontram-se fartos subsídios a respeito. Monsenhor Pizarro, em suas *Memórias históricas*, deixa bem clara a antipatia que nutria para com os pretos, motivada em grande parte pela acirrada demanda que tivera com a irmandade à qual alude Restier Gonçalves em *Índices e Extratos de Aforamentos* (fasc. I – pág. 86). Como cabeça de casal e por sua mulher, Maria Espiridiana de Azevedo Pizarro e Araújo, filha e herdeira de monsenhor Pizarro, requerera André Pinto Duarte da Costa Pereira carta de aforamento de um terreno junto à igreja e que fora incluído naquela demanda.

LXXXVII – CONSISTÓRIO DA IGREJA DO ROSÁRIO – De 18 de setembro de 1809 a 6 de junho de 1812, funcionou nesse consistório o senado da Câmara, mediante o aluguel anual de 392.650 mil réis, dali se retirando atendendo às más condições do edifício, *onde chovia dentro das salas como nas ruas*. A 18 de maio de 1822 voltou a alta corporação municipal ao consistório do Rosário, sob aquele mesmo aluguel, pago por

trimestre, conservando-se até 12 de junho de 1825 – quando se instalou em prédio próprio, construído na praça da Aclamação. Deitava a dependência da igreja do Rosário para o Largo S. Francisco de Paula – porquanto, a esse tempo, entre a rua da Vala e o Largo não existiam edificações.

No consistório da igreja de N. Sr<sup>a</sup> do Rosário e S. Benedito teve o senado da Câmara os seus grandes dias por ocasião dos acontecimentos do *Fico* e da Independência Nacional, em 1822.

LXXXVIII – TRAVESSA S. FRANCISCO DE PAULA – Refere-se certamente o autor do texto a essa travessa, aberta em fins do século XVIII, com o nome de *Ilharga de S. Francisco*, através de terrenos da Ordem 3<sup>a</sup> dos Mínimos de S. Francisco de Paula – mas só franqueada ao público pouco antes de 1814 – ano em que se inaugurou a 21 de dezembro o hospital da Ordem cujo acabamento é de 1829. Transferiu-se essa casa hospitalar a 1<sup>o</sup> de janeiro de 1894 para a rua Duque de Saxe.

Apesar do arruamento procedido naquela época, ainda em 1822, reclamavam os moradores obras de nivelamento, por se achar o leito do logradouro abatido, ocasionando a estagnação de águas das chuvas. Em vearança de 28 de setembro, o juiz de fora José Clemente Pereira, despachou nestes termos a reclamação: *Quando o Senado puder, dará as providências.*

Dois projetos de prolongamento foram submetidos à municipalidade pelos engenheiros Aires Pompeu Carvalho de Sousa (1888), e Francisco Antônio Vieira Guimarães (1890 e 1891). Durante a febre dos negócios do encilhamento, outros projetos vieram à baila da discussão, entre os quais os de Eugênio Guilherme de Magalhães Carvalho (poeta e comediógrafo, que usava o pseudônimo de *Brás Patifê*); Alúcio Tancredo Belo de Azevedo e Emílio de Meneses – o primeiro, romancista e o segundo, poeta; Dr. Eduardo Ernesto Mendes Calasa, Francisco Aurélio de Figueiredo e Melo, célebre pintor, e engenheiro José Marques de Carvalho Júnior e Manuel de Campos Porto. Não lograram os proponentes executar os projetos – nos quais, Mercúrio – o filho de Júpiter, se misturou com os devotos de Apolo e das musas.

Na administração municipal de Pereira Passos, foi aprovado o plano de alargamento e prolongamento da travessa até a rua da Carioca (Decreto nº 459, de 19 de dezembro de 1903), revigorando, assim, os Decretos nº 6, de 15 de fevereiro de 1893 (recuo de prédios) nº 74, de

30 de janeiro de 1894, nº 784, de 15 de novembro de 1900 e nº 245, de 8 de fevereiro de 1901. Por exclusiva iniciativa municipal, inaugurou-se em 1906, o trecho prolongado entre a rua Sete de Setembro e Carioca. A 2 de fevereiro de 1907 inaugurou-se, nessa travessa, o primeiro mercado público de flores.

Chamou-se rua Caning (Decreto nº 1.599, de 6 de setembro de 1921), em memória do estadista lord Caning, que muito coadjuvou a causa da independência nacional.

Denomina-se atualmente rua Ramalho Ortigão (Decreto nº 953, de 1º de março de 1924).

LXXXIX – RUA DO FOGO – Aberta em terras do arcediágo Duarte Correia Vasqueanes de Aguiar, anteriormente pertencentes à sesmaria de 365 braças em quadra, compradas a 25 de novembro de 1700 por aquele arcediágo ao mestre carpinteiro Domingos José Franco e sua mulher Domingas Pereira, estendia-se através de terrenos desmembrados da chácara do Fogo. Vasqueanes possuiu, além das terras citadas, uma chácara contígua, na *várzea do rossio*, que fora de Marinha Madeira, recebida de seu marido Domingos de Oliveira, em quinhão de partilhas, por motivo de divórcio conjugal e sentença eclesiástica. Doadada em testamento à família do Dr. Miguel Pereira Forjaz Coutinho Barreto e Resende, visconde de Azurara, essa chácara deu motivo a séria contenda com o senado da Câmara.

Em 1742 já estava aberta a rua numa grande parte, denominando-se rua da Pedreira do Aljube, em razão de seu prolongamento em direção à ladeira da Conceição, onde se erguia a cadeia dos eclesiásticos ou cárcere do Aljube. Melo Moraes, filho, informa-nos que, “do princípio até a rua da Alfândega esteve essa rua servindo por algum tempo de uma das testadas do Rossio da cidade ou campo do Rosário (*fundos da igreja do Rosário*), no seu lado ímpar”. (Revista *Arquivo do Distrito Federal* – vol. II – pág. 354). Sendo aforados vários terrenos do Rossio, que reduziram o campo ao pequeno espaço do atual Largo do Rosário, a rua do Fogo começava nesse local “porque o outro trecho, – acrescenta o autor de *Festas e Tradições Populares do Brasil* – estava interceptado por terrenos de aforamentos de Rocha Machado e Pedro Dias Pais Leme”. Por um atalho,

que partia dos fundos da igreja de N. Sr<sup>a</sup> do Rosário, havia comunicação com o Largo de S. Francisco, em frente à rua do Ouvidor.

Em 1815, já se achava construída a rua do Fogo em quase toda sua extensão de 250 braças. Reclamavam nesse ano os moradores e proprietários ao pé da pedreira da Conceição, contra vizinhos que os impediam de *desfrutar a vista da rua para a parte do denominado rossio do Campim*, devido a abertura de rótulas à face externa dos prédios. É curioso registrar-se que, desde 1809 um edital do Intendente Geral da Polícia, desembargador Paulo Fernandes Viana, proibira, a partir de 21 de setembro, o uso de gelosias ou rótulas. Apesar das multas e condenações impostas, seis anos depois persistiam muitos moradores da cidade na desobediência àquele edital.

Foi denominada rua dos Andradas por proposta do vereador Dr. João Batista dos Santos, em sessão da II<sup>ma</sup> Câmara de 20 de fevereiro de 1866, aprovada por portaria do Ministério do Império, de 12 de março do mesmo ano – em memória dos irmãos Andradas – José Bonifácio, Antônio Carlos e Martim Francisco – insignes patriotas da independência nacional.

XC – RUA DA PEDREIRA – OU DA CONCEIÇÃO – seu primitivo nome foi – *rua que vai para a pedreira da Conceição* – ou *rua que vai de S. Francisco para a pedreira*, depois da edificação da igreja de S. Francisco de Paula, passando em princípios do século décimo nono a se chamar *rua da Pedreira*, e em 1830, simplesmente – *Conceição*.

Logo que foi aberta começava na rua Senhor dos Passos, comunicando-se por um caminho vicinal com a área em que se pretendia edificar a Sé. O auto de vereança de 17 de novembro de 1796 determinou fossem reservadas as braças de terreno necessárias ao seguimento da *rua que vai da Sé Nova para a rua Senhor dos Passos*. Em 1839 iniciou-se o prolongamento até a rua do Príncipe (Senador Pompeu), em linha sinuosa.

Vários outros projetos de alargamento e prolongamento foram submetidos à deliberação da municipalidade, inclusive o de Henrique Stepple, em 1891, sem terem conseguido os proponentes nenhum resultado.

Rua estreita e mal edificada, foi durante muitos anos habitada em quase toda sua extensão por mulheres de triste condição social.

Denominou-se rua Vasco da Gama (Decreto municipal, de 9 de novembro de 1898). O Decreto nº 1.165, de 31 de outubro de 1917 restaurou-lhe a antiga denominação Conceição.

XCI – RUA DO ERÁRIO – OU DO REAL ERÁRIO – que depois se chamou do Sacramento e é atualmente a avenida Passos, foi cordeada em 1791 em terrenos que haviam pertencido a Pedro Coelho e sua primeira esposa D. Teresa de Jesus Almeida. Não passava de pequena servidão pública, limitada pela rua do Alecrim (trecho da atual rua Buenos Aires, pelos campos da Polé de S. Domingos ou da Lampadosa comunicando-se com a rua S. Francisco, também chamada Ilhargá da Sé (Luís de Camões). A planta da cidade, de 1808, assinala o nome de travessa da Lampadosa – dado à atual avenida que recorda a ação do benemérito transformador do Rio de Janeiro. Naquele ano já terminava na rua Senhor dos Passos. Deveria ser insignificante o número de prédios, porquanto, do lado par, nas imediações do local onde se construiu a igreja do Santíssimo Sacramento da antiga Sé (inaugurada a 4 de junho de 1820, em virtude de provisão episcopal de 1º de abril de 1816, e sede da paróquia do Sacramento, criada a 13 de junho de 1826, pela bula *Studium paterni affectus*, do papa Leão XII) ficava a infecta lagoa da Polé ou da Pabuna, que se estendia em direção ao caminho de Fernão Dias (rua Senhor dos Passos), indo um dos braços do brejal encontrar-se com os quintais da rua dos Ferradores (trecho da rua da Alfândega). A única edificação regular que antes de 1808 ali se fizera, do lado oposto ao da lagoa, fora a da *casa dos pássaros*, por iniciativa do vice-rei D. Luís de Vasconcelos – e cujas arcarias serviram em 1818 à construção do edifício do Real Erário.

Através de terrenos baldios e paludosos que iam da rua do Alecrim ou da Vala do Alecrim à do Senhor dos Passos, alcançava-se em princípios do século XIX a rua dos Ferradores.

Instalado o Erário no caminho que se estendia pelo campo da Polé, passou a denominar-se o logradouro rua do Erário e, transitoriamente da Moeda, por funcionar numa das dependências do tesouro régio a oficina da Casa da Moeda.

Restaurado o prédio em 1837, só em 1869 se fizeram grandes obras, conservando, porém, o palacete o mesmo aspecto tradicional e artístico, até 1937, quando foi demolido. Depois de 1820 adotou-se invariavel-

mente a nomeação Sacramento. Em 1840 projetou-se o prolongamento até o Largo de S. Domingos e, em 1884, o engenheiro Antônio de Paula Freitas sugeriu ligá-lo ao bairro da Saúde, através da rua da Imperatriz.

Em 1890 iniciaram-se as desapropriações para o alargamento da rua e cogitou-se de prolongá-la segundo o plano do engenheiro Antônio Lustosa Pereira Braga.

Em 1894, decretava-se finalmente o prolongamento, da rua Senhor dos Passos à rua Larga de S. Joaquim, baixando-se para esse fim os Decretos municipais n<sup>os</sup> 13, 14, 19 e 74, de 30 de janeiro, 6 de fevereiro, 14 de março e 14 de junho daquele ano.

Apesar de todos esses atos do governo municipal, quando o Dr. Pereira Passos assumiu o governo da cidade, estavam apenas desapropriados dois prédios e um terreno. Para realizar a obra de alargamento do trecho mais estreito, entre a rua do Hospício e Senhor dos Passos e a do prolongamento até a rua Larga de S. Joaquim fez o prefeito Passos demolir 72 prédios. Decorridos oito meses da administração Pereira Passos, inaugurava-se a 27 de julho de 1903 o prolongamento na extensão de 550 metros, tomando o logradouro, por iniciativa popular, a denominação de Avenida Passos.

Com o título “A Avenida Passos e sua história”, publicamos na *A Nação*, de agosto de 1936, por ocasião do centenário do nascimento do Dr. Francisco Pereira Passos, desenvolvido estudo retrospectivo acerca do velho logradouro carioca.

XCII – CAPELA DE N. S. DA LAMPADOSA – Edificada em virtude da provisão de 5 de setembro de 1747, em terras doadas à irmandade, inaugurou-se a 7 de setembro de 1748. Melo Morais (pai), na *Crônica Geral e Minuciosa do Império do Brasil*, registra, porém, a data de 31 de dezembro, divergente da que se lê na obra de monsenhor Pizarro.

Celebravam os irmãos da Lampadosa, noutros tempos, grandes festas em louvor do santo Rei Baltasar, seguidas de cerimônias africanas. No *Arquivo do Distrito Federal* – vol. 1<sup>o</sup> – pág. 168, figuram interessantes documentos acerca dessa usança.

XCIII – JOGO DA BOLA – Ficava situado em terreno baldio da rua do Alecrim (trecho da antiga rua do Hospício, hoje Buenos Aires), próximo aos quartéis dos regimentos que em princípios do século XIX



havia chegado de Portugal. Chamava-se Jogo da Bola de Bento Esteves. Num registro do arquivo da irmandade de N. S. do Rosário e S. Benedito, relativo ao ano de 1802, há referência a Jacinto Soares Viegas, irmão da igreja dos pretos e homem branco, morador no Largo da Sé, ao lado do Jogo da Bola.

Além do jogo dirigido por Bento Esteves, contavam-se, diz-nos Vieira Fazenda, nada menos de três sítios, destinados, no Rio de Janeiro, ao jogo da pelota; no beco dos Cachorros, pertencente aos frades de S. Bento; na praia de Santa Luzia e no morro da Conceição (*Antiquilhas e Memórias*) – tomo 93 – *Revista do Instituto Histórico* – página 17). O do morro da Conceição conquistou tal importância, que transmitiu o nome do terreiro a um logradouro aberto antes de 1801, ligando a ladeira João Homem à rua Pedra do Sal.

XCIV – ROSSIO – Desmembrado do campo da Lampadosa, que também se chamou em sua maior porção, de S. Domingos, compreendia em 1808 o espaço entre as ruas do Piolho, do Cano, caminho novo do Conde da Cunha e rua dos Ciganos. Até 1747 o campo de S. Domingos abrangia larga zona de terreno que se estendia desde a praça hoje Tiradentes até a rua Larga de S. Joaquim e da rua Uruguaiana para o sertão, até o campo de Santana – assim o diz Felisbela Freire (*Anais do Brasil* – nº 3).

Constituiu-se o *Rossio Grande* de terrenos pantanosos da antiga chácara de Gonçalo Nunes, vendida em praça a José de Vargas Pizarro, por deliberação do senado da Câmara de 19 de julho de 1721. Sua testada principal era para o campo de S. Domingos (da rua dos Andradas à de S. Jorge), confinando com o morro de Santo Antônio e com as terras que foram de Matias Coelho de Sousa e Pedro Dias Pais Leme. Estas confrontações são descritas no tombamento municipal, de Inocência da Rocha Maciel e ampliadas no Extrato de Aforamentos, coligidos pelo esforçado historiógrafo Aureliano Restier Gonçalves. (*Fasc.* 11 – pág. 80)

“Era limitado, à direita, pela *chácara do jogo da bola* e pelos terrenos de Paulo Carvalho da Silva. Por morte de Pizarro, sua viúva, Leonor Mari de Vasconcelos vendeu, em 1747, a Pedro Coelho da Silva, por 800 réis, uma parte da chácara... fazendo frente para a rua do Cano (Sete de Setembro) e fundos até a rua S. Jorge, ou chácara de Paulo Carvalho da

Silva. A outra parte passou, posteriormente, a Beatriz Ana de Vasconcelos Pizarro, filha e herdeira do casal Vargas Pizarro.”

A porção do campo demarcada em 1791, havia sido aproveitada para o exercício da tropa. Além de ser o terreno cercado de pântanos, não era aconselhável a edificação num local sujeito a inundações e frequentado por soldados, que segundo vimos na correspondência do marquês de Lavradio, de há muito faziam ali aprendizagem de tiro de artilharia, alvejando para isso a barreira de Santo Antônio. As condições pestíferas do local e o receio dos balaios não permitiram também a localização tranquila do comércio. E nem as famílias desejariam viver infeccionadas pelos miasmas dos pântanos e sobressaltadas constantemente por diabruras de soldados de artilharia. O senado da Câmara procurando atender às queixas dos moradores, mandara proceder em 1803 a uma vistoria, *que se realizou no Largo da Lampadosa e campo fronteiro à casa dos pássaros, para tapar os buracos e demarcar o terreno*. Ao ser lavrado o termo da vistoria, compareceu o coronel comandante do regimento de artilharia José de Oliveira Barbosa, que se comprometeu a retirar os canhões que deixara entre a rua do Alecrim e S. Jorge – mas isto ele só o faria quando tivesse outro local disponível para o exercício da sua tropa...

Teve o antigo *Rossio Grande* ou Rossio da Cidade – diversas denominações a partir do governo de Luís de Vasconcelos: campo da Polé, por causa do pelourinho que se levantara na praça; campo dos Ciganos, praça da Constituição, por portaria do ministro José Bonifácio de Andrade e Silva, de 2 de março de 1822, em memória do juramento da Constituição portuguesa, em 26 de fevereiro de 1821 e, finalmente, praça Tiradentes, por deliberação e edital da Intendência Municipal, de 21 de fevereiro de 1890, confirmados por ato da mesma Intendência, de 28 de janeiro de 1892, sob proposta do intendente, capitão-de-fragata Frederico Guilherme de Lorena, em homenagem ao protomártir da Independência e da República, o alferes Joaquim José da Silva Xavier – o Tiradentes, que ali foi enforcado a 21 de abril de 1792.

Ajardinado em 1862. Ao tempo em que Charles Ribeyrolles esteve no Rio de Janeiro vegetavam algumas plantas enfezadas, que na frase do autor do *Brasil Pitoresco* – não recordavam muito a terra das palmeiras.

XCV – RUA S. JORGE – Segundo o *Tombamento* de Haddock Lobo, foi aberta até a rua da Alfândega, em terras de Pedro Coelho da Silva, em meados do século XVIII. Adveio-lhe o nome, por ser ali levantada a capela de S. Jorge, por provisão de 7 de agosto de 1753, no canto da rua da Lampadosa.

A irmandade, à qual pertenciam os ferreiros, latoeiros e caldeiros, teve compromisso a 23 de abril de 1790 – como se lê no 4º vol. do *Arquivo do Distrito Federal* (pág. 131). Desde 1747 tinha sua imagem na igreja de N. S. do Parto. Melo Moraes (pai) diz na *Crônica Geral e Minuciosa* haver conhecido a capela em forma de barracão, que foi demolida em 1855. A 13 de novembro de 1792, mandou a municipalidade arruar quatro braços para construção de casas térreas, ao pé da capela. Num desses pardieiros demolidos na administração do Dr. Barata Ribeiro na Prefeitura ficava em meados do século XIX o conventilho da *doutrina* – como o chamavam. As excentricidades de degenerada mereceram especiais referências de Pires de Almeida em seu livro – *Homossexualismo*, curioso estudo sobre a libertinagem no Rio de Janeiro.

A rua S. Jorge denomina-se atualmente – *Ledo* (Decreto nº 1.599, de 6 de setembro de 1921), em memória do patriota da Independência, Joaquim Gonçalves Ledo.

XCVI – Largo DE CAPELA DE S. DOMINGOS – Ereta a primitiva capela em terreno cedido pela Câmara, em 2 de novembro de 1706, confirmando tardiamente essa doação a carta régia de 17 de junho de 1791, constituiu durante muitos anos pequeno santuário de pretos. Precisamente em 1791, no mesmo terreno cedido pela municipalidade com a condição de não poder a confraria vendê-lo, se construiu a segunda capela de S. Domingos de Gusmão. Daí em diante o pequeno espaço entre as ruas do Sabão (General Câmara) e Valongo (Camerino), tomou a crisma de Largo de S. Domingos, que desde princípios do século era dada ao vasto campo.

A irmandade foi elevada a Ordem Terceira em 1831.

Quando se construiu a primitiva capela, ficava-lhe contíguo o *cemitério dos mulatos*.

Com as obras da abertura da avenida Getúlio Vargas, desapareceram em 1942 o Largo e a capela de S. Domingos.

XCVII – SEMINÁRIO E IGREJA DE S. JOAQUIM – O Seminário de S. Joaquim, antigo S. Pedro, instalou-se no local em 1766. No mesmo edifício, fundou o governo da Regência em 2 de dezembro de 1837 o Colégio Pedro II, contíguo à igreja de S. Joaquim, construção de 1758, demolida em 1905 para alargamento da rua Camerino (antiga do Valongo e Imperatriz). De *Antiquilhas e Memórias do Rio de Janeiro*, de Vieira Fazenda, constam interessantíssimos históricos sobre o Seminário e a igreja de S. Joaquim. Acerca do Colégio Pedro II, o erudito e laborioso historiador Escragnole Dória publicou, recentemente, por ocasião do centenário da fundação do reputado estabelecimento de ensino (1937), opulenta obra, sob os auspícios do Ministério da Educação e Saúde Pública.

XCVIII – RUA DO VALONGO – Do termo de vistoria de 11 de março de 1741, procedida no campo de S. Domingos, se verifica que, naquele ano, não estava ainda definitivamente aberta essa rua. Constituíam um caminho até à chácara do capitão Antônio Vidal de Castilho e canto da *rua que vem do cortume do defunto José da Costa*. (*Vistorias e Embargos* – 1741-1848 – Arquivo Municipal). Prolongou-se o caminho em 1758 através das chácaras de Manuel Campos Dias e Manuel Casado Viana (comprada esta chácara a Pedro Fernandes, que a herdara de seu pai, Antônio de Vieira – o *C... rabos*) e a da *Conceição dos Coqueiros*, que fora de Vidal de Castilho.

Rua do Valongo é a denominação usualmente dada ao logradouro desde 1760 e que, em documentos acerca da reclamação de José da Costa Barros (1793), por motivo do rebaixamento do leito do logradouro encontramos-la registrada.

A um de seus trechos deram o nome de Valonguinho – registrado na planta que figura na obra de Debret.

Essa denominação parece-nos haver obedecido ao critério pessoal dos moradores, pela semelhança topográfica do lugar com um dos arrabaldes portugueses do mesmo nome, na cidade do Porto.

No Valongo, estabeleceu o vice-rei marquês de Lavradio, o depósito de escravos, que até então se instalara em vários pontos da cidade, notadamente na rua Direita. “Havia nesta cidade – diz o vice-rei – o terrível costume de que todos os negros que chegavam da Costa da África a este porto, logo que desembarcavam, entravam para a cidade e vinham para as

ruas públicas e principais dela, não só cheios de infinitas moléstias, mas nus...” (*Relatório de 19 de junho de 1779*).

Aumentados os armazéns de escravos no Valongo, no governo do conde de Resende, foram melhoradas as suas condições higiênicas em 1808 – quando intendente-geral da Polícia, Paulo Fernandes Viana.

Extinguiu-se o depósito de escravos pela Lei de 7 de novembro de 1831.

Com o título – *Cenas Extintas*, o saudoso Vieira Fazenda publicou no número da revista *Kosmos*, de maio de 1905, sugestiva crônica sobre o mercado de escravos no Valongo e que está reproduzida em suas *Antiquilhas e Memórias do Rio de Janeiro (Revista do Instituto Histórico – tomo 890 – pág. 107)*.

Até 1903, terminava a rua Camerino no Largo de S. Domingos. Com o prolongamento da rua do Sacramento (Avenida Passos) entre o Largo e a rua Marechal Floriano, foi absorvida por aquela obra. Alargada desde o seu novo início (rua Marechal Floriano) em virtude do Decreto do prefeito Passos, nº 459, de 19 de dezembro de 1903, tornou-se excelente via de comunicação para o bairro da Saúde.

Chamou-se rua Imperatriz, a partir de 1842. Desde 21 de fevereiro de 1890 – teve a denominação de rua Camerino, em memória do voluntário da pátria Francisco Camerino de Azevedo, morto no combate de Curupaiti (guerra do Paraguai), a 22 de setembro de 1866.

XCIX – CAPELA DA MADRE DE DEUS – Foi construída por André Pinto Guimarães (provisão de 13 de julho de 1733), na chácara da Madre de Deus, da qual foi último proprietário Miguel da Costa Barros Saião. Está abandonada há muitos anos.

Em dependência dessa capela, armava famoso presépio noutros tempos, pelo Natal, o cônego Filipe Pinto da Cunha e Sousa.

C – TRAVESSA DO BANDEIRA – Aberta ao trânsito público nos últimos anos do século XVIII, com a nomeação de Primeira Travessa de S. Joaquim, depois mudada para travessa do Bandeira. Começava no *Caminho Novo* ou do *Conde da Cunha* (Visconde do Rio Branco).

Teve, em 1836, o nome de rua do Regente, por haver ali residido, no prédio que fazia canto com o *Caminho Novo*, o regente do Império, padre Diogo Antônio Feijó. Em 21 de fevereiro de 1890, denominaram-na – To-

bias Barreto, em memória do Dr. Tobias Barreto de Meneses. Por decreto nº 1.660, de 6 de setembro de 1921, passou a chamar-se Regente Feijó.

CI – TRAVESSA DO NÚNCIO – Antiga segunda travessa de S. Joaquim, aberta antes de 1769, em terras da Ordem carmelitana, com o nome de rua dos Coqueiros, mudado para rua da Condessa e, posteriormente, do Carmo.

A planta da cidade, de 1789, mandada levantar pelo vice-rei, conde da Cunha, assinala, no campo da Lampadosa, uma rua, sem designar-lhe o nome – próxima ao campo de Santana – e que não pode ser outra senão a atual rua do Núncio – assim crismada em memória do primeiro núncio apostólico, conde Lourenço Celeppi, falecido a 10 de outubro de 1817, numa casa desse logradouro, canto da rua de Hospício e ao qual, em nota nº 32, de suas *Memórias*, Gonçalves dos Santos, chama de – travessa do Núncio.

Depois de 1810, retificou-se o seu cordeamento até a rua Larga de São Joaquim. O trecho entre as ruas da Alfândega e Larga de S. Joaquim conservou-se por muitos anos mais estreito do que a outra parte.

Vários projetos de melhoramentos foram submetidos, em 1891, à Municipalidade, inclusive o de abertura de uma avenida. O decreto nº 77, de 9 de fevereiro de 1894, mandou desapropriar prédios para o alargamento entre as ruas Senhor dos Passos e Larga de S. Joaquim. Outro decreto municipal, de 9 de novembro de 1898, determinou a desapropriação de todos os imóveis imprescindíveis àquela obra e, finalmente, a 26 de dezembro de 1965 (decreto nº 659), o prefeito Passos aprovou os planos para os melhoramentos citados, entre as ruas da Alfândega e General Câmara.

Por decreto de 9 de novembro de 1898, passou a chamar-se rua José Mauricio, em memória do padre José Maurício Nunes Garcia, notável músico, que faleceu no prédio nº 18, antigo, a 18 de abril de 1830.

O decreto nº 2.010, de 21 de agosto de 1924, denominou-a avenida Tomé de Sousa, em memória do primeiro governador-geral do Brasil e fundador da cidade do Salvador da Bahia, em 1549.

CII – CAMPO DE SANTANA – A história desse logradouro é tão interessante e está repleta de tantas reminiscências do velho Rio de Janeiro, que seria impossível sintetizá-las nestas anotações. Extraídas do nosso fichário toponímico e analítico, acerca de coisas da cidade, damos,

contudo, ligeiras informações de seu passado. Os belos edifícios que se ostentam nas quatro faces, o da Municipalidade (inaugurado a 2 de dezembro de 1882 e ampliado em diferentes anos), o do Ministério da Guerra (inaugurado em setembro de 1941), o da Casa da Moeda, a estação central da Estrada de Ferro Central do Brasil, a Assistência Pública, o antigo Senado Federal, o Corpo de Bombeiros e o Arquivo Nacional (antigo Museu Nacional), mereceriam, sem dúvida, desenvolvido histórico, que a natureza destas anotações não permitem.

O jardim da atual praça da República, o mais amplo da América do Sul, evoca uma série de fatos ligados indissolivelmente à história por-menorizada da cidade.

Quase todos os cronistas do Rio de Janeiro tratam desse campo e do formoso parque, e o descrevem com minúcias. Moreira Azevedo, Félix Ferreira, Moreira Pinto, Vieira Fazenda, Max Fleiuss, Ferreira da Rosa, Ernesto Sena, Escragnole Dória, Luís Edmundo, Magalhães Correia, Restier Gonçalves, Roberto Macedo, Garcia Júnior, Mário Freire e muitos outros historiadores e cronistas inserem em seus trabalhos excelentes notas que reconstituem o passado esplendoroso do vasto logradouro, sobrelevando as preciosas informações de Moreira de Azevedo (no *O Rio de Janeiro*), Ferreira da Rosa (*Rio de Janeiro, em 1922*) e Garcia Júnior (revista *Sul América* – nº 74 – pág. 17).

Com a inauguração da capela de Santana, no campo da cidade, continuação do de S. Domingos, passou a ser conhecido por *Santana* em 1735. Na governança do conde de Resende (1790-1801), começou a ser feito o aterro do campo, no fim do século XVIII, à custa do povo e do trabalho do escravo.

Nas faces do campo, levantaram-se casas separadas por cercas e muros, de jardins e quintais (*Pequeno Panorama* – Moreira de Azevedo).

Um dos opulentos proprietários que ali se estabeleceram, o sargento-mor Anacleto Elias da Fonseca, vendeu, em 1818, a amigos do último vice-rei, conde dos Arcos, a casa que construía no campo, esquina do *Caminho das Boas Penas*. Ladeava o imóvel uma grande chácara que se limitava até o lugar onde se abriu a Rua das Flores (General Caldwell).

No local da casa de Anacleto, levantou-se, em 1819, um palacete, onde residiu D. Marcos de Noronha e Brito (conde dos Arcos). A 25 de

outubro de 1824, adquiriu o governo do Império o palacete, adaptando-o à sede do Senado.

Por aviso do Ministério do Império, de 12 de dezembro de 1822, denominou-se – praça da Aclamação. Em 1831, após o Sete de Abril, chamaram-no *campo da Honra*. Alguns patriotas não aceitaram a denominação como precisa para recordar o cenário principal da revolução. Serenados os ânimos, poucos meses depois voltou a chamar-se Aclamação.

A canção da rua não perdeu o ensejo para glosar o incidente. Por uma das manhãs de agosto, do ano da Abrilada, apareceu no palacete uma quadra satírica que muito dizia da impertinência dos crismadores de ruas e praças.

Por determinação do Governo Provisório de 1889, teve a antiga praça da Aclamação, em janeiro do 1890, o nome de praça da República, confirmado por ato da Intendência Municipal, de 28 de janeiro de 1892 e edital de 30 de abril do mesmo ano.

A face dessa praça que deita para os edifícios do Ministério da Guerra e da Estrada de Ferro Central do Brasil, foi aformoseada na administração do prefeito Antônio Prado Júnior, em 1928.

CIII – CAPELA DE SANTANA – Ereta em 1738, por provisão episcopal de 30 de julho de 1725, foi reedificada em 1785 e demolida para a construção da estação inicial da Estrada de Ferro Pedro II, em 1857. Por alvará de 13 de dezembro de 1814, confirmado pelo de 4 de setembro de 1817 e edital do bispo, de 2 de outubro de 1818, foi criada a paróquia de Santana. A irmandade, constituída por crioulos e soldados do Regimento dos Pardos, estabelecera-se, antes de 1734, na capela de S. Domingos.

Para a nova sede da freguesia, foi escolhido, em 1858, o lugar chamado Largo da Cadeia – onde pretendeu o governo regencial, levantar a cadeia pública, na atual rua Santana, canto da denominada Barão de Capanema. Aberto o novo templo aos fiéis, em 1878, continuaram com grande morosidade as obras, que só recentemente se ultimaram. E a igreja matriz de Santana, um dos mais vistosos e amplos templos do Rio de Janeiro.

Junto à antiga capela de Santana, realizavam-se as grandes festividades do Divino Espírito Santo, uma das mais atraentes folganças populares da cidade.



CIV – RUA S. JOSE’ – Pouco antes da mudança da Câmara do morro do Castelo, cordeou-se essa rua, não ultrapassando da do Carmo. A partir da rua da Misericórdia, recebeu o nome *Antônio Nabo*, que segundo Alcântara Gomes, foi um dos primeiros moradores e provavelmente grande proprietário. (“Um corredor das barcas para a avenida Central” – *in Boa Noite* – 12 de outubro de 1921) – O auto de vereança, de 10 de abril de 1647, registra o aforamento de Afonso Gonçalves, na rua avante da *banda do Carmo* ( *O Rio de Janeiro no século XVII – Acórdãos de vereanças* – pág. 141). Em 1671, a provisão do ouvidor João de Abreu, de 30 de outubro, provendo sobre vendas e tavernas, valhacoutos de escravos e ladrões, faz referência a esse logradouro, no limite de *N. S. da Ajuda*, até *N. S. do Parto* (*Autos de correições* – 1624-1699 – pág. 64).

A rua da Misericórdia, onde residia a nobreza da terra e as da Ajuda, Direita e S. José foram, a princípio, simples caminhos, transformados nas mais velhas ruas da cidade (Max Fleiuss – *História da cidade do Rio de Janeiro*).

Felisbello Freire, Delgado de Carvalho e Vieira Fazenda registram que, nessa rua, canto da ladeira do Carmo, instalou-se, aos primeiros anos do século XVII, um armazém de escravos vindos da costa da África. Edificada em 1633, a igreja de S. José tomou a denominação desse orago, padroeiro dos carpinteiros.

O trecho entre a praça 15 de Novembro e a travessa do Paço (antiga dos Madeireiros), foi alargado em virtude do decreto nº 459, de 19 de dezembro de 1903. Em 1907, foram sugeridos vários melhoramentos. “A rua S. José, coitadinha, está esburacada, suja, com as lajes dos passeios afundadas – umas e outras caídas, de modo que ninguém se aventura por ali passar, sem se expor a dar topadas” – escrevia Artur Azevedo, fazendo-se pregoeiro de aspirações dos moradores (“Palestra” – *O País*, de 10 de julho daquele ano).

O decreto nº 992, de 24 de outubro de 1914, desapropriou os prédios necessários ao alargamento, projetado dez anos antes, em outubro de 1904. Com o arrasamento do morro do Castelo, foram condenados todos os prédios do lado da numeração ímpar, de nºs 7 a 91, nos termos do decreto nº 1.924, de 26 de novembro de 1923.

A rua S. José é a que possui atualmente maior número de mercados de livros. Bem poderia chamar-se – *rua das Livrarias*.

CV – RUA DA CADEIA – Estreita vereda que, da faixa litorânea, se comunicava com os caminhos paralelos e perpendiculares ao mar, já se achava cordeada na metade do século seiscentista. Prolongada em fins desse século, dava acesso ao cruzeiro de Santo Antônio ou de S. Francisco. Daí se originou a denominação de caminho que *vai para o cruzeiro de Santo Antônio ou de S. Francisco*. No trecho inicial ainda a conheciam, em 1647, pelo nome de um dos antigos moradores – o pasteleiro Manuel Ribeiro.

Em 1643, arrendara Ribeiro, a venda de carne verde, ao preço de treze réis o arrátel, associando-se, no ano seguinte, a Martinho de Freitas. Mais lucrativo do que a venda de pastéis, era, evidentemente, o arrendamento das carnes, cujo preço foi subindo, de um vintém a três vintenas. Em consequência da crise econômica de 1660, subiram de preço não só a carne, como o pão de mandioca, o peixe, o azeite e o açúcar – notadamente este produto, que mais interessava à ganância dos traficantes e à Companhia do Comércio.

A denominação – Cadeia –, dada nos tempos coloniais, mudou-se em 1825, para a de *rua que vai para a Assembléia*, ou simplesmente, *rua da Assembléia*, por deliberação da Ilustríssima Câmara Municipal, de 24 de outubro de 1848, aprovada por portaria do Ministério do Império, de novembro do mesmo ano. A 27 de julho de 1921, o decreto nº 1.535, denominou-a rua República do Peru, mas outro decreto municipal, de nº 6.065, de 28 de setembro de 1937, restaurou-lhe a antiga denominação de Assembléia.

Dentre as obras que, a critério do engenheiro Antônio de Paula Freitas, deveria executar o governo imperial, estava a do alargamento dessa rua. Reproduzia o operoso engenheiro, em traços gerais, antigo projeto apresentado no tempo de D. João VI, que cogitara de uma saída larga, desde o mar, cortando o edifício do convento do Carmo e alargando as ruas que iam desembocar no Rossio. Esse plano é referido por Varnhagen, no 2º volume de sua *História Geral*.

Em dias do Encilhamento, foram apresentados, em 1891, projetos elaborados pelo pintor Emílio Rouède e por Colatino Marques de Sousa consistindo na construção de edifícios modelos e alargamento, não

só dessa rua, como das de S. José, Ajuda, Santo Antônio e Largo da Carioca. A 19 de dezembro de 1903, aprovou o prefeito Passos o plano de alargamento e em meados de 1904, estavam desapropriados os prédios de n<sup>os</sup> 2 a 114 e já demolidos mais de metade deles. Julgando sob um ponto de vista assaz pessimista, longe de corresponder à realidade dos fatos, escrevia o engenheiro Tito Barreto Galvão no *Jornal do Comércio*, de 29 de agosto de 1904, opondo-se a essa obra, como às demais do prefeito Passos.

CVI – RUA DO PIOLHO – Aberta entre os anos de 1697 a 1699, levantaram-se a esse tempo as primeiras casas do lado fronteiro, no morro de Santo Antônio. “A rua do Piolho – diz-nos o historiador da *Crônica Geral e Minuciosa do Império do Brasil*, chamada antes rua do Egito, tornou àquele nome por haver um procurador de causas e famoso chicanista, conhecido pela alcunha de piolho”, construído quatro moradinhos de casas e fixado residência num dos casebres. Principiava no lugar do Carioca e seguia pelo encosto do morro de Santo Antônio, terminando na travessa das Boiotas (Silva Jardim), onde havia um chafariz. O vice-rei, conde da Cunha, prolongou até a lagoa da Sentinela (*Vide Caminho Novo ou do Conde*).

O lado esquerdo só foi edificado depois que o convento de Santo Antônio cedeu, em 18 de março de 1741, vinte braças de terreno, com frente para o Largo da Carioca, e duzentas e tantas braças dos fundos para a Ordem 3<sup>o</sup> de S. Francisco da Penitência levantar o seu hospital, junto a casas térreas (demolidas em 1877 e substituídas por sobrados). Executou-se naquele ano o novo arruamento.

Vieira Fazenda (*Antiquilhas e Memórias* – tomo 95, da *Rev. do Inst. Hist.* – pág. 546) e Felisbello Freire (*Anais do Brasil* – n<sup>o</sup> 2 – 1962) tratara dessa rua em seus estudos e, embora divergentes na interpretação de registros históricos, apresentam valiosos subsídios para o conhecimento topológico dessa parte da cidade.

Chamou-se rua da Carioca por deliberação da Câmara Municipal, de 24 de outubro de 1848, aprovada por portaria do Ministério do Império, de 28 dos citados mês e ano. A 13 de setembro de 1879, denominou-a a Municipalidade rua *S. Francisco da Penitência*, não tendo sido aprovada essa nomeação pelo governo imperial. Em sessão da Câmara Municipal, de 14 de agosto de 1882, foi-lhe dado o nome *S. Francisco de Assis*,

que mereceu o beneplácito do Ministério do Império. Por deliberação da Intendência Municipal, de 28 de janeiro de 1892, voltou a chamar-se rua da Carioca – denominação confirmada pelo Decreto Legislativo Municipal nº 515, de 28 de março de 1893. Em 1918, o Decreto nº 1.223, de 4 de julho, deu-lhe o nome – Presidente Wilson, alterado no ano seguinte pelo Decreto nº 1.338, também de 4 de julho, que restabeleceu a crisma – Carioca.

O engenheiro Paula Freitas, que foi um dos grandes propugnadores das obras de saneamento e embelezamento do Rio de Janeiro, sugeria em 1884 como imprescindível o alargamento dessa rua. Na administração Passos aprovou-se a 19 de dezembro de 1903 (Decreto nº 459) o plano que fora apresentado em abril do mesmo ano pelo engenheiro Alfredo Américo de Sousa Rangel para o alargamento e desapropriação de prédios do lado da numeração par.

Uma fotografia de Augusto Malta, que se vê no 2º volume do *O Rio de Janeiro do meu tempo*, de Luís Edmundo, mostra-nos o aspecto da estreita, suja e mal-afamada rua da Carioca em 1903.

CVII – CAMINHO NOVO OU RUA NOVA DO CONDE DA CUNHA (Prolongamento da rua do Piolho) – D. Antônio Álvares do Cunha, conde da Cunha, sucessor do conde de Bobadela na governança, procurando corrigir o defeito que se notava no alinhamento da rua do Piolho, obrigou o dono da chácara que ficava em frente, no campo da Lampadosa, a ceder o terreno para a continuação do logradouro, em linha reta.

Em 1765 mandou prolongá-lo até a lagoa da Sentinela, que corresponde atualmente o lado esquerdo da rua Frei Caneca, entre as ruas do Areal e Riachuelo. O trecho entre a rua do Piolho e o campo de Santana teve a denominação Visconde do Rio Branco, era sessão da Câmara Municipal, de 3 de junho de 1871, aprovada por portaria do Ministério do Império, de 17 do mesmo mês e ano – em homenagem ao conselheiro José Maria da Silva Paranhos, presidente do Gabinete ministerial de 7 de março, ainda de 1871, nascido na Bahia a 16 de março de 1819 e falecido no Rio de Janeiro a 1º de novembro de 1880.

No local onde, depois de 1856, esteve a estação principal dos carros da Companhia da Tijuca (as célebres maxambombas), foi enforcado Tiradentes, segundo o depoimento de uma das testemunhas presenciais da

execução. O terreno era em 1792, um brejal, não nos parecendo merecedora de crédito aquela informação.

Leia-se, a propósito, o que escrevemos no 1º volume de *Meios de Transporte no Rio de Janeiro*, pág. 236, nota 164 e na revista *Sul América* (nº 83, julho de 1940 – pág. 13) – sob o título “Centenário de Baltasar Lisboa”. – Vide, ainda, acerca do prolongamento do logradouro, a anotação CLXXIII.

CVIII – RUA DO CANO – Na correição que fez na casa da Câmara, o ouvidor João da Rocha Pita, a 4 de agosto de 1679, pediram os oficiais do conselho que se construísse um cano a partir da rua Detrás do Carmo. Em 1693, em correição de 28 de fevereiro, determinou o ouvidor Miguel de Siqueira Castelo Branco a feitura de consertos na rua que chamam do Cano, por se achar intransitável, motivando reclamações dos frades do Carmo. No ano seguinte, noutra correição, a 20 de fevereiro, o ouvidor Manuel do Carvalho Moutinho mandou proceder com brevidade os consertos na rua que chamam do Cano, para dar saída às águas que continuamente estão nela, em prejuízo da saúde dos moradores. Dessas correições se infere que em fins do século XVII, já estava franqueada ao povo a atual rua Sete de Setembro, a partir da rua do Carmo.

Depois da chegada da família real, pretenderam o prior e mais religiosos do Carmo abrir uma rua ao lado de sua igreja, a qual deve vir a sair à outra que fica entre o convento e a cerca. Tratava-se de prolongar a rua do Cano que não ia além da do Carmo. Em 1837, um dos moradores mais prestigiosos da rua, o visconde de Condeixa (João Maria Colasso de Almeida), solicitou ao presidente da Câmara Municipal, Leia de Meneses Vasconcelos de Drummond, autorização para prolongar o logradouro até o Largo do Paço. Este melhoramento inaugurou-se nove anos depois, a 7 de setembro de 1856, incumbindo-se das respectivas obras a *Companhia Reformadora*, organizada em 1854. Em 1857 ultimou-se a construção do passadiço fechado sobre essa rua, com seis janelas de cada lado, ligando a capela imperial a dependências do paço imperial da cidade. Demoliu-se em 1890 esse passadiço, iniciando-se no mesmo ano as obras da fachada lateral da igreja metropolitana.

Na primeira Intendência Municipal que se instalou após a proclamação da República, entre os vários projetos que foram ali discutidos,

estava o do engenheiro Tito Barreto Galvão, que muito antes do decreto de 29 de setembro de 1889, do último Ministério monárquico (autorizando grandes obras e melhoramentos no porto e na cidade do Rio de Janeiro), cogitara da abertura de uma avenida constituída pela Rua Sete de Setembro, ligando as praças Pedro II (Quinze de Novembro) e Constituição (Tiradentes).

O projeto do engenheiro Barreto Galvão teve posteriormente a contribuição transitória de José Luís Caminada. Em 1896, obteve o Dr. Galvão nova concessão e com o mesmo traçado (Decreto nº 281, de 29 de maio), não logrando executar ainda dessa vez o seu velho plano. Por exclusiva iniciativa da Prefeitura, foi em 1904 aprovado o projeto de alargamento entre a Praça Quinze de Novembro e a Rua Uruguaiana.

“Vai desaparecer a estreita o feia Rua Sete de Setembro – dizia Gonzaga Duque, na *Kosmos*, de fevereiro de 1905 – e dentro de pouco tempo o alvião desbravador fará de todo o lado direito, a começar da rua Júlio César e terminando na rua Uruguaiana, um monte de escombros, donde se evolará, com o fumo da poeirada, mais um dos últimos alentos da velha e andrajosa Sebastianópolis. E o coração do carioca sentirá um grande alívio, porque a vergonha que o oprimia, vai se transformando num justo orgulho, apesar de ser voz corrente que o bom, o imaginoso carioca possui a *nostalgia de la bonne*.

“Pobre carioca! Os escritores que, como tu, viram a luz de seus dias nesta formosa terra, têm sido os que mais se batem pela limpeza, pelo embelezamento, pela dignificação da sua cidade bem amada, generosa e alegre; terra que a todos recebe e acolhe, fazendo de seus farrapos guirlandas festivas de recepção, numa alacridade ingênua de criança pobre.”

Em 1913, o decreto nº 948, de 26 de dezembro, mandou proceder às obras de alargamento da Rua Uruguaiana à Praça Tiradentes, trecho que ainda não recebera nenhum benefício dos poderes municipais.

CIX – RUA DOS CIGANOS – Aberto em terras da chácaras que pertenceram a Paulo de Carvalho da Silva e Manuel Casado Viona, ao lado do campo da Lompadosa, durante o vice-reinado do conde do Cunha (1763-67), e na mesma área de terrenos posteriormente pertencentes à Ordem do Carmo. Só em princípios do século XIX regularizou-se o arruamento dessa via pública, então conhecido pelo nome de rua dos Ciganos.

As primeiras levas de ciganos chegados ao Brasil, condenados por crimes de roubo se instalaram no Ceará e Maranhão em virtude de carta régia de 15 de abril de 1718 (*Arquivo do Distrito Federal* – vol. IV – pág. 404). Deveria haver o maior cuidado nas relações entre os naturais do Brasil, portugueses e ciganos, de forma a evitar-se o conhecimento da língua e da gíria dos degredados, que seriam exterminados do reino.

Daquelas capitânias do Norte se instalaram os ciganos, pouco depois, às terras da Bahia, de Pernambuco e do Rio de Janeiro. Nesta cidade estacionaram no campo da Lampadosa, entre as ruas do Cano e do Piolho ao campo de Santana. Muito antes, porém, dos numerosos bandos de ciganos aqui chegados no século XVIII, encontramos referências a ciganos na Bahia quinhentista, através da Primeira Visitação do Santo Ofício às *partes do Brasil* – (págs. 303, 388 e 400). O vol. 3º do *Arquivo do Distrito Federal* – pág. 191. insere curioso estudo a cerca dos ciganos ao Brasil, da lavra do sociólogo português Adolfo Coelho e ampliado recentemente, sob outro critério histórico, por João B. de Oliveira China, numa série de artigos publicados no *Jornal do Comércio*.

Por deliberação da Câmara Municipal de 8 de junho de 1865, por proposto do vereador João Antônio Leite Junior, teve a antiga Rua dos Ciganos o nome de Constituição, que foi aprovado por portaria do Ministério do Império de 28 daquele mês e ano.

CX – RUA DO OUVIDOR – Os primeiros moradores da cidade abriram, em fins do século XVI, um caminho, através do mato rasteiro, o que conheciam por – Desvio do Mar, pouco depois denominado Aleixo Manuel, em honra do juiz ordinário de 1588 e vereador do conselho em 1592. A 16 de agosto de 1595, em requerimento dessa data, firmado por Aleixo Manuel e endereçado ao escrivão Pedro da Costa, alegava o antigo vereador necessidade de cultivar terras sobejadas de uma sesmaria, para atender ao sustento de muitos filhos e sobrinhos, Antes de 1590 fundara ele a capela da Conceição, no morro de S. Bento. Melo Moraes, pai, na *Crônica Geral*, assinala esse Diurno ano como o da abertura da rua, crismada posteriormente de Aleixo Manuel – o velho natural da ilha Terceira. Em 1639 o conselho dos vereadores deu-lhe a incumbência de, com oficiais de ferreiros, organizarem o regimento desse ofício por serem exorbitantes as obras de ferraria.

Por escritura de 1 de julho de 1621 traspassava à Santa Casa da Misericórdia por cento e trinta e seis mil réis, a Domingos Manuel, umas casas que haviam pertencido à Maria Nunes, que as comprara a Antônio Ramalho, na *rua* que vai do *mar para o sertão*, – assim o diz um dos registros do 1.º livro do tomo da Misericórdia.

À semelhança do que se praticava em Portugal e mesmo noutros países que receberam influência dos costumes romanos, as ruas do Rio de Janeiro colonial tiveram dois, três, quatro e mais nomes e prenomes, como a indicar os seus principais moradores.

O trecho perto do antigo mercado chamou-se Marcos da Costa Manuel, que segundo Felisbello Freire, ali residiu e teve botica afreguesada, nas imediações do quarteirão fronteiro ao lugar muito mais tarde conhecido por Carceler. Da rua Direita (Primeiro de Março) para o mar, teve o nome de canto de Francisco Monteiro Mendes, ministro da Ordem Terceira da Penitência e opulento homem do negócios. Nesse lugar ficava – segundo Melo Morais Filho, o oratório do N. 5. dos Mercadores (*Memórias da rua do Ouvidor – Correio da Manhã*, 1 de junho de 1902) – À esquina da rua do Carmo – estava o canto do Lucas do Couto, vereador em 1668 e 69 (cujo nome temos registrado em nosso fichário) e na da Rua da Quitanda, o *canto* dos Meirinhos, como se lê em autos da Almotaceria de 1814. Esse nome aparece nos primeiras páginas dos *Memórias de um sargento de milícias*, do Manuel Antônio de Almeida.

Na metade do século XVII chamou-se Rua do Gadelha e também do Barbalho, em homenagem ao governador Agostinho Barbalho Bezerra. A 3 de novembro de 1661 lavrou-se escritura de permutação entre a Câmara e Salvador Correia de Sá e Benevides e sua mulher D. Catarina de Vasconcelos e Velasco, e na presença do ouvidor Sebastião Cardoso Sampaio, de três moradas de casas contíguas e místicas, na Rua Direita (até entestar com outras que Salvador havia dado à Santa Casa), com as que possuía a Câmara, na rua vulgarmente chamada – do Gadelha. Depois da construção da igreja da Cruz dos Militares, chamou-se da Santa Cruz, ou simplesmente da Cruz,

Pelo alvará de 7 de janeiro de 1750 estavam as Câmaras obrigadas a dar aos ouvidores aposentadoria, isto é, – casa, cama, escrivaninha, louça e mobília. (Vieira Fazenda – “Ruas antigas” – VIII – *Rev. do Inst.*



*Hist.*, tomo 95, pág. 579). O alvará de 5 de junho de 1619 reformara a Ouvidoria do Rio de Janeiro, que compreendia as Capitânicas do Espírito Santo e de S. Vicente. Por Mem de Sá fora nomeado ouvidor Cristóvão Monteiro na época da fundação da cidade. Passando esse cargo a ser provido pelo rei, nomeou Filipe II, a 29 de maio de 1519, Amâncio Rabelo, com o vencimento anual de 100\$. Residiram os ouvidores por muito tempo na rua do Alfândega o no campo do Rosário e desde 1720 a Câmara contribui com 40\$ de suas rendas para indenizá-los do pagamento do aluguel da casa. Em 1745, foram tomadas, a 2 de novembro, as casas que pertenceram a José de Andrade, na Rua da Cruz, do lado direito vindo do mar, depois do passar a rua Sucussará (Quitanda), para servirem de residência efetiva dos ouvidores. O primeiro magistrado dessa categoria que ali residiu foi o Dr. Manuel Amaro Pena do Mesquita Pinto, que exerceu o cargo em 1746 e 1747.

Os prédios onde residiram os ouvidores foram dados em hipoteca, com outros bens, para garantir o dote da terceira imperatriz D. Teresa Cristina. Possuíam eles em 1914 os números 96 e 98. No Anuário do *Jornal do Brasil*, de 1926 encontra-se uma gravura do interior de um desses imóveis, com o pátio central, onde havia uma fonte original.

Publicamos, há tempos, no *Jornal do Comércio* (“Miscelânea do Arq. Municipal” vol. 5º) circunstanciado histórico, sob o título – “Ouvidores”.

Pelo decreto municipal nº, 375, de 18 de março de 1897, denominou-se o logradouro – Rua *Coronel Moreira César*, em memória do chefe da terceira expedição a Canudos, no Estado da Bahia, Antônio Moreira César, nascido a 7 de julho de 1850, em S. Paulo e morto em combate pelos jagunços, a 2 de março daquele ano. O decreto nº 1117, de 10 de outubro de 1916, restabeleceu a antiga denominação de rua do Ouvidor.

*Projetos de melhoramentos* – A vereação de 19 de julho de 1806 mandou fazer reparos na rua onde já existia animado comércio e, apesar das providências do Senado da Câmara, ainda persistiam, em 1815 as queixas dos moradores junto à rua da Vala, determinando a Municipalidade, em 8 de junho desse ano, obras urgentes, para que as águas estagnadas tivessem fácil escoamento. Pouco depois, a 25 de novembro, ainda de 1815, a vereação do Senado reiterou a necessidade de consertos, obedecendo ao

plano delineado pelo brigadeiro inspetor de engenharia, João Manuel da Silva, aprovado pelo príncipe regente. Refletem estas providências, com pequenas divergências, as idéias aventadas pelos vereadores e os estudos elaborados por Manuel Vieira da Silva, em sua *Memória sobre o regime das águas da cidade e melhoramentos necessários ao seu escoamento e, bem assim, sobre as obras públicas julgadas úteis*, apresentada ao Senado da Câmara a 4 de julho de 1811. A Rua do Ouvidor e outras do centro comercial ofereciam, então, deplorável aspecto, como vazadouros de imundícies lançados das habitações, incumbindo-se os moradores da varredura do lixo e da remoção da lama das testadas das cosas – este antes da inauguração de um serviço rudimentar de limpeza dos logradouros, organizado a 6 de outubro de 1821 pelo juiz de fora José Clemente Pereira, presidente do senado da Câmara. Em 1826, tendo resolvido a edilidade, em vereança de 15 de julho, cuidar do nivelamento das vias públicas para esgotamento das águas pluviais, mandou altear o nível dessa rua em toda sua extensão, deixando de proceder a esse melhoramento noutros logradouros, que só o obtiveram em 1831, quando se procedeu à revisão geral do projeto, segundo parecer do arquiteto civil Félix Crema, que, além disso, pretendeu arborizar algumas ruas do centro comercial.

Em 1835, o barão de Taunay, diretor da Academia de Belas-Artes, quebrava o marasmo daqueles anos, com o seu idealismo construtivo. Aconselhava ao Governo da Regência uma série de melhoramentos, que iriam beneficiar todas as vias de comunicação da cidade velha. E sob os mesmos intuitos, os engenheiros militares Soares de Andréia, Pedro Belegarde e Conrado Niemeyer ofereceram excelentes contribuições ao que supunham de fácil realização em torno do programa do saneamento do Rio de Janeiro.

Belegarde o Niemeyer apresentaram ao governo um projeto de arruamento da colina histórica do Castelo, considerada um dos maiores obstáculos ao franco arejamento da capital do Império. Longo período de inatividade transcorreu em relação a projetos de melhoramentos. “Era inadiável que a sede da única monarquia americana – reflexionava um noticiarista – fosse, quanto antes, transformada em cidade moderna, mudando-se-lhe o aspecto colonial da sua topografia, com a abertura de novas ruas, retas e largas, em tudo diferente dos antigüísimos logradouros,

arruados nos séculos XVII e XVIII”. Manuel Valadão Pimentel (barão de Petrópolis), Antônio Félix Martins (barão de S. Félix), médicos notáveis, e a Câmara Municipal de 1854 estudaram o problema com as suas intrincadas modalidades, secundando-os Freire Alemão, Paula Cândido, Pereira Rego (barão de Lavradio), Haddock Lobo, Ezequiel Correia dos Santos e a Junta Central de higiene. Era 1871, afinal, demarcava-se a etapa inicial dos melhoramentos da cidade e ao plano delineado pelos engenheiros Francisco Pereira Passos, Morais Jardim e Marcelino Silva, em 1874-76, são reproduzidas várias daquelas idéias e apresentadas outras, ainda não sugeridas. A partir de 1877 ativaram-se novos planos, até que, em 1883, o Ministério do Império traçou um programa, compreendido na “Memória”, do engenheiro Antônio de Paula Freitas, impressa no ano seguinte.

Para abrir uma galeria que comunicasse a rua do Ouvidor com a rua Sete de Setembro, pedia em 1877 Antônio Luís Caetano do Silva concessão a Municipalidade, não conseguindo, no entanto, nenhum resultado satisfatório. Em 1882, Alexandre Copell de Guadino e Antônio José Leite Borges, pretenderam construir uma galeria, com cobertura de vidro, no quadrilátero formado pelas ruas do Ouvidor, Sete de Setembro, Ourives e Gonçalves Dias, apresentando os proponentes uma memória justificativa das supostas vantagens que adviriam de semelhante construção. Em 1890, na época febril dos negócios do Encilhamento, propôs-se o capitão-tenente Colatino Marques de Sousa prolongar a rua do Ouvidor e, no mesmo ano, Costa Ferreira & Cia. solicitaram à Municipalidade autorização para abrir uma *galeria de passagem*, também envidraçada, projeto que não chegou a ser convertido em lei. Nicolau Viriato Chaves Barcelos, Dermeval José do Fonseca e João Carlos de Medeiros Pardal Mallet, celebraram em 1891 contrato com o Conselho da Intendência Municipal para alargamento e arborização desse logradouro, e decorrido o prazo para sua execução, sem que iniciassem os contratantes o projetado melhoramento, caducou a concessão, como muitas outras do campo do Jogo da Bolsa.

*Calçamentos* – Desde 1624 determinara a Câmara da cidade que toda e qualquer pessoa que tivesse casa à frente de rua, a fizesse calçar a sua testada, dentro de 6 meses, com quinze palmos de Largo, sob pena de multa de 6\$000 para o conselho e *avisadores*. As correições dos ouvidores, de 9 de dezembro de 1640, 17 de dezembro de 1710, 13 de dezembro de

1720, 8 de abril de 1722, 31 de agosto de 1737 e 4 de setembro de 1746, entre outras, dispuseram sobre a construção das calçadas, intensificando-se a interferência dos vereadores nesse assunto depois de 1719, na governança de Aires de Saldanha, quando se iniciou o calçamento de algumas ruas da cidade, à custa dos moradores, gastando-se, todavia, por conta dos cofres públicos, 600.000 cruzados. A carta régia de 8 de abril de 1722 mandou que a Câmara do Rio de Janeiro informasse sobre a despesa com a obra das calçadas e acerca da finta lançada pelo “conselho”. Em 1799, para facilitar o tráfego das seges, ordenou o senado da Câmara urgentes reparos nas calçadas da rua, que não excediam de vinte e nove palmos de largura. Só, porém, em 1818, para torná-la limpa e garbosa nos três dias que deveriam ser consagrados às festas pela coroação de D. João VI, cuidou a Municipalidade do seu calçamento, com alvenaria escolhida, excetuando-se o trecho que ia do mar até a rua Direita, inclusive o beco da Lapa dos Mercadores, que se chamou rua das *Carnes Secas*. A 6 de maio de 1820, determinou o aviso régio dessa data que se consertasse, no que fosse possível a calçada já muito arruinada da rua “habitada por negociantes franceses e ingleses”, devendo ser ultimada sem maior demora essa obra antes do faustoso dia 13 do mesmo mês, aniversário do rei D. João VI.” Possivelmente, a julgarmos pelo que escreveu Eduardo Teodoro Boesche, em seus *Quadros Alternados*, informando que de 1824 a 29 quase todas as ruas tinham naqueles anos calçadas para os transeuntes, o velho logradouro carioca com o seu comércio de modas, apresentava-se condignamente aos olhos observadores do mercenário hanoveriano.

Em 1829 foi completamente restaurado o calçamento em toda a extensão dessa via pública, coincidindo esse melhoramento com a proposta do sargento-mor Carlos Filipe Garçon Rivière para efetuar os serviços de arruamentos e calçadas da cidade, e outra gratificação além da que percebia pela Intendência-Geral da Polícia.

A primeira restrição imposta ao livre trânsito de veículos na rua do Ouvidor, motivada por sua importância comercial e para assegurar a conservação do calçamento, remonta ao ano de 1829. E deste teor a portaria do Intendente-Geral da Polícia, de 24 de setembro desse ano: “Havendo Sua Majestade o Imperador ordenado que faça evitar que, pela rua do Ouvidor, passem carros de bois ou da porta da Alfândega e carroças,

excetuando somente as que se destinarem para algum serviço imediato da mesma, o sr. coronel comandante da Imperial Guarda da Polícia, assim o faça executar.”

A postura municipal, de 23 de novembro de 1867, proibiu terminantemente que carros e carroças, depois das 9 horas da manhã, trafegassem nessa rua, atendendo à estreiteza da via pública e aos perigos a que estavam expostos os transeuntes que, em avultado número, ali passavam. Esta postura foi reiterada pela de 25 de fevereiro de 1881 e pelo edital de 19 de março do mesmo ano.

A partir de 1830, a rua do Ouvidor, de todas da cidade “a mais leviana e a mais grave, a mais mentirosa e a mais verdadeira”, no conceito de Joaquim Manuel de Macedo (*Memórias da rua do Ouvidor*), começou a despertar carinhosos cuidados da administração municipal. Calçaram-na com esmero em 1833, refazendo-se essa obra em 1842, “com a inclinação suficiente para o pronto esgoto das águas”, como se infere do ofício da Câmara Municipal ao ministro do Império, a 12 de abril.

É desse ano o projeto de calçamento a madeira, apresentado à Câmara Municipal por Tomás José Soares de Avelar, declarando o proponente que esse sistema de pavimentação das ruas já se havia ensaiado em Londres e Paris.

Em 1843, sob o orçamento de 1:501\$430 e plano do engenheiro Amaro Emílio da Veiga diretor das obras municipais, executou-se o calçamento abandonado num dos trechos da rua, prosseguindo os trabalhos em 1844 em toda extensão do logradouro, porque por ele “transitava Sua Majestade o Imperador, nos dias de gala”. Sendo deficiente aquela quantia, abriram os proprietários e moradores uma subscrição, que em pouco tempo ascendeu à soma de 2:260\$, concorrendo, entre outros proprietários e negociantes, Francisco José Gonçalves Agra, José Maria do Amaral, Bernardo Wallerstein, José Villeneuve, Déroche, César C. Valois, Morange Irmãos, J. Vanet, Alexandrina Finot, Blandin Mongié, J. M. Soulié, Júlio Bouet quase todos de nacionalidade francesa, cujo comércio de modas e de luxo floresceu na velha rua até o sétimo decênio do século XIX.

Concluído em 1846 o calçamento que se iniciara em 1848. Tais defeitos apresentava que em 1853 cogitaram os poderes municipais em repará-lo, empregando pedras miúdas de alvenaria, segundo a proposta

aceita de Manuel Gomes dos Santos, à razão de 10\$ a braça quadrada, de forma a facilitar o rodagem dos carros de praça e particulares que, até 1867, puderam trafegar por essa via pública. Comentarista irônico aludia pelas colunas do *Jornal do Comércio* ao que ele chamava o “desgraçado sistema de calçadas”. Referia-se o cronista à tormentosa viagem de uma sege pelas ruas do Rio da Janeiro e acrescentava “que era preciso ter coragem não vulgar e entranhas bem seguras, do contrário morreria de susto e misturavam-se-lhe as vísceras”.

A 1º de julho de 1857, Tomás Xavier Ferreira de Meneses assinava contrato com a Câmara Municipal para o calçamento a paralelepípedos, ao preço de 40\$ a braça quadrada e 13\$ a braça linear. Esta obra e as das ruas da Lampadosa e do Teatro importaram em 66:786\$, discriminando-se a despesa de 20:482\$300 com o assentamento de paralelepípedos, numa extensão de 453 braças da rua do Ouvidor. A parte desta rua, entre o mar e a rua dos Ourives, teve o calçamento de alvenaria reconstruído (*Relatório do engenheiro Manuel da Cunha Galvão* – 1 de fevereiro de 1859). Por essa época acha-se em plena execução o privilégio concedido, por 10 anos, a Tomás Butler Dodgson, para o novo sistema de calçamento das ruas do Rio de Janeiro – por meio de cubos ou paralelepípedos (Decreto nº 979, de 1 de maio de 1852). Pela lei nº 939, de setembro de 1853, fora autorizada a Câmara Municipal da Corte a contrair com o Banco Rural e Hipotecário um empréstimo de 500 contos, para concluir a substituição do calçamento antiquíssimo de alvenaria bruta pelo de paralelepípedos.

Para conservação do calçamento iniciado em meados do ano do 1857, aceitou-se, em 16 de abril de 1860, a proposta de João José Machado.

Na administração do grande amigo da cidade que foi o Dr. Antônio Ferreira Viana, presidente da Câmara Municipal, por exclusiva iniciativa desse sempre lembrado gestor do governo local, foram melhoradas as calçadas da rua do Ouvidor, permitindo o uso do ladrilho na testada das principais casas de comércio – Ainda, por iniciativa do notável administrador, foi traçado um plano geral para o recalçamento dessa rua e de outras, não permitindo, no entanto, os escassos recursos da Municipalidade em 1873 que se desse execução ao projeto.

Tomás Nettleship, norte-americano, propôs em julho de 1878 construir calçadas de madeira, denominadas – *White*. Ofereceu-se a Câ-

mara Municipal a fazer gratuitamente a obra, a título de experiência, entre a rua Uruguaiana e o Largo S. Francisco de Paula.

Em sessão da Câmara Municipal de 9 de junho de 1832, resolveram os vereadores mandar proceder a novo calçamento, incumbindo-se do serviço e engenheiro A. M. de Azevedo Marques.

Com os consertos procedidos em vários trechos durante o ano de 1884 dispendeu a Municipalidade 12 contos.

Lavrado a 22 de junho de 1891, entre a Intendência Municipal e os Drs. Hilário Soares de Gouveia e João da Costa e Lima e Castro, contrato para drenagem do solo e construção de calçamento estanque, o problema da pavimentação da rua do Ouvidor como de outras do centro urbano apresentava novos e interessantes aspectos. Em março de 1893 José Simão da Costa submetia à deliberação do Conselho Municipal o plano de calçamento a asfalto, a que denominou – *pavimento sanitário fluminense*. Esse calçamento fora introduzido na Europa desde 1854 e estava sendo aproveitado naquela época em Buenos Aires. No Rio de Janeiro, o asfalto já era empregado desde meados do século XIX, na pavimentação de armazéns, áreas de estabelecimentos industriais e em cocheiras.

Em 1894, Alfredo Smith de Vasconcelos e Antônio Ferreira da Rocha propunham executar calçamentos impermeáveis, sendo indicada como uma das principais ruas – a do Ouvidor. No ano seguinte, a 26 de abril, organizava a Prefeitura do Distrito Federal o orçamento do calçamento a paralelepípedos da rua Primeiro de Março ao Largo de S. Francisco de Paula, na importância de 73:090\$732.

A comissão do saneamento do Rio de Janeiro, presidida pelo Dr. Manuel Vitorino Pereira, aconselhava em 31 de agosto de 1896 ao prefeito Dr. Francisco Furquim Werneck de Almeida a adoção do calçamento a asfalto comprimido e sugeriu medidas a respeito do tráfego de veículos para impedir o constante revolvimento do subsolo, com as escavações. Fazendo ponderações sobre a péssima conservação do calçamento na Rua do Ouvidor e nas ruas mais transitadas, agravado isso com o tráfego intenso de carros em logradouros estreitos, o Dr. Augusto Carlos da Silva Teles, diretor das obras municipais, sugeria em 1898, várias medidas, resultando delas o novo recalçamento da afamada rua, que foi terminado pelos engenheiros Joaquim de Oliveira Fernandes e Francisco Manuel das Chagas

Dória, posteriormente concessionários da sua conservação e reconstrução, cujo contrato foi rescindido pelo decreto nº 368, de 5 de janeiro de 1903. Lavrou-se a 20 de abril de 1904 outros termos de contrato com a *Companhia Sul-Americana de Calçamento a Asfalto*, para o calçamento pelo sistema de capa betuminosa, cabendo à benemérita administração do prefeito Pereira Passos empreender essas obras.

Até 1906 havia o remodelador da cidade mandado executar calçamentos especiais numa área total de 140.748.59m<sup>2</sup>, empregando-se o lençol, os ladrilhos e os paralelepípedos de asfalto, os tijolos de argila e o asfalto comprimido.

As administrações posteriores à de Pereira Passos cuidaram da conservação do calçamento e o refizeram nas mesmas condições do ano de 1904, executando obras do maior utilidade os prefeitos Amaro Cavalcanti, Paulo de Frontin, Carlos Sampaio e Antônio Prado Júnior.

Quanto nos distanciamos do passado, do Rio de Janeiro de Machado de Assis, através das paginas cintilantes de seus romances e de seus contos!

O Rio antigo era “ignóbil, com a sua rua do Ouvidor calçada a paralelepípedos que desmentiam a geometria no espaço” – escreveu Bastos Tigre, referindo-se o conhecido poeta e prosador na crônica – *Nos tempos de antigamente* – aos estragos do calçamento com pedras côncavas que afundavam ao centro do logradouro. Isso depois do calçamento que diziam aperfeiçoado, com as pequenas pedras de alvenaria, palmilhadas pelas elegantes, numa época – diz-nos Delgado de Carvalho em que “a política enchia o vazio nacional com as procissões freqüentes que iam minguando e o carnaval que ia crescendo.” (*A vida carioca no fim do XIX século* – História da Cidade).

*Expansão e valorização prediais* – Em 1808, pelo lançamento para cobrança da décima urbana instituída pelo alvará do Príncipe Regente, de 27 de junho de 1808, a rua do Ouvidor contava 163 casas, 80 do lado direito, e 83 do lado esquerdo, vindo do mar. Era o 13º logradouro em ordem decrescente no número de prédios. Possuíam nesse ano maior número de imóveis as ruas do Sabão, S. Pedro, Alfândega, Detrás do Hospício, Lapa ao Catete, Nova do Conde, Quitanda, Violas, Cano, Senhor



dos Passos, Vala e S. Joaquim, dentre as 46 ruas, 4 travessas, 6 becos e 19 praças, que constituíam propriamente a cidade comercial.

Segundo Walsh, em *Notices of Brasil in 1828 and 1829*, possuía em 1829 na extensão de 276 braças, 229 prédios.

Em 1862, a estatística levantada pela Recebedoria do Município da corte, coletou uma igreja – a da Lapa dos Mercadores – e 162 prédios, sendo 116 de sobrado, 7 com sótãos e 39 térreos. Pertenciam ao governo 2 próprios nacionais, à Santa Casa da Misericórdia, 4 imóveis; a várias irmandades 31 e a particulares, 125. A grande diferença observada para menos em 1862 em confronto com o ano de 1892, é explicável pelo aumento das fachadas dos prédios com as novas construções e o desaparecimento de alguns casebres térreos.

Em 1877, a *Nova numeração da cidade*, de Curvelo Cavalcanti, mandada organizar pelo Dr. Antônio Ferreira Viana, quando presidente da Câmara Municipal, registrou 156 prédios: – 84 de um sobrado, 41 de dois sobrados, 1 de três sobrados e 30 térreos, – tendo ainda decrescido o total dos imóveis em razão das novas construções, abrangendo maior espaço das antigas fachadas.

Em 1900 registrava a Prefeitura 156 prédios, 79 do lado da numeração par e 77 do lado ímpar, sendo de sobrados 151 e térreos 4. A numeração par terminava em 158 e a ímpar em 155.

Em 1905, por motivo das obras da abertura da Avenida Central, haviam sido demolidos os prédios de numeração antiga 72 a 92 e 71 a 91 – e pouco depois, ainda no mesmo ano, para alargamento da rua Uruguaiana, demoliram-se os prédios n<sup>os</sup> 136, a 140 e 137 a 141.

Recenseamento municipal de 20 de setembro de 1906, coletou 166 imóveis; 109 pertencentes ao distrito da Candelária e 57 do Sacramento, sendo: de um pavimento 31; de dois, 64; de três, 68 e de quatro pavimentos, 3. Desses 166 imóveis 11 eram domicílios, 76 tinham aplicação industrial e 79, aplicação mista. Ocupavam esses prédios 473 habitantes.

Em 1920, o recenseamento federal de 1<sup>o</sup> de setembro, registrou na estatística predial e domiciliária, o total de 134 prédios (73 no trecho pertencente ao distrito da Candelária e 61 ao do Sacramento), com a seguinte discriminação: térreo 1, de dois pavimentos, 46, de três, 74, de quatro, 11, de cinco, 1, e demais de cinco pavimentos, 1.

Em 1933, o Departamento de Estatística e Publicidade apresentou dois quadros com o número de prédios nesse ano, pelos quais se verifica a existência de 123 imóveis: de um pavimento, 1, de dois pavimentos 39, de três 60, de quatro, 15, de cinco, 3, e de seis a nove pavimentos 5. Havia nesse ano um terreno baldio, à espera de nova construção. O decréscimo que se nota a partir de 1906 é devido ao aumento progressivo na disposição das fachadas que ocupam maior espaço de terreno.

Teodoro Sampaio, no estudo crítico para servir de contribuição à história e geografia brasileiras, acerca das peregrinações de Antônio Knivet no século XVI, dá-nos admirável painel do Rio de Janeiro que havia sido fundado há vinte e cinco anos, apenas, quando o famoso aventureiro inglês andava na frota de Tomas Cavendish. A edificação da cidade em âmbito apertado em que se sacrificava o plano de melhores arruamentos, deveria ressentir-se do que mais atrasado poderiam fazer os primeiros povoadores. Pouco diferente deveria ser a *grande aldeia*, salpicada de mangues, invadida pelas marés, e construída desajeitadamente, ainda no século XVIII, e à qual se refere Euclides da Cunha (*À margem da História*.)

Uma das mais importantes edificações levantadas na Rua do Ouvidor, em seu começo, era no século XVII o *Paço de Ver-o-peso*.

Em 1636, Salvador Correia de Sá e Benevides pedia aos oficiais da Câmara que lhe aforassem em *fateosim dez braças de chãos de comprido sobre cinco de Largo, para a construção da casa de ver o peso*, onde se recebessem caixas de açúcar e todos os mais gêneros que deveriam ser pesados, obrigando-se a pagar de foro 20 réis em *cada ano*. Estabeleceu-se que outro paço nem balança se fizesse. Apesar disso, Francisco de Almeida Jordão e Manuel Mendes de Almeida se localizaram num trapiche, com balança e peso, motivando prolongada demanda que pode ser lida no *processo da viscondessa de Asseca, como tutora e administradora da pessoa e bens do visconde de Asseca* (1693-94), cujos autos se encontram no Arquivo Municipal. Em 1642 estava de posse da balança, instalada em casas cobertas de telhas, Gaspar Dias de Mesquita, por aforamento de Salvador. A 20 de maio de 1659, procurava a Câmara da cidade resolver as dívidas opostas, tomando a morada de casas de um dos reclamantes, que rendiam 60 réis anuais.

Em 1783, a correição do ouvidor Álvaro da Rocha, de 27 de agosto, proveu sobre a postura acerca de edificações que se deveriam fazer

de sobrado – da vala para o mar, *para se guardar o prospecto e mais regularidades das cidades civilizadas*. A postura de 1785 determinou que nenhuma pessoa de qualquer qualidade e classe edificasse, tocando nos alicerces, sem arruação feita pelo escrivão do senado da Câmara e com a presença de um dos vereadores, sob pena de 30 dias de cadeia e demolição da obra. Nestas condições, foram construídos vários prédios inclusive, o de Amaro Velho da Silva, opulento negociante que vendia por atacado, estabelecido à rua Direita e cujo nome aparece no *Almanaque da cidade*, de 1792 (*Anais da Biblioteca Nacional* – vol. LIX) que a 20 de maio de 1791, obteve arruação de 4 braças, para casa de sobrado.

Em 1802, o Tribunal da Junta da Real Fazenda arrematou, a 15 de fevereiro, uma morada de casas de sobrado, confiscada aos jesuítas e que fora avaliada em 500\$. Como um dos índices da valorização predial em 1812, Venâncio José da Costa adquiriu em setembro desse ano uma casa por 358\$400 e ainda em 1812 foram comprados prédios de sobrados na rua do Ouvidor por 600\$, 700\$ e 800\$, avaliados no século anterior em 100\$ e 150\$. A 25 de março de 1815, Joaquim José da Cruz Seco adquiriu por 200\$ um sobrado em ruínas, sendo vendedores Joaquim da Costa Franco e sua mulher. Em julho de 1816, José Maria Dantas Pereira comprou a José de Miranda Castro uma casa por 4:800\$, que era vasto e confortável sobrado. Ana Maria de Jesus e seu filho venderam em 8 de outubro desse último ano, por escritura lavrada em notas do tabelião Joaquim José de Castro, uma morada de casas de sobrado, a Agostinho Pinto de Miranda, na *entrada da rua*, por 1.200\$.

Em 1828, reformado o grande prédio nº 215, que fora anteriormente adquirido por 3.000\$ Mr. César aumentara a sua casa de banhos. Dela nos diz Plancher, em seu *Guia do Rio de Janeiro*: “Cet utile etablissement à juste titre estimée du public, offre tous les avantages que les européens ont l’habitude de trouver à Paris et à Londres. Il y a um jolie jardin, et on peut trouver à toute heure d’excellens potages e des vins de toutes qualités.”

Uma casa espaçosa, ao tempo de D. João VI, localizada no centro urbano, não ultrapassava do aluguel de 15\$ mensais. Os prédios pequenos, de porta e janela, não eram alugados em 1821 por mais de 8 e 10\$. De 1830 em diante cresceram os preços de aluguel, mas mesmo assim,

de 1840 a 1849, uma confortável casa de sobrado era alugada por 25\$ e 30\$; uma vivenda com chácara por 40\$ e 45\$, e uma casa térrea, com 5 quartos, quintal e água de poço, por 10\$ a 15\$. Os prédios mais humildes, construídos depois de 1830, ofereciam melhores acomodações e segurança. Desde 1818 não se empregava a madeira de pinho nos compartimentos dos edifícios da cidade. O edital de 25 de outubro daquele ano proibiu terminantemente o emprego de materiais que seriam fáceis de destruição por incêndio. A respeito dessa proibição é interessante assinalar a consulta que, a 10 de janeiro de 1819, fizera à Municipalidade e à Intendência-Geral da Polícia, o cônsul da Suécia, em nome dos negociantes de madeiras do seu país.

Nas casas térreas e sem numeração, por dentro das gelosias, as matronas do Reino contavam histórias à prole, ao lume fumarento da candeia de azeite. “As raparigas tafulas”, acrescenta Melo Morais Filho (*Correio da Manhã* – 1º de junho de 1902) – sentadas nas soleiras das rótulas abertas ou nos balcões de xadrez de raros sobrados, descantavam à guitarra romanças e xácaras, seguidilhas e fandangos, ao luar das noites sem névoas, à claridade do céu sem estrelas...”

A adoção da numeração das casas pelo sistema de Paris só foi iniciada com regularidade em fins de 1824, pelo intendente-geral de polícia Estêvão Ribeiro de Resende, observando-se para o lado direito a numeração par e para o outro, a ímpar. “As perturbações políticas não faziam felizmente esquecer os melhoramentos de que a cidade carecia...” (Melo Barreto Filho e Hermeto Lima – *História da Polícia do Rio de Janeiro*). Por Portaria de 16 de junho daquele ano, foi aprovada a proposta de Pedro Alexandrino Carvoé, mediante o pagamento de vinte réis por algarismo, pagos pelo proprietário e a obrigação de fornecer à Intendência-Geral da Polícia as placas dos logradouros públicos “para uma perfeita e regular numeração das casas, e titulação das ruas da cidade, por meio da qual não só se facilita aos estrangeiros o conhecimento das ruas que vão ter ao mar e das que as cruzam, mas se emendam erros que existem na antiga numeração e se renovam muitos números apagados pela economia e ligeireza com que os primeiros encarregados deste serviço o fizeram”. À postura municipal de 1871, devida ao espírito construtivo do notável administrador Ferreira Viana, aprovada por portaria do Ministério do Império, de 30 de

abril do mesmo ano, sucedeu o regulamento de 11 de fevereiro de 1874, ainda redigido por Ferreira Viana em sua profícua ação como presidente da Câmara Municipal, organizando-se por sua iniciativa a *Nova Numeração da Cidade*, em alentados volumes, que ainda hoje constituem a fonte mais preciosa acerca da propriedade imóvel do Rio de Janeiro até o ano de 1877 – e que, lamentavelmente, não teve continuadores.

*Iluminação* – Registram documentos coloniais que até o governo do vice-rei conde de Resende, a única iluminação que teve a cidade do Rio de Janeiro foi a dos candeeiros ou velas de cera. Sob o vice-reinado de Luís de Vasconcelos, em 1788, estabeleceu-se o uso obrigatório de colocarem os moradores na frente de suas casas, na vizinhança do local onde houvesse incêndio, velas de sebo ou candeeiros de azeite, para facilitar os socorros. Desde o século anterior a iluminação particular e o consumo do azeite de peixe preocupavam a atenção dos homens da governança, como se verifica das correições de 27 de abril de 1680, 10 de abril de 1682 e 15 de março de 1690. A iluminação pública principiou a ser subsidiada no vice-reinado do conde de Resende (1790-1801), colocando-se nas ruas de maior trânsito, quatro candeeiros e, em outras, dois, espetados em postes. Além disto, nas esquinas das ruas, nos oratórios murais, nos pequenos nichos e santuários, acendiam os devotos deste ou daquele santo, candeeiros de azeite e velas de cera. Diante desses oratórios, rezava-se o terço ou a ladainha, até começarem as rondas do quadrilheiros.

“Quando a noite desce e soam as Ave Marias na torre das igrejas, vão se acendendo as luzes dos oratórios, nas esquinas – escreve Luís Edmundo em sua magistral obra *O Rio de Janeiro no tempo dos vice-reis*. – Na parte central ruas há que mostram dois, três nichos. Saem eles dos cunhais das casas, dependurados em largos varões de ferro, todos em madeira, pintados de negro, engalanados de flores de papel e de pano, vistosos, amplos, envidraçados. Na parte superior, rompendo do ângulo da fachada junto à cimalha, avança um cegonho de onde pende a lanterna do azeite. Os oratórios de esquina são sempre de iniciativa particular. Em geral, pertencem ao morador do prédio onde repousam, embora o azeite seja custeado em rateio pelos moradores mais vizinhos.”

Vieira Fazenda, em sua crônica sobre o *oratório de pedra*, situado na esquina das ruas da Alfândega e do Regente (demolido em 1906), enu-

mera os antigos oratórios, com as suas invocações religiosas. (*Antiquilhas e Memórias* – tomo 89 da *Revista do Instituto Histórico*). Paulo Fernandes Viana, intendente-geral da Polícia, aumentou, consideravelmente, o serviço de iluminação pública elevando o número de lampiões. O Decreto de 13 de maio de 1809 estabeleceu novas taxas que deveriam ser pagas pelos proprietários de prédios e, em 1810, o aviso régio de 4 de dezembro estendeu a vários trechos da cidade o serviço, mediante o pagamento de contribuições especiais.

“A iluminação pública tornou-se objeto de suas atenções; e, porque sabia ser um bom e aperfeiçoado sistema, grande auxiliar do policiamento, tomou a resolução de dotar a cidade desse importantíssimo melhoramento, uma vez que a iniciativa não partia, como era de dever, do inepto governo do infeliz Príncipe Regente sempre embaraçado com intrigas de sua ambiciosa e infiel esposa Carlota Joaquina. Com a maior magnificência, circundou de lampiões (de azeite) o paço real, o da quinta da Boavista, a praça e casa das Laranjeiras, onde a idiota D. Maria I, a *rainha nossa senhora*, fixa por tempos a sua residência, distribuindo-os, além disso, em postes de pedra pelas principais praças e ruas da cidade inclusive ao longo da estrada de S. Cristóvão. (Elísio de Araújo – *Estudos históricos sobre a polícia da Capital Federal* – pág. 38). No tempo do Aragão, intendente da polícia Francisco Alberto Teixeira de Aragão (1824-27), os armazéns da iluminação da cidade ficavam à ilharga do teatro S. Pedro de Alcântara e o serviço ainda se ressentia de muitas falhas, sendo constantes as reclamações da imprensa, à feição desta providência da autoridade que o superintendia, transcrita por Carmo Neto, no *O Intendente Aragão*: “O arrematante da iluminação da cidade, Rodrigo José Lopes, mande acender o lampião da rua do Ouvidor, na esquina da Praia do Peixe, de que trata o *Diário do Rio de Janeiro*, na data de hoje, e fique já na certeza de que por última vez o advirto, e as faltas que se notarem eu as mandarei suprir à sua custa. Rio, 20 de novembro de 1824 – *Aragão*.”

Em 1831, quando se regulamentava o serviço por ato de 30 de abril, possuía a rua do Ouvidor, 19 lampiões, e a 27 de outubro, concedia a Câmara Municipal um alvará de licença especial a Hubert Farobert para colocar na rua da Quitanda, esquina da do Ouvidor, uma lanterna de sua invenção, segundo Valdomiro de Carvalho (*A Cidade* - 11 de abril de

1920). Proposta ao governo em 1832 a iluminação a gás por Carlos Grace e Guilherme Glegg, obtiveram estes o privilégio para esse fim. Mas, certo desembargador, conta-nos Moreira de Azevedo (*O Rio de Janeiro*) afirmou que os pretendentes eram impostores e na opinião desse juiz togado não podia haver luz sem o grosso pavio de algodão mergulhado no azeite...

Continuou a iluminação a azeite e só a 25 de maio de 1843 aprovou o governo imperial o estatutos da Companhia do Gás, inaugurando-se o serviço da nova iluminação a 25 de março de 1854, data aniversária da Constituição do Império, sendo os primeiros logradouros beneficiados as ruas Direita, Ouvidor, Rosário, Sabão da Cidade Velha, S. Pedro e a praça D. Pedro II.

A Irineu Evangelista de Sousa, o benemérito brasileiro visconde de Mauá, deve-se a organização daquela empresa e aos grandes benefícios que prestou e ainda prestaria ao Brasil acrescentemos, o da iluminação a gás, da cidade do Rio de Janeiro.

A 13 de maio de 1891 inaugurou-se a título de experiência a iluminação elétrica no trecho entre a rua da Quitanda e dos Ourives. Em junho de 1906 gozava a rua do Ouvidor desse melhoramento em toda sua extensão, por meio de lâmpadas colocadas nos antigos arcos da iluminação a gás. Roberto Macedo em “Notas Históricas” (*Correio da Manhã*, de 23 e 29 de agosto de 1941) registra uma experiência de iluminação elétrica, no velho edifício do *Jornal do Comércio*, a 10 de dezembro de 1879, e oferece proveitosas achegas sobre a iluminação a gás inaugurada a 25 de março de 1854.

*Vida social* - A rua do Ouvidor, apesar da supremacia conquistada nestes últimos tempos pela Avenida Rio Branco, é a mais freqüentada e de maior movimento dentre as vias públicas da cidade. Verdadeiro *clube ao ar livre* - como a denominou viajante ilustre, é o ponto obrigatório de reunião da sociedade elegante e no qual se acotovelam representantes da alta e da média burguesias, com os proletários de vários matizes. Tradição viva do Brasil Império e do Brasil República, o afamado e extenso beco é o logradouro de todas as novidades literárias, artísticas, administrativas, comerciais e industriais, onde tudo se sabe e comenta. À semelhança da França revolucionária, quando Danton odiava a Prússia e Robespierre a Vendéia, naqueles dias em que proliferavam os cafés jacobinos e realistas –

o Choisel e o Patin – descritos no *Noventa e três*, de Vítor Hugo, o Rio de Janeiro dos últimos anos do Império e dos primeiros tempos da República, possuía também o café do Brito ou do Rio, republicano, e o de Londres, monarquista, tomando parte os seus frequentadores, nas quizilas políticas, exagerando, gritando em defesa de princípios e credos que foram os anelos da geração romântica e rebelde do Brasil de cinquenta anos passados. Como se observam nas marés da baía de Guanabara, a Rua do Ouvidor tem o fluxo e o refluxo de transeuntes: aumentando às primeiras horas da tarde o número de pessoas que a percorrem. A importância notável do seu comércio de modas, de confecções e de luxo, constitui um dos atrativos para as senhoras e senhorinhas que obedecem ao imperativo do último figurino.

Ernesto Sena, no *O Velho Comércio do Rio de Janeiro*, e Ferreira da Rosa (*O Rio de Janeiro em 1900 – O Comentário e Anuário Fluminense*) escreveram valiosas páginas, acerca da história dos antigos estabelecimentos comerciais (quase todos franceses, até meados do século XIX) que floresceram e conquistaram os lauréis da fama. O feitio destas anotações não nos permite escavar do nosso fichário de coisas cariocas, uma série de reminiscências a respeito de inúmeras casas de comércio que lhe deram vida e ainda maior renome.

Opulenta se nos apresenta a bibliografia carioca, no tocante às tradições da elegante artéria. Prosadores, cronistas, historiadores, poetas, nacionais e estrangeiros, dela trataram livros e crônicas, esmiuçando-lhe adoráveis reminiscências. Citemos, entre outros, Joaquim Manuel de Macedo, José de Alencar, Manuel Antônio de Almeida, Melo Moraes, pai e filho, Machado de Assis, Artur de Oliveira (com o pseudônimo de Bento Gonçalves), Artur e Aluísio Azevedo, Filinto de Almeida, Urbano Duarte, Visconde de Taunay, França Júnior, F. Biard, Emílio Adnet, Vale Cabral, Vieira Fazenda, Escragnole Dória, Felisbela Freire, Max Fleiuss, Luís Edmundo, Hermeto Lima, Agripino Grieco, Vítor Viana, Bilac, Raul Pompeia, Pardal Mallet, Gonzaga Duque, Mário Pederneiras, Lima Campos, Gama Rosa, Elói Pontes (*A vida contraditória de Machado de Assis*), Lima Barreto, E. Rion, Ramalho Ortigão, João Chagas (*De bonde*), Paulo Barreto (*João do Rio*), Gastão Bousquet, Júlio Nogueira, Raul Pederneiras, Gastão Penalva, Hermes Fontes, Olegário Mariano e Frederic de Rudeval.



Dá-nos Coelho Neto, num de seus livros, a descrição pinturesca da velha rua do Ouvidor e, com o colorido dos flagrantes observados pelo ilustre escritor, presta-nos o seu depoimento – do que ela foi nos áureos tempos da propaganda abolicionista e do morrer do Império. E noutras páginas, em *Fogo-Fátuo*, relembra-nos o grande prosador a tradicional e querida artéria carioca, na época do *encilhamento*, – variando de aspecto e de aroma, conforme a hora, conforme a gente que a palmilhava.

“Das três às cinco é a *desfilé*, a elegância, o espírito, o trabalho, o vício, a miséria: o Rio manda a sua embaixada diurna, que passa numa promiscuidade fantástica de roda concentrada de lanterna mágica, baralhando-se, confundindo-se.”

CXI – CAPELA DE N. S. DA LAPA DOS MERCADORES – Edificada a capela por provisão de 20 de junho de 1747, em terreno pertencente numa parte aos frades beneditinos e, noutra, a Helena da Cruz e José Ferreira da Silva, inaugurou-se a 6 de agosto de 1750. No mesmo local existiu o oratório, construído anteriormente, em 1740. De 1753 a 1755 concluíram-se as obras da cimalha e do zimbório do templo. Foi reconstruída de 1870 a 1873. A sua torre é de mármore de Lisboa, existindo aí um carrilhão de sinos tocados por música. Foi o primeiro carrilhão instalado em igreja do Rio de Janeiro, muito antes do da igreja de S. José.

Sobre o templo de N. S. da Lapa dos Mercadores são dignos de consulta a *Notícia*, de Bento José Barbosa Serzedelo, *O Rio de Janeiro*, de Moreira de Azevedo e as *Antiquilhas e memórias*, de Vieira Fazenda (*Revista do Instituto Histórico* – tomo 86 – pág. 369).

O beco da Lapa dos Mercadores, aberto pouco depois de 1750, em frente à igreja, chamou-se beco da Capela e mais tarde, Rua das Carnes-Secas. Ainda em nossos dias, três ou quatro casas comerciais importantes ali funcionam com aquele gênero de comércio. Em registro do arquivo da irmandade de N. S. do Rosário e S. Benedito, de 1815, encontra-se o nome de um dos irmãos, Custódio da Costa Leite, morador na rua do Rosário ao pé das Carnes-Secas, o que quer dizer na interseção dessa rua com o beco da Lapa dos Mercadores – nome que, a partir de 1830, é registrado oficialmente e em documentos forenses sem discrepância.

CXII – BECO E ARCO DO TELES – Aberto em meados do século XVIII, com a denominação de beco do *Peixe* ou travessa *Nova do Pei-*

xe, passando, ainda no mesmo século, a se chamar do *Arco do Teles*, nome que, o *Guia*, de Plancher, registra na relação dos logradouros públicos da cidade em 1828. A 1º de setembro de 1863, a Câmara Municipal deu-lhe a denominação de travessa do *Comércio*, aprovada por portaria do Ministério do Império de 22 do mesmo mês e ano. Estendeu-se da praça 15 de novembro à rua do Ouvidor, sob o arco do Teles, levantado pelo brigadeiro Alpoim e não atingido pelo incêndio de 20 de julho de 1790 – Vide anotações XXXVIII (Casas dos Teles) e LIII (Casa da Câmara).

CXIII – RUA NOVA DO OUVIDOR – “A rua que vai do muro da cerca do Carmo para o campo da cidade, era o lugar onde sempre visavam as águas que entram na cidade, passando por detrás da cerca do Carmo, pelo que lhe chamavam rua do Cano – na qual sai a rua Padre Duarte, que hoje chamam das Flores” (*Notícia inédita sobre o Rio de Janeiro*, extraída de um libelo) – Aberta em terrenos de José de Sousa Barros, benfeitor da Misericórdia, a ela se refere o provimento do ouvidor João Soares Taveira, de 31 de agosto de 1737, emprestando-lhe com a denominação de *Padre Duarte*, travessa da Cruz. Desde os primeiros anos do século XIX passou a ser conhecida por *Nova do Ouvidor*, ou *travessa Nova do Ouvidor*, pela exiguidade de sua largura e pequena extensão. Apesar da antiga denominação, o seu nome oficial é *travessa do Ouvidor* – isto desde 1876. Por ocasião do desastre infligido pelos jagunços à expedição militar do coronel Moreira César, nos sertões da Bahia, em princípios de março de 1897, foi apresentado ao Conselho Municipal um projeto mudando-lhe a nomeação para travessa *Cabo Roque*, a quem atribuíam atos de heroísmo em combate. Reconhecida a improcedência do fato que se divulgara, foi arquivado o projeto. Pelo Decreto nº 892, de 29 de setembro de 1902, denominou-se rua Sachet, em memória do mecânico francês desse nome, morto em companhia de Augusto Severo de Albuquerque Maranhão, na explosão do balão *Pax*, ocorrida sobre a avenida do Maine, em Paris, a 12 de maio daquele ano. O Decreto nº 1.165, de 31 de outubro de 1917 restabeleceu a antiga denominação de *travessa do Ouvidor*.

CXIV – Largo S. FRANCISCO DE PAULA – Em terras que pertenceram ao campo da cidade, demarcadas a 22 de dezembro de 1705 pelos oficiais da Câmara sob a presidência do juiz de fora, Francisco Leitão de Carvalho, procedeu-se em 1742 ao cordeamento da área destinada à

praça da Sé Nova, que fora cedida pela irmandade de N. S. do Rosário, a pedido do conde de Bobadela, governador da Capitania. Essa medição discriminava as seguintes linhas divisórias do novo logradouro: oito braças de testada, desde o canto da rua do Ouvidor, “assim hoje chamada e antigamente do padre Pedro Pereira Homem e dezessete braças de fundos, até topar uns chãos da dita irmandade”. É o que se lê num documento incompleto, da coleção de logradouros públicos existente no Arquivo Municipal e através do traslado da certidão passado pelo piloto do senado da Câmara João Manuel de Barbés, a requerimento do tabelião Simão Pereira Barreto. O traslado parece haver sido extraído no período de 1797 aos primeiros anos do século XIX – porquanto, João Manuel de Barbés, nomeado por provisão de 28 de janeiro daquele ano, exerceu o cargo de piloto das demarcações até 1808 ou 1809. Fora da área cedida pela irmandade do Rosário para logradouro público, figuravam como foreiros à Municipalidade nesse trecho de cidade, os terrenos de Antônio da Rocha Machado, Pedro Dias Pais Leme, cônego Henrique Moreira de Carvalho, Francisco Cordovil de Siqueira e Melo, provedor da fazenda real e outros – cujos nomes se encontram no “Tombamento”, de Inocêncio da Rocha Maciel e nos “Índices e Extratos de Aforamentos”, recentemente publicados pelo operoso esmerilhador de velharias, Aureliano Restier Gonçalves.

Destinado o logradouro à sede da catedral, passou por sensíveis melhoramentos, regularizando-se sua edificação, como nos esclarece o auto de correição do ouvidor e corregedor da comarca Dr. Francisco Antônio Berquó da Silveira Pereira, de 13 de setembro de 1749. Criou essa correição uma postura, tornando obrigatória a arruação e provendo que “daqui em diante nenhuma pessoa possa fazer casas nem reedificá-las sem primeiro recorrer à Câmara, para lhe mandar fazer a arruação, segundo a qual devem ser fundadas e com especialidade nas que se fizerem na praça da Sé Nova e o que ao contrário fizer, perderá 6\$000 para as obras do conselho e terá trinta dias de cadeia e se fará público por edital para não poder alegar ignorância”. Esta postura foi ampliada em 7 de agosto de 1783 pela correição do Ouvidor Francisco Luís Álvares da Rocha.

Determinou este provimento da Ouvidoria que se não pudesse edificar da vala para o mar, sem que pelo menos, na frente das ruas, fossem as casas de sobrado, *para assim guardar o prospecto e a regularidade das*

*idades mais civilizadas deste Reino da Europa.* Providenciou igualmente a correição acerca dos pardieiros arruinados, nas ruas mais públicas e frequentadas, *mandando reedificá-los, fazendo sobrado.* Caso não dispusessem os proprietários de recursos para a obra dos prédios, os venderiam sem demora pelo preço da avaliação procedida pelo Senado da Câmara.

Até 1823 – informa Melo Moraes – uma das faces da praça, cercada por tabuado, serviu de depósito de imundícies. Desentulhada a praça e removida a estrebaria do esquadrão de cavalaria, cujo quartel ficava no Largo do Rossio, conseguiu a municipalidade regularizar em 1833 o arruamento dentro da pequena área de 140 braças quadradas, ladeada por trinta e um prédios.

O trecho que se estende da rua do Ouvidor até a hoje travessa do Rosário e a face da praça desse ponto até encontrar a rua dos Andradas (antiga do Fogo) não possuíam prédios. Entre as ruas do Fogo e da Conceição, em terreno contíguo às cavalariças dos herdeiros de Rocha Machado e depois pertencentes a Francisco José da Rocha, estabeleceu-se em 1830 a célebre *cocheira de carros do major* João Guilherme de Sockow. De nacionalidade alemã, nascido em 1798, Sockow veio no regimento de Macklemburgo, com outros alemães contratados pelo governo brasileiro. Em 1830 já se tornara uma das pessoas mais conhecidas da colônia alemã, o cicerone de seus patrícios nos passeios pela cidade e arredores, que conhecia a palmo.

Dispondo esse industrial de vistosas carruagens destinadas a recepções, cerimônias religiosas e passeios, conquistou em pouco tempo a primazia no negócio de viaturas. João Guilherme de Sockow, falecido com 70 anos de idade, a 12 de janeiro de 1869, foi um dos primeiros diretores do Prado de corridas Jóquei Clube, inaugurado a 16 de julho de 1868.

Com a expansão da vida urbana, a praça Real da Sé Nova, perdeu esta denominação, para se crismar S. Francisco de Paula, onomástico do santo calabrês e do patrono da Ordem dos Mínimos, cuja igreja se inaugurara no local. Pelo Decreto nº 375, de 18 de março de 1897, o prefeito dr. Furquim Werneck, passou a chamar-se praça Coronel Tamarindo, em memória de Pedro Nunes Tamarindo morto em combate pelos jagunços, na expedição Moreira César.

O Decreto nº 1.165, de 31 de outubro de 1917, mudou a denominação do logradouro que ficou conhecido simplesmente por – Largo S. Francisco.

Em 1885 crismaram-no de Praça da *Liberdade* em memória da libertação de escravos, pleiteada entre os moradores pelos sócios do Centro Abolicionista da Escola Politécnica entre os quais os professores André Rebouças, Enes de Sousa, Benjamim Constant, Agostinho dos Reis, Getúlio das Neves, Carlos Sampaio e Paulo de Frontin.

Na histórica praça, a pequena distância da igreja que guarda a lembrança de procissões faustosas dos *Te Deum*, ao tempo da eloquência de Mont'Alverne e ali bem perto do hospital dos Terceiros da Ordem (inaugurado a 21 de dezembro de 1814) e das catacumbas, começou a funcionar em 12 de abril de 1812 a Academia Militar, criada por iniciativa de D. Rodrigo Antônio de Sousa Coutinho (conde de Linhares), a 4 de dezembro de 1810 e instalada em prédio construído sobre os alicerces que se destinavam à Sé Episcopal. Em 1851 mudou a velha Academia sua denominação para Escola Central e em 1874 recebeu o nome de Escola Politécnica (atualmente Escola de Engenharia).

No pitoresco de cenários extintos, ainda se recorda o estacionamento em frente dessa escola, de tropas de animais de carga, com os seus almocreves, procedentes de vilarejos e fazendas de serra acima. Descarregavam na praça o café e outros produtos agrícolas e, por compra ou consignação, recebiam vários gêneros destinados ao interior. Não lhes era permitido pernoitar na cidade – segundo o que dispunha a postura municipal de 11 de setembro de 1838, na seção II – título III, parágrafo 10. Esta postura fora, aliás, adotada anteriormente pela Câmara Municipal para os cargueiros de mantimentos, que se arranchavam em Benfica, no fim da estrada do Pedregulho.

Meio século depois da proclamação do Ipiranga inaugurou-se no Largo de S. Francisco de Paula, a 7 de setembro de 1872, a estátua do patriarca da independência, o sábio José Bonifácio de Andrada e Silva, por iniciativa do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

O singelo monumento, obra do insigne escultor da grandiosa estátua eqüestre de D. Pedro I, custou apenas 50 contos de réis, produto da subscrição promovida pelo Instituto Histórico. O estatuário Louis Roche-

te esculpiu nas quatro faces do monumento as figuras simbólicas da *Justiça*, *Ciência*, *Integridade* e *Poesia*. Circundava a estátua um jardim, inaugurado a 7 de setembro de 1875, segundo o plano do engenheiro Mavignier, alterado pelo arquiteto paisagista Glaziou e desaparecido na administração Passos.

*Calçamento e expansão predial* – Desde que o edifício da Escola Central passara a apresentar outro aspecto arquitetônico, em consequência de grandes reformas, cuidou a municipalidade de substituir o calçamento de alvenaria por paralelepípedos, despendendo em 1856 com aquisição de material e pagamento de salários dos africanos calceteiros, a soma de 2:418\$000. Em 1870, 1872, 1882, 1891, 1894 e 1899 foram efetuadas obras de recalçamento desse logradouro. Executou-se em 1904 completa remodelação do calçamento a ladrilho de asfalto, que se substituiu em fins de 1906 pelo lençol de asfalto, abrangendo toda a área do logradouro.

Possuía em 1808 dezessete casas. As faces da rua do Fogo (Andradas) e da rua do Ouvidor à travessa do Rosário não eram edificadas nesse ano. Segundo R. Walsh (*Notices of Brazil in 1828 and 1829*), a sua área em 1828 era de 140 braças, com 31 prédios. Curvelo Cavalcanti, na *Nova Numeração da Cidade*, registrou em 1877 treze imóveis, seis de um sobrado, dois de dois sobrados e cinco térreos. O recenseamento municipal, de 20 de setembro de 1906, coletou igual número de prédios encontrados em 1877, sendo um de um pavimento, oito de dois pavimentos e quatro de três, com 186 habitantes, e a densidade de 14,31 por prédio e 20,67, por domicílio. Em 1920, o recenseamento federal apresentou a estatística de 15 prédios, dos quais eram de dois pavimentos, três, de três, dez, e de cinco pavimentos, dois. O censo predial de 1933, levantado pelo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, arrolou 18 prédios: um de um pavimento, seis de dois pavimentos, dez de três e um de quatro pavimentos, todos de alvenaria.

Raros projetos de melhoramentos foram apresentados para a remodelação do Largo S. Francisco, inclusive o de Henrique Stepple, que se propôs a destruir, em 1891, o velho prédio da Escola Politécnica, para ampliar a área do logradouro e alargar a Rua da Conceição, abrindo um túnel no morro do mesmo nome até a Gamboa, com linha de bondes de bitola estreita e de tração elétrica. Este projeto, como outros, constituiu um dos

muitos sonhos do encilhamento, delineando, porém, uma das faces da transformação da velha cidade colonial – o problema da ligação do centro comercial com o litoral, onde ficavam os trapiches e os grandes armazéns de mercadorias de exportação e importação.

CXV – IGREJA DE S. FRANCISCO DE PAULA – A igreja de S. Francisco de Paula foi a princípio pequena ermida, começando a edificar-se a 4 de abril de 1757, e terminada a 19 de janeiro de 1758 tendo a irmandade despendido 1.508\$716, com as obras principais. Estabelecida a Ordem Terceira dos Mínimos de S. Francisco de Paula, por provisão do bispo D. Frei Antônio do Desterro Malheiros, de 9 de julho de 1756, dois dias depois recebia os primeiros irmãos que em cortejo se dirigiram à igreja das Cruz dos Militares, depositando ali a imagem do patriarca canonizado em 1510. A 22 de janeiro de 1757, instalou-se a Ordem nessa igreja. A 29 de dezembro, ainda desse último ano, celebrou-se a cerimônia da trasladação da imagem para a ermida que se estava a construir em terreno doado ao bispo e a seu irmão, o mestre-de-campo João de Malheiros Reimão. Desejosos o prelado e seu irmão de que a Ordem possuísse um templo vasto e elegante assentaram a primeira pedra da nova edificação ao lado da ermida. Ultimaram-se as obras em 1801, levando, assim, quarenta e dois anos a se erigir a vistosa construção. O breve do papa Pio VI, de 2 de setembro de 1779, aprovou a instituição da Ordem – com a cláusula de ficar sujeita exclusivamente aos frades mínimos de S. Francisco de Paula. Não obstante esta determinação, receosa a Ordem de ver sua igreja transformada em sede do Cabido, suplicou ao Conselho Ultramarino um salvo-conduto que a livrasse daquela usurpação. Alegavam os irmãos que, acabado de concluir o templo, os cônegos, sem pouso certo para residência efetiva, iriam infalivelmente para a igreja de S. Francisco de Paula. Temiam que a cleresia polvilhada se alojasse no novo templo, abandonando a igreja de N. S. do Rosário e S. Benedito, onde infligia maiores vexames à humilde irmandade dos pretos.

Suntuoso edifício do culto católico, a igreja de S. Francisco de Paula, merece demorada visita, para que se possa admirar detidamente a sua beleza arquitetônica, a execução artística do pórtico principal e, sobretudo, o caprichoso revestimento de talha que a emoldura, atribuída em parte a Valentim da Fonseca e Silva – Mestre Valentim, nos primeiros anos

do século XIX e a Antonio de Pádua e Castro, em 1855. Em recente estudo de D. Nair Batista sobre Valentim da Fonseca e Silva, são apresentados interessantes documentos atinentes às obras artísticas desse templo (*Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional* – nº 4), Dentre outras preciosidades artísticas, notam-se as imagens de santos, esculpidas por Chaves Pinheiro. Em 1855 iniciou-se a restauração das obras de talha e escultura geral desse templo, mas só dez anos depois (12 de abril de 1865) pôde terminá-las o escultor Pádua e Castro, cujo nome se recomenda por trabalhos da mesma natureza executados em várias igrejas, inclusive na do Sacramento e na do Rosário. O celebre sino, chamado do Aragão, colocado numa das torres, fabricou-o a fundição situada no segundo decênio do século XIX a Rua S. Lourenço (Visconde da Gávea) nº 44. Havendo necessidade em 1825 de redobramos de cautela as medidas policiais que haviam sido já recomendadas no edital do intendente-geral da Polícia, Antônio Luís Pereira da Cunha (futuro marquês de Inhambupe), de 26 de maio de 1821, determinou o desembargador Francisco Alberto Teixeira de Aragão severas providências contra escravos e malfeitores. Um edital de 3 de janeiro de 1825 preestabelecera que, depois das 10 horas da noite, e das 9, no inverno, até amanhecer; ninguém estaria isento de ser revistado pelas patrulhas inexoráveis. E para que todos o soubessem – avisava o intendente Aragão – o sino da igreja de S. Francisco de Paula e o do mosteiro de S. Bento dobrariam, precisamente àquelas horas, por espaço de trinta minutos. Este costume refletia uma das antigas usanças portuguesas, com o sinal de recolher, dado às *Ave-maria*, por três badaladas, como se refere o grande historiador Alexandre Herculano. Introduzido nas vilas e cidades do Brasil, ampliaram-no os ouvidores em suas correições e o tornaram extensivos aos serviços públicos e, notadamente, àqueles que diziam de perto com a segurança social. Os sinos e os relógios das igrejas fiscalizavam não só os escravos delinquentes, como também as diferentes classes da sociedade. Serviam assim, de modo geral, para regularizar a vida de toda gente. Até em derriços amorosos, por eles se regulavam os cariocas. É expressivo flagrante da época, esta quadrinha trauteada pelo povo:

*São Bento deu uma hora,  
O Colégio já deu duas,  
Vê que horas são estas  
Que eu por ti ando nas ruas.*



Cidade de frequentes e aparatosas festas religiosas e procissões, quase diárias, com foguetes e espoucar e sinos a repicar, o velho Rio de Janeiro exteriorizava na música alegre dos sinos a alma simples e boa do seu povo.

Em costumes mais íntimos das famílias infiltrara-se o domínio dos campanários. Houve época em que os sineiros das igrejas ganhavam de quatro vinténs e meia pataca, quando se incumbiam de anunciar o nascimento de pimpolhos, filhos de gente rica ou abastada. Se do sexo masculino o nascido, o sino da matriz paroquial dava nove badaladas. Apenas sete avisavam o nascimento das meninas.

CXVI – OBRAS DA SE' NOVA – Lançados em 1739 os alicerces para construção da igreja catedral do bispado, pouco tempo depois paralisaram as obras da projetada edificação.

Tais como as alfacinhas, quando diziam velhas e intermináveis as obras de Santa Engrácia e glosavam, a ansiaria da Sé de Braga, repetiam os cariocas, descrentes e amuados, referindo-se às coisas muito antigas: *isso é velho como as obras da Sé...*

Sobre os alicerces dessa edificação levantou-se o prédio destinado à Academia Militar – *Vide anotação CXIV*.

CXVII – CAMPO DA LAMPAROSA – Na anotação XCIV, referente ao Rossio, já demos alguns apontamentos históricos atinentes ao antigo campo da Lamparosa ou da Alampadosa, que também se chamou dos Ciganos, numa parte. Três grandes chácaras tinham delimitações para esse campo, destacando-se, por sua extensão, a de Gonçalo Nunes. Um dos últimos possuidores de terra, nessa zona da cidade, foram os frades do Carmo, que tiveram por antecessores na propriedade Paulo Carvalho da Silva e João Mendes de Almeida, donos da Chácara de S. Domingos.

Vieira Fazenda, no tomo 95, pág. 116 da *Rev. do Inst. Hist.* oferece-nos valiosos subsídios a respeito do antigo campo e em outros estudos, notadamente sobre a execução de Tiradentes, discrimina em suas *Antiquilhas e Memórias* as porções de terras que confrontavam com a vasta área descampada e paludosa.

Teixeira de Sousa, nas *Tardes de um Pintor*, dá-nos colorida descrição do campo dos Ciganos, na metade da centúria setecentista.

CXVIII – RUA DA LAMPADOSA – Com a denominação da Ilhargá da Sé está assinalada na planta de 1768 e figura na crônica geral e minuciosa, de Melo Moraes, pai, tendo sido aberta em terra da sesmaria do acerdiago Duarte Correia Vasqueanes e Aguilar. Chamou-se posteriormente Lampadosa, por motivo da edificação da capela de N. S. da Lampadosa, de uma confraria de pretos, que se havia instalado na igreja do Rosário e em 20 de novembro de 1747 obtivera licença para levantar o seu santuário nos chãos deixados por Pedro Coelho. Quase todos os cronistas da cidade se referem à antiga confraria, dando-nos maiores esclarecimentos históricos Vieira Fazenda, em suas preciosas *Antiquilhas*, Escragnole Dória (*Revista da Semana* – 11 de setembro de 1937) e Hermeto Lima (*Correio da Manhã* – 12 de agosto de 1923).

No *Dicionário das ruas*, que acompanha o *Guide de Plancher* (1828), figura com a denominação de rua *S. Francisco de Paula*. A 29 de maio de 1880, por deliberação da Câmara Municipal, teve o nome Luís de Camões – em memória do grande poeta, cujo tricentenário da morte transcorreu a 10 de junho do mesmo ano. Quando se transmudou a antiga denominação para a de Luís de Camões, certo poeta boêmio, glosando o abandono com que os poderes municipais haviam deixado a rua, escreveu esta quadra, que exteriorizava a ironia popular.

*Forte como um trambolho  
O nome vai muito bem,  
O dono já foi caolho  
E ela é vesga também.*

Dentro os projetos de melhoramentos, citamos o do engenheiro João Pedreira do Couto Ferraz, em 1891 e o de Francisco Antônio Vieira Guimarães em 1892.

A segunda via pública, a que se refere o autor do texto, é a da Sé Nova, que foi conhecida com este nome até 1832, mais ou menos, segundo documentos oficiais. Desde 1833 com o projeto do francês João Vítor Chabry para a edificação de uma casa de espetáculos (ultimada em 1838), passou a ser denominada do *Teatro* ou do *Teatro S. Francisco de Paula*, reedificado em 1846 por João Caetano dos Santos, e que mais tarde, em 1855, se chamou – Ginásio Dramático.

Em 1 de janeiro de 1870, Furtado Coelho inaugurava outro teatro no logradouro: o *S. Luís*, a poucos passos do Ginásio – tão próximos – diz-nos Lafaiete Silva (*História do teatro brasileiro*), que as aclamações feitas em um deles eram ouvidas pelos expectadores do outro. No *Ginásio* representou-se em 1859 a primeira revista *As surpresas do Senhor José da Piedade*, de autoria de José de Figueiredo Novais.

Em sessão da II<sup>ma</sup> Câmara Municipal, de 1º de junho de 1874, a Rua do Teatro – que deveria chamar-se dos *teatros*, passou a denominar-se *Sousa Franco*, em memória do conselheiro Bernardo de Sousa Franco, visconde de Sousa Franco, notável financista e parlamentar.

Teve, temporariamente, o nome – *Tucumán* – (Decreto nº 1.083, de 8 de junho de 1916) em homenagem à República Argentina, pelo primeiro centenário da convenção nacional, que se reuniu naquela cidade. Outro decreto, de nº 1.165, de 31 de outubro do ano seguinte, restabeleceu a antiga denominação de rua do *Teatro*. A 24 de março de 1922, o Decreto nº 1.703, mudou-lhe, ainda, o nome para o de *Professor Gomes de Sousa* (Joaquim Gomes de Sousa, genial cientista e matemático). Em 1926, a 22 de dezembro, pelo Decreto nº 2.517, voltou a chamar-se rua do Teatro – denominação ainda alterada a 11 de abril de 1932 (Decreto nº 3.839), para rua *Leopoldo Fróis* (em honra ao ator Leopoldo Fróis da Cruz). Depois dessa série de nomes, que figuram na legislação municipal mostrando-nos a balbúrdia existente na nomenclatura dos logradouros públicos da cidade, foi, afinal, restabelecido a primitiva denominação – *Teatro* – pelo Decreto nº 6.277, de 20 de agosto de 1938.

CXIX – CAPELA DE S. JORGE – *Vide anotação XCV* – (Rua São Jorge).

CXX – RUA DO ROSÁRIO – É uma das mais antigas ruas abertas em direção ao campo da cidade. Nela residiu, no século XVII, André Dias Homem, que, em 1622, fora procurador da Misericórdia, e cujo nome foi dado a um dos trechos do logradouro. Chamou-se rua Domingos Manuel, outro morador importante e homem de negócios, que exerceu, na metade daquele século, cargos na Ordem 3<sup>a</sup> da Penitência. “Para bem mostrar a antiguidade da abertura da atual rua do Rosário, basta atender ao seguinte – escreve Vieira Fazenda: o centro do comércio desta nossa cidade deixou de ser o bairro da Misericórdia,

onde, nas lojas dos prédios aforados pela Santa Casa a D. Maria Mariz, funcionou até princípios do século XVII, a nossa modesta Alfândega de então. Pois bem, para atender aos interesses dos negociantes, o governo mandou tomar, nos cantos de André Dias (rua Direita e Rosário), armazéns a Gaspar Dias de Figueiredo e Gaspar Dias de Masquita. Para tal fim, pagava o governo 24\$ anuais (*Livro 6º da Provedoria da Fazenda – Arquivo Nacional*). Este trecho de *Antiquilhas e Memórias do Rio de Janeiro* (*Rev. do Inst. Histórico – tomo 95 – Ruas Antigas – VII – pág. 595*), do grande mestre da história da cidade Dr. José Vieira Fazenda, em refutação ao que escreveu o ilustrado Felisbelo Freire, acerca de algumas ruas, se ajusta com o que se lê noutros estudos a propósito de casas doadas à Santa Casa da Misericórdia, em 1631 (*Os Provedores da Santa Casa da Misericórdia*).

Duarte Vaz, ou Duarte Vaz Pinto – chamou-se um trecho dessa rua, como se verifica da correição do ouvidor, a Francisco da Costa Barros, de 21 de janeiro de 1636 (4º volume do *Arquivo Municipal e Autos de Correições – 1624-1699 – pág. 26*).

Várias outras denominações couberam a trechos do logradouro, entre elas, a de *Vila Lobos* (André Vila Lobos, possivelmente ascendente de Inácio da Silveira Vila Lobos, vereador em 1678, e a de *padre Matoso*, em honra de Luís de Freitas Matoso. Com a edificação da igreja de N. S. do Rosário e S. Benedito dos Homens Pretos, passou a ser conhecida pelo nome de rua do Rosário – ou *rua que vai para o Rosário*. Monsenhor Pizarro dá-lhe, em suas *Memórias Históricas*, a denominação pejorativa de “rua dos pretinhos”.

A expansão conquistada por esse logradouro na vida comercial da cidade, foi, em grande parte, consequência da valorização predial. A irmandade de N. S. do Rosário, com a aquisição e construção de imóveis – como verificamos nas demoradas pesquisas procedidas em seu arquivo, muito concorreu para aquela valorização.

Sendo uma das ruas que mais sofriam estragos nas grandes inundações – tão frequentes na estação calmosa e devido à vala que transbordava nessas ocasiões, recebeu, por isso, numerosos benefícios da edilidade.

Em 1891, Alberto Hargreaves submeteu à Intendência Municipal, um projeto de alargamento na quadra compreendida entre as Ruas Visconde de Itaboraí, Rosário, Mercado e travessa do Tinoco, não logrando realizar o seu intento.

Pelo Decreto Municipal nº 883, de 7 de maio de 1902, foi autorizado o alargamento entre a rua Visconde de Itaboraí e a praça das Marinhas.

CXXI – IGREJA DO HOSPÍCIO – Construída por João Machado Pereira, uma pequena capela de pau-a-pique, nela se instalaram, ao tempo do governador Aires de Saldanha de Albuquerque Coutinho Matos e Noronha (1791-25), os padres capuchinhos, chamados *barbonos*. O povo deu o nome de Hospício, ao pequeno santuário.

Outro templo foi construído em 1735.

CXXII – IGREJA DA BOA MORTE – “Como corporação – escreve o arcepreste Antônio Alves Ferreira dos Santos – na *Arquidiocese de S. Sebastião do Rio de Janeiro* –, representa a fusão da antiga irmandade de N. S. da Conceição dos Pardos, instituída em 1700, na sede da irmandade de N. S. da Boa Morte, criada em 1663, na igreja do convento dos carmelitas. Esta fusão só se realizou em 1820.”

CXXIII – RUA DE TRÁS DO HOSPÍCIO – A moderna rua Buenos Aires foi aberta no segundo decênio do século seiscentista – provavelmente, antes de 1624. Neste ano, Francisco Dias Alves e sua mulher, venderam seis braças de chãos, sites na rua *Nova*, que se abriu pela travessa de Antônio Martins de Palma (Candelária). Ainda no século XVII, cor-deou-se grande trecho em direção ao campo da cidade e foram construídas habitações, cercadas e muradas, não ultrapassando, porém, do caminho de N. S. da Conceição ou de N. S. do Parto, para a Conceição.

Lentamente estendeu-se a edificação até a vala da cidade. No tempo do conde da Cunha (1763-67) foi alinhada através de terrenos sesmeiros e da Ordem Terceira do Carmo, prolongando-se além da vala, em direção ao campo de Santana e absorvendo, no trecho entre as atuais ruas Uruguaiana e Conceição, terrenos particulares, desmembrados da antiga chácara do Fogo, cujos posseiros são discriminados no tombamento municipal de Inocência da Rocha Maciel.

Em suas várias porções, teve os seguintes nomes: rua da *Portuguesa* ou *Margarida Soares*; canto do *Carrilho* (entre a rua da Candelária e o beco das Cancelas), *Sebastião Ferrão* (tabelião Sebastião Ferrão Ferreira), personagem do *O Garatuja*, romance histórico de José de Alencar e talvez descendente de Miguel Ferrão, um dos primeiros tabeliões da cidade (denominação dada, em 1681, a um dos pontos próximos à vala); rua do *Teixeira* – segundo a escritura de venda, em 1674, por 120\$, de uma casa térrea, de pedra e cal, *onde hoje se joga o truque*, limitando com casas dos padres da Companhia de Jesus, escritura transcrita no *O Economista Brasileiro* (revista de Felisbelo Freire – nº 96 – 1909); rua do *Becão* – da vala para o campo – em memória do cirurgião do hospital da Misericórdia, Antônio Becão, que na provedoria do capitão-mor Inácio de Andrade Souto Maior, fora, por negligência, privado daquele cargo, substituindo-lhe o cirurgião licenciado Antônio Carneiro. Aquela denominação aparece em documento de 1725, pelo qual D. Francisca de Brito Meireles (filha do antigo provedor da Santa Casa, Francisco Antônio de Brito Meireles), fez doação ao pio instituto, em 22 de julho, de moradas de casas, que haviam pertencido ao seu falecido marido, Manuel Gomes Matos, na *rua do Becão*. Chamou-se do *Alecrim* ou da *vala do Alecrim*, da rua da Vala até o campo de Santana. Fundado ao tempo do governador Aires de Saldanha, casa e hospital dos irmãos dissidentes da Ordem da Penitência, ali residiram dois frades missionários capuchinhos, italianos, nas edificações que davam fundo para a rua, que passou, por este motivo, a ser conhecida por *Detrás do Hospício*. A respeito deste nome, encontram-se esclarecimentos no arquivo da Misericórdia e a notícia histórica da Ordem dos capuchinhos, escrita por frei José de Castrogiovanni, superior dessa comunidade religiosa. A partir de 1850, passou a ser conhecida simplesmente pelo nome de rua do *Hospício*. A portaria do Ministério do Império, de 17 de julho de 1883, determinou que a Câmara Municipal informasse sobre a petição do vereador Dr. Fernando Francisco da Costa Ferraz, na qual recorria ao governo, da resolução que mudava a denominação dessa rua para *Desembargador Nunes Machado*, em memória do Dr. Joaquim Nunes Machado, um dos chefes da revolução pernambucana de 1848.

Informando acerca daquela portaria, a comissão de justiça, da Edilidade, constituída pelos vereadores Henrique Alves de Carvalho e Dr.

Emílio da Fonseca, dizia, em 19 de dezembro do mesmo ano, serem improcedentes os fundamentos do recurso interposto pelo vereador Costa Ferraz, contra a mudança de nome da rua do Hospício, pois, se fossem atendíveis, teriam prevalecido ao tempo em que foram mudados os nomes de outras ruas da cidade, e tudo provava o direito que tinha, a Câmara, em legislar a respeito. Apesar de todo o empenho manifestado pela Municipalidade, a mudança do nome não se efetuou, pois não mereceu o assentimento do governo imperial. Por determinação da Ilustríssima Câmara, de 14 de maio de 1888, passou a chamar-se rua *Costa Pereira*, em honra do ministro conselheiro, José Fernandes da Costa Pereira, do gabinete de 10 de março, que sancionou a lei, extinguindo a escravidão no Brasil. Em 1890, foi submetida à deliberação da primeira Intendência Municipal, que dirigiu os negócios administrativos da cidade depois da proclamação da República, um abaixo-assinado, pedindo que esse logradouro voltasse a ter a denominação de rua do *Hospício*. Em sessão da Intendência, de 28 de janeiro de 1892, foi restaurada a antiga denominação de rua do *Hospício*, confirmada pelo edital, de 30 de abril do mesmo ano. O Decreto Executivo Municipal nº 1.044, de 13 de novembro de 1915, alterou-lhe a denominação para – *Buenos Aires*, homenagem à culta e adiantada capital argentina.

Na revisão da nomenclatura dos logradouros públicos da cidade, em 1917 (Decreto nº 1.165, de 31 de outubro), manteve a Prefeitura essa denominação.

Em 1869, pretendeu a Câmara alargar o trecho entre a rua Uruguiana e Andradas, desistindo de executar essa obra, devido à escassez de recursos dos cofres municipais. Para o alargamento da rua do Sacramento e da rua do Hospício, entre a rua da Conceição até àquele ponto, solicitou a Municipalidade à Receptoria do Município da Corte, informações sobre os valores locativos dos prédios nºs 222, 224 e 226, antigos.

Posteriormente, Carlos Maria da Mota Ribeiro de Resende, vindo ao encontro dos desejos do governo municipal, solicitou à Intendência Municipal, a 15 de julho de 1890, concessão para abrir um *boulevard* abrangendo a rua do Hospício, com a faculdade de desapropriar os prédios que fossem julgados imprescindíveis à execução dessa obra. Informando a respeito dessa pretensão, o diretor das obras municipais, engenheiro militar Cornélio Carneiro de Barros Azevedo, achou aceitável o projeto, mas

ponderou que o proponente se esquecera de elaborar os estudos técnicos necessários. No mesmo ano de 1890, na época febril de grandes projetos e sonhos do Encilhamento, Joaquim José de Oliveira Sampaio se propusera a transformar radicalmente o estreito logradouro, dando-lhe a largura de 18m – desde a rua Primeiro de Março, até a praça da República. Nenhum desses projetos foi convertido em lei.

Na administração do Dr. Cândido Barata Ribeiro, em 1892, sancionada a lei de recuo de prédios que se construíssem, iniciou-se, em pequena escala, o alargamento do logradouro, que teve continuidade, mas muito vagarosamente, nos anos subsequentes, até que, em fevereiro de 1913, ultimou-se o alargamento num pequeno trecho, entre as ruas Primeiro de Março e Candelária. O Decreto nº 1.197, de 7 de março de 1918, desapropriou pequeno grupo de prédios, ainda necessários à execução do projetado alargamento, entre a rua da Candelária e a Avenida Rio Branco, que restavam para o total alargamento.

Dois anos depois, o prefeito, Dr. Carlos César de Oliveira Sampaio, tendo em vista o intenso tráfego de veículos da zona central da cidade para os bairros que se estendem na direção leste-oeste, sancionou o Decreto nº 1.457, de 26 de agosto de 1902, aprovando o plano de uma avenida, que, partindo da avenida Rio Branco, entre a rua do Hospício, já alargada em toda extensão – e a estreita rua da Alfândega, fosse terminar na praça da República, desapropriando, para esse fim, prédios e terrenos indispensáveis.

CXXIV – RUA SENHOR DOS PASSOS – Aberta em fins do século XVII, ou princípios da centúria setecentista, em terras que foram da chácara do Gonçalo, com o nome de *Fernão Gomes*, mudado para rua da *Polé* – por causa da lagoa que lhe ficava nas imediações. Construída a capela do Senhor dos Passos, passou a ser conhecida por essa invocação religiosa.

Rua outrora mal habitada, com casebres imundos, que no dizer de um noticiário, se assemelhavam às palhoças de uma aldeia, tinha a agravar-lhe o aspecto de miséria, não só da prostituição, como da canalhice da rale, que muito e muito a desmoralizaram. “Palavras, cânticos, gestos, olhares, nada faltava nessa via pública – nesse concerto infernal de todos



os vícios” – escrevia o chefe de Polícia, Dr. Brasil Silvado, nos primeiros tempos da República.

É atualmente uma rua tranquila, honesta e um dos pontos da cidade onde avultam as casas de comércio da operosa e morigerada colônia sírio-libanesa, que, a partir de 1873, se estabeleceu em nosso país. A esse respeito, o *Almanaque Garnier*, de 1909, publica excelentes subsídios do jornalista Manuel Curvelo de Mendonça.

Em 1883, sendo presidente da Companhia Ferro Carril S. Cristóvão o Dr. Francisco Pereira Passos, propôs à Municipalidade, alargar e prolongar essa rua, dando-lhe 25 metros de largura – da praça da Aclamação à rua 1º de Março, calçando-a à custa daquela empresa. Mais tarde, já no regime republicano, o jornalista Dr. José Ferreira de Sousa Araújo e Giuseppe Fogliani, obtiveram concessão para o alargamento e prolongamento do logradouro – concessão que foi transferida em fins de 1890, ao médico Dr. Antônio Brissay. No ano seguinte, o Conselho da Intendência Municipal concedeu autorização, para o mesmo fim, a Adolfo Porchat – contra a qual protestaram os primitivos concessionários. O cessionário Brissay transferiu sua pretensão pelo Decreto nº 710, de 23 de janeiro de 1892, à Companhia União Industrial dos Estados Unidos do Brasil. O decreto executivo municipal nº 3, de 4 de fevereiro de 1893, declarou caduca a concessão para o alargamento do prolongamento dessa rua.

Na administração do Prefeito Dr. Inocêncio Serzedelo Correia, a Rua Senhor dos Passos, que se valorizara depois da governança de Pereira Passos, teve aprovado o plano de seu prolongamento até a Rua Uruguaiana (Decreto nº 753, de 27 de dezembro de 1909).

CXXV – CAPELA DO SENHOR DOS PASSOS – Mandada construir por provisão de 30 de abril de 1737 e iniciativa de Inácio Fernandes Fortes.

Foi doada pelo bispo D. Manuel do Monte Rodrigues à Ordem Terceira de N. S. do Terço, a 15 de fevereiro de 1848 – como se lê na Arquidiocese de S. Sebastião do Rio de Janeiro.

Kidder, em suas *Reminiscências de Viagens e Permanência no Brasil*, refere-se à procissão dos Passos, que se realizava durante a Semana Santa e saía da capela imperial, dando-lhe, porém, o nome de *procissão de Nosso*

*Senhor dos Passos*, que nenhuma relação tem com as cerimônias da igrejainha citada nestas anotações.

CXXVI – RUA DA ALFÂNDEGA – Primitivo caminho do Capuerçu, que tinha começo na Rua Direita, junto ao mar, é um dos mais antigos logradouros da cidade, “senão em toda sua extensão – informa Inocêncio da Rocha Maciel – no *Tombamento Municipal*, ao menos numa boa parte”. Entre a Rua Direita e a vala, foi designada pelo nome Quitanda do Marisco. Da Vala para cima, chamava-se Campo da Cidade, entre o “fosso”, onde hoje se vê a Rua Uruguaiana. Foi nesse campo que, a 22 de dezembro de 1705, se demarcou a área destinada ao Rossio da cidade, com 103 braças de comprimento por 50 de largura, desde a Rua do Ouvidor à da Alfândega, estendendo-se até a atual Rua dos Andradas. (*Índices e Extratos do Arquivo Municipal* – fasc. I – pág. 66). Extramuros do campo, que se confiou mais tarde de S. Domingos, havia desde o começo do século XVII uma espécie de estrada ou caminho que, por uma picada, atravessava vasto areal, em direção à lagoa da Sentinela e, daí, ao engenho dos jesuítas, ou engenho pequeno, também conhecido por Engenho Velho. Com os sucessivos aforamentos concedidos pela Câmara, o antigo caminho de Capuerçu ficou reduzido a um trecho de terreno limitado por testadas de chácaras, entre outras as de José Vargas Pizarro, Paulo de Carvalho da Silva, Antônio Coelho, Manuel Casado Viana e Belchior de Aguiar. Várias denominações tiveram essa rua: Diogo de Brito ou Diogo de Brito Lacerda, dos Governadores, Travessa da Alfândega ou Rua da Travessa da Alfândega, Mãe dos Homens, Ferradores, Santa Ifigênia, Oratório de Pedra e S. Gonçalo Garcia.

Progredindo as construções e levantando-se alguns templos, deram-lhe os moradores nomações diversas, segundo os diferentes caracteres de seus quarteirões. Diogo de Brito Lacerda era filho de Manuel de Brito, senhor de uma data de terras; ambos amigos dos frades beneditinos e benfeitores da Ordem de S. Bento. O primeiro possuiu prédios no logradouro e talvez nele houvesse residido. Chamou-se Rua dos Governadores (1662), por haverem alguns dos chefes do governo da Capitania ocupado casas situadas nessa via pública, inclusive Salvador Correia de Sá e Benevides, que morou em frente à antiga porta da Alfândega, chamada Porta da Estiva. A denominação rua da *Travessa da Alfândega* encontramo-la em

documentos de 1761, 1790, 1794 e 1801. Os de 1761 dizem respeito aos entalhadores Antônio Gemes de Freitas e Antônio José da Rosa, que se encarregavam das obras nas igrejas, e ao marceneiro Lourenço Antônio Jaques (*Autos* – Arquivo Municipal). Os documentos de 1801 são concernentes à venda de uma morada de casas de sobrado a José Rodrigues Picanço, por 1:355\$, a 10 de dezembro. (*Apud Bens dos jesuítas* – cópias autênticas – Arq. Mun.). Chamou-se *Mãe dos Homens* o trecho da rua da Quitanda até a Vala, por causa da igreja de N. S. da Mãe dos Homens.

Da Rua da Vala à da Conceição – *Ferradores*; até a travessa S. Domingos – *Santa Ifigênia*, por motivo da construção da igreja de Santa Ifigênia. Rua do *Oratório de Pedra*, o trecho entre a travessa S. Domingos e a atual Rua Regente Feijó. Do oratório de pedra, canto desta última rua ao campo de Santana, hoje praça da República – foi conhecida por S. *Gonçalo Garcia*, em homenagem à irmandade dessa invocação, que em 1761 inaugurara o seu templo. Além desses nomes, aparecem em escrituras antigas as denominações de *canto de Inácio Rodrigues* (esquina da Rua da Candelária) canto de *Pedro Domingues* (esquina da Rua da Quitanda) e cantos de *Antônio Duarte* ou *Antônio Duarte Velho* e *Alexandre da Costa*, que foram proprietários e moradores abastados.

“Tantas e tão diversas denominações” escreve o historiador das terras da cidade, Inocêncio Maciel, “deveriam trazer inconvenientes à população e ao fisco. Quando a Câmara Municipal de 1837 a 1841, presidida por João Matias Lourenço Viana, procedeu à revisão de parte da nomenclatura dos logradouros públicos, fez designar toda a rua com um só nome – Rua da *Alfândega*, pelo qual, depois de 1822, era vulgarmente conhecida por ser uns dos acessos à repartição aduaneira.

Com as grandes obras da remodelação da cidade, a Rua da Alfândega não foi incluída em nenhum projeto de melhoramento. Continuou estreita, apesar de possuir em seu trecho principal vistosas edificações. E permanecerá estreita, quando seria de grande vantagem o seu alargamento.

CXXVII – CAPELA DE N. S. DA MÃE DOS HOMENS – Edificada por provisão eclesiástica de 9 de janeiro de 1758, tendo sido aprovado o compromisso da respectiva irmandade em 25 de julho de 1782, confirmado por provisão régia de 21 de fevereiro de 1784. John Luccock, em seu livro *Notas sobre o Rio de Janeiro e partes meridionais do*

*Brasil*, descreve-a, achando a sua arquitetura sólida e bonita, embora estivesse o templo em lugar muito apertado. “O altar-mor é bem proporcionado – escreve aquele viajante inglês – e quando aceso, forma um espetáculo esplêndido.”

CXXVIII – CAPELA DE SANTA IFIGÊNIA – Construída por provisão de 24 de janeiro de 1747, confirmada pela de 28 de agosto de 1754, em favor de uma confraria de pretos. Pertence atualmente à irmandade de Santa Ifigênia e Santo Elesbão.

CXXIX – CAPELA DE S. GONÇALO GARCIA – Por provisão de 14 de dezembro de 1758, autorizou o bispo diocesano a sua edificação. Inaugurada em 1761, em virtude da provisão de 29 de abril desse ano.

Iniciaram-se recentemente grandes obras no templo, levantando-se alterosa torre prosseguindo ainda em 1948 os trabalhos da restauração.

Pertencem à irmandade de S. Gonçalo Garcia e S. Jorge. Inserimos notícia circunstanciada desse templo no *Indicador* do Distrito Federal, de nossa autoria.

CXXX – RUA DO SABÃO – Antes do terceiro decênio do século XVII já estava aberto um caminho que se chamou de *Gonçalo Gonçalves* – cujo nome registra o livro 1º de “Ordens e Provisões”, das coleções do Arquivo Municipal – como possuidor de terras entre as marinhas e o campo da cidade.

Durante muito tempo não ultrapassou esse caminho da Rua da Candelária. À medida que se aterraram os charcos que se estendiam pela região prolongaram-no e deram-lhe várias denominações, como a indicar os mais importantes moradores e proprietários.

Através de provisões, autos de correições dos ouvintes e de ve-reanças (impressos por iniciativa do Dr. Mário Aristides Freire, quando diretor da repartição de Estatística e Arquivo da Prefeitura), podem ser reconstituídos alguns aspectos topológicos dos primeiros tempos do Rio de Janeiro.

*Cruzeiro da Candelária* ou *rua que vai para o cruzeiro da Candelária* é a crisma que se lê na escritura de 12 de março de 1630, relativa à doação feita por Beatriz Gonçalves, viúva de Manuel Fernandes Leça e na qual dava, *por amor de Deus*, ao hospital da Santa Casa da Misericórdia, um lanço de casas térreas. Pouco depois, Gonçalo Gonçalves – “o moço”,

transpassava à pia instituição, em 4 de julho de 1639, uma morada de casas no mesmo local. A capela da Candelária estava então situada com frente para a *Rua do Cruzeiro*. Chamou-se *rua* ou *Travessa do Azeite de Peixe* por ter existido até 1668 em seu trecho inicial o depósito de azeite para iluminação domiciliar transferido para o bairro de S. José.

*Canto do Roxas* foi a nomeação dada à esquina da Rua da Quitanda. Ali residiu o médico João de Azevedo Roxas, contratado pelo provedor da Misericórdia, Manuel Veloso Espínola, com o estipêndio anual de 32\$, para servir de físico-mor.

Rua do Sabão é o nome adotado a partir de 1737 para uns dos trechos do logradouro, onde se haviam localizado os armazéns daquele produto industrial. Naquele ano dependiam esses armazéns do contratante escolhido pelas autoridades da metrópole. Um dos apaniguados da corte ficara com o privilégio do fabrico de sabão para todo o Brasil. É o que se lê em nota à página 438 do *O Brasil na História*, de Manuel Bonfim.

Da Rua dos Ourives até o Largo S. Domingos, chamaram-na *Bom Jesus* em homenagem à irmandade do Senhor Bom Jesus do Calvário, cuja igreja se levantara no canto da Rua da Vala.

De S. Domingos para o campo, teve o nome de Rua dos Escrivães por ser durante Largo espaço de tempo o trecho preferido para o funcionamento dos cartórios de tabeliães.

Do lado da numeração ímpar – desde o Largo S. Domingos até o campo de Santana, prolongou-se através de sobras de quintais e fundos de terrenos baldios da Rua da Alfândega. Entre o Largo S. Domingos e o local em que se levantou o asilo de caridade, da Ordem da Conceição, estendia-se o cemitério da irmandade daquele orago.

Por deliberação da II<sup>ma</sup> Câmara Municipal, estabeleceu-se em 1840 que a rua deveria ter em toda a sua extensão um só nome – *Sabão – da Cidade Velha*, para diferenciar do prolongamento em direção à Cidade Nova, que se chamava – *Sabão da Cidade Nova*. Confirmou a deliberação de 1540 a resolução municipal de 24 de outubro de 1843, mantendo aquela crisma. Retificou-se por este motivo a numeração do logradouro, que ficou independente do outro – a atual rua Visconde de Itaúna.

Em 1855, por meio de um abaixo-assinado, solicitaram os moradores que a municipalidade desse o nome de Rua da *Alfândega* à do

*Sabão*, passando aquela a se chamar Mãe dos Homens. Alegavam achar-se a porta principal da repartição aduaneira bem em frente à Rua do Sabão, depois das obras de reconstrução do edifício. Além disso, a Rua da Alfândega, devido à construção do prédio destinado à Associação Comercial, entre a Rua Direita e a que mais tarde se chamou Visconde de Itaboraí, não começava junto ao mar, como antes se verificava, e sim na Rua Direita. O pedido dos moradores nem chegou a ser objeto de deliberação dos edis de 1855, morrendo no nascedouro...

Em sessão da Il<sup>ma</sup> Câmara, de 18 de março de 1870, os vereadores Drs. Antônio Ferreira Viana, Manuel Joaquim Fernandes Eiras, Evaristo Xavier da Veiga e Manuel Dias da Cruz propuseram a mudança da denominação da rua para General Câmara – em homenagem ao brigadeiro Antônio Correia da Câmara, o vencedor de Aquidabã, era 1º daquele mês e ano, episódio que pôs termo à Guerra do Paraguai. Aprovada na mesma data semelhante proposta, homologou-a a portaria do Ministério do Império, de 2 de abril de 1870.

A travessa do Bom Jesus, aberta ao lado do hospital, em 1852 pela Ordem Terceira do Senhor Bom Jesus do Calvário e Via Sacra, segundo o termo de 12 de fevereiro desse ano, continuou a ter a mesma denominação, figurando até 1943 com a crisma que lhe deram no século XIX.

*Projetos de melhoramentos e calçamentos* – É de 1802 o mais antigo documento que coligimos a respeito de projetos de melhoramentos. Determinava que se fizesse o conserto de um cano que se dirigia para a vala da cidade. A vereança de 30 de setembro de 1809 acordou na arrematação da calçada da Rua do Sabão – desde a travessa do Oratório de Pedra até as casas do Conde de Linhares, incumbindo da obra João Inácio de Faria, que a executaria a 4\$500 por braça quadrada. Esse calçamento se reconstruiu em 1815, sob a direção do mestre pedreiro do senado da Câmara, Custódio Francisco da Silva. Idênticos consertos se fizeram em 1819, 1823, 1829 e 1835. Neste último ano alegavam os moradores que a rua estava esburacada, apesar de *frequentada por pessoas mui respeitáveis e já possuir 23 lâmpões de iluminação pública*. Novas obras se executaram em 1842, para facilitar o tráfego de veículos, e em 1846, sob o orçamento de 1:560\$, no espaço de 260 braças quadradas, interrompendo-se, porém, os trabalhos de 1847 a 1850. Em 1851, João Batista Bastos de Sá restaurou o trecho

de calçamento que restava, cobrando 4\$800 por braça quadrada. Novo orçamento foi organizado em 1853, na importância de 5:256\$, lavrando-se dois anos depois contrato com William & C., sob os auspícios do governo imperial. Já em 1860 estava toda a extensão da rua calçada a paralelepípedos, procedendo-se à restauração do novo sistema de pavimentação em 1874 e 1878.

A 9 de janeiro de 1881, aprovou a Câmara Municipal a proposta escrita por todos os vereadores para o alargamento da Rua General Câmara, além do edifício da Praça do Comércio, com as desapropriações de prédios necessárias a esse empreendimento. Noutro trecho do logradouro, o Decreto Legislativo Municipal nº 6, de 16 de janeiro de 1893, providenciou sobre a desapropriação de prédios entre as ruas General Câmara, S. Pedro e Núncio e a Praça da República, e mandou abrir concorrência para o acréscimo do paço municipal. Calçou-se em 1894 o trecho entre a Rua 1º de Março e Candelária, por sistema de pavimentação aperfeiçoado, dispendendo-se a soma de 10:961\$379.

Para alargamento do trecho final, entre o Largo S. Domingos e a Praça da República, aprovou o Prefeito Pereira Passos os planos que haviam sido elaborados pelo engenheiro Alfredo Américo de Sousa Rangel (Decreto nº 475, de 18 de março de 1964). Em 1907, foi aberto um crédito de 55:396\$ para calçar a asfalto os trechos das Ruas S. Pedro (596m<sup>2</sup>), Núncio (828m<sup>2</sup>) e General Câmara (828m<sup>2</sup>), que circundam o edifício da Prefeitura. Em 1930, o espaço entre a Avenida Passos e a Praça da República apresentava-se mais Largo do que o resto da rua, existindo, porém, três ou quatro prédios fora do novo alinhamento, nas proximidades da Rua do Regente e da Avenida Passos.

*Expansão predial* – Desde o século décimo sétimo que se construíram prédios de sobrado, habitados por homens de haveres e distinção social, tais como João de Azeredo Roxas (na esquina da Rua da Quitanda – onde no pavimento térreo estabeleceu-se uma botica); Amaro da Silva (na casa adquirida a 24 de maio de 1755 por 600\$ e penhorada em 1772) e Domingos Pereira Matoso (defronte do *tabuado de S. Bento*, em 1792), além de outros.

Em 1808 o lançamento da décima urbana coletou 354 prédios – do lado direito 162 e do lado esquerdo 192. Era então o logradouro que pos-

suía maior número de imóveis, achando-se relativamente bem valorizadas as propriedades ali existentes. Em 6 de setembro de 1815, o Dr. José de Oliveira Fagundes, notável advogado e sua mulher, venderam por 2:800\$ a quinta parte de uma morada de casas de sobrado a Manuel Pereira Terra. No ano seguinte, João Teixeira e José Rodrigues negociavam em novembro a venda de casas que possuíam, o primeiro por 1:000 \$ e o segundo por 1:800\$ (*Siza de prédios, terrenos e escravos – 1815-1817 – Arquivo Municipal.*).

Entre os numerosos prédios térreos situados próximos à Rua da Vala, havia ainda em 1825, uma correnteza de habitações chamadas dos *pobres*, contíguas à capelinha de N. S. da Conceição, pertencentes a Damião Pereira da Costa e Antônio dos Santos Coelho, que as alugavam por 6\$ e 8\$, mensalmente.

Do livro de receita e despesa da municipalidade relativa aos anos de 1830-31, consta haver Manuel Caetano Pinto, abastado negociante, vendido de abril a agosto de 1830, quatorze casas, sendo doze térreas, por 3:000\$, cada uma, e duas de sobrado, por 1:800\$000.

Na extensão de 765 braças, registrou em 1828 o pastor protestante R. Walsh em seu livro *Notices of Brazil*, 691 prédios. Em 1877, a *Nova Numeração da Cidade*, de Curvelo Cavalcanti, inseriu os seguintes informes: para um total de 356 imóveis, eram térreos 197, de sobrado e as-sobradados 159 (sendo 5 de três pavimentos). O recenseamento municipal de 20 de setembro de 1906 coletou 285 prédios, dos quais eram térreos 59, de dois pavimentos 153, de três 69 e de quatro pavimentos, 4, tendo um total de 2.644 habitantes. Por ocasião da abertura da Avenida Central, haviam sido demolidos os prédios de sobrado, de numeração antiga 41 a 63 e 44 a 66. Posteriormente, para o alargamento da Rua Uruguaiana desapareceram sete prédios de numeração antiga 135 a 141 e 184 a 188. Ascendia em 1920 o número de prédios recenseados a 292, com esta discriminação: de um pavimento, 28; de dois, 193; de três 66; de quatro, 4 e de cinco 1. O arrolamento predial procedido em 1933 pelo Departamento de Estatística Federal coligiu os seguintes dados: número total de prédios – 283, de um pavimento 5; de dois, 198, de três, 66; de quatro, 8; de cinco, 5; e de mais de cinco pavimentos 1.

A história pormenorizada dessa rua, prestes a desaparecer, do seu comércio e dos fatos de maior relevo social ali ocorridos, não cabem



nas páginas destas anotações, sendo-nos permitido, todavia, registrar duas evocações do velho Rio de Janeiro: Durante muitos anos funcionou, num dos prédios demolidos para o alargamento da Rua Uruguaiana, o célebre restaurante *G. Lobo* ou o *Globo dos Pobretões*, frequentadíssimo pela boêmia literária e artística de 1892 a 1910. Já propriedade de José Gomes Valente, mudou-se o antigo restaurante *G. Lobo* para a Rua do Hospício nº 137.

No prédio nº 345, entre a Rua do Regente e do Núncio, esteve instalada a conhecida e popular livraria do Martins – de João Martins Ribeiro – o decano dos livreiros e alfarrabistas da cidade, e sabedor profundo de assuntos bibliográficos, falecido a 24 de abril de 1926.

A abertura da Avenida Getúlio Vargas, projetada em março de 1941, fará desaparecer a Rua General Câmara. Em 1943 já estavam demolidos quase todos os prédios do lado da numeração par.

CXXXI – IGREJA DO SENHOR BOM JESUS DO CALVÁRIO – Primitiva capela erguida por José de Sousa Barros em 1719, passou por morte de seu fundador (1722) ao domínio da irmandade do Senhor Bom Jesus do Calvário, fundada em 1724, que construiu novo templo e o inaugurou em 1796. No *Rio de Janeiro*, de Moreira de Azevedo e numa crônica de Escragnole Dória, publicada na *Revista da Semana* (número de 12 de dezembro de 1942), encontram-se fartos subsídios sobre esse templo e de sua irmandade, elevada à Ordem Terceira, com o título *Bom Jesus do Calvário e Via Sacra* pelo breve do papa Pio VII, de 11 de março de 1892, confirmado por beneplácito imperial de 19 de setembro de 1830 e edital do bispo diocesano D. José Caetano da Silva Coutinho, a 22 daquele último mês e ano. Seus estatutos são de 1833, substituídos pelo compromisso aprovado pela mesa conjunta de 14 de dezembro de 1837. A igreja foi reconstruída de 1856 a 1861. Construiu-se do lado da Rua S. Pedro o hospital da Ordem (hoje extinto), inaugurado antes de 1850, sendo a pedra fundamental lançada em 1846. Com o plano da abertura da Avenida Getúlio Vargas, desaparecerá dentro em breve esse templo, que é separado das ruas General Câmara e Uruguaiana, por extenso gradil de ferro – o maior que se conhece em templos da cidade.

CXXXII – PRAÇA DO CAPIM – A partir de 1817, a cultura do capim-de-angola constituiu, nas redondezas da cidade, negócio muito explorado para forragem dos animais de montaria, carruagens e veículos

de carga. Vendiam-se os feixes de capim a dois vinténs e nas casas ricas fazia-se a aquisição por meio de assinatura mensal. Debret, referindo-se a esse lucrativo comércio e às plantações que se fizeram em Botafogo e no Engenho Velho, em 1819, acentua que tal desenvolvimento conquistou que se chegou a estabelecer um mercado especial, chamado praça ou Largo do Capim.

Denominou-se, logo que foi aberta no século XVIII, campo da Forca, ali permanecendo, durante muitos anos, o patíbulo. Crismaram-se depois de praça *Nova* e desde 1817, Largo ou praça do *Capim*. Por deliberação da Câmara Municipal, sob proposta dos vereadores Batista dos Santos (visconde de Ibituruna) e Adolfo Bezerra de Meneses, de 2 de setembro de 1869, teve o nome *General Osório*, em homenagem ao Marechal Manuel Luís Osório, então visconde de Herval, nascido a 10 de maio de 1808 e falecido a 4 de outubro de 1879. Por decreto nº 2.192, de 9 de setembro de 1925, passou a chamar-se Praça *Lopes Trovão*, em memória do Dr. José Lopes da Silva Trovão, propagandista da República, falecido a 16 de julho desse ano.

Com as obras da Avenida Getúlio Vargas, desapareceu esse logradouro.

CXXXIII – CAPELA DA CONCEIÇÃO – Instituída a irmandade da Imaculada Conceição por provisão de 12 de julho de 1757, a pedido do cônego Antônio Lopes Xavier, inaugurou sua capela a 1 de dezembro do ano seguinte. A 14 de junho de 1853 a irmandade foi elevada à categoria de Ordem Terceira. Reconstruiu-se o templo de 1868 a 1872 contíguo, manteve asilo, fundado em 1877.

Acerca dessa igreja e do prédio do asilo, demolidos em dezembro de 1942, para abertura da Avenida Getúlio Vargas, escreveu há tempo, Vieira Fazenda desenvolvido estudo, que se lê no tomo 89 da *Rev. do Inst. Hist.* (pág. 286), com o título *Conceição do Cônego*.

CXXXIV - RUA S. PEDRO - Tão antiga quanto as ruas da Alfândega e do Sabão, na parte compreendida entre o litoral e a Rua dos Ourives, já estava cordeada antes de 1620 e um dos primeiros nomes com que a crismaram foi *Antônio Vaz* ou Antônio Vaz Viçoso, no trecho entre o mar e a Rua da Quitanda. Viçoso obteve em 23 de maio de 1642 uma

*dada* de terras de sobejos em Campo Grande e residia nesse ano na rua que é objeto destas anotações.

Uma das mais antigas correições dos ouvidores do Rio de Janeiro – a do desembargador João de Sousa de Cardena, de 16 de abril de 1624 (*Correições* - de 1624 a 1699, p. 9), faz referência às terras de Aleixo Manuel – *o velho* – da ponte de Álvaro Pires até S. Pedro. Este registro, publicado em 1894 por Melo Morais Filho no 1º volume da revista *Arquivo do Distrito Federal* (p. 402), concorreu para estabelecer, durante algum tempo, certa confusão acerca da localização da igreja de S. Pedro. A ponte de Álvaro Pires ficava junto ao convento do Carmo e o S. Pedro, de que trata a correição, não pode ser outro senão o da Capela da irmandade de S. Pedro Gonçalves, onde se vê atualmente o templo da Cruz dos Militares.

Em suas preciosas *Antiquilhas e Memórias do Rio de Janeiro* (*Rev. do Inst. Hist.* – tomo 95 - Ruas antigas - II), o douto Vieira Fazenda cita uma escritura de 9 de outubro de 1682 - pela qual Domingos Garcia vendera a Joana Correia uma casa na rua João Mendes - o caldeireiro - *que partia de uma banda com casas de Sebastião e Joana Dias e de outra se encontrava com quintais e uma capela da igreja da Candelária.*

Desde aquele ano a esquina da Rua da Candelária ficou conhecida por *canto de João Mendes – o caldeireiro.*

*Antônio Carneiro* ou o licenciado Antônio Carneiro, deu nome ao trecho do começo até a Rua da Quitanda. Cirurgião do hospital da Misericórdia nomeado pelo provedor Inácio de Andrade Souto Maior (1699-1701), com o ordenado anual de 32\$, fora um dos mais importantes moradores da rua. Em documentos que alcançam a metade do século XVIII, encontra-se com frequência aquela denominação.

Edificada a igreja de S. Pedro, a partir de 1742, teve o logradouro um só nome – o do Príncipe dos Apóstolos, embora permanecessem bem vivas na tradição oral as antigas nomações - João Mendes, Antônio Carneiro e até a de Antônio Vaz, que fora a primeira crisma na era seiscentista. Tal a tradição arraigada na linguagem do povo, que em requerimento de José de Azevedo e sua mulher, datado de outubro de 1781, pediam eles, ao senado da Câmara, licença de edificar na antiga Rua de *Antônio Vaz Viçoso.*

O prolongamento da Rua S. Pedro compreendeu duas porções distintas: da Vala da cidade até o caminho do Valongo (no trecho desaparecido com o novo traçado da Rua do Sacramento, atual Avenida Passos) e daquele caminho até o campo de Santana - quando se retalhou a chácara de Manuel Casado Viana, foreira ao senado da Câmara, e cujos herdeiros mantiveram célebre demanda com a Edilidade, terminando o pleito judicial em 1818.

Da Vala para o campo de Santana, outras denominações foram conhecidas: *Caminho que Vai para o Cemitério dos Mulatos*, por motivo da pequena necrópole da irmandade de S. Domingos - e *Caminho da Forca* - quando o patíbulo era levantado na praça nova que depois se tornou Mercado do Capim ou Praça do Capim, entre as Ruas S. Pedro e do Sabão.

*Projetos de melhoramentos* - Em 1790, Francisco de Oliveira obtinha do senado da Câmara um mandado de pagamento da quantia de 848\$, por obras de aterro que fizera nessa rua e em outras, que, de 1800 a 1816, foram novamente beneficiadas, executando trabalhos de maior amplitude Joaquim José Rodrigues. Em meados de 1821, o alfaiate José Vieira Leão reclamava providências imediatas, para que se fizesse o aterro de um charco, que dava lugar a que, por vezes, as seges e os carros perdessem os animais. Em 1824 estava completamente aterrado esse charco, nas proximidades do campo, mas os entulhos impediam o tráfego regular de veículos - como se depreende da portaria do ministro Clemente Ferreira França, de 4 de junho, dirigida à Municipalidade.

No *Jornal do Comércio*, de 19 de abril de 1839, figura uma reclamação de negociantes que eram obrigados a transitar pela rua, em direção à estiva da Alfândega e à mesa do consulado. Queixavam-se eles da péssima conservação das calçadas e solicitavam do presidente da Câmara Municipal medidas administrativas, que fizessem cessar os inconvenientes apontados.

Desde 1801 cuidara-se, no entanto, com certo interesse, das obras das calçadas, tendo nesse ano construído muitas braças de passeios o empreiteiro Francisco Xavier de Matos Pimentel. Muito mais tarde, em 1837, procedeu-se na extensão de 897 braças o calçamento regular da Rua dos Ourives para o campo, mas feito de forma a dar lugar a inúmeras reclamações dos moradores.

A portaria do Ministério do Império, de 3 de novembro de 1840, determinou que a Câmara Municipal fizesse consertar e calçar a rua “por onde tem de passar Sua Majestade o Imperador no dia 2 de dezembro”. De 1844 a 1852, incumbiram-se das obras de calçamento Manuel Gomes dos Santos, José Quintela e Rafael M. de Melo. Para o calçamento aperfeiçoado, aprovou o governo imperial em 25 de junho de 1853 o ato da Municipalidade que mandara contratar cinquenta calceteiros em Portugal.

De 1854 em diante, o recalçamento da Rua S. Pedro, como de outras do centro comercial da cidade, ficou a cargo dos empreiteiros Antônio Soares de Moura e Joaquim José de Melo Carrão, engenheiros Carlos Rivière e Cristóvão Bonini (contratos celebrados em 1860 para a pavimentação a paralelepípedos).

Entre as Ruas Primeiro de Março e Visconde de Itaboraí executou-se, em 1896, o calçamento pelo sistema *pavimento sanitário fluminense*, invenção de José Simão da Costa. Posteriormente, construiu-se sob gestão administrativa do Prefeito Passos, o calçamento, a asfalto, que tem sido renovado em diferentes épocas.

A 14 de novembro de 1891 considerou o governo federal (Decreto nº 665) de utilidade pública a desapropriação de prédios e terrenos compreendidos na área formada pelas Ruas S. Pedro, Núncio, General Câmara e Praça da República, para ampliar o edifício da Prefeitura, acomodando melhor todas as suas repartições. A ocupação da aludida área, com o aumento do edifício, só foi iniciada, porém, na administração Passos.

Dentre os prédios que desapareceram, estava uma velha habitação, na Rua do Núncio, esquina da de S. Pedro, à qual se refere Escragnole Dória, na revista *Eu sei tudo*, de dezembro de 1919, sob o título *A casa dos Morcegos*.

*Expansão predial* – O primeiro lançamento para a cobrança da décima urbana, em 1808 coletou 335 prédios da velha Rua S. Pedro – dos quais, 162 estavam situados do lado direito e 173 do lado esquerdo. Eram das mais antigas habitações, uma morada de casas de sobrado, que havia pertencido aos padres da Companhia de Jesus, avaliada, na época da confiscação de bens desses religiosos, em 3:000\$ e adquirida a 26 de novembro de 1801, na Junta da Real Fazenda, pelo tenente Joaquim Ribeiro de Al-

meida, por 2:609\$. (“Bens dos jesuítas” – Cópias autênticas). Nas imediações do sobrado de Ribeiro de Almeida, registremos outra casa, também de dois pavimentos, comprada a 3 de julho de 1816, por Antônio de Almeida Carvalho, pela quantia de 500\$, por se achar arruinada.

Na esquina da rua da Quitanda, João Pedro Ferreira da Veiga e seu irmão Evaristo Ferreira da Veiga – o grande publicista da Regência e redator principal da *Aurora Fluminense* – instalaram em 1823, livraria, que, em pouco tempo, se tornou num dos centros irradiadores da oposição ao Primeiro Reinado. No excelente livro de Veiga Miranda, *O Panfletário do Primeiro Reinado*, encontrará o leitor minudentes informes relativos à histórica livraria – a cujas portas chegou a orgia do foguetório e das manifestações brasilóforas, na célebre *noite das garrafadas*, a 14 de março de 1831.

O autor de *Notices of Brazil*, assinala, em 1828, para a antiga rua S. Pedro, da cidade Velha, e para a que lhe ficava fronteira, na face do campo de Santana – onde começava o Aterrado – 655 prédios (incluindo neste número os imóveis da atual Rua Senador Eusébio).

No mesmo ano, vendeu, Francisco Rosa das Chagas, por 2:500\$, uma morada de casas, avaliada quatro anos antes por 1:800\$, e a João da Costa Passos coube, por partilha dos bens deixados por Antônio da Costa Passos – uma morada de casas avaliada por 5:000\$ – como se vê, de um registro do tabelião José Pires Garcia, datado de 12 de dezembro de 1828.

Curvelo Cavalcanti em sua *Nova Numeração da Cidade* dá-nos, dos 324 prédios existentes em 1877, a seguinte discriminação: térreos – 148; assobradados – 129; de dois pavimentos – 42 e de três – 2. Vinte e nove anos depois, o recenseamento municipal, de 20 de setembro de 1906, registrava 262 imóveis, dos quais, eram de um pavimento – 33; de dois – 165; de três 58 e de quatro pavimentos – 6.

Em 1903 desapareceram alguns prédios, para o prolongamento da Rua do Sacramento e a abertura da Avenida Central. Com o alargamento da Rua Uruguaiana, desapropriaram-se os imóveis de numeração antiga, 115 a 123 e 134 a 138. O censo federal, de 1920 (1º de setembro), encontrou 255 prédios nessa rua, com a seguinte discriminação: térreos – 10; de dois pavimentos – 178; de três – 62; de quatro – 5.

Pelo arrolamento predial de 1933, procedido pelo Departamento Nacional de Estatística, existiam, nesse ano, 253 imóveis na Rua S. Pedro: eram térreos – 5; de dois pavimentos – 170; de três – 66; de quatro – 10; de cinco – 1; e de mais de cinco pavimentos – 1.

Sirvam estas anotações, de bem reduzido histórico do velho logradouro, que dentro em breve desaparecerá da nomenclatura das vias pública cariocas. Para a abertura da Avenida Getúlio Vargas, estão sendo demolidos os prédios do lado da numeração ímpar.

Até março de 1943, já estavam derrubados todos os imóveis que se levantavam da Rua Uruguaiana à Avenida Tomé de Sousa. No número dos desapropriados, que ainda não foram demolidos – contava-se a igreja de São Pedro, cujas paredes ruirão dentro de pouco tempo.

CXXXV – IGREJA DE S. PEDRO – Criada antes de 1639, a irmandade do Príncipe dos Apóstolos – S. Pedro iniciou, em 1732, a construção da sua igreja, sob o risco do coronel José Cardoso Ramalho. Inaugurou-se o templo em 1742.

Predomina nessa majestosa igreja o estilo monumental da arquitetura românica. Reconstruiu-se, há vinte anos, reabrindo-se aos fiéis a 19 de julho de 1929, ultimadas as obras suplementares do interior do templo, o zimbório do belo edifício, verdadeira preciosidade da arquitetura religiosa, única, talvez, na espécie com que se enriquece o patrimônio artístico da cidade do Rio de Janeiro, foi restaurado com outros tantos labores artísticos que ornamentam a igreja de S. Pedro. É separada, essa edificação, da rua, por um pequeno e artístico gradil de ferro.

Com as obras de demolição para a Avenida Getúlio Vargas, desaparecerá essa igreja – de excepcional importância, quer sob o ponto de vista artístico, quer sob o arquitetônico. “Sobre este último aspecto – diz-nos o ilustre Afonso Arinos de Melo Franco – por que foi no Brasil – e possivelmente em todo o continente – a primeira construída em obediência à planta de traçado curvilíneo, tanto na fachada, como no corpo e torres – traçado que, depois do barroco mineiro, sobretudo nos trabalhos do Aleijadinho, veio dar-lhe tanta força, esbelteza e majestade. É coberta com uma cúpula, detalhe que a coloca em situação singular dentre as demais igrejas coloniais. Sob o ponto de vista artístico, recomenda-se ela à

nossa especial veneração pela sua admirável obra de talha.” (*O Globo* – 9 de junho de 1942).

CXXXVI – RUA DAS VIOLAS – Aberta em meados do século décimo sétimo, um dos primeiros, ou talvez, o primeiro nome que teve, foi o de Domingos Coelho. Por morte de Domingos Coelho Valadares, abastado proprietário, que construíra vários prédios no logradouro e fora irmão da Ordem Terceira da Penitência, sua viúva, Serafina de Andrade, legou um daqueles prédios à Santa Casa da Misericórdia, que desistiu do legado por achar que a casa estava situada em lugar deserto e oferecer possivelmente insignificante rendimento à instituição. No *Dietário* do mosteiro de S. Bento, encontramos registrada a nomeação de Rua Serafina, em memória da viúva de Domingos Coelho. Em 1710, não ultrapassava a via pública da rua dos Ourives e não podia ser prolongada, devido aos grandes alagadiços, que se estendiam até o local chamado de Ilha Seca. Em meio desses terrenos pantanosos, permaneceu assim insulada a área entre as ruas dos Ourives, do Fogo e Estreita de S. Joaquim.

Rua dos Três Cegos é outra denominação que lhe foi dada nos primeiros tempos. Na porção que fica aos fundos da igreja de Santa Rita – chamou-se rua *Detrás de Santa Rita* e também da *Ilha Seca*. Em fins do século XVIII, passou a se chamar das Violas, em atenção aos violeiros que se estabeleceram na rua ou em suas redondezas.

Deveria ser reduzido o número de fabricantes e mercadores daqueles instrumentos musicais. Antônio Duarte Nunes, em seu *Almanaque Histórico da Cidade de S. Sebastião* (1799), registra apenas cinco violeiros na cidade. Não nos diz se eram todos estabelecidos na Rua das Violas. Seriam, todavia, poucos e bem poucos, para uma terra de amigos da música e de trovadores de reisados e cantatas da festança do Divino Espírito Santo.

Apesar dos pântanos e das inundações que se seguiam às chuvas torrenciais, tornou-se assaz animado o comércio dessa rua. Em sua *History of Brazil*, o inglês James Hendersen registra a frequência de mercadores na Rua das Violas – interessados na venda de produtos para o interior do país. A alguns dos lojistas, vendiam, negociantes britânicos, vultosas partidas de mercadoria, que atingiam de trezentas a quatrocentas libras esterlinas, diariamente.



Perdeu a Rua das Violas o seu antigo nome, por deliberação da Il<sup>ma</sup> Câmara Municipal, em sessão de 11 de novembro de 1869, recebendo o nome de Teófilo Otoni, por proposta do vereador João Batista dos Santos, em memória do ilustre patriota Teófilo Benedito Otoni, falecido a 17 de outubro do mesmo ano.

CXXXVII – RUA DOS PESCADORES – Em área onde ficavam os terrenos doados em 1569, pelo vereador Manuel de Brito e seus filhos, aos reverendos frades de S. Bento, cordeou-se um caminho que, em 1810, se chamou de Manuel dos Reis – *homem bom do povo* e vereador em 1612. A casa de Manuel dos Reis ficava na ribeira da praia de S. Bento e naquele segundo ano, a 3 de abril, ele a traspassara, com os terrenos contíguos, a Domingos de Paiva. Ali viveram em choças os pescadores da ribeira. Até meados do século da colonização, não passava esse lugar de vasto alagadiço, que, nas marés altas, transformava o morro dos frades beneditinos numa ilha. Felisbelo Freire, em sua *História do Rio de Janeiro*, publica escrituras que reconstituem o parcelamento territorial dessa zona da cidade, naquele tempo.

Prolongada a Rua dos Pescadores – cuja nomeação aparece em documentos lavrados desde os primeiros anos da centúria setecentista, chegou até a Rua dos Ourives, comunicando-se com o sítio do Valverde ou do Vilal Verde. Retificou-se, em 1792, o seu alinhamento, demolindo-se alguns prédios, o que também se executou em 1831, por ocasião das obras novas do Arsenal de Marinha, desaparecendo as casas fronteiras a este próprio nacional e que haviam sido construídas no século XVII. Desde 1829, já se achava alargado o trecho inicial da rua, formando uma pequena praça junto à Rua Brás de Pina (visconde de Itaboraí, por deliberação municipal de 17 de fevereiro de 1870).

Para continuação da Rua dos Beneditinos, retificou-se novamente o alinhamento da Rua dos Pescadores em 1853.

Em sessão da Câmara Municipal, de 18 de novembro de 1869, teve a denominação – *Visconde de Inhaúma*, aprovada por portaria do Ministério do Império, de 29 do mesmo mês e ano, em memória do almirante Joaquim José Inácio, falecido a 30 de junho do mesmo ano.

Pelo Decreto nº 459 de 19 de dezembro de 1903, o prefeito Dr. Francisco Pereira Passos aprovou os planos organizados pela reparti-

ção da Carta Cadastral, sob a chefia do engenheiro Alfredo Américo de Sousa Rangel, para a execução de várias obras, inclusive o prolongamento da estreita Rua Visconde de Inhaúma, demolindo-se todos os prédios da chamada Rua Estreita de S. Joaquim (que era a continuação da do Marechal Floriano, antiga S. Joaquim) e os imóveis do lado par do logradouro a alargar. Esta obra e as demais projetadas e executadas de meados de 1903 a 1906, importaram em mais de 79 mil contos, que foi o primitivo orçamento. Ultimou-se o alargamento da Rua Visconde de Inhaúma, em 1905. Desapareceram totalmente, a Rua Estreita de S. Joaquim e alguns prédios do Largo de Santa Rita, da travessa da mesma denominação e da Rua dos Beneditinos, de forma a constituir o logradouro um prolongamento da hoje Avenida Marechal Floriano, transformando-se um dos mais tristes e feios corredores do Rio de Janeiro numa das mais amplas vias públicas da moderna cidade.

Realizava-se, afinal, parte do sonho urbanístico do barão de Taunay, que, em dias do governo imperial, aconselhava o prolongamento da Rua Larga até o mar – além de uma série de melhoramentos, inclusive a abertura de uma avenida do aterrado da Cidade Nova ao paço imperial da Boavista, em S. Cristóvão.

CXXXVIII – IGREJA DE SANTA RITA – Lançou-se, em época anterior ao ano de 1720, a pedra fundamental de uma capela dessa invocação, por iniciativa de Manuel Nascentes Pinto e sua esposa D. Antônia Maria, e beneplácito do bispo D. Francisco de S. Jerônimo. Em 1721, fizeram os fundadores doação da capela ao juiz, escrivão, tesoureiro e procurador da festa de Santa Rita de Cássia, de conformidade com a escritura lavrada a 13 de março.

Criada a paróquia de Santa Rita, escolheram-na, em 1753, para sede da matriz. Inácio Nascentes Pinto, descendente dos doadores, opôs embargos à decisão do bispado e, intimado pelo Cabido, sob pena de excomunhão, acabou cedendo à imposição, recorrendo, todavia, à justiça, para anular o ato do diocesano. Na capela-mor, foram sepultados os fundadores do templo.

Em suas *Notas sobre o Rio de Janeiro e partes meridionais do Brasil*, refere-se John Luccock, à igreja de Santa Rita, achando-a moderna,

mais leve e mais alegre do que a de N. S. do Rosário. Seu altar era rico e esplêndido.

Encontram-se excelentes subsídios a respeito desse templo (que em 1870, sofreu algumas reformas) nas *Memórias Históricas*, de Pizarro, no *Rio de Janeiro*, de Moreira de Azevedo, nas *Antiquilhas*, de Vieira Fazenda, (tomo 93 – pág. 113 da *Rev. do Inst. Histórico*), na *Arquidiocese de S. Sebastião do Rio de Janeiro*, do arcebispo Antônio Alves Ferreira dos Santos e no *Esboço Histórico*, de Amadeu de Beaurepaire Rohan, publicado em 1930, sobre a irmandade do Divino Espírito Santo, da matriz de Santa Rita.

CXXXIX – PARÓQUIA DE SANTA RITA – Criada pelo bispo D. Frei Antônio do Desterro, monge beneditino, pela pastoral de 30 de janeiro de 1751, confirmada por alvará régio, de 10 de maio de 1753. Seu território foi desmembrado do da freguesia da Candelária.

CXL – Largo SANTA RITA – Arruado no século XVIII, pela mesma época da construção da primitiva capela de Santa Rita, teve a sua área ampliada com o aterro das valas que delimitavam os terrenos da chácara e horta dos religiosos de S. Bento – depois da extinção do cemitério dos pretos novos, ao tempo do vice-reinado do marquês do Lavradio.

Em 1765, sendo já deficiente o terreno destinado a sepultamentos, alguns senhores de escravos mandaram abrir covas na rua e nelas lançaram os cadáveres. É o que se lê nos autos de homens de negócios e mercadores de escravos, de 1758 a 1768. Ao lado de uma certidão do vigário de Santa Rita, lê-se, naqueles autos, o seguinte comentário, escrito por um advogado adverso aos possuidores de escravos: “Forte impiedade; enterrar na rua, por onde andam os povos, e os animais a despedaçar os cadáveres. Que desconhecimento de humanidade!”

Do cemitério de escravos e do Largo de Santa Rita – dos princípios do século XIX, que Luccock ainda conheceu, enfeitado por uma cruz até os dias que transcorrem, que mundo de transformações, que diferença de cenários! Desapareceu, dessa zona da cidade, a chácara dos beneditinos, as valinhas e a necrópole dos pretos novos; o jogo da bola do beco de Gaspar Gonçalves; o curtume e o chafariz construído em 1842 e retirado do local em 1872. Do passado só existe, insubmissa às picaretas e alviões, a igreja de Santa Rita.

CXLI – BECO JOÃO BATISTA – Antigo da Ilha Seca. Denominou-se João Batista, em homenagem ao cirurgião francês João Batista Darrigue, a quem coube a prioridade na cultura do anil, no Rio de Janeiro. Morou Darrigue num sobrado de dois andares, no trecho mais Largo, junto à rua das Violas. Desapareceram, em 1905, o beco e o Largo João Batista, com o alargamento da Rua Visconde de Inhaúma. Com estas demolições e outras feitas nas circunvizinhanças – arrasaram-se sobradões e pardieiros colocados de anúncios e desmorornaram-se tavernas de portais gordurentos – escrevia a *Gazeta de Notícias*, de 27 de junho daquele ano.

CXLII – BECO DO BRAGANÇA – Em terras dos frades de S. Bento, abriram-se em 1615, na abadia de frei Bernardino de Oliveira, segundo o *Dietário*, o beco e a rua do açougue daqueles religiosos, que posteriormente se chamaram da Junta e de Bragança. Este último nome vulgarizou-se a partir de 1767 – quando chegaram ao Rio de Janeiro, procedentes de Portugal, três regimentos de tropa de linha, – o de Moura, o de Chinchorro e o de Bragança, aquartelando o primeiro no local a que se chamou de Largo do Moura, o segundo e o terceiro nos quartéis da Junta do Comércio, construídos nos chãos das marinhas de S. Bento, que em 1715 haviam sido arrematadas por oficiais da Câmara (*Correição do Ouvidor Fernando Vieira de Vasconcelos*).

Viriato Correia, na assídua colaboração que manteve no *Jornal do Brasil*, com o título “Gaveta de Sapateiro”, publicou curiosa crônica sobre os quartéis de Bragança, aludindo ao depoimento de uma das testemunhas do processo da Inconfidência Mineira.

Em 1833, o beco do Bragança, sem iluminação e mal habitado, era famoso coito de vagabundos e seguro asilo de malfeitores de toda a espécie, além de esconderijo de escravos fugidos. É o que nos dizem antigos alfarrábios guardados no Arquivo da Cidade.

A antiga Rua de Bragança teve a denominação – Conselheiro Saraiva, por ato da Câmara Municipal, de 28 de janeiro de 1880, em homenagem ao conselheiro José Antônio Saraiva, antigo político e ministro de Estado, que faleceu a 25 de julho de 1895. Em 1878, Francisco de Figueiredo (ulteriormente visconde de Figueiredo), de acordo com o contrato que firmara com o governo imperial a 2 de julho do ano anterior, solicitou permissão para demolir os prédios n<sup>os</sup> 10 a 26 – denominados

*aquartelamentos de Bragança* – e abrir no espaço deixado pelas demolições, uma rua que fosse ter ao morro de S. Bento. A 28 de janeiro de 1890 concedeu-se pelo Decreto nº 532 autorização a João Alfredo da Cunha Vieira para proceder ao alargamento dessa rua. Esta concessão foi no ano seguinte transferida à Companhia S. Lázaro.

Em 1903, organizou a Prefeitura do Distrito Federal um projeto definitivo de alargamento, aprovado pelo Decreto nº 481, de 20 de abril de 1904.

CXLIII – ARMAZÉNS DO SAL – Instalados em fins do século XVIII, na Prainha, junto ao morro de S. Bento, para melhor atender às necessidades públicas.

O primeiro depósito de sal esteve no beco da Música, bairro da Misericórdia, onde funcionou a administração do contrato desse produto monopolizado pela metrópole portuguesa, por mais de cento e cinquenta anos. Do beco da Música transferiu-se o depósito para um vasto armazém construído em terrenos que ficavam detrás da Cadeia.

Na correição de 11 de dezembro de 1722, o ouvidor Antônio de Sousa de Abreu Grade estabeleceu condições para regularizar a entrada e venda do sal destinado ao consumo. Em 1799, o conde de Resende propôs ao governo do reino a supressão do imposto que recaía sobre o sal – como já o fizera em relação ao da pesca das baleias. Em lugar desses tributos, indicava o vice-rei a criação da décima para os prédios das cidades marítimas e o imposto do papel selado, que já se pagava em Portugal.

Apesar de todas as medidas repressivas, exaradas nas cartas régias de 1690, 1691 e 1698, o sal do Brasil era exportado clandestinamente para as colônias espanholas do Rio da Prata. Para, de algum modo, dirimir o governo português esse contrabando que o obrigava a constantes sequestros do produto e até de bens dos salineiros, determinara a ordem régia de 28 de novembro de 1698 que, em falta do sal do reino, os oficiais da Câmara do Rio de Janeiro ajustassem com o administrador do contrato a maneira pela qual poderia vir o sal das marinhas de Cabo Frio (Arquivo do Distrito Federal – vol. 3º – pág. 58).

Refere monsenhor Pizarro (*Memórias Históricas*) que o alvará régio de 24 de abril de 1801, aboliu o contrato do sal – cuja arrecadação

anual no Rio de Janeiro ascendera a mais de cento e vinte e cinco mil cruzados.

CXLIV – PRAINHA – Já em 1647, a requerimento do governador da Capitania do Rio de Janeiro, Duarte Correia Vasqueanes, lavrara-se a 26 de novembro, nos paços do conselho dos vereadores, um ato sobre a defesa da cidade, na qual se aludira aos trincheirões existentes na Prainha (Acórdãos de Vereanças – 1635-1650). Em documentos setecentistas encontram-se referências a um caminho que, através de terrenos alagadiços, iam ter às terras dos frades de S. Bento. O governador Luís Vahia Monteiro concedeu em 1731 a Domingos Martins de Brito uma área de terrenos, com a obrigação de se abrir um caminho público e construir um cais e trincheiras, que se limitaria com cinqüenta braças de testada junto ao mar.

Na praia de S. Bento local mais tarde cordeado para a abertura do Largo da Prainha, mandou o chanceler do Tribunal da Relação, João Pereira Pacheco, levantar o patíbulo. Em virtude de representação dos frades beneditinos, horrorizados com o espetáculo das execuções dos condenados, resolveu o último governador do Rio de Janeiro, Gomes Freire de Andrade, conde de Bobadela, remover daquele lugar a forca, malgrado a tenaz oposição do desembargador Pacheco. Não obstante a benéfica interferência de Gomes Freire voltou o patíbulo a ser armado no mesmo lugar, para ser, afinal, demolido por Decreto de 17 de junho de 1834. Daí em diante, uma e outra vez, armou-se a forca e, assim mesmo, tão-somente na véspera da execução do condenado, para ser desarmada invariavelmente no dia seguinte ao da lúgubre cerimônia da justiça pública.

Baltasar Lisboa, em seus *Anais do Rio de Janeiro* (6º vol. – pág. 342), Vieira Fazenda (*Antiquilhas e Memórias*) e Escagnole Dória (*Revista da Semana* – 28 de abril de 1928), oferecem proveitosos subsídios em relação à forca que ali existiu e ao antigo bairro da Prainha.

Muito antes de 1808 começara a Prainha a ter notável desenvolvimento. Com o aumento da edificação, instalaram-se na faixa das marinhas, barracas, depósitos e armazéns de produtos agrícolas. Ocuparam-na pescadores e embarcações, traficantes de escravos, madeireiros e tanoeiros. A carta régia de 31 de outubro daquele ano procurou regularizar a forma pela qual poderiam ser ocupadas essa e outras praias, reprimindo abusos e frequentes explorações de intrusos ali instalados. Mas, só em 1827, fo-

ram despejados da Prainha traficantes e atravessadores e pôde, então, o comércio honesto estabelecer-se no bairro, surgindo os grandes trapiches, armazéns e depósitos de café, que se expandiram para a Rua Nova de S. Francisco da Painha, aberta em 1819 (denominada rua da Saúde em 1855) e para outros logradouros circunvizinhos.

CXLV – RUA DA PRAINHA – Aberta em meados do século XVI comunicando-se com as terras dos beneditinos foi, pouco e pouco, prolongando-se do litoral para o interior da cidade, à medida que iam sendo aterrados brejais e valas ali existentes. Chamou-se Rua da Valinha, nas proximidades da do Valongo.

Em 1828, com a denominação do Largo da Prainha, um dos proprietários, Manuel Fernandes da Silva, dono de importante tanoaria, cedeu parte de sua chacrinha para retificação do alinhamento da rua.

Criada a prisão eclesiástica do Aljube, o trecho entre a Rua dos Ourives e Valongo (Imperatriz) ficou conhecido por aquele nome.

A denominação – Prainha – extensiva a todo o logradouro é de 1855. Neste ano, o vereador Jerônimo José de Mesquita (posteriormente conde de Mesquita) propôs à Câmara Municipal que prevalecesse oficialmente na nomenclatura dos logradouros públicos, o nome – Prainha – para toda a extensão da rua. A portaria do ministro do Império, conselheiro Luís Pedreira do Couto Ferraz (posteriormente visconde de Bom Retiro), de 2 de março daquele ano, homologou a deliberação da Municipalidade.

Por ato da Câmara Municipal, de 14 de maio de 1888, chamou-se – Vieira da Silva – em homenagem ao ministro da Marinha do gabinete João Alfredo, conselheiro Luís Antônio Vieira da Silva, falecido a 3 de novembro de 1889.

A 21 de fevereiro de 1890 restabeleceu o primeiro conselho da Intendência Municipal a nomeação – Prainha – confirmada a 28 de janeiro de 1892, na intendência presidida pelo Dr. Nicolau Joaquim Moreira.

Com as obras da remodelação da cidade, desapareceu a maior parte da rua da Prainha, que se chamara num trecho – Aljube, absorvida pela Rua Acre, desde a praça Mauá (chamada 28 de Setembro, a 14 de outubro de 1871), até a Rua Marechal Floriano (em frente à Rua Uruguiana). O Decreto nº 472, de 9 de fevereiro de 1904, denominou-a Rua Acre, em memória do tratado de 17 de novembro de 1903, promovido

por iniciativa do grande brasileiro barão do Rio Branco e pelo qual o Brasil entrou no pleno domínio de vasto território, limitado pelo Estado do Amazonas e as Repúblicas da Bolívia e do Peru.

A antiga Rua da Prainha, propriamente, denominada Leandro Martins, pelo Decreto nº 2.798, de 20 de abril de 1928, ficou circunscrita a um pequeno trecho da Rua Acre à Rua Camerino.

CXLVI – RUA DO ALJUBE – Teve este nome o trecho da velha rua da Prainha, entre as dos Ourives e Valongo. Interessado o bispo D. Frei Antônio de Guadalupe na fundação de uma cadeia especial para os eclesiásticos delinquentes, que eram até então encarcerados em comum com outros criminosos, resolveu edificar em terreno comprado a Inácio Dias, casa correccional exclusivamente destinada àqueles clérigos. Solicitou a 25 de fevereiro de 1732 consentimento da metrópole e confirmação real dessa praça. Recebidos os primeiros religiosos na nova prisão, situada em lugar ermo, passou o povo a denominá-la de *Aljube*, como a recordar os cárceres portugueses desse nome. O nome transmitiu-se àquele trecho do logradouro e a partir de 1750 foram executados melhoramentos, inclusive aterro de valas e charcos que dificultavam o trânsito.

Em princípios do século XIX retificou-se o alinhamento entre a ladeira da Conceição e a Rua do Valongo.

Em 1855 perdeu a denominação Aljube – para crismar-se em toda a sua extensão – Rua da Prainha.

Nos trabalhos de demolição dos prédios da Rua da Prainha, os engenheiros da comissão construtora da Avenida Central, descobriram corredores e quartinhos, que mais pareciam sepulturas do que dependências de habitações, mostrando-nos o que eram as consstruções do Rio de Janeiro colonial.

Dentro da cidade moderna, o que ainda resta da velha artéria urbana – da Rua Acre à Rua Camerino, passa quase desapercibida a todos que palmilham os belos logradouros vizinhos.

(*Vide* – anotação anterior).

CXLVII – BECO DOS CACHORROS – Aberto em terras de propriedade dos frades de S. Bento, em 1743, recebeu desde logo o nome de *Gaspar Gonçalves* – (Gaspar Gonçalves Chaves) que ali fixara residên-



cia. Prolongado em 1745 pelo abade beneditino frei Francisco de S. José, arruou-se até à Rua Nova de S. Bento.

De uns autos de processo de injúrias intentado em 1773 por José da Silva Coutinho contra Clemente José e sua mulher e do qual foram advogados João da Costa Maia, Antônio Pedro Rodrigues Ferrão Correia, Manuel Pinto da Cunha, Manuel do Quental e Inácio Coelho e Silva, se verifica que um dos contendores morava no *beco dos Cachorros*, denominação que há muito substituíra as de *Gaspar Gonçalves* e de *rua do beco para S. Bento*.

Por ato da Câmara Municipal, de 19 de janeiro de 1852, perdeu a nomeação – *Cachorros*, sendo-lhe dada a crisma – *Santa Rita*. Este nome fora proposto no ano anterior pelo vereador Francisco José Gonçalves, em sessão da Câmara de 13 de janeiro e rejeitado por grande maioria de votos.

É um dos raros logradouros do Rio de Janeiro que têm escapado à fúria iconoclasta dos crismadores de ruas. A este respeito, dizia há tempo o brilhante jornalista Costa Rego, “que um estudioso poderia estabelecer, ou conjeturar as razões que levaram o povo ora a aceitar, ora recusar a mudança de nomes de certas vias públicas” (*Correio da Manhã* – 24 de agosto de 1938).

Poucos, bem poucos melhoramentos recebeu a Travessa de Santa Rita durante o regime colonial e os dois reinados. Aterrada em 1831 a vala que periodicamente inundava os terrenos desse logradouro, executaram-se em 1841 alguns consertos por solicitação do vereador Miguel de Frias e Vasconcelos, cabendo também a esse edil a iniciativa do primeiro calçamento aperfeiçoado, de alvenaria, após a canalização de água do chafariz do Largo de Santa Rita, demolido há mais de sessenta anos.

CXLVIII – RUA S. JOAQUIM – ou Estreita de S. Joaquim – A desaparecida Rua Estreita de S Joaquim – cuja história está ligada à da denominada – Larga de S. Joaquim (atual avenida Marechal Floriano), cordeou-se em terrenos da chácara da Conceição dos Coqueiros, que foi propriedade de Antônio Coelho Lobo, e de seu cunhado Antônio Vidal de Castilhos, em 1787 e, posteriormente, de Julião José de Oliveira. Teve início na chamada – Ilha Seca, entre os pântanos ali existentes.

Denominou-se em seus primórdios – Rua do *Curtime*, por causa de um *pelame* junto à vala, no local das antigas casas n<sup>os</sup> 2 e 4. Da Rua

da Conceição para a igreja de S. Joaquim (demolida em 1906), foi formada à custa das terras de Manuel de Campos Dias. Desde 1758, com a construção da capela de S. Joaquim, começou a ser conhecida por S. Joaquim ou Estreita de S. Joaquim, discriminando o povo as duas porções larga e estreita.

Pela medição a que se procedeu para o aforamento concedido ao alferes Inácio da Costa Machado, em 4 de outubro de 1786, de três braças de chãos de testada na Rua S. Pedro, da Vala para o campo se verifica que Manuel Campos Dias (fundador da capela de S. Joaquim, dada aos meninos órfãos de S. Pedro) possuía terras que confrontavam com aquele terreno aforado.

Até 1852 figura o logradouro em todos o documentos administrativos e forenses com o nome – rua Estreita de S. Joaquim, mas nesse ano, quer a parte estreita, quer a larga, passou a ter uma só denominação – Rua S. Joaquim, embora persistissem na tradição oral os dois nomes.

Dos 119 imóveis demolidos de 1904 a 1906, para o alargamento da Rua Visconde Inhaúma, em sua maioria de antiquíssima construção, mais de vinte foram encontrados em estado de completa ruína e inabitáveis. – (*Vide anotação CL*).

CXLIX – IGREJA DE S. JOAQUIM – Construída antes de 1758 a pequena capela de S. Joaquim por Manuel de Campos Dias, obteve, transcorridos alguns anos, melhoramentos que lhe modificaram o aspecto arquitetônico. Foi demolida em 1906 para o alargamento do trecho da Rua Marechal Floriano, mediante acordo da Prefeitura e o Arcebispo. Em substituição a esse templo, construiu-se, sob a mesma invocação, elegante igreja na rua S. Cristóvão (inaugurada a 30 de agosto de 1908) transferindo-se para o novo edifício a sede da paróquia do Divino Espírito Santo.

Na *Revista da Semana*, de 19 de outubro de 1935 encontrará o leitor sucinta crônica de Ulisses de Aguiar (pseudônimo do apreciado historiador Escragnole Dória), a cerca daquela igreja, com o título ‘O Rio Desaparecido’, vendo-se nítida fotogravura do Colégio Pedro II, em 1850, ao lado da construção religiosa de 1758.

(*Vide anotação CL*).

CL – RUA LARGA DE S. JOAQUIM – Inocêncio da Rocha Maciel, operoso historiador do *Tombamento Municipal*, informa-nos em seus registros haver sido aberta essa rua ora fins do século XVIII, sem precisar o ano em que foi arruada em terrenos da chácara do Casado ou de S. Domingos e de D. Emerenciana Isabel Damas. A chácara do Casado pertencera anteriormente a Pedro Fernandes, filho de Antônio Vieira, que tivera um cognome pouco decente. Em 1789 iniciou-se o retalhamento dessa propriedade, por meio de vendas os arrendamentos de terrenos desmembrados em várias porções desde o Largo S. Joaquim, onde terminava a rua Estreita, até o campo de Santana. *Notícia histórica do Ginásio Nacional*, de autoria do nosso prezado e saudoso amigo, Teodoro Magalhães, figuram os limites dessa chácara, da rua S. Pedro até o morro do Livramento. Manuel do Campos Dias comprou parte dos terrenos, para edificar a ermida de S. Joaquim, mais tarde doada em 14 de janeiro de 1758 ao recolhimento dos órfãos, instalado em dezembro 1766 em prédio contíguo.

Melo Moraes, pai, insere em seus trabalhos informações que se ajustam às pesquisas de Inocêncio Maciel. Escragnole Dória, descrevendo-nos os primórdios do Colégio Pedro II, traça-nos um painel mais desenvolvido, reconstruído, em sua opulenta *Memória Histórica* (comemorativa do centenário desse estabelecimento do ensino secundário, em 1937), a topologia daquele trecho do Rio de Janeiro colonial.

A edificação na Rua S. Joaquim, prolongamento da denominada do Curtume e Estreita de S. Joaquim, remonta ao penúltimo decênio do século XVIII, acentuando-se maior desenvolvimento nos primeiros anos da centúria seguinte. Logradouro arejado, com largura que destoava de tudo quanto havia na cidade antiga (a exceção de um trecho da rua Direita), tornou-se preferido e disputado para edificações. (Debret, em sua monumental obra, traduzida e anotada recentemente por Sérgio Milliet, sob os auspícios da Biblioteca Histórica Brasileira da livraria Martins, de S. Paulo), enumerando os logradouros do Rio em 1830, não se esqueceu de acentuar que a rua S. Joaquim, depois da igreja, era *larga e reta* o que constituía, decerto, uma novidade para o insigne mestre da Missão Francesa de 1816 e digna de especial menção.

A idéia do prolongamento da Rua Larga de S. Joaquim até o mar, alargando-se a Rua dos Pescadores, foi inicialmente sugerida em

1840 por Félix Emílio Taunay (barão de Taunay), em projeto que abrangia também o alargamento de outros logradouros públicos. Em 1880, sendo ministro do Império o conselheiro Francisco Inácio Marcondes Homem de Melo (barão Homem de Melo), submeteu à deliberação do governo o parecer da Câmara temporária sobre a proposta de alargamento até à Rua Uruguaiana, tendo em vista o plano elaborado pelos engenheiros Pereira Passos, Morais Jardim e Marcelino Silva. Na *Memória*, do engenheiro Antônio de Paula Freitas, sugeria o douto profissional, em 1884, abertura de duas ruas largas e retas – sendo uma no prolongamento da Rua Larga de S. Joaquim e outra em direção das Ruas da Assembleia e Carioca. Vários outros projetos cuidaram de melhoramentos da Rua Larga, inclusive os dos engenheiros Cândido Araújo Viana de Figueiredo e Olegário Gomes dos Reis (1891), sem nenhum resultado prático.

O primeiro ato oficial para o prolongamento é de 6 de maio de 1896, sendo prefeito o Dr. Francisco Furquim Werneck de Almeida, que, pelo decreto n. 258, teve autorização do Conselho Municipal para desapropriar prédios da Rua do Ourives e do Largo de Santa Rita, sem disso provir ainda nenhum resultado eficiente.

O decreto nº 459, de 19 de dezembro de 1903, sancionado pelo prefeito Pereira Passos, tratou definitivamente da retificação, alargamento e prolongamento dessa rua e da do Visconde de Inhaúma. Ultimaram-se em setembro de 1904 o prolongamento da Rua Marechal Floriano e o alargamento da Rua Visconde de Inhaúma.

Um dos opositores às obras do inolvidável administrador, o engenheiro e professor Tito Barreto Galvão, considerava num de seus artigos no *Jornal do Comércio* (29 de agosto de 1904), mal aplicada a despesa com o prolongamento dessa rua. “Se há caso em que a linha reta seja claramente indicada é o dessa avenida, desde a praça da República até o mar...” dizia o ilustre articulista, referindo-se à pequena linha sinuosa que se observa no Largo de Santa Rita, junto à atual Rua Miguel Couto, antiga dos Ourives.

Pelo decreto n.149, de 2 de agosto de 1895, foi sancionada a resolução do Conselho Municipal que mudava o nome de Rua Larga de S. Joaquim para Marechal Floriano, em memória do Marechal Floriano Peixoto, vice-presidente da República, que exerceu a presidência de 23 de

novembro de 1891 a 15 de novembro de 1894 (falecido a 29 de junho do mesmo ano). A 28 de junho de 1932, o decreto n. 3.929, denominou-a Avenida Marechal Floriano – evocando, mais uma vez, a figura histórica do consolidador da República.

CLI – RUA DA AJUDA – Este logradouro, absorvido em sua maior porção pelo traçado da Avenida Central, hoje denominada Rio Branco, recorda inúmeros nomes de personagens ilustres, fatos e memórias que revivem na história documentada do Rio de Janeiro de antanho.

Antes de 1600 levantara-se no *caminho que vai para a lagoa Grande*, ou do Boqueirão, a ermida dedicada à N.S. da Conceição da Ajuda, que naquele ano fora reedificada – o que bem comprava a ancianidade do logradouro aberto pelos primeiros povoadores da cidade.

“Seguindo as sinuosidades do morro do Castelo do Boqueirão tranquilo pelo patrocínio que lhe dava fortaleza se S. Sebastião e o forte de S. Januário, antes armazém de pólvora, edificado pelo capitão Francisco Dias da Cruz...” (Vieira Fazenda – *Antiquilhas e memórias* – tomo 93 da *Rev. do Inst. Hist.* – pág. 427).

*Caminho de N. S. da Ajuda* é a primeira nomeação oficial vulgarizada pela correição do ouvidor Luís Nogueira de Brito, de 20 de fevereiro de 1630, provendo sobre consertos necessários na nova via pública, por estar ela muito danificada e ser *serventia do asseio da cidade*.

Em sua *História da Cidade do Rio de Janeiro*, ao tratar Felisbello Freire de *urbs* no século XVII, consoante documentos em cartório dos primeiros tabeliães, reafirma, por vezes, a antiguidade de logradouro, cor-deando da Rua S. José em direção ao campo da Ajuda: – “A Rua da Ajuda é quase tão antiga como as de S. José e da Assembléia. Já encontramos escrituras de venda de terrenos e prédios desde 1612. Sua abertura explica-se pela comunicação, do lado do morro do Castelo e da S. José, com a ermida da Ajuda – onde está o convento da Ajuda, demolido há poucos meses para a construção de um grande hotel. Daí a razão de desembocar na Rua S. José – cuja comunicação com aquele convento pela Rua Treze de Maio era tão impossível pela lagoa de Santo Antônio, que se estendia pelo Largo da Carioca e parte daquela rua. As construções começaram no trecho junto a S. José, em direção ao que estão se chamava – campo da Ajuda, onde está hoje o palácio Monroe. Em grande extensão dela, em seu

trecho final existiram chácaras que vieram até o século XVIII. É assim, por exemplo, que em 3 de fevereiro de 1749, o padre João de Araújo Macedo, como procurador do bispo D. Antônio de Guadalupe, comprou a Manuel Pereira da Silva uma chacara em terras próprias, junto à igreja de N. S. da Ajuda – *para a banda da fortaleza de S. Januário, que partem de um lado com terras do convento e de outro com a chacara que foi do capitão João de Caminha, fazendo testada com a rua que vai sair no campo de N. S. da Ajuda, correndo aos fundos a entestar com a fortaleza de S. Januário*”. (Obra cit. – 1.º vol. – págs. 321 e 322).

Acrescenta Felisbela Freire, nos *Anais do Brasil* (n. 2 – 1902) que, do local onde se erguia a capela da Ajuda, partia um trilho em direção ao morro de Santa Terem, abeirando a porção da lagoa em parte aterrada no ano de 1661.

Documentos seiscentistas esclarecem-nos que, da margem dessa lagoa, seguia um caminho a que denominavam – da Bica – e depois do – Desterro – que contornava o pântano e ia terminar na lagoa da Sentinela. Outra vereda saía da Rua da Ajuda, tomando rumo da lagoa do Boqueirão. Bifurcava-se com estreita estrada, que dividindo terrenos das *marinhas* (inclusive o da praia das Areias de Espanha, na Lapa), finalizava na praia de Botafogo, na qual existiam picadas que se estenderam até S. Clemente e Gávea.

Os estudos de Torquato Tapajós, Martins Costa, Azevedo Pimentel e Paula Freitas, atinentes à higiene pública e ao saneamento da cidade, evocam muitos desses traços de conquista dos pantanais e valados. Os valiosos trabalhos do professor Everado Backheuser e do engenheiro Costa Ferreira – este retaltivamente ao parcelamento territorial, através das sesmarias primitivas, e aquele acerca da geologia do terreno e do regime das águas, reconstituem ambos o aspecto topográfico desse trecho da cidade.

Vivaldo Coaraci, em crônicas publicadas no *Diário de Notícias*, de 15 e 26 de janeiro de 1939, tratando da antiga denominação de Rua Nossa Senhora da Ajuda, acentua o valor das ermidas e dos santuários de Rio de Janeiro na expansão urbana (“Ruas antigas e ermidas primitivas”). Abrindo os devotos deste ou daquele santo caminhos para suas toscas e humildes capelinhas, aliavam ao culto religioso as primeiras necessidades do trato comercial.

Iniciou-se a edificação, a principio tão-somente do lado fronteiro ao morro do Castelo porquanto junto à colina histórica existiam terrenos agricultores, cultivando-se neles a cana-de-açúcar, mandioca e árvores frutíferas. Mesmo do lado oposto, a edificação era escassa, devido à lagoa, que servira a um curtidor de couros, para lavagem de seu *pelame* e lhe fora aforada em 1585.

Desde maio de 1750, com a inauguração do convento, passou essa via pública a se chamar Rua da Ajuda. Da Rua S. José até o largo que muito mais tarde se chamou da Mãe do Bispo, era bem estreito o leito do logradouro e daí em diante apresentava maior largura. Por deliberação da Câmara Municipal, de 9 de maio de 1832 foi prolongado até a praia – intensificando-se desde logo a edificação no novo trecho arruado, com a retificação do alinhamento primitivo do chamado campo da Ajuda. Este fora considerado rossio no qual não se permitia nenhuma construção e nem se concedera cartas de aforamento – como se verifica de auto de vereança de 6 de maio de 1600 e das correções dos ouvidores Damião de Aguiar (17 de agosto de 1645) e André da Costa Moreira (3 de agosto de 1672). Determinara a vereança de 1600 que, no campo de N. S. da Ajuda, *nem por uma parte, nem por outra se façam casas nem valados, nem cercas, porque é rossio do conselho e os oficiais futuros não poderiam dar licença ao contrário disso.*

Já em 1671 se haviam localizado em trecho da rua – da igreja de N. S. do Parto à de N. S. da Ajuda muitas tavernas, que se constituíram esconderijos de roubos e valhacoutos de escravos. Para reprimir a roubalheira o auto de correição do ouvidor João de Abreu e Silva, de 30 de outubro daquele ano, determinara, a requerimento do procurador do conselho – *que não houvesse mais no caminho de N. S. da Ajuda taverna e venda alguma*, sob pena de pagar o infrator cinquenta cruzados, sendo metade para as rendas do conselho a outra metade para o denunciante, além de degredo, dando-se culpa aos oficiais que consentissem eu protegessem tais infrações. No século XVIII, vendeiros e padeiros voltaram a estabelecer seus penates na rua, vivendo em constantes turras com os almotacéis e *rendeiros do ver.*

Da lagoa da Ajuda se derivava a vala mestra em direção à Praia, sobre cuja conservação muito se interessava a Municipalidade, O auto de correição – do ouvidor-geral e corregedor da comarca Dr. Agostinho

Pacheco Teles, de 30 de dezembro de 1735, nuns do seus parágrafos determinara que, *convindo muito à saúde dessa cidade que a vala que nela se fez da lagoa da Ajuda para a Prainha esteja sempre desimpedida para correrem por ela livremente as águas, nenhuma pessoa de qualquer qualidade e condição lançasse nem mandasse lançar entulho, lixo, varreduras, e imundícies e outra cousa que possa embarçar o curso das águas*. Os infratores seriam condenados: sendo escravos cem açoites e dois meses de galés e sendo livres, pagariam a multa de 20\$ para o conselho e para o denunciante.

Ainda com referência às águas que corriam para a vala, obstruída frequentemente, de forma a ocasionar inundações de terrenos marginais, como sucedeu em 1731; em carta datada de 9 de maio desse ano escreveram os vereadores ao guardião do convento de Santo Antônio, acusando-o de transgredir as posturas municipais e impedir a correnteza das águas, devendo por esse motivo ser interceptado não só o caminho particular para passagem de carros, como o portão, construído pelos frades. (*Arquivo do Distrito Federal* – 3º vol. – pág. 12).

Desde a queda do Napoleão, em 1814, vieram morar na rua da Ajuda – “a bela rua da Ajuda”, como a chamou Debret – comerciantes franceses e profissionais de artes liberais que tão sensível influência exerceram sobre a vida nacional em todas os setores da inteligência e do trabalho.

Em homenagem à República do Chile, e decreto legislativo municipal n. 407, de 15 de maio de 1807, sancionado pelo prefeito Furquim Wernek denominou a antiga rua da Ajuda – *Dajoude* dos franceses, – Rua Chile.

Com a abertura da Avenida Central desapareceu a maior parte da Rua Chile, restando apenas reduzido espaço entre a Rua S. José e a avenida.

Foram demolidos 163 prédios em 1904 e 1905, à exceção dos da chácara da Floresta, que foram desapropriados em 1922, com o arrasamento do morro do Castelo.

Cada um desses prédios evocava retalhos da história da cidade, desde e alvorecer do Rio de Janeiro até o Segundo Reinado, divisando-se, porém, em contraposição ao passado, a grande avenida que a inteligência criadora de Paulo da Frontin traçou, no governo do presidente Rodrigues Alves.



Interpretando o sentir da alma carioca, na justa expansão de alegria pelo início da grande obra, em março de 1904, escreveu Olavo Bilac este cintilante trecho de crônico nº 3º número da revista *Kosmos*.

“Há poucos dias, as picaretas entoando um hino jubiloso, iniciaram os trabalhos da Avenida Central, pondo abaixo as primeiras casas condenadas. No aluir das paredes, no ruir das pedras, no esfarelar do barro, havia um longo gemido. Era o gemido soturno e lamentoso do passado, do atraso, do opróbio.

“A cidade colonial, imunda, retrógrada, emperrada nas suas velhas tradições, estava soluçando no soluçar daqueles materiais apodrecidos que desabavam. Mas o hino claro das picaretas abafava esse protesto impotente.”

Com o título “A Avenida Rio Branco e os velhos projetos de melhoramento do Rio de Janeiro”, publicamos desenvolvido estudo no *Rio Ilustrado*, de dezembro de 1942.

CLII – LADEIRA DO SEMINÁRIO – Pouco depois de instalado, em 1567 o governo colonial no morro ou penedia do Descanso, foram abertos caminhos regulares para a planície. Começaram os moradores e serventuários da governança a edificar, aqui e ali, intensificando-se as construções no governo de Salvador Correia de Sá.

Entre os funcionários providos por Mem de Sá, contava-se Mestre Vasco, porteiro da Câmara e pregoeiro da cidade, nomeado a 5 de abril de 1568 e empossado a 17 desse mês e ano, *sem embargo de ser degredado*. Ativo e generoso procurava libertar-se do labéu de degredado, agravado de algum modo pelo processo criminal que sofrera na Vila Velha, à sombra do Cara de Cão e do qual se livrara em seis meses, prestando fiança de trinta cruzados em favor da confraria do mártir São Sebastião. Para se recomendar aos governantes, abriu uma cisterna, franqueando-a aos moradores do morro e concertara um dos caminhos abrutos recentemente traçados, precisamente aquele no qual estava sua casa. Em recompensa por tais benefícios, a provisão de 6 de outubro de 1569 fê-lo cumulativamente serventuário de juízo de órfãos e da Provedoria, na qualidade de porteiro e pregoeiro – cujas funções ele as renunciou a 21 de janeiro de 1576 *por estar muito velho e doente* – assim o diz o primeiro livro de provisões e registros da Municipalidade.

Caminho do Poço do Porteiro ou, simplesmente do Porteiro, ficou conhecida a vereda que do morro ia ter aos lodaçais da planície. Na correição do ouvidor Luís Nogueira de Brito, de 24 de outubro de 1624, proveu esse magistrado sobre as terras do conselho, navios cargueiros e logradouros e, dentre os que deveriam ser conservados, incluiu o caminho de Porteiro. Apesar de figurar por vezes essa denominação em documentos oficiais até a fundação do Seminário episcopal de São José, na linguagem do povo chamou-se também ladeira da Ajuda. Em 1739 passou a ter e nome de ladeira do Seminário. O aviso régio de 14 de dezembro de 1820 proibiu edificações nos terrenos que, da Rua da Ajuda se estendiam até o morro do Castelo. Não obstante essa proibição construíram-se posteriormente pequenas casas num caminho de servidão pública aberto em 1871 na chácara de Manuel Marinho Lopes, número 41 da ladeira, como se verifica de documentos que tratam de logradouros públicos. Entre a ladeira e os fundos da igreja de São Sebastião, existiu o forte de São Januário – ou baluarte da Sé, artilhado com onze peças em princípios do século XVIII e reconstruído ao tempo do vice-reinado do marquês do Lavradio.

Para a abertura da Avenida Central demoliram-se em 1904 o casarão do Seminário de São José e os prédios n<sup>os</sup> 12 a 26 e 1 a 15, tendo sido excluídos 19 imóveis erguidos no lance superior da ladeira e 6 no alto do morro. Posteriormente, sendo pequeno o espaço para a construção do edifício da Biblioteca Nacional, foram desapropriados aqueles 19 prédios.

Decretada na administração do prefeito Carlos Sampaio a demolição total do morro, desapareceram em 1921 e 1922 os seis únicos imóveis que restavam na ladeira.

Do caminho do Poço do Porteiro, e da ladeira da Ajuda ou do Seminário, que atravessaram os séculos de existência da cidade, tudo desapareceu com a derrubada da colina histórica, que foi o primeiro assento do Rio do Janeiro.

CLIII – SEMINÁRIO DE SÃO JOSÉ – A 2 de fevereiro de 1739, o bispo Dom Antônio de Guadalupe comprou a Manuel Pereira da Silva e sua mulher D. Maria da Conceição um terreno que pertencera a antiga chácara do Caminha para a fundação do Seminário de São José, cujos primeiros estatutos são de 3 de maio de 1740, sucessivamente modificados por quase todos os prelados da diocese.

Em 1873, o bispo D. Pedro Maria de Lacerda separou o Seminário maior do menor, passando este para um prédio da antiga chácara do Bispo, no Rio Comprido. Em 1891, D. José Pereira da Silva Barros uniu, de novo, os dois seminários e os estabeleceu definitivamente nesse bairro da cidade.

O antigo Seminário estava em parte situado na ladeira do seu nome, constituindo um grupo de prédios (nº 2 a 12), numa das abas do morro do Castelo, próximo à Rua da Ajuda, na altura mais ou menos do local onde hoje se vê o edifício da Biblioteca Nacional. Todos os prédios que pertenciam ao Seminário foram demolidos em 1904.

CLIV – CONVENTO DA AJUDA – A exemplo dos moradores da cidade do Salvador, pleitearam os do Rio de Janeiro a fundação de um recolhimento destinado a mulheres. Para este fim começaram os devotos a receber donativos durante a prelasia de Manuel de Sousa e Almada.

Em 1678, Francisco da Silveira Dias, sucessor de Almada, e frei Custódio da Madre de Deus, guardião da convento de Santo Antônio, conseguiram construir pequena casa, na qual recolheram as primeiras conversas, a viúva Cecília Barbalho, filha do mestre-de-campo e ex-governador Luís Barbalho Bezerra (1643-44), suas três filhas solteiras e mais duas donzelas pertencentes a famílias distintas da Capitania.

Para o fanatismo religioso do tempo não bastara a casa que se levantara junto à ermida de Nossa Senhora da Ajuda, erigida como protetora dos homens da mar. Tornava-se mister um convento, amplo, com acomodações para agasalhar debaixo de seus tetos grande número de mulheres dispostas a viver encerradas em claustros. A Câmara da cidade, procurando satisfazer esses desejos, impetrou sem demora à metrópole a fundação de tão ambicionado convento, reiterando os vereadores os votos do povo em carta de 22 de junho de 1679, com a alegação de que D. Cecilia Barbalho resolvera oferecer toda a fortuna que possuía e empregá-la em favor da projetada casa conventual. O Conselho Ultramarino opinou que se negasse consentimento para semelhante edificação, por julgar necessário o aumento da população na colônia e ser mais conveniente o estado conjugal, no qual as mulheres poderiam fazer a Deus muitos serviços. Em julho de 1694 voltou a Câmara a suplicar à metrópole à criação do convento – tendo a protegê-la o reitor dos jesuítas. Mas, ainda dessa vez o Conselho Ultra-

marinho se mostrou inflexível, consentindo apenas que continuassem as mulheres no recolhimento junto à ermida. A 11 de fevereiro de 1705 concedeu-se, afinal, consentimento para construção do convento e ingresso de cinquenta freiras, entrando neste número – escreve Melo Morais, pai, na *Crônica Geral e Minuciosa* – pág. 128) algumas das conversas. Lançou-se a pedra fundamental da edificação, paralisando-se as obras, como verifica da correição do ouvidor Manuel da Costa Mimoso, de 15 de novembro de 1728, para que o procurador da Câmara pusesse todo o cuidado em evitar usurpação de chãos no sítio da Ajuda – no qual, segundo informação do conselho havia um campo destinado à cerca do convento das freiras, obra que não tinha tido efeito. Obtida, a 20 de novembro de 1749, outra carta régia, o bispo D. Frei Antônio da Desterro, lançou a pedra fundamental do convento da Ajuda noutro ponto, próximo ao mar. Expedido o breve pontifício que o autorizava a receber novas religiosas da regra de Santa Clara, inaugurou-se o edifício sob o risco do brigadeiro José Fernandes Pinto Alpoim, a 30 de março de 1750, com grandes festejos populares. Esse acontecimento repercutiu na capital da reino, chegando a publicar a *Gazeta de Lisboa* notícia dos festejos.

Os autos de correição de 18 de setembro de 1754, 23 de outubro de 1756, 31 de outubro de 1757, 15 de dezembro de 1759 e 24 de dezembro de 1760, tratam da prolongada demanda que manteve o senado da Câmara com as freiras da Ajuda, por motivo de terras nesse bairro e os *Extratos de Aforamentos*, comentados pelo esforçado esmerilhador de velharias Restier Gonçalves, registram as questões suscitadas em consequência da demarcação e compra de terrenos.

Era 1795, sob o vice-reinado do conde de Resende e sendo abadesa sóror Ana Querubina de Jesus, inaugurou-se o chafariz das Saracuras, doado, por ocasião da demolição do convento, pelo arcebispo, à Prefeitura, que o fez assentar numa das praças do bairro de Ipanema.

O edifício do convento foi vendido em 1911, a uma empresa que pretendia levantar no local um grande hotel – obra que não conseguiram realizar os capitalistas interessados nesse projeto. Foi afinal demolida a casa conventual, erguendo-se atualmente nesse trecho da cidade, chamado Cinelândia ou bairro Serrador (em homenagem ao industrial Francisco Serrador), soberbas construções.

A 1º de junho de 1928 inaugurou-se um dos primeiros arranha-céus da cidade no quarteirão Serrador. Foi, ali, precisamente no lugar onde viveram enclausuradas as freiras da Ajuda, que se celebravam, pelo Natal, tocantes cerimônias, com os três reis magos, caravana de cativos e camelos do Oriente. E em frente ao convento, se acotovelavam devotos de Nossa Senhora da Conceição da Ajuda para ouvir a cantoria e os motes recitados por aquelas monjas e glosados pelos repentistas naqueles “outeiros”.

CLV – RUA DA GUARDA VELHA – Antigo caminho, aberto no século da colonização, à margem da lagoa de Santo Antônio, teve maior desenvolvimento depois de aterrado esse brejal. Segundo o historiador do tombamento das ruas da cidade, Inocêncio da Rocha Maciel, os terrenos marginais à lagoa foram aforados pela senado da Câmara a diversos em 1740, para edificações, e entre eles as que posteriormente pertenceram a D. Ana de Lemos Mascarenhas e por último ao bispo D. José J. Justiniano Mascarenhas Castelo Branco, com frente para o Largo que se chamou da Mãe do Bispo (denominação popular, que foi mudada para a de Ferreira Viana, por ato da Câmara Municipal, de 14 de maio de 1888, em homenagem ao conselheiro Antônio Ferreira Viana, falecido a 10 de novembro de 1904, perpetuando-se assim os serviços prestados à causa pública pelo ilustrado administrador). A respeito do nome – Mãe do Bispo, desenterra um punhado de recordações o historiador Escragnole Dória, no número das revista *Eu sei tudo*, de janeiro de 1922.

Chamou-se Rua Bobadela, em honra a Gomes Freire de Andrada, conde de Bobadela e governador do Rio de Janeiro (1733-63), que estabelecera no princípio da rua uma guarda para manter a ordem entre os escravos que iam ao chafariz da Carioca. Daí a denominação de Guarda Velha.

Em 1803 nivelou-se toda a extensão da rua. A vistoria de 27 do abril desse ano, aprovado por acórdão dos vereadores a 8 de julho, determinou o entulhamento de pântanos que ainda existiam nas vizinhanças da chácara da Mãe do Bispo e da Rua dos Barbonos. Pela vereança de 14 de janeiro de 1807 resolveu o Senado da Câmara que os frades de Santa Antônio restabelecessem o alinhamento do logradouro, interceptado pelo portão do convento e, além disso, se obrigassem e consertar a rua.

Devido às freqüentes inundações, com o extravasamento das águas dos charcos, a edificação na Rua da Guarda Velha fez-se lentamente e, ainda em 1808, o primeiro lançamento para a cobrança da décima urbana (criada pelo alvará régio de 27 de junho naquele ano), coletou apenas 24 prédios, 3 do lado direito e 21 do esquerdo.

Plancher, no *Guide de L'Etranger*, de 1828, registra nesse ano a sede da Secretaria de Estado do Ministério do Império no prédio onde, na metade do século XIX, se instalou o Liceu de Artes e Ofícios, fundado em 23 de novembro de 1856 e inaugurado a 9 de janeiro do ano seguinte.

Em 21 de novembro de 1882, Benevenuto Berna e outros solicitaram à Câmara Municipal designar com o nome de Bethencourt da Silva, a antiga Rua da Guarda Velha, em homenagem ao Dr. Francisco Joaquim Bethencourt da Silva, fundador daquele Liceu. A proposta não foi, porém, aceita por já existir um logradouro com esse nome.

Denominada – Treze de Maio – em sessão da Câmara Municipal, de 14 de maio de 1888, por proposta do vereador Pedro Gonçalves de Souto Carvalho, depois de se referir o proponente ao decreto do dia anterior que abolira a escravidão no Brasil, aduzindo patrióticas considerações.

O prefeito Cândido Barata Ribeiro expediu a 26 de abril de 1893 um decreto, no qual mandava desapropriar prédios dessa rua necessários ao seu alargamento, não se executando, no entanto, nenhuma providência nesse sentido, após a retirada do preclaro administrador, cuja nomeação, feita pelo marechal Floriano, não merecera o beneplácito do Senado Federal. Dez anos decorridos da gestão de Barata Ribeiro, o Decreto nº 455, do 23 de novembro de 1903 mandou desapropriar os prédios da Rua Treze de Maio para o seu alargamento. A 13 de maio do ano seguinte efetuou-se a cerimônia de inauguração do primeiro trecho alargado do logradouro que se estende paralelamente à Avenida Rio Branco.

Vieira Fazenda, em seis crônicas, insertas no tomo 88 da *Rev. do Inst. Hist.*, Hermeto Lima, no *Correio da Manhã*, de 26 de outubro de 1923 e Retier Gonçalves, em *Índices e Extratos de Aforamentos*, tratam minudentemente dessa velha e tradicional rua carioca.

CLVI – TRAVESSA SANTO ANTÔNIO – Aberto nos tempos coloniais um caminho que da Rua da Ajuda se dirigia à da Guarda Velha,

em frente à ladeira de acesso ao morro de Santo Antônio, crismaram por esse motivo de travessa de Santo Antônio. Em 1832, ano em que se aterraram terrenos alagadiços, já o conheciam com o nome de Rua Santo Antônio, sendo insignificante o número de prédios coletados nesse ano para a cobrança da décima urbana.

Pelo decreto executivo municipal nº 502, de 19 de novembro de 1904 foi aprovada a modificação do plano que se organizara em 1893, para o alargamento do logradouro.

Com as obras de abertura da Avenida Central, um terço dessa rua desapareceu, tendo sido demolidos 35 prédios.

Pelo Decreto nº 1.570, de 17 de junho de 1921, passou a denominar-se *Bethencourt da Silva* - em memória do arquiteto Francisco Joaquim Bethencourt da Silva. Transferiu-se pelo mesmo decreto a nomeação Santo Antônio para o trecho da Rua S. José - entre a avenida e o Largo da Carioca.

CLVII - RUA DOS BARBONOS - Chamou-se, a princípio, *caminho dos arcos da Carioca* e não passava, então, em fins do século XVII, de estreita vereda, aberta em terrenos da chácara de N. S. da Ajuda para o Desterro, que se comunicava com a várzea de N. S. da Ajuda. Acentuou-se o seu desenvolvimento, depois de 1742, sendo conhecido por *Barbonos*, por causa dos missionários italianos, *barbônios*, que naquele ano ali instalaram o seu hospício, em terras de propriedade de ascendentes do conselheiro Antônio de Meneses Vasconcelos de Drummond - como se lê na *Crônica Geral e Minuciosa do Império do Brasil* (pág. 100), de Melo Moraes, pai. Na horta dos barbadinhos italianos, foram iniciadas, no Rio de Janeiro, as plantações de café, muito concorrendo para sua cultura o bispo D. José J. Justiniano Mascarenhas Castelo Branco. No local onde esteve o edifício do hospício, construiu-se o quartel da polícia.

Em homenagem ao príncipe Jorge, regente do reino da Grã-Bretanha, e ao rei D. João VI, de Portugal lançou-se, em 12 de agosto de 1820, em virtude do tratado de 19 de fevereiro de 1810, a pedra fundamental do templo anglicano, consagrado a S. Jorge e a S. João, em terreno onde residira o bispo Castelo Branco.

Por ato da Câmara Municipal, de 17 de dezembro de 1870, denominou-se Rua Evaristo da Veiga, em memória do publicista da Re-

gência Evaristo Ferreira da Veiga e Barros, nascido no Rio de Janeiro a 8 de outubro de 1799 e falecido na mesma cidade a 12 de maio de 1837.

Pelo Decreto nº 636, de 31 de outubro de 1906, nº 781, de 10 de maio de 1910, foram desapropriados prédios para a abertura da praça dos Arcos e pelo de nº 990, de 22 de outubro de 1914 outros imóveis necessários ao alargamento da rua – cujo projeto fora aprovado a 28 de setembro de 1906.

CLVIII - FONTE DAS MARRECAS - Inaugurada em 1785, no vice-reinado de Luís de Vasconcelos, como se verifica da inscrição publicada por Moreira de Azevedo, no *O Rio de Janeiro*, e reproduzida em vários trabalhos de investigação histórica. Possuía cinco marrequinhas de bronze - das quais, três foram ofertadas pelo coronel Luís Cintra ao Instituto Arqueológico Pernambucano, onde se encontravam ainda em 1906, quando da visita do Dr. Afonso Pena à cidade do Recife. As outras marrequinhas, recolhidas ao Arquivo Municipal, encontram-se atualmente no Museu Histórico da cidade. Em 1880 retiraram-nas para conserto, procedido pela Inspetoria de Obras Públicas, modificando-se sensivelmente o aspecto da obra de escultura de Mestre Valentim. Esse chafariz foi demolido em 1902 por ocasião das novas obras de ampliação do quartel de polícia, à Rua Evaristo da Veiga, cuja pedra fundamental é de 12 de novembro de 1889. A esse ato compareceu o imperador D. Pedro II, tendo sido a última cerimônia a que compareceu o monarca.

Magalhães Correia, em *Terra Carioca - Fontes e Chafarizes*, e o desembargador Vieira Ferreira, em *Antigas inscrições do Rio de Janeiro*, oferecem excelentes contribuições sobre a histórica fonte das Marrecas, descrita com certa minúcia por Luís Gonçalves dos Santos.

CLIX - RUA DAS MARRECAS - Aberta em 1789, com o nome de rua das Belas Noites, mudado pouco depois para Marrecas. Em 1888, por proposta do vereador José Carlos do Patrocínio, em sessão da Câmara Municipal, de 14 de março, denominou-se André Rebouças, em homenagem ao engenheiro desse nome (falecido a 9 de maio de 1898). No ano seguinte, por deliberação municipal de 8 de outubro, passou a chamar-se Barão de Ladário, em honra do almirante José da Costa Azevedo, último ministro da Marinha sob o governo monárquico (falecido a 24 de outubro de 1904). Perdeu essa denominação por ato da Intendência Municipal, de 22 de ja-



neiro de 1890. Retornou à nomeação Barão de Ladário, em 1892, e, pelo Decreto nº 1.165, de 31 outubro de 1917, teve, de novo, a crisma Marrecas, que ainda conserva. Foi alargada e ladeada por alguns prédios modernos.

CLX - LADEIRA SANTA TERESA - Antigo *caminho para o convento de Santa Teresa* - ou - *caminho de Santa Teresa*, aberto regularmente em 1752, embora existisse desde o século anterior uma vereda que da planície se comunicava com o antigo morro do Desterro. Há um ponto nessa ladeira, pouco abaixo do convento, célebre na história da invasão francesa de Duclerc, por terem alguns patriotas em 19 de setembro de 1710, tendo à frente o padre Francisco de Meneses, aí lutado com os invasores, dificultando-lhes a chegada ao centro da cidade.

Sob proposta do vereador Roberto Jorge Haddock Lobo, teve a 3 de dezembro de 1859 a denominação de ladeira Santa Teresa, extensiva à subida que, do ponto terminal da Rua dos Barbonos ia ter à caixa-d'água da Misericórdia, na interseção das ruas D. Luísa e do Aqueduto. A portaria do Ministério do Império, de 22 daquele mês e ano, aprovou essa deliberação municipal.

CLXI - CONVENTO DE SANTA TERESA - Lançada a primeira pedra do convento a 24 de junho de 1750, um ano depois, justamente a 24 de junho, deixaram a capelinha do Menino Deus as religiosas que ali se haviam recolhido e foram residir na casa conventual, que vagarosamente se ia levantando.

No *Brasil Pitoresco*, descreve-o Charles Ribeyrolles, achando encantador o sítio onde o construíram. “Castelo senhorial, que vale bem o castelo da Alma, ao qual se chega pelo caminho da perfeição” - acrescenta o proscrito francês e grande amigo de Vitor Hugo.

John Luccock, outro estrangeiro ilustre que registrou em sua obra a velha casa conventual mandada construir pelo conde de Bobadela, é menos amável nas referências feitas em suas *Notas sobre o Rio de Janeiro e partes meridionais do Brasil*, explicando-se essa restrição por um ponto de vista doutrinário com que o viajante e negociante inglês julgava a ação da Igreja Católica no Brasil.

CLXII - RUA DAS MANGUEIRAS - Aberta em terras da grande *chácara das mangueiras*, que pertencera a Gomes Freire de Andrada e fora dada em testamento às freiras de Santa Teresa, Bobadela adquirira

essa propriedade a Antônio Rebelo Pereira por 15 mil cruzados, a 16 de novembro de 1750.

Em 1815 foi aterrado um trecho, que chuvas de verão inundavam, extravasando as águas de duas valas que recebiam as enxurradas do morro de Santa Teresa.

Em sessão da Ilma. Câmara Municipal, de 3 de junho de 1871, denominou-se Rua Visconde de Maranguape, aprovando essa deliberação a portaria do Ministério do Império, de 17 daquele mês e ano, em memória do senador conselheiro Caetano Maria Lopes Gama, visconde de Maranguape (falecido a 21 de junho de 1864).

Com a abertura da Avenida Mem de Sá, a Rua Visconde de Maranguape foi beneficiada, alargando-se o trecho principal, junto da Lapa.

Em 1891, o engenheiro Luís Pires Farinha Filho pretendeu abrir uma rua que, partindo da do Visconde de Maranguape, fosse terminar no Largo da Mãe do Bispo, atravessando as Ruas das Marrecas e Senador Dantas.

CLXIII - RUA SANTA TERESA – Parte dessa rua foi aberta em 1770, através da chácara das mangueiras, então pertencentes às freiras do convento de Santa Teresa.

A 21 de julho de 1803, procedeu-se uma vistoria na Rua *Nova de Santa Teresa*, a requerimento dos moradores, por se achar tortuoso o logradouro em lugar próximo à ladeira. Mais tarde, 30 de junho de 1820, nova vistoria mandou proceder ao senado da Câmara para verificar o alinhamento e alargamento *entre as casas do Regedor e as que lhe são fronteiras, em vista de alegações do padre Domingos José da Silva, procurador das freiras de Santa Teresa, contrárias à demolição de uma casa que deitava para os arcos da Carioca.*

A 19 de junho de 1885 foi denominada Doutor Joaquim Silva, em memória do médico Dr. Joaquim José da Silva (falecido a 30 de setembro de 1857). O Decreto nº. 1.165, de 31 de outubro de 1917, denominou-a simplesmente Rua Joaquim Silva.

CLXIV - ARCOS DA CARIOCA – Desde a governança de Martim Correia de Sá (1602-1608), fora sugerida a organização de um serviço de abastecimento de água à cidade, cogitando-se do lançamento de uma finta para trazer as águas do rio Carioca até o campo de N. S. da

Ajuda. Dificuldades de toda espécie impediram, no entanto, que se executasse o grande melhoramento, com a necessária presteza. Antes, porém, da carta régia de 6 de maio de 1672, autorizando a aplicação dos dinheiros arrecadados por conta do subsídio pequeno dos vinhos, em favor daquele melhoramento, já a correição do ouvidor Sebastião Cardoso de Sampaio, em 26 de maio de 1663, aludira em seu provimento ao *prosseguimento das obras, que estavam continuadas*.

Em princípios do século XVIII atingiu afinal a canalização ao local da ermida de Nossa Senhora da Ajuda. Sucedendo no governo da Capitania a Antônio de Brito e Meneses (1717-19), Aires de Saldanha e Albuquerque Coutinho Matos e Noronha (1719-25), iniciou a construção dos arcos da Carioca, em direção ao morro de Santo Antônio. Em carta de 16 de novembro de 1722 endereçada à metrópole, dizia Saldanha que a obra já estava tão adiantada que *dentro de dois meses ficará junto ao muro da cidade*.

Em 1723 ficou concluída a primitiva fonte da Carioca, gravando-se numa das arcadas esta inscrição:

SENDO GOVERNADOR AIRES DE SALDANHA SE FEZ SOB SUA DIREÇÃO  
ESTA OBRA PRINCIPIOU EM 1719 E FOI CONCLUÍDA EM 1723

Em pouco tempo ficaram arruinados os encanamentos, em consequência da falta de conservação, além de atos de vandalismo praticados por moradores e escravos, que destruíram as obras realizadas. Autorizado pela carta régia de 28 de abril de 1744, Gomes Freire de Andrada tratou de reconstruir o aqueduto, dando-lhe melhor direção e ligando-o ao morro de Santo Antônio por uma dupla arcaria de pedra e cal, com 42 arcos. Este importante melhoramento executou-o em grande parte o engenheiro José Fernandes Pinto Alpoim.

Reparados os arcos em 1774, no vice-reinado do marquês de Lavradio, e em 1779, no início do governo de Luís de Vasconcelos, cuidaram, nesses anos, de reforçar o suprimento do Carioca, com outras correntes de água – trabalho que se estendeu à gestão administrativa do conde de Resende e teve grande aumento durante a permanência da família real nesta cidade.

Em 1817, sendo por demais insuficientes as águas do Carioca para o abastecimento do povo, foram alvitrados novos planos, encaminhando-se as águas do rio Maracanã até o campo de Santana – onde se inaugurou a 13 de maio do ano seguinte o primeiro chafariz dessa canalização.

No 4º número da *Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional* damos desenvolvida notícia histórica sobre o aqueduto da Carioca – de seus primórdios no século XVII até 1926. Abrange esse estudo pormenores relativos aos dois chafarizes – o que foi demolido em 1829 e o que desapareceu na administração do prefeito Dr. Alaor Prata Soares.

CLXV – RUA NOVA DOS ARCOS – Cordeada em 1805, em terrenos foreiros à Municipalidade e contidos nos limites da sesmaria primitiva de 1566 (nos quais se iniciou a medição da sua testada em 1755), como se lê no tombamento de Inocêncio da Rocha Maciel, foi interceptada em 1808 por inundações provenientes de charcos, que impediam o seu prolongamento. Por essa época já possuía 12 casas, todas do lado direito. A vereança de 9 de outubro de 1816, em virtude da provisão régia de 7 do mesmo mês e ano, ordenou o prolongamento da rua até a do Lavradio, removendo-se o *cercado* que dificultava a passagem de seges. O aviso régio de 5 de dezembro, ainda de 1816, reiterou o que fora determinado na provisão de 7 de outubro e mandou retirar os entulhos e aterrar os charcos, procedendo-se a 21 de novembro uma vistoria para se conhecer com *inteira certeza das obras a realizar*. A 1 de fevereiro de 1818, o ouvidor Manuel Pedro Gomes expediu novas ordens para o prosseguimento das obras. Reclamavam, então, os moradores, contra o nivelamento que queriam dar a essa rua, com *prejuízo de seus prédios*. Atendeu-os o aviso régio de 5 de agosto, pelo qual D. João VI mandou sustar toda e qualquer obra, aguardando-se a solução do pleito sujeito aos tribunais de justiça.

O prolongamento da rua dos Arcos, como já se chamava, foi uma obra lenta e penosa. Charcos e valas que se estendiam às Ruas S. Lourenço (Inválidos) e Resende, alagavam na estação calma trechos do logradouro e ainda, em 1821, a vistoria de 10 de setembro aconselhou a interdição da rua até à do Lavradio, até que fosse aterrado o pântano e *cessasse esse escandaloso desleixo das autoridades*. Em 1826 fundou-se, do lado

direito, junto aos arcos, um teatrinho particular, coberto por um toldo. Essa casa de espetáculos ali esteve até 1836.

Autorizada pelo governo imperial, a Câmara Municipal, em sessão de 18 de maio de 1859, resolveu retirar um dos pegões dos arcos da Carioca, que ficava ao centro da rua, para facilitar o trânsito e mais tarde em 1872, na parte fronteira à rua Evaristo da Veiga, a Companhia City Improvements fez demolir dois arcos que foram substituídos por um, gastando-se nessa obra 39:440\$. Esta demolição, informa-nos Vale Cabral (*Guia do Viajante no Rio de Janeiro*), foi executada com perfeição admirável, mostrando-nos a solidez da grande obra da engenharia colonial.

A Rua dos Arcos - que com mais propriedade deveria chamar-se - do Arco - teve em 26 de setembro de 1889, sob proposta dos vereadores Dias Ferreira, Constante Jardim e outros, a denominação - *Francisco Belisário*, em memória do conselheiro e senador Francisco Belisário Soares de Sousa, nascido a 9 de novembro de 1839 e falecido a 24 de setembro de 1889. Pelo decreto n. 1.165, de 31 de outubro de 1917, voltou o se chamar Rua dos Arcos.

Para a abertura da praça dos Arcos, desapropriaram-se os prédios ns. 1 a 5 da rua do mesmo nome e ns. 94 a 106 da Rua Evaristo da Veiga (decretos n. 636, de 31 de outubro de 1906 e nº 781, de 10 de março de 1910).

CLXVI - ESTRADA DE MATA-CAVALOS - Já em fins do século XVII existia um caminho que, das faldas ocidentais do morro do Deserto (Santa Teresa) se comunicava com a lagoa da Sentinela, encontrando neste ponto, outras veredas que se dirigiam a Catumbi, Mata-porcos, vale do rio Comprido, S. Cristóvão e Engenho Velho. À medida que se foi cordeando outro caminho, um pouco distanciado do morro denominado da *Bica*, vários moradores adquiriram terrenos nessa nova via pública para edificações domiciliares e engenhos de cana-de-açúcar. Atravessava o caminho da Bica ou da Chácara da Bica, atoleiros, que muito dificultavam a passagem de animais e os fatigava de tal forma - diz-nos Melo Moraes (*Crônica Geral e Minuciosa do Império do Brasil* - pág. 101) que alguns morriam atolados - motivo pelo qual lhe dotam a nome de *Mata-Cavalos*, substituindo o de caminho, do Bico, que vai para S. Cristóvão. Era *suas Memórias Históricas do Rio de Janeiro*, monsenhor Pizarro faz referência à

aziaga de Mata-cavalos (vol. 7º pág. 23 - nota 3) e acrescenta o historiador carioca: “Em outro tempo, a passagem do lugar do Desterro se fazia por um caminho de lameiro seguido, onde os animais de transportes, cansados de trabalhar, por ele morriam frequentemente afadigados, ficando por esse motivo conhecido por Mata-cavalos o estrada que os estragava...”

Sujeita a grandes inundações, com as enxurradas dos morros de Santa Teresa e Pedro Dias (Senado) e das que provinham das valas que em vários trechos atravessavam seus terrenos, foi aterrada numa pequena porção em 1780, corrigindo-se posteriormente os defeitos que se notavam no alinhamento para as bandas da lagoa da *Sentinela*, - como aos esclarece a petição de 4 de julho do 1810, endereçada pelo desembargador Manuel Pinto Coelho ao senado da Câmara. A este respeito, é bem curiosa a portaria de 6 de novembro daquele ano, do ministro marquês de Aguiar, expedida ao juiz de fora, presidente do senado da Câmara, dando provimento, em nome do príncipe regente, à representação do intendente-geral da polícia Paulo Fernandes Viana sobre edificações levantadas em Mata-cavalos, Barro Vermelho, Valongo e estrada do Andaraí, sem obedecerem ao alinhamento das ruas. (*Logradouros públicos* – 1808 - 1821 - Arq. Mun.)

São dessa época inúmeros embargos de obras e vistorias realizadas pela Municipalidade, para melhor regularização do arruamento. “Embora bem frequentada, a estrada de Mata-cavalos, ao tempo em que o viajante e negociante inglês Luccock esteve ao Rio de Janeiro, em seu conceito era destinada mais à passagem de animais do que propriamente à habitação.” A referência do autor de *Notas sobre o Rio de Janeiro e partes meridionais do Brasil*, não exprime a verdade dos fatos. Desde os últimos anos do século XVII, foi um dos pontos da cidade preferido para habitação, localizando-se no caminho da Bica, posteriormente estrada de Mata-cavalos, inúmeros moradores e proprietários, em pequenas e grandes chácaras, das quais algumas retalhadas no século XIX para abertura de ruas e outras abandonadas, transformando-se os prédios em cortiços ou casas de cômodos, muito antes das vistosas construções que se levantaram no tradicional logradouro.

Através do tombamento de Inocência Maciel, dos *Extratos de Aforamentos* e de minudentes notas que possuímos, foram, entre outros, possuidores ou moradores de pequenas e grandes chácaras: Águeda Maria de Avelar Botelho, Albino de Lima, Ana Rosa de Jesus (esposa de Francis-

co Lopes da Cunha), Antônio Fernandes Vaz, Antônio Ferreira, Antônio Ferreira das Neves, Antônio Genele (brigadeiro), Antônio João do Menezes (brigadeiro), Antônio José Lopes de Araújo, Antônio Leite Ferreira (padre), barão do Rio da Prata, Bernardo José dos Reis, Carlos José Jesus, Cláudio Antunes Benedito, Cláudio José Pereira da Silva (coronel), Constantino José Marques Lousada, Cristóvão Lopes Leitão (irmão da Misericórdia), Diogo Soares da Silva de Bivar (conselheiro), Domingos da Rocha da Silva, Fernando Antônio Pereira do Lago, Francisca Luísa Xavier Souto, Francisca Rosa Benedita, Francisco de Paula Matos, Francisco de Paula Vasconcelos (marechal), Francisco Ferreira das Neves, Francisco José Filho, Francisco José Gonçalves, Francisco Lopes da Cunha, Francisco Luís da Costa Guimarães, Francisco Manuel Chaves, Francisco Viegas de Azevedo (foreiro à Câmara desde 6 de outubro de 1713), Francisco Xavier (guarda-mor da Alfândega), Inácio da Cunha, Jacinto Manuel de Oliveira (desembargador), João Joaquim Teixeira de Macedo, João José Ferreira dos Santos, João Pinto Rodrigues, Joaquim Carlos Freire dos Santos (herdeiro de Mariana Rasa Ferreira), Joaquim da Rocha e Silva, Joaquim de Almeida Souto, Joaquim Manuel Gago da Câmara, Joaquim Teixeira de Macedo (escrivão aduaneiro), José Bernardo Brandão, José Caetano Comes (conselheiro), José Cardoso, José Fernandes da Fonseca, José Ferreira da Rocha Araújo, José Ferreira dos Santos, José Inácio Aleixo, José Manuel Marques Guimarães, José Maria Bontempo (médico), José Maria Cavagna Quaresma (funcionário municipal) José Maria Colaço de Magalhães (visconde de Condeixa), José Maria Raposo, José Pereira da Fonseca, José Vicente de Noronha Torresão (oficial da Secretaria da Marinha), Leocádia Gonçalves de Lima, Luís Antônio da Costa Barrados, Luís Botelho Correia de Mesquita (sargento-mor), Luís Joaquim Moreira, Luís Pereira da Silva Manuel, Luís Pinto Guedes (camarista da paço), Luísa Escolástica Botelho (filha do sargento-mor Luís Botelho), Manuel Antônio Belonda, Manuel Caetano Diniz, Manuel Cornélio dos Santos, Manuel Ferreira Xavier dos Santos, Manuel Francisco da Costa, Manuel Gomes Ferreira, Manuel Gomes Teixeira, Manuel José de Sousa França (conselheiro), Manuel José Comer de Oliveira, Manuel Lino Coelho (desembargador), Manuel Luís Maldonado, Manuel Marques Guimarães, Manuel Pinheiro (capitão), Maria Bernardina Pacheco (viúva de João Pinto Rodrigues

e casada em segundas núpcias com Cláudio José Pereira do Silva), Maria Conceição Vila Real (casada com Paulo da Silva Santos), Maria da Glória Muniz e Matos (casada com Francisco de Paula Matos), Maria Dias (casada com José Cardoso), Mariana Rosa Ferreira, Marquês de S. João do Palma (mordomo do paço), Marquesa do Nazaré, Nicolau da Silva Lisboa (advogado), Paulo da Silva Santos, Pedro Bandeira do Gouveia, cônego), Pedro Dias Pais Leme (guarda-mor), cuja chácara foi desmembrada pelos herdeiros, conforme se vê no fascículo I, pág. 65 de *Índices e Extratos de Aforamentos* organizados pelo operoso Restier Gonçalves; Pedro José de Sousa Pimentel, Pedro Nolasco Amado da Horta Forjaz Leme, Religiosas de Santa Teresa, Rodrigo José Gonçalves (filho de Leocádia Gonçalves de Lima), Roque Luís de Macedo (cônego), Senhorinha de Morais Rocha (viúva de José Ferreira da Rocha Araújo), Teodoro Ferreira de Aguiar (cirurgião), Tomás Xavier Ferreira de Meneses (construtor e empreiteiro), Tomás Xavier Gonçalves de Almeida (conselheiro), Tomásia Rosa do Amor Divino Rocha, Vitorino Vieira Guimarães e Zeferino Pimentel Moreira Freire (brigadeiro).

Em 1808, pelo primeiro lançamento para cobrança da décima urbana, criada pelo alvará de 27 do junho, possuía 75 casas, quase todas no interior de chácaras, sendo 49 da lado direito o 26 do esquerdo. Vinte e um anos depois, revista Walsh (*Notices of Brasil in 1828 and 1829*), na extensão de 670 braças, 254 prédios, sendo o trecho entre a Lapa o a Rua do Resende o que possuía maior numero de prédios, no interior de chácaras. Uma grande vala, que passava pelas chácaras de Teixeira de Macedo, brigadeiro Meneses e D. Águeda de Avelar, foi aterrada em 1837, executando a Municipalidade nesse ano o rebaixamento do leito da rua, na porção em que se encontrava com o morro do Senado. Novas obras dessa natureza foram feitas em 1843, 1849, 1857, 1874, 1877, e ainda em 1896, fazia a Prefeitura rebaixar outro trecho da rua, nas proximidades da ladeira do Senado. As obras mais eficientes se executaram, porém, nas administrações municipais de Luís de Meneses Vasconcelos de Drummond (1841-45) e João Silveira do Filar (1845- 49) o Adolfo Bezerra de Meneses (1873-77), fazendo-se em 1877 o alargamento entre o chafariz do Menino Deus e a Rua dos Inválidos, com terrenos cedidos por Maria Viale Quartim.



Desde 24 do outubro de 1848 chamou-se Rua de Mata-cavalos em lugar de estrada.

For sessão da Câmara Municipal, de 4 de julho de 1865, sob proposta dos vereadores Drs. João Batista das Santos e Francisco de Meneses Dias da Cruz, mudou-se a denominação Mata-cavalos para a de Riachuelo, em memória da batalha naval em que foi vitoriosa a esquadra brasileira nas águas do rio Paraná (11 de junho do 1865). A portaria do Ministério do Império de 15 daquele mês e ano aprovou a nova nomeação.

O decreto legislativo municipal nº 69, de 20 de janeiro de 1894, autorizou o Prefeito a desapropriar por utilidade pública a chácara n. 39, necessária ao alargamento da rua. Para a abertura da Avenida Mem de Sá, projetada pelo prefeito Pereira Passos, foram demolidos os prédios números 62 a 96 e a 28 de abril de 1922, pelo Decreto nº 1.713, os imóveis de números 221 a 231, para instalação dos serviços municipais da Superintendência da Limpeza Pública.

CLXVII – CAPELA DO MENINO DEUS – Edificada na chácara da *Bica*, em Mata-cavalos de 1742 a 1744 e inaugurada em janeiro deste último ano, nas proximidades da ermida do Desterro, fundada por Antônio Gomes do Desterro em 1624. Sob a epígrafe - *A ermida do Menino de Deus em Mata-cavalos e a origem do convento de Santa Teresa*, lê-se no 3º volume da revista *Arquivo do Distrito Federal* (pág. 339), interessante contribuição histórica de Melo Moraes Filho.

Caindo em ruínas a capelinha de romanesca tradição, pertencente à irmandade do Menino Deus e N.S. da Conceição, com o compromisso aprovado em 30 de abril de 1900, foi reconstruída depois de 1920, pelas carmelitas de Santa Teresa, auxiliadas pela Sociedade de S.Vicente de Paulo, que adquirira naquele ano um terreno contíguo para sua sede. Inaugurou-se a nova capela a 6 de janeiro de 1925.

CLXVIII – FONTE DE MATA-CAVALOS – Mandada levantar em 1772, pelo senado da Câmara, durante o vice-reinado do marquês de Lavradio, era abastecida por águas da chácara da Bica, que fora comprada em 1742 para edificação da capela do Menino de Deus. Não podemos precisar a data de sua demolição, como também não o fazem os excelentes estudos de Antônio Joaquim de Almeida e Silva (*Notícia histórica sobre o abastecimento de água da cidade do Rio de Janeiro*) e Magalhães Correia

(*Terra Carioca - Fontes e Chafarizes*), trabalhos que reputamos dos mais minuciosos sobre os serviços de água do Rio de Janeiro.

Decorridos 45 anos da inauguração da fonte de que tratamos, levantou-se em 1817, na mesma estrada de Mata-porcos, o chafariz, sob o plano da Intendência-Geral da Polícia e ao qual se refere em nota o autor do texto.

CLXIX – RUA DO LAVRADIO – Para dar melhor trânsito aos moradores da cidade, diz-nos monsenhor Pizarro em suas *Memórias Históricas*, o vice-rei marquês de Lavradio mandou cordear, em 1777, o caminho que fora aberto, dando acesso à estrada de Mata-cavalos e à rua do Conde da Cunha, na área dos terrenos do senhorio do brigadeiro Matias Coelho de Sousa, do mestre-de-campo e guarda-mor Pedro Dias Pais Leme e posteriormente de seu filho Roque Luís de Macedo Pais Leme. Esta referência do historiador carioca é confirmada por vários documentos do Arquivo Municipal, inclusive autos de aruações e vistorias. Iniciou-se em 1778 o aterro dos terrenos pantanosos que se estendiam dos arcos da Carioca ao morro de Pedro Dias. Abriram-se valados e concederam-se por doação vários terrenos que foram aterrados para edificação, do lado direito, sendo impraticável o aterro pelo lado esquerdo, por causa da chácara daquele guarda-mor – cujos fundos vinham ter justamente ao local onde se abriu a atual Rua da Relação. Melo Moraes, pai, em seus trabalhos de investigação, inclusive na *Corografia Histórica*, tomo I, parte II, com o título *História das ruas da cidade do Rio de Janeiro*, o ilustrado professor Everardo Bakheuser (*Geologia do Distrito Federal: Anuário de Estatísticas Municipal*), vol. V-(1923-24) e Restier Gonçalves (*Extratos e Índices de Aforamentos*) mostram-nos o aspecto topográfico dessas terras paludosas, nas quais avultavam charcos permanentes e valas abertas para o escoamento das enxurradas. De 1790 a 1801, o conde de Resende continuou os aterros nos pantanais de Pedro Dias, ordenando que José Correia de Rangel Buhlões levantasse a planta dos terrenos alagadiços. Notas a respeito correm impressas em pareceres do Dr. José Pereira Rego (barão de Lavradio) e na valiosíssima contribuição histórica de Vieira Fazenda, ao tratar da avenida Mem de Sá.

No auto de correição do ouvidor e corregedor da comarca Dr. José Antônio Valente, de 5 de janeiro de 1893, recomendava esse magis-

trado que o Senado fizesse cobrar os foros em débito das terras do falecido Pedro Dias Pais Leme, na Rua do Lavradiro e, no mesmo ano, documento de caráter forense acentuava a procura de terrenos no logradouro para edificação, não obstante as dificuldades oriundas da negligência dos herdeiros daquele guarda-mor, ou devido às demandas que mantinham com o senado da Câmara e particulares.

Em 1808, foram inscritas para o lançamento da décima urbana 92 casas – 67 do lado direito e 25 do esquerdo. A fim de tornar livre e seguro o trânsito indispensável para o exercício e frequência dos tribunais, numa rua tão edificada, a provisão régia de 4 de novembro de 1816 advertiu ao senado da Câmara, fosse mais exato no cumprimento de seus deveres e na consideração para com os tribunais. Aludia certamente a provisão à sede do Tribunal da Relação, que desde 1808, fora transferido para a casa de João Marcos Vieira da Silva Pereira, adquirida por compra, a 28 de agosto de 1828, pela quantia de 27:000\$.

Em 1883, o engenheiro Antônio de Paula Freitas sugeria ao governo o prolongamento dessa rua até o bairro da Saúde (*Saneamento da cidade do Rio de Janeiro*). Dos projetos apresentados à Municipalidade na época do Encilhamento (1890-91), destacaremos os do engenheiro José Maria da Conceição Júnior (prolongamento desde a Rua Visconde do Rio Branco à da Imperatriz) e do coronel A. Rodrigues de Vasconcelos (prolongamento até o bairro da Saúde).

Para a abertura da Avenida Mem de Sá, demoliram-se, de agosto a dezembro de 1906, vários prédios próximos à Rua Riachuelo, cujas fachadas foram fotografadas pelo dedicado reliquiarista Augusto César Malta de Campos. Num de seus apreciáveis folhetins da *A Notícia*, em maio de 1906, o erudito Araújo Viana, sob a epígrafe *Cave canem*, recorda-nos a casa afidalgada que tinha então o número 69 e onde se observava lindo painel de azulejo, enegrecido pela incúria do então proprietário de uma casa de cômodos.

CLXX – RUA DOS INVÁLIDOS – Aberta ao trânsito público em 1791, com o nome de rua Nova de S. Lourenço, no vice-reinado do conde de Resende, atravessando terrenos pantanosos. Do lado direito, a partir do campo da Lampadosa, ou melhor, em frente a uma das faces do campo de Santana, ficavam os terrenos ocupados por pequenas chácaras e

o asilo dos Inválidos, construído ao tempo daquele vice-rei, em 1794, na esquina da Rua do Senado, para servir de refúgio aos soldados reformados ou inválidos. O príncipe regente mandou reconstruir esse prédio que ficava no interior de chácara e ofereceu-o a seu médico particular Manuel Vieira da Silva (barão de Alvaiaeserez), físico-mor e, posteriormente, provedor-mor da saúde. A Casa dos Inválidos serviu mais tarde de residência ao marquês de Valença que ali morreu. Foi essa propriedade incorporada por provisão, de 20 de junho de 1816, aos próprios nacionais, como se vê da Coleção Nabuco.

De 1794 a 1888 chamou-se Rua dos Inválidos.

Em 1808, o presidente do senado da Câmara, juiz de fora Agostinho Petra de Bitencourt, mandou desentulhar em 16 de agosto parte desse logradouro e recolher à cadeia os responsáveis por semelhante infração das posturas municipais, prevenindo aos demais moradores que seriam castigados severamente se procedessem da mesma forma, e, se fossem escravos, iriam para o calabouço.

Por deliberação da Câmara Municipal, de 14 de maio de 1888, passou a denominar-se a rua – Tomás Coelho, em homenagem ao conselheiro Tomás José Coelho de Almeida (ministro da Guerra do gabinete João Alfredo) nascido a 28 de novembro de 1838 e falecido a 20 de setembro de 1895). A 21 de fevereiro de 1890, voltou à antiga denominação – Inválidos, confirmando-a a resolução da Intendência Municipal, de 28 de janeiro de 1892. O Decreto nº 685, de 27 de junho de 1899, denominou-a Rua Meneses Vieira, em memória do professor Joaquim José de Meneses Vieira, falecido a 13 de agosto de 1897. Em 31 de outubro de 1917, o Decreto nº 1.165 restabeleceu a antiga denominação Inválidos.

CLXXI—RUA DO RESENDE – Segundo o plano mandado organizar pelo vice-rei D. José Luís de Castro, conde de Resende (transcrito entre as páginas 169 da *Crônica Geral e Minuciosa do Império do Brasil*, de Melo Moraes, pai), abriu-se em 1796, junto ao pantanal de Pedro Dias Pais Leme uma rua que durante algum tempo se chamou dos Arcos, por ser seguimento desta. Rua do Resende é a denominação adotada desde 1798.

O livro de logradouros públicos relativos ao período de 1772 a 1867 trata da abertura da via pública incluída no plano do 2º conde de

Resende (Fls. 77, 84 e 99). Não passava a princípio de uma servidão pública que, da Rua do Lavradio, ia ter à estrada de Mata-cavalos, interceptada em trechos por inúmeras valas. Hortas e roças de arroz ocupavam terrenos alagadiços, entre os quais o de Jerônima de Assunção, viúva de José de Arrazales, que cedeu a casa de sua propriedade, necessária à abertura da rua e o terreno de Manuel José Ferreira de Araújo, que teve desapropriado o seu arrozal que, diz-nos Restier Gonçalves (*Índices e Extratos do Arquivo Municipal* – fasc. 11 – pág. 79), fora avaliado por 20\$ em 1798.

Ainda em 1808 a Rua do Resende não atingira a estrada de Mata-cavalos, terminando nos fundos de uma grande chácara desse logradouro. Com os melhoramentos realizados em 1801 e 1802, inclusive aterros feitos por Francisco Xavier de Matos Pimentel, foi possível iniciarse regularmente a edificação registrando o primeiro lançamento para a cobrança da décima urbana em 1808, na extensão de 110 braças, apenas dezessete imóveis, sendo um dos logradouros da cidade de menos número de prédios.

Até metade do século XIX, quando já aumentada a edificação, não haviam sido liquidadas suscitadas por motivo de desapropriações de prédios e terrenos, feitas nos fins do século XVIII e princípios do décimo nono século.

Foi um dos logradouros da cidade preferidos para moradia de famílias abastadas até 1890, mais ou menos.

Na Memória sobre o saneamento da cidade, do engenheiro Antônio de Paula Freitas, apresentada em 4 de fevereiro de 1884 ao conselheiro Francisco Antunes Maciel, ministro do Império, figurava essa rua no número das que precisavam de urgentes trabalhos de drenagem.

CLXXII – RUA DO ESPÍRITO SANTO – Depois de regularizado o alinhamento do rossio grande ou Largo do Rossio, abriu-se em 1801 essa rua, antigo caminho, em terreno da primitiva sesmaria concedida por D. Pedro Mascarenhas a José da Costa Barros, que em 1737 foi transmitida ao mestre-de-campo Matias Coelho de Sousa e por último ao guarda-mor Dr. Pedro Dias Pais Leme, de quem foram herdeiros o cônego Roque Luís de Macedo Pais Leme e o bacharel Pedro Nolasco Forjaz d’Horta Pais Leme.

Em autos de processo para pagamento de laudêmios à Câmara Municipal (1850-52), se lê uma escritura de venda de terreno na barreira de Santo Antônio, feita pelo cônego Roque, em 20 de setembro de 1814, a sua sobrinha D. Iria Graciana de Macedo, filha do sargento-mor Garcia Rodrigues de Macedo Leme e que vivia no estado de solteira. Por este documento se verificaria que a chácara da barreira do morro de Santo Antônio limitava naquele ano com as Ruas do Lavradio e do Espírito Santo.

No fim desta rua, junto a uma das abas da barreira do morro de Santo Antônio, abriu-se em 1789 a Rua do Senado por exclusiva iniciativa do senado da Câmara. Prolongaram-na depois de 1812, num pequeno trecho, aterrando valas e charcos. Em 30 de março de 1846 inaugurou-se outro trecho, através de terrenos cedidos por Francisco de Paula Matos, procedendo-se para isso o rebaixamento do nível da rua e a demolição da parte do morro do Senado, então chamado de Pedro Dias, por se achar em terras que haviam pertencido a Pedro Dias Pais Leme. À Rua do Senado vinha ter um beco aberto depois de 1813, e ao qual deram o nome de Travessa da Luxúria ou da Pouca-Vergonha, devido aos escândalos amorosos que habitualmente ali se davam. O beco da Pouca-Vergonha dos princípios do século XIX, é a atual Rua 20 de Abril (antiga travessa do Senado) em recordação da data natalícia do preclaro brasileiro barão do Rio Branco, que ali nasceu numa casa de sobrado, a 20 de abril de 1845.

Depois de 1880, apesar de mal edificada, tornou-se a Rua do Espírito Santo, um dos pontos da cidade de maior movimento noturno, devido aos teatros que nela se instalaram, proporcionando a expansão comercial notadamente de cafés e restaurantes, que funcionavam até alta madrugada.

Por proposta do intendente Júlio de Carmo, em 22 de maio de 1896, foi mudada a denominação – Espírito Santo – para a de Luís Gama, em memória de Luís Getúlio Pinto Gama, esforçado paladino contra a escravidão, nascido em 21 de junho de 1830 e falecido a 23 de agosto de 1882.

O decreto n. 309, de junho de 1896, promulgou a resolução do Conselho Municipal de junho do mesmo ano.

A 31 de outubro de 1917, a revisão da nomenclatura dos logradouros públicos (decreto n. 1.165), restabeleceu a antiga denominação

Espírito Santo. A 6 de agosto de 1921 denominou-se pelo decreto n. 1.599 – Rua Pedro Primeiro, sendo relegado o nome Luís Gama para uma pequena travessa entre a Rua General Canabarro e a Avenida Paula e Sousa, no Engenho Velho.

Sobre as tradições da Rua Espírito Santo escreveu Hermeto Lima curioso artigo no *Jornal do Brasil*, de 15 de agosto de 1937.

CLXXIII – PROLONGAMENTO DO CAMINHO NOVO EM DIREÇÃO A MATA-PORCOS – Seguimento da Rua Nova do Conde da Cunha, através de terrenos confrontantes com os de Paulo de Carvalho Silva e Pedro Dias Pais Leme, não ultrapassava, em 1766, da lagoa da Sentinela, quando o Senado da Câmara deu-lhe a denominação – Conde Cunha, em homenagem ao primeiro vice-rei (1763-67), que fora o iniciador do grande melhoramento (Vide anotação CVII).

Em 20 de junho de 1794, inaugurou-se o trecho da lagoa da Sentinela até o Barro Vermelho, em linhas sinuosas que se estendiam numa parte pelas encostas dos morros de Santa Teresa (no ponto mais tarde chamado Paula Matos) e do Barro Vermelho.

Em 1814, regularizou-se a comunicação do caminho com Mata-porcos e daí a Catumbi e ao Engenho Velho. Além dos nomes de Caminho Novo, Caminho Novo do Conde da Cunha, Quebra-Canelas, chamou-se Rua Nova do Conde – denominação que persistiu até 1808. O trecho em direção ao Engenho Velho chamavam de estrada para Mata-porcos. O lançamento realizado nesse ano para a cobrança da décima urbana discriminou o antigo caminho com a nominação de Rua do Conde. Possuía, então, até a lagoa de Sentinela, nas imediações da “casa dos bicos”, 33 prédios, maioria dos quais do lado esquerdo, a partir do campo de Santana.

Em 1828, a rua Nova do Conde da Cunha era o mais extenso logradouro da cidade, tendo, na extensão de 870 braças, 313 prédios (Walsh – *Notices of Brazil in 1828 and 1829*).

Em 1832 foram retalhados alguns terrenos de chácaras com fundos para o mangue, para abertura de ruas da Cidade Nova. Desapropriaram-se em 1858 prédios de Francisco José Pacheco, pela quantia de 3:600\$ para o alargamento da rua, no trecho mais estreitos, entre o chafariz do Lagarto e o Campo de Santana.

Data de 13 de novembro de 1834 a compra da chácara de Manuel dos Passos Correia, por 80 contos, para a construção da Casa de Correição.

A 20 de fevereiro de 1866, por deliberação da Câmara Municipal denominou-se Rua Conde d’Eu, em homenagem ao príncipe D. Luís Filipe Maria Fernando Gastão de Orleans, que se casara a 15 de outubro de 1864 com princesa Isabel, filha de D. Pedro II.

Rebaixado o leito do logradouro em 1873, por iniciativa do vereador Manuel Tomás Coelho. Em 1890, 1895 e 1899 recebeu outros melhoramentos, inclusive melhoria na pavimentação a paralelepípedos.

A primeira Intendência Municipal, após a proclamação da República, resolveu denominar a 21 de fevereiro de 1890, de Frei Caneca à antiga Rua Conde d’Eu – em memória de frei Joaquim do Amor Divino Caneca (nascido em 1779 em Pernambuco), fuzilado na cidade do Recife, a 13 de janeiro de 1825, em consequência dos acontecimentos da Confederação do Equador (1824).

O trecho entre a atual Praça da República e a Rua Formosa, foi alargado desde 1903, na administração Passos (1902-1906), efetivando-se, dessa forma, antigo projeto da comissão de melhoramentos da cidade, da qual foram membros os engenheiros Passos, Morais Jardim e Marcelino Silva. A Avenida Salvador de Sá foi também traçada nesse projeto em direção ao Estácio de Sá e deste ponto até o Portão Vermelho, no Engenho Velho.

CLXXIV – ARRAIAL DE MATA-PORCOS - “Neste sítio – escreve monsenhor José de Sousa Azevedo Pizarro e Araújo (*Memórias Históricas do Rio de Janeiro*) –, coberto de arvoredos silvestres, se criavam, além de caças grossas, abundantes varas de porcos. O lugar é dos mais aprazíveis dos subúrbios da cidade, não só por conter o seu distrito propriedades nobres e ser habitado por suficiente povo, mas em razão da estrada geral que o atravessa em direitura ao campo de S. Cristovão.”

O acesso a esse lugar só foi franqueado, com regularidade, em 1791, como se vê do auto de vistoria procedido em 29 de janeiro desse ano, que determinou o arruamento da estrada da Cruz das Almas até o Barro Vermelho.



Em terras de antiga fazenda de Mata-porcos, de Rocha Machado, existiam três pontes, que se tornaram célebres no cadastro do crime. Na revista *Arquivo do Distrito Federal* – vol. 1º - pág. 96, Melo Morais Filho, reproduz a esse respeito o que se lê em *Quadros e Crônicas*, de sua autoria, sob o título – “A lenda das três pontes: Indo-se de Mata-porcos [hoje Estácio de Sá] para S. Cristóvão, via-se um pequeno arco, que dava passagem às águas de córrego das imediações. Nesse lugar havia três pontes: a primeira era conhecida com a denominação de Aperta-a-goela, e recebeu do povo esse nome, por que os malfeitores que assaltavam as lavadeiras e os escravos que por ali transitavam com cargas, apertavam-lhes a garganta. A segunda se chamava Cala-a-boca – porque quando os salteadores atacavam os viandantes, faziam-lhes sinal de calar a boca, de não gritar. A esta ponte sucedia a Não-te-impertes, originando-se-lhe a denominação do fato de quando seguiam os ladrões com os objetos roubados, diziam para quem os olhava: - não te importes. As três pontes de alvenaria e lajedo, foram mandadas construir pelo rico senhor de engenho Manuel Caetano Pinto.”

Em 1806 a estrada de Mata-porcos recebeu melhoramentos, inclusive aterramento de pântanos executados pelos moradores, que para isso foram compelidos pelo senado da Câmara. A 18 de janeiro, notificou o alcaide aos proprietários e moradores que, no termo de oito dias, consertassem as testadas de suas casas. Os que não cumprissem essa notificação seriam condenados à multa de 6\$ e 30 dias de cadeia.

Outro documento que diz respeito à conservação do arraial de Mata-porcos, se lê em papéis sobre logradouros públicos. Pelas diligências a que procederam, intimação aos moradores vizinhos da igreja do Espírito Santo e pagamento dos quadrilheiros, requereu em 1808 o alcaide Francisco Antônio de Almeida, arrematante da renda da Alcaidaria-mor, pertencente ao visconde de Asseca, a indenização da quantia de 44\$440.

A estrada de Mata-porcos, que atravessava o arraial e se bifurcava com as de S. Cristóvão e Engenho Velho, constituía vasto pantanal, que, por ocasião das chuvas de verão, não permitia a passagem da pedestres e cavaleiros Luccock, em suas *Notas sobre o Rio de Janeiro e partes meridionais do Brasil (1808-1818)*, registra, com a veracidade que os documentos confirmam, a péssima conservação do caminho.

Não obstante as condições do terreno pantanoso, encontravam-se nesse lugar muitas chácaras, com casas de campo, à feição de propriedades de recreio, onde se cultivavam frutas, legumes e flores, e às quais se refere Debret na *Viagem Pitoresca e Histórica ao Brasil*. Estavam aquelas chácaras com suas vivendas, incluídas no rol de lançamento da décima urbana em 1808, com a coleta de 49 prédios na estrada de Mata-porcos, 37 do lado direito e 12 do esquerdo.

Por proposta do vereador Dr. João Batista dos Santos, em sessão da Câmara Municipal, de 14 de novembro de 1865, denominou-se a velha estrada – Rua *Estácio de Sá*, em memória do primeiro capitão-mor e governador do Rio de Janeiro.

Na administração municipal do Dr. Cândido Barata Ribeiro, desapropriaram-se pelo decreto nº 6, de 15 de fevereiro de 1893, os terrenos onde existiram os prédios nºs 80 a 86, junto ao Largo Estácio de Sá, e imprescindíveis para o alargamento do logradouro.

CLXXV – CAPELA DO DIVINO ESPÍRITO SANTO – Construída em terras que foram da fazenda de Mata-porcos, por provisão de 20 de janeiro de 1746. Criada a paróquia do Divino Espírito Santo, a 8 de julho de 1865 e desmembrado o seu território das freguesias do Engenho Velho, Santana, Santo Antônio e S. Cristóvão, instalou-se a matriz na igreja do Espírito Santo, achando-se a esse tempo ampliada a construção colonial.

Em fins de 1899, foi demolido o templo, levantando-se no mesmo lugar nova e bela edificação, que se inaugurou em 1913. Desde 1908 trasladou-se a sede paroquial para a igreja de S. Joaquim, inaugurada a 30 de agosto desse ano, na Rua S. Cristóvão.

CLXXVI – CAMINHO DO RIO COMPRIDO – Duas vias de comunicação, já em princípios do século XIX, davam acosso do arraial de Mata-porcos ao Rio Comprido: – a estrada do Engenho Velho (atual Rua Haddock Lobo), que começava junto a uma servidão pública, mais tarde denominada travessa do rio Comprido, ao lado de um chafariz.

A estrada do Engenho Velho era a principal comunicação para a Tijuca, o Andaraí Pequeno dos antigos, que terminava na serra do Carioca.

“A natureza colocou a Tijuca duas léguas da corte – escreve José Alencar – como um ninho para as almas cansadas de pousar no chão.” Paulo Fernandes Viana, intendente-geral de Polícia, foi quem primeiro cuidou de melhorar o caminho que em ziguezagues ia ter à floresta, beneficiada desde 1861 por Manuel Gomes Archer, seguindo-o com devotado interesse o barão de Escragnole.

Foi também dos maiores propugnadores desses melhoramentos o conde de Bom Retiro.

Suas lindas chácaras, desde Mata-porcos e os confortáveis solares que a ergueram além do Portão Vervelho (antiga propriedade dos jesuítas e que em 1846 pertencia a Antônio da Cruz Rangel), fizeram lembrar a Charles Ribeyrolles (*Brasil Pitoresco*) as pequenas vilas francesas de Saint Cloud – os Asnières ou o Sans-Souci. E acrescenta o grande escritor francês, ao referir-se às chácaras cariocas: “Onde encontrar essas noites raiosas e consteladas, esse brando e suave repouso das chácaras, à sombra de montes, essas belas e amplas perspectivas, inundadas de luz, asses picos, essas florestas e águas que enquadram a cidade ateniense? Em nenhum outro ponto, sob os trópicos, há tão soberbo anfiteatro e mais suave abrigo para o sol.”

A hoje rua *Conde de Bonfim* (assim conhecida desde 3 de junho de 1871, em homenagem a José Francisco Mesquita, conde de Bonfim, falecido a 11 de dezembro de 1873, principiava, como ainda principia em nossos dias, no Largo da Segunda-Feira, fim da Rua Haddock Lobo (antiga estrada do Engenho Velho). Sob proposta do vereador Eduardo Augusto Ferreira de Abreu, em sessão da Câmara Municipal, de 28 de janeiro de 1870, passou a chamar-se rua *Haddock Lobo*, em memória do historiador do *Tombo das Terras Municipais* – Dr. Roberto Jorge Haddock Lobo (falecido a 30 de dezembro de 1869) sobre cuja personalidade publicamos notas biográficas na revista *Renascença* (nº de dezembro de 1906) e no tomo LXXVI (1913) pág. 273 da *Revista do Instituto Histórico*.

O caminho ou rua do Rio Comprido (alargado em 1865 através de terrenos de Luís Tavares Guerra), crismaram-no de *Malvino Reis*, por deliberação da Câmara Municipal de 1º de setembro de 1881, em honra ao comendador Malvino da Silva Reis, antigo vereador o proprietário no logradouro, o que teve seu nome ligado indelevelmente a vários

melhoramentos da cidade. Coube-lhe, quando diretor da Companhia Botanical Garden inaugurar, em abril de 1894, a primeira linha do bondes para Copacabana – considerada por alguns acionistas da empresa de carris, como “um ato imprudente, levando o bonde àquele deserto arenoso, sem habitações e cujo progresso seria muito lento”. Refutando essa opinião, os diretores Salatiel Carneiro da Cunha e Malvino Reis, em relatório datado do 25 de agosto daquele ano, com inteligente previsão disseram do futuro que se desenhava ao bairro de Copacabana. “Dentro de um lustro, aqueles desertos do Saara se converterão em grandes povoações, para onde afluirá de preferência a população desta cidade na estação calma, devido à salubridade e à amenidade do seu clima e à excelência dos banhos de mar, como se pratica nas cidades balneárias da Europa.”

Em 1890, por determinação da primeira Intendência Municipal, a Rua Malvino Reis retomou a sua antiga denominação. O decreto legislativo municipal nº 268, de 16 de maio de 1896, denominou – a *Aristides Lobo*, em memória do ministro do Governo Provisório da República – Dr. Aristides da Silveira Lobo, falecido a 28 de março daquele ano.

CLXXVII – QUINTA DO BISPO – Adquirida por D. frei Antônio do Desterro, monge beneditino, 6º bispo do Rio de Janeiro (1746-73) e legada à diocese.

Desde 1891 funciona no local o Seminário episcopal de S. José.

Nessas terras, de propriedade da Mitra, abriram-se várias ruas, na metade do século XIX, que muito beneficiaram o bairro do Rio Comprido, inclusive, a do Bispo, por termo de 21 de setembro de 1844.

CLXXVIII – FREGUESIA DE S. FRANCISCO XAVIER (Engenho Velho) – A provisão régia de 24 de janeiro de 1760 criou na extinta fazenda do Engenho Velho ou Engenho Pequeno, que havia pertencido aos padres jesuítas, um curato, substituído em 4 de maio de 1762 por vigararia encomendada. Pelo alvará régio de 22 de abril de 1795 criou-se a paróquia de S. Francisco Xavier, no Engenho Velho, confirmando esse ato o alvará de 22 de setembro do mesmo ano.

Limitava-se com a antiga freguesia da Sé, no Barro Vermelho o Arraial de Mata-porcos, distante meia légua da matriz. Criada a paróquia de Santana do Campo, modificou-se essa linha divisória. Para o sertão,

rumo dos mangues de Benfica compreendia a freguesia as ilhas dos Melões, das Moças, da Pombeba e dos Ferreiros, em frente a S. Cristóvão; seguindo os limites pelo caminho de Inhaúma, atravessava a estrada real em direção ao Engenho Novo.

A igreja matriz, construída em época anterior a 1759 pelos padres da Companhia de Jesus, teve grande aumento em 1805 e foi reconstruída em 1895, transformando-se recentemente num dos mais vastos templos católicos da cidade.

CLXXIX – ESTRADA DE S. CRISTÓVÃO – O auto de correição do ouvidor Luís Nogueira de Brito, de 25 de novembro de 1628, comprova que por essa época já se achava franqueado ao povo o caminho de S. Cristóvão, no qual se deveria levantar uma ponte, por ser *caminho real*. Em 1640, a vereança de 27 de junho, a requerimento do procurador do conselho, mandou consertar a ponte de S. Cristóvão – que é *serventia geral* de toda a cidade, *porquanto está muito danificada e se não reparar, em breve caíra e se perderá uma obra tão útil e necessária*. No século XVIII era a estrada de S. Cristóvão (que vai desta cidade para todos os distritos de terra firme) o percurso, por vezes preferido pelos viajantes do interior do País, que se não dispunham a atravessar a baía de Guanabara e percorrer as estradas que partiam de Iguazu e se comunicavam com o interior do sertão, até as capitânicas mais remotas deste Estado – assim o diz Pizarro no 7º volume de suas *Memórias Históricas*.

James Hendersen, viajante inglês, em sua *History of Brazil* (1821), descreve-nos as duas estradas do norte da cidade de Rio de Janeiro ambas partindo do campo Santana e margeadas por lindas chácaras e habitadas por negociantes ingleses, segundo Afonso Arinos (*Histórias e Paisagens*). Iam desembocar essas estradas na altura do Engenho Novo, em comunicação com o extenso caminho das minas. Das duas, a de Mataporcos que bifurcava com as do Engenho Velho e S. Cristóvão, era a mais antiga. A da Cidade Nova, embora mais nova, tornou-se mais frequentada depois de 1808. Henderson, que chegou ao Brasil em maio de 1819, e foi contemporâneo do grande naturalista Saint-Hilaire, ainda durante a permanência de D. João VI e sua corte no Rio de Janeiro dá-nos em sua obra ilustrada, acerca das caravanas de tropeiros, bem interessante notícia: “A estrada da Cidade Nova a S. Cristóvão está geralmente coberta de tais

caravanas, tangidas por condutores de aspecto vário, vestidos de camisas de algodão e calças da mesma fazenda, usando chapéu desabado, cujas cores combinam com as dos cavalos e mulas e trazem também pessoas de maior distinção, vindas do interior do país, formando um total de, pelo menos, dois mil viandantes por dia”.

“Andei com eles frequentemente – acrescenta o historiador inglês – e achei-os sempre comunicativos o civis.” “A maior parte dessa gente frequenta determinadas ruas da cidade para a venda de carregamentos de gêneros o a compra de mercadorias manufaturadas.”

À margem da estrada de S. Cristóvão ficavam as terras que haviam sido arrematadas em consequência do sequestro dos bens dos padres jesuítas (*Arq. do Distrito Federal* – 1º vol— pág. 140) e das quais tratam os autos de arrematações, inclusive os das chácaras de Miguel Pereira Tinoco, Francisco Xavier Teles e João Lopes Lisboa, tendo o segundo adquirido em 25 de novembro de 1761 enorme área por 400\$000.

Até 1840 terminava propriamente a estrada no Barro Vermelho, junto à quinta imperial da Boavista, cordeando-se nesse ano o prolongamento a até o litoral.

John Luccock refere-se a uma estreita ponte para a passagem de gado e que dava acesso em 1808 ao campo de S. Cristóvão, então coberto de mato.

Em 1835, o barão de Taunay projetou a abertura de uma avenida do Aterrado (Senador Euzébio) ao paço imperial de S. Cristóvão, obra de incalculáveis vantagens para o trânsito público e que importava no aterro de terrenos do mangue da Cidade Nova – desde a rua do Aterrado até o fim do caminho da Bica dos Marinheiros. Só em 1872 foi possível a empresa de carris de que era concessionário João Batista Viana de Drummond (barão de Drummond) iniciar o aterro para a locação da linha de bondes para Vila Isabel, mas em condições restritas. O decreto nº 7.181, de 8 de março de 1879, concedeu a Possidônio de Carvalho Moreira autorização para o aterro dos mangues inclusive no trecho entre a rua S. Cristóvão e os limites do bairro deste nome.

A natureza destas anotações não nos permite fazer outras referências no tocante a melhoramentos, vistorias, rios, pontes, desapropriações, etc. – que poderíamos aqui registrar sobre a Rua S. Cristóvão – tão

cheia de recordações, oferecendo margem para um capítulo psicológico – político-social – cujo ponto culminante era a Quinta da Boavista.

CLXXX – MANGUE DE S. DIOGO – No Governo do Príncipe Regente D. João iniciaram-se com maior solicitude os aterros no mangue, abrangendo um caminho em direção à rua Conde, da Cidade Nova à Praia Formosa e o Saco do Alfêres. Aterrou-se a estrada do Aterrado, dissecando-se parte do pântano que se tornara extenso foco de infecção, de mosquitos e exalações desagradáveis. Construiu-se uma ponte para facilitar a passagem do Príncipe, de sua real família e para os fidalgos. Quanto ao povo que continuasse a cheirar o lodo do mangue, a adoecer e a morrer...

A portaria do ministro João Severiano Maciel da Costa, de 10 de janeiro de 1824, dispôs sobre as edificações contíguas às estradas de Mataporcos e do Aterrado, ampliando o alvará régio que isentara de pagamento da décima urbana, por 10 anos, os prédios de um sobrado e por 20 anos os de mais de dois sobrados.

Intensificou-se em 1838 o aterro, com o auxílio de trinta e seis presos na cadeia do Aljube. Construiu-se antes desse ano uma ponte para despejos. Novos aterros se fizeram de 1840 a 1857, tendo, neste e último ano, a Câmara Municipal mandado organizar um *plano de arruamento* e levantar a planta do mangue da Cidade Nova, que foi traçada pelo engenheiro Manuel da Cunha Galvão. Da atual rua Visconde de Itaúna até as ruas que vão ter à de Frei Caneca, compreendendo a área que se chamou – campo de Marte procedeu em 1876 o barão de Piraçununga, por interesse próprio, o aterro de terrenos pantanosos, sem aderir nenhuma vantagem pecuniária dos cofres públicos.

Com os aterros feitos pela Empresa de Melhoramentos do Brasil, cessionária da concessão Possidônio de Carvalho Moreira, engenheiro Luís Rafael Vieira Souto e outros (concessão de 24 de maio de 1879), aproveitando as terras do morro do Senado, saneou-se extensa zona da cidade, que constituía verdadeiro laboratório de infecções.

CLXXXI – RUA DO AREAL – Foi aberta em terras da antiga chácara de Pedro Dias Pais Leme, a partir do campo de Santana até a lagoa da Sentinela (Capueruçu). Chamou-se a princípio Rua das *Boas Pernas* e contavam velhos moradores que era preciso que eles as tivessem bem fortes para vencer o areal sobre o qual se abrira a rua. A 10 de dezembro de

1822 o senado da Câmara denominou-a oficialmente Rua do Areal, nome, aliás de há muito tempo adotado pelo povo. Durante dilatado período, a Rua do Areal conservou-se muito estreita, alargando-se em 1840 para 60 palmos, isso depois de inúmeras vistorias da Municipalidade e de sua mestrança desde 1827 e através de demandas, entre as quais a intentada pelo cadete de cavalaria João Antônio Claro, proprietário em 1829 de uma estalagem na rua que faz divisão com a lagoa da Sentinela.

Denominou-se em 1884 Rua Barão de Paranapiacaba, em honra do conselheiro João Cardoso de Meneses e Sousa (barão de Paranapiacaba), que faleceu a 2 de fevereiro de 1915. A resolução municipal de 21 de fevereiro de 1890 restabeleceu a primitiva nomeação e o Decreto nº 1.609, de 30 de setembro de 1901, deu-lhe o nome – Moncorvo Filho –, em honra ao médico desse nome e diretor do Instituto de Proteção e Assistência à Infância, Dr. Carlos Artur de Figueiredo Moncorvo Filho.

CLXXXII – RUA SÃO DIOGO – Em meados do século XVIII abriu-se do campo de Sant’Ana em direção à capela de São Diogo, um caminho em terras que haviam pertencido a Paulo Caieiro e que mais tarde se chamou rua que segue da freguesia de Santana para o Saco do Alferes. Um trecho teve a nomeação de Rua de el-Rei ou Rua Nova d’el-Rei.

No governo de D. João VI principiou-se em 1820 a construção de um matadouro, junto a um curral de gado, que desde há algum tempo ali existia em terreno de Bento Magalhães. No mesmo local se levantara em 1812 pequeno matadouro, que fora mandado demolir pela Intendência-Geral de Polícia.

O dicionário das ruas da cidade, de Plancher (1828) registra essa rua, terminando na rua do Saco (América).

Por portaria do Ministério do Império, de 2 de abril de 1849, foi mandado estender a denominação São Diogo a todo o logradouro. Em sessão da Câmara Municipal, de 28 de janeiro de 1870, por proposta do vereador Evaristo Xavier da Veiga, foi-lhe dada a nomeação General Pedra em honra do brigadeiro Herculano Sanches da Silva Pedra, que faleceu a 6 de julho de 1879.

Entre a Rua São Diogo e a do Príncipe ou do Príncipe dos Cajueiros (Senador Pompeu), existiu uma ponte construída pela Câmara Municipal em 1854 e demolida em 25 de junho de 1879 pela Estrada de Ferro



D. Pedro II, quando diretor o engenheiro Francisco Pereira Passos. Do lado da numeração par até pouco da Rua Marquês de Pombal, desapareceram por ocasião da locação da linha da estrada de ferro, em 1856, todos os prédios ali existentes, escapando tão-somente pequena casa assobradada, que em 1931 era ocupada por uma barbearia. Em 1904, para a construção da quarta linha da via férrea, foram demolidos 21 prédios. Com as novas instalações da Central do Brasil, demoliram-se, recentemente, outros imóveis e retificou-se grande trecho da rua.

Em 1896 a Rua São Diogo era o logradouro da cidade que contava maior número de habitações coletivas, registrando a Saúde Pública 41 cortiços ou estalagens.

Na época febril dos negócios do encilhamento, em 20 de novembro de 1890, requereu à municipalidade o advogado Graciliano Aristides do Prado Pimentel, permissão para alargar e arborizar a Rua São Diogo e construir um grande hotel. Sua pretensão não teve andamento, como muitos dos projetos elaborados em 1890 e 1891.

CLXXXIII – RUA SÃO SALVADOR – Em frente à rua do Sabão, na outra face do campo de Santana, abriu-se em princípios do século XIX um caminho sobre os terrenos pantanosos do mangue da Cidade Nova. Gonçalves dos Santos, em sua minuciosa introdução às *Memórias*, denomina de Rua São Salvador a esse logradouro. Nenhum registro encontramos no farto manancial que é o Arquivo Municipal, que nos autorize a aceitar essa denominação. Sabão da Cidade Nova é o nome que, com frequência, se encontra em documentos oficiais – compreendendo o trecho do campo ao Rossio Pequeno (a desaparecida Praça Onze de Junho) e Sabão do Mangue da Cidade Nova ou Rua São Sebastião, entre o rossio e a rua do Aterro (Miguel de Frias), também conhecida por passagem para a bica.

Ainda em 1819, a Rua do Sabão do Mangue não ultrapassava do Rossio Pequeno, transcorrendo longo período para que se fizesse o arruamento, iniciado em 1833, como se reconhece através do termo lavrado a 27 de setembro na ilustríssima Câmara, em cumprimento da resolução de 11 de maio do mesmo ano, que determinara a demarcação e o alinhamento do terreno por onde deveria ser prolongada a via pública, em 60 palmos de largura. Colocaram-se, naquele ano, dois marcos de pedra, paralelos à ponte do Aterro ou Bica dos Marinheiros e outros dois no mangue ater-

rado por Henrique José de Araújo, além dos que haviam sido chantados na embocadura do canal destinado à navegação.

A 18 de junho de 1874, a Câmara Municipal, sob a presidência do tenente-coronel Antônio Barroso Pereira, deu-lhe a denominação – Visconde de Itaúna, em memória do conselheiro Cândido Borges Monteiro, falecido a 25 de agosto de 1872, no prédio nº 2.

Na chácara do visconde de Piraçununga, que abrangia grande área de terrenos entre a Rua Visconde de Itaúna e a Conde d’Eu, abriram-se, em outubro de 1885 as ruas Viscondessa de Piraçununga, e Dona Laura de Araújo e prolongaram-se as Ruas Santa Maria e Senhor de Matozinhos.

Em princípios de 1943 já haviam sido demolidos todos os prédios do lado da numeração para, cujos terrenos são necessários ao cordeamento da Avenida Getúlio Vargas, que absorverá completamente a rua Visconde de Itaúna. As derrubadas tiveram início a 19 de abril de 1941, sendo o primeiro prédio demolido o de nº 52, no qual funcionava a firma Karmiol & C. com o comércio de fazendas por atacado.

XLXXXIV – RUA DAS FLORES – Cordeada numa pequena porção, em 1805, a partir da Rua Nova do Conde, através da chácara de Antônio da Rocha Machado, foreira ao senado da Câmara. Em 1823, por deliberação do conselho, na vereança de 29 de outubro, aterrou-se um terreno pantanoso do barão de São João Marcos, fronteiro à Rua do Areal, para regularizar o trânsito. Pela planta da cidade, de 1829, que acompanha o livro de R. Walsh, se vê que em toda sua extensão já se achava edificada nesse ano, embora dependesse de aceitação da Câmara Municipal o trecho entre o mangue da Cidade Nova e a Rua São Diogo, o que se fez em 11 de fevereiro de 1837, por cessão dos terrenos de Henrique José de Araújo e José Estêvão Grodona – para o alargamento do logradouro com 60 palmos. Contava, então, num trecho de 304 braças, 81 prédios. Em 14 de maio de 1839 resolveu a Câmara anular o termo que fora lavrado dois anos antes, sob alegação de não terem obedecido às formalidades legais. A 9 de dezembro de 1840, deliberaram os vereadores sob a presidência de João Martins Lourenço Viana (quadriênio de 1837-41) considerar válido aquele termo.

Moradores das Ruas das Flores, São Leopoldo, Alcântara e Santa Rosa, reclamaram em 1844 à Edilidade contra a localização de um cemitério que se estava a levantar no lugar da cadeia nova, em frente à rua, tendo sido imediatamente atendidos, com o embargo das obras.

Por proposta do vereador Francisco Basílio da Mota, em sessão da Câmara de 8 de março de 1879, denominou-se rua Santana.

Na nomenclatura dos logradouros públicos da cidade, a rua de Santana é uma das poucas que escaparam às constantes mudanças de nomes e prenomes.

CLXXXV – RUA FORMOSA – Com a designação de rua nova ou travessa Formosa, abriu-se em 1796 um caminho de difícil trânsito e que, quatro anos depois, pôde ser franqueado numa parte ao público, através de terrenos de Josefa Maria, Luís da Rocha Machado e Antônio Costa Veloso, recebendo o segundo proprietário pelas benfeitorias inutilizadas – portão da chácara e árvores frutíferas – a indenização de 23\$060. Em 1813, a 2 de novembro, expediu-se mandado de pagamento ao doutor Manuel Antônio da Rocha Sampaio da quantia de 200\$ pela demolição de sua propriedade, junto à lagoa da Sentinela, por ser imprescindível o terreno à fatura da nova rua. Por essa época, já estava franqueada a rua Formosa ao trânsito do povo – da rua do Conde ou Nova do Conde até à pedreira de Santana, além da rua São Diogo, dependendo, no entanto, a sua aceitação do senado da Câmara. Ligou-se em 1817 da esquina da rua do Areal à Nova do Conde por um beco denominado da Caçoada.

Inocência da Rocha Maciel, em seu histórico dos logradouros da cidade, compreendidos na zona das sesmarias municipais, discrimina a abertura dessa rua em diferentes épocas e em terras de quatro chácaras que foram de Pedro Dias Pais Leme, Manuel Antônio Claro, Antônio da Rocha Machado, sargento-mór Anacleto Elias da Fonseca, conde dos Arcos e do desembargador Duque Estrada.

Foi prolongada em 1839 em terrenos doados pela viúva do senador Duque Estrada e pelo conselheiro José Clemente Pereira – segundo deliberação da ilustríssima Câmara de 1º de fevereiro de 1838, apesar dos protestos e da demanda intentada por Francisco Caetano da Silva e Manuel Alves de Azevedo Sampaio, prejudicados com aquele útil melhoramento, que estendia o logradouro até à Rua dos Cajueiros.

Em sessão da Câmara Municipal, de 15 de março de 1873, foi-lhe dada a atual denominação – General Caldwell – em memória do tenente-general João Frederico Caldwell, falecido a 23 de fevereiro daquele ano.

Com as obras da avenida Getúlio Vargas desapareceram os prédios de ambos os lados, entre as ruas Visconde de Itaúna e Senador Eusébio.

CLXXXVI – CIDADE NOVA – Pode-se fixar, como principal marco de desenvolvimento desse trecho da cidade, o alvará régio de 26 de abril de 1811, que concedeu isenção da décima urbana aos prédios assobradados ou de sobrado, que se construíssem nas novas ruas abertas, desde os princípios do século. Remontam aos meados da centúria setentista as primeiras providências acerca de terrenos de mangues, expressas na correição do ouvidor-geral e corregedor da comarca, Marcelino Rodrigues Colaço, pelo provimento de 23 de outubro de 1756.

Os terrenos dos mangues vizinhos confrontavam em começo do século XIX com os de Luís da Rocha Machado e seus irmãos, onde haviam sido abertas várias ruas, como nos diz a vereança de 22 de abril de 1807, e com os de Henrique José de Araújo (sesmaria de 1815). Dentro dessas terras arrendadas a diversos e retalhadas por compra, ficavam de 1816 a 1829, entre outras as casas de Bento José de Magalhães Bastos, alugado em 1816 um dos prédios a Antônio Joaquim do Carmo para o matadouro da Rua d'el-Rei, próximo ao local onde, a 6 de abril de 1820, demarcou-se o matadouro da Cidade Nova), e os de Joaquim da Rocha Machado, fronteiro ao curral.

Extinto o matadouro de que tratamos, começou a construir-se em novembro de 1827 um talho na Rua São Leopoldo, motivando inúmeras reclamações dos moradores e das quais foi intérprete, junto ao senado da Câmara, o ex-vereador Manuel Teodoro de Araújo Azambuja.

Constituindo quase toda a área da Cidade Nova vasto pantanal, construíram-se pontes que dessem passagem aos transeuntes e moradores, inclusive a que dava acesso à estrada de Mata-porcos, reconstruída pelo intendente-general de Polícia Paulo Fernandes Viana em 1809 e da qual trata a vereança de 3 de junho, em virtude do ofício daquela autoridade, de 19 de março. Para escoamento das águas abriram-se valas e valetas, uma delas em 1805, sob o plano de Antônio Batista Coelho, com 40 palmos de largura e 45 braças de extensão, podendo navegar, nas marés grandes, um barco

carregado. Francisco José da Silveira Vieira incumbira-se de abrir 181 braças de um canal no mesmo ano. O mestre valador Filipe Dias Gonçalves solicitava em 1808 ao Senado da Câmara o pagamento de 281\$000, relativos à construção de valas no mangue – trabalho que fora executado por escravos e permitia franca navegação a embarcações pequenas. Insistia no pagamento e queixava-se de haver sido vítima do vereador João Fernandes Viana, que lhe comeu o dinheiro...

No curto período de dez anos, de 1810 a 1820, abriram-se no mangue da Cidade Nova, vinte duas valas para despejos e que se comunicavam com as chamadas valas mestras. Vistorias, embargos do Juízo de Almotaxaria, vereanças, representações diversas e queixas, tratam do escoamento das águas do pestilento pântano.

A partir de 1830 acelerou-se o aterro do mangue, apresentando a 22 de janeiro de 1833 longo parecer a respeito o vereador Francisco Alves de Brito.

Foram postos à disposição da municipalidade, em 1838, cem presos do calabouço, uma vez que dispendesse a Câmara a quantia de 600\$, para a compra de cadeados e argolas destinados aos correccionais.

Nem sempre os aterros obedeciam às regras aconselhadas pelos técnicos. Eram feitos sem um plano e sem precauções, preestabelecidas pela repartição de higiene, sendo em sua maior parte de matéria de fácil decomposição, de lama e lixo.

Os mangues da Cidade Nova, doados à municipalidade pela lei de 3 de outubro de 1834, abrangiam uma área considerável e neles existiu apenas, por muitos anos, um aterro feito ao longo da atual rua Senador Eusébio, por onde se faziam as comunicações com o bairro de São Cristóvão. Até 1888, quando os trabalhos de aterro foram atacados com afinco, o pantanal se subdividia em dois canais de águas lodosas, que desaguavam no Saco de São Diogo.

Apesar das dificuldades opostas à edificação nessa zona da cidade, pouco recomendável à saúde, iniciara-se, contudo, em 1835, o arruamento de alguns logradouros públicos. Em 1852, o agrimensor Agostinho Nunes Montez levantara a planta da Cidade Nova e nesse ano atивou-se o retalhamento de terrenos.

Projetos e melhoramentos, todos inexecutados, não faltaram, no intuito de melhorar e sanear a Cidade Nova. Citemos, entre outros: os dos engenheiros José Brant de Carvalho e Francisco de Góis, apresentados ao Parlamento a 31 de maio de 1887, e que obtiveram parecer favorável do Clube de Engenharia, a 15 de julho do mesmo ano; de Manuel Odorico Mendes, submetido ao Conselho da Intendência Municipal, em julho de 1890; de Emílio Vítor de Lima e Pedro Luís Demoro, durante o ano de 1891, sobre abertura e prolongamento de ruas.

CLXXXVII – RUA S. PEDRO DA CIDADE NOVA – Em fins do século XVIII, Luís da Rocha Machado fizera doação ao Senado da Câmara de chãos no caminho projetado, em frente à Rua S. Pedro e a partir do campo de Santana. Um documento de 26 de julho de 1799 faz referência ao plano de abertura de ruas naquelas terras, serpeadas de valas e canais. Em 1800 resolveu a Municipalidade mandar cordear definitivamente a nova via de comunicação para os mangais de S. Diogo, denominando-se na linguagem do povo – caminho que vai para os mangues de S. Diogo.

Com a chegada da família real, em 1808, os antigos mangues começaram a receber benefícios da administração pública, aterrando-se numa porção regular os pântanos que impediam o tráfego das carruagens da corte. Levantou-se forte estacaria destinada a conter a invasão das águas na estrada por onde deveria transitar o príncipe regente. Para evitar possíveis desastres à noite, resolveu a Intendência de Polícia colocar lanternas pregadas em colunas de pedra, que, alimentadas por azeite de peixe, iluminavam a estrada, salvaguardando assim a vida do príncipe e de outras pessoas da corte quando regressassem ao poço de S. Cristóvão, depois do anoitecer. Daí a denominação de – Caminho das Lanternas, pela qual ficou conhecida durante algum tempo. Sem nivelamento e frequentemente inundado pelas enxurradas de S. Diogo, tornou-se de difícil trânsito o caminho e, mais do que o bonacheirão D. João, disse se queixavam os tomalarguras, afortunados serviçais da corte, que à custa de vexatórias extorsões e aposentadorias gozavam vida folgada.

Em 1815 os aterros já proporcionavam à fazenda real escolher local junto à rua então chamada do Aterrado ou Nova de S. Pedro da Cidade Nova para instalação de armazéns. Considerando-a prolongamento da antiga Rua de S. Pedro da Cidade Velha, Eduardo Teodoro Boesche,

célebre aventureiro alemão, engajado em 1824 em nosso exército, escrevia em seus *Quadros Alternados*, que o Aterrado, muito reto, partia em direção a S. Cristóvão e era tão extenso que se levava uma hora em percorrê-lo.

Restier Gonçalves em *Índices e Extratos de Aforamentos* (fásc. I pág. 77) registra que, ainda em 1824, estava o logradouro sujeito a inundações do mangue e de forma a facilitar a navegação de canoas e a apanha de peixes.

Nivelada era 1831, do Rossio Pequeno à bica dos marinheiros, contava então um grupo de prédios até pouco além da rua Boto Jardim (Visconde de Sapucaí) . Os sucessivos aterros de brejos justificavam plenamente a denominação de Aterrado dada à rua que, a partir de 1833, teve melhoramentos mais eficientes, notadamente em 1837 e 38. As valas abertas desde 1831, por ocasião das célebres febres de Macacu e a construção e reconstrução de pontes de madeira e de pedra em 1832, 1839, 1844 e 1845, inauguradas, a primeira em 14 de janeiro e a terceira, em 26 de abril, daqueles anos, muito concorreram para tornar menos insalubre esse trecho da Cidade Nova e ativar, de certo modo, o tráfico comercial com o bairro de S. Cristóvão e a praia Formosa, onde o francês José Francisco Derémusson abriu um caminho para seges, ligando o seu curtume com a rua do Aterrado.

Por deliberação da Câmara Municipal, de 18 de novembro de 1869, aprovada por portaria do Ministério do Império de 29 do mesmo mês e ano, teve o nome de Senador Eusébio – significativo preito prestado à memória do conselheiro Eusébio de Queirós Coutinho Matoso Câmara, nascido a 27 de dezembro de 1812 e falecido a 7 de maio de 1868.

Em 1873, João Batista Viana de Drummond projetara abrir uma grande avenida até o bairro de Vila Isabel – desde a ponte que a companhia de carris estava a construir no Aterrado. Dez anos depois, o engenheiro Paula Freitas, no *Saneamento da Cidade*, sugeria igual providência, como necessária ao tráfego de veículos do centro comercial para os novos arrabaldes, que se desenvolviam entre o Andaraí e o Engenho Velho. Data de 1884 a reforma do seu calçamento, por iniciativa do engenheiro Ernesto da Cunha Araújo Viana. Pelo decreto nº. 995, de 26 de maio de 1914, desapropriaram-se prédios para o seu alargamento, consoante projeto aprovado a 7 de janeiro de 1907, na administração do prefeito general

Francisco Marcelino de Sousa Aguiar. Na administração do engenheiro André Gustavo Paulo de Frontin, inaugurou-se a 22 de julho de 1919, esse importante melhoramento, oferecendo o logradouro, desde a Praça da República, excelente perspectiva. Nesse ano o valor venal dos terrenos adquiridos, era de 1:700\$ a 2:500\$ por metro quadrado, subindo em 1923 de 2:000\$ a 3:400\$ por metro de testada – o que comprova a valorização trazida pelo alargamento da rua. O prefeito Alaor Prata determinou em 1923 o replantio sistemático da arborização ao lado do canal do Mangue.

De conformidade com o plano de urbanização da cidade, discriminado em março de 1941 pelo prefeito Dr. Henrique de Toledo Dodsworth, foram desapropriados para a Avenida Getúlio Vargas todos os prédios da Praça da República ao princípio do canal do Mangue inclusive a escola municipal Benjamim Constant. A 10 de novembro daquele ano, estavam ultimadas as demolições do lado da numeração ímpar, quando se inaugurou o trecho acima referido, formando essa rua e a do Visconde de Itaúna, um Largo espaço, à espera do nivelamento do terreno e obras complementares.

CLXXXVIII – CANAL DO MANGUE – A necessidade de sa-  
near grande área da Cidade Nova, foco de mosquitos e infecções, propiciou a idéia de se construir no governo de D. João VI, um canal navegável – do Rossio Pequeno à ilha de João Damasceno ou dos Melões, alargando-se a vala que, ainda em 1820, servia à navegação de barcos e balsas. Nada se fez nesse sentido naquela época, levantando-se, porém, sobre o mangue uma ponte para a passagem do monarca e sua comitiva, da Quinta da Boavista, em S. Cristóvão, para o paço real na cidade.

Por decreto de 16 de junho de 1835 ficou a Municipalidade autorizada a demarcar no mangue da Cidade Nova o local para um canal, mercados e abertura de praças e ruas, nos terrenos de marinhas reclamados do governo do Império. Anteriormente àquela data, lavrara-se na Câmara Municipal a 27 de setembro de 1833, um termo de alinhamento e demarcação de terrenos, junto às ruas do Sabão – (Visconde de Itaúna), e S. Pedro da Cidade Nova ou do Aterrado (Senador Eusébio), de acordo com o plano e parecer do vereador Francisco Alves de Brito, que só foram aprovados a 3 de março de 1838. A esse tempo, mais ou menos, voltava à baila da discussão antigo projeto do Juiz de Fora, presidente do Senado da Câmara, José Clemente Pereira, a respeito de um canal que fosse ter à rua Direita.



Dos projetos mais exequíveis, em condições de melhor servirem ao interesse público, registremos o de Aureliano de Sousa e Oliveira Coutinho faturado visconde do Sepetiba, em 1838 – e que facultaria ampla drenagem do canal a construir. Araújo Viana, numa de suas crônicas publicadas na *A Notícia* (24 de dezembro de 1901) discrimina a proposta apresentada naquele ano e pela qual os possuidores de terrenos no mangue de um e outro lado da Rua do Aterrado ou S. Pedro da Cidade Nova, ficariam obrigados a aterrará-los no prazo de dois anos, e se o não fizessem perderiam a posse deles.

O governo municipal trataria de aforar os demais terrenos devolutos a quem os quisesse tomar sob aquelas condições. Aconselhava o proponente que se desse princípio a um canal paralelo à rua do Aterrado, ligando-o ao mar, terminando na praça ou Rossio Pequeno – e tendo um braço que se estenderia ao local destinado à casa de correção. Seriam arborizadas as alamedas do canal, erguidas nas ruas laterais casas de morada e pontes de acesso de uma à outra margem.

Em 1853, o vereador Haddock Lobo solicitou à Câmara Municipal representar ao governo imperial sobre a utilidade do melhoramento planeado pelo conselheiro Aureliano Coutinho e a 26 de novembro de 1855 participava o ministro do Império, conselheiro Luís Pedreira do Couto Ferraz (posteriormente visconde do Bom Retiro), que Irineu Evangelista de Sousa (mais tarde barão de Mauá) se encarregara de construir, por administração, 50 braços do canal. Lançou-se a pedra basilar da importante obra a 21 de janeiro de 1857, retardando-se a aprovação do respectivo contrato, que só foi decretado a 6 de março do ano seguinte, no ministério presidido pelo marquês de Olinda.

Em 1861, a lei de 14 de setembro autorizou a despesa de 310:000\$ com a construção – que se levaria a 1.378:000\$, porquanto, obras suplementares, das quais se não haviam cogitado e deixaram de ser orçadas exigiram maior dispêndio. O engenheiro inglês William Gilbert Genty, que acompanhou Mauá em vários empreendimentos, construiu, como diretor técnico, as primeiras quatro pontes sobre o canal, ligando as duas ruas paralelas. Transcorridos três anos do início das obras, a 7 de setembro de 1860, inaugurou-se o canal do Mangue – coincidindo a solenidade, que foi muito concorrida, com a do término da construção do gasômetro, com frente para a rua do Aterrado.

Realizava o grande Irineu Evangelista de Sousa mais um dos muitos procedimentos do seu gênio construtivo. Acerca desse sempre lembrado precursor de notáveis melhoramentos que demarcaram novos rumos à civilização brasileira, acaba de divulgar Cláudio Ganns – seu ilustre descendente – a *Autobiografia do Visconde de Mauá*, trabalho de raro merecimento e exaustivamente documentado (2ª edição da livraria Zélio Valverde – 1943).

Em 1869, o industrial João Eduardo Lajoux propunha-se a prolongar o canal até o mar e rearborizar as suas alamedas – conforme as indicações ministradas pelo Dr. José Pereira Rego (barão de Lavradio).

A comissão de melhoramentos do Rio de Janeiro, constituída pelos engenheiros Francisco Pereira Passos, Jerônimo Rodrigues de Moraes Jardim e Marcelino Ramos da Silva, opinava em seu relatório de 1875 que se fizesse uma galeria coberta e se prolongasse o canal, de um lado em direção ao mar e de outro, até o bairro do Andaraí – de modo a converter em realidade o primitivo projeto que aconselhara a sua abertura. De algum modo, o parecer da comissão de melhoramento refletia a proposta que, a 4 de março de 1871, apresentara à Câmara Municipal o vereador Manuel Joaquim Fernandes Eiras.

Em maio de 1876, de acordo com o contrato de 12 de fevereiro, iniciou-se o assentamento do gradil para fechar as duas margens e desobstruir o lodo, “cujas exalações envenenavam a atmosfera”.

Para o ativamente de aterro dos pântanos próximos ao canal e prolongamento deste, várias propostas foram aceitas pelo governo imperial, salientando-se as referidas nos decretos n. 7.181, de 8 de março e n. 7.302, de 24 de maio de 1879. A primeira dessas concessões pertencia ao Dr. Posidônio de Carvalho Moreira – autorizado a arrasar o morro do Senado e a aterrar os pântanos, terrenos de mangue e acrescidos, compreendidos na área entre aquele morro e as Ruas Conde d’Eu, Estácio de Sá e Visconde de Itaúna e daí, pela Rua S. Cristóvão até o mar. A segunda concessão foi dada ao engenheiro Luís Rafael Vieira Souto e outras, autorizando-os a aterrarem a área compreendida entre as ilhas dos Melões e das Moças – e a arrasarem a nível os morros existentes nas referidas ilhas e parte do morro do Pinto – rodeando com um cais essa parte do litoral. Regularizariam além disso o curso do canal da Mangue – até o hospital dos Lázarus. A

execução desses melhoramentos, durante algum tempo, ficou adiada em consequência de litígio entre os concessionários.

Ponderava em 1884 o engenheiro Antônio de Paula Freitas em sua memória acerca do saneamento da cidade, sobre o plano de continuação do canal, que deveria ser refeito e melhor estudado, em virtude da canalização dos rios que nele desembocavam, a fim de não se repetirem as inundações como as de fevereiro de 1882 e de 1883. Aconselhava, portanto, obras de engenharia que reunissem num só os leitos dos rios originários do Rio Comprido, da Tijuca e do Andaraí – a Iguazu dos antigos ou Rio Comprido o Maracanã e o Joana.

No relatório do engenheiro Jules Jean Rèvy, apresentado a 28 de julho de 1886, ao ministro do Império, conselheiro barão de Mamoré sugeria o ilustre profissional outros planos em torno do saneamento do canal.

A 31 de outubro de 1891, o Ministério do Interior e Justiça remeteu à Municipalidade vários projetos que em diferentes épocas haviam sido submetidos à deliberação do governo e, entre esses, os seguintes:

Arrendamento do canal – para nele serem construídos um estabelecimento balneario, habitações e dormitórios higiênicos - (Dr. Manuel Leocádio Cordeiro – 1885);

Avenida – que da Praça da República alcançaria o canal, daí partindo dois *boulevards* – um para Tijuca e outro para Cascadura (Dr. Antônio Neves da Rocha);

Mercado – à margem do canal (Dr. Antônio Ferreira Fontes) e

*Boulevard* – compreendendo as alamedas do canal e estabelecimento de um grande mercado, ocupando as duas margens (Morris Kohn).

Julgava o Ministério do Interior imprescindível para adoção de qualquer desses projetos, a compromisso dos proponentes de realizarem os melhoramentos indicados pelo engenheiro Rèvy, citados pelo aviso do Ministério do Império, de 27 de junho de 1887, dirigido à Câmara dos Deputados; devendo, sobretudo, respeitarem os proponentes os direitos da Empresa Industrial de Melhoramentos e a concessão contida no decreto n. 849, de 11 de outubro de 1890.

A utilização das alamedas marginais, lembrada pela imprensa em fins de 1897, para desafogar o tráfego de veículos pelas Ruas Senador Eusébio e Visconde de Itaúna, foi adotada pelo engenheiro Silva Teles, diretor das obras municipais, como se verifica de seu relatório, referente ao

ano de 1898, no qual, tratando da improficuidade dos planos e pareceres divulgados, acrescentava: “O canal do Mangue continuará a ser mantido por uns sonolentos enxadões, que de hora em hora, mergulham à cata do lodo e este continuará a ser o único ornamento dessas alamedas de belas palmeiras...”

No quadriênio presidencial do Dr. Francisco de Paula Rodrigues Alves, remodelada a cidade, o antigo projeto de prolongamento do canal até o mar foi incorporado ao plano das obras custeadas pelo governo federal e, em junho de 1903, a comissão dos melhoramentos do porto do Rio de Janeiro estudou a modificação a executar num plano anterior, que consistira apenas no calçamento das alamedas e na remoção do gradil de ferro para as bordas do canal, pequenos melhoramentos que se iniciaram a 8 de setembro de 1902.

A 1º de maio de 1905 inauguraram-se as obras de um trecho do canal, referidas numa crônica da revista *Kosmos* daquele mês e ano.

A 12 de outubro do 1907 tráfegaram no viaduto erguido sobre o canal os primeiros comboios da Estrada de Ferro Central do Brasil.

O prolongamento do canal do Mangue até o cais do porto, projetado e começado sob o governo de Rodrigues Ares, foi uma das grandes realizações do ministro da Viação, Lauro Muller, “Em quatro anos de governo” – escreve Gastão Pereira da Silva – “Rodrigues Alves fez mais que o segundo império em meio século.”

E quando mais nada fizesse, bastaria o saneamento para o colocar entre as primeiras energias do Brasil e dentre aqueles que souberam amar, no sentido mais puro da expressão, a terra do Brasil.” (*Rodrigues Alves e Sua Época*).

CLXXXIX – POPULAÇÃO DA CIDADE – A estimativa do padre Luís Gonçalves dos Santos deve corresponder à situação da cidade em 1808.

Em 1799, já se apurara, no tempo do conde de Resende, 43,376 habitantes na zona urbana – que se chamava propriamente a cidade (freguesias da Candelária, S. José e Santa Rita).

Em relação ao ano inicial de permanência da corte portuguesa no Rio de Janeiro, os 60.000 habitantes domiciliados na Candelária, em S. José e Santa Rita, ou sejam, mais 16.624 almas, em confronto com o arro-

lamento procedido no governo do antepenúltimo vice-rei, mostram-nos o aumento operado em nove anos.

Os algarismos abaixo discriminados apresentam os resultados dos arrolamentos e recenseamentos que se procederam desde 1821:

| Ano       | Freguesias da cidade | Freguesias rurais | Total          |
|-----------|----------------------|-------------------|----------------|
| 1821..... | 79.321.....          | 33.374.....       | 112.695.....   |
| 1838..... | 97.162.....          | 39.916.....       | 137.078.....   |
| 1849..... | 205.906.....         | 60.560.....       | 266.466.....   |
| 1856..... | 115.226.....         | 36.550.....       | 151.776.....   |
| 1870..... | 191.002.....         | 44.379.....       | 235.381.....   |
| 1872..... | 230.454.....         | 44.518.....       | 274.972.....   |
| 1906..... | 621.933.....         | 180.402.....      | 811.443.....   |
| 1920..... | 790.823.....         | 356.776.....      | 1.157.873..... |

O recenseamento de 1821 foi realizado sob a direção da ouvidor Joaquim José de Queirós. O de 1838, mandado proceder pelo ministro Bernardo Pereira de Vasconcelos, coligiu os dados sobre oito freguesias urbanas, em princípios daquele ano, e em dezembro os relativos às paróquias suburbanas rurais. Em 1849, por iniciativa da Dr. Roberto Jorge Haddock Lobo e sob o patrocínio do ministro Eusébio de Queirós Coutinho Matoso Câmara, efetuou-se o quarto recenseamento da população do Rio de Janeiro, resentindo-se a operação censitária de exagero dos algarismos apurados. São muito incompletos os dados do recenseamento do 1856. O recenseamento de 1906 foi mandado proceder pelo Prefeito Pereira Passos.

Do último recenseamento de 1940, ainda não são conhecidos os resultados definitivos.

CXC e CXCI – CLEROS SECULAR E REGULAR – As referências do autor do texto, acrescentemos os informes de Debret na *Viagem Pitoresca e Histórica ao Brasil* e de John Luccock, em *Notas sobre o Rio de Janeiro e partes meridionais do Brasil*, sobre sacerdotes, templos católicos e obras de caráter religioso. O grande artista da Missão Francesa refere-se aos padres de cor preta que pertenciam às igrejas do Rosário, da Lampadosa e de S. Domingos, O inglês Luccock fala-nos dos melhoramentos introduzidas em 1813, inclusive a melhoria da cônica do clero, “que antes era ridícula para atender às necessidades das sacerdotes”.

CXCII – HOSPITAIS – Leia-se *A Arquidiocese de S. Sebastião do Rio de Janeiro*, do arcepreste Antônio Alves Ferreira dos Santos (1914) acerca dos hospitais religiosos (pág. 426).

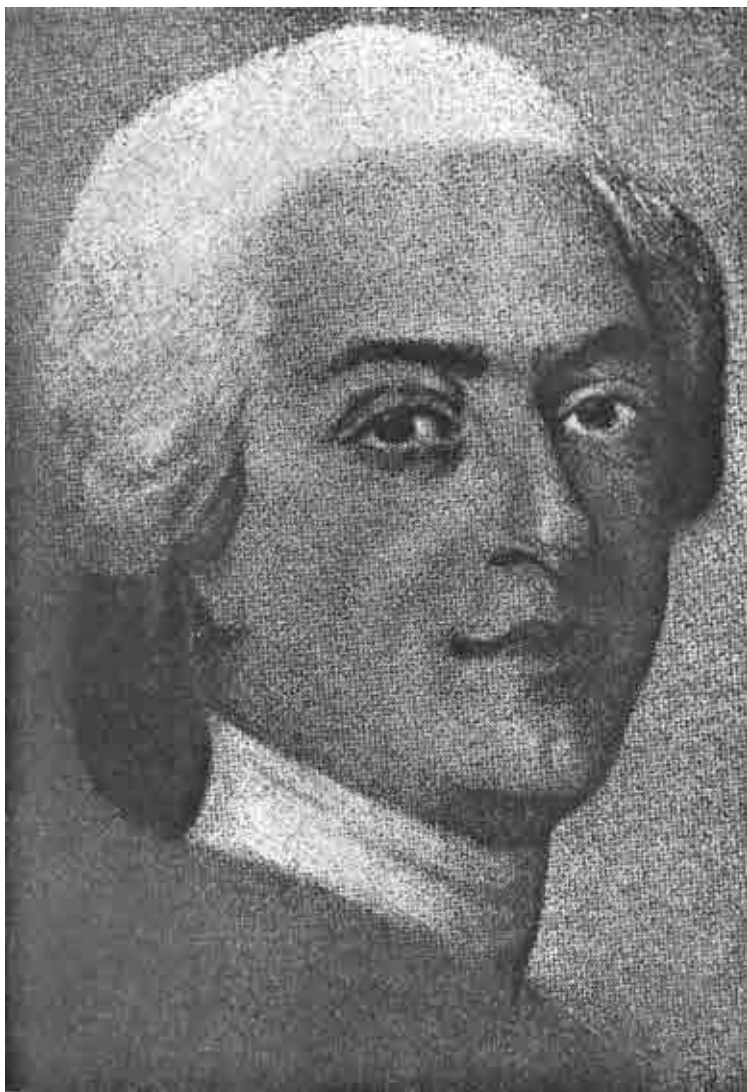
CXCIII – FORÇA MILITAR E FORTALEZAS – Sobre a organização militar no governo do príncipe regente e depois rei D. João VI, constituem preciosas achegas os estudos de Moreira Guimarães (*Dicionário Histórico e Geográfico e Etnográfico do Brasil* – 1 volume – História Militar) e a *Sinopse da História Naval*, de Carlos Carneiro (ibidem, os trabalhos de Fausto de Sousa a cerca de *Fortificações* (Revista do Inst. Hist. – tomo XLVII), e os de Henrique e Lucas Boiteux, inclusive a *Marinha de Guerra brasileira nos reinados de D. João VI e D. Pedro I*.

CXCIV – INSTRUÇÃO DA MOCIDADE – A carta régia de 11 de agosto de 1799 dera ao vice-rei conde de Resende a direção das escolas régias ou públicas, atribuição que, por outra carta régia, de 9 de setembro do mesmo ano, se tornou também extensiva aos governadores das capitanias. Nomeavam estes os professores, mas com a aprovação dos diocesanos. A 17 de janeiro de 1809 expediu-se um decreto sobre a forma pela qual deveriam ser providas as cadeiras de ensino público.

Suprimido o subsídio literário e extinta a jurisdição dos governadores e bispos, criou-se a 15 de março de 1816 o cargo de diretor-geral dos estudos, confiado a Luís José de Carvalho e Melo (posteriormente visconde da Cachoeira). O decreto de 26 de fevereiro de 1821, pouco antes do regresso de D. João VI a Portugal, criou o lugar de inspetor-geral dos estabelecimentos, literários e científicos.

CXCV – JUSTIÇA – Os eruditos estudos de Alfredo Pinto (*O Poder Judiciário do Brasil – 1532-1871*, publicado no tomo IV do Congresso de História - 1914) e de Aurelino Leal, Sobre a história judiciária (*Dicionário Hist. Geogr. e Etnogr. do Inst. Hist.* – vol. 1º – pág., 1.118) reconstituem magistralmente as reformas que se fizeram de 1868, com a chegada da família real ao Rio de Janeiro, até 1922, no centenário da Independência Nacional.

CXCVI – SENADO DA CÂMARA. – Extinto pela lei de 1 de outubro de 1828. A 16 de janeiro de 1830 instalou-se a Câmara Municipal no edifício inaugurado a 12 de julho de 1825, na Praça da Aclamação, antigo campo de Santana.



*Retrato do rei Luís XV, padrinho de batismo de D. João – (Museu de Saint Quentin)*

# EPOCA PRIMEIRA

## FELICIDADE DO BRAZIL,

OU

NARRAÇÃO DA CHEGADA DE SUA ALTEZA REAL O PRINCIPE  
REGENTE NOSSO SENHOR A' CIDADE DE S. SEBASTIÃO DO RIO  
DE JANEIRO, CAPITAL DA AMERICA PORTUGUEZA, NO SEMPRE  
MEMORAVEL DIA 7 DE MARÇO DO ANNO DE 1808. E DO COMO  
FOI RECEBIDO PELOS SEUS LEAES VASSALLOS MORADORES DA  
MESMA CIDADE.

~~~~~

'Αλλά σ' ἴς Ἡλόσσις πιδίς καὶ πείρατα γαίης
'Αθάσιστοι πείψισσι, (ὄθι ξαθὸς Ραδάμανθους,
Τὶ περ ῥαίση βιοτὴ πιδίς ἀδρόσισσι,
Οὐ νιφτὸς, οὐτάρ χιμερὶ πολλὸς, ἔτι ποτ' ὄμβροθ.
'Αλλ' αἰσι Ζεφύροισι λυγροσίσσας αἴσας
'Ωκίανος αἰσισσι αἰαψύχισσι ἀδρόθους.)

Homeri Odys. L. IV, Vers. 563.

*Sed Te in Elysium campum, et fines terras
Immortales mittent, (ubi flavus Radamanthus:
Ubi facillima vivendi ratio est hominibus,
Non nix, neque hiems multa, neque unquam imber:
Sed semper Zephyri suaviter spirantes auras
Oceanus emittit, ad refrigerandum homines.)*

~~~~~

*Exceptus est ab omnibus incredibili honore, et amore.*

Caes. de Bel. Gal.

~~~~~

*Tuque dum Procedis, Ió triumphe,
Non semel dicemus, Ió triumphe,
Civitas omnis, dabimusque Dicis
Thura benignis.*

Horat. L. IV. Od. I.

.....

Inmanu Dei potestas terrae:
et utilem rectorem suscitabit in tempus super illam.

ECLES. 10, V. 4.

NÃO É SEM CAUSA NÃO OCULTA E ESCURA
VIR DO LONGÍNQUO TEJO...
DEUS POR CERTO VOS TRAZ...

CAM. LUS. CANT. VII. EST. 30 E 31



– 1 –

QUANDO nesta cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, capital da América Portuguesa, o excelentíssimo Conde dos Arcos, D. Marcos de Noronha e Brito, vice-rei do Estado do Brasil, com a sua costumada energia, coragem, e prudência, se preparava por aviso que da Corte tivera para repelir qualquer invasão inimiga, que supunham uns ser da parte dos ingleses, e outros dos franceses; e os ânimos de todos flutuavam entre sustos e aflições pela futura sorte de Portugal, então ameaçados pelo Imperador Napoleão, que obrigava o Príncipe Regente Nosso Senhor a romper com os ingleses, fechando os seus portos, e expelindo-os dos seus domínios; e não menos solícitos estávamos pela nossa própria segurança, pois era bem de temer que qualquer dos dois beligerantes, segundo a final resolução da nossa Corte, declarando-se inimigo dos portugueses, ousam invadir a algumas das províncias marítimas do Brasil, tão extensas pelas suas costas como abundantes de portos, e enseadas de fácil acesso e desembarque; e o nosso maior receio era dos ingleses, formidáveis em demasia pelas suas forças

navais, e pelo conhecimento prático dos nossos mares e costas: eis que no dia 14 de janeiro de 1808 chega a este porto do Rio de Janeiro o brigue de guerra *Voador*, comandado pelo capitão-de-fragata Francisco Maximiliano de Sousa com o assombroso aviso de que os franceses tinham, juntamente com os espanhóis, entrado com formidável exército pela fronteira do Reino com aparência de amizade, e sob o pretexto de auxílio contra os ingleses; mas que realmente marchavam com ânimo hostil e pérfido, dirigindo-se mui particularmente contra a sagrada pessoa de SAR o Príncipe Regente Nosso Senhor; do que por felicidade, havendo sido SA informado a tempo, fizera embarcar sem demora toda a sua real família, com grande número de pessoas da primeira grandeza da Corte, e de outras muitas de todas as ordens, que voluntariamente o quiseram acompanhar, e saíra do porto de Lisboa a 29 de novembro de 1807 com o destino para o Rio de Janeiro, e que brevemente chegaria a este porto a esquadra que conduzia para o Brasil o seu soberano, com a real família, e que nesta cidade vinha S.A. estabelecer a sua Corte enquanto se não fizesse a paz geral.

– 2 –

Nunca correio algum trouxe notícias mais tristes, e ao mesmo tempo mais lisonjeiras! Eu não sei explicar o assombro, a consternação, e sentimento de todos por causa das desgraças da Mãe-Pátria; as lágrimas corriam dos olhos de todos, e muitos ficaram sem poder articular uma só palavra ao ouvir tão infausta novidade; lembravam-se uns de seus pais, parentes, e amigos; outros dos seus filhos; estes dos seus negócios; aqueles do seu comércio, que julgavam de todo perdido; todos enfim lamentam a desgraça da nação, e temem um horroroso futuro de males; porém ao mesmo tempo mitigava, e suavizava a geral consternação o contentamento, que simultaneamente todos sentiam pela salvação de Sua Alteza, e da real família, e pela venturosa sorte, que nos coube de vermos brevemente o nosso amado príncipe, e que fosse a nossa cidade, com preferência a outra qualquer de seus domínios, escolhida por S.A. para assento da sua Corte no Brasil. Se grandes eram os motivos de mágoa, e aflição, não menores eram as causas de consolo, e de prazer: uma nova ordem de coisas ia a principiar nesta parte do hemisfério austral; o Império do Brasil já se considerava projetado, e ansiosamente suspirávamos pela poderosa mão do Príncipe

Regente. Nosso Senhor para lançar a primeira pedra da futura grandeza, prosperidade, e poder do novo Império.

– 3 –

Portanto uma cena mais agradável veio substituir à antecedente; os preparativos bélicos se trocaram em aparatos festivos; os sustos, e temores em tranquilidade, e alegria; os horrores da guerra em consolações de paz; em uma palavra os ânimos de todos só se ocupavam do mais amável e piedoso príncipe do Universo. Ele era o assunto de todas as conversações, e todas as bocas eram eloquentes em seu louvor; os nossos corações ardiam em desejos de o ver; já as horas nos pareciam dias, e os dias meses. Abençoávamos a Providência, que ao mesmo tempo, que nos castigava com tantas desgraças, nos enxugava as lágrimas, e nos enchia de consolações; e que de tantos males tirava tantos bens. A ocupação de Portugal pelas armas francesas era certamente um lamentável desastre, uma calamidade pública, e geral; mas a salvação de S.A.R., a sua vinda para o Brasil, o novo Império Lusitano, que vinha criar na América, era uma felicidade para os brasileiros, e para todos os portugueses. Com o Príncipe Regente Nosso Senhor se salvou a honra, a glória, e a monarquia portuguesa. A mudança do seu trono ainda a fará mais forte, poderosa, e respeitável.

– 4 –

Como fosse necessário sem perda de tempo, e com a brevidade possível preparar os cômodos para tão augustos hóspedes, e também para os fidalgos, e às mais pessoas da comitiva de S.A., determinou o excelentíssimo conde vice-rei que sem demora se despejasse toda a quadra do palácio, não só aquela parte da sua residência, mas também a que era ocupada pelo Tribunal da Relação, e pelas salas do expediente da Casa da Moeda: ordenou mais, que os proprietários, e inquilinos de um grande número de casas, e das mais excelentes as desocupassem, e levassem as chaves a ele vice-rei, o mais tardar, até que aparecesse na barra a real esquadra: despediu imediatamente correios para os governadores de Minas Gerais, e de São Paulo, dando-lhes a fausta e gratíssima notícia da próxima vinda de S.A.R., e rogando-lhes que fizessem descer para esta capital todos os víveres, que fosse possível conduzir-se; mandou imediatamente ornar, e mobiliar todo o palácio com a grandeza, e magnificência, que a demora permitia, e o

estado do país concedia. Era certamente motivo de grande satisfação para todos que concorriam ao cais, e largo do Palácio, testemunhar o ardente zelo, e a incansável atividade, com que Sua Excelência procurava promover os meios possíveis de bem acomodar o Príncipe Regente Nosso Senhor, e a real família; e ao mesmo tempo a diligência e satisfação, que todos os que trabalhavam para este fim, ainda as pessoas da ínfima plebe, e os mesmos escravos, mostravam na alegria dos seus semblantes: e para nada faltar do que pudesse suavizar os incômodos por que S. A., e a real família passavam sobre o mar em tão longa viagem, se despediram por vezes embarcações ligeiras com refrescos, e víveres ao encontro da real esquadra, que por elas não foi avistada pela diversa derrota, que tomara, como veremos adiante. Em obséquio da verdade devemos confessar, que o excelentíssimo conde dos Arcos deu um público testemunho do seu desvelo, e solícitude, atendendo a tantas e tão diferentes coisas, que à pressa se deviam dispor, e aprontar para o recebimento do Príncipe Regente Nosso Senhor, que a cada hora era esperado; e por este motivo muitas coisas não lembraram, outras não se fizeram, e muitas se suspenderam já principiadas, na incerteza de não se concluírem a tempo, ignorando-se o momento, em que chegaria a real esquadra.

– 5 –

No princípio destes cuidados, e diligências, eis que no domingo seguinte, 17 de janeiro, logo ao amanhecer se fez do pico, donde se descobre o horizonte do mar por toda a sua extensão, sinal de que se avistava a real esquadra. O alvoroço, e o contentamento foi geral em toda a cidade, e pelas ruas só se ouviam as vozes: S.A. já chegou; já estão na barra as naus, que trazem a real família. Uma terrível tempestade havia separado parte da esquadra em a noite de 9 de dezembro, no dia seguinte não se avistando uma da outra, tomaram diferentes rumos, e a nau, que primeiro se aproximara à barra, posto que não fosse aquela que trazia o Príncipe Regente Nosso Senhor, contudo encerrava em si jóias de muita valia, e que não eram muito menos dignas da nossa estima, e veneração: tais eram as sereníssimas senhoras D. Maria Francisca Benedita, princesa do Brasil, viúva, e infanta D. Mariana, irmãs de Sua Majestade Fidelíssima a Rainha Nossa Senhora, que em sua companhia traziam as sereníssimas infantas D. Ma-

ria Francisca, e D. Isabel Maria, filhas de S.A. o Príncipe Regente Nosso Senhor. Todo o povo correu a receber tão ilustres personagens; a tropa de linha, e de milícias se postou nos competentes lugares, esperando a hora do desembarque de Suas Altezas. Pelas quatro horas da tarde entrou a Nau-Rainha de Portugal, seguida de outras portuguesas, e inglesas, e dentro do porto fundeou pelas cinco horas na frente da cidade com grande júbilo, e satisfação geral de todos os seus moradores. E, como Suas Altezas não quisessem desembarcar, sem que chegasse o resto da esquadra, que faltava, receberam a bordo da nau, tanto nesta mesma tarde como nos dias seguintes, as felicitações pelo próspero sucesso da sua feliz viagem, e chegada a este porto, concorrendo a bordo da nau *Rainha* as pessoas mais distintas de todos os estados que alegres beijaram a mão das augustas senhoras, que foram as primeiras pessoas da real família, que o Brasil conheceu de perto, e ante quem se prostrou submisso e reverente.

– 6 –

Como por um antigo, e louvável costume esta cidade do Rio de Janeiro se ilumina por três noites antes da festa do seu padroeiro o glorioso mártir S. Sebastião, e nesta feliz noite de 17 de janeiro era o princípio das luminárias, mandou o Senado da Câmara por edital público, que na noite do dia 20, e nas duas seguintes se continuasse a iluminação da cidade, e com maior aparato em obséquio da feliz chegada de Suas Altezas; o que assim se executou com demonstrações da pública alegria nos gerais repiques de sinos nas referidas noites. Mas esta alegria era incompleta e amargurada por não aparecer, nem haver notícia alguma da esquadra restante, que trazia a nossa soberana, o Príncipe Regente, e as outras pessoas reais; por cujo motivo o clero secular, e regular consagrou três dias de preces solenes para impetrar do Onipotente, por intercessão da Santíssima Virgem Mãe de Deus, e dos seus santos, a breve chegada do resto da esquadra, cuja tardança tanto afligia os nossos corações; e, tendo todos os mais ardentes desejos de ver ao nosso augusto príncipe, e que finalizassem os incômodos, e perigos da sua viagem, faziam ao céu multiplicados, e fervorosos votos pela incolumidade, e prosperidade da sua viagem. Entretanto se conservavam as sereníssimas senhoras princesa, e infantas, a bordo da mesma nau, em que vieram; e assim se passou mais de um mês, até que a 19 de fevereiro che-

gou da Bahia uma embarcação, a qual trouxe a agradável notícia, de que o Príncipe Regente Nosso Senhor havia tomado felizmente aquele porto, e que quisera honrar com a sua real presença aquela cidade, primeira capital dos seus Estados do Brasil.

– 7 –

Com efeito, no dia 21 de janeiro parte da real esquadra portuguesa, e uma nau inglesa, de quatro, que reforçavam as nossas, entraram na grande, e formosa baía de Todos os Santos, onde com os mais vivos transportes de prazer foi S. A. o Primeiro Regente Nosso Senhor recebido na cidade de S. Salvador pelos excelentíssimos governador, conde da Ponte, João de Saldanha da Gama, e arcebispo D. fr. José de Santa Escolástica, e por todos os seus moradores, que não esperavam tão extraordinária, e honrosa visita; e por este motivo com um entusiasmo de amor difícil de se descrever. Com razão aquela, em outro tempo capital da América Portuguesa, e primeira cidade, que os portugueses fundaram no Novo Mundo, devia ser também a primeira, que tivesse a honra de ver o seu soberano, e de lhe prestar as primícias do respeito, vassalagem, e amor de todo o Brasil: e juntamente ter a gloriosa primazia de nela lançar o Príncipe Regente Nosso Senhor a pedra fundamental do novo Império, que vinha levantar na América Meridional.

Foi, portanto nesta ilustre cidade da Bahia, que S.A.R., pela sua memorável carta-régia de 28 de janeiro de 1808, dirigida ao distinto governador, conde da Ponte, abolindo o velho sistema colonial, concedeu aos brasileiros o comércio franco com todas as nações estrangeiras, e amigas da Sua Real Coroa, abrindo-lhes aos seus navios os principais portos do Brasil. O teor desta imortal carta, digna de ser gravada em letras de ouro, é o seguinte:

Conde da Ponte, do Meu Conselho, Governador; e Capitão General da Capitania da Bahia. Amigo: Eu o Príncipe Regente vos envio muito saudar, como aquele, que amo. Atendendo à representação, que fizeste subir à Minha Real Presença sobre o se achar interrompido, e suspenso o comércio desta Capitania com grave prejuízo dos meus vassallos, e da minha Real Fazenda, em razão das críticas, e públicas circunstâncias da Europa; e

querendo dar sobre este importante objeto alguma providência pronta, e capaz de melhorar o progresso de tais danos: sou servido ordenar interina, e provisoriamente, enquanto não consolido um sistema geral, que efetivamente regule semelhantes matérias, o seguinte: 1º que sejam admissíveis nas alfândegas do Brasil todos, e quaisquer gêneros, fazendas, e mercadorias transportados em navios estrangeiros das Potências, que se conservam em paz, e harmonia com a Minha Real Coroa, ou em navios dos meus vassallos, pagando por entrada 24 por cento, a saber: 20 de direitos grossos, e 4 de donativo já estabelecido; regulando-se a cobrança destes direitos pelas Pautas, ou Aforamentos, por que até ao presente se regulam cada uma das ditas Alfândegas, ficando os vinhos, aguardentes, e azeites doces, que se denominam não molhados, pagando o dobro dos direitos, que até agora nelas satisfaziam: 2º que não só os meus vassallos, mas também os sobreditos estrangeiros, possam exportar para os portos, que bem lhes parecer, a benefício do comércio, e agricultura, que tanto desejo promover, todos e quaisquer gêneros, e produções coloniais, à exceção do Pau-Brasil, ou outros notoriamente estancados, pagando por saída os mesmos direitos já estabelecidos nas respectivas Capitánias, ficando entretanto como em suspenso, e sem vigor, todas as Leis, Cartas Régias, ou outras ordens, que até aqui proibiam neste Estado do Brasil o recíproco comércio, e navegação entre os meus vassallos, e estrangeiros. O que tudo assim fareis executar com o zelo, e atividade, que de vós espero. Escrita na Bahia aos 28 de janeiro de 1808 – PRÍNCIPE – Para o Conde da Ponte.”

– 9 –

Tal foi o primeiro diploma régio, que a real mão do Príncipe Regente Nosso Senhor assinou no Brasil; base da futura prosperidade, grandeza, e poder desta grande terra, que pelo antigo sistema do seu regime, ciúmes mal entendidos, e estragos de uma guerra, que assola a Europa, há tantos anos, se achava quase aniquilada, sem comércio, a agricultura, indústria, artes, e ciências, apesar de ser tão rica em produções da natureza, e os

seus habitantes dotados de gênio, atividade, penetração, e gosto por todas as artes mecânicas, e liberais. Quais serão os felizes resultados de tão liberal, e iluminada política triunfadora de inveterados prejuízos, e de exclusivos monopólios, desde já se começam a prever, e em breve experimentaremos.

– 10 –

Não satisfeito o magnânimo Príncipe Regente Nosso Senhor com o imortal diploma, que abriu as portas do seu Estado do Brasil à civilização, à indústria, e à geral prosperidade com a permissão da franqueza do comércio, abriu também em favor dos habitantes da Bahia os tesouros da sua liberdade, distribuindo milhares de graças, e mercês por aqueles fiéis vassallos de quem S. A. R. constantemente recebia as mais fervorosas demonstrações de respeito, lealdade, e amor à sua real pessoa, e a toda a augusta família, que juntamente com o Príncipe Regente Nosso Senhor ali aportara. Depois de repetidas festas de ação de graças nos magníficos templos de S. Salvador, às quais S. A. R. se dignou de assistir, e depois de haver o mesmo real senhor visitado os mais nobres, e conspícuos edifícios, tanto públicos, como particulares daquela cidade, entre os mais vivos afetos de gratidão, e de saudade, de novo se embarcou com sua augusta mãe a Rainha Nossa Senhora, e a real família, e se fez à vela para o Rio de Janeiro no dia 26 de fevereiro, deixando os baianos, entre quem se demorara por mais de um mês, lavados de tristes, e saudosas lágrimas pela sua ausência, e que não cessaram de acompanhar com a vista, e ainda mais com o coração, as régias naus, que lhes roubavam os seus soberanos, privando-os da sua constante real presença na antiga capital da América Portuguesa.

– 11 –

Os habitantes da Bahia haviam feito as mais fervorosas súplicas a S. A. R. para que pusesse termo à sua viagem naquela cidade, e se deixasse ficar entre eles, estabelecendo a sua Corte em S. Salvador, para cujo fim ofertaram a edificação de um magnífico palácio para residência de S. A. R. Mas o Príncipe Regente Nosso Senhor por muitos, e ponderosos motivos políticos, que determinaram o Conselho d’Estado em Lisboa a preferir o Rio de Janeiro para sede da monarquia portuguesa a qualquer outra cidade dos seus vastos domínios, e em conformidade do decreto de 27 de novembro de 1807, pelo qual fizera público aos seus vassallos de Portugal, e à Europa

inteira, de se passar para o Brasil, e de estabelecer a sua Corte na cidade de S. Sebastião do Rio de Janeiro, não pôde condescender com os votos, ofertas, e amor daqueles leais vassallos brasileiros. A Providência tinha reservado esta preeminente honra para outros não menos leais e amantes vassallos, que com os braços abertos suspiravam pelo venturoso momento da chegada do seu príncipe e senhor, para o receberem na sua cidade, e sobretudo nos seus corações.

– 12 –

Logo que constou nesta cidade do Rio de Janeiro, que o Príncipe Regente Nosso Senhor se achava na da Bahia, sossegaram os nossos ânimos, e depuseram os receios, que causava a sua tardança; e visto o perigo, a que ainda estavam expostas as sereníssimas senhoras princesa, e infantas, conservando-se por mais tempo embarcadas em uma estação, na qual são frequentes as trovoadas, e algumas vezes assas medonhas, nestas; e atendendo-se igualmente para os incômodos, que passavam tão augustas senhoras, enclausuradas tantos dias na câmara de uma nau, e ignorando-se juntamente o tempo, que o Príncipe Regente Nosso Senhor seria servido demorar-se na Bahia, a instâncias da fidalguia, o nobreza, que já neste porto se achava, resolveram as sereníssimas senhoras princesa, e infantas, a desembarcar da nau, e recolherem-se ao Real Palácio. Para o desembarque e recepção de Suas Altezas se postou a tropa no largo fronteiro ao cais, e concorreu muito povo com geral prazer de grandes, e pequenos, e satisfação universal de todos pela presença de tão augustas personagens. Ao som das salvas das naus, e fortalezas, no dia 2 de fevereiro pelas dez horas da manhã desembarcaram as senhoras no cais fronteiro ao palácio, acompanhadas das suas damas, e precedidas da fidalguia, e nobreza, e logo se recolheram ao Paço, onde benignamente receberam a todos os que por tão justo motivo lhes foram beijar a mão.

– 13 –

Já por este tempo se achavam fundeadas neste porto do Rio de Janeiro as seguintes naus portuguesas: *Rainha de Portugal*, comandada pelo chefe-de-divisão, Francisco Manuel Souto Maior; *Príncipe do Brasil*, comandada pelo capitão-de-mar-e-guerra Francisco de Bona Salema Garção; *Conde D. Henrique*, comandada pelo capitão-de-mar-e-guerra, José Maria d'Almeida, e também as naus de Sua Majestade Britânica,

London, Malborough e Monarcha, sob o comando do Commodore Moore, as quais todas entraram no referido dia 17 de janeiro: achavam-se mais a nau *Martim de Freitas*, que havia chegado no dia 20 do mesmo mês, comandada pelo capitão-de-mar-e-guerra D. Manuel de Meneses *; a fragata *Minerva*, cujo comandante era o capitão-de-mar-e-guerra Rodrigo José Ferreira Lobo; a fragata *Golfinho*, do comando do capitão-de-fragata Luís da Cunha Moreira, e outras mais embarcações de comércio, que faziam parte da frota, que de Lisboa tinha saído no memorável dia 29 de novembro, as quais, havendo-se separado da real esquadra pela violência dos temporais, navegando sós com grandes avarias, minguada de mantimentos, e aguada, contudo chegaram a salvamento aos portos do seu destino, sem que, pela visível proteção divina, se perdesse uma só embarcação tanto da Coroa, como da praça, apesar das furiosas tormentas, que as dispersaram, por ser empreendida esta jornada repentinamente no rigor do inverno, e por ser demasiada a gente, que embarcara em grande confusão, desarranjo, e escassez das coisas as mais necessárias para tão longa viagem. A nau *D. João de Castro* foi desarvorada arribar à Paraíba do Norte; nela se havia embarcado o excelentíssimo duque do Cadaval com a sua família *, e, voltando depois para a Bahia ali se reparou dos danos que padecera, e finalmente se recolheu ao Rio de Janeiro, sendo o seu comandante D. Manuel João Lócio.

–14–

Entretanto vinha velejando em demanda do Rio de Janeiro com próspero e feliz galerno a tão suspirada, e apetecida esquadra real, que por então se compunha dos seguintes vasos de guerra: nau *Príncipe Real*, que conduzia a Rainha Nossa Senhora, o Príncipe Regente Nosso Senhor, os

* Este hábil oficial de marinha, irmão do Ex^{mo} conde de Cavaleiros, na noite do sábado 20 de janeiro, descendo da nau *Rainha* para seu escaler, desgraçadamente caiu ao mar; e, apesar de todas as diligências, não foi possível salvar a sua vida. O cadáver, que apareceu poucos dias depois, foi sepultado na igreja da Misericórdia. Tão fatal desgraça foi muito sentida.

* O Ex^o duque faleceu na cidade de S. Salvador da Bahia, poucos dias depois da sua chegada, e a Ex^a duquesa, e seus filhos vieram para esta corte, em um navio mercante, ficando naquele porto a nau em conserto.

sereníssimos Príncipe da Beira, D. Pedro de Alcântara, e infantes D. Miguel e D. Pedro Carlos, comandada pelo chefe-de-divisão Francisco José do Canto e Castro; nau *Afonso de Albuquerque*, em que vinha a sereníssima senhora princesa do Brasil, D. Carlota Joaquina, trazendo em sua companhia as sereníssimas princesa D. Maria Teresa, e infantas D. Maria Isabel, D. Maria da Assunção, e D. Ana de Jesus Maria, cujo comandante era o chefe-de-divisão Inácio da Costa Quintela; nau *Medusa*, sob o comando do capitão-de-mar-e-guerra Henrique da Fonseca Prego; fragata *Urânia*, comandada pelo capitão-de-fragata D. João Manuel; nau inglesa *Bedfort*: vinham mais dois navios, que na Bahia se equiparam, e armaram pelo comércio para acompanhar e reforçar a esquadra de S.A. até este porto. Comandava em chefe a esquadra real o excelentíssimo vice-almirante Manuel da Cunha Souto Maior, sendo major-general o chefe-de-divisão Joaquim José Monteiro Torres. Na tarde do dia 6 de fevereiro com grande e geral prazer se avistou o Cabo Frio; e, dobrando este de noite, pela manhã seguinte apareceu a real esquadra defronte da barra do Rio de Janeiro.

-15-

Rio de Janeiro, cidade a mais ditosa do Novo Mundo! Rio de Janeiro, aí tens a tua augusta rainha, e o teu excelso príncipe com a sua real família, as primeiras majestades, que o hemisfério austral viu e conheceu. Estes são os teus soberanos e senhores, descendentes e herdeiros daqueles grandes reis, que te descobriram, te povoaram, e te engrandeceram, ao ponto de seres de hoje em diante a princesa de toda a América, e Corte dos senhores reis de Portugal; enche-te de júbilo, salta de prazer, orna-te dos teus mais ricos vestidos, sai ao encontro aos teus soberanos; e recolhe com todo o respeito, e veneração, e amor o príncipe ditoso, que vem em nome do Senhor visitar o seu povo.

-16-

Com efeito, apenas, ao romper do feliz, e sempre memorável dia 7 de março, se fizeram da barra os sinais determinados, anunciando a chegada da real esquadra, toda a cidade, concebendo o maior, e mais vivo contentamento se pôs logo em alvoroço, movimento, e confusão. Suspenderam-se todos os trabalhos, tanto públicos, como particulares, fecharam-se quase todas as lojas, e tendas e grande parte das casas ficaram despovoadas dos seus moradores; quais correram para os altos, donde se avistava

a barra, outros procuraram as praias fronteiras à mesma; estes buscavam embarcações para sair ao mar ao encontro do seu príncipe, e senhor, em conformidade do judicioso edital, que a Câmara para esse fim fizera afixar nos lugares públicos *; aqueles se ocupavam em adereçar as casas para os novos hóspedes, os soldados corriam para os seus quartéis, os milicianos para as portas dos seus chefes; enfim, tanto em terra, como no mar se divisavam os mais decisivos sinais de um contentamento inexplicável. Das naus surtas dentro do porto, imediatamente que apareceu a real esquadra no horizonte, se expediram alguns escaleres ao encontro de S.A.R.; de terra muito poucos puderam passar da barra para fora, e destes menciono o escaler do ilustríssimo chefe-de-esquadra, intendente da Marinha José Caetano de Lima, por ser o primeiro habitante do Rio de Janeiro, que teve a honra de beijar a augusta mão do Príncipe Regente Nosso Senhor, muito além da barra, e merecer ser recebido pelo real soberano com benigno acolhimento.

–17–

Logo que a esquadra se foi aproximando à barra, todos os vasos de guerra portugueses, e ingleses, ancorados nesta formosa baía, embandeirando-se com mil pavilhões, flâmulas, e galhardetes de diversas, e matizadas cores (o que fazia uma deliciosa, e encantadora vista) e juntamente as fortalezas, içando as suas bandeiras, cumprimentaram o real estandarte com uma salva de vinte e um tiros. Tremulando as bandeiras por entre espessas nuvens de fumo, que ao ar se elevavam, e repetindo-se uns após de outros os fuzis das peças, cujos estrondosos ecos rapidamente iam anunciando pelo vasto recôncavo deste porto, até ao cume das altas serras dos Órgãos, a real presença dos nossos soberanos, não se lisonjeavam tanto os olhos e ouvidos, quanto se excitavam os corações; porquanto, sendo esta a primeira demonstração, que o Rio de Janeiro prestou a Sua Majestade, ao Príncipe Regente Nosso Senhor, e à real família, do seu prazer, e reverência, foi ao mesmo tempo uma poderosa voz, que chamava dos mais remotos

* Duas cousas concorreram para o povo não sair a barra, ao encontro, do S.A. R., a 1ª a viração, que muito cedo começou a assoprar, a 2ª estarem todos nos seus respectivos lugares, persuadidos de que S.A. desembarcaria logo que a nau desse fundo.

lugares de toda a cidade, e seus contornos a sua numerosa população, para vir receber os seus soberanos. Com efeito, ao som destas estrondosas salvas, que ao longe se estendia, e dos alegres repiques dos sinos das igrejas, os ânimos de todos mais se inflamavam, e desatinados corriam pelas ruas homens, mulheres, velhos, e meninos ansiosos de ver a brilhante entrada da Real esquadra, e de tributar ao Príncipe Regente Nosso Senhor os seus aplausos na ocasião do desembarque da sua real pessoa, e família.

–18–

Eram duas para as três horas da tarde, a qual estava muito fresca, bela, e aprazível neste para sempre memorável dia 7 de março, que desde a aurora o sol nos havia anunciado como o mais ditoso para o Brasil: uma só nuvem não ofuscava os seus resplendores, e cujos ardores eram mitigados pela frescura de uma forte e constante viração (parecia que este astro brilhante, apartando de si todo o obstáculo, como que se regozijava de presenciar a triunfante entrada do primeiro soberano da Europa na mais afortunada cidade do Novo Mundo, e queria ser participante do júbilo, e aplausos de um povo embriagado no mais veemente prazer; quando pelo contrário todo se enlutou, e escondeu, vendo a este mesmo soberano a ponto de deixar a sua antiga Corte, a consternada Lisboa, para não ser testemunha de tanta tristeza, e de tantas lágrimas); e já pela barra vinha entrando com majestosa ufania a nau *Príncipe Real*, seguida de todas as outras; e de novo começou a estrondar o ar com as alegres, e repetidas salvas das fortalezas, e navios de guerra: o mar se via coberto de fumo, através do qual rompia velozmente a real esquadra com inexplicável prazer de uma imensa multidão, que sobre os montes, e nas praias era espectadora de tão brilhante e encantadora cena, e que não cessava de congratular-se mutuamente, vendo o seu príncipe com a sua real família a salvo dentro do porto do Rio de Janeiro, e honrando-o com a sua real presença.

– 19 –

Tendo as naus dado fundo no ancoradouro fronteiro à cidade, imediatamente se expediu o aviso de que o Príncipe Regente Nosso Senhor não desembarcava nesta tarde, reservando para a seguinte a sua solene entrada nesta capital; pelo que todas as pessoas as mais distintas pelas suas graduações, e empregos, sem demora se dirigiram em escaleres,



Retrato de D. João, ainda menino

e outras embarcações para a real nau, ansiosas de terem a honra de beijar a augusta mão do Príncipe Regente Nosso Senhor, e de Suas Altezas, que nela tinham vindo. Sua Alteza Real, o Príncipe Regente Nosso Senhor recebeu com afabilidade, e com paternal amor os cortejos, e felicitações do excelentíssimo vice-rei, conde dos Arcos, do Senado da Câmara, do cabido, dos magistrados, do corpo militar, e de outras muitas pessoas, tanto eclesiásticas, como civis; e depois disto passaram todos para bordo da nau *Afonso de Albuquerque*, para prestar as mesmas demonstrações de respeito a Sua Alteza Sereníssima, senhora princesa do Brasil, e às suas augustas filhas. Não devo omitir, que toda a fidalguia, e nobreza, que nesta capital se achava, tendo vindo nas naus, e fragatas, que chegaram com a sereníssima senhora princesa do Brasil, viúva, ou poucos dias depois, se apressaram a ir a bordo das naus de SS. AA. Reais, uns fora da barra, e outros já dentro dela, como foi possível a qualquer, e com inexplicável alegria beijaram a mão de seus augustos soberanos, pela primeira vez, no Novo Mundo, depois de uma ausência de perto de três meses, e meio; e ali, como por encanto, muitos se encontraram com parentes, e amigos, que julgavam haverem ficado em Lisboa. Tal foi a precipitação, e a confusão do embarque!

– 20 –

Havendo o Príncipe Regente Nosso Senhor determinado o seu desembarque para a tarde do seguinte dia 8 de março, em a qual entraria solenemente na sua nova Corte, e que era do seu real agrado ir com a sua augusta família, e com toda a sua Corte à Catedral, para nela render as graças ao Onipotente pela felicidade da sua jornada, logo regressou o Senado da Câmara, a fim de se fazerem os preparos necessários, e se avisarem os moradores da Rua do Rosário, e daquela parte da Rua Direita, que corre do largo do Palácio até à entrada da mesma Rua do Rosário, para ornarem a frente das suas casas, alcatifarem as ruas de areia, folhas, e flores, por ser muito do real agrado de Sua Alteza visitar a Catedral, antes de se recolher ao Palácio. Para este piedoso ato se achava por então preparada, e ornada com magnificência a igreja dos religiosos do Carmo, como o templo mais próximo ao palácio; porém, vista a real determinação de Sua Alteza, era ne-

cessário preparar, e ornar com a pompa, que o tempo permitia a Catedral, o que se executou em toda aquela noite, e parte do dia seguinte.

– 21 –

Toda a cidade recebeu com sumo prazer e satisfação a notícia, de que o Príncipe Regente Nosso Senhor iria em procissão solene à Sé na tarde do dia seguinte, por isso mesmo que neste longo trajeto o povo teria melhor ocasião de ver o seu príncipe e senhor com a sua augusta família: e sobretudo os moradores das mencionadas ruas se encheram do mais vivo alvoroço, e contentamento, e desde logo não houve casa, que não fosse pedida, e rogada, ou mesmo oferecida a muitas famílias, para dali verem a triunfante, e magnífica pompa, com que o Príncipe Regente Nosso Senhor, e a sua real família seria recebido pelos seus leais vassallos americanos, e conduzido até à Catedral, o que a maior parte do povo não conseguiria ver, e especialmente as senhoras se Sua Alteza Real não houvesse tomado tão acertada determinação. Apenas começou a escurecer, toda a cidade se iluminou de tal sorte, que não se fazia sensível a retirada do sol, pois não houve casa, ainda do mais pobre, que por meio de luzes não manifestasse exteriormente a alegria interior dos seus moradores; e os vários, e multiplicados repiques dos sinos realçavam as demonstrações do público, de contentamento e satisfação. Mas, apesar disto, nunca houve noite tão comprida, e fastidiosa: tal era o desejo, que todos tinham, de que amanhecesse o afortunado dia, em que esperavam ter o doce prazer de gozar da real presença do nosso amado príncipe e senhor!

– 22 –

Finalmente amanheceu o suspirado dia 8 de março, tão claro, e formoso como o antecedente: e, estando as coisas dispostas para a recepção de Suas Altezas, pelas quatro horas da mais bela, e serena tarde, por entre repetidas, e alegres salvas das naus portuguesas, e inglesas, e por entre vivas, que os respectivos marinheiros, postos em parada sobre as vergas, davam em altos gritos, desceu o Príncipe Regente Nosso Senhor da nau *Príncipe Real*, que o conduzira, e se meteu no bergantim com a sereníssima senhora princesa do Brasil, e com os sereníssimos

senhores príncipe da Beira, infantes, e infantas; e acompanhado de toda a Corte, com que saíra de Lisboa, e de outras personagens distintas, que de terra o foram buscar a bordo, ou que das naus desembarcaram (o que tudo fazia uma comitiva muito numerosa, e brilhante de escaleres, lanchas, e outras embarcações menores), se dirigiu para a cidade em direitura do lugar do desembarque. Todo o imenso povo, que bordava o cais, e as praias vizinhas, estava, como extático, com os olhos fixos no real bergantim, e no maior silêncio; mas logo que o mesmo real bergantim passava pela frente da Fortaleza da ilha das Cobras, e que esta começou a salvar com a sua artilharia a Sua Alteza Real, no que foi imitada pelas demais fortalezas, imediatamente rompeu o povo, que estava sobre o monte do Castelo, em altos vivas, acompanhados dos repiques dos sinos do Colégio, e de muitos fogos do ar, que dali se soltaram: entretanto chegou o real bergantim à rampa do cais, e logo que o Príncipe Regente Nosso Senhor pôs o pé em terra: Ah! como poderei descrever o que tive a fortuna de testemunhar neste ditoso momento? Centenas de fogos subiram ao mesmo tempo ao ar: rompeu imediatamente um clamor de vivas sobre vivas; os alegres repiques dos sinos, e os sons dos tambores, e dos instrumentos músicos, misturados com o estrondo das salvas, estrépito dos foguetes, e aplausos do povo, faziam uma estrondosa confusão tão magnífica, majestosa, e arrebatadora, que parecia coisa sobrenatural, e maravilhosa. No meio desta assombrosa confusão de tantos, e tão multiplicados sons diferentes desembarcaram todas as pessoas reais; e juntamente com o Príncipe Regente Nosso Senhor se prostraram diante de um rico altar, que na parte superior da rampa estava erecto, em torno do qual se achava o cabido da Catedral paramentado de pluviais de seda de ouro branco, e ali osculou Sua Alteza Real a Santa Cruz nas mãos do reverendíssimo chantre Filipe Pinto da Cunha e Sousa, e o mesmo fizeram todas as pessoas reais; mas antes desta ação o mesmo reverendíssimo chantre havia feito a aspersão da água benta, e dado as purificações ao Príncipe Regente Nosso Senhor, e à real família. Levantando-se Sua Alteza, o Príncipe Regente Nosso Senhor, com a sereníssima senhora princesa, e a sua augusta família, se recolheram debaixo de um precioso pátio de seda de ouro encarnada, cujas varas eram sustentadas pelo juiz de fora, presidente do Senado da Câmara, Agostinho Petra Bitancurt,

pelos vereadores Manuel José da Costa, Francisco Xavier Pires, Manuel Pinheiro Guimarães; procurador José Luís Álvares; escrivão, Antônio Martins Brito, e cidadãos Anacleto Elias da Fonseca, e Amaro Velho da Silva, os quais ambos, havendo sido vereadores, foram convidados para esta ação, que tanto honrou a todos.

– 23 –

Então começou a caminhar a procissão do modo seguinte: um numeroso, e luzido cortejo das mais distintas pessoas civis e militares, que não se achavam em atual serviço, ou não tinham lugares determinados, vinha adiante vestido de corte, e com muito asseio, e riqueza, e promiscuamente os religiosos de São Bento, do Carmo, e de São Francisco, alguns barbadinhos, seminaristas de São José, de São Joaquim, e da Lapa, e também os magistrados sem distinção de lugar; seguia-se o estandarte da Câmara, que era levado por um cidadão, o qual trajava vestido de seda preta, capa da mesma, colete e meias de seda branca, chapéu meio abado com plumas brancas, e presilha de pedras preciosas, e cuja capa era ornada com bandas de seda ricamente bordada; formavam em seguimento do estandarte os cidadãos, vestidos com o mesmo traje, duas compridas alas por um e outro lado; vinha depois a cruz do cabido entre dois cereais, e logo todo o clero da cidade também em duas alas, e todos de sobrepelizes muito ricas, e engomadas; e finalmente o cabido com pluviais; então vinha o pálido, e debaixo dele o Príncipe Regente Nosso Senhor com a sua real família; e caminhando lenta, e majestosamente atraíam as vistas de todos, e excitavam o mais vivo prazer, e exultação nos corações dos seus leais vassalos, que se sentiam arrebatados, e extasiados contemplavam tão novo, e magnífico espetáculo, e ao mesmo tempo tão terno, e tocante. Certamente: que cena poderia haver para os brasileiros mais nova, mais bela, mais sublime, e mais maviosa, que verem, pisando as ruas do Rio de Janeiro com toda a sua real família, o seu soberano, o mais amado dos seus vassalos, um príncipe tão poderoso, e senhor de um Império imenso nas quatro partes do Mundo? Muitos, na verdade, como que não se fiavam dos seus próprios olhos, parecia-lhes o que viam mais uma ilusão, do que realidade. Rodeavam a Sua Alteza Real os grandes do Reino, oficiais-mores da sua real Casa, camaristas, e

nobreza; e era seguido de um numeroso cortejo de eclesiásticos, militares, oficiais da marinha portuguesa, e britânica, como também de outras muitas pessoas, que de Lisboa tinham vindo em sua companhia.

– 24 –

O regimento de artilharia estava postado com o parque no largo fronteiro à Casa da Ópera, e era comandado pelo coronel José de Oliveira Barbosa; seguiam-se em diferentes lugares, pela frente do cais, os três regimentos de linha, o 1º chamado de Bragança, debaixo do comando do brigadeiro João de Barros Pereira do Lago Sarmento; o 2º, denominado Novo, tinha por comandante o coronel Domingos de Azevedo Coutinho e Melo; o 3º, dito de Moura, sob o comando do brigadeiro Camilo Maria Tonelet: os quatro regimentos de milícias bordavam as ruas, desde o cais até à Catedral, pela ordem seguinte: o 1º, cujo comandante era o coronel Antônio Correia da Costa, formava alas desde o lugar do desembarque, pelo meio da praça, até à boca da Rua Direita; aqui se estendia o 4º até à entrada da Rua do Rosário; o seu comandante era o coronel Manuel Luís Ferreira; pela Rua do Rosário se seguiam o 3º regimento, cujo comandante era o coronel Henrique de Melo; e o 2º, debaixo do comando do coronel Manuel Álvares da Fonseca e Costa; no adro da Catedral estava o esquadrão da cavalaria, comandado pelo capitão mandante Pedro Nolasco Pereira da Cunha. Todo o caminho, por onde havia de passar o Príncipe Regente Nosso Senhor, estava coberto de fina, e branca areia, e juncado de folhas de ervas odoríferas, e flores; as portas das casas se ornaram de cortinados de damasco carmesim; e das janelas pendiam ricas, e vistosas tapeçarias de lindas, e variadas cores, umas de damasco, outras de cetim, e outras de sedas ainda mais preciosas; e toda esta brilhante armação, e ornato eram realçados pelo grande número de senhoras, que, vestidas, e toucadas com o maior asseio, e riqueza, aformoseavam, e faziam mais brilhante o pomposo aparato da magnífica, e triunfal entrada de S. A. R. o Príncipe Regente Nosso Senhor. Na Rua do Rosário se via erecto na porta de um leal vassalo um grande coreto, onde em melodiosas vozes, tanto instrumentais, como vassalo, cantavam os músicos hinos de júbilo em louvor de S. A. R.

À medida que este augusto senhor ia passando pela frente de cada um dos regimentos, levantavam os seus comandantes a voz, dando por três vezes as vivas a S. A., a que os soldados, e o imenso povo, que cobria as ruas, ocupavam as portas, e janelas, e mesmo estava sobre os telhados, respondiam com o maior entusiasmo e contentamento; ou, para melhor dizer, desde que o Príncipe Regente Nosso Senhor desembarcou, até entrar na Catedral, foi sempre acompanhado de continuados aplausos; pois, apenas cessavam uns, quando logo mais adiante se rompiam outros, principalmente nas esquinas das ruas, onde havia maior concurso; sendo desta sorte geral o clamor, e se difundido a alegria por toda a parte, com o que se duplicavam as demonstrações do amor, reverência, e fidelidade, que o Rio de Janeiro tão autenticamente dava ao seu soberano: as músicas marciais, as continências militares, as reais bandeiras abatidas, um povo inteiro, prostrando-se na presença do seu augusto príncipe, dando unânimes, e incompreensíveis vivas, e ao mesmo tempo uma perene chuva de mimosas e suaves flores, que de todas as janelas caíam sobre Suas Altezas, sendo lançadas pelas mãos da formosura, e da inocência, excitavam as mais afetuosas sensações, que faziam correr a cada passo as lágrimas dos olhos de todos, que tiveram a fortuna de presenciar a triunfal entrada do Príncipe Regente Nosso Senhor nesta sua cidade, que, por um milagre da Providência, se via tão honrada, e felicitada com a augusta presença de tão grande soberano.

Se grandes eram os motivos, que excitavam as nossas lágrimas de alegria, não pequenas eram também as causas, que faziam correr ao mesmo tempo outras de tristeza, com a diferença de que aqueles comoviam geralmente a todos, estas somente aos que sabiam pensar. Ah! E quem poderia conter as lágrimas, vendo em um país tão remoto um príncipe europeu, um soberano de Portugal, tão amado, e respeitado daqueles seus vassallos, pisando as ruas do Rio de Janeiro no Brasil, trazendo para o Novo Mundo a sua prezadíssima mãe a senhora Dona Maria I, exemplar de virtudes, e delícias dos portugueses, na avançada idade de setenta e quatro anos, enferma, e enfraquecida para suportar tão longa,

e arriscada viagem; e igualmente a real consorte, os augustos filhos, as sereníssimas filhas, as respeitáveis tias, e o caro sobrinho? Que coração haveria, que não doesse, vendo, e refletindo, que estes augustos soberanos haviam deixado nas mãos de pérfidos inimigos o trono, a coroa, e o cetro, que dos reis seus avós tinham legitimamente herdado, e que, abandonando a pátria, que os viu nascer com tanto esplendor, e separando-se de seus vassalos, que regiam com amor, e de quem eram adorados, viessem buscar em tão arredados climas, lançando-se em frágeis lenhos, à mercê das ondas e dos ventos, o sossego, e a segurança das suas reais pessoas, que um vil Corso perturbava na Europa, e que só a América lhes ofertava contra o furor de tão sanguinário tigre? Como, enfim, não devíamos chorar a orfandade dos portugueses, que em Portugal ficaram sem a sua rainha, e seu príncipe, e sua real família, assaltados por todas as partes de famintos, e vorazes lobos, que nas suas cidades, e povoações haviam entrado cobertos com a pele de proteção? Sim, estas, e outras tristes reflexões, eram causas de muitas lágrimas; mas elas, como por um encanto, se tornavam logo mais doces, e lisonjeiras, à vista dos sublimes objetos, que nos transportavam de prazer.

– 27 –

Com estas cogitações, que nos faziam a cada passo inundar os olhos de lágrimas, já de alegria, já de tristeza, chegou finalmente o solene acompanhamento à Catedral, cujo adro, e lugares circunvizinhos se viam cobertos de povo infinito, cujas vozes, que altamente saudavam a sua Alteza com incessantes vivas, misturadas com harmoniosos repiques dos sinos da Catedral, de São Francisco de Paula, e do Senhor Bom Jesus, e de outras igrejas mais distantes, se não aumentavam, certamente reviviam os mesmos transportes de prazer, que sentíamos por todo o caminho. O templo se achava decentemente ornado, e esclarecido com profusão de luzes; uma grande orquestra rompeu em melodiosos cânticos, logo que entrou S. A. R. com a sua augusta família; e ao som dos instrumentos, e vozes, que resoavam pelo santuário, caminhou o Príncipe Regente Nosso Senhor com muito vagar, e custo, por causa do imenso concurso que dentro da igreja se achava, até ao altar do Santíssimo Sacramento, e ali, saindo de baixo do pódio juntamente com as mais pessoas reais, se prostrou com a real consor-

te, e os augustos filhos, e filhas, ante o trono da Majestade Divina; entretanto cantavam os músicos o hino *Te Deum Laudamus*, e incluído o verso *Te ergo*, etc., se levantou Sua Alteza com a real família, e se dirigiu para o altar-mor igualmente debaixo do pálio, onde pondo-se Suas Altezas outra vez de joelhos sobre almofadas, que também naquele lugar estavam colocadas, renderam as suas homenagens à Santíssima Virgem Nossa Senhora, e ao glorioso mártir São Sebastião, padroeiro da cidade. Concluído o hino de graças e cantadas as antífonas *Sub tuum praesidium, O Beate Sebastiane*, entoou o rev^{mo} chantre o verso *Domine, salvum fac Principem*, etc, e cantou as orações respectivas a este ato, como prescreve o Cerimonial. Concluída esta sagrada cerimônia, levantaram-se Suas Altezas, e benignamente deram a mão a beijar a todos quantos se aproximavam as suas reais pessoas, sem preferência, nem exclusão de alguém.

– 28 –

O Príncipe Regente Nosso Senhor, e toda a real família mostravam nos seus angélicos semblantes o gozo, e satisfação que superabundavam nos seus régios corações, vendo-se por fim chegados ao termo da sua jornada, e achando-se já sem sustos, e perigos no meio dos seus vassalos brasileiros. Depois de uma breve demora, voltaram Suas Altezas acompanhadas do cabido, clero, Câmara e de toda a nobreza, que dentro da Catedral estava, e chegando todos ao adro, entre novas aclamações do povo, que esperava ansiosamente tornar a ver Suas Altezas, se meteu o Príncipe Regente Nosso Senhor, com o sereníssimo senhor príncipe da Beira, em um rico coche, e o mesmo fez toda a real família em outros coches, que para este fim estavam prevenidos; e, seguidos das guardas de cavalaria, se dirigiram para o Paço pelas mesmas ruas, por onde pouco antes haviam passado com tanto aplauso, indo os coches com muito vagar pelo grande concurso do povo, que nelas esperava a volta de Suas Altezas; e estando as tropas do mesmo modo postadas, por entre elas passaram os coches, e de novo fizeram as continências ao Príncipe Regente Nosso Senhor e à real família. Chegando S.A. ao Real Palácio, foi ali recebido com salvas do parque de artilharia e descargas da tropa de linha, seguidas de muitos vivas dos soldados, e do imenso povo, que ocupava todo o Largo do Paço. Logo depois começou a concorrer a fidalguia, o cabido, a Câmara, os magistra-

dos, os oficiais de superior patente, e as pessoas mais distintas da cidade, para terem a honra de cumprimentar o Príncipe Regente Nosso Senhor, e beijar a sua real mão, em demonstração da sua vassalagem, e do excessivo prazer, que todos sentiam pela sua real, e soberana presença na capital dos seus domínios do Brasil; e o mesmo obsequioso dever prestaram todos à sereníssima senhora princesa, e à real família, de quem foram recebidos com muito agrado, e benignidade.

– 29 –

Apenas anoiteceu, se iluminou toda a cidade, como na noite antecedente; mas nesta sobressaiu a magnífica iluminação, que o senado da Câmara tinha mandado fazer no Largo do Paço, da banda do mar entre o Real Palácio, e as casas chamadas do Teles. Formou-se em frente do cais uma vistosa arquitetura, composta de arcadas, sobre a cornija da qual corria uma extensa balaustrada ornada com pirâmides, vasos, e emblemas: sobre o arco do centro se elevava um elegante frontispício coroado com as Reais Quinas portuguesas, por baixo das quais se liam em grandes caracteres estes bem sabidos versos de Virgílio na *Écloga* 1^a:

*Ante leves ergo pascentur in, cethere Cervi,
Et freta destituent nudos in littore pisces:
Ante, pererratis amborum finibus, exul
Aut Ararim Parthus bibet, aut Germania Tigrim,
Quam nostro illius labatur pectore vultus.*

Todo o vão do arco inferior, e central era ocupado por um grande painel, no qual se via um medalhão com a augusta effigie de Sua Alteza, o Príncipe Regente Nosso Senhor, sustentado por dois gênios, que o mostravam ao Brasil, o qual, na figura de um gentil, e engraçado índio, todo absorto de prazer, ofertava de joelhos a S.A. os seus tesouros, para os quais apontava com a mão esquerda; e, sustentando na direita o coração, o oferecia ao mesmo real senhor com estas palavras, que se liam, como saindo-lhe da boca: – Mais que tudo o Coração – Divisava-se ao longe a entrada do porto do Rio de Janeiro com as suas respeitáveis fortalezas, e o alto, e descalvado Pão de Açúcar, como também a nau *Príncipe Real*, entrando empavesada pela barra por entre salvas, com que as mesmas fortalezas a saudavam. Todo este magnífico artefato era iluminado por muitos

milhares de luzes em copos de diversas cores, que faziam uma brilhante, e encantadora vista.

– 30 –

Nove noites sucessivas duraram as iluminações da cidade, e seus arrabaldes, sobressaindo em competência os conventos e as igrejas como também as fortalezas, e alguns edifícios públicos e particulares * sendo em cada uma das noites, que muito serenas, e belas, precedidas as mesmas iluminações de repiques gerais, girândolas de fogos artificiais, e outras demonstrações da pública alegria. Grande era a multidão do povo, principalmente das senhoras, que ataviadas com muito asseio, e riqueza, vagavam pelo Terreiro do Paço, menos desejosas de gozar das iluminações, do que ansiosas de ver o nosso amado príncipe e senhor, e a sua real família, que, chegando repetidas vezes às janelas do palácio, eram os objetos, que mais atraíam as vistas, alimentavam os discursos, e inflamavam os corações. Junto da porta principal do Real Palácio tinha-se erigido um grande coreto decentemente ornado, onde os músicos não cessavam de cantar, por grande parte das noites, os louvores do grande, e incomparável príncipe, que tínhamos a fortuna de possuir na nossa cidade, e cujas melodiosas vozes eram acompanhadas da harmonia dos instrumentos; e por vezes se recitaram na augusta presença de S.A. poesias, e prosas, que, elogiando o soberano, ao mesmo tempo auguravam a futura felicidade do Brasil. Em uma destas noites S.A. se dignou de descer com a real família, acompanhado da sua Corte, ao Terreiro, e, passeando por ele, examinou até uma parte da Rua Direita as sinceras demonstrações de júbilo, fidelidade, e amor que o Senado, e o povo fluminense davam e consagravam a sua real pessoa, sendo sempre seguido, até recolher-se ao Paço, por um grande número de povo, que extasiado contemplava o real soberano no meio dos seus vassallos.

– 31 –

Havendo o Príncipe Regente Nosso Senhor desembarcado no dia 8, e feito a sua entrada solene nesta cidade com a pompa, e aplausos

* Como as melhores casas foram cedidas pelos seus moradores aos novos hóspedes, por este motivo não houve muitas iluminações com aparato extraordinário.

acima descritos, destinou para à tarde do dia seguinte o desembarque, e recepção pública da Rainha sua augusta mãe e Nossa Senhora, o que não se realizou nesta tarde, por motivo de indisposição de Sua Majestade; mas na tarde do dia 10, concorrendo do mesmo modo o clero, nobreza e povo, como na tarde antecedente, e tornando a postar-se em torno da praça os regimentos todos, tanto de linha, como de milícias, fazendo alas desde a rampa do cais até porta principal do palácio a companhia de granadeiros do 1º regimento miliciano, pelas cinco horas da tarde foi Sua Majestade conduzida da nau *Príncipe Real* em o bergantim pelo seu augusto filho, o Príncipe Regente Nosso Senhor, acompanhada dos seus sereníssimos netos, os senhores príncipe da Beira, D. Pedro, e infantes D. Miguel, e D. Pedro Carlos; e ao chegar à rampa, onde devia desembarcar, foi Sua Majestade recebida pelo clero, e cidadãos, e por todos os seus vassallos com geral alvoroço, e alegria. Salvaram todas as fortalezas, e navios de guerra, tanto portugueses, como ingleses; estes ao descer Sua Majestade da nau, e aquele ao chegar a terra; e sendo recolhida debaixo do pátio, que sustentavam o juiz de fora, os vereadores, e cidadãos já acima nomeados, foi levada processionalmente em uma cadeirinha de braços, que levavam os criados da sua Real Casa, por entre mil vivas dos vassallos, repiques dos sinos, e ruidoso estrondo de centenas de fogos volantes, que de várias partes ao mesmo tempo se lançavam ao ar, até à entrada principal do palácio; e, saindo pela porta lateral no lado da praça, foi conduzida com a mesma comitiva pela praça até à entrada do quarto, que se achava preparado para Sua Majestade, onde antecedentemente fora a Casa do Tribunal de Relação. Aqui foi Sua Majestade tirada debaixo do pátio, e conduzida na cadeirinha pelos seus criados até ao seu quarto, acompanhada sempre de Suas Altezas Reais. O Príncipe Regente nosso Senhor, e os sereníssimos senhores príncipe, e infantes, e de toda a Corte. As sereníssimas senhoras princesa da Beira, princesa do Brasil, viúva, e infanta D. Mariana, como também as augustas netas de Sua Majestade, a vieram receber com lágrimas de ternura, e amor, e reverentes beijaram a real mão de Sua Majestade: e o mesmo respeitoso obséquio prestaram as suas damas, e criadas, dando-se mutuamente os parabéns, e julgando-se assas ditosas pela augusta presença da sua rainha, ama, e senhora, da qual a maior parte delas esteve privada por mais de três meses.

Se no interior do Paço se desenvolvia a mais grata satisfação, e contentamento pelo motivo da entrada de Sua Majestade no seu novo palácio, onde se reuniu com toda a sua real família, depois da fatal separação, que houve no embarque em Lisboa, não menores foram as demonstrações, que os moradores do Rio de Janeiro davam, não só do seu prazer, mas também de ufania, por terem a honra de receber na sua cidade, e gozar da real presença de uma soberana tão augusta, a senhora rainha D. Maria I, cujo nome, apenas pronunciado, excitava nos corações dos seus vassallos ternos, e gratos afetos de respeito, veneração, e amor, recordando-se todos que esta real senhora fora sempre as delícias dos portugueses, e o mais completo exemplar de todas as virtudes, especialmente aquelas, que mais brilham sobre o trono, e que a constituíam verdadeira mãe dos seus povos; e, trazendo à lembrança que esta cidade fora mandada fundar, e povoar por outra rainha, a senhora D. Catarina no ano de 1556, regendo o Reino de Portugal na menoridade de seu augusto neto o senhor rei D. Sebastião, para o fim de obstar a usurpação, que deste porto, e de todo o continente, pretendiam fazer os franceses, não cessavam de louvar a Providência, que nos seus soberanos, e impenetráveis conselhos preparou com antecipação um asilo seguro nesta mesma cidade a outra tão pia, como augusta rainha, ao seu augusto filho, e à sua real família, que, perseguidos na Europa pelos mesmos franceses, vinham achar na América o mais benigno, respeitoso, e amável acolhimento (o que tanto honrava a nossa cidade, como nos infundia uma certa ufania, que muito nos lisonjeava) dando-nos o direito de nos reputarmos o povo mais feliz do mundo.

Depois que Sua Majestade, a Rainha Nossa Senhora foi recolhida ao seu quarto, apareceu na janela do palácio o Príncipe Regente Nosso Senhor acompanhado de toda a real família, e ocupando a Corte, e as damas as demais janelas, por toda a extensão da fachada, que olha para a praça, o que fazia uma vista muito agradável, e pela primeira vez foi apresentada aos nossos olhos neste lugar; a tropa toda se formou em grande parada, e depois das continências às reais pessoas se seguiu uma salva de vinte e um tiros do parque de artilharia, que estava postado no largo fronteiro à Casa da Ópera, e logo a descarga de toda a infantaria com muitos vivas, e aplausos da tropa, e

do imenso povo que se achava presente; secundou-se logo outra salva, e descarga, deram-se também os vivas; passou-se à terceira salva, e descarga com os mesmos aplausos; principiava-se a quarta salva, que por ordem de S. A. R. se suspendeu pelo motivo de não mortificar a Sua Majestade com tanto, e tão continuado estrondo de artilharia, e mosquetaria; porquanto, em veneração de tão augusta rainha, se tinha determinado dar nove salvas, e outras tantas descargas. Como, pois, por tão justa causa cessasse o fogo, passou a tropa a fazer as continências ao Príncipe Regente Nosso Senhor, dando juntamente com o povo multiplicados vivas a Sua Majestade, a Sua Alteza Real, e à real família com grande prazer, e cordial satisfação de todos. Depois disto mandou S.A. que os regimentos desfilassem, e marchassem na sua real presença, passando por baixo das janelas, onde o mesmo real senhor, e a sua augusta família estavam. O que assim se executou, marchando os regimentos uns após de outros, com muito garbo, ufanos de serem contemplados pelo seu real soberano; e com tantos motivos de prazer se recolheram aos quartéis.

– 34 –

Logo que anoiteceu, se iluminou a cidade, como nas noites antecedentes, e do mesmo modo concorreu à praça infinita gente, atraídos uns do brilhantismo da iluminação da Câmara, outros da música, outros da mesma concorrência de pessoas de ambos os sexos, que ali se ajuntavam de todos os lugares da cidade, e dos seus contornos, com os olhos sempre fixos nas janelas do palácio, não se saciando de ver o seu augusto príncipe, e a sua real família, que cheios de bondade, e carinho frequentemente se mostravam ao seu povo, que os recebia com mil vivas, e bênçãos. Nesta terceira noite das iluminações nomeou o *Príncipe* Regente Nosso Senhor o excelentíssimo D. Fernando José de Portugal e Castro, ministro, e secretário de Estado dos negócios do Reino, o qual por muitos anos havia exercido os importantes, e honoríficos empregos de governador, e capitão-general da Bahia, e de vice-rei do Estado do Brasil nesta capital; varão de consumada prudência, inteireza, e probidade reconhecida: para ministro, e secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros, e da Guerra, nomeou S.A. o excelentíssimo D. Rodrigo de Sousa Coutinho, que já havia sido ministro, e secretário dos Negócios da Marinha, e do Ultramar, em cujo emprego teve por sucessor o excelentíssimo visconde d'Anadia, que de novo foi confirmado na mesma repartição.

Depois de formado este novo Ministério tão ajustado, como aplaudido, o nosso incomparável príncipe, não se esquecendo daqueles vassallos, que o acompanharam com tanta lealdade, e amor, abandonando pelo seu serviço a pátria, e os próprios bens, passou S.A. a prover à subsistência dos titulares, e mais fidalgos, assinando-lhes suficientes pensões, pagas da sua Real Fazenda. Deu um posto de acesso efetivo a todos os oficiais da Real Marinha, e da brigada da mesma: providenciou também à subsistência de muitos oficiais do exército de terra, que na real esquadra vieram, anexando-os aos regimentos desta capital ou empregando-os no seu real serviço em outras capitánias; e aos eclesiásticos, e mais pessoas civis, acomodou-os em benefícios, ou empregos da pública administração, que, ou estavam vagos, ou, pela maior parte, se criaram de novo, como passaremos a ver nos seus competentes lugares: assim, não houve uma só pessoa de tantas, que se expatriaram voluntariamente pelo amor do seu soberano, que não recebesse das suas liberais mãos a recompensa de tão grande sacrifício, segundo a condição, préstimo, e capacidade das mesmas. Verdadeiro pai dos seus vassallos, a sua generosa liberalidade não se limitou só aos que de Lisboa vieram em sua companhia: ela se estendeu profusamente pelos habitantes do Brasil, especialmente da Bahia, e do Rio de Janeiro, concedendo S.A. a uns, hábitos, e comendas; a outros, postos, e ofícios; a estes, dignidades, e empregos; àqueles, honras, e mercês; a todos, amor, e solicitude paternal.

Príncipe exemplar, e religioso, não deixou passar muitos dias depois da sua chegada a esta capital, que não procurasse dar um público, o autêntico testemunho da sua piedade, e gratidão ao Ente Supremo pela sua salvação, e da real família, e feliz chegada ao Brasil, mandando cantar na igreja de Nossa Senhora do Carmo no sábado 12 de março, em louvor da Puríssima Conceição de Maria Santíssima, padroeira da sua Real Casa, Reinos, e Domínios, uma missa solene com toda a pompa, que foi possível, estando exposto em elevado trono o Santíssimo Sacramento. Pregou nesta real festividade o rvmo. padre mestre fr. Joaquim de S. José, religioso arrábido, e capelão particular de S. A., estando presente o Príncipe Regente Nosso Senhor, e toda a real família: como também concorreu a Corte, e as

peessoas mais distintas da cidade. A tarde findou este piedoso ato com *Te Deum*, e procissão à roda do Terreiro do Paço, levando o Príncipe Regente uma das varas do pátio, e as outras os sereníssimos príncipe D. Pedro, e infante D. Pedro Carlos, e os grandes do Reino. Formou-se a tropa de linha, fazendo alas pelos lugares por onde havia de passar a real procissão; e concorreu muito povo atraído da novidade, grandeza, e esplendor de tão augusta solenidade, que, tanto de manhã como de tarde, foi festejada com salvas das naus, e fortalezas; e ao sair, e recolher-se a procissão, deram-se três descargas de fuzilaria por um destacamento, que para esse fim estava postado junto da igreja na frente da capela dos Terceiros.

– 37 –

Justo era, que não só S.A. desse o público testemunho da sua gratidão ao Onipotente, mas também que o seu povo, a exemplo de tão piedoso soberano, dirigisse ao Céu solenes ações de graças pelos favores, e benefícios, com que a Divina Providência, salvando o príncipe, salvou a monarquia, e a nação; pois, ao mesmo tempo que felicitava o Brasil com a real presença do seu soberano, preparou, e facilitou os meios, com que este príncipe incomparável quebraria as infames cadeias, com que o pérfido Corso havia manietado os seus leais vassallos de Portugal, e recobriria com grande glória sua, e dos portugueses, o trono dos seus maiores, usurpado pela injustiça, e traição do Imperador dos franceses. Portanto, no dia 15 de março, e último das iluminações, fez o senado da Câmara desta cidade do Rio de Janeiro cantar na Catedral uma missa solene, e *Te Deum*, com grande magnificência, quer no ornato da igreja, quer na excelência da música, quer enfim na pompa, que acompanhou esta solenidade. Uma guarda de honra se postou no adro da Catedral, e pelas dez horas concorreu o senado debaixo do estandarte, e juntamente um numeroso concurso de cidadãos, todos vestidos de côrte, como nos felicíssimos dias da entrada pública do Príncipe Regente Nosso Senhor, e do desembarque de Sua Majestade Fidelíssima, a Rainha Nossa Senhora: e igualmente toda a fidalguia, nobreza, o clero secular, e regular, magistrados, e oficiais militares, além de inumerável povo. Pelas onze horas chegou o Príncipe Regente Nosso Senhor com a real família, e sendo recebidos, ao apearem-se dos coches, pela fidalguia, cabido, e Câmara, se dirigiram ao altar do Santíssimo Sacramento, diante do qual fizeram oração, e depois dela se encaminharam para a capela-mor,

e ali tomaram assentos em um majestoso sólio, que se havia preparado acima da quadratura do coro, donde Suas Altezas assistiram à grande missa, que celebrou o rvm^o. chantre, como presidente do cabido, e dignidade superior, que então havia no mesmo cabido. Finda a missa, subiu ao púlpito o rvm^o. cônego magistral Duarte Mendes de Sampaio, que a todo o seu auditório muito satisfez com o excelente discurso gratulatório, que recitou; e se concluiu a solenidade com o hino *Te Deum Laudamus*, cantado pelos músicos a dois coros, e com as competentes orações, que entoou o reverendíssimo chantre.

– 38 –

Desde o começo desta real festividade até à sua conclusão, foi S.A.R. o Príncipe Regente, nosso amabilíssimo soberano, constantemente o alvo das nossas vistas, e atenções, pois não nos fartávamos de o contemplar, como um pai entre os seus filhos, fiéis brasileiros, dirigindo juntamente com eles graças ao Altíssimo, que, salvando o príncipe, também salvou o povo. Ah! Que seria da monarquia portuguesa; que seria de Portugal; que seria do Brasil; que seria enfim de toda a nação, dispersa, pelas quatro partes do mundo, se os ímpios chegassem a fazer a presa do justo? Poderíamos então dizer no excesso da dor: ficamos órfãos, não temos pai! Estamos no último desamparo, sem termos quem nos defenda, e em roda de quem nos possamos unir para pugnarmos pelas nossas terras, liberdade, honra e vida! Mas vós, Deus Onipotente, salvastes o pai, para os filhos serem também salvos: abristes, Senhor, o caminho pelo mar; o mar foi o depositário da felicidade do Brasil, da esperança de Portugal, e da futura glória da monarquia. Estendestes o vosso poderoso braço, e as ondas se aplacaram: fostes o guia do príncipe, que salvastes na Vossa misericórdia, e o conduzistes triunfante das ciladas dos inimigos para esta morada, que lhe preparastes em uma terra tão distante, onde um povo, que nunca o tinha visto, o recebe com os maiores transportes de júbilo, de reverência, e de amor.

– 39 –

Por causa tão justa, e tão interessante a todos, não só o senado da Câmara, em nome da cidade do Rio de Janeiro, mas também várias corporações, e comunidades religiosas, fizeram ressoar os seus templos com cânticos de louvor, e de graças. A irmandade dos professores de música, debaixo da in-



*Partida de D. João e da Família real, de Lisboa
- Quadro de Delarive - Pertencente à coleção artística do Sr. Armando Navarro da Costa.*

vocação de Santa Cecília, presidida pelo seu benemérito juiz, o desembargador Luís José de Carvalho e Melo, fez na igreja de Nossa Senhora do Parto uma festa muito aparatosa, e honrada com a real presença de Sua Alteza, o Príncipe Regente Nosso Senhor, e dos seus augustos filhos, e sobrinho, na qual orou o Rev^{mo} cônego João Pereira da Silva, cuja eloquência arrebatou em transportes os seus ouvintes, excitando em todos veementes afetos, análogos ao sublime objeto da festividade. Os religiosos beneditinos, os carmelitas, e os franciscanos cantaram nas suas igrejas com a pompa, que lhes foi possível, missas solenes e hinos de graças. Os mesmos piedosos atos praticaram as Ordens Terceiras, e várias irmandades com maior, ou menor aparato, segundo as suas posses, porém com igual afeto ao seu príncipe, e gratidão a Deus nos repetidos sacrifícios, e louvores, que ao Céu dirigiram pela venturosa vinda de Sua Alteza, e da real família para os seus Estados do Brasil.

– 40 –

Outras mais demonstrações de alegria pública se projetavam dar pelo Senado, e povo desta capital, depois dos festivos dias da Páscoa; porém o Príncipe Regente Nosso Senhor não aceitou, atendendo para o deplorável estado das coisas, gemendo Portugal debaixo do jugo estrangeiro de um vil traidor, entronizado na sua Corte pela perfídia, e baionetas dos seus satélites, intitulados protetores; e, não querendo ser oneroso a um povo, que tantas provas da sua lealdade, e afeto à sua real pessoa, já lhe havia dado, deu por concluídas as projetadas festividades, apreciando mais os desejos dos nossos corações, do que as demonstrações externas, e festivais; porque aqueles não têm limites, e estas, por maiores que fossem sempre seriam coarctadas, e insuficientes para corresponderem à grandeza da causa, e do objeto, a que se dirigiam. Porém, em memória de tão glorioso acontecimento, devem todos os brasileiros, especialmente os fluminenses, gravar nos seus corações o ditoso dia 7 de março.

*Jure solemnibus nobis, sanctorumque
Pene natali proprio.*

HORÁC.

– 41 –

Ah! E quem poderá jamais esquecer-se de tão ditoso dia?

Dia da nossa maior ventura, em que tivemos a honra, e a glória de receber neste porto do Rio de Janeiro o senhor D. João, Príncipe Regente de Portugal, nosso amabilíssimo soberano, trazendo em sua companhia a sua augusta mãe, a senhora D. Maria I, rainha de Portugal, e dos Algarves, a sua prezada consorte, a sereníssima senhora princesa do Brasil, e toda a família real! Possa este, para sempre memorável dia, ser celebrado com universal júbilo por toda a América Portuguesa, por uma dilatada série de séculos, como aquele, em que começou a raiar a aurora da felicidade, prosperidade, e grandeza, a que algum dia o Brasil se há de elevar, sendo governado de perto pelo seu soberano. Sim, nós já começamos a sentir os saudáveis efeitos da paternal presença de tão ótimo príncipe, que, sendo todo para os seus vassallos, não perderá um só momento de promover a felicidade dos seus Estados do Brasil, a mais bela, e rica porção do globo; do que já Sua Alteza nos deu as mais evidentes provas, que muito alentam as nossas esperanças, de que viera ao Brasil a criar um grande Império. Porquanto, apenas Sua Alteza chega à cidade da Bahia, e ainda bem não descansa dos incômodos de tão longa, e penosa jornada, assina o memorável diploma de franqueza do comércio, concedida a este imenso país, abrindo os seus portos principais a todos os navios estrangeiros das potências, que estavam em paz, e harmonia com a sua Real Coroa, procurando por este primeiro e principal ato da sua real soberania lançar os fundamentos de um novo sistema político, dando ao comércio toda a liberdade, favor e extensão conducentes aos grandes fins, que Sua Alteza se havia proposto nesta temporária translação da sede da monarquia para o Novo Mundo. Mas nesta Corte, e cidade do Rio de Janeiro é que o Príncipe Regente Nosso Senhor, com descanso, e assistido dos seus ministros, e conselheiros, consumará, e aperfeiçoará a sua grande obra da supressão, e total revogação do antigo sistema colonial, pelas sábias, e providentes leis, que do seu real trono emanaram para aumento do mesmo comércio, liberdade da indústria, fomento, e extensão da agricultura, introdução das artes, e ciências, e abertura de muitos mananciais de prosperidade pública, sem os quais não pode uma nação ser grande, rica, respeitável, e poderosa.

A minha alma se arrebatada dos mais vivos transportes de alegria, e à minha imaginação se apresenta o mais lisonjeiro, e brilhante quadro, quando, ó venturoso Brasil, contemplo a tua futura grandeza. Teus filhos algum dia dirão, cheios de prazer; e de reconhecimento: – estas praias estiveram por tantos anos quase desertas, e ermas, mas hoje as vemos tão povoadas! Novas cidades, vilas, e lugares bordam hoje as costas deste vasto continente! Apenas algumas canoas, e barcas giravam em outro tempo por estas enseadas, e frequentavam os seus portos, e rios; hoje todos estes mares são cortados pelas quilhas de infinitas, e alterosas embarcações, tanto nacionais, como estrangeiras! Os campos, e montes apenas em algumas partes conheciam a mão do agricultor; hoje tudo verdeja com uma imensa lavoura, e cultivo; as searas, e as plantações próprias do nosso clima estendem-se a perder de vista; já desapareceram aqueles imensos bosques, que cobriam por toda a parte a superfície da terra! Os frutos de toda a espécie curvam as árvores, e juncam o solo; aqui vemos reunidos todos os produtos do globo; as produções mais úteis, e preciosas da Europa, Ásia, e da África se concentraram neste abençoado terreno americano: a pimenta de Coxim, o cravo das Molucas, a canela de Ceilão, a cânfora de Bornéu, a muscadeira de Bandú, o chá chinês, aclimatam-se no nosso país, juntamente com o café de Moca, que já possuímos, fazem presentemente um dos mais consideráveis ramos da nossa indústria, comércio, e riqueza! Já se aproveitam tantas preciosidades nos três reinos da natureza, que nossos pais ou desconheciam, ou por falta de indústria, e de braços desprezavam, ou pelo antigo sistema eram obrigados a abandonar! As nossas minas, mais bem dirigidas, e melhor trabalhadas por meio de engenhosas máquinas, desentranharam do fundo da terra os preciosos metais com maior abundância, e menor lida, e dispêndio! O mesmo ferro, o primeiro na ordem dos metais pelo seu indispensável uso na vida civil, e industriosa, já nos é muito comum, e não estamos, a respeito dele, como Tântalo no centro da abundância, sem a poder gozar.

Estes dilatadíssimos sertões (continuarão eles a dizer), longe de serem como dantes guaridas de feras, e de homens semelhantes a elas no

trato, e na fereza, veem-se hoje rompidos, cultivados, e habitados de um povo inumerável, humano, civil, industrioso, e religioso! Estradas infinitas em extensão correm desde o Amazonas até ao Prata, cortam outras do Atlântico até ao Madeira, e ao Paraguai! Estes caudalosos, e soberbos rios, os maiores do mundo, como também o Madeira, o Tapajós, o Xingu, o Purus, o Tocantins, o Araguaia, o São Francisco, o Doce, e Paraná, o Tietê, e outros mil, que em todas as direções correm regando e fertilizando tão vastas regiões, apresentam nas suas margens grandes, e formosas povoações! Aqui, e ali se levantam soberbas cidades, consideráveis vilas, aldeias bem edificadas; por toda a parte se veem formosas fazendas, plantações infinitas, casas sem número, que cobrem este imenso continente! Enfim, para onde quer que lancemos os olhos, se reconhece a mão do homem industrioso, que tornou em paraíso tão medonhos desertos! E a quem somos nós devedores de tanta felicidade? A quem deve atribuir a glória de elevar o Brasil a tanta dignidade, esplendor, e poder, senão àquele imortal soberano, que primeiro pisou as suas praias no faustíssimo dia 7 de março de 1808, o senhor D. João VI?

– 44 –

Sim, é príncipe imortal, se a posteridade, ainda a mais remota, jamais poderá esquecer-se do augusto, e sempre saudoso nome de Vossa Alteza Real, vendo com admiração, e reconhecimento os grandes feitos de Vossa Alteza gravados, não tanto em lâminas de bronze, ou esculpidas em finos mármore, quanto em outros monumentos ainda mais duradouros, e eternos, que Vossa Alteza desde já começa a levantar, e consagrar a si próprio, lançando as bases do novo Império Brasiliense, que Vossa Alteza mesmo terá a glória de levantar, e de levar em poucos anos ao maior auge de grandeza política, animando, favorecendo, e protegendo as ciências, as artes, o comércio, a indústria, a agricultura, as armas, e todos os demais ramos da pública prosperidade, que diremos nós, que tivemos a venturosa sorte de vermos a Vossa Alteza Real, entrando em triunfo por esta cidade do Rio de Janeiro? Nós, que somos testemunhas do paternal amor, e benignidade, com que Vossa Alteza Real acolhe, beneficia, e honra os seus vassallos; nós, que observamos com prazer o incansável desvelo, com que Vossa Alteza Real se apressa a promover os interesses, e prosperidade deste Novo Império Lusitano, que Vossa Alte-

za Real veio criar na América Meridional; nós, enfim, que experimentamos com o mais vivo agradecimento dos benéficos efeitos da real solicitude, com que Vossa Alteza Real se propõe melhorar a sorte dos seus vassalos brasileiros, e com especialidade os multiplicados benefícios, mercês, e honras, que a real mão de Vossa Alteza não cessa de liberalizar aos habitantes desta sua nova Corte do Brasil, diremos que... Ah! Eu não tenho expressões suficientes para manifestar à posteridade os afetuosos votos de gratidão dos seus vassalos: por mim falará essa pirâmide, que o Senado, e o povo do Rio de Janeiro projetam elevar, e consagrar à memória da feliz vinda de Vossa Alteza Real para os seus estados do Brasil e da nossa ventura com a chegada de Vossa Alteza Real no memorável, e ditoso dia 7 de março de 1808; ela atestará por uma longa série de séculos o quanto devemos ao pai da pátria, ao augusto príncipe, que primeiro pisou o solo do Brasil, que o honrou com a sua real presença, que o engrandeceu, e o felicitou.

*Quo nihil maius, meliusve terris
Fata donavere, bonique Divi:
Nec dabunt: quamvis redeant in aurum
Tempora priscum.*

Horác. Lib. 4. Od. 2.

– 45 –

Mas outro monumento, ainda mais perdurável, e eterno, Vossa Alteza Real erigiu nos nossos corações, e nós o transmitiremos inteiro aos nossos filhos, estes aos seus até à última geração: nele se verá sempre estampada à augusta efigie de Vossa Alteza Real, e inscrito o seu imortal nome, não pelo buril, e cinzel, porém pelos multiplicados efeitos das paternos, e heróicas ações de Vossa Alteza Real em nosso favor, e benefício; tanto mais dignas de indelével memória, e gratidão, quanto elas têm a sua imediata origem na bondade do seu régio coração, e não são excitadas por merecimentos alguns nossos. Portanto, desde já, afoitos confessamos à face de toda a Terra, e altamente juramos que a glória, o nome, e os louvores de Vossa Alteza Real se conservarão eternamente impressos nos nossos corações, e sempre repetidos pelos seus vassalos brasileiros.

Semper Honos, Nomenque Tuum, Laudesque Manebunt.

Pede a gratidão nacional, que não me esqueça dos ilustres, e generosos fidalgos, e das pessoas mais distintas de todas as ordens do Estado, que tiveram a honra de acompanhar o Príncipe Regente Nosso Senhor, e a real família nesta extraordinária, e famosa jornada de Portugal para o Brasil, abandonando todos, as suas casas, parentes, amigos, e a mesma pátria, por amor do seu príncipe. Os seus respeitáveis nomes, inscritos nas páginas da História, viverão indeléveis, e cobertos de glória por uma longa série de anos. A posteridade lerá com assombro, que no memorável dia 29 de novembro de 1807, uma grande parte da fidalguia, e nobreza portuguesa, bem persuadida, que a pátria de um leal vassalo é o país, para onde o chama a voz da obediência, e da fidelidade, na companhia do melhor, e mais amado soberano, o senhor D. João, trocaram a bela, e opulenta Lisboa pelo Rio de Janeiro no Brasil; e, admirada de tão heróica ação da mais acrisolada honra, e fidelidade, perguntará pelos seus respeitáveis nomes. Estes são os excelentíssimos:

Duque do Cadaval, D. Miguel Álvares Pereira de Melo; a duquesa sua esposa, e filhos, D. Nuno, D. Sigismundo, e D. Jaime.

Marquês de Alegrete, Luís Teles da Silva e Meneses.

Marquês de Angeja, D. José de Noronha Camões e Albuquerque.

Marquês de Belas, D. José de Vasconcelos e Sousa; Marquesa sua esposa, e filhos.

Marquês de Lavradio, D. Antônio d'Almeida Soares e Portugal; marquesa sua esposa, e filhos.

Marquês de Pombal, Sebastião José de Carvalho e Melo; e marquesa sua esposa.

Marquês de Torres Novas, D. Álvaro Antônio de Noronha Abranches Castelo Branco, e irmãos.

Marquês de Vagos, Nuno Telo da Silva.

Marquesa de São Miguel, D. Mariana Xavier Botelho, camareira-mor da Rainha Nossa Senhora.

Marquesa de Lumiares, D. Juliana Xavier Botelho de Lencastre, camareira-mor da sereníssima senhora princesa do Brasil.

Conde de Belmonte, D. Vasco Manuel da Câmara; condessa sua esposa, e filhos.

Conde de Caparica, D. Francisco de Meneses da Silveira; condessa sua esposa, e filhas.

Conde de Cavaleiros, D. Gregório Ferreira d'Eça e Meneses; e condessa sua esposa, sem filhos.

Conde de Bombeiro, D. Antônio Maria de Castelo Branco Correia e Cunha Vasconcelos e Sousa.

Conde de Redondo, Tomé José de Sousa Coutinho Castelo Branco e Meneses, e filhos.

Visconde de Anadia, Jogo Rodrigues de Sá e Meneses.

Conselheiros de Estado, Antônio d'Azevedo e Araújo; D. Fernando José de Portugal e Castro; D. João de Almeida Melo e Castro, e esposa; D. Rodrigo de Sousa Coutinho, esposa e filhos.

Tenente-general, João Forbes Skelater.

Vice-Almirante Manuel da Cunha Souto Maior; Francisco de Sousa Coutinho.

Os Ilustríssimos Monsenhores Antônio José da Cunha Almeida e Carvalho; Antônio José da Cunha e Vasconcelos; Joaquim da Nóbrega Cam e Aboim; José Maria Teles e Meneses.

Desembargador do Paço José de Oliveira Pinto Botelho e Mosqueira.

Guarda-Jóias, Francisco José Rufino de Sousa Lobato; seus pais; e irmãos.

Marechais Carlos Antônio Napion; João Batista de Azevedo Coutinho de Montaury; sua esposa, e filhos.

Brigadeiros João de Sousa de Mendonça Corte Real; Padre Vieira da Silva Teles, e filhos.

Médicos da Câmara Doutor Manuel Vieira da Silva; Doutor José Correia Picanço, e filhos.

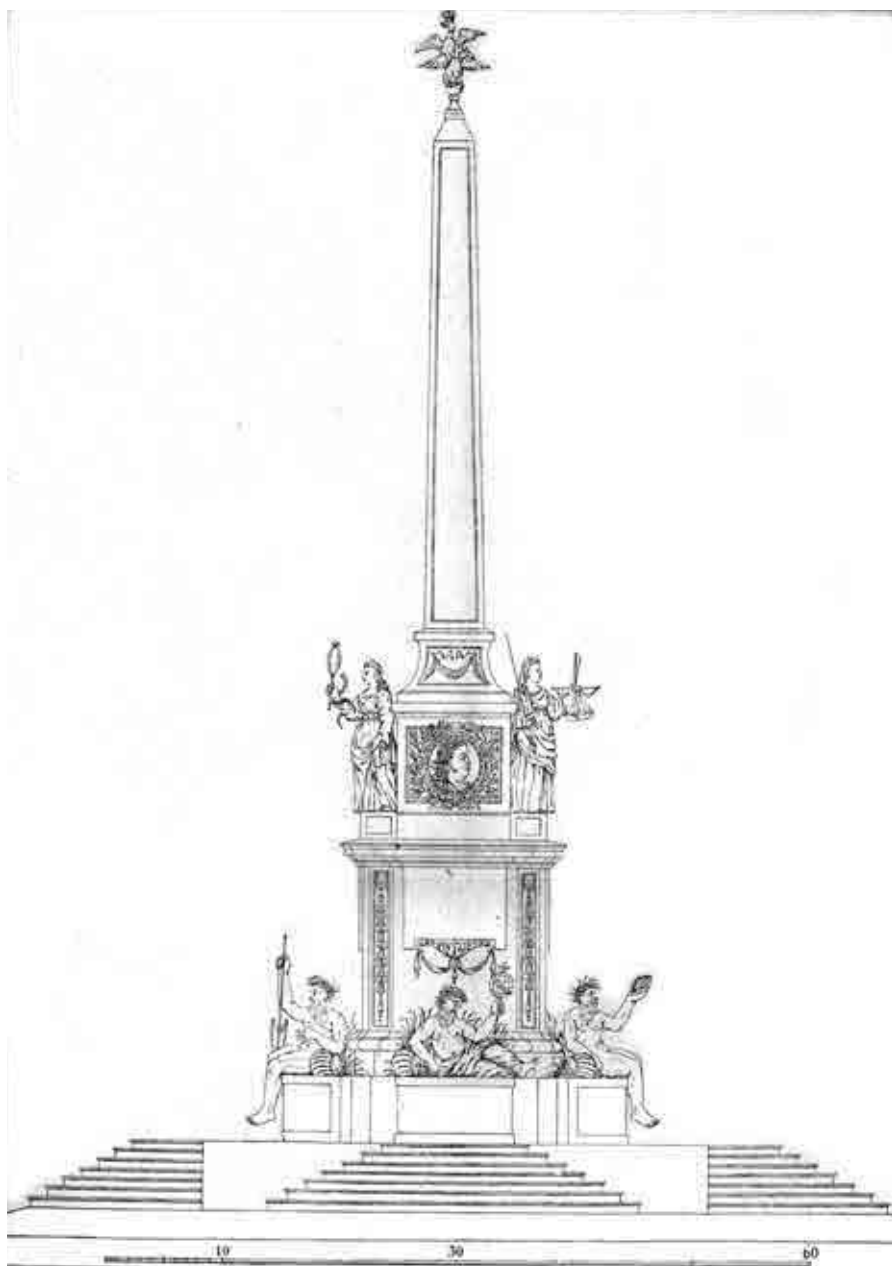
Tesoureiro da Casa Real Joaquim José de Azevedo, e sua família.

Igualmente vieram com S. A. R. outras muitas pessoas distintas, de todas as ordens do Estado, das quais a maior parte delas são empregadas no serviço de Suas Altezas, como confesores, guarda-roupas, capelães, moços da Câmara, etc., damas do Paço, donas da Câmara, açã-

fatas, etc. Médicos, e cirurgiões da Câmara, muitos eclesiásticos seculares, e regulares de várias religiões, muito grande número de oficiais do exército, e da marinha; item, a brigada real da mesma marinha, comandada pelo seu brigadeiro, Joaquim José da Silva, alguns desembargadores, oficiais das secretarias d'Estado, e várias famílias particulares, etc., cujos nomes fariam um extensíssimo catálogo alheio deste opúsculo, mas que não são menos dignos de eterna fama, e gratidão, como aqueles, de quem cantou o Lírico Latino:

*Gens, que cremato fortis ab Ilio
Jactata Tuscis arquoribus sacra,
Natosque, maturosque Patres,
Pertulit Ausonias ad Urbes.*

L. 4. Od. 4.



Monumento que a Câmara quiz levantar em memória da feliz chegada da R. Família no Rio em 1807, comeconfe a obra mas não foi para diante.

ÉPOCA PRIMEIRA

PARTE SEGUNDA

OU

NARRAÇÃO DOS FATOS MAIS MEMORÁVEIS ACONTECIDOS NESTA CORTE, E EM OUTRAS PARTES DO BRASIL DEPOIS DA FELIZ CHEGADA DE SUA ALTEZA REAL O PRÍNCIPEREGENTE NOSSO SENHOR, E DAS SÁBIAS PROVIDÊNCIAS EMANADAS DO TRONO, PARA AUMENTO E GRANDEZA DESTE NOVO IMPÉRIO NO TEMPO DA GLORIOSA REGÊNCIA DO MESMO REAL SENHOR ATÉ AO DIA 16 DE DEZEMBRO DE 1815. EM QUE O ESTADO DO BRASIL FOI ELEVADO, E DECLARADO REINO

Magnus ab integro Saeclorum nascitur Ordo.

Virg. Ec. 4.

Felizes habitantes destes climas
Vereis cheios de assombro
Voar aos vossos venturosos lares
As Artes à porfia,
Academias, Liceus, mimos das Musas,
Agricultura, Mãe dos sãos prazeres,
Abundante Comércio,
Polícia, sábias Leis. Armadas, Tropas;
Assim, Americanos,
Felicita JOÃO os Lusitanos.

Ode impressa nº 26 do Investigador Português.

*Instar veris enim vultus ubi Tuus
Affulsit, populo gratior it dies,
Et soles melius nitent.*

Horác. L, IV. Od. 5.

.....

T

- 1 -

EMOS visto a felicidade do Brasil com a chegada do nosso muito amado e excelso Príncipe Regente, o senhor D. João a esta capital dos seus Estados Americanos; ou, para melhor dizer, vimos como a Providência quis felicitar esta, a melhor porção do Novo Mundo com a augusta presença do seu soberano, transferindo, e firmando o trono da monarquia portuguesa nesta terra tão vasta, e aprazível, como fértil, e rica; onde se desentranham os mais úteis, e preciosos metais, os luzentes diamantes, e as finas pedrarias; onde a natureza sempre vigorosa, e criadora não cessa de produzir, e cobrir a superfície deste abençoado terreno de uma vegetação sempre viçosa, constante e eterna; onde, pela maior parte, as sementes, que se lhe confiam, produzem com fertilidade superabundante, e pasmosa, pagando sempre com usura ilimitada os trabalhos, e suores do agricultor; onde um clima benigno, ares saudáveis, e uma primavera continuada constituem estas regiões um paraíso; onde, enfim, o mar por mais de mil léguas banha as suas costas, e cujo interior só nos séculos vindouros poderá ser bem determinado, quanto à sua extensão e situação; nesta terra, pois tão boa, e espaçosa, dada por Deus ao mais feliz dos nossos reis, o senhor D. Manuel na era de 1500, é que o Príncipe Regente o senhor D. João, trezentos e sete anos, depois que fora descoberta, veio, por ocultos juízos do mesmo Deus, lançar os fundamentos de um grande Império, o qual, pelos constantes desvelos, justo, e sábio governo do seu augusto soberano, irá gradualmente

elevando-se ao maior auge de força, riqueza, e consideração política, tal que em período não muito longo de anos tomará lugar na ordem das primeiras potências do Universo. Tanto é verdadeira a sentença do sábio: que o rei justo levantará a terra, e a fará florescer!

A simples exposição das sábias providências, emanadas do real trono para aumentar, e engrandecer este novo Império Lusitano no tempo da gloriosa regência do Príncipe Regente Nosso Senhor, desde a feliz Época da sua vinda até à outra, não menos feliz, da elevação do Brasil a Reino pelo mesmo real senhor, como também a narração dos fatos mais memoráveis, acontecidos nesta Corte no intervalo destas duas Épocas, a saber, desde os princípios de março de 1808 até aos fins de dezembro de 1815 farão o objeto desta segunda parte da *Felicidade do Brasil*.

– 2 –

A régia mão de Sua Alteza Real, o Príncipe Regente Nosso Senhor, que na cidade da Bahia assinou a imortal carta da franqueza, e liberdade do comércio aos 28 de janeiro de 1808, vai agora nesta cidade do Rio de Janeiro, não só liberalizar infinitos favores, graças, e mercês, que, enobrecendo as classes mais distintas dos seus habitantes, são provas bem decisivas da bondade, e magnanimidade do seu real coração; mas também desenvolver com assombrosa energia o plano, que na sua alta mente havia traçado da criação do Novo Império, promovendo a geral prosperidade de todo o Brasil até às mais remotas províncias. Assim, o Príncipe Regente Nosso Senhor, decepando de um só golpe o antigo regime colonial, que paralisava as potências vitais data, a maior, e melhor parte dos seus domínios, permitindo a franqueza do comércio, e abrindo os seus portos a todas as nações amigas, só havia dado um passo na carreira da felicidade do Brasil; e, exigindo esta uma nova ordem de coisas, Sua Alteza Real não se desanima à vista das grandes dificuldades, que é necessário vencer nas críticas, e deploráveis circunstâncias, em que se achava em um país, em tudo novo, e quase na infância, e destituído dos recursos, que poderia haver de Portugal, por estar este ocupado pelo *inimigo*; antes com a mais heróica resolução Sua Alteza põe em atividade os mais acertados conselhos, os meios mais adequados, e as mais saudáveis providências. Desta sorte veremos no decurso destas *Memórias* quantas coisas se criaram de novo, quantas se reformaram, que grande número de outras se aboliram: em uma

palavra, veremos o Brasil inteiramente regenerado. E portanto na América Portuguesa, que se há de consolidar em bases firmes, e inconclusas o poder, a independência, e a majestade do trono, e da monarquia: o senhor D. João tem a glória de pôr estas bases; os seus augustos sucessores completarão a grande obra do Novo Império Luso-Brasileiro, que tão formidável, e poderoso há de vir a ser, mediante a Proteção Divina, que zombe das encafeladas ondas das revoluções estrangeiras, e a quem os Napoleões jamais se atreverão a tocar sem dano, e ruína própria.

– 3 –

Apenas o Príncipe Regente Nosso Senhor descansa por alguns dias dos incômodos, que passara em tão longa viagem, qual a que fizera de Lisboa até à Bahia, e da Bahia ao Rio de Janeiro, quando cuidou logo em dar mais extensas acomodações à sua família; e, por ser esta tão numerosa, que não se podia acomodar toda no curto recinto do Real Palácio, no qual também não havia a capacidade para nele se estabelecer as oficinas próprias de tão grande Casa, foi necessário lançar mão de alguns edifícios públicos, que mais próximos estavam, como o convento dos Religiosos do Carmo, a Casa da Câmara, e a Cadeia. Portanto, os religiosos carmelitas passaram para o hospício dos barbadinhos, e a estes se deu para sua residência a Casa de Nossa Senhora da Glória no alto do monte. Do convento do Carmo a parte fronteira ao Terreiro do Paço, como melhor, e mais suntuosa, se destinou para quartos da Rainha Nossa Senhora, e suas damas, e fez-se um passadiço, que reúne as duas Casas Reais: do restante do mesmo convento a parte interior, e os pátios adjacentes, se destinaram para a ucharia, cozinhas, e outras oficinas do Paço; e a parte próxima à igreja com o seu claustro ficou reservada para o serviço da mesma igreja, que Sua Alteza anexou ao Real Palácio, destinada para ser Capela Real. A Casa da Câmara, e a Cadeia, havendo os camaristas passado a estabelecer-se no consistório da igreja do Rosário os presos mudados para o Aljube, se terminaram também ao palácio por outro passadiço, ficando destinadas para a morada das criadas, para cujo fim se fizeram na Cadeia os reparos necessários, e os convenientes repartimentos interiores, e deu-se-lhe uma forma exterior que desvanecesse o seu lúgubre prospecto, remoendo-se tudo quanto pudesse excitar a lembrança do que fora anteriormente. A Casa da Moeda ficou conservada no mesmo lugar, em que existia, até se concluir outro edifício em que se

estabeleça para o futuro. As cavaliças reais se estabeleceram no aquartelamento do esquadrão da cavalaria junto do Real Trem; e o mesmo esquadrão, que logo se fortificou em um regimento com o acréscimo de novas companhias, mudou o seu quartel para a praça do Rossio; e as cavaliças se acomodaram na rua de trás do Hospício, no Jogo da Bola, chamado do Bento Esteves. Ao longo da praia de D. Manuel se levantaram novos edifícios para neles se recolherem os coches da Casa Real, e acomodarem-se os empregados nesta repartição. Em suma, pelos desvelos, atividade, e incansável administração do tesoureiro da Casa Real, Joaquim José de Azevedo, tudo se providenciou, e se dispôs na melhor ordem possível.

– 4 –

Elias Antônio Lopes, respeitável negociante desta praça do Rio de Janeiro, havia construído, não longe da cidade, no sítio de S. Cristóvão, uma grande casa de campo; e como este honrado e leal vassalo visse que Sua Alteza Real não tinha uma quinta, onde descansasse das fadigas do governo e respirasse ares mais puros e saudáveis e conhecesse que a casa de campo, que acabava de edificar, apesar de não ter a grandeza e magnificência que a fizesse digna da habitação de um soberano, era contudo a melhor e a mais ampla de todas quantas havia nos arredores desta nova Corte, levado dos generosos sentimentos de afeto e amor para com a real pessoa de seu príncipe, tomou a resolução de ofertar a Sua Alteza Real a sua casa e quinta a ela anexa; e sendo esta oferta aceita pelo mesmo real senhor com aquelas demonstrações de gratidão, quais merecia um vassalo tão generoso, passou imediatamente a levantar na frente da mencionada casa as armas reais, que descobriu com muitos sinais de alegria, logo que Sua Alteza Real se dignou ir vê-la pela primeira vez. Esta é a chamada Real Quinta da Boavista, residência ordinária do Príncipe Regente Nosso Senhor, da qual terei lugar de falar muitas vezes no decurso destas *Memórias*.

– 5 –

Como se aproximasse a Semana Santa, em que se recordam os mistérios da nossa Redenção, e o Príncipe Regente Nosso Senhor, para satisfazer a sua piedade, e devoção hereditária dos senhores reis de Portugal, de assistir com a sua real família aos ofícios divinos, que nestes sagrados dias se celebram, houvesse determinado que se fizessem as necessárias disposi-

ções e arranjos para estas solenidades na igreja de Nossa Senhora do Carmo, que já neste tempo era considerada capela da sua Real Casa, por haverem os religiosos feito cessão dela e do convento a Sua Alteza, passando eles a ocupar o hospício dos barbadinhos: com efeito estes officios divinos foram ali feitos por alguns mosenhores e vários sacerdotes que de Lisboa tinham vindo em companhia de Sua Alteza; mas como o número destes officiantes era pequeno, por mandado de Sua Alteza Real foram convidados mais alguns sacerdotes desta cidade e seminaristas de S. Joaquim. Foi então que o povo do Rio de Janeiro viu pela primeira vez com prazer e edificação o Príncipe Regente Nosso Senhor e a real família dando aos seus vassallos os mais poderosos e tocantes exemplos de religião, passando largas horas no templo na devota assistência dos officios divinos em tão sagrados dias, sustentando com a majestade de sua real presença a dignidade dos Levitas nas sagradas funções e o respeito devido à palavra de Deus e aos cânticos da Igreja; finalmente, ensinando aos povos que a fé quer obras, e que em vão se crê, quando não se presta publicamente ao Ente Supremo o culto público, e a adoração, que lhe é devida, conforme o rito e cerimônias da religião.

– 6 –

Já por este tempo a fama da chegada do Príncipe Regente Nosso Senhor havia corrido velozmente por toda a extensão do Brasil, excitando por toda a parte os mais vivos sentimentos de alegria; os povos todos se davam mutuamente os parabéns por tão feliz successo; e, exultando os seus corações, enviavam ao Céu mil ações de graças, tanto pela salvação e felicidade da viagem de Sua Alteza e da sua augusta família quanto pelas venturosas consequências, que necessariamente se haviam de seguir, em beneficio do Brasil, de tão portentoso acontecimento, o primeiro, e único nos fastos do mundo. Se fora possível, todos os habitantes do Brasil viviam, como de romagem, ao Rio de Janeiro, para terem a satisfação de ver o seu amado príncipe e senhor e a honra de beijar a sua real mão. Mas como esta satisfação e esta honra lhes era negada pela distância, contentaram-se com as reverentes homenagens que os governadores e os bispos das respectivas capitánias, em seus nomes e dos povos prestaram a Sua Alteza Real. Dos governadores vieram pessoalmente cumprimentar e beijar a régia mão do Príncipe Regente Nosso Senhor os de São Paulo, Minas Gerais, e Pernambuco; os das outras capitánias mais

distantes cumpriram estes mesmos deveres pelos seus ajudantes-de-ordens; os bispos e os cabidos mandaram os seus vigários-gerais ou cônegos das suas catedrais para o mesmo efeito, aos quais todos Sua Alteza Real recebeu com carinho e despediu com honras. Além destes vassallos que à Corte vieram pela obrigação dos seus empregos, ou das comissões, de que se encarregaram, vieram também outros muitos, que empreenderam viagens de cem, duzentas e mais léguas unicamente movidos do amor e desejo de conhecer o seu príncipe e a real família; e como os lugares mais aptos para satisfazerem os seus afetuosos desejos fossem a Real Capela, nos dias solenes, e o Largo do Paço, à hora em que Suas Altezas Reais saíam ao passeio, é indivisível o número de pessoas desconhecidas, que, especialmente nos primeiros seis meses depois da chegada do Príncipe Regente Nosso Senhor, se ajuntava, tanto em um como em outro dos referidos lugares.

– 7 –

Parece que importará à história, para conhecimento dos vindouros, que neste lugar façamos menção de quantas capitánias gerais se compunha o Estado do Brasil, e dos nomes dos seus governadores e bispos existentes na venturosa época da chegada do Príncipe Regente Nosso Senhor à cidade do Rio de Janeiro, não só para que fique em memória os seus nomes, como também para que nas idades futuras melhor se conheça o aumento do mesmo Brasil pelas subdivisões de algumas das capitánias atuais, e ereção de novos bispados e prelazias, que necessariamente se devem fazer, à medida que a população for crescendo e cobrindo tão vastas e solitárias regiões.

Rio de Janeiro – Vice-rei, e capitão-general o Conde dos Arcos, D. Marcos de Noronha e Brito, cujo vice-reinado terminou com a feliz chegada de Sua Alteza Real. Esta capitania compreende o governo subalterno da de Santa Catarina. Bispo eleito e sagrado, D. José Caetano de Sousa Coutinho, que ficou em Lisboa, não podendo vir na esquadra com Sua Alteza Real, mas não tardou dois meses que não apparecesse neste seu bispado depois da chegada do soberano. Esta diocese se estende desde a vila de Parati até a capitania de Porto Seguro inclusivamente, e além disto compreende a capitania do Rio Grande de S. Pedro do Sul e a de Santa Catarina.

Bahia – Governador e capitão-general, o Conde da Ponte, João de Saldanha da Gama, o qual teve a honra de ser o primeiro que recebeu o Real Sobe-

rano na Capital do seu Governo, juntamente com o arcebispo metropolitano, D. fr. José de Santa Escolástica, monge beneditino. No governo desta capitania se compreendem os governos subalternos das Capitânicas do Espírito Santo, de Porto Seguro e de Sergipe d'el-Rei; mas as duas primeiras pertencem no espiritual ao bispado do Rio de Janeiro.

Pernambuco – Governador, e capitão-general, Caetano Pinto de Miranda Monte Negro, o qual, logo que teve notícia da vinda de Sua Alteza, despediu o brigue *Três Corações* com víveres e refrescos para a real esquadra, e veio depois a esta Corte beijar a mão do soberano. A residência do governo é na vila do Recife; e compreende esta capitania geral os governos subalternos das Capitânicas da Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará.

Bispo, D. fr. José Maria de Araújo, monge de S. Jerônimo, cuja diocese abrange as capitânicas acima mencionadas e se estende pelo sertão até Goiás: a sua catedral está na cidade de Olinda.

Maranhão – Governador, e capitão-general D. Francisco de Melo Manuel da Câmara. Esta capitania compreende também o governo subalterno da do Piauí.

Bispo, D. Luís de Brito Homem, cuja jurisdição espiritual se estende ao Piauí, onde tem um vigário-geral. O governador e o bispo residem na cidade de S. Luís do Maranhão.

Pará – Governador e capitão-general José Narciso de Magalhães de Menezes. Esta capitania é extensíssima, compreendendo-se no seu governo a Guiana Portuguesa e o Solimões, que são as terras que correm ao ocidente do rio Madeira até o Hyabary, que divide dos espanhóis os nossos domínios. Bispo, D. Manuel de Almeida de Carvalho. Esta diocese é igualmente extensíssima, como a capitania: a cidade de Belém é a capital de um e outro governo, tanto o civil como o espiritual.

São Paulo – Governador e capitão-general, Antônio José da Franca e Horta, o qual veio pessoalmente beijar a régia mão do soberano.

Bispo, D. Mateus de Abreu. A residência de ambos os governos é na cidade de São Paulo.

Minas Gerais – Governador e capitão-general, Pedro Maria Xavier de Ataíde e Melo, que também veio cumprimentar o soberano. A capital deste governo é Vila Rica.

Bispo, D. fr. Cipriano de S. José, arrábido. A catedral é na cidade de Mariana.

Goiás – Governador e capitão-general, D. Francisco de Assiz Mascarenhas. A residência do governo é em Vila Real.

Prelado: vago.

Mato Grosso – Governador e capitão-general Manuel Carlos de Abreu e Meneses. Reside o governo desta extensíssima capitania em Vila Bela.

Prelado, D. Luís de Castro Pereira, lóio. Bispo titular de Ptolemaida. Reside na vila de Cuiabá.

Rio Grande de São Pedro do Sul – Governador, e capitão-general, Paulo José da Gama. A capital desta capitania é a vila de Porto Alegre. Pertence ao bispado do Rio de Janeiro.

Tendo-se feito público em Inglaterra o liberal sistema político, com que o augusto Príncipe Regente de Portugal começava a governar, e felicitar o Brasil, abrindo os seus portos a todas as nações estrangeiras, e permitindo entre elas, e os seus vassallos a franqueza do comércio, logo aqueles ativos, e industriosos insulares não perderam um só momento de se aproveitarem de tão grande, e inesperado benefício: muitos dos mais respeitáveis negociantes ingleses fizeram entre si uma sociedade para se interessarem nas remessas das suas mercadorias para a América portuguesa; e, dando desta sorte maior vigor ao comércio, despediram para os nossos portos muitos navios carregados das suas manufaturas, e começaram a levar em retorno os produtos do nosso país; assim, ao mesmo tempo que nos trouxeram a abundância, deram consumo aos nossos efeitos, que pela lamentável desgraça dos tempos não tinham comprador. Desta sorte, animando-se desde então a lavoura, e por consequência a reprodução dos gêneros coloniais começando a crescer, e a subir em preço, e valor, os brasileiros como que não sentiram os terríveis resultados da guerra da Europa, e da ocupação do Reino de Portugal, visto que todas as classes do povo, segundo as suas diferentes representações, tiveram abundância, e a preço moderado os necessários suprimentos; e igualmente começou a desenvolver-se uma energia até agora desconhecida na agricultura, e em outros poucos ramos de indústria, que nos eram permitidos. Nesta feliz época da vinda

de Sua Alteza Real data o estabelecimento de muitas casas de negociantes, especialmente ingleses, nesta corte, na Bahia, em Pernambuco, Maranhão, e Pará, como principais empórios do Brasil.

– 9 –

Poucos meses depois da chegada do Príncipe Regente Nosso Senhor a esta cidade do Rio de Janeiro, veio de Inglaterra em uma fragata o lorde, visconde Strangford, para continuar nesta corte do Brasil a residir, junto da real pessoa de Sua Alteza, com o caráter de enviado extraordinário, e ministro plenipotenciário de Sua Majestade britânica, o qual augusto soberano cheio do maior prazer mandou pelo mesmo lorde cumprimentar Sua Alteza Real, e dar-lhe os parabéns pela sua feliz viagem, e chegada ao Brasil; e igualmente significar a Sua Alteza o grande interesse, que tomava e toda a nação inglesa na recuperação dos reinos de Portugal, e Algarve pelo seu legítimo soberano. Logo depois da chegada deste, o primeiro enviado estrangeiro, que se apresentou na corte do Brasil, entrou neste porto o contra-almirante Sir Sidney Smith, comandante-em-chefe da esquadra inglesa, que bloqueava o porto de Lisboa, quando o Príncipe Regente Nosso Senhor tomou a heróica resolução de retirar-se para o Brasil; e porquanto não se teve a glória de receber no meio da sua esquadra a real esquadra portuguesa com os maiores transportes de prazer, e de mostrar o mais profundo respeito às pessoas reais, que nela vinham, mas também teve a generosidade de prestar todos os auxílios, que lhe foram possíveis, e de destacar quatro das suas naus para reforçar as nossas, acompanhando-as até ao Rio de Janeiro; e não satisfeito ainda com estas provas tão relevantes do seu amor, e reverência para com o nosso augusto Príncipe Regente, pediu a Sua Majestade britânica que lhe concedesse a honra de vir pôr-se ao lado de Sua Alteza Real com o comando das forças navais inglesas, que o seu monarca, o grande Jorge III, deixava estacionadas neste porto do Rio de Janeiro à disposição do Príncipe Regente Nosso Senhor, para maior defesa da sua real pessoa, e dos seus estados; mereceu Sua Excelência ser acolhido por Sua Alteza com as mais vivas demonstrações de contentamento, gratidão, e amizade.

– 10 –

Se na cidade da Bahia o Príncipe Regente Nosso Senhor, pela sua memorável carta régia de 28 de janeiro lançou a primeira pedra no

alicerce do grande Império, que veio criar no Brasil, pela concessão da franqueza do comércio; nesta corte do Rio de Janeiro pôs a segunda pedra fundamental pelo alvará de 1º de abril, permitindo aos brasileiros toda e qualquer qualidade de indústria. Eis aqui as benéficas expressões de Sua Alteza no mencionado alvará:

Desejando promover, e adiantar a riqueza nacional, e sendo um dos mananciais dela as manufaturas, e a indústria, que multiplicam, melhoram, e dão mais valor aos gêneros, e produções da agricultura, e das artes, e aumentam a população, dando que fazer a muitos braços, e fornecendo meios de subsistência a muitos dos meus vassalos, que por falta deles se entregariam aos vícios da ociosidade: e convindo remover todos os obstáculos que podem inutilizar, e frustrar tão vantajosos proveitos: sou servido abolir, e revogar toda, e qualquer proibição, que haja a este respeito, no estado do Brasil, e nos meus domínios ultramarinos: e ordeno que daqui em diante seja lícito a qualquer dos meus vassalos, qualquer que seja o país, que habitem, estabelecer todo o gênero de manufaturas, sem excetuar alguma, fazendo os seus trabalhos em pequeno, e em grande, como entenderem que mais lhes convém; para o que hei por bem derogar o alvará de 5 de janeiro de 1735, e quaisquer leis, ou ordens, que o contrário decidam.

– 11 –

Sendo a indústria e o comércio duas das principais bases da prosperidade, e grandeza das nações, franqueadas, e permitidas ao Brasil pelo magnânimo Príncipe Regente Nosso Senhor desde já podemos afoitamente augurar, e predizer que o Brasil dará em poucos anos passos agigantados na carreira da prosperidade. Até agora a nossa indústria esteve reprimida, e sufocada pelo antigo sistema colonial, que apenas permitia as ordinárias artes fabris, e os tecidos grossos de algodão para o vestuário dos escravos; e como nem todos podem ter terras, nem meios de se empregarem na agricultura, têm-se perdido muitos, e grandes talentos industriais; milhares de braços inutilizados, e inertes se consumiram na ociosidade, reduzidos à indigência, por falta de meios para subsistirem; daqui a decantada preguiça do Brasil! Mas de agora em diante, graças ao nosso magnânimo, e augusto príncipe, veremos nascer, e sobressair na América portuguesa uma energia industriosa,

que multiplicando, melhorando, e dando novas formas aos produtos da terra, de emprego honesto, e rendoso a infinitos vassallos, aumente a população, e promova a riqueza nacional, como Sua Alteza Real tanto deseja. Por toda a parte deste abençoado terreno se produz o algodão; nas províncias do Sul nasce excelente linho; nas do Norte criam-se milhares de ovelhas, sem se aproveitar um só velo; possuimos minas riquíssimas de todos os metais, especialmente de ferro em abundância pasmosa; somos senhores das mais finas argilas próprias para a porcelana; finalmente temos à mão infinitas produções em todos os três reinos da natureza, sobre as quais se pode exercer uma indústria sem limites. O senhor D. João levantou o interdito, quebrando as cadeias, que manietavam os brasileiros, e tolhiam o exercício dos seus braços; o Brasil saberá aproveitar-se e agradecer tão superior benefício.

– 12 –

Sendo presente ao Príncipe Regente Nosso Senhor o quanto convém ao bem público do seu real serviço, que tudo quanto respeita à boa ordem, e regularidade da disciplina militar, economia, e regulamento das forças, tanto terrestres, como navais, se mantenham no melhor estado, porque dele depende a energia, e conservação das mesmas forças, que seguram a tranquilidade, e defesa dos seus estados; e sendo muitos os negócios desta natureza, que por leis, e ordens suas são da competência dos Conselhos de Guerra, do Almirantado, e do Ultramar na parte militar somente, onde se não podem agora decidir, por achar-se o mesmo real senhor residindo nesta capital do Brasil; e que não podem estar demorados sem manifesto detrimento do interesse público, e prejuízo dos seus fiéis vassallos, que têm a honra de o servir nos seus exércitos e armadas: e devendo-se outrossim dar-se providências mais adequadas às atuais circunstâncias para a boa administração da justiça criminal nos Conselhos de Justiça, que se formam nos Conselhos de Guerra, e do Almirantado, a fim de que se terminem os processos, quanto antes, e com a regularidade, e exatidão, que convém: foi Sua Alteza Real servido determinar pelo alvará de 1º de abril a criação nesta corte de um Conselho Supremo Militar que entenderá em todas as matérias, que pertenciam ao Conselho de Guerra, e do Ultramar na parte militar somente, e se comporá dos oficiais generais do seu Exército e Armada Real, que já são conselheiros de guerra, e do Almirantado, existentes nesta corte, e dos outros oficiais de uma, e outra arma, que o mesmo real

senhor houver por bem nomear, devendo estes últimos serem vogais no mesmo Conselho em todas as matérias, que nele se tratarem, sem contudo gozarem das regalias, e honras, que competem aos conselheiros de guerra. Neste alvará dá Sua Alteza vários regulamentos, e providências, a fim de simplificar, e melhorar o plano da sua primitiva instituição.

– 13 –

Sendo também presente a Sua Alteza Real a grande vantagem, que provirá ao seu real serviço, e até a necessidade absoluta, que já existe, de haver um arquivo central, onde se reúnam, e conservem todos os mapas, e cartas, tanto das costas, como do interior do Brasil, e também de todos os seus domínios ultramarinos, houve por bem, pelo decreto de 7 de abril, criar nesta Corte um Arquivo Militar para o dito fim, e onde as mesmas cartas hajam de se copiar, quando seja necessário, e se examinem quanto à exatidão, com que foram feitas, para que possam ao depois servirem de base, seja à retificação de fronteiras, seja a planos de fortalezas, e de campanha, seja a projetos de novas estradas, e comunicações, seja ao melhoramento, e novo estabelecimento de portos marítimos, etc.

– 14 –

Tendo agora o Brasil com a augusta presença do Príncipe Regente Nosso Senhor uma elevada graduação política, e por consequência devendo ter tribunais superiores, a que os povos possam recorrer, especialmente naqueles negócios, que imediatamente dependem das reais resoluções, depois das consultas, dos mesmos tribunais, Sua Alteza Real houve por bem pelo alvará de 22 de abril criar nesta Corte do Brasil um tribunal superior, denominado Mesa do Desembargo do Paço, e da Consciência e Ordens, composto de um presidente, e dos desembargadores, que o mesmo real senhor for servido nomear; e terá dois escrivães da Câmara, um para o expediente da Mesa do Desembargo do Paço, e outro para o da Consciência e Ordens: e cada Mesa terá também os seus oficiais próprios. A este régio tribunal competirão todos os negócios, que antecedentemente pertenciam ao Desembargo do Paço, Mesa da Consciência e Ordens, e Conselho do Ultramar em Lisboa; e os seus desembargadores, e conselheiros gozarão das mesmas honras, e privilégios, que gozam os desembargadores, e conselheiros daqueles tribunais.

– 15 –

O dia 25 de abril, no qual a sereníssima senhora princesa do Brasil, D. Carlota Joaquina, completou nesta Corte do Brasil o 33º ano de sua preciosa vida, foi festejado com muito prazer, e alvoroço público, por termos a dita de presenciar pela primeira vez os obséquios, que se prestavam a Sua Alteza Real por tão fausto motivo. Concorreu ao Paço a Corte toda em grande gala, como também as pessoas mais distintas de todas as ordens, para cumprimentar, e beijar a mão do Príncipe Regente Nosso Senhor, da sua augusta consorte, e da real família. Em aplauso deste feliz dia natalício embandeiraram-se as fortalezas, e navios de guerra, tanto da nossa esquadra, como da inglesa, salvando todos ao amanhecer, ao meio-dia, e ao pôr-do-sol.

– 16 –

Esta pública alegria foi aumentada neste mesmo feliz dia com a repentina, e não esperada vinda do nosso excelentíssimo e reverendíssimo bispo diocesano, D. José Caetano da Silva Coutinho, o qual havia ficado em Lisboa, por não lhe ser possível achar lugar em alguma das embarcações, de que se compunha a real esquadra, apesar de seus ardentes desejos, e das diligências, que fizera para acompanhar o seu soberano, e vir reger a sua Igreja. A falta de Sua Excelência Reverendíssima cada vez se fazia mais sensível, sendo tão necessária a sua presença para o bem espiritual das suas ovelhas, que há mais de três anos se achavam sem pastor; ainda com maior razão lamentávamos a sua ausência depois da chegada do Príncipe Regente Nosso Senhor, pois, sem estar presente o excelentíssimo bispo não se poderiam realizar tão fácil, e prontamente as vistas, e planos de Sua Alteza, relativos à ereção da sua real capela nesta Corte, nem se podiam providenciar outras muitas coisas dependentes da jurisdição episcopal; por cujos motivos era grande o desprazer de Sua Alteza, e não pequena a desconsolação de todo o clero. Mas este digno prelado, abraçado o seu coração de saudades do soberano, que o elegera para tão eminente dignidade, e da sua Igreja fluminense, para o regime da qual o Espírito Santo o tinha elevado ao Episcopado, a pesar das vigilâncias, e cautelas dos denominados protetores da nação portuguesa, com dificuldade achou meios de subtrair-se dos franceses, e em uma embarcação, despachada em Lisboa para um porto suposto, procurou o Rio de Janeiro, para onde o chamava a consciência, o dever de pastor, e a obrigação de vassalo. Sua Excelência

Reverendíssima desembarcou já de noite, e imediatamente se dirigiu para o Paço, para se apresentar ao Príncipe Regente Nosso Senhor, e beijar a sua real mão. Sua Alteza recebeu o nosso prelado com grande prazer, e satisfação de seu real coração, e os mesmos sentimentos mostraram todas as pessoas reais. Logo depois se recolheu Sua Excelência Reverendíssima ao seu Palácio Episcopal, onde nos dias seguintes foi cumprimentado pela Corte, cabido, clero e por grande número de pessoas distintas de todas as Ordens do Estado, mostrando todo o mais vivo contentamento pela venturosa vinda do nosso bispo, cujas virtudes, prudência, e sabedoria eram já bem notórias nesta cidade, e nos prometem que Sua Excelência Reverendíssima governará o seu rebanho mais com o exemplo das boas obras, do que com o rigor da disciplina.

– 17 –

Por um manifesto, dirigido especialmente às potências da Europa, e ao mundo inteiro, com a data de 2 de maio, Sua Alteza Real o Príncipe Regente Nosso Senhor, no seio do novo Império, que veio criar na América Meridional, levanta a sua voz, e expõe com energia, e dignidade os sacrificios, que, por muitos anos, houvera feito para conservar a tranquilidade do seu povo, comprando por muitos milhões de cruzados uma neutralidade pacífica, que o pérfido Napoleão, Imperador dos franceses, por vezes vendeu, e que logo ele mesmo quebrava, para ter o pretexto de nova negociação: patenteia as aleivosias, as intrigas, e infames manobras, que o mesmo Imperador maquinou por meio dos seus enviados, e agentes, a fim de perturbar a nação portuguesa, e abalar a estabilidade do trono: enfim, depois de lembrar a toda a Europa a execranda perfídia, com que o dito Imperador invadiu o Reino de Portugal, e o ocupou, declara Sua Alteza Real guerra a Napoleão, e aos franceses permite aos seus vassalos da Europa, do Brasil, e Domínios Ultramarinos o repelir, por mar, e por terra, os seus inimigos, e fazer-lhes guerra. Declara Sua Alteza nulos, e de nenhum efeito todos os tratados, que o Imperador dos franceses o obrigou a assinar, e que jamais deporá as armas, senão de acordo com o seu antigo, e fiel aliado, Sua Majestade Britânica; e é que não consente, nem consentirá em caso algum na cessão do Reino de Portugal, que forma a mais antiga parte da herança, e dos direitos da sua real família. Este manifesto, no qual tanto reluz a verdade, e a justiça da causa do Príncipe Regente Nosso Senhor, foi bem recebido na Europa, e com especia-

lidade pelos ingleses, e abriu os olhos a muita gente, a quem Napoleão havia fascinado com as suas imposturas e aleivosias.

– 18 –

O excelentíssimo João Forbes Skelater, marechal dos exércitos, e governador das armas desta Corte, faleceu nos princípios do mês de maio deste presente ano, e foi dado à sepultura na igreja de Santo Antônio dos religiosos franciscanos, com todas as honras militares devidas ao seu relevante posto, e emprego, com que Sua Alteza Real o distinguiu, logo que chegou a esta capital; a morte deste ilustre guerreiro foi geralmente sentida, e com especialidade pelo Príncipe Regente Nosso Senhor, a quem Sua Excelência, além de muitos serviços, que tinha feito na sua carreira militar, teve a honra de acompanhar de Lisboa para o Rio de Janeiro.

– 19 –

Como não seriam as armas assaz suficientes para debelar os franceses, se não houvesse toda a cautela de preservar o Brasil de tão danadas harpias, que aonde chegam tudo corrompem com o pestífero hálito das suas revolucionárias, e irreligiosas doutrinas, pelo alvará de 10 de maio determinou o Príncipe Regente Nosso Senhor criar nesta Corte do Brasil o lugar de intendente-geral da polícia, o qual fosse um vigilante sentinela da segurança pública, fazendo arredar dos nossos lares os espíões, e partidarios dos franceses; e também velasse sobre os crimes secretos, que, forjados nas trevas em clubes, e lojas, arrebentam com explosão terrível com manifesta ruína do Estado, e da Religião, ou dos mesmos autores da explosão; sendo mais prudente, e do interesse público prevenir antes o mal do que castigar os malfeitores; e da mesma sorte impedisse a intrusão de pessoas suspeitas, purgasse a cidade de vadios, e mal procedidos, castigasse os perturbadores da ordem civil, e das tranquilidades das famílias, e os corruptores da moral pública. Tão importante, e delicada comissão foi dada por Sua Alteza Real ao nosso honrado patrício, o desembargador Paulo Fernandes Viana.

– 20 –

Por outro alvará com força de lei, e da mesma data que o antecedente, o Príncipe Regente Nosso Senhor, tomando em consideração o muito que interessa o Estado, e o bem público, e particular dos seus vassallos, em

que a administração da Justiça não tenha embaraços, que a retardem, e que se faça com a prontidão, e exação, que convém, e que afiança a segurança pessoal, e dos direitos de propriedade, que o mesmo real senhor tanto deseja manter, como a mais segura base da sociedade: e exigindo as atuais circunstâncias, novas providências, não só por estar interrompida a comunicação com Portugal, e ser por isso impraticável seguirem-se os agravos ordinários, que até aqui se interpunham para a Casa da Suplicação de Lisboa como também por achar-se Sua Alteza Real residindo nesta cidade do Rio de Janeiro, que deve por isso ser considerada a sua Corte atual, onde convém estar os tribunais superiores: determinou que a Relação se denominará, de ora em diante, Casa de Suplicação do Brasil, e que será considerada como tribunal superior de Justiça, para nela se fundarem todos os pleitos em última instância, por maior que seja o seu valor; e que se comporá a dita Casa da Suplicação do Brasil, além do regedor, que Sua Alteza for servido nomear, do chanceler da Casa, de oito desembargadores dos Agravos, de um corregedor do Crime, da Corte e Casa, de um juiz dos Feitos da Coroa, e Fazenda, de um procurador dos Feitos da Coroa, e Fazenda, de um corregedor do Cível da Corte, de um juiz de chancelaria, de um ouvidor do Crime, de um promotor das Justiças, e de mais seis extravagantes, etc.

Cressa ne careat pulchra dies nota.

Horác. L. I. Od. 36.

– 21 –

A todos é notório com quanto prazer público e aparato militar se costumava festejar nesta capital do Brasil o faustíssimo dia 13 de maio, no qual, para felicidade da nação portuguesa, o Céu nos concedera o nosso augusto Príncipe Regente, o senhor D. João; mas neste ano de 1808, neste abençoado dia, em o qual Sua Alteza Real completou nesta cidade de Rio de Janeiro o 41º da sua preciosa, e inestimável existência, o nosso prazer subiu ao maior auge possível; e as demonstrações da nossa obediência, e vassalagem foram exibidas com superior pompa militar, e cortesã: com razão, pois tínhamos presente aos nossos olhos o soberano objeto dos nossos aplausos; e cheios de gosto presenciávamos o nosso príncipe, e senhor, com todo o esplendor da realeza, recebendo pessoalmente os tributos do

amor, obediência, e fidelidade, que outrora costumávamos prestar à sua real pessoa no felicíssimo dia dos seus anos. Apenas, pois os primeiros resplendores do sol alumiarão o horizonte, quando as fortalezas, e navios de guerra portugueses, e britânicos, surtos no porto, se embandeiraram, dando uma salva real em anúncio de que este dia era um dia de glória para todos os portugueses: pelas onze horas os três regimentos de linha, como também o de artilharia, e o de cavalaria, e igualmente os quatro regimentos milicianos, entraram pelo Terreiro do Paço com toda a galhardia, e ali se postaram em grande parada. O Príncipe Regente Nosso Senhor estava com a real família nas janelas do palácio, onde recebeu as continências militares, findas as quais, deram três salvas: de vinte e um tiros do parque de artilharia, alternadas com outras tantas descargas da infantaria, a que seguiram os vivas de toda a tropa, e do imenso povo, que cobria os lugares adjacentes, cujos ecos, misturados com o som das músicas militares, feriam os ouvidos de uma maneira muito grata, e ao mesmo tempo excitavam lágrimas de alegria, a qual mais se avivava, quando púnhamos os olhos no augusto objeto de aplausos tão puros, e tanto do coração de todos que os davam. A esta cena tão encantadora se seguiu a salva geral de todas as fortalezas, e embarcações de guerra, e logo depois Sua Alteza, o Príncipe Regente Nosso Senhor se dignou dar audiência, e beija-mão à Corte, aos tribunais, e às pessoas mais condecoradas de todas as ordens do Estado, que ao Paço concorreram em grande gala, para prestar a Sua Alteza Real as homenagens pelo seu faustíssimo natalício. Finalmente, ao pôr-do-sol se deram as últimas salvas das fortalezas, e navios de guerra. Muito agradou ao Príncipe Regente Nosso Senhor este brilhante, e magnífico aparato militar, com que neste dia de tanto prazer foram festejados os seus felicíssimos anos; e ordenou que assim se continuassem a festejar, não sô o seu natalício, como também o de sua augusta mãe, a Rainha Fidelíssima Nossa Senhora, aos 17 de dezembro, com a pomposa parada militar sempre praticada nesta cidade, e que tanto realça a alegria, a reverência, e a fidelidade dos seus vassalos.

O júbilo deste dia ainda mais se aumentou com a cerimônia da entrada pública, e solene do nosso excelentíssimo e reverendíssimo bispo diocesano, D. José Caetano da Silva Coutinho. O Príncipe Regente Nosso

Senhor, querendo dar uma demonstração do quanto prezava o seu, e nosso prelado, houve por bem designar o faustíssimo dia 13 de maio dos seus anos, para nele Sua Excelência Reverendíssima fazer a sua entrada, na cidade, conforme prescreve o cerimonial. Assim, pelas quatro horas da tarde desceu o excelentíssimo e reverendíssimo bispo do seu palácio da Conceição para a igreja paroquial de Santa Rita, em cuja porta foi recebido debaixo do pátio pelo cabido, e clero, que ali se achavam congregados; e, depois de fazer oração ao Santíssimo Sacramento, subiu Sua Excelência ao sólio, que se havia preparado no presbitério, onde se revestiu das vestes pontificais; e, depois de receber a mitra preciosa, e o báculo, símbolos da sua dignidade, e governo espiritual, se recolheu debaixo do pátio cujas varas eram sustentadas pelo presidente, e vereadores do senado da Câmara (os mesmos que tiveram a honra de acompanhar ao Príncipe Regente Nosso Senhor e a real família, como também a Rainha Nossa Senhora, nos dias dos seus desembarques, como já mencionei), e acompanhado do cabido igualmente paramentado de pluviais, de todo o clero, debaixo das cruces de suas respectivas paróquias, e também das ordens religiosas, e terceiras, seminaristas dos três seminários, e de muitas confrarias, se dirigiu processionalmente Sua Excelência Reverendíssima pela rua dos Pescadores abaixo até à rua Direita, e por esta até ao Paço, onde o Príncipe Regente Nosso Senhor o esperava na janela com a real família. Ao chegar o pátio defronte de Suas Altezas Reais, Sua Excelência deu um passo fora do pátio, e, fazendo respeitosa vênias ao Príncipe Regente Nosso Senhor, e a Suas Altezas, lhes deu a bênção, que as pessoas reais receberam com religioso acatamento, o que muito edificou aos que presenciaram tão piedosa ação. Deste lugar continuou Sua Excelência Reverendíssima o caminho pela rua da Cadeia acima até à entrada da rua da Quitanda, e por esta até entrar na rua do Rosário, pela qual seguiu para a Catedral. Todas estas ruas, por onde passou a solene procissão, estavam juncadas de folhas, e ervas edoríferas, e flores, como também das janelas pendiam ricas alcatifas de sedas: por toda a parte deste longo trajeto se via um concurso numeroso de povo, sobre o qual o excelentíssimo e reverendíssimo bispo lançava continuamente a bênção, como a seus filhos espirituais. É verdade que Sua Excelência Reverendíssima não foi recebido com a pompa, e magnificência, com que os seus antecessores foram recebidos, pois nem houve arrumamento da tropa, nem se levantaram arcos; mas Sua Excelência teve a honra, e a glória, que nenhum

outro prelado pôde ter, e que vale infinitamente mais do que quantos cortejos militares se fizessem, e arcos triunfais se erigissem em seu obséquio. Qual fosse esta honra, e glória nos dirá o parágrafo seguinte.

– 23 –

Na porta da Cathedral se achava, esperando a Sua Excelência Reverendíssima, o excelentíssimo marquês de Angeja, para o receber, e acompanhar até ao sólio, mostrando este respeitável fidalgo uma excessiva alegria, que muito animava o geral contentamento. Mas que prazer não foi o do clero, e de todos que compunham a procissão, quando, entrando na igreja, já viram nela ao Príncipe Regente Nosso Senhor, acompanhado de Suas Altezas, os sereníssimos senhores príncipe da Beira, e infantes D. Miguel, e D. Pedro Carlos, em uma tribuna ricamente ornada, que se levantou na entrada da capela-mor? Esta real ação, com que Sua Alteza, o Príncipe Regente Nosso Senhor se dignou honrar com sua augusta presença, e dos seus sereníssimos filhos, a solene posse do nosso bispo, não só surpreendeu pela novidade, mas também edificou grandemente o povo pela piedade do soberano, que no próprio dia do seu natalício, deixando o Real Palácio, veio dar aos seus vassallos tão singular exemplo de veneração, e estima à sagrada pessoa de um prelado, immediato sucessor dos Apóstolos, em quem se reúne a plenitude, e a perfeição do sacerdócio, com o poder espiritual de reger, e governar os fiéis da sua diocese.

– 24 –

Logo que Sua Excelência Reverendíssima chegou à porta da igreja Cathedral recebeu do reverendíssimo chantre o hissope, e havendo lançado sobre si, e sobre os circunstantes a água benta, pôs incenso no turíbulo com a respectiva bênção, e foi turificado pela mesma dignidade; passou depois disto a dar o ósculo à Cruz, e logo, encaminhando-se para o altar do Santíssimo Sacramento, ali fez oração, e acabada a qual seguiu para o altar-mor; entretanto cantou a música o hino *Tè Deum*, no fim do qual o reverendíssimo chantre entoou o verso *Protector noster*, etc., e a oração conveniente. Então Sua Excelência Reverendíssima subiu ao sólio, e, sentando-se na sua sede episcopal, deu a mão a beijar ao cabido, e ao clero. Finda esta cerimônia cantou-se a antífona de Nossa Senhora, e a de S. Sebastião, cujos versos, e orações foram entoados em canto solene

por Sua Excelência Reverendíssima; finalmente descendo do sólio o excelentíssimo bispo, chegou ao meio do altar, onde, depois de o beijar, se virou para o povo, e lançou a bênção; e voltando outra vez para o sólio ali despiu as vestes pontificais, e o mesmo fizeram os cônegos nas suas cadeiras, e depois disto vieram com o prelado esperar, junto da tribuna, que Suas Altezas Reais descessem. Descendo, o Príncipe Regente Nosso Senhor com os seus augustos filhos, o excelentíssimo bispo beijou a real mão de Sua Alteza, e agradeceu o honroso obséquio, que o mesmo real senhor se dignara fazer-lhe de assistir à sua posse naquela Catedral. Suas Altezas foram acompanhados pelo excelentíssimo bispo, cabido, Câmara, e por todas as pessoas, que presentes estavam, até aos reais coches, em que voltaram para o Paço. Nesta noite e nas duas seguintes houve iluminação em todas as igrejas, e conventos, como também em muitas casas particulares, em demonstração de alegria pela pública entrada, e solene posse do nosso excelentíssimo bispo diocesano.

– 25 –

Neste mesmo dia tão festivo foi o Príncipe Regente Nosso Senhor servido nomear almirante-general da Real Marinha Portuguesa o seu augusto sobrinho, e infante de Espanha, D. Pedro Carlos, como uma demonstração autêntica do singular apreço, merecido por Sua Alteza pela sua indelével afeição, e exemplar acatamento para com a real pessoa do Príncipe Regente Nosso Senhor. Tão acertada nomeação do sereníssimo senhor infante para o sublime posto mencionado foi muito aplaudida, especialmente pelo corpo da Real Marinha, que se julgou assaz honorificado, tendo por seu primeiro chefe uma pessoa de tão elevada representação, e grandeza, além de outras muitas brilhantes qualidades, que ornam a Sua Alteza, e o fazem digno da eminente, e importantíssima graduação, a que o Príncipe Regente Nosso Senhor o chamou, para maior esplendor das forças navais, das quais tanto depende a segurança, e a glória do trono, e da nação portuguesa.

– 26 –

O Brasil até ao feliz dia 13 de maio de 1808 não conhecia o que era tipografia: foi necessário que a brilhante face do Príncipe Regente Nosso Senhor, bem como o refulgente sol, viesse vivificar este país, não só



(Quadro de Armando Martins Viana, pertencente à Prefeitura do Distrito Federal)

quanto à sua agricultura, comércio, e indústria, mas também quanto às artes, e ciências dissipando as trevas da ignorância, cujas negras, e medonhas nuvens cobriam todo o Brasil, e interceptavam as luzes da sabedoria. Assim, por decreto datado deste mesmo dia dos seus felizes anos, Sua Alteza Real foi servido mandar que se estabelecesse nesta Corte a Impressão Régia, para nela se imprimirem exclusivamente toda a legislação, e papéis diplomáticos, que emanarem de qualquer repartição do real serviço, e também todas, e quaisquer obras, concedendo a faculdade aos seus administradores para admitirem aprendizes de compositor, impressor, batedor, abridor, e demais ofícios que lhe sejam pertencentes neste máximo benefício, que Sua Alteza Real outorgou ao Rio de Janeiro, é bem de esperar que se comunique à Bahia, e também às capitais das principais províncias do Brasil, visto o sistema liberal que o mesmo augusto senhor tem adotado a favor dos seus vassallos desta parte dos seus domínios, e que se imprimam na América Portuguesa obras muito interessantes, que, ou já compostas, jazem na poeira do esquecimento, e do desprezo, ou que para o futuro se hajam de compor, facilitados os meios de se darem à luz pelo prelo.

– 27 –

Por outro decreto deste mesmo faustíssimo dia 13 de maio mandou o Príncipe Regente Nosso Senhor estabelecer a Real Fábrica da Pólvora na lagoa de Rodrigo de Freitas, cujo estabelecimento se faz por muitos motivos indispensável; pois não só se previne a defesa do país, sem dependência dos estrangeiros, que nos subministrem a necessária para o consumo, tanto da Coroa, como dos particulares, mas também se evitam na cidade explosões pela negligência, ou malícia dos fabricantes. A estas razões acresce o benefício público de sustentar a colheita do salitre natural, que tanto abunda nas montanhas nitrogênicas da comarca dos Ilhéus, e igualmente de fomentar as fábricas de salitre artificial, que na capitania de Minas Gerais se acham estabelecidas, e que fabricam o salitre de ótima qualidade, e em abundância.

– 28 –

Por outros decretos, e alvarás, da data do antecedente, ordenou o Príncipe Regente Nosso Senhor a criação da contadoria real da Mari-

nha para o expediente deste respeitável corpo militar, e náutico; mandou aprontar a biblioteca da Academia Naval; e deu outras muitas providências regulativas desta importante repartição das forças nacionais. Regulou o corpo da brigada real da Marinha, e o soldo, que hão de perceber os indivíduos da mesma brigada. Declarou que os voluntários, que servissem nos seus Reais Exércitos não fossem obrigados a servir mais de oito anos; finalmente concedeu um perdão geral aos desertores, que no prazo de seis meses se recolhessem às suas bandeiras.

– 29 –

Sua Alteza Real, o Príncipe Regente Nosso Senhor, querendo assinalar a memorável época da sua gloriosa vinda para o Brasil, determinou, por decreto do faustíssimo dia 13 de maio, renovar a antiga Ordem da Torre e Espada, criada pelo senhor rei D. Afonso V, a qual estava em desuso. Ouçamos o mesmo decreto:

“Sendo da mais Alta Proeminência dos Augustos Soberanos, Reis, e Imperadores a Ação de criar novas Ordens de Cavalaria, com que possam remunerar os mais relevantes serviços, assim dos seus Vassallos, como de ilustres Estrangeiros, que não tiverem outro prêmio, que lhe seja equivalente, senão o da honra, e sendo a referida Ação praticada pelos maiores Príncipes quase sempre nas épocas mais assinaladas, e não podendo deixar de se contar entre estas a presente da Minha Feliz Jornada para estes Estados do Brasil, donde espero haja de resultar, não só reparo aos danos atualmente experimentados pelos Meus Povos no Reino de Portugal, mas também muitos lucros, e sucessos de honra, e de glória, devidos à sua fidelidade, e abundância dos Meus tesouros da América, e à liberdade do Comércio, que fui servido conceder aos seus Naturais... Por estes, e outros motivos igualmente poderosos, Tenho resolvido renovar, e argumentar a única Ordem de Cavalaria, que se acha ter sido instituída puramente Civil por alguns dos Senhores Reis Portugueses, qual a intitulado Ordem da Espada, etc.”

– 30 –

Pelo alvará de 28 de maio o Príncipe Regente Nosso Senhor, tendo em consideração o quanto convém nas precisões urgentes, em que se acha o Estado, estabelecer rendimentos, que bastem para a despesa pública, pois que não podem suprir os que já se achavam estabelecidos em muito diversas circunstâncias, e desejando Sua Alteza, não só que os impostos carreguem sobre os gêneros, que pelos seus preços, e consumo podem mais suavemente suportá-los, como também que sejam de menor opressão possível aos seus fiéis vassallos; foi servido determinar que todo o tabaco, que sair da casa da arrecadação da Bahia para o consumo da capitania pagará, ao sair, quatrocentos réis por arroba: a mesma taxa pagará na Alfândega desta Corte o que vier por mar: e também o que entrar por terra pagará o mesmo no registro de Taguaí.

– 31 –

Como pelas mesmas notórias, e urgentes circunstâncias seja necessário aumentar as rendas públicas, a fim de sustentar com decoro a majestade do trono, o esplendor da nova Corte, e muitos estabelecimentos públicos indispensáveis para o bem, e prosperidade nacional, o Príncipe Regente Nosso Senhor, pelo alvará com força de lei de 7 de junho, foi servido impor o tributo da décima sobre os prédios urbanos em todas as cidades, vilas, e povoações notáveis do Estado do Brasil, e dar muitas, e saudáveis providências, para se cobrar este novo imposto com prontidão, e sem vexame dos contribuintes. Esta nova imposição foi recebida por todos com respeito, e boa vontade, bem persuadidos que a necessidade do Estado é a suprema Lei, e que aos bons vassallos não é sacrifício penoso contribuir para a segurança, e esplendor da monarquia, como também para sustentar a independência nacional.

– 32 –

Por decreto de 11 de junho o nosso Augusto Príncipe Regente, tendo em consideração o estado de abatimento, em que de presente se acha o comércio nacional pelos conhecidos estorvos, e calamidades da Europa, e desejando animar, e promover o mesmo comércio em benefício dos seus vassallos; e querendo outrossim aumentar a navegação, para que prospere

a marinha mercantil, e com ela a de guerra, necessária para a defesa dos seus Estados, e Domínios: foi servido ordenar que as fazendas, e mercadorias, que forem próprias dos seus vassallos, e por sua conta carregadas em navios nacionais, e entrarem nas Alfândegas do Brasil paguem de direitos por entrada dezesseis por cento somente; e os gêneros, que se denominam molhados, paguem menos a terça parte do que se acha estabelecido, derrotada nesta parte a disposição da carta régia de 28 de janeiro ficando em seu vigor tudo o mais; e que todas as mercadorias, que os seus vassallos assim importarem para as reexportar para reinos estrangeiros, declarando assim nas Alfândegas, paguem quatro por cento somente de baldeação, passando-as depois para navios nacionais, ou estrangeiros, que se destinarem para portos estrangeiros; o que contudo só terá lugar nas Alfândegas desta Corte, Bahia, Pernambuco, Maranhão, e Pará, etc.

In omni opere dedit confessionem Sancto, et Excelso in verbo gloriae... et stare fecit cantores contra Altare, et in sono eorum dulces fecit modos Et dedit in celebrationibus decus, et ornavit tempora... ut landarent Nomen Sanctum Domini, et amplificarent mane Dei Sanctitatem.

Ecles. 47. v. 9, 11, 12.

– 33 –

Desvelando-se o Príncipe Regente Nosso Senhor em dar com o seu exemplo as lições mais enérgicas de religião, e de zelo pelo culto, e honra de Deus, foi servido nomear o excelentíssimo e reverendíssimo bispo desta cidade do Rio de Janeiro capelão-mor da sua Real Casa pela seguinte carta régia:

“Reverendo Bispo do Rio de Janeiro, do Meu Conselho. Eu o Príncipe vos envio muito saudar, como aquele que amo. Sendo necessário prover o lugar de Capelão-Mor da Minha Real Casa, vago pelo falecimento do Patriarca de Lisboa, D. José Francisco de Mendonça, para encher os deveres de Prelado da Minha Real Capela, e para satisfazer todas as outras importantes funções, e encargos inerentes a este lugar, e tendo em consideração as justas razões, que moveram ao Meu Augusto Avô, o Senhor D. João V, de Gloriosa Memória a unir esta Dignidade

na Pessoa do Ordinário do Território, e as boas partes, que concorrem na vossa Pessoa, e querendo fazer-vos Mercê; Sou servido nomear-vos Capelão-Mor da Minha Real Casa, e do mesmo modo, e com a mesma Jurisdição, e com todos os Privilégios, Prerrogativas, e Direitos, que por Leis, e costumes antigos pertencem ao mesmo lugar. Esperando das vossas letras, e virtudes que Me servireis neste Emprego, como convém ao serviço de Deus, e Meu: Escrita no Palácio do Rio de Janeiro 3 de junho de 1808. – PRÍNCIPE. – Para o Reverendo Bispo do Rio de Janeiro.”

– 34 –

Pelo alvará de 15 de junho com força de lei, Sua Alteza Real elevou à primazia de capela real a igreja de Nossa Senhora do Carmo, e a criou paróquia do seu Real Paço. Darei a cópia de quase todo este memorável diploma por ser um eterno padrão da religiosa piedade do nosso Augusto príncipe, e igualmente um honroso título da Igreja fluminense, e por esta razão muito interessante, e gloriosa para a História do Brasil:

“Sendo-me presente”, diz Sua Alteza no citado Alvará, “a situação precária, e incômoda em que se acham o Cabido, e mais Ministros da Catedral desta Minha Corte, e Cidade do Rio de Janeiro, em uma Igreja alheia, e pouco decente para os Ofícios Divinos, e desejando estabelecer-lhes um local, em que com o devido decoro possam exercer o Ministério das suas funções sagradas, não só por seguir o exemplo dos Meus Augustos Predecessores, mas especialmente, por serem os Senhores Reis de Portugal os Primitivos Fundadores, e Perpétuos Padroeiros de todas as Igrejas do Estado do Brasil, concorrendo por essa razão com tudo o que era necessário para a conservação, e fábrica das mesmas Igrejas; e considerando por uma parte as necessidades atuais, e urgentes do Estado, a que cumpre acudir sem demora, e que me não permitem continuar as obras da nova Catedral, a que dera princípio Meu Augusto Avô, o Senhor Rei D. João V, de Gloriosa Memória; e por outra parte não querendo perder nunca o antiquíssimo costume de

manter junto do Meu Real Palácio uma Capela Real, não só para maior comodidade, e edificação de Minha Real Família, mas, sobre tudo, para maior decência, e esplendor do Culto Divino, e glória de Deus, em cuja Onipotente Providência confio, que abençoará os Meus cuidados, e desvelos, com que procuro melhorar a sorte dos Meus Vasallos na geral calamidade da Europa; Ordeno a este respeito o seguinte: 1º Que o Cabido da Catedral seja logo com a possível brevidade transferido com todas as pessoas, cantores, e ministros, de que se compõe no estado atual, em que se acha na Igreja da Confraria do Rosário, para a igreja, que foi dos religiosos de Carmo, contígua ao Real Palácio da minha residência, para onde se passarão todos os vasos sagrados, paramentos, e alfaias pertencentes. 2º Que todos os sobreditos membros do cabido sejam desde logo, e para o futuro reputados por ministros da minha capela real, e como tais gozarão de todos os privilégios, imunidades e isenções, que por costumes antiquíssimos, e bulas pontifícias têm sido concedidos à Capela Real dos Senhores Reis Meus Predecessores. 3º Que em consequência dos mesmos privilégios, não só os cônegos, de que presentemente consta o corpo capitular, mas todos os mais, que eu for servido acrescentar, poderão usar de alguma diferença no feitio dos roquetes, e cores das murças, segundo o acordo, que eu for servido fazer com o meu capelão mor. 4º Que, além da corporação, e hierarquia dos cônegos, deve haver uma nova hierarquia de cônegos graduados, a que se poderá dar o nome, e o tratamento de monsenhores, na qual poderão entrar os monsenhores, que vieram da patriarcal de Lisboa, e outros, que eu for servido acrescentar. 5º Que dentro da mesma Capela Real se conservará uma paróquia privativa para os criados da minha real casa, e família, de que será pároco um sacerdote, que eu for servido nomear, e que será ao mesmo passo cônego nato da capela. Também ficará para o futuro cônego nato da Capela Real, como já o era da Sé, o cura da mesma; mas, para evitar embarços, e confusão, se conservará entretanto esta freguesia na mesma igre-

ja do Rosário, enquanto eu não for servido designar-lhe outra mais acomodada, e decente, etc.”.

– 35 –

Em cumprimento deste alvará, logo na tarde do mesmo dia da sua data o cabido, depois de cantar vésperas solenes, na antiga Sé, se transferiu para a nova Catedral, e Capela Real, onde, no dia seguinte, 16 de junho, da festa do Corpo de Deus, celebrou o excelentíssimo e reverendíssimo bispo, capelão-mor, com o seu cabido, os ofícios desta grande solenidade, assistindo Sua Alteza Real com a sua real família na tribuna; e, depois da missa festiva, saiu à procissão da mesma Real Capela com uma pompa, e magnificência nunca vista nesta cidade, não só pela riqueza dos parâmetros, mas também pelo grande número de cavaleiros, comendadores, e grão-cruzes das três ordens militares do Reino de Portugal, que concorreram à procissão com os seus respectivos mantos, e insígnias; e sobretudo pelo esplendor, com que Sua Alteza Real, acompanhado dos sereníssimos príncipe da Beira, e infantes, com os competentes mantos, realçou esta grande solenidade verdadeiramente real, e portuguesa, com que o Divino Senhor Sacramentado foi levado em triunfo pelo meio da cidade do Rio de Janeiro. O Príncipe Regente Nosso Senhor, com os seus augustos filhos, e sobrinho, sustentaram as varas do riquíssimo pálido, e juntamente os grandes do Reino, por largo espaço, tanto ao sair, como ao recolher a procissão. As tropas todas, tanto de linha, como milicianas, guarneceram as ruas, segundo o antigo costume; e estas estavam ricamente vistosas pelo ornato de todas as casas, cujos moradores neste ano, como que excederam aos anteriores neste respeitoso obséquio, ao exemplo de Sua Alteza Real, que mandou ornar toda a quadra do seu palácio com cortinados em todas as portas, e janelas. Enfim, tão pomposa, e magnífica procissão de *Corpus*, não digo o Brasil, mas a América inteira jamais vira.

– 36 –

Depois de recolhida a procissão, foi o Santíssimo Sacramento exposto à adoração dos fiéis em um rico trono, que se erigiu em uma das capelas fundas, cercado de muitas luzes em castiçais, e tocheiros de prata, por todo o oitavário desta solenidade até à quinta-feira seguinte, em que se

fez a festa própria da Casa Real; na tarde do mesmo dia oitavo se concluiu a régia festividade com outra brilhante, e augusta procissão em roda do Terreiro do Paço, que estava da mesma sorte todo ornado, como no dia da procissão da cidade. O Príncipe Regente Nosso Senhor, com o sereníssimo senhor Príncipe da Beira, e infante de Espanha, D. Pedro Carlos, e os grandes titulares levaram as varas do pálido, seguindo-os a corte toda em grande gala. A tropa de linha postou-se em duas alas, bordando o caminho por onde passou esta procissão; e as salvas da Fortaleza da Ilha das Cobras, e das naus, como também três descargas de um destacamento de infantaria, que se achava postado junto à porta da Real Capela, saudaram o Santíssimo Sacramento, tanto ao sair, como ao recolher-se na igreja. Foi desta sorte que vimos, pela primeira vez, nesta corte do Brasil celebrar-se com régia pompa, e grandeza e soleníssima festividade do Corpo de Deus, a qual certamente irá em maior aumento, à medida que as coisas com o decurso dos anos se forem arranjando, e tomando melhor direção, que é impossível dar-se logo nos primeiros dias do seu estabelecimento.

– 37 –

Para maior lustre da Real Capela, e melhor desempenho das solenidades, que nela se hão de fazer, ordenou o Príncipe Regente Nosso Senhor, que se praticassem, quanto fosse possível, o rito, e cerimônias da Santa Igreja Patriarcal, para cujo fim, como já vimos, foi Sua Alteza Real servido elevar a mosenhores as cinco dignidades do cabido: e, para completar o número de seis, criou a dignidade de arcebispo *. Dividiu os cônegos em duas hierarquias, presbíteros, e diáconos, e concedeu-lhes o uso do roquete, e capas magnas roxas com murças encarnadas, de que usam os cônegos da Patriarcal de Lisboa: e, de dezoito capitulares, de que constava antecedentemente o cabido da Catedral, hoje se contam vinte e oito. Além disto, Sua Alteza aumentou o número dos capelães cantores, ministros, sacristãs e serventes da mesma real capela, como também o coro da música,

* Presentemente são oito os mosenhores, *scilicet*, decano, vice-decano, arcebispo, chantre, tesoureiro-mor, mestre-escola, arcebispo civitense, e arcebispo rural, aos quais concedeu Sua Alteza Real o uso da mitra, pela posse em que está de a conceder aos mosenhores não mitrados: assim vem a ter o Cabido trinta capitulares, incluindo-se mosenhores neste número.

com vários músicos italianos, e portugueses, que já o eram da sua Real Câmara, e Capela em Lisboa, e com outros desta cidade. E para nada faltar à magnificência, e esplendor de sua Real Capela nesta corte, o nosso augusto Príncipe, e senhor foi servido nomear vários sacerdotes seculares, e regulares seus pregadores, com as mesmas honras, e privilégios, de que gozam os pregadores régios da Patriarcal. Enfim, se Sua Alteza Real nas difíceis circunstâncias presentes não pôde edificar, como Salomão, um novo e majestoso templo, ao menos, como Josias, reparou, e ornou a Casa do Senhor com a grandeza, e esplendor que lhe foi possível, e que permite o estado atual das coisas. É, pois, nesta Real Capela, que a piedade de Sua Alteza quis se representasse a sua real pessoa, com a sua augusta mãe, a Rainha Nossa Senhora, e a sua real família, implorando de joelhos a proteção da Soberana Rainha dos Anjos, que, como Mãe de Misericórdia, estende o seu sagrado manto sobre todas as pessoas reais. Neste grande painel, que à vista de todos se ostenta com tanta beleza sobre o altar-mor, o Príncipe Regente Nosso Senhor, não só manifesta a firmeza da sua fé, atribuindo à poderosa intercessão de Maria Santíssima a própria salvação, e da sua real família, mas também escuda com a tutelar égide daquela, que todas as gerações aclamam bendita, a independência da Coroa, a integridade da Monarquia, o aumento, e prosperidade do Império Brasiliense. *O que habita à sombra do Altíssimo na proteção de Deus do Céu descansará.* Salmo 90.

– 38 –

Sim “*debalde se edifica o Estado* (diz o nosso Doutor Lisboa, cujas palavras passo a transcrever), *se Deus o não defende. Veio em tudo Sua Alteza Real dar com o seu exemplo as mais vivas lições de virtude, e atos religiosos, para manter pura, e ilesa a verdadeira Religião, e Moralidade, patenteando a mais constante resignação à vontade do Eterno Senhor dos Exércitos, Dispensador dos Tronos, e Regedor do Universo. O Alvará de 15 de junho de 1808 manifesta a Piedade, e o genuíno Catolicismo de Sua Alteza Real: ali faz a seguinte declaração, bem digna de quem tanto se assemelha ao Príncipe dos Patriarcas, e Pai dos Crentes, que também por incógnitos juízos de Deus foi mandado subir do próprio país para a terra da Promissão.*”

NÃO QUERENDO PERDER NUNCA... (Veja o leitor o citado Alvará § 34). *Aqui é permitido a todos presenciar o virtuoso Príncipe, como extático na adoração do Altíssimo, redobrando honras, e suntuosidades na Hierarquia, e Liturgia Eclesiástica, para excitar a devoção das almas piedosas, e de todos os fiéis na celebração dos Mistérios Santos. Nenhuma pessoa, a mais imoral, pôde sair da Real Capela, em que o Soberano, e a Real Família mostram a devida submissão ao Criador, sem que se comova para a correção de idéias, e emenda de vida – A magnificência do Culto Divino público eleva os ânimos, faz impressão análoga à de quem olha para os Céus estrelados, que narram a gloria de Deus, e abalam o ímpio do seu ceticismo”* *.

– 39 –

Com efeito, que espetáculo pode haver maior e mais sublime para os que entram na Real Capela nos dias mais solenes e festivos, do que ver, de uma parte, um grande príncipe com a sua real família dirigindo o seu coração a Deus e fazendo consistir todas as suas delícias na magnificência do culto devido e exatidão das sagradas cerimônias? Do que ver, de outra parte, o pontífice, revestido dos preciosos ornamentos, oferecer sobre o altar santo, pelo príncipe e pelo povo, a Vítima imaculada, cercado dos seus irmãos, como de uma coroa: e os filhos de Arão em toda a sua glória, pelo fulgor das vestimentas, rodearem o Pontífice com tanta majestade, como os cedros de Líbano, e com tanta beleza, como os extensos e formosos ramos da palmeira? Do que finalmente ver por toda a igreja o povo ali congregado, grandes e pequenos prostrados adorarem o Senhor e oferecerem os seus votos ao Todo Poderoso, ao Altíssimo Deus; e concluída toda a solenidade, descer ao altar o Sumo Sacerdote e alçar as suas mãos para abençoar toda a assembléia, para dar glória a Deus com os seus lábios e o glorificar no seu Santo Nome? Enfim, neste sagrado recinto, tudo respira a magnificência, a grandeza e a piedade do novo Davi, a quem se pode, com razão, aplicar o elogio que o Eclesiástico teceu ao rei salmista: ele, em todas as suas obras, deu graças ao Santo e bendisse ao Altíssimo com palavras

* Observações sobre a prosperidade do Estado do Brasil, págs. 88, 89.

cheias de sua glória: ele estabeleceu cantores diante do altar e acompanhou os seus cantos de suaves concertos de música: ele fez mais célebres as festas e ornou os dias sagrados, para que Israel louvasse o Santo Nome do Senhor e desde a manhã dessa glória e louvor, a Sua Santidade.

– 40 –

Havendo (como temos visto) o Príncipe Regente, Nosso Senhor, promovido tudo que julgou necessário para o esplendor da Casa de Deus e do seu culto, voltou logo as suas vistas para o bem do Estado, dos seus vassallos e da monarquia; assim, pelo decreto de 22 de junho, determinou Sua Alteza Real que, para aumento da agricultura e da povoação e igualmente para segurança da propriedade pessoal, os governadores e capitães-generais das capitanias deste Estado do Brasil continuem a dar sesmarias, devendo os sesmeiros pedir, ao depois, a competente confirmação à Mesa do Desembargo do Paço, a qual o mesmo augusto senhor foi servido autorizar para assim o fazer; e que nesta Corte e província do Rio de Janeiro, conceda a mesma Mesa as sesmarias, ficando as cartas de concessão e confirmação delas, dependentes da real assinatura, para seu inteiro valimento.

– 41 –

Pelo alvará com força de lei, de 27 de junho, o Príncipe Regente Nosso Senhor, conhecendo ser necessário haver nesta Corte mais magistrados criminais, não só porque se mudaram as antigas circunstâncias com a sua residência nesta cidade e ter-se aumentado a população dela, exigindo-se, por isso, que, para a segurança pessoal e tranquilidade pública se conservarem e firmar haja quem mais cuide em prevenir os crimes, e indagar, processar, e punir os que os cometerem; como também porque, havendo o mesmo real senhor criado o lugar de intendente-geral da polícia deste Estado do Brasil, não pode este magistrado fazer executar o que cumpre, a bem da segurança, e tranquilidade dos seus fiéis vassallos, com os dois únicos magistrados de menor graduação que há nesta cidade; e sendo, igualmente, necessário haver quem, como superintendentes, sejam encarregados do lançamento e da cobrança da décima, há pouco imposta nos prédios urbanos; foi servido ordenar que haja de haver nesta Corte dois juizes do Crime, com a graduação de segunda estância, para dois bairros, os quais, com o juiz de fora e o ouvidor de comarca, executarão o que lhes

for pela polícia encarregada; e pela mesma polícia será a cidade dividida em dois bairros, em que devem estes juízes entender criminal, e especificamente, e guardarão o regimento dos ministros criminais de Lisboa; e serão também os superintendentes da décima, para a lançarem, e cobrarem, como se determinou, etc. Em execução deste alvará, foi a cidade dividida em dois bairros, compreendendo o primeiro as freguesias da Candelária e de Santa Rita, e o segundo as freguesias da Sé, de São José, e de São Francisco Xavier do Engenho Velho.

– 42 –

Por outros dois alvarás, com a mesma data do antecedente, Sua Alteza Real, conhecendo ser indispensável para conservar a tranquilidade dos povos e para mais pronta decisão dos seus pleitos, que se criem juízes letrados naquelas vilas, que pela sua maior população e importância o merecessem; houve por bem criar um juiz de fora do Cível, Crime e Órfãos para as vilas de Angra dos Reis, na ilha Grande e de Parati, ambas nesta província do Rio de Janeiro, por haver nelas prosperado a agricultura e o comércio; e este magistrado residirá na vila de Angra, e irá a Parati quando for necessário ao bem do real serviço e do povo. Pelos mesmos motivos foi Sua Alteza Real servido criar o lugar de juiz de fora para as vilas de Magé e de Macacu, ficando ao arbítrio do juiz residir na vila que mais lhe convier, não faltando à administração da Justiça na outra com a prontidão que convém.

– 43 –

Atento, o Príncipe Regente Nosso Senhor, a providenciar e promover tudo quanto contribui para o bem do Estado, sustento da monarquia e esplendor do seu real trono; e conhecendo ser indispensável estabelecer-se nesta Corte do Brasil um erário, ou tesouro geral e público e um conselho de sua Real Fazenda para a mais exata administração, arrecadação, distribuição, assentamento e expediente das rendas do Estado: houve por bem, pelo providentíssimo alvará com força de lei, de 28 de junho, abolindo a jurisdição exercitada pelas Juntas da Fazenda e Revisão, criar e erigir o Real Erário com as mesmas prerrogativas, jurisdição, inspeção, autoridade, obrigações e incumbências especificadas na carta de lei, de 22 de dezembro de 1761, que estabeleceu o Real Erário de Lisboa. Será o Real

Erário do Brasil composto de um presidente, que nele será lugar-tenente de Sua Alteza Real; de um tesoureiro-mor, um escrivão da sua Receita e de três contadores-gerais. Assim, este Real Erário se divide em quatro seções, uma tesouraria-mor e três contadorias gerais; destas, a primeira-contadoria tem a seu cargo a contabilidade desta Corte e província do Rio de Janeiro; a segunda, a contabilidade das capitanias gerais de Minas, São Paulo, Goiás, Mato Grosso, Rio Grande de S. Pedro, Santa Catarina, África Oriental e Ásia Portuguesa; a terceira, a contabilidade das capitanias gerais da Bahia, Pernambuco, Maranhão, Piauí, Ceará, Pará, Ilhas da Madeira, Açores, Cabo Verde e África Ocidental. Além disto, têm uma tesouraria-geral dos ordenados, pensões e juros, como também as administrações dos diamantes, novos impostos, dízimo do açúcar, etc.

– 44 –

Ao conselho da Fazenda, criado por este mesmo alvará, de 28 de junho, concedeu o Príncipe Regente Nosso Senhor as mesmas prerrogativas, autoridade e jurisdição no Estado do Brasil, que tinha e exercitava o conselho da Fazenda de Portugal, acrescentando mais a jurisdição, que tinha o conselho do Ultramar sobre as ilhas e domínios de África e Ásia. Será composto este tribunal de um presidente, que o for do Real Erário, e dos conselheiros, que Sua Alteza Real for servido nomear, tanto togados, como de capa e espada. O importante emprego de presidente e lugar-tenente de Sua Alteza Real. Do Régio Erário, como também a presidência do conselho da Fazenda, foi conferido pelo mesmo real senhor ao excelentíssimo D. Fernando José de Portugal e Castro, ministro e secretário de Estado dos Negócios do Reino e do Brasil.

– 45 –

Desejando o Príncipe Regente Nosso Senhor que se aumente a agricultura, floresça o comércio, se multipliquem as fábricas e cresça a navegação pelos proveitos, que produzem ao bem do Estado; e conhecendo quanto estes mananciais de riqueza e prosperidade pública necessitam de muitas e grandes providências e socorros, houve por bem criar nesta Corte do Brasil, pelo alvará com força de lei, de 23 de agosto, um tribunal como o que o senhor rei D. José, de gloriosa memória, criou em Lisboa com os mais sábios regulamentos, denominado Junta do Comércio, o qual enten-

da e providencie, em todos os objetos de agricultura fábricas, comércio e navegação, para maior utilidade dos seus vassalos, residentes neste vasto e feliz continente do Brasil, que não têm mister maiores e mais enérgicas providências, depois que “determinei”, diz Sua Alteza no citado alvará, “que fosse livre e erigirem-se fábricas de qualquer gênero e qualidade, e que estabeleci ampla liberdade de comércio, agricultura, fábricas e navegação, e terá um presidente e os deputados, que Sua Alteza Real for servido nomear, etc”.

– 46 –

Pelo alvará com força de lei, de 23 de agosto, o Príncipe Regente Nosso Senhor, querendo fazer mercê aos moradores da povoação de Porto Alegre, na capitania do Rio Grande de S. Pedro do Sul, denominada há muito, vila, sem ser criada por especial mandado do mesmo real senhor: e convindo fazê-lo em consideração ao aumento da população, extensão do território, riqueza, e comércio, e a ser o lugar da residência do capitão-general, governador da capitania, merecendo por isso maior contemplação: houve por bem criar vila a sobredita povoação de Porto Alegre, para que seja por tal havida, e nomeada, e tenha todos os privilégios, liberdades, graças, e isenções, que tocam às vilas notáveis, e de que gozam as outras vilas deste Estado do Brasil mais privilegiadas: e outrossim aprouve ao mesmo augusto senhor criar para ela o lugar de juiz de fora do Cível, Crime, e Órfãos, com o ordenado de 400\$000 cada um ano, e com os emolumentos, de que goza o juiz de fora de Santos. Porto Alegre deve gloriar-se de ser a primeira vila, que Sua Alteza Real criou no Brasil, depois da sua feliz vinda para este Estado; e não tardará muitos anos que seja uma das mais populosas, ricas, e belas cidades deste continente.

– 47 –

O Príncipe Regente Nosso Senhor, havendo sido informado pelo governador e capitão-general da Capitania de Pernambuco, que a vila de Goiana estava nas circunstâncias de merecer de Sua Alteza Real a mercê de lhe dar um juiz letrado, para melhor administração da Justiça, a fim de serem respeitadas, e executadas com maior exatidão as suas leis, de cuja observância depende a felicidade dos povos, por ser esta vila, além de antiga, assaz populosa, agricultora, e comerciante; e que outrossim, convinha

extinguir a antiga ouvidoria de Itamaracá, que, apesar de ser incorporada na sua Real Coroa, ainda existia, dando lugar a conflitos de jurisdição com as Justiças da terra; e querendo Sua Alteza Real atalhar estes inconvenientes, houve por bem extinguir aquela ouvidoria, e criar na vila de Goiana, o seu termo, um juiz de fora, do Cível, Crime, e Órfãos, com o mesmo ordenado, próis, e percalços, que tem o juiz de fora de Pernambuco, pelo alvará com força de lei do 1º de agosto.

– 48 –

O Príncipe Regente Nosso Senhor, como governador, e perpétuo administrador das três ordens militares, havendo mandado considerar a sua Real Capela desta Corte do Brasil, como a principal igreja, e cabeça de todas as ordens; e não tendo ela rendimentos, ou patrimônio algum, nem para a despesa do culto divino, nem para o seu necessário guizamento; e devendo concorrer para isto as igrejas das ordens, a fim de que o culto divino se celebre com o esplendor, e decência, que convém à santidade da religião, e à sublimidade da sua crença: foi servido determinar pelo alvará de 20 de agosto, que em todas as igrejas das ordens, que daqui por diante se proverem neste Estado do Brasil, e nos Domínios Ultramarinos, imponha a Mesa da Consciência e Ordens uma módica pensão arbitrada em proporção com a lotação delas, que ficará aplicada para a fábrica da sua Real Capela. Muito sábia e prudentemente o Príncipe Regente Nosso Senhor, pelo alvará do 1º de setembro aboliu o uso de correr o ouro em pó, como moeda, nas capitanias centrais de Minas Gerais, Goiás, e Mato Grosso, permitindo, e mandando, que em seu lugar circulassem moedas de ouro, prata, e cobre; e que todo o produto das minas das ditas capitanias se trocasse por moeda corrente, ou por bilhetes de determinados valores nas casas de permuta, que para esse fim se hão de estabelecer, e igualmente Sua Alteza Real foi servido dar muitas outras providências para mais facilmente vedar o extravio do ouro em pó, e as fraudes, que se cometiam com notável dano do público, e prejuízo da sua Real Fazenda.

– 49 –

Vindo de Londres na fragata inglesa *Stork*, desembarcou do real escaler no cais desta cidade, na tarde do dia 8 de setembro, o excelentíssimo e reverendíssimo núncio apostólico, D. Lourenço Caleppi, Arcebispo

de Nizibi. Este venerando ancião foi recebido com grande alvoroço, e prazer pelo numeroso povo, que se achava no mesmo cais, e no Terreiro do Paço. para onde havia concorrido por motivo do desembarque de Sua Excelência Reverendíssima; e, dirigindo-se imediatamente o excelentíssimo nuncio para o Paço, foi apresentado a Sua Alteza Real, o Príncipe Regente Nosso Senhor, que acolheu a Sua Excelência com as mais vivas e afetuosas demonstrações de amizade, e gratidão, por ser já bem constante a Sua Alteza a firmeza, que o excelentíssimo nuncio mostrara em Lisboa depois que dali se retirou o mesmo real senhor para os seus Estados do Brasil, e os esforços, que fizera para se subtrair do pérfido Junot, que impedia a generosa resolução deste ilustre prelado de vir continuar a exercer a sua nunciatura junto de Sua Alteza Real no Brasil. Sua Excelência Reverendíssima foi por ordem de Sua Alteza Real hospedado com a devida magnificência e honra no mosteiro de São Bento.

– 50 –

Além deste raro exemplo de firmeza, e constância do monsenhor, nuncio apostólico, outros muitos exemplos de lealdade e amor para com a sagrada pessoa do nosso soberano, estão dando todos os dias os seus fiéis vassallos de todas as hierarquias, os quais, ou à força de dinheiro ou com evidente risco de suas vidas, e perda dos seus bens, se animam a fugir da sua pátria, e do domínio dos seus intrusos protetores, e a procurar nesta terra de paz, e de bênção, o seu legítimo Príncipe e senhor vindo quase todos para o Brasil por Inglaterra, que generosamente lhes tem facilitado os meios de se subtraírem de Portugal, apesar da vigilante cautela dos franceses; pois sendo recolhidos na esquadra inglesa, que bloqueia o porto de Lisboa, são dali mandados para a Grã-Bretanha, e dela trazidos para o Brasil em navios ingleses, a expensas do Príncipe Regente Nosso Senhor. Que mais devem fazer os filhos do que buscar o abrigo paternal? E que mais pode fazer o paternal afeto do soberano, do que receber, e recolher em seus braços filhos tão amantes, e fiéis?

– 51 –

Mas uma risonha aurora começa desde já a anunciar-nos dias mais serenos, e brilhantes no horizonte de Portugal. A audácia portuguesa, coisa incrível! Rompe impávida um imenso golfão em pequeno,

e frágil caíque, e vem trazer ao soberano alegres notícias. Vimos entrar por esta barra do Rio de Janeiro a tão pequena embarcação ornada com as Reais Quinas; e desde que foi avistada ao longe, e conhecida por vela da costa de Portugal, lisonjeiras esperanças ocuparam os nossos corações. Com efeito, não nos enganamos. Os leais portugueses do pequeno Reino do Algarve, sem perda de tempo, despediram este correio a Sua Alteza Real, para o certificarem de que aquele Reino estava livre dos inimigos, que o dominavam, e de novo por ofícios do governo, e Câmaras, ratificavam a sua obediência, e vassalagem ao seu legítimo Príncipe. A pequena povoação de Olhão foi a primeira, que levantou a voz da independência no dia 16 de junho (naquele dia, em que o Novo Mundo viu pela primeira vez um soberano europeu com a sua Corte na maior pompa, acompanhando pelas ruas do Rio de Janeiro, capital do Brasil, o seu Deus Sacramentado, e dando aos povos do Império Lusitano do Ocidente o mais enérgico exemplo de acatamento, e adoração à Majestade Divina), sim, foi neste memorável dia da festa do Corpo de Deus, e da instalação da Real Capela do Rio de Janeiro, que começou em Portugal a ouvirem-se as vozes da liberdade, e os ecos dos vivas a Sua Alteza Real, o senhor D. João, e à augusta Casa de Bragança. Um honrado, e heróico militar, o coronel José Lopes de Sousa, com estas sublimes palavras – *Já não há portugueses* – em um momento acendeu a sagrada chama do patriotismo no coração deste pequeno, mas valoroso povo de Olhão; daqui lavrou o incêndio por todo o Algarve; os franceses são repelidos, e acoitados por toda a parte, e as suas águias assustadas voaram para além das serras do Monchique, e do Caldeirão. Tal é em suma o começo da independência de Portugal, e a primeira notícia que o Príncipe Regente Nosso Senhor teve daqueles leais e amantes vassalos, e que tanto alegrou o seu paternal coração. Sua Alteza acolheu com prazer, e benignidade, a estes novos argonautas; premiou com o hábito da Ordem de Cristo o intrépido comandante do caíque, e conferiu-lhe o posto de 1º tenente da sua Real Marinha; comprou com liberalidade o caíque, em que vieram os algarvios, e os mandou ao depois regressar para a pátria em outra embarcação mais cômoda, e segura. A vila de Olhão da Restauração, elevada por Sua Alteza Real a esta honrosa graduação, e título, e a medalha, que

o mesmo Real Senhor conferiu aos habitantes dela, serão eterna memória da lealdade, e valor dos portugueses.

– 52 –

Seis dias apenas haviam decorridos depois deste aviso do Algarve, quando chega da cidade do Porto o navio *S. José Americano*, trazendo mais extensos motivos de público prazer; e estes eram, que a cidade do Porto, toda a província do Minho, e de Trás-dos-Montes, como também algumas terras da Beira, tinham sacudido o insuportável jugo do infame Napoleão, e aclamado o Príncipe Regente Nosso Senhor, como seu legítimo soberano; que na cidade do Porto se havia instalado um governo supremo, em lugar dos governadores do Reino, que Sua Alteza Real havia deixado em Lisboa, para governar em seu nome os povos de Portugal, durante a sua ausência, os quais tinham sido esbulhados da sua legítima autoridade pelo malvado Junot, por ordem do seu amo Bonaparte; que os povos com todo o entusiasmo, e valor dos antigos portugueses, se armavam para recobrar a honra, a liberdade, a pátria, e o seu legítimo soberano; que Raimundo José Pinheiro fora o primeiro, que arvorara as Reais Quinas Portuguesas no Castelo de São João da Foz, do qual era governador; e finalmente que esperavam dos aliados ingleses todos os socorros de armamento, munições de guerra, e dinheiro para organizar-se o exército português, a fim de recuperar a capital, e libertar o Reino de tão perversos, e sanguinários inimigos.

– 53 –

Por tão boas novas determinou Sua Alteza Real, que imediatamente, em sinal do seu júbilo, se embandeirasse a Fortaleza da ilha das Cobras, e desse uma salva real; e que se renderiam ao Onipotente as devidas ações de graças na sua Real Capela. Assim, no dia 30 de setembro houve Sua Alteza por bem aparecer com a sua real família na mesma capela, onde se cantou uma missa muito solene, e *Te Deum*, não só em agradecimento dos benefícios, que a Divina Majestade se dignara fazer à nação portuguesa, inspirando-lhe tanta animosidade para quebrar o jugo de ferro da dominação estrangeira, mas também em súplica, para que continuasse a abençoar estes primeiros esforços da lealdade, e valor, e se dignasse completar tão grande obra. A esta solenidade assistiu a Corte, e

nobreza, vestida de gala, e concorreu imenso povo com o maior contentamento. Por três noites sucessivas se iluminou a cidade, sobressaindo nesta pública demonstração de alegria o Real Palácio pela profusão das luzes, e no dia 2 de outubro houve grande parada da tropa da guarnição desta capital, que deu as salvas e descargas do costume, acompanhadas dos vivas, que os soldados e o povo deram a Sua Alteza Real por tão alegre motivo. Depois desta brilhante parada se seguiu a salva geral das fortalezas e da esquadra, tanto portuguesa, como inglesa; e entretanto o Príncipe Regente Nosso Senhor recebeu as felicitações da Corte, e das pessoas de maior graduação das diferentes ordens do Estado, que, cheias do mais vivo contentamento, e das mais lisonjeiras esperanças de um completo, e feliz resultado, tiveram a honra de beijar a real mão do soberano, e da sua real família.

– 54 –

Foi nesta ocasião de tanto prazer, e de bem fundadas esperanças de outros ainda maiores, que a fidalguia residente nesta Corte do Brasil, os criados de Suas Altezas, os empregados públicos, os negociantes, os militares, os eclesiásticos, enfim todas as pessoas, que puderam, ofertaram uma contribuição gratuita a Sua Alteza Real, para com ela acudir às necessidades da Mãe Pátria, querendo todos ajudar com os seus bens, visto que o não podiam com os seus braços por causa da distância, a acelerar o total extermínio dos satélites de Napoleão, que ainda se mantinham ufanos na capital do Reino, em Almeida, Elvas, e outras praças fortes de Portugal. Sendo esta oferta muito da aprovação e do real agrado do Príncipe Regente Nosso Senhor, por mandado de Sua Alteza Real se fez público na *Gazeta* desta Corte os nomes, e as quantias dos contribuintes. Com zelo igual praticaram a mesma ação de liberalidade os habitantes da Bahia, e de Pernambuco, etc.

– 55 –

No fausto dia 12 de outubro, em que o sereníssimo senhor príncipe da Beira completou nesta Corte do Brasil o décimo ano da sua preciosa existência, foi festejado o seu natalício com grande prazer público, vestindo-se a Corte de gala, e salvando as fortalezas, e navios de guerra nacionais, e estrangeiros, que todos se embandeiraram com primor. O

Príncipe Regente Nosso Senhor, por motivo tão plausível, e interessante, não só à sua real pessoa, e família, mas também aos seus vassallos recebeu as felicitações da Corte, e das pessoas mais distintas de todas as classes, residentes nesta cidade, que ao Paço concorreram para beijar a real mão do soberano. À noite houve teatro de Corte com muito luzimento de espectadores.

– 56 –

Pelo alvará com força de lei com a data deste mesmo fausto dia 22 de outubro, o Príncipe Regente Nosso Senhor foi servido mandar criar, e estabelecer nesta capital o Banco do Brasil, benefício singular, e ainda sem exemplo na monarquia portuguesa o fundo deste tesouro nacional será, pelo menos, de três milhões de cruzados, ou de mil e duzentas ações de um conto de réis cada uma e o prazo da sua duração será de vinte anos. Este interessante estabelecimento público promete ao Brasil um inesgotável manancial de riquezas, multiplicando-se por meio dele as transações mercantis, e cambiais, aumentando-se o giro do comércio, pondo-se em atividade rendosa muitos capitais pecuniários, antes mortos, e improdutivos por falta de emprego útil; acautelando-se o extravio dos reais direitos, facilitando-se os pagamentos, tanto particulares, como da Real Fazenda, e prevenindo-se a falta do numerário, que possa haver, ou pela invedável saída do ouro para países estrangeiros, ou porque os capitalistas o entesourem. Assim, ordenou o Príncipe Regente Nosso Senhor pelo referido alvará, querendo, como nele se expressa, auxiliar um estabelecimento tão útil, e necessário ao bem comum e particular dos povos, que o onipotente confiou do seu zelo, e paternal cuidado, que os saques dos fundos do seu Real Erário e as vendas dos gêneros privativos dos contratos, e administrações da sua Real Fazenda, como são os diamantes, pau-brasil, marfim, e a urzela, se façam por intervenção do banco, vencedor sobre o seu líquido produto a comissão de dois por cento. Determinou mais que, logo que o banco principiasse as suas operações se haja por extinto o Cofre do Depósito, que havia nesta cidade a cargo da Câmara; e que no sobredito banco se faça todo e qualquer depósito judicial, e extrajudicial de prata, ouro, jóias, e dinheiro. Também foi Sua Alteza servido mandar, que os empréstimos a juros da lei, que pelo cofre dos órgãos, e administrações das

ordens terceiras, e irmandades, se faziam até agora a pessoas particulares, se façam unicamente ao referido banco, que deverá pagar a vista nos prazos convencionados os capitais, e nas épocas costumadas os juros competentes mandou mais o mesmo real senhor, que em todos os pagamentos, que se fizerem à sua Real Fazenda, sejam contemplados, e recebidos como dinheiro, os bilhetes do banco pagáveis ao portador, ou mostrador à vista: e que da mesma forma se distribuirão pelo Erário Régio nos pagamentos das despesas do Estado, etc. Pelo mesmo alvará da criação do Banco do Brasil, Sua Alteza Real foi servido dar-lhe estatutos próprios para o seu bom regimento. Este banco (segundo a autoridade do nosso mestre de Economia Política, o Doutor Lisboa, nas suas observações sobre a prosperidade do Estado, etc.), sendo bem administrado, como em Inglaterra, equivale a ricas minas, e é Potosi de imensa riqueza.

– 57 –

Uma vasta extensão da província de São Paulo, tão digna da atenção do melhor dos soberanos, não tardou de ser por ele contemplada; tais são os ricos campos de Curitiba, e Garaçuava, e os terrenos, que desaguam no Paraná, e formam do outro lado as cabeceiras do Uruguai, susceptíveis, não só da cultura do trigo, cevada, milho, e, todas as plantas cereais, mas também de linhos cânhamos, e outras espécies de linho, assim como de muitas preciosas culturas de frutos da Europa; além de que se acham neste mesmo território terras nitrogênicas, e muitas minas de metais preciosos, e de outros não menos interessantes; mas que, sendo povoado pelos índios selvagens, e antropófagos, denominados bugres, estes destroem as fazendas, assassina sem piedade os cultivadores, que lhes ficam mais próximos, e tiram a vida a tudo quanto respira, reduzindo a desertos terrenos, já dantes cultivados, e povoados; portanto o Príncipe Regente Nosso Senhor, pela carta régia de 5 de novembro, dirigida ao governador e capitão-general daquela província, foi servido dar muitas e grandes providências para debelar, à força armada os ferozes bugres, reduzi-los, e aldeia-los, se possível for, a fim de estender a cultura destes abençoados campos, aumentar a população, abrir estradas, repartir por sesmarias as terras libertadas, e fomentar todos os meios tendentes à conservação, e de-

fesa das vidas, e propriedades dos seus vassallos, habitantes daquela parte dos seus Estados.

– 58 –

Também por outra igualmente providente carta régia de 2 de dezembro para o governador da capitania do Espírito Santo, lhe ordena Sua Alteza Real, que promova a navegação do rio Doce, procure sujeitar pelos meios de brandura, ou da força, a não serem aqueles suficientes, os bárbaros botocudos que insaciáveis de carne, e sangue humano, têm assolado este país, estando quase todo no poder dos selvagens; mande abrir novas estradas pelos sertões, por onde corre o dito rio Doce, e outros muitos, que nele se vêm perder até aos limites da capitania de Minas Gerais a fim de comunicar uma com a outra, para aumento da agricultura, fomento do comércio recíproco, e facilitar a povoação, atraindo-se novos colonos para um território, que em razão da sua fertilidade, susceptível de numerosos ramos de cultura, da salubridade do seu clima, da bondade dos seus portos, e da proximidade da Corte, augura grande florescimento para o futuro.

– 59 –

Para fins tão interessantes a todo o Estado do Brasil de aumentar a agricultura, promover a mineração, facilitar o comércio interior, abrir comunicações das províncias marítimas com as centrais, domar os índios agrestes, civilizações, e trazê-los para o grêmio da Santa Igreja, o Príncipe Regente Nosso Senhor foi servido dar as mais adequadas, e saudáveis providências, pelas suas cartas régias de 13 de maio e de 2 de dezembro para o governador, e capitão-general da Capitania das Minas Gerais, mandando-lhe que, na parte que pertence ao seu governo, esta beleza seis divisões militares, comandadas por oficiais hábeis, e práticos destes sertões, para à força de armas subjugar os bárbaros antropófagos, e reduzi-los a implorar a paz, que tanto desdenham, sendo oferecida por meios brandos; e porquanto, confiados nos imensos bosques, e quase impenetráveis sem domicílio certo, à maneira de feras, devem ser buscados e perseguidos unicamente pelo trilho, ordena Sua Alteza que os comandantes escolham a sua vontade os soldados, que julgarem próprios para esta empresa e capazes de suportarem toda a espécie de privações, quando descalços, e só defendidos com coletes de algodão capazes de resistir às penetrantes setas dos índios,

se enranharem pelos matos: ordena mais que os mesmos comandantes ficarão responsáveis pelas funestas consequências das invasões dos índios nos sítios confiados à sua guarda, logo que contra eles se prove omissão, ou descuido; e aos que mais se distinguirem em atividade, e zelo neste real serviço, promete Sua Alteza vários prêmios, e distinções.

– 60 –

Determina o mesmo augusto, e real senhor que em Vila Rica se haja de criar uma junta, presidida pelo governador e capitão-general da Capitania de Minas Gerais, intitulada Junta da Conquista, e Civilização dos Índios, e Navegação do rio Doce, para assiduamente conhecer do trabalho, e diligências dos comandantes das divisões, e de tudo quanto convier à redução, civilização, e aldeamento dos índios, à povoação, e cultura dos terrenos, que se forem livrando das suas incursões, e hostilidades, e à navegação do rio Doce, e dos mais rios, que nele deságuam procedendo-se aos necessários exames, e explorações das suas cachoeiras, e de quaisquer outros embaraços, a fim de serem removidos, ou aplanados. Sua Alteza Real isenta, por espaço de dez anos, do pagamento dos dízimos aos que forem pôr em cultura os terrenos, até agora ocupados pelos índios, como também de direitos, pelo mesmo período, os gêneros de comércio, que se navegarem pelo rio Doce; concede uma moratória, por seis anos, aos devedores à Real Fazenda, que ali se forem estabelecer, aplicando-se à agricultura, ou à mineração; manda estabelecer aldeias de índios, dando-se-lhes terras proporcionadas ao seu número para as cultivarem em seu proveito, e erigir nestas aldeias igrejas necessárias, servidas por eclesiásticos virtuosos, inteligentes, e zelosos do serviço de Deus, para cuidarem da educação religiosa, e civil dos índios, que se forem aldeando; ordena que os índios, que se forem conquistando, sendo em pequeno número, se distribuam pelos fazendeiros, e agricultores para os sustentarem, vestirem, civilizarem, e instruírem na nossa santa religião, sendo-lhes permitido utilizarem-se dos serviços dos mesmos índios, por determinado número de anos, em compensação das despesas do seu tratamento. Promete prêmios aos fazendeiros, que se distinguirem no bom tratamento, e progresso da civilização dos índios, e com preferência aos que mostrarem em igual tempo maior número de casamentos e nascimentos de índios nas suas fazendas; final-

mente, faz Sua Alteza Real a mercê ao fazendeiro, ou pessoa rica, que à sua custa formar alguma povoação de índios, e cuidar da sua educação civil, e religiosa, contendo esta povoação, pelo menos, mil e duzentos casais de índios aplicados à agricultura, ou a qualquer outro ramo de indústria de ser criado senhor e donatário da sobredita povoação, que em tal caso será feita vila, contanto que se achem vivendo juntamente com estes índios cem casais de portugueses, e tenha erigido uma igreja para a celebração dos ofícios divinos, etc. Praza a Deus abençoar tão paternais, e sábias providências do nosso amado soberano!

– 61 –

O Brasil este extenso país, tão fértil, e abundante das melhores produções do globo, só precisa de braços para o aumento da sua agricultura, mineração, indústria, e comércio, e para enriquecer-se extremamente, e chegar a ser um grande Império; portanto o Príncipe Regente Nosso Senhor pelo decreto de 25 de novembro, foi servido conceder aos estrangeiros, que nele vierem estabelecer-se, datas de terras por sesmarias, pela mesma forma, com que se concedem aos seus vassallos, derogando para esse fim todas as leis ou disposições em contrário. Decreto certamente ditado pela mais liberal, e filantrópica política! Sim o homem é cidadão do mundo; onde quer que ele queira morar, e estabelecer-se aí é a sua pátria. Logo, repelir com severidade um indivíduo pacífico, que prefere este, ou aquele país para nele viver sujeito às leis é desumanidade revoltante, e passa a ser um absurdo em política, quando o país é tão extenso, e despovoado como este nosso; pois o estrangeiro, além de nos trazer a indústria, as máquinas, as artes, e ciências, que tanto concorrem para a civilização, e aumento do Estado, casará, terá filhos, e estes serão tão bons portugueses, como muitos, que descendem de pais estrangeiros, que no Brasil outrora se estabeleceram, e se conservaram pela prudente permissão de alguns governadores. Graças imortais sejam dadas ao ótimo Príncipe Regente Nosso Senhor, que franqueando os portos, e liberalizando as terras do Brasil aos estrangeiros, terá em poucos anos a satisfação, e a glória de ver crescer o número dos seus vassallos, aumentar-se a força, e o poder do seu Império, e com ele a dignidade, e esplendor da sua Coroa. *In Multitudine populi dignitas Regis*, diz o mais sábio dos reis. Prov. 14. v. 28.

Havendo o Príncipe Regente Nosso Senhor determinado, pelo memorável decreto de 13 de maio, restabelecer a antiga Ordem da Torre e Espada, e criá-la de novo, como um monumento, que assinalasse a grande época da sua vinda para o Brasil, e por outros muitos, e ponderosos motivos, expressos no mesmo decreto, como já vimos no § 29 destas *Memórias*, pelo alvará com força de lei de 29 de novembro, passou o mesmo augusto Príncipe a criar a referida ordem, determinando entre outras coisas o seguinte: Que a ordem ficará designada com o nome da Torre e Espada, sendo Sua Alteza Real o grão-mestre dela, e grã-cruz comendador-mor o príncipe da Beira, grã-cruz claveiro o infante D. Miguel, seus muito amados e prezados filhos, e grã-cruz alferes o infante D. Pedro Carlos, seu muito prezado sobrinho: e que para o futuro serão sempre grãos-mestres desta ordem os senhores reis de Portugal, e grã-cruzes os príncipes, e infantes, sendo comendador-mor o sucessor presuntivo da Coroa, e claveiro o mais velho dos infantes, e alferes o que se lhe seguir: que terá a mesma ordem mais doze grã-cruzes, seis efetivos, e seis honorários, os quais passarão por antiguidade a efetivos na morte de alguns deles, sendo nomeadas para tão distinta dignidade pessoas da maior representação, e a quem já competisse o tratamento de excelência pela graduação, em que estivessem; e, caso o não tenham, pela nomeação de grãs-cruzes lhes ficará pertencendo: que poderão ser elevados a esta dignidade aqueles dos seus vassalos, que mais se tiverem avantajado no seu real serviço por ações de alta valia na carreira militar, tanto no exército de terra, como de mar, e na carreira política e civil, ficando reservado ao real arbítrio de Sua Alteza o avaliar a qualidade de serviço que mereceu esta honrosa recompensa: que haverão oito comendadores efetivos; e os honorários serão os que Sua Alteza for servido nomear, e estes irão passando a efetivos; serão estas comendas igualmente conferidas por relevantes serviços militares, e políticos. Os cavaleiros desta ordem serão pessoas de merecimentos grandes, e empregadas no real serviço; nem será lícito a alguém premiado com a vena da ordem, renunciar em outro. Os seis primeiros terão uma tença de 100\$000: que a insígnia desta ordem será uma chapa de ouro redonda, que terá de um lado a real efígie de Sua Alteza Real, e no reverso uma espada com a letra – Valor e Lealdade: – para os simples cavaleiros e para os comendadores, e grãs-cruzes, terá uma torre

no cimo dela e poderão na casaca usar da chapa, em que tenham a espada, a torre, e a legenda: que as medalhas serão pendentas de fita azul, e os grã-cruzes trarão por cima da casaca, ou farda, bandas da mesma cor, e um colar formado de espadas, e torres sobre elas nos dias de corte, e de grande gala: quase hajam de estabelecer seis comendas para os seis grã-cruzes efetivos, as quais consistirão em uma doação de duas léguas de raiz, ou quatro quadradas de terra, e oito comendas de légua e meia de raiz, ou duas e um quarto quadradas para os comendadores. Estas comendas constarão de terreno inculto, e desaproveitado, e absolutamente por cultivar, e em que ninguém tenha domínio, posse, ou pretensão; os comendadores mandarão cultivar, e aforar uma parte, e tudo em seu proveito, e por morte de qualquer deles passarão no estado em que estiverem para aquele, a quem Sua Alteza for servido fazer mercê, etc.

– 63 –

Já por este tempo haviam chegado à corte do Brasil as mais alegres, interessantes, e gloriosas notícias da batalha do Vimeiro, em Portugal, onde o chefe dos bandoleiros franceses, duque intruso de Abrantes, murchou os louros do seu onipotente Imperador, e deixou chamuscar com o fogo inglês, e português, as penas das suas águias imperiais, que espavoridas, e esvoaçadas malmente voaram do campo da batalha para dentro de Lisboa, e dali saíram pelo Tejo fora em demanda do ninho, onde se criaram. Mas estas primeiras notícias tão lisonjeiras, posto que não fossem oficiais, e não obstante excitaram muito prazer, e alentaram as esperanças de um resultado glorioso. Pouco tardou que Sua Alteza as não recebesse com toda a certeza, e individuação, primeiramente por navios ingleses, e ao depois por embarcações portuguesas, que de Lisboa vieram com os despachos do governo, que o Príncipe Regente Nosso Senhor tinha estabelecido naquela capital para governar o Reino em seu real nome, durante a sua ausência, e que de novo se instalou depois da derrota dos nossos chamados protetores, a 21 de agosto no Vimeiro, sendo comandado o exército britânico-luso pelo excelentíssimo Artur Wellesley. Qual fosse o alvoroço, e o contentamento público pela verificação de tão importantes novas tão gratas, e do geral interesse nacional, eu as não sei expor, falam por mim as demonstrações, que todos os mora-

dores desta Corte, grandes, e pequenos, deram publicamente do seu júbilo; falam as superabundantes efusões de prazer, que o Príncipe Regente Nosso Senhor, e a real família não podiam comprimir em os seus régios corações, e que se faziam patentes a todos; falam enfim as reais festas em ação de graças, que o nosso augusto príncipe mandou fazer por tão justa causa, como passaremos a recordar.

– 64 –

Era entretanto chegado o faustíssimo dia 17 de dezembro, no qual Sua Majestade Fidelíssima D. Maria I Nossa Senhora, completava nesta Corte do Brasil o 74º ano da sua muito preciosa vida: e esta cidade do Rio de Janeiro, que tanto sobressaía a todas as mais cidades da América Portuguesa em festejar, e aplaudir o natalício de Sua Majestade, residindo ela em a Corte de Lisboa, ah! com que prazer, e esplendor não festejou, e aplaudiu os seus anos neste ditoso dia 17 de dezembro de 1808, tendo a dita de gozar tão de perto da augusta presença da nossa tão amável soberana? Sim, a tropa no maior asseio possível, o povo no mais completo prazer, a Corte na mais luzida pompa, as tão alegres notícias da restauração de Portugal, tudo, tudo concorreu para fazer este dia muito plausível, e brilhante. Que diferença do dia 17 de dezembro de 1807, para o dia 17 de dezembro de 1808? Naquele achava-se Sua Majestade em uma nau no meio do oceano, procurando o asilo de uma terra, que, posto que fosse sua, nunca a tinha visto: estava exposta à inconstância de um elemento perigoso, sem pátria, sem trono, e sem vassallos, mais do que um pequeno número dos mais leais, e generosos, que pelo seu amor se determinaram a vir em sua companhia, e de quem recebeu no meio do mar os cumprimentos pelos seus anos entre lágrimas, e suspiros, que a situação, em que viam a sua rainha, o seu príncipe, e a real família, lhes fazia verter dos olhos, e arrancar dos corações: neste, porém a decoração da cena era inteiramente outra; Sua Majestade estava no meio de um povo fiel, vassallo, e português, adorada de todos, que à porfia prestavam à sua rainha as mais puras demonstrações do seu respeito, fidelidade, e amor; Sua Majestade estava em sossego com toda a sua real família, sem sustos, e perigos na capital dos seus estados americanos; enfim Sua Majestade já havia recobrado a sua pátria, o seu trono, e os seus vassallos, que em um, e outro hemisfério neste

ditoso dia a aclamavam, bendiziam, e enviavam ao Céu ardentes votos pela continuação da sua preciosa vida.

– 65 –

Para se solenizar o natalício de Sua Majestade ordenou o seu augusto filho, o Príncipe Regente Nosso Senhor, que se executasse tudo conforme o antigo costume: portanto, pelas onze horas marchou a tropa, tanto de linha, como de milícias, do largo do Rossio, e veio postar-se em grande parada no Terreiro do Paço, onde a artilharia deu três salvas, sendo cada uma delas seguida do fogo rolante da infantaria, no fim do qual houveram muitos, e repetidos vivas a Sua Majestade, dados não só pela tropa, mas também pelo povo, «ue concorreu a ver, e a aplaudir tão brilhante festejo marcial, honrado pela primeira vez com a real presença do augusto objeto, a que se consagrava. O Príncipe Regente Nosso Senhor com a real família recebeu com agrado, e alegria as continências militares, e os aplausos dos seus leais vassallos, que neste ditoso dia se tributavam à sua augusta mãe, a Rainha Nossa Senhora. Depois disto seguiram-se as salvas das fortalezas, e embarcações de guerra, portuguesas. e inglesas, surtas neste porto. Já, ao amanhecer, tanto umas como outras haviam dado as mesmas demonstrações de prazer, e respeito, quando içaram as suas bandeiras, e do mesmo modo quando, ao pôr-do-sol, as arriaram. Concluída a grande parada, desfilaram os regimentos ao som de harmoniosas músicas; e passando pela frente das varandas, em que se achavam o Príncipe Regente Nosso Senhor, e as pessoas reais, fizeram as devidas continências a Suas Altezas, e se retiraram a quartéis. Seguiu-se logo o beija-mão, que o Príncipe Regente Nosso Senhor se dignou dar à Corte, e às pessoas mais distintas de todas as ordens do Estado: e por esta ocasião de tanto júbilo fez Sua Alteza neste faustíssimo dia as mercês seguintes:

Luís de Vasconcelos e Sousa, conde de Figueiró.

D. Rodrigo de Sousa Coutinho, conde de Linhares - Visconde de Anadia, conde do mesmo título.

D. João de Almeida Melo e Castro, conde das Galveias.

D. Fernando José de Portugal e Castro, conde de Aguiar.

D. José de Sousa Coutinho, conde de Redondo.

Grã-cruzes Ordem da Torre e Espada:

Monsenhor Caleppi, núncio apostólico.

Lorde, visconde Strangford enviado de Sua Majestade Britânica.
Sir Sydney Smith contra-almirante, e comandante da esquadra
inglesa.

Comendadores honorários da dita Ordem:

Francisco Hill, secretário da Legação Britânica.
Graham Moore, comodoro.
Ricardo Lee.
Carlos Schomberg.

Comandantes das quatro naus inglesas

Diogo Walcher.
Tomás Western.

Comendadores da Ordem de Cristo:

Manuel Vieira da Silva, físico-mor do Reino.
Marcos Antônio de Azevedo Coutinho de Montaury, uma vida
na comenda que tem seu pai.
Joaquim José de Azevedo, com duas vidas.
D. Antônio Coutinho de Lencastre, governador e capitão-general
das Ilhas de Cabo Verde.

Desembargadores do Paço:

Paulo Fernandes Viana.
Bernardo José da Cunha Gusmão e Vasconcelos.
Monsenhor Antônio José da Cunha e Almeida.

Depois de se haver festejado o natalício de Sua Majestade Fidelíssima, a Rainha Nossa Senhora, determinou Sua Alteza dar um público testemunho da sua gratidão ao Onipotente, e render as mais festivas ações de graças pela feliz restauração de Lisboa, e de todo o Reino de Portugal, mandando celebrar na sua Real Capela um tríduo com toda a pompa e esplendor, igual ao excessivo prazer, e grandeza do seu real ânimo e da sua religiosa gratidão; para cujo fim baixou o Príncipe Regente Nosso Senhor com os sereníssimos senhores príncipe da Beira, e infantes, acompanhado da Corte em grande gala, à Real Capela, que estava ricamente ornada,

para assistir às missas solenes que ali se cantaram nos dias 19, 20, e 21 de dezembro. Na primeira festa deste tríduo recitou o rev. Januário da Cunha Barbosa, pregador-régio, uma muito eloquente oração gratulatória, que transportou o seu ilustríssimo auditório, excitando os mais vivos afetos de gratidão ao Deus dos Exércitos por tão assinalado benefício da restauração do Reino, de novo restituído ao seu legítimo soberano. Na noite deste dia 19 houve teatro de Corte, que o Príncipe Regente Nosso Senhor foi servido honrar com a sua augusta presença e da real família. No seguinte dia continuou a mesma solenidade da Real Capela. No terceiro, finalmente, houve de manhã missa, e *Te Deum*, e de tarde se concluiu o tríduo com uma pomposa procissão, que discorreu pelas ruas mais próximas à Real Capela as quais se ornaram com riqueza, e magnificência, e se guarneceram com os regimentos de linha. A esta pomposa procissão concorreram, por ordem expressa de Sua Alteza Real, todas as irmandades, ordens terceiras, comunidades religiosas e clero todo da cidade, debaixo da cruz da Capela Real, seguindo-se imediatamente a cruz da irmandade de S. Pedro, e após dela as das quatro freguesias. Os ceriais das diferentes corporações estavam lindamente coroados de flores artificiais, que ao mesmo tempo que deleitavam os olhos dos espectadores, manifestavam o gosto, e geral alegria, com que se celebrava tão augusta, e real procissão. O cabido ricamente paramentado, precedia ao precioso pálio, debaixo do qual o excelentíssimo e reverendíssimo bispo, capelão-mor, conduzia o Santíssimo Sacramento em uma custódia de valor inapreciável, pois, além de ser de ouro, era toda cravejada de brilhantes, e das mais finas pedras orientais. O Príncipe Regente Nosso Senhor, e os sereníssimos príncipe da Beira, e infante D. Pedro Carlos tomaram as primeiras varas do pálio, juntamente com os grandes do Reino. Tanto na saída, como à recolhida foi o Santíssimo Sacramento saudado pelas descargas da infantaria, que se postou na frente da capela dos terceiros do Carmo, e pelas salvas de todas as fortalezas, e naus portuguesas, e outras embarcações de guerra menores, ancoradas na frente do cais, as quais estavam embandeiradas com muita bizarria. As noites destes três dias foram brilhantíssimas pela iluminação do Real Palácio, de toda a cidade, e seus subúrbios, como também das fortalezas, e navios surtos no Porto, que salvaram ao acenderem-se, e ao apagarem-se as luminárias em cada uma das noites; mas a última noite se fez mais conspícua, aprazível, e

festiva pelo magnífico fogo artificial, que ardeu no Terreiro do Paço, para cujo espetáculo concorreram àquele lugar quase todos os moradores da cidade; e, os que ali não couberam, procuraram os altos da cidade, ou em barcas e outras pequenas embarcações, preferiam ver do mar. Armou-se este fogo artificial em frente do chafariz, junto ao cais, por toda a extensão daquele lado da praça. Neste artefato se notavam os pavilhões português, inglês e espanhol, e vários emblemas alusivos a estas três nações, que neste tempo eram as únicas que arrostavam com a onipotência de Napoleão, estando o resto da Europa submisso ao jugo da sua feroz política. Liam-se também ali, muitos dísticos relativos à tríplice aliança das Coroas portuguesa, inglesa, e espanhola. Pelas nove horas da noite, desenvolveu-se, com muito prazer e aplausos repetidos de inumeráveis espectadores, este grande fogo, que por longo tempo apresentou vistas muito agradáveis.

– 67 –

Neste último dia do tríduo, para mais realçar a magnificência da solenidade e mais vivamente exprimir a alegria que o Príncipe Regente Nosso Senhor encerrava no seu régio e paternal coração pela feliz restauração do seu Reino, foi o mesmo augusto senhor servido mandar publicar muitos despachos e mercês feitas aos seus leais e amados vassallos, dos quais os mais subidos são os seguintes:

Bispo do Porto, D. Antônio José de Castro, Patriarca de Lisboa.
Conde monteiro-mor, marquês de Olhão.

Grãs-cruzes efetivos da Ordem da Torre e Espada:

Duque de Cadaval.
Marquês de Belas.
Marquês de Torres Novas.
Conde de Anadia.
Conde de Linhares.
Conde de Aguiar.

Grãs-cruzes honorários da mesma Ordem:

Marquês de Angeja.
Marquês de Pombal.
Marquês de Vagos.

Conde de Belmonte.
Conde das Galveias.
Almirante Manuel da Cunha.

Grãs-cruzes de outras Ordens:

Marquês de Lavradio, de Cristo.
Conde dos Arcos, de Aviz.
Bernardino Freire de Andrade, de Aviz.

Comendadores efetivos da Torre e Espada:

Marquês de Alegrete.
Conde de Caparica.
Conde de Cavaleiros.
D. Pedro de Noronha.
Conde de Redondo.
Conde de Pombeiro.
D. João Manuel.
Francisco José Rufino Lobato.

Outras muitas ilustres pessoas, que tiveram a honra de acompanhar o Príncipe Regente Nosso Senhor na gloriosa jornada, de Lisboa para o Rio de Janeiro, como também outras, que em Portugal fizeram relevantes serviços a Sua Alteza e à pátria, na restauração do Reino, foram contempladas pelo mesmo augusto príncipe e senhor com cometidas honorárias e veneras da mesma Ordem da Torre e Espada, segundo as suas hierarquias e graduações militares. Aos cônegos da Real Capela desta Corte, concedeu Sua Alteza o tratamento de Senhoria; e para nada faltar à indefinida liberalidade e magnanimidade, que tanto caracteriza e se admira nas reais ações do Príncipe Regente Nosso Senhor, até pelos pequenos do seu povo, se espalharam os reais benefícios, nestes dias de tanto júbilo nacional, mandando dar aos regimentos das guarnições desta Corte, abundantes refrescos e aos indigentes e encarcerados avultadas esmolas.

Tais foram as festas com que o Príncipe Regente Nosso Senhor, juntamente com os seus fiéis vassallos, residentes nesta Corte do Brasil,

agradeceu ao Onipotente a restauração do Reino de Portugal, usurpado pelo Imperador dos franceses, com tanta aleivosia, como injustiça e de cujo trono fora Sua Alteza Real proclamado por aquele pérfido, decaído para sempre. Não, o príncipe de Portugal não perdeu o seu trono, nem o perderá, enquanto houver portugueses. A augusta e real Casa de Bragança continuará a reinar ainda com maior esplendor e grandeza. Escrito estava no inescrutável livro da Providência Eterna, que o príncipe, o mais pacífico e justo da Europa, a quem o Corso menos temia e de quem nada desconfiava, fosse aquele que, com o heróico sacrifício da sua real pessoa e família, transtornasse os pérfidos conselhos e planos de Napoleão; e que não só não perdesse o seu real trono e antiga herança dos seus augustos avós, mas também que viesse para a América fundar e criar um novo Império. Em Portugal a ausência do príncipe pungiu os nobres corações dos seus vassallos, eletrizou os seus ânimos marciais e os determinou a recuperar a sua independência e a resistir até a morte, aos esforços dos franceses; no Brasil, a real presença do mesmo príncipe levantou a terra da abjeção e miséria em que jazia, mudando a ordem das coisas e dando à sua administração um novo sistema político; pois vemos, com assombro e prazer, no curto período de um ano, neste feliz continente, o estabelecimento de uma brilhante Corte, a supressão do antigo regime colonial, a franqueza do comércio, a abertura dos portos a todas as nações amigas, a liberdade da indústria, a animação da agricultura, o aumento da população, a admissão de estrangeiros, as providências para a tranquilidade pública, a criação de tribunais, do Erário Régio, do Banco Nacional, a concessão de fábricas, a introdução da tipografia, a ereção da Real Capela para aumento e esplendor do culto divino, em uma palavra, começava a prosperidade do Brasil. Assim, veio o senhor D. João, Príncipe Regente de Portugal, abrir no Novo Mundo um tesouro inexaurível de glória para si, e de felicidade para os brasileiros, seus vassallos, tesouro mil vezes mais precioso que as minas de ouro e diamantes.

Conde da Ponte do Meu Conselho, Governador, e Capitão General da Capitania da Bahia, Amigo Eu o Principe Regente Nos meo muito Saudado como a quello que Foy. Atendendo as Representações que fizestes sobre a Minha Real Presença sobre se achas interrompido, e suspenso o Comercio desta Capitania com grande prejuizo dos Meos Vasallos, e da Minha Real Fazenda em razão das criticas, e publicas circumstancias da Europa, e querendo dar sobre este importante objecto alguma providencia prompta, e capaz de melhorar e progresso de tais dânos, Sou Servido Ordenar em terço, e provisoriamente, em quanto não conculido houver sistema geral, que effectivamente regule, e regularize as matérias do seguinte Porto que seja admittido nas Alfandegas do Brazil, todos, e quaesquer Generos, Funchados, e Mercadorias transportados, ou em Navios Estrangeiros das Potencias, que se conservão em Paz, e Harmonia com a Minha Real Coroa, ou em Navios dos Meos Vasallos, pagando por entrada vinte e quatro por cento, a saber Vinte de Direitos grossos, e quatro de Donativo, por se tabeleido, regulando-se a cobrança destes Direitos, pelas Contas, ou Apporamentos, por que até o presente se regula cada humo dos ditas Alfandegas, ficando os Vinhos, Aguardentes, e Acetes doces, que se denominão Molhados pagando o dobro dos Direitos, que até agora hebias satisfazião Segundo Eu não Fo os Meos Vasallos, mas tambem os sobre ditas Estrangeiros, poisão exportas para os Portos, que deo lhes parecer a beneficio do Comercio, e Agricultura, que tanto deajo promover, todas, e qualesquer Generos, e Produções Colonias, e excepto de Pelo Brazil, ou outros motivos, e em esta

estancadas, pagando por sabida os mesmos Di-
 ritos já estabelecidos nas respectivas Capitãncias
 ficando entretanto como sem suspensão, sem es-
 gor, todas as Leis, Cartas Regias, ou outras Or-
 dens, que até aqui prohibião neste Estado do
 Brasil o Reciproco Comercio, e Navegação, entre
 os Meos Vassallos, e Estrangeiros. O que tudo se
 tem já executado com o Zello, e actividade,
 que se vez esperer. Escrita na Bahia aos ven-
 te oito de Janeiro de 1808.

Príncipe.

Empressa original e genuina do Príncipe
 em 24 de Janeiro de 1808

Conde da Paraíba



Nesta Real Academia de Ciências de Lisboa
 em 24 de Janeiro de 1808
 Pedro de Sousa Coutinho e Silva
 secretario da Real Academia de Ciências de Lisboa
 da Real Academia de Ciências de Lisboa

.....
Ano de 1809

– 1 –

LANÇADOS estão os fundamentos do Império do Brasil pela poderosa mão do Príncipe Regente Nosso Senhor: iremos agora vendo crescer gradualmente este vasto, e magnífico edifício político pelos incessantes desvelos, e trabalhos de Sua Alteza Real. Assim como na ordem física a natureza nada obra por salto, da mesma sorte na ordem moral e política nada pode fazer de improviso; e só com o tempo é que as coisas se aumentam, e chegam ao estado de perfeição; são necessárias obras e dias, e que concorram mutuamente muitos agentes subalternos, para se conseguirem grandes e extraordinários resultados e, sobretudo a bênção do Onipotente, de quem vem todo o incremento. Os maiores Impérios que têm existido desde o começo do mundo, não se formaram, cresceram, e chegaram ao auge da sua grandeza em limitado período de anos; foram necessários séculos. Roma não se fez em um dia. Políticos há, que desejam ver já o Brasil no cume da prosperidade; querem que de repente os seus bosques se convertam em esquadras, que se povoem os desertos, que se edifiquem mil cidades, que sem demora se estabeleçam infinitas fábricas, que se fundem Universidades; em uma palavra, que Sua Alteza Real tenha a onipotência de Deus, a quem só compete por essência dizer para se fazer, mandar, e criar-se. Mas, apesar disto devemos confessar agradecidos, que o Príncipe

Regente Nosso Senhor não se tem descuidado de pôr em ação os meios possíveis para se realizarem as suas grandes vistas sobre o Brasil, dando pressa a levantar o seu novo Empório "*Instans Operi, Regnisque futuris*", (*Eneida. L. 1. v. 508*); e tendo feito em menos de um ano talvez mais do que se poderia fazer em época mais feliz. Não está tudo feito, é verdade: muito o nosso augusto príncipe há de fazer, como veremos na continuação destas *Memórias*.

– 2 –

Tendo o senado da Câmara desta cidade, desde que ela foi fundada, festejado sempre com pompa o nosso glorioso padroeiro, o mártir S. Sebastião, precedendo três noites de luminárias gerais ao festivo dia 20 de janeiro, Sua Alteza Real para maior esplendor desta solenidade ordenou, que também se iluminasse o seu Real Palácio, e que no começo, e fim das iluminações salvasse a fortaleza da ilha das Cobras, e que assim se praticasse para o futuro. Portanto, além das solenes vésperas, que foram oficiadas pelo excelentíssimo e reverendíssimo bispo, capelão-mor, cabido, e capelães da Real Capela, e cantadas pelos músicos da mesma, à noite houve matinas igualmente oficiadas, e cantadas, e na manhã seguinte pontificou Sua Excelência Reverendíssima, assistindo o Príncipe Regente Nosso Senhor com a real família na sua tribuna. Concorreu a esta festividade o senado da Câmara com o seu estandarte, mandando Sua Alteza dar-lhe lugar distinto na igreja, e concedendo-lhe a honra de se assentar na sua real presença. Todos quantos concorreram neste dia à Real Capela, se mostraram assaz contentes, por testemunhar a afetuosa devoção de Sua Alteza, e da real família, no culto tributado ao nosso ínclito patrono, cuja respeitável imagem se via sobre o altar ornada com um diadema de ouro refulgente pelos brilhantes, de que estava riquissimamente coberto, cujos cintilantes reflexos, ao mesmo tempo que feriam agradavelmente aos olhos, faziam recordar o verso do Salmo 20: "*Posuisti in capite ejus coronam de lapide pretioso*". No oitavo dia, 27 de janeiro, saiu da Capela Real a procissão, levando-se a imagem do santo para a antiga Sé, conforme o costume, e voto da cidade.

– 3 –

Pelo alvará de 21 de janeiro o Príncipe Regente Nosso Senhor, a fim de animar a agricultura, e dar-lhe toda a extensão possível, como tam-

bém para facilitar os meios de prover com abundância a subsistência dos povos, e promover os amigos mais importantes, e lucrosos do comércio, foi servido conceder aos habitantes do Brasil o privilégio de não serem executados na propriedade dos seus engenhos, e lavouras, mas sim em uma parte dos rendimentos: e dar muitas providências relativas a esta tão importante, como necessária fonte da pública prosperidade.

– 4 –

Por decreto da mesma data ordena Sua Alteza Real, que o conselho da Fazenda mande demarcar nas praias da Gamboa e Saco do Alferes desta cidade, os terrenos próprios para armazéns, e trapiches, e que os afo-re, ou arrende a quem mais oferecer, etc.

– 5 –

Para precaver abusos de abarcamentos, e a confusão de limites, que ocasionam infinitos pleitos, e fazem malograr os úteis fins da liberal concessão das sesmarias, mandou o mesmo real senhor pelo alvará com força de lei de 25 de janeiro, que se não passem cartas de concessão, ou de confirmação de sesmarias, sem preceder medição, e demarcação judicial: estabelece a forma da nomeação dos juizes das sesmarias, e os salários, que eles, e os demais oficiais devem vencer: e dá saudáveis providências para a boa ordem, e regularidade das mesmas sesmarias.

– 6 –

O primeiro aniversário da feliz chegada do Príncipe Regente Nosso Senhor no memorável dia 7 de março, foi festejado nesta cidade com grande prazer, e exultação geral; pois neste ditoso dia se recordou aquele, em que tivemos a ventura de ver a augusta face de Sua Alteza Real neste tão remoto país, e no qual começou a época da felicidade do Brasil. Por tão justo motivo Sua Alteza Real ordenou, que na sua Real Capela se cantasse com toda solenidade missa, e *Te Deum*, em ação de graças; que neste se vestisse a Corte de gala, e que esta festa seria permanente para o futuro. Concluída a solenidade da igreja, a que assistiu a Corte, e grande número de pessoas de todas as ordens passou Sua Alteza a receber as congratulações do corpo diplomático, da Corte, e demais vassallos, que cheios

de contentamento, concorreram ao Paço, para terem a honra de beijar a real mão do soberano.

– 7 –

Como esta festividade não deve ser só de Sua Alteza, mas também do seu povo, especialmente dos moradores do Rio de Janeiro, que tanto ganharam com a real presença do augusto Príncipe Regente Nosso Senhor, o senado da Câmara desta capital fez celebrar no dia seguinte, 8 do mesmo mês de março, na capela dos terceiros do Carmo uma festa com grande pompa, a que assistiu Sua Alteza, e várias pessoas reais, parte da corte, e muitas pessoas distintas pela sua nobreza, e graduação, por prévio convite do mesmo senado, que na igreja se apresentou com os cidadãos vestidos todos de corte, e incorporados debaixo do Estandarte da cidade. Por acórdão lavrado em Câmara se determinou, que esta festa aniversária se houvesse de fazer com a mesma pompa em todos os anos vindouros, para eterna memória do benefício divino, e perpétua gratidão do povo fluminense. Também a cidade da Bahia, não menos grata a Deus pela honra, que teve de ver o nosso augusto soberano dentro dos seus muros, e de ser aquela cidade a primeira, que se gloria de ter beijado a sua real mão, que ali assinou o imortal diploma da franqueza do comércio, celebrou com grande pompa no dia 21 de janeiro, aniversário da chegada do Príncipe Regente Nosso Senhor ao seu porto, uma festa de ação de graças, a qual ficará sendo para o futuro celebrada no mesmo dia, em comemoração de tão feliz acontecimento.

– 8 –

Pelo alvará com força de lei de 18 de março, sendo presente ao Príncipe Regente Nosso Senhor que importava muito ao seu real serviço, e ao bem dos seus vassallos da Capitania de Goiás, que a antiga comarca se dividisse em duas, criando-se uma da parte do norte, não só para melhor, e mais cômoda administração da Justiça, por não poder um só ouvidor cumprir com as obrigações do seu cargo, indo a todos os julgados de uma tão extensa comarca, os quais ficavam sem a necessária correção, perpetuando-se os abusos, e não se punindo os delitos; mas também para adiantar, e promover a agricultura, a população, e o comércio daquela parte da capitania, por meio da navegação dos rios Maranhão, e Araguaia,

que fazem a comunicação dela com as Capitanias do Pará, e Mato Grosso, resultando desta a facilidade, e o aumento do comércio interno, riqueza, e civilização dos habitantes destes terrenos, ainda pouco aproveitados, foi servido Sua Alteza Real mandar criar uma nova comarca, que tomará o nome de comarca de S. João das Duas Barras, desanexando-se da antiga a parte do norte, que compreende os julgados de Porto Real, Natividade, Conceição, Arraias, S. Félix, Cavalcanti, Flores, e Traíras: e o ouvidor terá a mesma jurisdição, que tem o ouvidor da comarca de Vila Boa de Goiás, a quem ficarão pertencendo a sobredita vila, e seu termo, e os julgados de Crixás, Pilar, Meia Ponte, Santa Luzia, Santa Cruz e Desemboque. O novo ouvidor residirá interinamente no arraial de Natividade, ou em outro da sua comarca, que mais conveniente for ao real serviço, e bem dos povos, enquanto não se puder estabelecer no de S. João das Duas Barras, onde deve ser a cabeça da comarca, etc.

– 9 –

Por outro alvará com força de lei, e da mesma data do antecedente, Sua Alteza Real, vindo no conhecimento de que importava que em Vila Boa, por ser a residência do governador, e capitão-general da província de Goiás, e ser uma povoação populosa, e comerciante, houvesse um juiz de fora, para bem reger, e administrar a Justiça, e não perigarem os direitos dos litigantes: foi servido extinguir o lugar de intendente do Ouro como desnecessário, e criar um juiz de fora do Cível, Crime e Órfãos, com jurisdição ordinária, e vencendo o ordenado, e mais propinas, que o juiz de fora de Cuiabá, servindo ao mesmo tempo de procurador da Coroa, e superintendente da fundição, e empregados nela, etc.

– 10 –

Pelo decreto de 23 de março o Príncipe Regente Nosso Senhor, em atenção aos incômodos, que os habitantes das capitanias mais remotas deste Estado do Brasil sofreriam em virem fazer nesta corte as justificações dos seus serviços: ordena que as ditas justificações, desde a capitania da Paraíba para o norte com as interiores até Mato Grosso inclusivamente, se continuem a fazer, como até agora, perante os governadores, e capitães-generais, e ouvidores das comarcas, segundo as reais ordens, remetendo-se ao depois para o Real Conselho da Fazenda desta corte, onde se consultará

a remuneração, que tais serviços merecerem; e que todas as mais se façam perante o dito conselho.

– 11 –

Por real resolução de 27 de abril, em consulta da Mesa do Desembargo do Paço, foi o Príncipe Regente Nosso Senhor servido mandar que o ouvidor da comarca de Santa Catarina, passando-se à vila de Porto Alegre, na província do Rio Grande do Sul, procedesse a criar a Câmara daquela nova vila; e, por haver já nela o lugar de juiz de fora, criasse, e nomeasse somente três vereadores, um procurador do conselho, dois almotacéis, escrivão, tabeliães, e os mais ofícios, conforme às leis do Reino; assinalando por termo da mesma vila, criada pelo alvará de 23 de agosto de 1808, as freguesias de Nossa Senhora Madre de Deus, de Porto Alegre, de Nossa Senhora da Conceição, de Viamão, do Senhor Bom Jesus do Triunfo, e da Senhora dos Anjos da Aldeia: e que depois passasse a erigir em vilas as povoações do Rio Grande de S. Pedro, e do Rio Pardo, nomeando para cada uma delas dois juizes ordinários, um dos Órfãos, e três vereadores, e mais um procurador do conselho, um escrivão, e outros oficiais para sua governança, como as outras vilas, assinalando para termo da vila do Rio Grande de S. Pedro a freguesia deste nome com todas as suas capelas filiais, a da Conceição do Estreito, e a de S. Luís de Mostardas: e para termo da vila do Rio Pardo, além de freguesia de Nossa Senhora do Rosário, com as suas capelas filiais, assinasse as de Nossa Senhora da Conceição de Cachoeira, de Santo Amaro, e de S. José de Taquari: que criasse também vila e povoação de Santo Antônio da Patrulha; e que, em atenção à sua menor população, nomeasse somente dois juizes ordinários, que serão igualmente juizes dos Órfãos, um escrivão da Câmara, e almotaceria, e os mais oficiais necessários, e que designasse por termo desta vila a mesma freguesia de Santo Antônio a de Nossa Senhora da Oliveira de serra acima, e a de Nossa Senhora da Conceição do Arroio, etc.

– 12 –

Havendo o Príncipe Regente Nosso Senhor observado, que neste Estado do Brasil circulavam moedas de diferente valor, tanto de prata, como de cobre, ao mesmo tempo que o peso intrínseco era igual; mandou, pelo alvará de 18 de abril, que as moedas de prata, e cobre tivessem

o mesmo valor, sendo igual, no peso, e tamanho, com outra do mesmo metal, que tivesse valor diferente: assim, as de seiscentos réis ficassem valendo seiscentos e quarenta réis, e as de trezentos réis, trezentos e vinte, e do mesmo modo as demais, pondo-se-lhes na Casa da Moeda uma marca determinada para esse efeito.

– 13 –

Sua Alteza Real, querendo animar a indústria dos habitantes do Brasil, e fomentar o estabelecimento de novas fábricas, pelo alvará de 28 de abril, isenta de direitos as matérias primeiras, que servirem de base a quaisquer manufaturas nacionais: concede uma loteria de sessenta mil cruzados em benefício daquelas fábricas, que mais necessitarem deste socorro, e dá várias providências a favor dos fabricantes, e da navegação nacional; pois, não obstante estar firmada entre os seus vassallos a indústria da construção naval, contudo ainda Sua Alteza remite a metade dos direitos nas novas construções de todos os gêneros a elas necessários: e como pede a boa política que a fábricas de objetos triviais, e manifestos se não concedam privilégios exclusivos, para não dar ocasião a estancos, e monopólios, Sua Alteza Real só concede aos inventores, ou introdutores de alguma nova máquina, ou invenção nas artes.

– 14 –

O faustíssimo dia 13 de maio do presente ano foi festejado com os mesmos enérgicos testemunhos da fidelidade portuguesa com que o fora no ano antecedente. Houve grande parada pelas onze horas da manhã no Terreiro do Paço, onde, na augusta presença de Sua Alteza, e da real família, a tropa de linha deu as salvas de artilharia, e mosquetaria, segundo o costume, as quais foram acompanhadas de muitos, e repetidos vivas, que todos os vassallos deram ao seu augusto príncipe pela ocasião do seu natalício. Sua Alteza Real recebeu benignamente estas fiéis demonstrações de amor, e respeito, que por tantos títulos que são devidas. Seguiram-se as salvas das fortalezas, e embarcações de guerra, tanto portuguesas, como inglesas, durante a quais Sua Alteza foi servido dar beija-mão solene à corte, e aos seus vassallos mais distintos de todas as diferentes classes, que em grande gala concorreram ao Paço por tão justo, e interessante motivo.

Na tarde deste faustíssimo dia o Príncipe Regente Nosso Senhor se dignou honrar com a sua real presença, e com a de sereníssimos senhores príncipe da Beira, e infantes, e numeroso concurso do povo, que no Campo de Santa Ana se achava para ver correr a água da fonte interina, que o mesmo augusto senhor tinha feito construir a toda a pressa, para diminuir a carestia deste elemento, que se experimentava na cidade. Sua Alteza Real, vendo que a fonte pública, denominada Carioca, não era suficiente, nem assaz abundante para saciar tão numeroso povo principalmente no tempo de verão, em que o calor faz diminuir o seu cabedal, e o consumo é muito maior, movido o seu real coração desta penúria, mandou, logo depois da sua feliz chegada a esta capital, que sem perda de tempo se desse princípio a conduzir por um bicamente de madeira uma porção do rio Comprido, que mais perto fica da cidade, até ao mencionado Campo de Santana, onde se liberalizasse ao público por uma fonte, que servisse interinamente, enquanto se faziam os aquedutos, que deviam conduzir o rio Maracanã, e se levantasse no meio do campo um magnífico chafariz do pedra lavrada, que pela sua arquitetura servisse de ornato à cidade, e pela abundância de água de benefício aos seus moradores. A execução desta obra tão interessante foi encarregada por Sua Alteza Real ao patriótico cuidado, e zelo do ilustríssimo intendente-geral da polícia, o conselheiro Paulo Fernandes Viana, o qual em poucos meses fez concluir o dito bicamente de madeira, e a fonte interina, e teve a satisfação de liberalizar ao povo pela primeira vez a água, que desta fonte se entorna por onze bicas, neste tão fausto, e alegre dia, entre transportes da mais viva alegria, manifestados pelos aplausos, que o povo deu a Sua Alteza, tanto em gratidão do benefício, como em reconhecimento da honra da sua augusta presença.

Por decreto deste mesmo ditoso dia foi o Príncipe Regente Nosso Senhor servido criar nesta corte uma divisão militar da guarda real da polícia, composta de uma companhia de cavalaria, e de três de infantaria, com a possível semelhança daquela, que fora estabelecida em Lisboa; à vigilância deste corpo militar foi cometida à tranquilidade pública, a coibição dos contrabandos, a sentinela noturna da cidade, a extinção dos incên-

dios, e outras muitas obrigações tendentes à boa ordem civil, que, sendo executadas com prontidão, e zelo, segundo o plano da sua instituição, e regulamento, afiançam à cidade dias tranquilos, e noites sossegadas. Para mais facilmente acudir em estes soldados a qualquer motivo, desordem, ou necessidade, que reclame o seu adjutório, e auxílio, foram aquarteladas as diferentes companhias em bairros distintos, ficando a da cavalaria no Campo de Santa Ana; e as três de infantaria, uma na Prainha, outra no Valongo, e a terceira no largo da Ajuda; e além disto estabeleceram-se vários corpos da Guarda em outros lugares da cidade (*).

– 17 –

Para aumento do tesouro público, a fim de suprir as grandes despesas do Estado na sustentação, e esplendor da Casa Real, na conservação da marinha, soldos das tropas, ordenados dos empregados públicos, manutenção de novos estabelecimentos, fundação de edifícios nacionais, sem as quais coisas uma nação não pode ser grande, e respeitável, o Príncipe Regente Nosso Senhor, usando do direito inerente à sua soberania real, foi servido impor mais alguns tributos aos povos do Brasil, e Domínios Ultramarinos, exceto Ásia, mas com tal suavidade que quase se não sentem. Assim, pelo alvará de 3 de junho, ampliando o de 7 de junho de 1808, houve por bem determinar, que pela razão de igual obrigação, que têm todos os vassallos de concorrer para as despesas do Estado, os prédios urbanos de todas as cidades, vilas, e lugares situados fora da beira-mar, e nas capitanias interiores deste Estado do Brasil, e Domínios Ultramarinos, ficando somente isentos os da Ásia, e os das Santas Casas da Misericórdia, hajam de pagar a décima imposta pelo alvará de 7 de junho aos prédios da beira-mar.

– 18 –

Pelas mesmas urgentes necessidades do Estado o Príncipe Regente Nosso Senhor, por outro alvará de 3 de junho foi servido ordenar, que das compras, e vendas de bens de raiz, que se fizerem em todo o Estado

* Acresceu ao depois mais uma companhia de cavalaria, que se aquartelou em Mata-Porcós.

do Brasil, e Domínios Ultramarinos, assim como das arrematações, se haja de pagar à sua Real Fazenda siza de 10 por cento do preço da compra, sem exceção de pessoa, ou corporação alguma. Também que em todo este Estado se pague meia siza, ou 5 por cento do preço das compras, e vendas dos escravos ladinos, que se entenderão ser todos aqueles, que não são havidos por compra feita aos negociantes de negros novos, que entram pela primeira vez no país, transportados da costa de África.

– 19 –

Pelo alvará com força de lei de 17 de junho, Sua Alteza Real, pelos mesmos motivos de ocorrer às necessidades do Estado, houve por bem ampliar o disposto no alvará de 24 de janeiro de 1804, ordenando, que paguem também a imposição do selo os livros denominados, diário, e mestre dos negociantes, e mercadores, igualmente os das Câmaras, os das notas dos tabeliães, os das irmandades, confrarias, e ordens terceiras, os dos assentos dos batismos, casamentos, e óbitos de todas as paróquias, as escrituras públicas, e todos os papéis judiciais, provisões, etc., e da mesma sorte as quitações de herdeiros, ou legatários por efeito de testamento, e por este selo se pagará a décima da herança, ou legado, que efetivamente se arrecadar, não sendo os herdeiros ascendentes, ou descendentes, etc.

– 20 –

No dia 11 de junho afixou-se nos lugares públicos desta cidade um edital do ilustríssimo conselheiro, intendente-geral da polícia, pelo qual se fazia saber a todos os moradores da mesma cidade, que havendo ela sido elevada à alta hierarquia de ser presentemente a corte do Brasil, não pode, nem deve continuar a conservar bisonhos, e antigos costumes, que apenas se podiam tolerar, quando esta porção da América era reputada uma colônia portuguesa; e que desde muito tempo não se sofrem entre povos cultos, e de perfeita civilização; e que sendo um destes góticos costumes, que tanto afeia o prospecto da cidades, e a faz menos brilhante, o uso das rótulas, ou gelosias de madeira, que, além de serem incômodas, prejudiciais à saúde pública, interceptando a livre circulação do ar, estão mostrando a falta de civilização dos seus moradores: para dar um público testemunho da grande época, em que principiou a felicidade do Brasil com a real presença do seu soberano, deviam os moradores desta cidade dar mais uma prova do seu

contentamento por tanta felicidade, fazendo arredar de si os testemunhos da antiga condição de conquista, e de colônia, concorrendo para enobrecer a corte, e fazê-la mais notável, e magnífica aos olhos dos estrangeiros, que já em grande número começam a concorrer a ela; e por outros muitos motivos de consideração moral, e política se declara que desde já se devem abolir as rótulas das janelas dos sobrados, que desaparecerão no termo de oito dias, conservando-se as dos peitoris daquelas, que não têm grades de ferro e se faculta o espaço de seis meses para se porem estas, ou balaustres que as imitem, e desaparecerem por uma vez todas as gelosias, menos das casas térreas, que nada influem na beleza do prospecto, sendo recolhidas ao nível das paredes dos edifícios, e todas de uma só uniformidade, pondo-se todavia estas, abrindo-se para o interior, e não para a rua, pelo estorvo, que causam aos que passam, e às seges, e carroças, que algumas vezes involuntariamente as danificam.

– 21 –

Nunca no Rio de Janeiro se executou ordem superior com tanto gosto, e geral satisfação. Era certamente espetáculo agradável ver por todas as ruas ao mesmo tempo caírem por terra as disformes, e fúnebres gelosias à voz da autoridade pública, que aconselhava, e mandava o desassombramento de uma cidade, que, sendo já famosa pela sua situação plana, ruas pela maior parte retas, e regulares, limpas, e bem calçadas, edifícios sólidos, e elegantes, ostentava ainda a aparência de morada de encarcerados, não obstante já ter a honra de ser corte de um grande soberano. Tanto poder tinham os prejuízos, com que nos criaram nossos avós!

– 22 –

Havendo falecido na cidade da Bahia, a 24 de maio, o excellentíssimo conde da Ponte, governador, e capitão-general daquela capitania, o qual fora o primeiro governador do Brasil, que teve a mui distinta honra de receber, e beijar a mão do soberano na capital do seu governo; o Príncipe Regente Nosso Senhor, lembrado das relevantes qualidades, e merecimentos do excellentíssimo conde dos Arcos, cujo vice-reinado terminara a 7 de março com a felicíssima vinda do mesmo real senhor, havendo apenas ano e meio que Sua Excelência governava, com geral satisfação, os povos confiados ao seu sábio, e prudente regime nesta província do

Rio de Janeiro; e, por este motivo, achando-se desembaraçado para poder ser empregado em qualquer outro dos mais importantes lugares do real serviço, dignou-se nomear o excelentíssimo conde dos Arcos, governador, e capitão-general da Capitania da Bahia, realizando-se os votos dos habitantes daquela ilustre cidade, que desejavam ter por seu governador tão conspícuo varão, debaixo de cujo governo esperam ser felizes.

– 23 –

Por uma parada, vinda por terra, da cidade de Belém do Pará a esta corte, expedida pelo tenente-general, José Narciso de Magalhães e Meneses, governador e capitão-general daquela capitania, com officios de 29 de janeiro deste mesmo ano, teve o Príncipe Regente Nosso Senhor a certeza de que a colônia francesa de Caiena se havia rendido por capitulação ao seu soberano domínio, depois de vários ataques, em que as tropas portuguezas do Pará, unidas com as inglesas da fragata de Sua Majestade Britânica, a *Confiança*, sempre tiveram vantagem, posto que com alguma perda nossa. O comandante desta expedição, o tenente-coronel Manuel Marques, havendo-se senhoreado em dois dias de todos os pontos fortificados, que da parte do continente defendiam a passagem para a ilha de Caiena em virtude da capitulação, que os franceses ofereceram, e que foi assinada aos 12 de janeiro, entrou na praça aos 14, e nela ancorou a real bandeira portugueza, solenizando este ato de posse com uma salva de vinte e um tiros de artilharia. Segundo a capitulação a guarnição francesa evacuou a praça em número de quinhentos e noventa e três soldados de tropa regular, saindo com todas as honras da guerra, devendo ser mandada para a França em embarcações portuguezas. Esta conquista na época atual é sumamente interessante ao Brasil; pois, além de nos livrar de inimigos tão vizinhos, e recuperarmos grande porção de terreno, que pela paz, e tratado de Amiens havíamos cedido, de mais a mais assegura-nos maior tranquilidade ao comércio, privando os corsários franceses da comodidade daquele porto, onde se armavam, e refaziam para infestar os mares, e costas adjacentes, e para onde levavam as presas, que faziam. Grande foi o contentamento nesta Corte pelo feliz successo das nossas armas na conquista desta parte da Guiana; e por três noites se iluminou a cidade, logo que se fez pública pelos fins de maio esta agradável notícia. Sua Alteza Real, pelo

decreto de 30 do mesmo mês, foi servido elevar ao posto de marechal dos exércitos ao tenente-general José Narciso, governador do Pará, que por ordem de Sua Alteza preparou, e deu as direções desta empresa. Ao tenente-coronel Marques concedeu o mesmo real senhor a patente de brigadeiro, confiando-lhe juntamente o governo de Caiena; aos oficiais deu Sua Alteza um posto de acesso, e finalmente premiou o furriel, que trouxe os officios do governador do Pará, caminhando por terra tantas centenas de léguas no curto espaço de quatro meses, com o posto de tenente.

– 24 –

Havendo chegado a este porto do Rio de Janeiro em o mês de junho o navio francês *La Ville de Autum* com bandeira parlamentária, trazendo ao seu bordo duzentos prisioneiros portugueses, que se achavam na ilha de França, dos quais parte pertencia à infeliz fragata *Minerva*, e outra parte a outros diferentes navios, que haviam sido aprisionados, e levados para aquela ilha, o Príncipe Regente Nosso Senhor, não só recebeu com paternal benignidade estes leais vassalos, que pela triste sorte da guerra gemeram em país inimigo, como também mandou pagar generosamente toda a despesa do armamento do parlamentaríio, tanto o que ainda se devia ao capitão do navio francês, como o que os prisioneiros haviam dado para se efetuar o dito armamento, e transporte das suas pessoas até este porto. O parlamentaríio, depois da necessária demora de alguns dias, foi mandado regressar, sendo escoltado por embarcações de guerra até uma considerável distância.

– 25 –

Deve-se a restituição destes vassalos do Príncipe Regente Nosso Senhor ao chefe-de-divisão da Armada Real, Luís de Abreu Vieira e Paiva, o qual fora aprisionado no navio *Conceição*, em que vinha do passagem com alguns officiais da guarnição da fragata *Princesa do Brasil*, que tinha sido do seu comando, e que se perdera nos baixos da entrada de Goa: logo que este benemérito official foi conduzido à dita ilha de França. solicitou do governador, Mr. Decaen, que quisesse conceder licença para se poderem retirar todos os portugueses, que ali se achavam prisioneiros, fazendo-se toda a despesa do navio parlamentaríio, que os conduzisse para o Rio de Janeiro, à custa da Coroa portuguesa; e respondendo o governador que anuí

a esta rogativa, entanto que logo se apresentasse o dinheiro necessário para o armamento do parlamentar, todos os portugueses prisioneiros deram o que tinham, e sem demora se efetuou o dito armamento. Sua Alteza Real mandou louvar este chefe, não somente pelo serviço exposto, mas também pela importante aquisição, que o país recebia de vinte caixotes de plantas exóticas, e árvores de especiarias, que ele ofertara a Sua Alteza, a fim de enriquecer os seus Estados do Brasil com as preciosidades asiáticas, que outrora M. M. Poivre, e Menonville em 1770 haviam aclimatado na Ilha de França. Se os franceses tanto louvam, e exaltam a estes seus compatriotas por tão importante benefício, feito à sua nação, não devemos ser de sorte alguma esquecidos dos ilustres nomes do senhor Luís de Abreu, e dos seus dignos companheiros, o senador de Macau, Rafael Botado de Almeida, fr. Francisco João da Graça, da terceira ordem de 5. Francisco, e do cirurgião de embarque, Antônio José de Figueiredo, que tanto cooperaram para enriquecer o nosso Brasil, roubando daquela colônia francesa as suas preciosas plantas, e sementes, tais como de muscadeira, canforeira, abacate, litchis, mangueira, cravo-da-índia, tarangcira, e de outras qualidades, que imediatamente foram remetidas para a Real Quinta, e jardim da lagoa de Freitas por ordem da Sua Alteza Real para ali serem plantadas, e semeadas, a fim de a seu tempo se propagarem por aqueles territórios deste Estado do Brasil, que forem mais aptos, e próprios para a cultura das referidas plantas exóticas, e árvores de especiarias.

– 26 –

Havendo o Príncipe Regente Nosso Senhor criado nesta Corte do Brasil o tribunal da Junta do Comércio, com o desígnio de fazer prosperar o mesmo comércio, a agricultura, as fábricas, e a navegação para aumento da felicidade dos seus leais vassallos, e conhecendo o mesmo real senhor, que era de absoluta necessidade, que este tribunal tivesse rendimentos próprios, e bastantes, não só para o pagamento dos seus deputados, e oficiais empregados no seu expediente, mas também, e principalmente para as despesas, que forem necessárias, e convenientes fazer-se, já para a construção de uma praça de comércio, onde se ajuntem os comerciantes a tratar das suas transações, e empresas mercantis, já para o estabelecimento de aulas, em que se doutrinem os seus vassallos, que quiserem entrar

nesta útil profissão, já para se conferirem prêmios aos que mais se avantajarem em algum gênero de indústria, introdução, invenção, e apresentação de alguma nova máquina, que poupe braços, ou qualquer outra invenção útil nas artes, na agricultura, e navegação; já finalmente para a compra de máquinas, e despesa de transportes de sementes, e plantas úteis, e para o melhoramento de canais, e estradas, que facilitem o comércio interno, a lavoura, e a população: houve por bem determinar, pelo alvará com força de lei de 15 de julho, se pague em todos os portos do Brasil cento e sessenta réis por cada caixa de açúcar, e por cada feixo quarenta réis, quando saírem dos trapiches; por cada rolo de tabaco da Bahia, que entrar na respectiva Alfândega, cem réis; e por cada rolo de tabaco das outras capitánias quarenta réis; por cada couro com cabelo, ou sem ele, seco, ou salgado, e por cada meio de sola, que saírem dos trapiches, vinte réis; por cada saca de algodão cem réis; por cada navio, corveta, e bergantim, que descarregar em todos os portos deste Estado, em que houver Alfândega, mil e quinhentos réis.

– 27 –

Por edital da Junta do Comércio com a data de 27 de julho, se fez público, que o Príncipe Regente Nosso Senhor fora servido autorizar o sobredito tribunal, para estabelecer prêmios pelo seu cofre às pessoas, que fizerem climatizar em qualquer lugar dos seus Estados, e Domínios, árvores de especiaria fina da Índia, e que introduzirem a cultura de outros vegetais, ou indígenas ou forasteiros, que são preciosos pelos usos, que têm na farmácia, tinturaria, e mais artes; como também para gratificar com medalhas honoríficas os que mais se distinguirem em qualquer dos ditos ramos; e para enfim conceder aos beneméritos provisões, que isentem do recrutamento para as tropas de linha, e do serviço miliciano, enquanto bem se ocuparem em objetos de tanta importância à prosperidade do comércio, e à riqueza deste Estado do Brasil.

– 28 –

Pelo decreto de 28 de julho o Príncipe Regente Nosso Senhor, tendo em consideração o muito que interessa ao bem público, e particular dos seus fiéis vassallos a conservação da saúde, devendo haver todo o zelo, cuidado, e vigilância, em que ela não perigüe por contágio fiscalizando-se

o estado de saúde das equipagens das embarcações, que vêm de diversos portos, e obrigando-se a dar fundo, em mais distância, as que saíram dos que são suspeitos da peste, ou de moléstias contagiosas, e a demorar-se por alguns tempos os que nelas se transportaram; e em se afastarem do uso, e mercado comum os comestíveis, e gêneros corrompidos, ou iscados de princípios da podridão; e sendo muito própria esta incumbência de pessoas versadas na ciência da medicina, houve por bem criei o lugar de provedor-mor da Saúde, da Corte e Estado do Brasil, desanexando-o da inspeção das Câmaras, e unindo-lhe toda a jurisdição necessária, a fim de que por si e seus delegados, se conserve a saúde pública. Para este lugar nomeou Sua Alteza o Doutor Manuel Vieira da Silva, primeiro médico da sua Real Câmara.

– 29 –

Pelos fins deste mês de julho recebeu o Príncipe Regente Nosso Senhor notícias muito agradáveis, que de algum modo suavizaram as tristes impressões, que ao seu real ânimo causavam outras, que anteriormente se publicaram nesta Corte. O imperador Napoleão tinha mandado entrar de novo em Portugal um formidável exército debaixo das ordens do marechal Soult, duque de Dálmata, o qual, penetrando pela Galiza na província de Trás-dos-Montes, nela se apoderou da Praça de Chaves, e depois avançou pela da minha até à cidade do Porto, onde não havia tropa regular, que a defendesse; e apoderando-se desta cidade depois de uma tumultuária, e inútil resistência, que fez o povo, a entregou ao saque por três dias, perecendo muita gente nossa no ataque, na fugida, e no saque. Esta infeliz catástrofe, acontecida a 29 de março, cuja notícia havia chegado em maio a esta Corte, encheu os nossos ânimos do mais acerbo desprazer; mas este converteu-se em alegria para todos os portugueses, assim como o breve gozo daquela conquista se desfez em lágrimas para os franceses; porquanto o senhor Wellesley, havendo atacado o exército de observação do inimigo em Grijó, a 11 de maio, e tendo-o posto era plena derrota, o perseguiu até à margem do Douro, e atravessando o rio em duas horas com o exército anglo-luso do seu comando, a despeito do terrível fogo, que os franceses faziam sobre as barcas, que passavam com as tropas, porquanto os mesmos franceses haviam feito voar a ponte, cheios do maior susto,

o invicto general britânico apoderou-se imediatamente das fortificações inimigas, e da cidade, que eles largaram, pondo-se em vergonhosa fuga, e abandonando toda a artilharia, e bagagens, como também os feridos que juntamente com os prisioneiros, e mortos, sobem a muitos milhares. Desta sorte em poucos dias ficaram livres dos franceses as duas províncias do norte de Portugal, indo os invencíveis de Napoleão procurar, sempre a correr, o abrigo, da Galiza, bem cortados pelo nosso ferro, que por muitas léguas foi em seu alcance.

– 30 –

Por esta gloriosa restauração da segunda cidade do Reino se celebrou no 1º de agosto uma solene festividade em ação de graças na Capela Real, assistindo o Príncipe Regente Nosso Senhor com a real família, e concorrendo a Corte, e grande número das pessoas mais condecoradas. Na noite deste dia, e nas duas seguintes houve luminárias no Paço, em toda a cidade, e salvas antes, e depois delas; no dia 3 de agosto, pelas onze horas, entrou na praça a tropa de linha, e depois das prévias continências ao Príncipe Regente Nosso Senhor, deu as três salvas, e descargas com muitos vivas a Sua Alteza Real; e logo depois se seguiram as salvas das fortalezas, e navios de guerra portugueses, e ingleses, com geral contentamento de todos. Findas estas demonstrações de alegria, o nosso augusto príncipe se dignou de receber as congratulações do corpo diplomático da Corte, e dos seus mais distintos vassallos, que por tão plausível motivo concorreram ao Paço a beijar a real mão do soberano.

– 31 –

Como o Príncipe Regente Nosso Senhor tivesse mandado estabelecer no Hospital Real Militar desta Corte uma Escola Anatômica, Cirúrgica, e Médica, pelo providente decreto de 5 de novembro do ano antecedente, em benefício da conservação, e saúde dos seus povos, a fim de se formarem na dita escola hábeis, e peritos professores, que, unindo a ciência médica com esses conhecimentos práticos da cirurgia, possam exercer ambas estas faculdades com muita vantagem, e utilidade dos seus vassallos; neste presente ano de 1809 se deu princípio a este tão útil, como necessário estabelecimento; e, para reger as diferentes cadeiras, de que se forma esta escola, nomeou Sua Alteza alguns médicos, e cirurgiões, cujos conheci-

mentos tanto teóricos como práticos, eram bem conceituados na opinião pública, e prometem as mais bem fundadas esperanças, que desta escola sairão professores muito instruídos na arte de curar, os quais, espalhando-se por todo o Brasil, cuidem da conservação dos povos, administrando-lhes os remédios nas suas enfermidades, segundo as regras de tão preciosa arte, e que desempenhem as paternais vistas do melhor dos soberanos, que tanto se interessa pelo bem, e prosperidade dos seus vassallos, cuja saúde, e conservação foi um dos primários objetos do seu real cuidado.

– 32 –

Debalde o Brasil, rico em ouro, rico em diamantes, ostentaria riquezas ainda maiores em tantas, e tão diversas produções, que a natureza tão prodigamente repartiu por este imenso país, e que tanto concorrem para benefício dos homens, se eles carecessem de quem os soubessem aplicar nas ocasiões precisas com mão hábil, e inteligente, subministrando-lhes os salutíferos remédios. Desta escola, pois, sairão professores de cirurgia para o serviço da Real Marinha, e Exército, para os navios de comércio, para os hospitais, e para as povoações marítimas, e centrais, aonde escassamente tem chegado um, ou outro cirurgião, ou medico digno deste nome, com dano, e ruína evidente da população ainda tão mesquinha, principalmente nas capitánias interiores. Graças, e mil graças sejam dadas ao pai da pátria ao piedoso, e magnânimo Príncipe Regente Nosso Senhor, que com tanto desvelo, e prontidão, ocorreu a este mal, criando nesta Corte, tão sábia como precedentemente a primeira Escola Médico-Cirúrgica do Brasil em benefício dos seus vassallos. Talvez que cedo se formem, e estabeleçam outras com o mesmo plano. nas principais cidades do Brasil *.

– 33 –

As vistas paternais do Príncipe Regente Nosso Senhor não se limitam no político horizonte desta Corte, e cidade do Rio de Janeiro, ou da sua província; elas se dilatam, e estendem às últimas raias dos seus Estados Americanos elas abrangem de um golpe todo este vastíssimo continente; e no centro mesmo dos mais incultos sertões se experimentam os benéficos

* Com efeito, Sua Alteza Real mandou criar outra na cidade da Bahia.

efeitos do seu paternal governo. Por ordens expressas de Sua Alteza Real ao excelentíssimo governador, e capitão-general da capitania de Goiás, D. Francisco de Assis Mascarenhas, fez este benemérito governador, a fim de encurtar a distância entre esta Corte, e a cidade do Yará, e facilitar a mútua comunicação por meio dos correios, abrir uma estrada de cento e vinte e uma léguas pelo território da sua capitania, desde o registro de Santa Maria até Porto Real do Pontal, na comarca do norte do mesmo Goiás, a qual estrada se concluiu tão completamente, que nem se encontra nela obstáculo, que retarde o viajante: construíram-se potes de madeira nos ribeirões; e nos rios caudalosos, e invadeáveis acham-se prontas canoas; nem faltam cavalgadas nos lugares competentes; e reforçaram-se os registros de Santa Maria, e de S. Domingos com maior número de soldados. Esta estrada continua desde o registro de Santa Maria pela capitania de Minas Gerais até Vila Rica, e por ela é que transitou a parada, concedida pelo governador do Pará com a nova da conquista da Caiena.

– 34 –

Também, por mandado de Sua Alteza Real o mesmo benemérito governador daquela tão extensa, como pouco cultivada capitania de Goiás, se tem promovido a plantação do trigo e demais grãos cereais, não só para o consumo dos povos dela, como também para suprir aos do Pará: sendo aquele terreno fertilíssimo, e havendo para o transporte admiráveis meios pelos seus caudalosos, e navegáveis rios, que deságuam, no Tocantins, e por este até ao Pará, e mesmo até ao Maranhão pela nova estrada, que Sua Alteza mandou abrir pelo sertão, de o Tocantins até ao Itapicuru, e por ele abaixo até à sua foz. Assim, dentro de poucos anos haverá entre estas duas províncias marítimas, e a central de Goiás um grande, e ativo comércio com avultados interesses recíprocos, e facilmente se povoarão aquelas terras abençoadas, cuja fertilidade promete uma agricultura sem restrições, e imensa.

– 35 –

O Príncipe Regente Nosso Senhor, atendendo que o ouro tinha desaparecido quase repentinamente da circulação, ou porque tivesse saído em grande parte para a Inglaterra, ou porque a prudência persuadiu aos capitalistas que o entesourassem, ao mesmo tempo que circulava no giro mer-

cantil imensidade de pesos espanhóis, os quais iam também desaparecendo gradualmente, atraídos pelos ingleses e pelos indiáticos: pelo providentíssimo alvará de 20 de novembro foi servido ordenar que na Casa da Moeda desta Corte, e na da cidade da Bahia, se cunhasse uma nova moeda de prata do valor de novecentos e sessenta réis, ou de três patacas, que é o mesmo peso espanhol, cunhado de novo com o cunho português, sem outra mais alteração alguma, ficando desta sorte dinheiro provincial, e não sendo mais artigo de comércio, depois desta nova marca. Assim, a abundância da moeda de prata é tanta, apesar de circular por todo o Brasil, que parece que as nossas minas de ouro se transformaram em Potosís. Tão acertada, e providente foi a real resolução do Príncipe Regente Nosso Senhor!

– 36 –

O Beatíssimo Padre Pio VII, logo que foi informado que o Príncipe Regente Nosso Senhor tinha heroicamente tomado a resolução de passar-se para o Brasil com a Rainha Fidelíssima, sua prezada mãe, e Nossa Senhora, e com toda a sua real família, encheu-se de grande júbilo, considerando a Sua Alteza livre das maquinações de Napoleão, e prevendo a fatura grandeza da monarquia lusitana, firmemente consolidada em um país imenso, e riquíssimo: e, apesar de se achar recluso, e separado da comunicação dos fiéis pelo Nero dos nossos dias, o Sucessor de São Pedro, como que se esquecesse das indizíveis angústias da sua atual situação, quis dar uma egrégia prova do seu paternal amor a Sua Alteza Real, e da sua autoridade apostólica sobre os fiéis, que jamais poderá ser ligada pelos Napoleões do mundo. O Vigário de Cristo na Terra, levantou os seus olhos, e as suas mãos ao Céu, e revestido do poder daquele, que lhe confiou o regime da sua Igreja, a fim de santificar os começos do novo Império, que um príncipe tão virtuoso em obras, como fidelíssimo na sua crença, viera levantar na América Meridional, concedeu uma plenária indulgência a Sua Alteza, à real família, e a todos os seus vassalos, residentes no Brasil, que, confessados, e munidos com o Pão Eucarístico, ouvirem, ao menos por cinco vezes, a palavra de Deus, anunciada pelos pregadores evangélicos, e visitando alguma igreja, orassem a Deus pelas presentes necessidades, e tribulações da Santa Igreja Católica, por Sua Santidade, etc. Esta graça apostólica foi comunicada ao excelentíssimo núncio, Monsenhor Caleppi,

por Carta do Santíssimo Padre com data de 25 de outubro de 1808; e sendo recebida pelo Príncipe Regente Nosso Senhor com prazer, e gratidão, passou o mesmo excelentíssimo nuncio a dirigir cartas circulares aos bispos do Brasil, para que nas suas respectivas dioceses publicassem o mencionado jubileu, o qual devia durar por espaço de três meses, depois da sua publicação em qualquer cidade, vila, povoação, ou freguesia deste Estado. Nesta Corte começou o jubileu a 21 de dezembro, havendo o excelentíssimo e reverendíssimo bispo, capelão-mor, por pastoral sua, publicado o jubileu, nomeado os pregadores, e designado as igrejas, em que se fariam os sermões nos domingos, e dias-santos, de tarde.

– 37 –

Concluirei as Memórias deste ano com o alegre, e faustissimo dia 17 de dezembro, que nesta Corte foi festejado com as mesmas demonstrações de júbilo, respeito, e fidelidade, que os brasileiros deram a Sua Majestade Fidelíssima no dia do seu natalício no ano antecedente, sendo estas: a grande parada no largo do Paço, fogo de alegria da tropa, salvas das fortalezas, e navios de guerra, vivas, e aplausos. O Príncipe Regente Nosso Senhor se dignou de dar beija-mão à Corte, e aos seus vassallos mais distintos, que em grande gala concorreram ao Paço; e por tão justo motivo fez muitas mercês, que se publicaram pelas três secretarias. Sua Majestade Fidelíssima, apesar da sua avançada idade, e habitual enfermidade, vive sem maior novidade, que assuste os seus vassallos pela sua preciosa vida, que não cessamos de rogar ao Céu que se prolongue por muitos anos neste pacífico retiro, que a Providência lhe destinara no Novo Mundo nas atuais convulsões da Europa.

– 38 –

Acresce mais a apressada morte do excelentíssimo conde de Anadia, João Rodrigues de Sá e Menezes, do conselho de Estado, ministro e secretário de Estado dos Negócios da Marinha e Domínios ultramarinos, grã-cruz das Ordens de Cristo, e da Torre e Espada, acontecida a 30 de dezembro, e no dia seguinte foi o seu cadáver conduzido para a igreja de Santo Antônio, onde foi sepultado com as honras funerarias competentes.

.....

Ano de 1810

-1 -

SOLÍCITO o real ânimo do Príncipe Regente Nosso Senhor pelo bem dos seus vassallos, e consistindo este em grande parte na pronta, e reta administração da Justiça, a qual jamais poderá conseguir-se por homens leigos, e ignorantes das leis, e muitas vezes eles mesmos interessados nos pleitos, que devem sentenciar com a imparcialidade, que convém a um juiz; originando-se daqui, principalmente nas grandes povoações, muitas injustiças, prepotências, e impunidades: foi Sua Alteza Real servido dar a muitas vilas deste Estado do Brasil juizes de fora, homens letrados, a quem confiou nos negócios cíveis, criminaes, e dos órfãos, o regime dos respectivos povos. Assim, no decurso deste ano de 1810 criou, pelos alvarás de 15 de janeiro, o lugar de juiz de fora para as vilas de Santo Amaro da Purificação, o de S. Francisco: outro para as vilas de Maragogipe, e de Jaguarés: outro para a vila do Rio das Contas, na comarca de Jacobina, e todas pertencentes à capitania da Bahia, e credores deste benefício pela sua população. Pelo alvará de 22 do mesmo mês deu Sua Alteza juiz de fora à vila de Bonsucesso de Araçuaí, vulgarmente do Fanado, na comarca do Serro do Frio, na capitania de Minas Gerais. Por outro alvará de 13 de maio criou o lugar de juiz de fora para a cidade de S. Paulo; capital da capitania do seu

nome. Finalmente, pelo alvará de 24 de junho criou o lugar de juiz de fora para a vila de Fortaleza, capital da Capitania do Ceará.

– 2 –

Sendo também presente a Sua Alteza Real a falta da administração da Justiça, que há nas vilas, e julgados do interior da comarca de Pernambuco, por não poder o ouvidor fazer as competentes, e necessárias correições, por muito ocupado nos objetos, e incumbências do seu real serviço, que estão a cargo do mesmo ouvidor na cabeça da comarca, e por ser esta tão ao cargo que abrange um dilatadíssimo território, tornando-se por isso impraticável, e até impossível que um só ministro possa satisfazer a tantos, e tão complicados encargos, resultando de tão considerável falta muitos danos ao bem do real serviço, e aos interesses dos povos: foi servido o mesmo augusto Príncipe Regente Nosso Senhor, pelo alvará de 15 de janeiro, criar uma nova comarca, que se há de denominar do Sertão de Pernambuco, a qual compreenderá no seu território a vila de Simbres, os julgados de Garanhuns, de Flores, na Ribeira do Pajau, de Tacaraú, de Cabrobó, a vila de S. Francisco das Chagas, na barra do rio Grande, as povoações do Pilão Arcado, Campo Largo, e Caribenha, desmembrando-se todas da comarca de Pernambuco, e a de S. Francisco da comarca de Jacobina. Pelo mesmo alvará, dignou-se Sua Alteza Real erigir em vilas os julgados do Pilão Arcado, e o de Flores do Pajau para mais exata administração da justiça aos seus moradores; ficando o novo ouvidor obrigado a propor a Sua Alteza a vila, que deve ser cabeça da referida comarca novamente criada, atendendo-se para a situação que fique, quanto puder ser, no centro da comarca, para maior comodidade dos habitantes daqueles remotos distritos, etc.

– 3 –

Pelo providente alvará de 22 de janeiro, o Príncipe Regente Nosso Senhor determinou que, visto estarem abertos, pelas suas reais ordens, os portos deste Estado do Brasil ao comércio das nações estrangeiras, que estão em paz com a sua Coroa, para que se não comuniquem enfermidades contagiosas das suas embarcações, equipagens, e mercadorias, se haja de construir um lazareto, onde façam quarentena, quando houver suspeita, ou certeza de infecção: e que, enquanto se não edifica, e estabelece com a

regularidade, e forma, que convém, far-se-á a quarentena no sítio da Boa Viagem, onde provisoriamente se farão as acomodações precisas, e aí deverão ancorar as embarcações impedidas pelos oficiais da Saúde: que a respeito destas embarcações, nacionais, ou estrangeiras, se deverão observar as raras, estabelecidas para semelhantes casos, e praticadas recíprocamente pelas nações, a que pertencem: e que, tanto estas, como as nacionais que forem do comércio, pagarão por entrada para o lazareto, os navios, corvetas, e bergantinas, dois mil réis, as sumacas, mil e duzentos réis, e as barcas da costa, quatrocentos réis: e que, quando estiverem em quarentena, as pessoas, e mercadorias deverão pagar as despesas, que com elas se fizerem, como é prática nos mais lazaretos, etc. Item, que os navios, que trouxerem cargação de escravos, esperarão no ancoradouro do Poço, ou da Boa Viagem, até que se faça a visita da Saúde: e feita ela irão ancorar, e ter quarentena na ilha de Jesus. No ato da visita se determinaram os dias, que cada um destes navios deve ter de quarentena, conforme as moléstias, que trazer, e mortandade, que tenha havido, e mais circunstâncias, que ocorreram: mas nunca terão menos de oito dias de quarentena, em que os negros estejam desembarcados, e em terra, na dita ilha, para aí serem tratados, fazendo-os lavar, vestir roupas, novas, e sustentar de alimentos frescos, etc.

– 4 –

Pelo sobredito alvará dá Sua Alteza Real outras necessárias, e saudáveis providências, muito interessantes ao bem público, das quais passo a extrair o seguinte: Que, sendo uma das obrigações das Câmaras o cuidado dos provimentos dos víveres necessários aos habitantes das cidades, e vilas da sua jurisdição, para que haja abundância, mormente dos gêneros de primeira necessidade, e devendo evitar-se o prejuízo, que os trigos conduzidos em surrões sofrem, com tanto dano dos seus donos, como da saúde pública, ficando expostos ao tempo no cais do desembarque, por não haver armazéns, em que se recolham: portanto ordena Sua Alteza que a Câmara desta Corte faça construir no sítio, que parecer mais proporcionado, uma casa com acomodação para a arrecadação do trigo, e farinhas fabricadas dele, que entrem pela barra, para que nela se faça a visita da Saúde, e se dê licença para se porem à vendagem; e o trigo, que entrar, pagará um vintém por cada alqueire, até se pagar da despesa da construção

da casa; e, finda que seja, se dividirá em duas partes, uma para a Câmara, destinada a fim de concorrer para as obras públicas, e outra para o cofre da provedoria-mor da Saúde, etc.

– 5 –

Também, pelo mesmo alvará, ordena Sua Alteza Real que o provedor-mor da Saúde mandará fazer exames, e vistorias no matadouro do gado, e açougues públicos, providenciando nos casos ocorrentes, que os juizes, almotacéis, e Câmaras não tiverem acautelado, e prevenido: e poderá determinar os consertos, mudanças, e obras, que julgar se devam fazer, para que a saúde pública não perigue, tanto pelo consumo das carnes, que aí se cortam, como pela vizinhança destes lugares. E porquanto, pela falta de pastagens, que sofrem os gados conduzidos para esta capital, são os mesmos de tal sorte atormentados que, quando são cortados nos açougues, estão incapazes de servir de bom alimento, o provedor-mor da Saúde terá o conhecimento, e jurisdição necessária para designar pastagens nos caminhos, por onde passam as boiadas, nas quais hajam de descansar os gados, e refazer-se, até serem conduzidos para os matadouros das cidades, ou vilas. Se estes terrenos forem devolutos serão demarcados, ficando com o tamanho de meia légua em quadro, e pertencerão aos Conselhos respectivos; e sendo de particulares se pagará pelo cofre da Saúde e seu arrendamento, etc. Uma légua distante desta Corte se estabelecerá, pela mesma causa, uma pastagem, em que ultimamente se recolham as reses, que vierem para o abastecimento da cidade, providenciando-se de sorte que se não demorem mais de vinte e quatro horas no matadouro, e que na referida pastagem entrem os gados dos tropeiros, e marchantes sem preferência, ou fraude, que venha ocasionar algum monopólio. Finalmente neste mesmo alvará se encontram outras muitas determinações reais sobre as visitas das boticas, e lojas de drogas, número dos empregados na provedoria-mor, os seus officios, salários, etc.

– 6 –

O Príncipe Regente Nosso Senhor, a fim de atalhar conflitos de jurisdição entre as Mesas de Inspeção, e outras autoridades, por serem indecorosos, e sobretudo prejudiciais ao bem dos seus fiéis vassallos, foi servido ordenar, pelo alvará com força de lei de 30 de janeiro, que seja

privativa, e exclusiva de qualquer outra jurisdição, a que as Mesas de Inspeção das diferentes capitánias deste Estado exercem naquelas coisas que lhes têm sido incumbidos pelas leis, alvarás, decretos, e ordens régias, e ainda mesmo nos casos de administração das heranças dos que morrem sem testamento, e sem herdeiros presentes, e com credores negociantes: e que das mesmas inspeções se se possam interpor recursos ordinários, e extraordinários, para a Real Junta do Comércio; ficando inibida de entrar nestes conhecimentos quaisquer outras autoridades, salvo o recurso à sua real pessoa, que sempre em todo o caso se deve entender competir aos seus fiéis vassallos.

– 7 –

Sendo o principal objeto da paternal atenção do Príncipe Regente Nosso Senhor o promover a felicidade dos seus vassallos por todos os meios conducentes a esse fim e que a experiência tem mostrado serem os que elevaram as nações, que os adotaram, ao maior auge de prosperidade, e opulência; e considerando Sua Alteza Real que o comércio marítimo, tanto nas idades remotas, como nos recentes tempos, tem sido o que mais tem concorrido para firmar a sólida riqueza dos povos, que o exercitam; pois que oferecendo uma pronta, e cômodas conduções, contribuem para mais rapidamente promover o aumento da agricultura, e abundância dos seus produtos, a indústria nacional, e a população; e para facilitar os meios de engrandecer a marinha militar, tão necessária para a proteção do mesmo comércio, e para preservação, e segurança dos Estados, e Impérios marítimos; portanto mandou que subissem a sua real presença os regimentos, que se achavam estabelecidos para se efetuar os despachos dos navios na saída deste porto do Rio de Janeiro: e vindo no conhecimento dos notáveis prejuízos que necessariamente haviam de resultar da multiplicidade de despachos, que os mestres das embarcações eram obrigados a diligenciar em tantas, e tão distantes repartições, como as que abusivamente se achavam estabelecidas, a maior parte das quais se aduziam a simples, e meras formalidades, tendentes não a favorecer o comércio, mas a realizar, e segurar emolumentos e estabelecer dependências, resultando disto prolongarem-se as embarcações no porto, por considerável espaço de tempo com prejuízo dos donos dos navios, e do comércio: foi Sua Alteza servido, pelo alvará

de 3 de fevereiro com força de lei, das muitas, e importantes providências sobre este objeto, mandando criar, e estabelecer uma Mesa do Despacho Marítimo, na qual se devam concentrar os despachos, e mais diligências a eles relativas, que se expediam por diferentes repartições: a qual Mesa será composta de um fiscal, um tesoureiro, um escrivão, e um contínuo, e terá as suas sessões todos os dias de manhã, que não forem de guarda, desde as oito horas até ao meio-dia; e se houver grande concurso de despachantes, se fará outra sessão na tarde do mesmo dia. Seguem-se os regulamentos dos empregados, etc.

– 8 –

Sendo presente a Sua Alteza Real, por consulta do Desembargo do Paço, que muitos danos, e prejuízos resultavam ao bem do seu real serviço, e aos interesses da sua Real Fazenda, de não estar determinado que o ouro em pó introduzido neste Estado do Brasil por meio do comércio da Costa d'África, e extraído de minas estrangeiras, fosse manifestado na ocasião das visitas, que se deviam fazer, quando estivessem já fundeadas as embarcações, que o trouxessem, e com as guias conduzido às Casas da Moeda, para ser entregue aos seus donos, depois de cunhado em moeda nacional, que mais quisessem; e que da falta desta legislação provinha não se arrecadar o direito senhorial da moedagem de todo o ouro em pó, que se importar das minas estrangeiras por meio do comércio, para haver maior proporção com os outros valores políticos, introduzidos com maior abundância por meio do comércio liberal, e franco, hoje em dia estabelecido neste Estado: e resultava também o extravio do quinto, determinado para o ouro extraído das minas nacionais, que poderia facilmente verificar-se, misturando-se com o da Costa d'África, sem poder distinguir-se, nem extremar-se: foi servido o mesmo augusto e real senhor determinar que se proceda a visita pela Intendência do Ouro, sendo obrigados esses mestres, oficiais, e passageiros, que trouxerem ouro em pó, a manifestá-lo, e que todo o que vier em embarcação, que aportar nesta Corte, ou na Bahia, seja conduzido, com as competentes guias, para as Casas da Moeda, assinando-se tempo competente, nos outros portos, para o levarem à mais vizinha, sendo entregues aos seus donos, depois de cunhado em moeda nacional ao contento deles; e que todos os que assim não se manifestarem, e o extravia-

rem, serão punidos com a perda do que lhe for apreendido, e do pagamento de outro tanto do seu valor para o denunciante, ou quem o apreender. Tudo pelo alvará com força de lei de 12 de fevereiro.

– 9 –

Por outro, com a data de 27 do mesmo mês, Sua Alteza Real, sendo informado, por consulta da Real Junta do Comércio, do muito que importava ser instaurada, e acrescentada a pena estabelecida no parágrafo 13 do cap. 3º do regimento dado às Mesas de Inspeção, para se coibirem as fraudes dos que maliciosamente alteram, e viciam as caixas de açúcar, bem assim os danos, que por tais fraudes, com menos boa reputação, o consumo do dito gênero nos mercados da Europa, se podem seguir ao progresso de um ramo de cultura, e de indústria, de que muitos outros dependem, e que faz a principal exportação deste Estado; e querendo Sua Alteza Real extirpar para sempre um delito, que influi sobre a prosperidade geral, perpetrado em detrimento da agricultura, do comércio, e da navegação, foi servido determinar que todas as pessoas, que com positiva má fé, e conhecido dolo cometerem falsidades industriosas em caixas de açúcar, ou introduzindo nelas corpos estranhos para o aumento do peso, ou cobrindo artificialmente porções de açúcar de íntima qualidade com o de superior, para defraudarem pela maioria dos preços os compradores, incorrerão, pela primeira vez, na pena do confisco das mesmas caixas e na de prisão por seis meses em cadeia pública; e de degredo por cinco anos para Angola, além das ditas penas, em caso de reincidência. Segue-se no mesmo alvará, o regulamento para a execução desta saudável lei.

– 10 –

O segundo aniversário da feliz chegada do Príncipe Regente Nosso Senhor a esta capital do Brasil foi celebrado a 7 de março com a mesma pompa do ano antecedente; mas neste ano houve a particularidade de mandar Sua Alteza colocar na Real Capela uma linda imagem de Nossa Senhora da Vitória, que os franceses haviam apresado com um navio do Pará, e levado para a Caiena, e que o governador escolheu dentre os despojos inimigos, para enviar a Sua Alteza Real. Esta linda imagem é a que ocupa o segundo altar do lado esquerdo, para os que entram na Real Capela, e de um, e de outro lado se suspenderam duas bandeiras francesas, colhidas

na mesma Caiena. Que maior anúncio de que os portugueses serão sempre vitoriosos nesta terrível luta, que vir a Senhora da Vitória, que estava como cativa no poder daqueles invencíveis, a ser depositada na casa do príncipe da nação portuguesa? *

– 11 –

O natalício da sereníssima senhora princesa do Brasil, D. Carlota Joaquina foi aplaudido com as demonstrações do público prazer, e respeito, segundo o costume, embandeirando-se no dia 25 de abril as fortalezas, e navios surtos neste porto, que deram as salvas nas horas competentes; ao meio-dia houve beija-mão solene, a que concorreu a Corte, e as pessoas mais condecoradas, em grande gala, e por tão fausto motivo o Príncipe Regente Nosso Senhor foi servido fazer algumas mercês, das quais as mais relevantes são as seguintes:

Bispo de Pernambuco, o Dr. Antônio de S. José Bastos, monge beneditino do mosteiro desta cidade, e natural da mesma.

Bispo de Angola, o p.m.fr. Antônio da Santa Úrsula Rodovalho, religioso franciscano do convento desta cidade, e natural de Taubaté, na capitania de São Paulo**

Grã-cruz efetivo da Ordem da Tôrre e Espada, o marquês de Angeja

Grã-cruz honorário, o conde de Redondo, Tomé José de Sousa.

Grã-cruz da Ordem de São Tiago, o conde de Cavaleiros.

– 12 –

O felicíssimo dia 13 de maio, em que o Príncipe Regente Nosso Senhor completou mais um ano da sua preciosa vida, foi celebrado com uma magnificência, e júbilo público tão extraordinário, e qual o Rio de Janeiro nunca pensou testemunhar. Logo ao amanhecer se embandeiraram

* As bandeiras foram removidas por ordem de Sua Alteza, logo que chegou a notícia da paz geral; e com razão, para não se perpetuar lembranças odiosas, quando os indivíduos desta nação francesa vivem hoje como irmãos entre nós. Nota feita em 1820.

** Renunciou, antes de ser sagrado, por motivos de moléstia, de que faleceu a 2 de dezembro de 1817.

as fortalezas, e os navios, tanto nacionais, como estrangeiros, surtos neste porto, dando as salvas do costume, e pelas onze horas entrou no Terreiro do Paço a tropa de linha, e miliciana com grande asseio, e garbo militar; e ali, entre mil aplausos, e vivas a Sua Alteza Real, deram-se as três salvas do parque de artilharia, seguida cada uma delas das descargas dos regimentos de infantaria; e depois as fortalezas, e navios de guerra portugueses, e ingleses por alguns minutos fizeram estrondar toda esta vasta baía com a sua artilharia. Seguiu-se então o grande ato do beija-mão, no qual o Príncipe Regente Nosso Senhor foi cumprimentado pelo corpo diplomático e deu a sua real mão a beijar aos seus fiéis vassallos de todas as ordens do Estado, que em grande gala, e pompa concorreram ao Paço para esta augusta cerimônia. Entretanto se retiraram os corpos milicianos; e os regimentos de linha ensarilharam as armas nos lugares, onde estavam postados, e os soldados voltaram para os seus quartéis, onde Sua Alteza lhes mandou dar abundantes refrescos. Findo o solene beija-mão, por especial ordem do Príncipe Regente Nosso Senhor, os oficiais da tropa de linha foram convidados para uma grande mesa de Estado, onde jantaram.

– 13 –

Entretanto se armou com incrível presteza um caminho estradado, levantado do chão quatro palmos, e sobre ele se formou uma teia, ornada com toda a beleza, pois nela só se divisavam sedas, galões de ouro, e alcatifas da Pérsia, cujo comprimento, desde a porta principal do palácio até à da Capela Real, era de seiscentos e cinquenta palmos, com dezesseis de largura; de espaço em espaço pendiam de noventa e oito hastes outros tantos lampiões de vidro com duas velas de cera em cada um deles. As janelas de toda a quadra da praça estavam guarnecidas de cortinados de seda, como também as portas, o que fazia uma muito agradável vista, parecendo todo este recinto um magnífico salão. As paredes do interior do Paço, desde a entrada até às primeiras salas, estavam forradas de damasco; e finos tapetes se estenderam desde as mesmas salas até à porta do palácio, e daqui pela teia a confinar com a entrada da Capela Real, a qual estava também alcatifada por toda a sua extensão. Soberbos lustres de cristal ornavam o pátio interior do palácio, e tanto aqui, como na Real Capela, se viam muitos tocheiros, que sustentavam tochas de cera, com profusão

de outras muitas luzes, que a seu tempo esclareceram o templo, a teia, e Paço. Levantaram-se quatro coretos, dois nos lados da porta do palácio, e outros dois nos da Capela Real. Na frente do mar se erigiu uma grande máquina de arquitetura, para servir à iluminação, e ao fogo, como veremos ao depois. Enfim tudo respirava grandeza, e magnificência, como convinha a uma festividade nupcial, e real, a primeira, que o Novo Mundo viu realizar-se na Corte do Brasil.

Dedit ei Filiam suam et fecit nuptias ejus sicut Reges in magna gloria.

Macab. L. 1. cap. 10. § 58.

– 14 –

O Príncipe Regente Nosso Senhor querendo dar ao sereníssimo senhor D. Pedro Carlos de Bourbon e Bragança, infante d’Espanha, seu prezado sobrinho, e almirante-general da Marinha Portuguesa, a prova mais decisiva da sua estima, e amor, resolveu uni-lo em estreito laço do matrimônio com a sua muito prezada filha, a sereníssima senhora princesa D. Maria Teresa; e para mais aumentar o júbilo nacional do dia 13 de maio, do seu aniversário natalício aprazou a tarde do mesmo feliz dia para se celebrar a cerimônia sagrada dos reais desposórios na sua Capela Real. Portanto, havendo-se feito com antecedência a participação do futuro consórcio de Suas Altezas ao corpo diplomático, à Corte, aos tribunais, e mais autoridades, segundo o estilo, o senado da Câmara desta cidade e Corte do Rio de Janeiro fez publicar aos moradores dela esta tão agradável, e fausta notícia, convidando a todos para darem as demonstrativas provas de prazer por um fato tão interessante à nação portuguesa em geral e de tanta honra, e glória para esta cidade do Rio de Janeiro. O anúncio destes reais desposórios fez-se poucos dias antes da sua celebração, da maneira seguinte: saíram os almotacéis em grande estado, montados em soberbos cavalos ricamente ajaezados, com a comitiva de muitos oficiais da Câmara, levando todos capas bandadas de seda branca, e chapéus com plumas da mesma cor, e ricamente ornados de jóias, igualmente montados em cavalos das reais cavaliças; seguiam-se muitos criados da Casa Real, dos quais uns iam montados e outros levavam à destra cavalos bem arreados, e ornados com fitas, e plumas para maior realce desta pompa. Duas numerosas bandas

de música instrumental dos regimentos de linha, e milicianos, precediam, e seguiam. a cavalgada da mesma sorte montados; finalmente fechava o aparatoso acompanhamento um corpo de cavalaria da guarda real da polícia, e da mesma era a escolha, que ia adiante abrindo o caminho, após da qual iam três azêmolas carregadas de fogo do ar. Assim se dirigiram para o Terreiro do Paço, onde na augusta presença do Príncipe Regente Nosso Senhor, e da real família, se leu pela primeira vez o edital da Câmara, e ali se soltaram muitos fogos no ar, cujos estrépitos eram acompanhados de vivas, e aplausos do muito povo, que na praça se achava naquela ocasião, esperando testemunhas a pompa deste bando, e ao mesmo tempo manifestar a Suas Altezas o seu contentamento. Do Terceiro do Paço a cavalgada passou a discorrer pelas principais ruas da cidade, lendo-se, a afixando-se nas esquinas os editais com o mesmo estrondo dos fogos volantes e prazer geral dos moradores de toda a cidade, que suspiravam pelo ditoso dia, em que se realizariam os reais desposórios.

– 15 –

Chegado que foi o aprazado dia, domingo, 13 de maio, natalício do Príncipe Regente Nosso Senhor, e havendo-se consagrado a manhã ao festejo dos anos de Sua Alteza Real, apenas o relógio soou duas horas da tarde, já era tão grande o concurso do povo que se dirigia para o Terreiro do Paço, que com dificuldade se podia romper por ele, desejando cada qual ocupar o melhor lugar, e o mais perto da tela para tudo ver e gozar de um espetáculo nunca visto nesta parte do mundo. Todo o Terreiro do Paço apresentava aos olhos uma cena muito brilhante, e encantadora, já pelo ornato da praça, já pela afluência dos coches, que conduziam o corpo diplomático, a Corte e as pessoas de maior graduação de todas as ordens do Estado; já pela vista dos regimentos, que de novo se puseram debaixo de armas, tocando os músicos agradáveis marchas, já finalmente pelo imenso concurso do mesmo povo que ali se achava. Se olhávamos para as janelas principais do palácio, nelas víamos o nosso augusto príncipe e senhor com os sereníssimos noivos, e toda a real família na mais completa alegria, recolhendo em seu paternal coração os votos, e bênçãos, que os seus fiéis vassalos enviaram ao Céu pela prosperidade e aumento da Casa Reinante de Bragança, que neste ditoso dia ia a ser de novo enlaçada com a de Bour-

bon: se corríamos os olhos pelas demais janelas do mesmo palácio, nelas encontrávamos as senhoras da primeira grandeza da Corte, as damas, e as mais distintas criadas de Sua Majestade Fidelíssima e de Suas Altezas Reais, ricamente ataviadas, realçando com a sua beleza a magnificência desta real função: se enfim estendíamos a vista para o mar, os navios portugueses e ingleses ancorados no meio da baía, os brigues e outras embarcações menores, fundeadas perto do cais, embandeiradas todas, e grande número delas enfeitadas com bandeiras e mulas de diversas cores, apresentavam um muito vistoso e agradável espetáculo.

– 16 –

Eram cinco horas da tarde, ponto dado para esta real e sagrada cerimônia dos desposórios de Suas Altezas, quando entre os repiques dos sinos da Real Capela e das igrejas da cidade, salvas das fortalezas e da esquadra, músicas dos regimentos e aplausos do povo, começou a sair do Paço e a caminhar pela teia para a Capela Real o magnífico acompanhamento da Corte pelo modo seguinte: uma banda de músicos precedida de alguns soldados da guarda real rompia a marcha, tocando vários instrumentos de sopro; após dela se seguiam os porteiros da cana, indo seis deles com as maças de prata ao ombro; logo os reis d'armas, arautos e passavantes; caminhava depois grande número de pessoas da nobreza, que não é chamada por aviso da secretaria de Estado; seguiam-se os moços da Câmara e os oficiais menores da Casa Real, como também o corregedor do Crime, da Corte e Casa; imediatamente vinham os grandes do Reino, que foram chamados por aviso, e a quem o Príncipe Regente Nosso Senhor mandou cobrir, segundo a etiqueta da Corte, e também o corpo diplomático; finalmente o Príncipe Regente Nosso Senhor trazia pela mão o sereníssimo noivo senhor infante D. Pedro Carlos, acompanhado dos sereníssimos senhores príncipe da Beira, e infante D. Miguel, e logo a sereníssima senhora princesa do Brasil, levando pela mão a sereníssima noiva, a senhora D. Maria Teresa, que pela sua rara formosura, riqueza dos vestidos, preciosidade das jóias e beleza do ornato, a todos encantava, levando após de si os olhos e os corações dos que na praça se achavam nesta feliz tarde dos seus desposórios. Suas Altezas iam acompanhadas aos lados pelos excelentíssimos conde de Caparica e D. Manuel de Sousa; sustentando-lhes as caudas do donaire a

excelentíssima camareira-mor. Seguiam-se as sereníssimas infantas, D. Maria Isabel, D. Maria Francisca e D. Isabel Maria, como também a sereníssima senhora princesa D. Maria Francisca Benedita, levada pelo braço do excelentíssimo marquês de Lavradio, e sustentando-lhe a cauda do donaire a excelentíssima marquesa de Lumiares: ia esta seguida de quatro damas, as excelentíssimas D. Maria Eugênia, da Casa de Redondo, D. Maria do Resgate, da Casa de Valadares, D. Maria de Almeida, da Casa do Lavradio, e D. Bárbara da Cunha, da Casa de Povolide. Fechava esta comitiva a guarda real e outra banda de música.

-17-

A porta da Capela Real esperava a Suas Altezas o excelentíssimo e reverendíssimo bispo capelão-mor com o seu ilustríssimo cabido, todos ricamente paramentados de branco; o interior do santuário brilhava com profusão de luzes, que faziam sobressair a riqueza da sua armação, que toda consistia em damasco, veludo, ouro e prata dos altares. Chegadas que foram as reais pessoas à porta da capela, feitas as cerimônias prévias da aspersão, que lançou Sua Excelência Reverendíssima, se dirigiram todos processionalmente para o altar do Santíssimo Sacramento, e entretanto rompeu uma sinfonia vocal, e instrumental, que durou enquanto Suas Altezas fizeram oração, e, finda a qual, encaminhando-se para a capela-mor, tomaram assentos no riquíssimo sólio, que ali se lhes havia preparado, onde descansaram por um pouco. Entretanto subiu o excelentíssimo capelão-mor para a sua sede e os ilustríssimos monsenhores e cônegos para a quadratura. Feito o sinal pelo mestre-de-cerimônias, desceu Sua Excelência Reverendíssima do seu sólio, e sentando-se em frente do altar-mor em um faldistório de prata com a mitra preciosa na cabeça, e o báculo na mão direita, servindo o ilustríssimo monsenhor decano de presbítero assistente, e tendo por acólitos dois ilustríssimos monsenhores, assim se conservou, até que o Príncipe Regente Nosso Senhor pegou a mão do senhor infante e o foi apresentar a Sua Excelência Reverendíssima, e o mesmo executou a sereníssima senhora princesa do Brasil, conduzindo a sereníssima senhora princesa D. Maria Teresa. Assim que as reais pessoas se levantaram, levantou-se Sua Excelência Reverendíssima, e todo o cabido, e ao chegar Suas Altezas perante o excelentíssimo e reverendíssimo prelado, este, depois de feita uma profunda vênia a Suas Altezas, passou a fazer aos

sereníssimos noivos os interrogatórios, conforme o ritual, perante o Príncipe Regente Nosso Senhor, e a sua augusta consorte, como testemunhas deste ato; e, ouvidas as respostas de ambos os sereníssimos noivos, puseram os reais contraentes as mãos uma sobre a outra em cima da estola do excelentíssimo e reverendíssimo bispo capelão-mor e pronunciaram as palavras indicativas do seu mútuo consentimento; e logo Sua Excelência Reverendíssima, dizendo as palavras da forma deste grande sacramento, os abençoou em nome do Padre, do Filho e do Espírito Santo; e pondo-se os sereníssimos desposados de joelhos diante do altar, o excelentíssimo e reverendíssimo bispo capelão-mor lhes deu as bênçãos nupciais em canto solene; findas as quais, voltaram Suas Altezas para o sólio, e o excelentíssimo bispo entoou no meio do altar o hino *Te Deum Laudamus*, que foi todo cantado pelos músicos da Real Câmara, e Capela. Logo que se entoou o hino de graças, a tropa de linha deu a primeira descarga, seguida de salvas das fortalezas, e navios de guerra, e repicaram os sinos da Real Capela, e todos os mais das igrejas desta Corte, o que motivou um geral contentamento em toda a cidade.

– 18 –

Finalizado o *Te Deum Laudamus*, com as competentes orações, que cantou o excelentíssimo e reverendíssimo bispo, capelão-mor, e havendo as pessoas reais descido do sólio se encaminharam todos para o altar do Santíssimo Sacramento, onde fizeram oração, concluída a qual, ao mesmo tempo que todo o sagrado recinto ressoava com a agradável harmonia dos instrumentos músicos, e das vozes, levantaram-se os que formavam o acompanhamento, e pela mesma ordem, com que vieram para a capela prosseguiram para o Paço, com a diferença de que as pessoas reais eram alumeadas com tochas pelos moços da Câmara. Seriam então oito horas da noite, e o recinto da praça estava tão esclarecido pela profusão de luzes, que não se invejava a claridade do dia; e o concurso, especialmente das senhoras, era tão extraordinário por toda a parte, que dificultosamente poderia o régio acompanhamento voltar para o Paço, a não caminhar pela teia, anelando todos poder ver e admirar a pompa nupcial de Suas Altezas, e como maior empenho poder contemplar a beleza e magnificência da sereníssima senhora princesa desposada, que, como disse, a todos encantava, e após de si levava os olhos e os corações. Nesta passagem de Suas Altezas pela teia

eram saudados com muitos vivas em aplauso de tão venturoso consórcio, que há pouco se acabava de celebrar um dia de tanta alegria nacional, dia para sempre memorável nos anais do Brasil, e de tanta glória para o Rio de Janeiro, não só por ser o natalício do Príncipe Regente Nosso Senhor, mas também por esta augusta cerimônia, a primeira deste gênero que se fazia no Novo Mundo.

– 19 –

Apenas Suas Altezas chegaram à porta do Real Palácio, se deu a segunda descarga da infantaria, seguindo-se as salvas das fortalezas e navios de guerra que, estando iluminados todos, tanto ao longe como no perto, com as diferentes disposições das luzes apresentavam uma vista muito aprazível. Recolhido que foi no Paço o real acompanhamento, o Príncipe Regente Nosso Senhor se dirigiu com os sereníssimos noivos, e a real família, para a sala de dossel e ali receberam Suas Altezas as felicitações do corpo diplomático, dos grandes do Reino e das pessoas que tiveram a honra de serem admitidas no cortejo e comitiva de Suas Altezas; e então se publicaram muitos despachos pelas três secretarias de Estado. Entretanto se deram as últimas descargas e salvas, acompanhadas dos vivas da tropa e do povo, que cobria toda a praça e lugares adjacentes. Findo o cortejo, passou o Príncipe Regente Nosso Senhor com as pessoas reais a ir apresentar os augustos noivos a Sua Majestade, a Rainha Nossa Senhora, que os recebeu com muito prazer, e dando a sua real mão a beijar a ambos os augustos noivos, seus prezados netos, lhes lançou a bênção, que receberam de joelhos. Pelas nove horas, pouco mais ou menos, passaram Suas Altezas para o teatro, que estava ornado com magnificência, achando-se já ali toda a nobreza, por especial convite, grande número de senhoras ricamente adornadas, e um numeroso concurso de pessoas distintas de diferentes hierarquias. Ao entrarem Suas Altezas com os augustos desposados, rompeu aquela nobilíssima assembleia em repetidos vivas ao Príncipe Regente Nosso Senhor, aos sereníssimos noivos, e a toda a real família. Depois disto os cômicos passaram a desempenhar um novo drama intitulado *O Triunfo da América*, expressamente composto para se recitar nesta faustíssima noite. Entretanto, para entretenimento do imenso povo, que vagava pelo Terreiro de Paço, gozando das iluminações da terra, e do mar, se postaram em

vários lugares coros de música instrumental, que alternadamente tocavam agradáveis sinfonias.

– 20 –

Além das luzes, que resplandeciam nas janelas do Real Palácio, na fachada, e torre da Capela Real, nas casas fronteiras ao Paço, em toda a cidade, e seus subúrbios, nas fortalezas, e navios de guerra, como também nas embarcações menores, que ancoravam à borda do cais, e até mesmo em escaleres, que corriam já para uma, já para outra parte, fazendo vistas muito variadas, e divertidas, construiu-se no lado da praça, fronteiro ao mar, com extensão de quatrocentos e vinte palmos, uma soberba fachada de arquitetura rústica, que representava o fundo de um jardim, tudo muito bem executado, e otimamente pintado. No centro se via um grande painel bem moldurado, e nele se representava no alto um gênio, que com os braços abertos tocava com a mão direita uma elipse, em que estava retratado o Príncipe Regente Nosso Senhor; e com a esquerda, outra, que representava a Princesa Nossa Senhora: estes dois retratos eram unidos por uma faixa, que dos lados extremos das elipses sustentavam dois gênios, e no liso da faixa se lia: *Et nova Progenies coelo dimittitur alto*. No plano do quadro se via em estatura ordinária o Himeneu tendo nas mãos o emblema distintivo, isto é, um archote, e coroadado de rosas; aos seus lados haviam dois pedestais de bem fingida pedra: sustentava o da direita uma elipse com o retrato do sereníssimo noivo, que tinha ao lado o escudo da Casa dos Bourbons, três flores-de-lis de ouro em campo azul; uma âncora se encostava ao pedestal, e se lia no liso da pedra o seguinte:

*“Promete no laço amável
Do Esposo a honra, e firmeza,
Ventura, mais perdurável.”*

O da esquerda também sustentava outra elipse, com o retrato da sereníssima senhora princesa desposada, tendo ao seu lado outro escudo igual, com as Quinas Portuguesas e dava a ler o seguinte:

*“Deu à Esposa a Natureza
Gênio dócil, modo afável,
Graça honesta, e gentileza.”*

Do centro desta fachada se estendia para os lados três vãos de cada parte, e seis membros menores de igual vista: os vãos estavam pintados com tal arte, que fingiam fundo de bosque, e os membros tinham um óculo redondo com mesmo fundo, sendo a moldura adornada de dois golfinhos, cujas cabeças acompanhavam até ao meio, e as caudas se cruzavam no alto. Finalmente, rematavam as extremidades deste artefato duas portas, que estavam como tapadas, e em fundo branco se liam na direita estes versos:

*“Ouves, Príncipe, soando
Do teu Povo aclamações,
Que irão sempre redobrando
Nas futuras gerações;
Faz-se Imortal quem reinando,
Reina sobre os corações.”*

E na da esquerda estes outros:

*O Povo grato Te envia,
Princesa, com reverência
Aplausos mil neste dia -
Destinou-te a Providência
A salvar da tirania
Dos Bourbons a Descendência.”*

No alto de cada uma destas portas sobre a empena se formava um pedestal, que sustentava um vaso, em cujas bordas descansavam dois golfinhos, que levantavam as caudas a prumo, enroscadas uma com a outra: em cima da moldura do grande painel do centro estavam as Reais Quinas, e castelos portugueses, sustentados sobre a varanda, que corria toda a fachada do frontispício, enfeitadas pela parte superior com bambolins de veludo carmezim com forro de arminho, pintados na base de uma grande pirâmide de figura cônica, em cuja cúspide repousava uma estrela de ouro. Este engenhoso, e elegante artefato realçava muito a beleza da praça nesta, e nas duas noites seguintes, oferecendo ao público prazer chamados brilhantes sem fumo, nem estrondo: mas na quarta noite, como passaremos a ver, desenvolveu-se em outros fogos, que, recreando os olhos, atordoaram os ouvidos.

– 21 –

Os dias de segunda, e terça-feira foram também de gala na Corte; e as fortalezas, e vasos de guerra se embandeiraram do mesmo modo, e deram salvas ao amanhecer, ao meio-dia, e à noite; e as luminárias foram gerais, acompanhadas dos repiques dos sinos; o concurso no Terreiro do Paço não teve diminuição, e este mesmo se notava em todas as ruas da cidade. No Paço houve nestas duas noites grande serenata na sala do dossel em presença do Príncipe Regente Nosso Senhor, e da real família, a que concorreu toda a fidalguia, os ministros estrangeiros, e muitas pessoas de maior representação, além das damas do Paço, e muitas senhoras ilustres, que para isso tiveram licença. Para satisfação do povo, que era inumerável por toda a extensão da praça, e lugares circunvizinhos, havia músicas dos regimentos, que tocavam no pátio, e outros sítios adjacentes. Nas tardes destes alegres dias os sereníssimos consortes procuraram satisfazer ao povo, que se agrupava defronte das janelas para os ver, e aplaudir, aparecendo repetidas vezes, recebendo com agrado os seus afetuosos obséquios, e não se esquecendo Suas Altezas dos pobres, dali mesmo os socorreram pelas suas reais mãos.

– 22 –

Finalmente, na quarta-feira que também foi dia de grande gala, tornou a tropa a vir postar-se no largo do Paço, formando grande parada pelas onze horas e meia; e, dado o sinal, depois de feitas as continências ao Príncipe Regente Nosso Senhor, começaram as salvas do parque do regimento de artilharia, a que se seguiram as descargas da infantaria por três vezes alternadas umas, e outras, e no fim de tudo tirando os chefes, e os oficiais os chapéus, como também os soldados as barretinas, deram repetidos vivas ao Príncipe Regente, aos augustos desposados, e a toda a real família, acompanhando o povo com vozes, lenços, e chapéus estes aplausos militares, a que imediatamente sucedeu a salva geral das fortalezas, e naus de guerra, e outras embarcações menores, tanto portuguesas, como inglesas, surtas neste porto. Entretanto mandou a tropa pela frente das varandas, onde estavam Suas Altezas, em cuja real presença se abateram as bandeiras, como é estilo, e prática militar, e se retirou aos seus quartéis. Seguiu-se então o beija-mão solene na grande sala do dossel, onde o Príncipe Regen-

te Nosso Senhor recebeu com a mais viva alegria as felicitações do corpo diplomático, da Corte, tribunais, e dos seus vassallos mais condecorados de todas as classes do Estado, que concorreram a beijar a régia mão do soberano por motivo tão interessante, não só à sua real pessoa, e família, mas também a toda a nação: e neste dia houve novos despachos, que neste ato se publicaram.

– 23 –

Pela tarde começou o povo a concorrer para o largo do Paço, a fim de ver a armação do fogo, que nesta noite se havia de ali desenvolver. Toda a fachada do grande artefato na frente do mar, acima descrito, se via coberta de fogos artificiais, e nas extremidades estavam de cada lado cem girândolas, e outras invenções de fogos em demasiada quantidade, que haviam de imitar salvas de artilharia, e fogos rolantes de mosqueteria. Um regimento se postou na vanguarda em linha de batalha, guardando o mesmo fogo, além de muitas sentinelas, que o rodeavam, para o resguardar da demasiada curiosidade dos rapazes, e dos que têm tanto juízo, e prudência como eles. Muitas danças de africanos de diversas nações concorreram ao Terreiro do Paço, vestidas, e enfeitadas ao uso do seu país natal, e ao som dos seus instrumentos estrepitosos, e bárbaros, aplaudiram, como puderam, e como lhes permitia o triste estado da sua rudeza, e escravidão, o feliz consórcio de Suas Altezas. Algumas vezes não se estimava as ofertas, e obséquios pela sua valia, ou pela representação dos que os fazem, porém sim, pelo amor, e afeto, com que são feitos; por isso Suas Altezas não se designaram de receber os humildes festejos dos escravos, sendo das janelas espectadores destas danças.

Qui colitur etiam amatur.

– 24 –

Logo depois de anoitecer, pela quarta vez se acenderam as luminárias, ao sinal, que fez a Fortaleza da ilha das Cobras com a salva de costume. As bocas das ruas, que se abre para o largo do Paço, tanto do lado da Real Capela, como do cais, estavam ocupadas pelas guardas da polícia, que só deixavam entrar na praça os ranchos das senhoras, e as pessoas, que se apresentavam com decência, e de quem se não pudesse desconfiar ser

capaz de mínima desordem; e, apesar de se não poder executar esta providência com toda a exatidão, não houve a mais leve alteração, quer neste lugar, quer em outro qualquer, nesta noite, nem nas antecedentes, sendo tão grande o concurso do povo por toda a parte. Estando toda a quadra da praça já iluminada, saíram do arco do Teles, fronteiro ao Real Palácio, seis cavaleiros vestidos de branco, tocando trombetas, e após delas vinham catorze pares vestidos também de branco, igualmente bem montados em soberbos cavalos: tinham uns, divisas encarnadas, que consistiam em listões desta cor pendentos do ombro esquerdo até à coxa direita, e os outros as traziam da mesma forma, mas de cor azul, e vinham todos com os rostos mascarados. Marcharam a passo grave até defronte, e perto das janelas, em que estava o Príncipe Regente Nosso Senhor, e as mais pessoas reais e cada um levava uma tocha na mão direita; e logo, fazendo alto os trombetas, começaram os cavaleiros, em boa, e ordenada disposição, a correr o terreno, que a muito custo lhes tinha preparado a cavalaria da polícia, e mostrando muita destreza, ora galopando para a direita ora para a esquerda, ora trotando largo, ora apertado, ora fazendo círculos muito dificultosos por mui pequenos; e, conservando-se sempre em boa ordem, se dividiram em dois corpos, e saindo um cavaleiro ao meio do terreiro, que mediava entre eles, e fazendo um círculo foi tirar o par, que lhe ficava fronteiro, correndo sempre, como o segundo, que fez o mesmo, e os outros até ao último, e logo, largando as tochas, mesmo a galopar, formaram uma espécie de combate, disparando as pistolas que traziam encobertas; e depois, puxando as espadas, e esgrimindo com elas uns contra os outros, tornaram a tomar as tochas e se retiraram pela mesma ordem, com que tinham vindo, mas por diverso caminho, para rodearem, e serem vistos de todo o Paço.

– 25 –

Seguiu-se, depois desta agradável encamisada, o desenvolvimento do grande fogo artificial, o qual começou elevando-se após umas das outras cem girândolas de diversos fogos volantes, que pelos seus estrondos, e variadas vistas, entretiveram, por muitos minutos, não só aos que ali se achavam presentes, mas também aos que dos mirantes das suas casas os puderam gozar; logo as rodas, que estavam nos óculos do artefato acima descrito, começaram a girar, fazendo vistas muito belas, e diversas

umas das outras, tanto pelas figuras, que apresentavam, como pelas cores, que exibiam. Depois que pararam as rodas, subiu o rastilho aos vasos e se comunicou às pirâmides sextavadas, e quadradas, que fizeram vistas muito lindas; e depois de subirem muitas girândolas de estrelas, que esclareciam o horizonte, apareceu todo o frontispício iluminado de repente; e, quando se amortecia a iluminação, arrebentavam as bombas, que cada luz tinha no fundo, e logo na varanda apareceu o chuveiro de valverdes, que parecia uma loura seara ondeando com o vento brando; extinto o chuveiro se seguiu uma salva real, que parecia de artilharia de grosso calibre, depois um fogo rolante de infantaria, e por fim subiram ao ar outras cem girândolas, que remataram o divertido espetáculo desta noite, entre vivas, e aplausos do povo, que inumerável na praça, e lugares adjacentes, sobre os montes circunvizinhos, e mesmo no mar em pequenas embarcações, foi espectador de cena tão brilhante. Tais foram as demonstrações, que o Príncipe Regente Nosso Senhor deu do seu excessivo júbilo pelos felizes desposórios da sua muito prezada filha, a sereníssima senhora princesa, D. Maria Teresa com o seu amado sobrinho, o sereníssimo senhor infante de Espanha, D. Pedro Carlos de Bourbon e Bragança, celebrando as suas núpcias com toda a pompa real. *Sicut Reges in magna gloria*. Veremos no seu competente lugar o como a cidade do Rio de Janeiro soube festejar, e aplaudir este mesmo real consórcio.

– 26 –

O Príncipe Regente Nosso Senhor foi servido, em benefício do comércio, fazer nova legislação sobre algumas coisas relativas ao mesmo comércio, e importantes à sua franqueza, e prosperidade. Assim, pelo alvará de 27 de março conhecendo Sua Alteza Real que o interesse geral exige, que seja livre a todos os seus vassallos procurar na útil divisão de trabalho, conforme a propensão, e escolha de cada um, os meios da sua subsistência, além de concorrer para a multiplicidade das compras, e vendas, para maior extensão do mercado e facilidade da extração, que motiva mais entrada de fazendas, e saídas dos seus equivalentes com proporcional acréscimo na coleta das suas reais rendas, e na indústria, e comércio deste estado; assim como sustentar em justo equilíbrio, pela concorrência de maior número de distribuidores, os ganhos, que licitamente podem produzir as vendas a

retalho, sem gravame do bem público ao qual se não deve antepor o interesse particular de corporação alguma; dignou-se derrogar o cap. 18 da lei de 24 de maio de 1749, e o alvará de 21 de abril de 1751, para que fique livre a todos os seus vassallos vender pelas ruas, e casas todas as mercadorias, de que tenham pago os reais direitos.

– 27 –

Também, por outro alvará com força de lei de 5 de maio, o mesmo real senhor, sendo-lhe representado pela real junta do comércio, em consulta, que fez subir à sua real presença, que um dos maiores embaraços, que retardava, diminuía, e empecia o progresso do comércio, era a legislação existente, que proibia dar-se o dinheiro a risco por mais de cinco por cento por um ano, fora das negociações da Ásia, era por extremo útil o determinar-se, para aumento do comércio marítimo, que fosse lícito a qualquer ajustar o prêmio, que pudesse conseguir em todas as negociações marítimas; porque desta maneira, não só entrariam no giro do comércio muitos capitais estagnados sendo impraticável, que aos proprietários deles fosse proveitoso, dá-los a risco pelo médio prêmio de cinco por cento, quando por esta mesma taxa os podiam dar a juro com segurança de penhores, e hipotecas, mas também se diminuiriam os prêmios pela concorrência dos capitalistas, geral confiança, e imunidade legal, foi servido, revogando a Ordenação do liv. 4º, tít. 57, e o alvará de 17 de janeiro de 1757, nesta parte somente, ordenar que seja lícito aos seus vassallos dar dinheiro, ou outros fundos a risco para todo o comércio marítimo, qualquer que seja o lugar, ou porto do destino das embarcações, que os levarem, pelo prêmio, que puderem ajustar sem restrição de quantia, ou de tempo, como se tem até agora praticado no comércio da Ásia.

– 28 –

Além destes alvarás deu o Príncipe Regente Nosso Senhor o decreto de 13 de maio, pelo qual se dignou isentar dos direitos de entrada nas Alfândegas do Brasil as mercadorias da China, de propriedade, e em navios portugueses, exportadas diretamente de Macau para este estado do Brasil. Outrossim, pelo alvará de 7 de julho, concedeu isenção dos dízimos, e dos direitos de entrada, e saída à especiaria colhida das plantações que se estabelecerem no Brasil a qual isenção durará por tempo de dez anos

consecutivos, que principiarão a correr quanto aos dízimos da primeira colheita, que cada um fizer; e quanto aos direitos, da primeira exportação dos produtos das referidas plantações: e de novo Sua Alteza Real confirma os prêmios, privilégios, e isenções já concedidos, a fim de animar, quanto for possível, a cultura das ditas especiarias e remover as dificuldades, que encontram ao princípio, os que empreendem plantações até agora desconhecidas neste país. Finalmente, querendo Sua Alteza Real facilitar todos os meios de fazer prosperar a indústria, e por consequência o comércio de umas para outras capitanias deste estado, e favorecê-los por um modo vantajoso, foi servido ordenar, pelo alvará de 6 de outubro que todo o fio de algodão, e todos os tecidos, e estamparias dele, e igualmente de seda, ou lã, que se fabricarem nesta Corte, ou nas capitanias do Brasil, quer seja produção de fábricas estabelecidas por provisão da Real Junta do Comércio ou do trabalho particular dos seus habitantes, fiquem isentos de pagar todos, e quaisquer direitos nas alfândegas. E no mesmo alvará autorizou Sua Alteza Real a junta do comércio, para delegar às mesas de inspeção, e na falta delas aos ministros territoriais a faculdade de poderem passar atestações, pelas quais nas alfândegas sejam dadas livres de direitos as matérias primeiras, que sirvam de base às manufaturas, a todos aqueles fabricantes, que tendo obtido provisão de fábricas mostrarem ter comprado para os gastos das suas fábricas, ficando, aliás, também obrigados a mostrar, que as consumiram todas no uso da sua indústria.

– 29 –

Por estes régios diplomas se vê com toda a evidência quais sejam as medidas que o Príncipe Regente Nosso Senhor constantemente adota para enriquecer, e fazer prosperar o seu vasto império do Brasil, já animando o comércio, já favorecendo a agricultura, já fomentando a indústria. Com efeito, se o Rio de Janeiro, e a Bahia forem os interpostos das mercadorias da China, que lucros se não podem esperar para o futuro deste ramo do comércio asiático? Os estrangeiros, achando em qualquer destes grandes mercados o que com tão longa viagem, maior despesa, e risco vão buscar a Macau, ou a Cantão, preferirão certamente vir ao Brasil; e os portugueses de um e outro hemisfério poderão carregar estas mesmas mercadorias chinesas nos seus próprios navios, e levá-las para os portos

da Europa com grande vantagem, e lucro, visto estarem isentas de pagar direitos de entrada nos portos do Brasil. Da mesma sorte, excitando Sua Alteza Real com tantas graças a cultura das pimenteiras da Índia, e de outras plantas de especiaria, como do cravo, de canela, etc., e mesmo das plantas indígenas, que não se cultivam ainda, das quais as folhas, os frutos, as gomas, os olhos, as resinas, as féculas, e raízes entram ou podem entrar para o futuro em artigos consideráveis de comércio, exportação, indústria, e consumo, se conservarão nos nossos cofres as imensas somas, com que compramos aos estrangeiros, e aos asiáticos as ditas especiarias orientais e até chegaremos a abastecer a Europa inteira, não só das mesmas especiarias exóticas aclimatadas neste país, mas também das indígenas, que possuímos em tanta variedade, como quantidade, e que são não menos úteis como preciosas; contanto que o nosso patriotismo corresponda as benévolas vistas e paternais desvelos do soberano, e aos trabalhos dos ilustres portugueses, que nos adquiriram as primeiras plantas, e sementes não só da Ilha de França, como também da Caiena.

– 30 –

Sim, também desta colônia francesa, presentemente sujeita ao domínio do Príncipe Regente Nosso Senhor, foi remetida para esta Corte, pelo brigadeiro Manuel Marques, governador da mesma colônia, uma preciosa coleção de plantas espcieiras, e frutíferas, extraídas do célebre jardim, chamado Gabriela, onde os franceses as cultivavam com todo o desve-lo, e ciúme. Muitas destas plantas ficaram no Pará, outras em Pernambuco, e grande número delas chegaram a este porto do Rio de Janeiro, carregadas a bordo do brigue *Vulcano*, do comando do capitão-tenente Joaquim Epifânio de Vasconcelos, e logo foram remetidas para o real jardim da lagoa de Freitas, para ali se cultivarem. Juntamente com esta remessa de plantas vieram canas sacarinas da mesma Caiena, as quais, pela sua enorme grandeza, e grossura, se fazem apreciáveis, e prometem grandes vantagens à cultura, fabrico do açúcar, e muito maiores ainda para a destilação das águas-ardentes, visto serem as ditas canas muito suculentas.

– 31 –

No dia 13 de setembro chegaram a este porto do Rio de Janeiro as naus de Sua Majestade Britânica, o *Leão*, e o *Chiehester*, trazendo a seu

bordo o enviado da Pérsia, que esteve em Londres, e Sir Gore Oussely, embaixador inglês para a Corte da Pérsia, com os seus respectivos séquitos. O Príncipe Regente Nosso Senhor mandou que estes ilustres estrangeiros fossem alojados, e mantidos com magnificência, e suntuosidade à sua custa, enquanto se demorassem nesta Corte; para cujo fim se ornaram as casas nobres do brigadeiro Manuel Luís Ferreira, sitas na praça do Rossio, com tapeçarias da Casa Real e com móveis ricos, e se destinaram para o serviço de Suas Excelências coches com criados da mesma Casa Real, e guardas de cavalaria para os acompanhar; como também se transferiu para ali parte da ucharia Real, com os competentes cozinheiros, e serventes. Foi nesta ocasião que o povo brasileiro viu pela primeira vez os persas, tão famosos na antiga história, tanto sagrada, como profana, e igualmente célebres na moderna. O seu vestuário talar, todo de seda, o turbante, e as grandes barbas atraíam a atenção de todos, e excitavam a curiosidade, especialmente dos rapazes, que não cessavam de lhes fazer a corte por toda a parte, que eram encontrados, e de que eles mesmos muito se desvaneciam. Estes ilustres embaixadores, persa, e britânico depois de uma demora de quinze dias nesta Corte, havendo-se despedido de Sua Alteza Real, partiram do Rio de Janeiro com o destino para a Pérsia a 28 do mesmo mês, levando consigo uma grata lembrança da hospitalidade, e grandeza com que foram recebidos, e tratados neste país pelo seu augusto soberano como também dos obséquios, que lhes fez toda a Corte. Dizem que o persa fora muito agradado da beleza da cidade, e da sua situação, e igualmente admirado da sua extensão, e população, não contando ainda duzentos e cinquenta anos depois que foi fundada.

No mesmo mês de outubro se publicaram nesta cidade do Rio de Janeiro os tratados de paz, aliança, e amizade entre o Príncipe Regente de Portugal Nosso Senhor, e Sua Majestade Britânica; o de comércio, entre os seus respectivos vassallos; e a convenção sobre os paquetes. Os quais todos foram feitos, e assinados nesta mesma cidade a 19 de fevereiro deste ano de 1810 pelos plenipotenciários dos sobreditos soberanos, os excelentíssimos conde de Linhares, e Lorde Strangford, ratificados, e assinados por Sua Alteza Real a 26 de fevereiro dito, e em Londres por sua

Majestade Britânica, aos 18 de junho. Pelo primeiro destes tratados os altos soberanos, convencidos das vantagens, que as duas Coroas têm tirado da perfeita harmonia, e amizade que elas têm conservado subsistente entre si há quatro séculos, e reconhecendo os felizes efeitos da sua mútua aliança, principalmente os produzidos na presente crise, durante a qual Sua Alteza Real, o Príncipe Regente de Portugal, unido à causa da Inglaterra tem constantemente recebido de Sua Majestade Britânica o mais generoso, e desinteressado socorro; e debelado o inimigo, tanto em Portugal, como em outros lugares dos seus domínios, procuraram consolidar, e apertar com os mais estreitos laços a sua antiga amizade, e dar maior extensão a sua aliança com novas obrigações, que de parte a parte se contraíram pelo dito tratado, o que não consta dos seus artigos. Pelo segundo, os mesmos altos soberanos igualmente animados do desejo de não só consolidar, e estreitar a antiga amizade, e aliança, mas também de aumentar e estender os seus benéficos efeitos em mútua vantagem dos seus respectivos vassallos, adotaram, como meios os mais eficazes para conseguir este fim, um novo sistema liberal de comércio, fundado sobre as bases de reciprocidade, e mútua conveniência que pela descontinuação de certas restrições, e direitos proibitivos pudesse procurar as mais sólidas vantagens de ambas as partes às produções, e indústria nacionais, e dar ao mesmo a devida proteção, tanto à renda pública, como aos interesses dos seus respectivos vassallos, por meio de um comércio justo, e legal. O que tudo por extenso se pode ver nos trinta e quatro artigos de que consta o dito tratado de comércio, o qual é ilimitado, quanto à sua duração; porém fica reservado aos altos contratantes o direito de no fim de quinze anos examinarem, e reverem juntamente os seus diferentes artigos, e então de proporem, discutirem, e fazerem aquelas emendas, ou adições, que os verdadeiros interesses dos seus respectivos vassallos possam parecer requerer. Finalmente, pela convenção sobre os paquetes, concordaram os augustos soberanos, que para o serviço público das Cortes de Sua Alteza Real, e de Sua Majestade Britânica, e para facilitar as relações comerciais dos seus respectivos vassallos, que se estabelecessem as embarcações de correio, chamadas paquetes, as quais sairão de Falmouth para o Rio de Janeiro uma em cada mês, e tocarão na ilha da Madeira e na cidade da Bahia, ou na ida, ou na volta dos mesmos paquetes: ficando reservado a Sua Alteza Real estabelecer outros dos seus portos para a Grã-Bretanha, etc.

Querendo a cidade do Rio de Janeiro festejar, e aplaudir os reais desposórios da sereníssima senhora princesa, D. Maria Teresa com o seu prezado primo, o sereníssimo senhor infante de Espanha, o ilustríssimo conselheiro intendente-geral da polícia, Paulo Fernandes Viana, tomou a seu cargo a direção, e a execução de todo o festejo: e assim se construiu debaixo das suas ordens no Campo de Santa Ana uma praça, que pela sua extensão, grandeza, e elegância, levou a palma a todas quantas jamais se fizeram nesta cidade; e também pela vastidão da obra, concluída em menos de cinco meses, se mostrou não só o zelo incansável deste digno magistrado, mas também o gosto, e prontidão, com que os oficiais, que a construíram, e a ornaram, se empenharam em agradar, e bem-servir ao nosso amável soberano com a fatura, e perfeição de uma obra admirável, consagrada ao ditoso consórcio da sua augusta filha, e digna da sua real presença. Esta praça do curro era um polígono de doze lados quase oval, tendo de comprimento de trincheira a trincheira quatrocentos e setenta e quatro palmos, e de largura trezentos e cinquenta e um: das trincheiras aos camarotes corriam as bancadas em forma de anfiteatro, e tinham de altura quinze palmos; e desde o terreno até à cimalha tinha de alto, a praça, quarenta e dois palmos em toda a sua circunferência. Os camarotes ocupavam dois andares em número de trezentos e quarenta e oito, todos muito espaçosos, e cômodos. Por cima da entrada principal se via de um lado o Himeneu, e de outro a América, e em torno da praça sobre a cimalha real, serviam de adorno pirâmides, e vasos; no frontispício do camarim de Suas Altezas Reais sobressaíam as musas, e troféus; nas extremidades descansava a Justiça, e a fama; e no alto as Reais Quinas Portuguesas coroavam a frente, realçando ao mesmo tempo a beleza de todo o artefato. O camarim real tinha de largura cinquenta e dois palmos em frente, e outros tantos em comprimento; nele havia várias repartições interiores para maior comodidade da real família, e terminava para a parte, que olha para a igreja de Santa Ana, com uma varanda, onde havia três janelas com vidraças, as quais se podiam correr, como fosse necessário. Todo o adorno desta majestosa peça era rico, e digno da grandeza de quem a havia de ocupar com a sua real família; porquanto no exterior tudo era artificialmente pintado a óleo com muito primor, e no interior era todo ricamente forrado de damasco,

veludo, e ouro, acrescentando para maior realce a linda pintura do teto. Na frente da praça se apresentava uma espaçosa escadaria de dois lanços, com a sua balaustrada, para onde se podia subir para o real camarim; e na face do Campo havia também outra espaçosa escada, para a qual se entrava por um portão, que ficava inferior à janela central da varanda. Serviria esta escada para Suas Altezas Reais subirem por ela para o camarim, sem ser necessário entrar pela praça.

– 34 –

Muitos dias antes de começarem as magníficas festas saiu por ordem do ilustríssimo conselheiro, intendente-geral da polícia, um bando, composto de mascarados burlescos a cavalo, anunciando com bastante folia, e estrondos de foguetes do ar, por toda a cidade, ser permitido a qualquer vestir-se de máscara, formar danças, apresentar-se no curro, e discorrer pelas ruas públicas, não só nos dias das festas reais, mas ainda em todos os domingos, e dias-santos, que depois delas e seguissem até ao fim do ano, para maior aplauso, e pública alegria pelos felizes desposórios de Suas Altezas. Havendo o Príncipe Regente Nosso Senhor declarado ser do seu real agrado, que estas festas, que se haviam de dar na praça do curro do Campo de Santa Ana, tivessem o seu começo no dia 12 de outubro aniversário do nascimento de Sua Alteza Sereníssima, o senhor príncipe da Beira, nas antevésperas deste ditoso dia, e tão suspirado de todos, de novo saiu outro bando, muito solene, e aparatoso, indo os almotacéis com grande séquito dos oficiais da Câmara, todos a cavalo, com bandas de música igualmente montadas, e acompanhados de muitos criados da Casa Real, e de uma grande guarda da cavalaria da polícia, a fim de publicarem os festejos, que em nome desta cidade do Rio de Janeiro, se haviam de executar por sete dias sucessivos na mencionada praça do curro. Esta cavalgada se dirigiu primeiramente ao Terreiro do Paço, e ali, depois de se soltarem muitos, e estrondosos foguetes do ar, se leu, na augusta presença do Príncipe Regente Nosso Senhor, e das pessoas reais, o edital de aviso; e depois de repetidos aplausos do muito povo, que se achava na praça, passaram a girar pelas ruas da cidade, e seus subúrbios, excitando por toda a parte grande, e universal contentamento, e desejos da chegada do aprazado dia.

Com efeito amanheceu o dia 12 de outubro tão desejado, o qual desde a aurora até à noite esteve assaz belo, e sereno, e que foi ao nascer do sol festejado com as salvas das fortalezas, e navios de guerra, que todos se embandeiraram. Ao meio-dia concorreu ao Paço o corpo diplomático, a Corte, e grande número de pessoas mais condecoradas de todas as ordens do Estado, para cumprimentar a Suas Altezas Reais pelo fausto motivo dos felizes anos do sereníssimo senhor príncipe da Beira. Pelas quatro horas da tarde saiu do palácio o Príncipe Regente Nosso Senhor em grande estado, com a real família, nos coches mais ricos da Casa Real (por ser este dia de grande gala), e se dirigiu para a praça de carro, seguido de outros muitos coches, que conduziam os oficiais-mores, camaristas, damas, e outras pessoas do seu real serviço. Muitos destes coches eram puxados a seis, e a quatro bestas e os criados tinham fardas ricas, competentes à solenidade do dia. Já neste tempo os camarotes todos se achavam ocupados pelo corpo diplomático, pela fidalguia, nobreza, e pessoas mais distintas da cidade, por quem foram com antecedência distribuídos pelo ilustríssimo conselheiro, intendente-geral da polícia; e o grande número de senhoras, pelo ornato, e riqueza, com que se apresentaram realçava a magnificência do anfiteatro, cujas bancadas se viam cobertas de muitas mil pessoas, vestidas com o asseio, e decência, que convinha, o que fazia um espetáculo assaz brilhante, e superior a tudo quanto se tinha visto no Rio de Janeiro até então em festas desta natureza. A chegada do Príncipe Regente Nosso Senhor com a real família foi anunciada por girândolas de fogos do ar, que se desenvolveram com grande estrondo, e ao tempo que se correram as cortinas do real camarim, e apareceram Suas Altezas foram os augustos senhores aplaudidos com muitos vivas pelos seus leais, e amantes vassalos, que divisavam nos reais semblantes de Suas Altezas o excessivo prazer, e satisfação, com que recebiam os obséquios, que o seu povo consagrava ao feliz consórcio da sua prezada filha, e prezado sobrinho os quais estando também ali presentes, como que davam maior realce, e esplendor ao pomposo aparato das festas, animando ao mesmo tempo, e vigorizando a pública alegria.

Entretanto rompeu uma numerosa, e excelente orquestra, e entrou pela praça do curro o primeiro carro artificialmente composto, e orna-

do com delicadeza: fingia ele um monte sobre o qual estava em pé a América com a aljava ao ombro, e arco na mão, tendo na cabeça um cocar de plumas de várias cores, e um saiote das mesmas: corriam pelo monte vários animais, e pássaros do país, que por entre as ervas, e flores se apascentavam. Este belo carro servia para aguar a praça, e por esta razão esguichava água por diferentes repuxos que saíam por entre as flores, que eram todas artificiais. Vinham adiante dele muitos índios, adornados ao seu modo, com o seu cacique à frente, e estes caminhavam, dançando ao som de um assobio, que um deles tocava; e depois de chegarem defronte do real camarim formaram outras danças muito dificultosas, entrançando uns com os outros umas varas de cor vermelha, em forma de arco e fazendo outras evoluções, que deram muito prazer. Este primeiro carro, e dança anexa a ele, foi oferta dos mercadores. Seguiu-se o segundo carro muito rico, que os ourives do ouro, e prata ofereceram para esta real função, dentro do qual vinha a dança dos chinas, vestidos de ricas sedas do mesmo país, e se dividiam em duas bandas, uma de azul claro, e outra de amarelo, Estes chinas, descendo do carro, executaram no meio da praça, danças muito engraçadas, ao som de vários instrumentos, com geral satisfação. Apareceu um terceiro, e elegante carro, conduzindo uns dançarinos, que no traje imitavam os antigos portugueses, os quais, pelo asseio, e riqueza do vestuário, e perfeita execução das danças, mereceram a geral atenção, e aprovação. Foi este carro dado pelos negociantes de molhados. Após dele entrou o quarto carro, representando uma ilha do Mar Pacífico, com dança de índios próprios que os caldeireiros, latoeiros, e ferreiros ofertaram. Entrou logo o quinto carro, fingindo um castelo, sobre o qual tremulava a real bandeira portuguesa: deu este castelo uma salva real na augusta presença de Suas Altezas, e saindo de dentro dele uma dança militar executou com muita certeza várias evoluções. Este carro foi ofertado por dois oficiais de carpinteiro, que fizeram a obra do curro. Rematou esta pomposa entrada dos carros um grande escaler, cuja maruja vinha cantando em ação de remar, segundo o seu estilo, e com muita graça, e, havendo desembarcado, fizeram, uma mui divertida dança. Finalmente, entraram pela praça os ciganos a cavalo, trazendo as mulheres na garupa; trajavam todos ricos vestidos agaloados de ouro, e prata, e, descendo dos cavalos, formaram, na frente do camarim real, uma dança ao som de instrumentos, que foi grandemente aplaudida pelo acerto, e

primor da sua execução. Entre outras muitas danças, que se apresentaram no curro, deu muito prazer a dos macacos, não só pelo ridículo das suas figuras, saltos e trejeitos pantomímicos, mas também pelo desenvolvimento da mesma dança, que, sendo toda ela mímica, rematou com formarem um círculo, e sobre os ombros destes se puseram em pé outros quatro fazendo um grupo, sobre o qual se firmou um pequeno macaco, o qual desenrolou os retratos dos sereníssimos consortes, e os mostrou aos espectadores entre repetidos aplausos, em que rompeu toda a nobilíssima assembleia. Além das máscaras, que formavam as danças, via-se a passear pela praça do curro um avultado número de máscaras, vestidos com asseio, e riqueza, uns sérios, outros burlescos; pois lhes havia sido permitido fazer estes giros pelo recinto do carro até chegar a ocasião de entrarem os cavaleiros: e esta mesma afluência de tantos mascarados, além de divertir os olhos pela variedade, e engenhosa invenção dos vestuários, e das máscaras, dava um público testemunho do gosto, com que todos competiam entre si por agradar ao nosso amável soberano, concorrendo como podiam para festejar as núpcias da sua augusta filha.

– 37 –

Concluídas as danças se recolheram os carros; e os máscaras tomaram assento nas bancadas, que lhes haviam sido reservadas. Imediatamente entraram muitos criados da Casa Real com grandes uniformes, trazendo à destra soberbos cavalos das reais cavaliarias, enfeitados com fitas, e penachos sobre a cabeça, e cobertos com ricos telizes. Seguiam-se vários carros de campo, sobre os quais vinham os caixões com os aprestos necessários para as cavalcadas, que nesta primeira tarde se haviam de executar naquela praça. Logo depois apareceram trinta e dois cavaleiros, divididos em quatro bandas de oito cada uma, distintas pelas diferentes cores dos seus vestidos: a primeira era cor-de-rosa, a segunda azul-claro, a terceira amarelo, a quarta verde; as duas primeiras tinham bordaduras de ouro, e as duas últimas de prata sobre as casacas, que eram de fino belbute; todos os cavaleiros vinham muito louçados, e magníficos, não só respectivamente às suas pessoas, como também à formosura, e adorno dos seus cavalos. Cada cavaleiro trazia junto de si um servente, vestido de cetim da cor relativa à do seu amo, e todos trajavam jaquetas com os seus saiotes, franjados de

ouro, ou prata, e traziam barretinas com plumas de varias cores. Feitas as competentes cortesias ao Príncipe Regente Nosso Senhor, aos augustos desposados, e mais pessoas reais, se dividiram os cavaleiros em duas filas e passaram a girar em torno da praça, cortejando também os espectadores, que altamente os aplaudiam; e tornando-se a reunir deram princípio às escaramuças, passaram ao depois às justas, aos jogos de canas, às alcanças, etc., desenvolvendo todos muita habilidade, primor, e galhardia na execução das difíceis, e delicadas regras da cavalaria, quer nas carreiras, quer nos jogos, quer nos tiros de pistola ao alvo, quer, enfim, em todas as mais evoluções, e merecendo uma geral aprovação, manifestada pelos repetidos aplausos dos espectadores. Com a chegada da noite se pôs termo às festas deste dia; e ao retirar-se o Príncipe Regente Nosso Senhor com a real família, de novo se soltaram outras girândolas, que avivaram a alegria, e a satisfação de todos. Nesta noite houve teatro de Corte pelo motivo dos anos do sereníssimo senhor príncipe da Beira, o qual foi honrado com a real presença de Sua Alteza, o Príncipe Regente Nosso Senhor, e de parte da sua augusta família, e onde também foram Suas Altezas festejados com muitos vivas dos seus fiéis vassallos, que ali se achavam congregados por tão plausível motivo.

– 38 –

No dia seguinte, destinado para o divertimento da corrida dos touros, logo que o Príncipe Regente Nosso Senhor chegou com a real família pelas quatro horas da tarde à praça do curro, começaram a entrar por ela os carros, e as danças, como na tarde antecedente, e tendo cada uma delas divertido por largo espaço aos espectadores, que naquele anfiteatro ocupavam tanto os camarotes, como as bancadas, a um sinal dado se recolheram os carros, e os máscaras despejaram o terreiro, para dar lugar ao combate dos touros. Apareceu então o neto muito bem montado, com o séquito dos capinhas, e demais serventes, que conduziam o trem necessário; e, depois que o neto fez as suas cortesias, passou a postar-se no competente lugar, para ali receber as ordens, que Sua Alteza Real fosse servido mandar dar-lhe. Logo entraram dois valentes e animosos campeões, montados em soberbos ginetes, acompanhado cada um deles de dois capinhas, e tendo feito ao Príncipe Regente Nosso Senhor, aos augustos consortes, e à real família as devidas

vênias, como também as cortesias aos espectadores, segundo o estilo da cavalaria, voltaram para fora da praça, a fim de mudarem de cavalos; o que tendo feito, sem muita detença, tornaram a entrar na praça, estando já solto no meio dela o primeiro touro, e passaram a recebê-lo em duelo, e depois deste os demais, que sucessivamente se soltaram para este fim. À medida da ferocidade, maior ou menor, destes animais, assim os toureadores tiveram ocasião de ostentar, mais ou menos, a sua destreza, e valor no combate, conforme os encontros, e acometimentos, que houveram; e os capinhas executaram da sua parte muitas sortes com desembaraço, e ligeireza. Desta sorte se passou o resto da tarde, até que, sobrevindo a noite, se deu fim à corrida dos touros com soltarem-se muitos fogos do ar ao tempo que o Príncipe Regente Nosso Senhor se recolheu com a real família para o interior do camarim.

– 39 –

Nas tardes dos seguintes dias se repetiram alternadamente os mesmos festejos, com igual pompa, e júbilo, por terem estado aqueles dias sempre serenos, e claros constantemente, e não haver acontecimento, que causasse o mais leve dissabor. E, para nada faltar ao esplendor de tão magníficas festas, o ilustríssimo conselheiro intendente-geral da polícia, em cada uma destas tardes de cavalladas, e touros, fez preparar um suntuoso (*dessert*) nos quartos interiores do real camarim, onde Suas Altezas Reais descansaram, e foram servidos tomar uma refeição; contendendo entre si, naquele respeitável lugar, a riqueza da baixela de ouro, e de prata com a profusão, e delicadeza dos manjares; mas a tudo levou a palma o afeto, o amor, e a reverência, que o digno magistrado consagra ao seu, e nosso augusto príncipe, e senhor, aos sereníssimos consortes, e a toda a real família. Não se limitando só àquele nobilíssimo recinto a munificência do ilustríssimo conselheiro, intendente-geral da polícia, ela se estendeu pela maior parte dos camarotes, administrando-se às pessoas, que neles se achavam, doces, e refrescos em abundância, que em ricas bandejas eram ofertados por criados destinados para esse obséquio.

– 40 –

Na noite de 21 de outubro se apresentou na praça do curro uma cena muito brilhante de iluminação geral por toda ela, acendendo-se repentinamente a fachada dos camarotes por todo o âmbito do anfiteatro, desde as

trincheiras até às pirâmides, e vasos sobre a cimalha real, à chegada do Príncipe Regente Nosso Senhor, e da real família. A tudo sobressaía a rica, e bela iluminação da frente do camarim de Suas Altezas, a qual era toda de cera em polidos lustres de cristal, globos, e mangas de vidro; e pelo recinto da praça haviam muitos lampiões de dois, e três lumes igualmente de cera. Os camarotes, e as bancadas estavam ocupados com ainda maior afluência de pessoas, do que nas tardes antecedentes, além de povo imenso, que passeava por fora do curro, por já não ter podido achar lugar nas bancadas, em que se pudesse acomodar tanta gente, quanta concorrera nesta aprazível noite. Entraram na praça os carros com as suas danças, e igualmente os ciganos a cavalo com as mulheres à garupa, e da mesma sorte muitos máscaras avulsos, que giravam por uma, e outra parte: os carros vinham todos iluminados, o que muito realçava a beleza dos seus ornatos; e havendo parado cada um no seu lugar, distantes uns dos outros, ao mesmo tempo as diferentes danças tomaram o terreno, que lhes foi assinado, em todo o circuito da praça, sem que umas empecessem as outras, e começaram os seus movimentos ao som das suas respectivas músicas; porém os ciganos tiveram a honra de ficar na frente do real camarim. Concluídas as danças se recolheram os carros: e logo entraram os cavaleiros vestidos de branco, com tochas acesas na mão, os quais, depois de cortejarem a Suas Altezas Reais, passaram a dar carreiras, e a fazer outras várias escaramuças em torno da praça; depois disto fizeram diferentes jogos, que muito agradaram a todos, e entretiveram até à meia-noite a numerosíssima assembléia. Então o Príncipe Regente Nosso Senhor deu por concluída a função desta noite, que tantos, e tão lindos objetos apresentara aos olhos dos espectadores, e de que Suas Altezas Reais muito se satisfizeram, sendo servidos dar públicas demonstrações do seu real agrado ao ilustríssimo conselheiro, intendente-geral da polícia, que tanto se esmerou no arranjo, e execução destes festejos, os primeiros, que se fizeram no Rio de Janeiro na real presença do soberano, e por este tão honroso motivo dignos de eterna celebridade.

Nesta mesma festiva noite a praça do curro não podendo, apesar da sua vastidão, conter o desfogo da pública alegria, esta se espalhou pelas ruas da cidade, saindo os carros iluminados com as respectivas danças, e outros muitos máscaras, a passear por elas fazendo o entretenimento

do povo, que os acompanhava, e das senhoras, que chegavam às janelas, atraídas da suavidade dos instrumentos musicos, beleza dos adornos, e da iluminação, que os aclarava. Também na noite do dia 25 se dirigiram os carros, e as danças para o Terreiro do Paço, indo os mesmos carros muito iluminados e entre eles um brigue de guerra, igualmente cheio de luzes, o qual, chegando defronte do quarto do senhor infante, deu uma salva real, com muitos vivas da sua tripulação, e aplauso do numeroso concurso, que atraído desta novidade se havia congregado na praça, e que admirava tão grande máquina mover-se sem vento, que enchesse as velas, e navegar sem água. Ali houve danças, e outros divertimentos por grande parte da noite; e, havendo-se afinal retirado os carros, ficou o brigue, como ancorado, por alguns dias naquele mesmo lugar, todo embandeirado, e muito vistoso.

– 42 –

O grande fogo artificial que havia sido destinado para a noite do dia 21, se transferiu para a de 26, não só para fazer mais plausível o dia natalício do sereníssimo senhor infante D. Miguel, como também para dar tempo de formar-se uma nova, e elegante perspectiva no Campo de Santana; porquanto, tendo sido a primeira determinação, que se desenvolvesse o fogo dentro da praça do curro, o Príncipe Regente Nosso Senhor sugeriu ele mesmo o arbítrio de que fosse armado no dito Campo; pois assim não ficava privada deste espetáculo a maior parte do povo da cidade, e do que a ela concorrera, atraído da fama de tão magníficas festas reais, querendo Sua Alteza que todos pudessem gozar do divertimento do fogo, e de uma nova iluminação, que se fez no dilatado Campo. Formou-se portanto um passeio, imitando um jardim com várias ruas, que se cruzavam; por um, e de outro lado das ruas corria um engradamento de altura de quatro a cinco palmos, entrelaçado com ramos de plantas aromáticas, e adornado de vasos e pirâmides; nas bocas das mesmas ruas havia arcadas de madeira muito bem pintadas, e de espaço em espaço se plantaram palmeiras, que faziam muito bela vista, estando tudo iluminado com grande cópia de lampiões, e copos de vidro de diversas cores.

– 43 –

No centro deste jardim se elevava uma peça de arquitetura muito vistosa, de figura oitavada, tendo cada face vinte palmos de largo, e quaren-

ta e oito de altura, e terminava com uma grande pirâmide, rematada por um sol. No corpo, que servia de base à pirâmide, se liam em transparentes quadras alusivas ao grande objeto, que motivava estas reais festas; por toda esta máquina, que figurava uma torre, e fora dela, por um, e outro lado, se armaram as diferentes peças do fogo de artifício. Logo que anoiteceu chegou o Príncipe Regente Nosso Senhor com a real família, e, acompanhado da Corte, examinou o jardim, passeando por todo ele, dando as mais alegres demonstrações da sua real satisfação; e depois passou a recolher-se ao real camarim da praça do curro, para das varandas do mesmo assistir ao desenvolvimento do fogo, que lhe ficara fronteiro, e em distância de vinte braças, pouco mais ou menos. Com efeito, depois das nove horas começou a arder o mencionado fogo, fazendo muitas, e diferentes vistas de rodas, chuveiros, estrelas, iluminação, e outras invenções agradáveis aos olhos; e ao mesmo tempo, de espaço em espaço, subiam ao ar girândolas de fogos volantes, que com grande estrondo se desmanchavam com diversas vistas, até que subindo o rastilho ao sol, se iluminou este com muito esplendor, dando o final remate não só ao fogo artificial, mas também a toda a festividade, que o Rio de Janeiro consagrou aos felizes desposórios da augusta filha do Príncipe Regente Nosso Senhor. A este último espetáculo seguiram-se os aplausos de um povo imenso, que cobria toda a vasta extensão do Campo, e que cheio do maior contentamento bendizia as festas, e o diretor, como também abençoava o augusto enlace de Suas Altezas, pedindo ao Céu que nos conceda motivos de maior alegria, honrando os brasileiros com o nascimento de um patrício das Reais Casas de Bragança, e Bourbon. Devo acrescentar, que o Príncipe Regente Nosso Senhor premiou com generosidade a todas as pessoas, que concorreram para estas festas reais, tanto aos que entraram nas cavalhadas, como aos diretores dos carros, e danças, concedendo a uns, hábitos das ordens militares, a outros, postos, e a todos, gratidão, segundo os merecimentos de cada um, posto que o afeto, e amor, com que serviram, fosse igual em todos.

No domingo 21 de outubro, sendo servido o Príncipe Regente Nosso Senhor dar aos religiosos do Carmo para sua morada o seminário da Lapa, passaram os mesmos religiosos do hospício dos barbadinhos, onde

interinamente residiam, depois que cederam o seu convento, e igreja para Capela Real, e Paço, ao referido seminário levando em procissão solene a devota, e formosa imagem de Nossa Senhora do Carmo em uma rica charola, levada pelos mesmos religiosos, a quem também acompanhou a ordem terceira respectiva. O excelentíssimo e reverendíssimo bispo, capelão-mor conduziu debaixo do pátio o Santíssimo Sacramento, seguido de muito povo, que, atraído pela devoção, concorrera para este ato tão solene; e o Príncipe Regente Nosso Senhor com os sereníssimos príncipe da Beira, e infantes D. Miguel, e D. Pedro Carlos acompanhado de algumas personagens da Corte, esperou na porta da igreja, e ali recebeu a formosa imagem de Maria Santíssima, e o seu Divino Filho Sacramentado, com aquela devoção, e piedade, com que tanto edifica os seus vassallos. O hospício dos barbadinhos foi dado para residência dos religiosos da Ordem Terceira, que de Lisboa tinham vindo como capelães das embarcações da Marinha Real, aos quais até então não se havia dado casa para nela viverem regularmente, segundo o seu instituto. Hoje são conhecidas estas duas casas regulares, a primeira com o nome de convento do Carmo da Lapa, e a segunda com o de hospício de Nossa Senhora do Patrocínio.

– 45 –

Enquanto o Brasil ufano, e contente festejava com tanta alegria o feliz consórcio dos seus príncipes, gemia o aflito Portugal com as calamidades de uma nova invasão francesa; e, posto que chegassem ao Rio de Janeiro tão infaustas notícias, bem capazes de fazerem esmorecer os ânimos mais intrépidos, contudo havia geralmente tanto na Europa, como na América um certo pressentimento de que o inimigo jamais conquistaria um Reino visivelmente protegido por um braço infinitamente mais onipotente do que o de Napoleão, que com refinada soberba, e impiedade se intitulava onipotente. O Príncipe Regente Nosso Senhor, certo da proteção divina, por isso mesmo não quis que se suspendessem as festas que nesta Corte se faziam pelos desposórios de sua augusta filha. O Imperador dos franceses não escarmentado da vergonhosa derrota, com que o pérfido Junot fora enxotado de Lisboa, e de outros pontos de Portugal, que ocupara; nem da desbaratada corrida do ardiloso Sault, desde a margem do Douro até ao interior da Galiza; manda agora o velho, e astuto Massena com um exército de mais de oitenta mil ho-

mens, para despicar a afronta, que os valentes lusos, e impávidos britânicos haviam já por duas vezes feito às suas mimosas águias. Desgraçadamente voa pelos ares a praça de Almeida, que os inimigos sitiavam, por uma explosão do armazém da pólvora, na noite de 24 de agosto, e apoderando-se o orgulhoso marechal da praça, entra pelo coração do Reino, certo de lançar no mar as falanges inglesas, e de manietar os portugueses, e levá-los cativos para a nova Babilônia. Porém sobre a serra do Bussaco, lá se apresenta Wellington com o exército aliado, para impedir-lhe os passos; dá-se batalha a 27 de setembro, a carnagem é horrível, os inimigos afrouxam, e, retrocedendo, se apressam a chegar a Lisboa por diferentes caminhos, e a entrar de improviso nesta ínclita cidade; mas Wellington, o invicto Wellington, antecipa-se tomando-lhes a dianteira; e, parando nas formidáveis linhas de Torres Vedras, opõe-lhes uma barreira de bronze. Chega Massena, e esmorece à vista destas insuperáveis fortificações; faz alto com o seu exército, e ali se fortifica à espera de novos socorros, que mandou pedir a seu amo. Onde o deixaremos até ao resultado final deste empate.

– 46 –

Entretanto o governo de Portugal, em nome do Príncipe Regente Nosso Senhor, negociou uma trégua com a Regência de Argel, por dois anos, e o resgate de seiscentos e quinze portugueses, que se achavam infelizmente cativos no poder daqueles bárbaros, pela enorme soma de um milhão seiscentos e oitenta e cinco mil cruzados e meio! Coisa incrível, atenta a perigosa crise, em que se achava a nação; mas, apesar disto, os portugueses correm a resgatar os seus irmãos dos ferros mouriscos, em que gemiam. Sua Alteza Real, logo que foi informado que o tratado de tréguas estava assinado; e que para preencher a estipulada quantia, se tinha recorrido em Portugal a uma subscrição voluntária, e caritativa para o mencionado resgate dos seus vassallos, ordenou que nesta Corte e nas mais cidades do Brasil se abrisse também outra subscrição para tão caridoso fim. Esta subscrição com efeito se abriu a 5 de novembro nesta cidade do Rio de Janeiro, e concorreram muitas pessoas de todas as hierarquias com as somas, que puderam, sendo os primeiros que fizeram os seus donativos, os excelentíssimos ministros e secretários d'Estado, condes de Aguiar, de Linhares, e das Galveias, e, ao exemplo de Suas Excelências, toda a fidal-

guia, nobreza, comércio, empregados públicos, e o cabido da Real Capela, que até saiu pelas ruas a pedir de porta em porta. O que muito comprazeu ao mavioso coração de Sua Alteza Real, que mandou que se publicassem na *Gazeta* os nomes dos que contribuíram, e as correspondentes quantias. Praza a Deus que este seja o último resgate, que os portugueses façam com peças de ouro e prata, e que em lugar delas se substituam as moedas que o grande Albuquerque mostrou ao embaixador da Pérsia, quando este lhe veio pedir tributos em nome do seu amo.

– 47 –

Pelo falecimento do conde de Anadia, acontecido no fim do ano de 1809, passou a ocupar o lugar de ministro e secretário d’Estado dos Negócios da Marinha e Domínios Ultramarinos, o excelentíssimo conde das Galveias, D. João de Almeida Melo e Castro. Também pelo falecimento do tenente-general Montauray, a 18 de maio, o qual estava encarregado do governo das armas desta Corte, nomeou o Príncipe Regente Nosso Senhor para governador das mesmas armas o excelentíssimo Francisco Antônio da Veiga Cabral da Câmara, visconde de Mirandela, marechal dos Reais Exércitos, conselheiro de Guerra, e grã-cruz da Ordem de Aviz o qual acabava de chegar da Índia, onde fez ao soberano grandes serviços, como governador daquele Estado, e como general; mas havendo falecido a 31 de maio com geral sentimento de toda a Corte, o governo das armas dela foi entregue pelo Príncipe Regente Nosso Senhor ao excelentíssimo marquês de Angeja. Aos 28 do mesmo mês de maio foi sepultado no convento de Santo Antônio o cadáver do excelentíssimo almirante Manuel da Cunha Souto Maior, visconde de Cezimbra, grã-cruz da Ordem da Torre e Espada, etc., que teve a honra de ser o supremo comandante da real esquadra portuguesa, que conduziu para o Brasil o primeiro soberano da Europa, que com a sua real família, e Corte atravessou o Atlântico; e por esta razão o nome deste almirante será tão imortal, como a memória desta real expedição naval.

– 48 –

Conhecendo o Príncipe Regente Nosso Senhor, que a força destituída de conselho, e luzes com o seu mesmo peso se abate, e destrói, e que não são somente as armas que defendem, e sustentam os tronos mas também que estes devem ser escorados e ornados pelas letras; e querendo unir

estas duas defensoras da real majestade nos mesmos sujeitas, quanto permite o instituto da vida militar, foi servido, por carta de lei de 4 de dezembro, criar nesta Corte uma Real Academia Militar para um curso completo de ciências matemáticas, de ciências de observações, quais a física, química, mineralogia, metalurgia, e história natural, que compreenderá o reino vegetal, e animal, e das ciências militares em toda a sua extensão, tanto de tática, como de fortificação, e artilharia, a fim de que dos cursos destes estudos se formem oficiais de artilharia, engenharia, e ainda mesmo oficiais da classe de engenheiros, geógrafos, e topógrafos, que possam também ter o útil emprego de dirigir objetos administrativos de minas, caminhos, portos, canais, pontes, fontes, e calçadas. Pela mesma carta de lei ordenou Sua Alteza Real, que ao ministro e secretário da Guerra ficará pertencendo a inspeção geral desta Academia, e imediatamente debaixo das suas ordens a uma junta militar, que mandou criar para dirigir o mesmo estabelecimento. Designou os compêndios para as lições em cada um dos sete anos, em que se compreenderá o curso dos estudos. Fixou o número dos professores, que serão onze, e cinco substitutos; determinou os seus ordenados, declarou as honras, privilégios, e isenções, de que gozarão, como os lentes da Faculdade de Matemática da Universidade de Coimbra. Finalmente concede Sua Alteza Real aos alunos, que se distinguirem, soldos, prêmios, isenção de serviço ativo, durante os seus estudos, etc. Assim, em breve período teremos oficiais muito distintos, que, unindo às coroas de Marte os louros de Minerva, não nos deixem invejar os mais hábeis dos estrangeiros. Assinou-se para local da Academia Militar as obras da Sé Nova, onde se fazem grandes acomodações para as diferentes aulas.

– 49 –

Em conclusão das *Memórias* deste ano de 1810 acresce o plausível dia 17 de dezembro, natalício da nossa augusta rainha, a senhora D. Maria I, no qual houve, seguindo o costume, salvas nas fortalezas, e navios de guerra, grande parada da tropa da primeira, e segunda linha, beija-mão à corte, e tidas as mais demonstrações da pública alegria, amor, e reverência a tão amável, e augusta soberana, delícias dos seus vassalos. Pelo motivo dos anos de Sua Majestade Fidelíssima, o Príncipe Regente Nosso Senhor, seu augusto filho, foi servido fazer muitas mercês, e graças que se publicaram pelas três secretarias de estado.

.....
Ano de 1811

– 1 –

INFORMADO o Príncipe Regente Nosso Senhor de que se achavam no Brasil muitos dos seus leais vassallos, que pelas calamidades de Portugal se haviam refugiado neste estado, destituídos de meios de subsistência, e querendo acudir-lhes prontamente, ordenou que pela intendência-geral da polícia se lhes prestassem os socorros convenientes, e de modo mais interessante aos mesmos, e ao estado. Portanto, o ilustríssimo conselheiro, intendente-geral da polícia, pelo edital de 14 de janeiro, afixado nesta corte, e mandado afixar nas capitais das capitánias, fez público que ele se achava autorizado por Sua Alteza Real para procurar a todos, que recorressem, quer ao mesmo ilustríssimo conselheiro, intendente-geral, quer aos seus delegados, o possível arranjo na lavoura deste país, diligenciando-se pela intendência, não só terrenos, em que se possam estabelecer, mas também instrumentos de lavoura, gado, e mesadas para os primeiros tempos, em que ainda não possa ter frutificado o seu trabalho. Declarando-se no referido edital, que o Príncipe Regente Nosso Senhor, como soberano, e pai dos seus vassallos, deseja, e ordena que se não empreguem para este fim meios alguns de violência, e de constrangimento, mas que mui ao contento de cada um sejam socorridos, para serem vassallos úteis sem se entregarem à mendicidade, e aos vícios.

– 2 –

Nos fins do ano antecedente, e princípios do atual recebeu o Príncipe Regente Nosso Senhor notícias muito satisfatórias não só relativas à navegação do rio Doce, como também à do rio Belmonte, os quais estavam vedados aos portugueses, quase até às suas cabeceiras na capitania de Minas Gerais pelos cruéis botucudos, que senhores dos sertões, por onde correm estes rios, não consentiam, que fossem navegados, nem que nas suas margens se estabelecessem fazendas, e povoações de qualidade alguma, por cuja razão eram inteiramente desconhecidos os interiores das capitanias do Espírito Santo, e de Porto Seguro, ambas as quais são habitadas somente na beira-mar. Porém, de agora em diante, graças às sábias providências de Sua Alteza Real, se irão aplainando as dificuldades, e removendo-se os riscos da interessante navegação dos referidos caudalosos rios, amansando-se, e civilizando-se esta raça cruel, e antropófaga; como também povoando-se tão férteis, e ricos terrenos, e sobretudo abrindo-se uma comunicação comercial entre as comarcas do Serro Frio, e Sabará com as sobreditas capitanias; porquanto no terreno de três divisões militares, em que se achavam destruídas cento e quarenta e quatro fazendas, sendo afugentados os botucudos pelo valor dos comandantes, e soldados das mesmas divisões, já estavam em cultura setenta e oito, e em poder dos seus antigos donos, ou herdeiros; e para o mesmo terreno tinham entrado a estabelecer-se nele cento e seis casais; trinta e seis pessoas solteiras, novecentos e trinta e cinco escravos, ao todo mil cento e oitenta e três indivíduos, com trezentas e quarenta e seis bestas e novecentas e noventa e cinco cabeças de gado vacum.

– 3 –

Participou o excelentíssimo conde da Palma, governador e capitão-general da capitania de Minas Gerais, no ofício dirigido ao excelentíssimo conde de Linhares, com a data de 29 de janeiro: que na primeira, e quinta, divisão militar, haviam entrado a estabelecer-se com fazendas de lavoura, e ocupar-se com minerações, para cima de três mil pessoas.

Já os colonos, diz o excelentíssimo conde, existentes na 1ª Divisão pretendem juntar-se em corpo de povoação; pedir-me-ão, comandante das ordenanças, que os governasse, e licença para erigirem Capela à sua custa, devendo ser esta edificada no Porto

Real de Joaneida junto ao Ribeirão de Santo Antônio, que é muito abundante de ouro, e navegável até à sua foz no rio Doce, donde dista oito léguas, tendo as suas cabeceiras na Comarca do Serro do Frio. Esta paragem está, pode-se assim dizer, no centro da mata geral do rio Doce; nunca ali entrarão os habitantes desta capitania, nem eles há três anos, podiam esperar, que dentro de tão limitado tempo não só libertariam os seus terrenos, já cultivados, das incursões bárbaras dos índios, e muito menos ir, como vão agora, formar estabelecimentos permanentes de agricultura, e minerações, como nos primeiros dias felizes desta capitania, no centro das suas próprias habitações. Infalivelmente no fim da primavera futura as divisões todas terão concluídas as diferentes estradas, que se lhes incumbirão, até aos limites da Capitania do Espírito Santo margens do rio Doce, e parte da Capitania da Bahia da Comarca de Porto Seguro; e as extensas, e dilatadas brenhas, que serviram até agora de covil às feras, e aos botucudos mais terríveis do que as mesmas feras, transformar-se-ão em povoações deliciosas, prosperando a agricultura em terrenos novos, e por isso fertilíssimos animando-se outra vez a mineração e criando-se ao mesmo tempo um comércio ativo, que Minas nunca teve, nem esperou ter. Afirmo a Vossa Excelência, e Vossa Excelência pode afirmá-lo ao Príncipe Regente Nosso Senhor, que dentro de pouco tempo se reconhecerá esforços geralmente quanto foram bem empregados todos paternais desvelos de Sua Alteza Real praticarão em benefício da Capitania de Minas Gerais, que, tendo sido em outro tempo a mais interessante do Brasil, ainda o pode vir a ser em breves dias com muito maior esplendor.

– 4 –

O Príncipe Regente Nosso Senhor, querendo favorecer, e animar o comércio entre Portugal, o Brasil, e os portos estrangeiros, pelo decreto de 26 de janeiro, foi servido determinar os direitos de dois por cento somente de baldeação, que deverão pagar os gêneros do Brasil, que das alfândegas de Lisboa, e Porto saírem para os portos estrangeiros, ou se baldearem dos navios com este destino.

– 5 –

Também para fomentar o comércio nacional, e promovê-lo, quanto for possível, e igualmente a navegação, que tanto concorrem para consolidar a força, energia, e o poder do corpo do estado, foi Sua Alteza Real servido revogar pelo alvará com força de lei de 4 de fevereiro, as disposições do alvará de 8 de janeiro de 1783, do decreto de 29 de janeiro de 1789, e dos alvarás de 17 de agosto de 1795, e de 25 de novembro de 1800, por inaplicáveis às atuais circunstâncias, não correspondendo aos grandes fins, que o mesmo real senhor se tem proposto pela organização de um plano, e sistema geral de comércio, que haja de abraçar todos os seus reinos, e domínios nas quatro partes do mundo, e soltar as prisões, que impediam, e fechavam parte dos portos dos seus domínios ao comércio direto, com outros portos dos seus próprios domínios: e considerando Sua Alteza Real que a posição geográfica do Brasil é por si mesma a mais favorável, e apropriada para se constituir o empório do comércio de entreposto entre a Europa, e Ásia, foi servido, pelo mesmo alvará, liberalizar por amplas concessões aos seus fiéis vassallos o comércio, e navegação direta nos mares da Índia, China, enseadas, rios, ilhas, e portos, assim nacionais, como estrangeiros, além do Cabo da Boa Esperança, como também nos portos de Portugal, Brasil, ilhas dos Açores, Madeira, ilhas do Cabo Verde, portos de África Ocidental, e ilhas adjacentes pertencentes à sua Real Coroa; abolindo todas as restrições, que por muitos anos obstruíram os canais da prosperidade, opulência, e poder, que em outros tempos elevaram a nação portuguesa ao maior auge de glória: e mandando criar um estabelecimento de depósito na cidade de Goa, sobre o qual legislou providentes disposições em geral benefício dos seus fiéis vassallos, como se pode ver por extenso no citado alvará.

– 6 –

Havendo os moradores do arraial, e freguesia de São João Marcos, desta província do Rio de Janeiro, requerido, ao Príncipe Regente Nosso Senhor, que fosse erigido em vila aquele arraial, separando-se da de Resende, por evitar os inconvenientes, que resultam da distância, em que se acham desta Corte, e da mencionada vila de Resende, sendo-lhes penoso e prejudicial virem solicitar as suas dependências cíveis, e criminaes por ca-

minhos muitas vezes impraticáveis, com grande prejuízo das suas lavouras, e detrimento da pública segurança, pela dificuldade de se punirem os delitos com a prontidão, e certeza, que convém: constando outrossim a Sua Alteza Real que o mesmo arraial, e freguesia contém suficiente povoação, que crescerá cada vez mais com o aumento da agricultura, que está já há muito adiantada, abrindo-se, e cultivando-se com grande fervor terrenos vastíssimos, até agora incultos, e desaproveitados: foi servido o mesmo augusto senhor desmembrar do termo da vila de Resende o mencionado arraial e freguesia de S. João Marcos, e erigi-lo em vila com a denominação de S. João do Príncipe, e criar dois juízes ordinários, um dos órfãos, vereadores, e oficiais da Câmara, e almotacéis, na forma da lei do Reino, etc.

– 7 –

Se o Senhor não edificar a casa, de balde trabalham os arquitetos; se te não guardar a cidade, em vão, vigiam as sentinelas: da mesma sorte o Império que não é fundado pela mão do Onipotente, não poderá persistir, nem florescer. Esta verdade tão importante bem conheceu o nosso augusto príncipe, e senhor, pois, desde o momento da sua feliz vinda para o Brasil não tem cessado de dar as mais públicas, e enérgicas lições ao seu povo da sua piedade, e religião, tanto no zelo da honra, e culto de Deus, como na prática de exemplares virtudes, pondo nas mãos da Providência, com a mais heróica resignação, a sua causa, e a dos seus vassalos de Portugal, e esperando da bondade divina, não só a restauração total do seu Reino, tão à falsa fé usurpado, mas também o extermínio dos seus inimigos: e nesta firme esperança é que Sua Alteza Real, logo que declarou guerra ao Imperador dos franceses, pelo manifesto de 2 de maio de 1808, por carta circular do mesmo mês e ano, mandou aos prelados que fizessem preces públicas pelo bom sucesso das suas armas; e com solenes ações de graças tem festejado as vitórias, que os seus exércitos têm constantemente conseguido, mediante a proteção divina: e para mais consolidar os alicerces do seu novo Império Brasiliense, que devem assentar sobre a firme pedra da religião, tem ordenado às autoridades eclesiásticas, e civis, que empreguem todo o zelo pela observância pública dos mandamentos de Deus, dos preceitos da Santa Igreja, fazendo fechar nos domingos e dias de guarda as lojas, e oficinas, que com escândalo público, e desprezo da lei se viam abertas, e

em contínuo trabalho, e tráfico de negociações, ainda mesmo nos dias mais solenes. Para o fim de evitar a ociosidade, mãe dos vícios, santificar os povos, e fazê-los mais obedientes ao jugo da lei, o nosso excelentíssimo e reverendíssimo bispo diocesano, e capelão-mor, pela sua carta pastoral de 8 de abril do presente ano, dispensou um grande número de dias-santos menos solenes, para neles se poder trabalhar, depois de satisfeito o preceito de ouvir missa.

– 8 –

Pelo alvará do 1º de março criou o Príncipe Regente Nosso Senhor a Real Junta da Fazenda, dos Arsenais, Fábricas, e Fundições desta Corte, e província do Rio de Janeiro, a fim de dar ao antes denominado Trem desta mesma Corte toda a extensão de um grande arsenal de exército, promover a fabricação das coisas necessárias para o serviço militar, e ao mesmo tempo animar, e adiantar a educação de oficiais, e artistas hábeis naqueles objetos do real serviço, que tanto concorrem para a independência, defesa, e segurança do Estado: e outrossim havendo Sua Alteza Real mandado formar os grandes estabelecimentos da fábrica de pólvora na lagoa de Freitas, e da fábrica de canos de espingardas, que se acha principiada na Fortaleza da Conceição, como também os estabelecimentos de outras fábricas, e fundições, que o mesmo real senhor se propõe estabelecer, as quais exigem uma administração bem organizada, e econômica, que em geral ficam encarregadas à sobredita Junta com todos os atributos, e jurisdição, que tinha a Real Junta dos Arsenais do Exército do Reino de Portugal. Compôr-se-á esta nova Junta de um presidente, que será o tenente-general de artilharia, inspetor-geral, e diretor das fábricas, e fundições do Real Arsenal do Exército, e mais sete deputados, a saber, o intendente dos armazéns, os dois ajudantes-de-ordens do inspetor-geral, o tesoureiro do cofre do arsenal, do contador, do fiscal, que sem um ministro de grande consideração, e do secretário, e terá também uma contadoria, etc.

– 9 –

Lançando Sua Alteza Real as suas benéficas, e providentes vistas sobre esta cidade, e vendo que o seu antigo recinto está quase todo coberto de casas, e estas de tal sorte ocupadas, que não há uma só, que não tenha morador, e que em muitas delas vivem juntamente duas, e três famílias,

por causa da muita gente, que tem concorrido a estabelecer-se na Corte, ou trazida dos seus próprios interesses, como é o grande número de estrangeiros, especialmente negociantes, ou obrigada pelo real serviço, ou conduzida pelas suas dependências, ou outros motivos, que atraem os nacionais a procurar a residência do soberano: e querendo o Príncipe Regente Nosso Senhor que não só os seus vassallos tenham casas, onde se possam acomodar por preços razoados, mas também que a cidade vá crescendo com maior número de edifícios, e que se aformoseie um dos seus bairros, enxugando-se terrenos alagadiços e pantanosos, com manifesta utilidade da saúde pública: foi servido, pelo decreto de 26 de abril, enquanto não estabelece a inspeção das obras públicas e não der mais amplas providências a este respeito, ordenar que todos os que edificarem casas de sobrado nos terrenos situados na cidade nova, desde a ponte até ao lugar marcado para a caldeira, e em qualquer outro lugar pantanoso, no termo de dois anos, a contar da data deste decreto, sejam isentos de pagar décima por dez anos, sendo as casas de um só sobrado, e de menos de cinco portas, ou janelas de frente, e por vinte anos se forem às casas de mais de um sobrado, ou de cinco, ou mais portas, ou janelas de frente, precedendo à edificação delas o alinhamento, e divisões de ruas, feitas, e aprovadas por ordem do intendente-geral da polícia, enquanto não houver inspetor de obras públicas, e dele receberão todo o auxílio para conseguirem oficiais, e materiais sem prejuízo dos que edificam na cidade antiga, e seus arredores: igualmente, houve Sua Alteza Real por bem ordenar que nos terrenos da cidade nova ninguém possa edificar casas térreas.

– 10 –

Este terreno, sendo pela maior parte alagado pelo mar, que com a enchente da maré entra pelo boqueirão de S. Diogo, com a vazante ficam as águas encharcadas, exalando um vapor pútrido, prejudicial ao olfato, e mais que tudo à saúde pública, além de ser um perpétuo viveiro de infinitos milhões de mosquitos, que ali se criam, chamados maruins e que, apesar da sua pequenez quase imperceptível, mordem valentemente. Assim, é de forçosa necessidade que se aterre este manancial de infecção, e sobre ele se edifiquem muitas mil casas para largueza da cidade, acomodação do povo, e salubridade da atmosfera. Mas este aterro é superior às forças dos parti-

culares; pois, uma vez que se não empreguem nesta obra hercúlea muitas centenas de braços, nada se poderá concluir com a brevidade, que todos desejam. O senado da Câmara desta cidade, dois anos antes da memorável, e feliz vinda do Príncipe Regente Nosso Senhor, empreendeu, sendo inspetor e procurador do mesmo senado, o capitão-mor Leandro José Marques Franco de Carvalho, fazer uma extensa estrada sobre o mesmo mangue, a qual se concluiu desde o lugar, onde se projeta abrir a caldeira até ao braço do mar, que entra por S. Diogo, sobre o qual traço se lançou uma ponte de madeira. Além desta grande estrada fizeram-se outras que do caminho de S. Diogo atravessam o mangue, até chegar à referida estrada grande. Apesar deste espaçoso terreno não estar aterrado na sua maior parte, o que só no fim de muitos anos se conseguirá, contudo temos visto em pouco tempo vir surgindo uma nova cidade com grandes, e belos edifícios, ruas largas, e tiradas a cordel, que se cortam com outras em ângulos retos, O mencionado procurador da Câmara fez também abrir uma vala, que se prolonga em linha paralela com a grande estrada.

– 11 –

Também depois da feliz vinda de Sua Alteza se tem promovido, e dilatado a edificação de casas para além da Senhora da Glória; e hoje o lugar do Catete, praias do Flamengo, e do Botafogo apresentam longa série de casas, algumas das quais são nobres, e muito elegantes: do mesmo modo se tem estendido a cidade da banda do Valongo, Gamboa, Saco do Alferes, e Praia de S. Diogo. Tanto se deve à augusta presença do Príncipe Regente Nosso Senhor! No centro mesmo da cidade vão as coisas mudando de forma e de aspecto; já não se encontram aquelas lúgubres, e góticas armações de madeira, chamadas gelosias.* Mandou Sua Alteza, pelo órgão do ilustríssimo conselheiro, intendente-geral da polícia, e todas em poucos dias caíram por terra, e vão substituindo-se por grades de ferro, e vidraças, que fazem um prospecto muito agradável: e continuamente se estão edificando, sobre as ruínas das antigas, novas casas de um, dois, e três sobrados,

* Exceto na rua dos Barbonos, quase que a chegar aos Arcos, onde há uma casa de sobrado, antiga, e nela se conserva o goticismo das rótulas em toda a sua primitiva. Nota de 1820.

de sorte que não há rua alguma, em a qual não se vejam obras novas, o que promete que esta cidade, em período não remoto, virá a ser uma das mais belas, e populosas do Novo Mundo, e Corte digna de um grande soberano.

– 12 –

O Príncipe Regente Nosso Senhor houve por bem criar, pelo alvará de 8 de maio, uma vila no centro da ilha de Joannes ou Marajó, na embocadura do rio Amazonas na capitania do Pará, a qual vila se erigira no lugar mais cômodo da mesma ilha, segundo as informações, e planta, que subiram à sua real presença; e ordenou que o ouvidor da comarca do Pará passasse logo a erigi-la, fazendo os necessários estabelecimentos à custa da Real Fazenda, e designasse o competente termo, como também criasse os oficiais da Câmara, e almotacéis, na forma das leis do reino, e provesse, pela maneira praticada naquela capitania, os serventuários dos officios de escrivão dos Órfãos, Câmara, e almotaçaria, e dois do público, judicial, e notas, um meirinho, um alcaide, e os seus competentes escrivães; e outrossim Sua Alteza Real foi servido criar o lugar de juiz de fora do Cível, Crime, e Órfãos com jurisdição nas aldeias dos índios existentes nas costas da dita ilha, que vencerá o ordenado, e mais emolumentos, que vence o juiz de fora da cidade do Pará.

– 13 –

Por outro alvará da mesma data, Sua Alteza Real, tendo vindo no conhecimento de que as vilas de S. João da Parnaíba, e de Campo Maior, da capitania, e comarca do Piauí, tem tido grandes aumentos em população, agricultura, e comércio, e que distam da cabeça da comarca, que é a cidade de Oeiras, mais de cem léguas, houve por bem criar um lugar de juiz de fora do Cível Crime, e Órfãos para as ditas vilas, o qual juiz vencerá o ordenado, e mais emolumentos, que vence o juiz de fora da cidade de Mariana, e residirá na vila, que melhor convier ao real serviço, e bem do povo, sem faltar à administração da Justiça na outra.

– 14 –

Os felizes anos do Príncipe Regente Nosso Senhor foram festejados a 13 de maio com a mesma alegria nacional, e pompa militar do

costume. Os regimentos de primeira, e segunda linha se postaram em grande parada pelo meio-dia no Terreiro do Paço, e deram as três salvas de artilharia, e outras tantas descargas da infantaria, a que corresponderam as fortalezas, e embarcações de guerra, tanto portuguezas, como inglesas, estacionadas neste porto, estando todas embandeiradas em demonstração de júbilo, e respeito. Concorreu ao Paço o corpo diplomático, a Corte, e grande número de pessoas de graduação, todos em grande gala, e estado, para cumprimentarem a Sua Alteza Real, e beijarem a sua augusta mão por um motivo de tanto interesse de toda a nação portuguesa. Sua Alteza Real, o Príncipe Regente Nosso Senhor recebeu com prazer as sinceras homenagens dos seus leais vassallos; e entre muitas mercês, que neste faustíssimo dia liberalizou pelo motivo do seu natalício, e que se fizeram públicas pelas três secretarias d'Estado, as mais importantes são as seguintes: Lorde Wellington marechal-general, conde de Vimeiro, grã-cruz da Ordem da Torre e Espada, com a pensão vitalícia de vinte mil cruzados, para si, e seus filhos. O general Beresford, marechal do exército, conde de Trancoso, e grã-cruz da sobredita Ordem. O general Silveira, marechal do exército, conde de Amarante, e uma comenda da Ordem de Cristo. O marquês de Alegrete, governador, e capitão-general da capitania de São Paulo.

– 15 –

É de notar que neste feliz dia 13 de maio ainda se ignorava nesta Corte do Rio de Janeiro o êxito da contenda entre o herói britânico, Lorde Wellington, e o marechal francês, príncipe de Eslinge, que ficara estacado com o seu exército de invencíveis defronte das linhas de Torres Vedras não se animando a rompê-las, nem a apresentar batalha aos aliados portuguezes, ingleses, e espanhóis, que naquelas linhas esperavam impávidos o ataque inimigo; mas o Príncipe Regente Nosso Senhor, como antevendo o glorioso resultado da sabedoria, e valor do invicto general britânico, a quem confiara a defesa do seu Reino, quis com antecipação premiar os seus grandes, e eminentes serviços. Com efeito, o filho mimoso da vitória, o marechal Massena, depois de quase seis meses de inação, e de perder a metade do seu exército em mortos, feridos, e prisioneiros, como também em desertados; consumido pela fome, doenças, e outros flagelos, com que a justiça de um Deus, vingador dos oprimidos, premiou a arrogante sober-

ba do general, e as insolências e sacrilégios dos seus desenfreados soldados, que não deixavam pedra sobre pedra nos terrenos, que tiveram a desgraça de hospedar estes tão malignos, desumanos, e ímpios, na noite de 5 de março se pôs em vergonhosa retirada, fugindo com muita pressa do que tinha vindo, para escapar dos golpes dos portugueses, e ingleses. Com raiva de danados, e furor diabólico foram estes assassinos incendiando cidades, vilas, aldeias, e casas, por onde passavam, não deixando com vida vivente algum, que encontravam; mas esta fuga não lhes foi tão gratuita, como eles esperavam; Wellington os foi batendo por muitos dias até às raias do Reino, colhendo em cada combate novos louros.

– 16 –

Por causa destas notícias tão agradáveis, chegadas nesta Corte em meados de junho, e vindas diretamente de Lisboa, se encheu a cidade dos mais vivos transportes de prazer, avivados pelas salvas da Fortaleza da ilha das Cobras, com que Sua Alteza mandou festejar tão boa nova; e ordenou que na sua Real Capela se rendessem ao Senhor dos Exércitos as mais solenes ações de graças, não só por se achar a cidade de Lisboa, nobilíssima Corte de Portugal, desassombrada, e salva, mas também todo o Reino limpo das falanges francesas. Assim, logo que Sua Alteza recebeu os ofícios dos governadores do Reino, que confirmavam estas primeiras notícias desceu com os sereníssimos senhores, príncipe da Beira, e infante D. Miguel, e D. Pedro Carlos, acompanhado da sua Corte, para a Real Capela, que estava ricamente ornada, e ali em um majestoso sólio assistiu à missa, que celebrou com solenidade de pontifical ilustríssimo monsenhor decano, e ao *Te Deum Laudamus*, que entrou o excelentíssimo e reverendíssimo bispo, capelão-mor, havendo antes do hino de graças recitado uma belíssima oração gratulatória do reverendo Januário da Cunha Barbosa, pregador régio, o qual mereceu um aplauso geral de todos os ouvintes, que eram toda a Corte, e as pessoas mais distintas desta cidade, vestidas de gala, e penetradas da mais viva alegria. Esta mesma se desenvolveu na noite deste dia, que foi a 26 de junho, e nas duas subsequentes com a geral iluminação do Real Palácio, e de toda a cidade, acompanhada dos repiques dos sinos da Real Capela e demais igrejas, e precedida, e concluída com salvas da Fortaleza da ilha das Cobras. No dia 28 ao meio-dia houve grande parada

no Terreiro do Paço, e se deram às descargas, e salvas, tanto na terra, como no mar com universal prazer, e vivas repetidos ao Príncipe Regente Nosso Senhor. Depois disto seguiu-se o beija-mão, que Sua Alteza Real se dignou dar com toda a solenidade, e aparato do estilo, para cuja real cerimônia concorreu a Corte, e todas as pessoas de maior consideração de todas as ordens do Estado em grande gala, como também os ministros estrangeiros, que felicitaram a Sua Alteza Real por tanta felicidade, e glória nacional.

– 17 –

Depois de assim haver Sua Alteza Real manifestado o seu júbilo pela salvação da sua antiga Corte, e de todo o seu Reino de Portugal, e depois de ter rendido a Deus as devidas graças pela visível proteção, com que o Onipotente tem constantemente favorecido a sua causa, e a dos seus amados vassallos, dando-lhes sempre a vitória sobre os seus inimigos, passou o mesmo real senhor (penetrado do mais vivo sentimento de compaixão pelas atrocidades, e devastações, que o abominável exército francês perpetrara naquele Reino Lusitano no desgraçado tempo, em que pela terceira vez ocupara parte de algumas das suas províncias) a acudir com a brevidade possível à reparação de tantos males, e a socorrer aqueles vassallos, a quem ama como filhos; sendo servido consignar em cada um ano, e pelo espaço de quarenta anos, a quantia de cento e vinte mil cruzados, que serão deduzidos das rendas das Alfândegas, e na sua falta de outras quaisquer, pela maneira seguinte: da capitania da Bahia sessenta mil cruzados por ano, da de Pernambuco quarenta, da de Maranhão vinte, as quais quantias o mesmo augusto senhor mandou, que se empregassem em benefício dos seus vassallos das províncias invadidas, reedificando-se-lhes as suas casas, dando-se-lhes sementes, e gados necessários para a continuação das suas lavouras, e restabelecendo-se-lhes de novo as fábricas, e casas das povoações, e cidades destruídas, e incendiadas, etc., o que melhor se conhecerá da mesma carta régia para os governadores do Reino de Portugal, datada do Rio de Janeiro a 26 de julho, e nela verá o leitor as providências, que Sua Alteza Real foi servido dar, a fim de haver com a maior brevidade o dinheiro necessário, por via de empréstimo sobre este donativo real, que importará nos ditos quarenta anos em quatro milhões, e oitocentos mil cruzados. Feliz o povo, que é regido por tal soberano!

Requerendo a Câmara da vila do Desterro da ilha de Santa Catarina ao Príncipe Regente Nosso Senhor a criação do lugar de juiz de fora para a mesma vila, porque, além de constar o seu termo de sete extensas freguesias, e de uma povoação de quase vinte mil almas, que todo o dia vai a aumentar pela salubridade do clima, e fertilidade do seu território, tinha prosperado muito o comércio pela comodidade, e segurança do seu porto, como também pela liberdade, e franqueza do mesmo comércio, e pelo estabelecimento de um porto franco no da mesma ilha, determinado no § 22 do Tratado de Comércio de 19 de fevereiro de 1810, de cuja nova ordem das coisas infalivelmente nascerão muitos pleitos judiciais de importância, e dificuldade superior à capacidade dos juizes ordinários, etc. Sua Alteza Real, atendendo a tão justas, e ponderosas razões, houve por bem criar, pelo alvará de 17 de junho, o lugar de juiz de fora para a referida vila do Desterro, nomeando um juiz de fora do Cível, Crime, e Órfãos, que vencerá o ordenado de quatrocentos mil réis, e as propinas, e emolumentos, que vence o juiz de fora da vila de Santos.

Sendo presente ao Príncipe Regente Nosso Senhor o quanto convinha ao seu real serviço, e ao bem dos povos o erigir em vilas algumas das povoações da capitania de Pernambuco, que pelo aumento da sua população se faziam credoras daquela graduação, e que do número destas eram as povoações do Cabo de Santo Agostinho, a de Santo Antão, a do Pau-d'Alho, e a do Limoeiro; as quais até agora pertenciam aos distritos da cidade de Olinda, e das vilas do Recife, e Iguaraçu, aonde precisavam os seus habitantes recorrer com muito incômodo pela distância, em que se achavam; e sendo também presente a Sua Alteza Real, que a povoação dos referidos lugares admitia pelo seu número a divisão dos distritos, sem que deixassem ainda de ser extensos os termos das sobreditas cidade, e vilas, donde se desmembravam: pelo alvará com força de lei de 27 de julho, foi servido criar vilas as ditas quatro povoações, do Cabo de Santo Agostinho, Santo Antão, Pau-d'Alho, e Limoeiro, cada uma das quais terá Câmara composta de dois juizes ordinários, três vereadores, e um procurador e elegerá dois juizes almotacéis, os quais todos se regularão para a governança

das mesmas vilas pelos regimentos, e norma prescrita nas Ordenações, e leis do Reino. E gozarão as ditas novas vilas de todos os privilégios concedidos às mais vilas, e poderão erigir pelourinho, cadeia, e casas da Câmara, usar das varas, estandarte, e mais insígnias como as outras vilas; exceto porém o uso de escudo d'armas enquanto não lhes forem conferidas por Sua Alteza, e designadas pelos seus oficiais de armaria. Terão também escrivães, meirinhos, etc., conforme as leis do Reino. Consistirá o termo da vila do Cabo de Santo Agostinho do distrito atual das freguesias do Cabo, Ipojuca, e Escada: o termo da vila de Santo Antão compreenderá as freguesias do mesmo nome, e de S. José dos Bezerros: o da vila do Pau d'Alho se formará da mesma freguesia do dito nome, da da Luz, e da parte da freguesia de São Lourenço, que fica superior à confluência do riacho de Massiapé no pequeno rio Capibaribe: e o termo da vila do Limoeiro serão as freguesias do Limoeiro, Bom Jardim, e Taquaratinga: e para patrimônio de cada uma destas novas vilas concedeu Sua Alteza Real uma sesmaria de uma légua até légua e meia em quadro, que o governador, e capitão-general da capitania lhes assinará, onde houver terreno devoluto, etc.

– 20 –

Por carta régia de 5 de setembro para o governador, e capitão general da capitania de Goiás, aprovou o Príncipe Regente Nosso Senhor o plano do estabelecimento de uma sociedade de comércio entre a dita capitania, e a do Pará, concedendo vários privilégios aos acionistas, e dando saudáveis providências sobre a civilização dos índios mansos, e cristianizados, e também relativamente às nações canajá, apinajé, xavante, xerente, canoeiro, e outras, que habitam aquelas vastíssimas regiões; e igualmente a respeito da navegação dos rios Tocantins, Araguaia, Maranhão, e outros, em cujas margens algum dia se levantarão eternos padrões, que atestem aos vindouros o paternal cuidado, com que o senhor D. João, Príncipe Regente de Portugal, com a sua augusta presença no Brasil promove a felicidade dos seus povos, ainda mesmo os mais distantes do seu trono, excitando entre eles a civilização, o comércio, a indústria, as artes, e ciências, quanto permite o estado de um vastíssimo continente pouco povoado, e em grande parte pouco conhecido. Não menos duradores serão os monumentos, que se erigirão também nas margens dos grandes rios tributários do Amazonas,

o Madeira, o Tapajós, o Xingu, e Arinos, cuja navegação foi mandada de novo explorar, para o fim de se realizarem grandes vistas políticas, que facilitem as comunicações, e o comércio do interior com as províncias marítimas do Amazonas. Com efeito: tem-se facilitado por ordem de Sua Alteza Real a navegação, que de Vila Bela se dirige pelos rios Guaporé, Mamoré, e Madeira ao Amazonas, e por este até à cidade do Pará: também se explorou a navegação do Cuiabá pelo Arinos, e Tapajós; e posto que esta por ora seja dificultosa, e quase impossível por causa das muitas cachoeiras do Arinos, e pela inumerável multidão de índios bárbaros, e cruéis, que habitam as suas margens, contudo havendo maior população de portugueses, e que se estendam por estes sertões, esta navegação será adotada, e a posteridade reconhecerá os grandes benefícios, que ao Novo Mundo veio trazer a paternal presença do Príncipe Regente Nosso Senhor.

– 21 –

Não será menos agradecida a mesma posteridade, quando trazer à lembrança que grande parte dela deveu a sua vida, e existência a tão grande, como piedoso príncipe, que no ano de 1811 mandou estabelecer nesta Corte do Brasil, e nas capitais de outras capitanias a vacinação, para preservar do flagelo das bexigas os seus vassallos. Este filantrópico estabelecimento, todo à custa da Real Fazenda, se emprega a vacinar nas quintas-feiras, e domingos a todos, quantos se apresentam no consistório da igreja do Rosário, onde dois professores de cirurgia se acham prontos para tão benéfico exercício, debaixo da direção do cirurgião da Câmara de Sua Alteza, o nosso patricio Teodoro Ferreira de Aguiar.

– 22 –

Estando concluída uma grande parte do magnífico templo, e paróquia de Nossa Senhora da Candelária, que há mais de trinta anos se está edificando, e querendo a mesa da irmandade do Santíssimo Sacramento transferir para ele o Divino Senhor Sacramentado, e as imagens de Maria Santíssima, e de outros santos, que interinamente se haviam colocado em uma pequena capela, que em outro templo fora sacristia da antiga igreja, e que atualmente servia de paróquia, designou o domingo 15 de setembro do santo nome de Maria, para se efetuar a solenidade da trasladação; mas por motivos de chuvas, que sobrevieram, se verificou

bem ao pé da letra o ditado: o que não se faz no dia de Santa Maria, se faz noutro dia; e se transferiu para a quarta-feira seguinte, véspera de S. Januário, 19 de setembro, dia memorável nos fastos do Rio de Janeiro.* Assim, no dia 18 pelas quatro horas e meia da tarde saiu da mencionada paróquia interina uma muito esplêndida procissão, composta das irmandades da mesma paróquia, de outras do seu distrito, e das irmandades do Sacramento das freguesias desta Corte, que por obséquio quiseram fazer parte desta pompa. Em bem ornadas charolas eram conduzidas pelas suas respectivas confrarias as veneráveis imagens dos santos seus padroeiros, sobressaindo a toda em riqueza a de Nossa Senhora da Candelária, titular da paróquia. Fechava brilhantemente esta comitiva o clero da freguesia, do qual uma grande parte está revestido de pluvial; e debaixo do pátio, que sustentavam oito irmãos do sacramento, ia o excelentíssimo e reverendíssimo bispo d'Olha, prelado de Moçambique, levando o Santíssimo Sacramento em uma preciosa custódia, tendo ao seu lado um diácono, e um subdiácono, paramentado de dalmáticas. Logo vinham os músicos do primeiro regimento de milícias da Corte, tocando marchas muito agradáveis, e após deles se seguia todo o regimento com o seu coronel à frente, e com as bandeiras estendidas. As ruas, por onde transitou esta solene procissão, se ornaram com a decência devida, e nas esquinas todas havia girândolas de fogos do ar, que se soltavam, ao passar o divino Senhor Sacramentado. Erigiram-se coretos de música, um na rua da Quitanda, outro na frente das janelas do Paço, que olham para o mar, o terceiro por baixo das janelas do quarto da Rainha Nossa Senhora, e o quarto na rua dos Pescadores; e no Terreiro do Paço se colocaram diferentes girândolas; e além disto o Príncipe Regente Nosso Senhor, que com toda a real família esteve vendo passar esta pomposa procissão das

* O dia de S. Januário é preceito nesta cidade, dos muros para dentro, em memória da total derrota dos franceses, em 1710, os quais, havendo penetrado pela cidade adentro, comandados por Mr. Duclerc, nela foram mortos e aprisionados pelo povo, sem escapar um só. Os que atribuem o motivo de ser esse dia de guarda à invasão de Du Guay-Trouin, se enganam, como se enganou o pintor, que fez o quadro de S. Januário, que está na sé velha, no altar do, mesmo santo, onde se veem os navios franceses saindo pela barra fora, depois do resgate da cidade; fato que aconteceu a 12 de dezembro de 1711.

janelas do Real Palácio, mandou dar uma salva da Fortaleza da ilha das Cobras, ao chegar o pálio ao Terreiro do Paço pela frente das janelas, em que se achavam Suas Altezas Reais. O povo, que bordava as ruas, e a praça, era muito numeroso, especialmente depois que anoiteceu, por causa do concurso das mulheres; pois quando se recolheu a procissão, passava das oito horas da noite.

– 23 –

No dia seguinte celebrou missa pontifical o excelentíssimo e reverendíssimo bispo d’Olba, cantando-se a missa do Santíssimo Sacramento *votiva pro re gravi*; e orou o reverendo Antônio de Sousa Caldas; e concluída a festa, se seguiu um grande *Te Deum*, todo cantado pela música, que era numerosa, e escolhida, como convinha a uma festividade tão pomposa, e interessante, e que mereceu a real presença do Príncipe Regente Nosso Senhor, o que muito realçou o esplendor desta grande solenidade, não só dentro da igreja, mas também fora dela. Porquanto Sua Alteza Real saiu do palácio para a igreja da Candelária em grande estado no magnífico coche, que o mesmo augusto senhor mandara vir de Lisboa, e no qual era a primeira vez que Sua Alteza saía em público nesta Corte do Rio de Janeiro: e por este motivo concorreu muita gente para presenciar a passagem de Sua Alteza do Real Paço para a mencionada igreja. O Príncipe Regente Nosso Senhor ia acompanhado dos sereníssimos príncipe da Beira, e infantes, D. Miguel, e D. Pedro Carlos, e seguido de uma grande guarda de cavalaria, após da qual vinham outros coches, que conduziam os gentis-homens, e camaristas, que estavam de serviço às reais pessoas. No adro da igreja estava postada uma guarda de honra do primeiro regimento de milícias, comandada por um capitão, e dois subalternos, com bandeira, e toda a música do mesmo regimento; e para excitar maior alegria não faltaram as girândolas, que ao ar subiram com estrondosos ecos à chegada de Suas Altezas, ao levantar a Deus, e à retirada dos mesmos sereníssimos senhores. Tanto na noite antecedente, como na deste dia, e na do seguinte, em que se fez a festa de Nossa Senhora da Candelária, padroeira da igreja, e de toda a paróquia, os moradores do distrito da mesma paróquia iluminaram as suas casas: e as festas das diferentes irmandades duraram por todo o oitavário.

– 24 –

Havendo-se ateadado nas províncias de Buenos Aires, e do Paraguai, o fogo da insurreição, e possuídos aqueles habitantes do furor revolucionário, levantaram o estandarte da independência, e se subtraíram à obediência do seu legítimo soberano, Sua Majestade Católica, rompendo os laços, que os unia à Espanha. Começou portanto neste desgraçado país uma desastrosa guerra civil pelos anos de 1808, e 1809; e apesar de todos os meios de brandura, que o Príncipe Regente Nosso Senhor foi servido empregar para o restabelecimento da paz, e boa harmonia entre estes povos, nada se concluiu pela sua paternal mediação, antes cada vez mais se assoberbaram, pensando que Sua Alteza Real não teria talvez no Brasil forças, nem meios para os subjugar, se necessário fosse. Assim, o fogo da insurreição ia rapidamente lavrando, e o incêndio ameaçava já as nossas fronteiras do Sul. A fiel Montevideú, vendo-se sitiada pelos insurgentes de Buenos Aires, implorava o auxílio dos portugueses; era portanto necessário irem estes com a espada na mão a atalhar o mal epidêmico, que, nascendo na América do Norte, passou a assolar a Europa, e voltava dali para consumir os seus horrores na América do Sul. Pelo que o Príncipe Regente Nosso Senhor se viu obrigado a mandar um grande corpo das suas tropas da capitania do Rio Grande, e da de São Paulo, a fim de levantar o cerco da praça de Montevideú, e de enxotar para além do rio da Prata os botafogos de Buenos Aires, que tudo contaminavam do lado oriental com o pestífero código da quimérica liberdade, e que se esforçavam de enxertar nos índios das nossas Missões, e nos nossos escravos, e mesmo nos portugueses, se fosse possível deixarem de o ser, as suas perversas, e rebeldes opiniões. Entrou, pois, o excelentíssimo D. Diogo de Sousa, governador, e capitão-general do Rio Grande, com o seu exército pacificador pelas terras espanholas até Maldonado, com o fim de ir descercar Montevideú, e proteger os povos orientais do Rio da Prata; mas os insurgentes, temendo com razão as chegadas das nossas tropas, que decerto não os haviam de poupar, fizeram aceleradamente um armistício, e suspensão de armas; e logo depois um tratado de pacificação com a data de 20 de outubro, com o vice-rei Elio, governador de Montevideú, e a Junta Executiva de Buenos Aires, convencionando-se entre outras coisas, que as tropas portuguesas se retirassem às suas fronteiras, deixando livre o território espanhol; pelo que voltaram os nossos quase sem fruto algum das suas fadigas, e grande

despesa da Coroa; porquanto a desunião há de durar entre os governos realista, e revolucionário, e cedo reviverão as hostilidades; pois entre gente sem lei, nem rei, *nula fides est in pactis*, e de novo voltaremos a sair a campo pela nossa própria segurança. Deus queira que seja então debaixo da mais propícia estrela!

– 25 –

Outra pequena guerra está quase a ponto de terminar com maior glória do Príncipe Regente Nosso Senhor, e interesse dos seus Estados do Brasil, pelas oportunas, e sábias providências, que o mesmo real senhor se dignou dar em benefício dos seus vassallos, com a redução dos selvagens, e antropófagos botucudos, mandando estabelecer para este fim as divisões militares no imenso terreno ocupado pelos tais índios. O sistema de brandura, e sofrimento, que alguns por espírito de contradição, ou por mal intencionados, e por afetação de princípios filantrópicos, propõem, e inculcam, como unicamente admissível para atrair estes bárbaros para as leis da sociedade civil e da santa religião, nada havendo produzido há tantos anos, apesar de grandes despesas da Fazenda Real, e sacrifício de tantas vidas, foi necessário recorrer à força, mandando Sua Alteza Real subjugalos com mão armada; e logo cessaram as horrorosas cenas de antropofagia, calaram os clamores dos povos, voltaram para os seus abandonados lares muitas famílias, que neles se conservam em segurança, applicadas à cultura destas abençoadas terras; todos os dias se levantam nestes vastos sertões novos estabelecimentos, vão em aumento as novas estradas e se navegam os rios. Já uma destas bravas nações, a dos xamixunas veio pedir paz a um dos comandantes, e sujeitar-se a viver em sociedade regular, reunida em aldeias, e os mesmos botucudos, depondo pouco a pouco a sua indômita fereza, se animaram a levar suas mulheres, e filhas ao comandante da 7ª divisão, dando mostras de não quererem mais guerra, e de preferirem a paz e a amizade com os portugueses.

“O Alferes Julião, diz o capitão-mor dos tocaiós em carta particular, enfim conseguiu o que eu nunca pude; pois ao seu quartel de S. Miguel tem vindo as Botecudas, e eu brevemente aqui as espero: tenho grandes esperanças de se verem os Botecudos aldeados; e será

isto uma novidade guardada para ilustrar o governo do Melhor dos Soberanos”.

– 26 –

Com efeito: se mereceram a apoteose entre os gregos aqueles, que primeiro os arrancaram dos bosques, e da vida errante, os fixaram em domicílios certos, e lhes ensinaram a semear o trigo, plantar a vida, e a viver sujeitos às leis sociais; e por isso se disse deles que amansaram tigres, e leões; puseram em movimento as árvores, e rochedos; suspenderam o curso dos rios e obraram outros muitos prodígios, que nada mais significam do que os benignos, e maravilhosos efeitos da civilização, que transforma em homens racionais os que antes pareciam feras, e entes inanimados; que glória, e que louvor se não deve dar ao senhor D. João, nosso augusto Príncipe Regente quando, se não de todo, ao menos em grande parte, tiver concluído a civilização de tantos milhares de índios bárbaros, e ferozes, que povoam os extensos sertões, e matas do Brasil? Quando estes, presente-mente feras indômitas, e bravias se tornarem mansas ovelhas, entrando no aprisco de Jesus Cristo, sendo lavadas com as saudáveis águas do batismo? Ah! talvez, talvez que esteja escrito no incompreensível livro da Providência, que uma das causas, que conduziu o nosso augusto príncipe para este continente tão remoto, e distante da antiga sede da monarquia portuguesa, fosse para acelerar-se com a sua real presença a época do cristianismo dos indígenas do Brasil, que pela maior parte vivem ainda nas trevas, e sombras do gentilíssimo. Certo é que Sua Alteza Real desde já começa a colher as primícias da paz, civilização, e religião, que insensivelmente irão penetrando os bárbaros corações destes indômitos selvagens pela doçura, e humanidade, com que os mandou tratar, e beneficiar, uma vez que se não apresentem com mão armada, nem façam hostilidades, à traição, como costumam.

– 27 –

Pelo alvará de 31 de outubro o Príncipe Regente Nosso Senhor houve por bem fazer mercê aos moradores do julgado das Aldeias Altas de o elevar em vila com a denominação de vila de Caxias das Aldeias Altas, e de criar na mesma vila um lugar de juiz de fora do Cível, Crime, e Órfãos,

compondo-se a Câmara de três vereadores, e um procurador, como nas vilas deste Estado; gozará de todos os privilégios, e isenções, que são comuns às outras vilas, exceto aqueles, que precisam de graça especial. O termo da mesma vila será composto do mesmo antecedente julgado das Aldeias Altas, do julgado de S. Bernardo da Parnaíba, e do julgado de Pastos Bons, cujos moradores gozarão dos mesmos privilégios para entrarem nos cargos da governança sem diferença de uns a outros, ficando extintos os juizes de julgado, e elegendo-se os juizes dos lugares na forma da Ordenação. E além de dois almotacéis haverá na dita vila os escrivães, alcaide, e mais oficiais competentes.

Jam nova Progênies Coelo dimittitur alto.

Vir. Ecl. 4.

– 28 –

Com o mais intenso prazer, e a mais grata ufania de toda esta cidade do Rio de Janeiro, na segunda-feira 4 de novembro, quando o relógio apontava meia hora da noite, quis o céu honrar os brasileiros, dando-lhes um patricio da mais alta, e proeminente hierarquia. A sereníssima senhora princesa D. Maria Teresa deu à luz, com o parto mais feliz um augusto neto do Príncipe Regente Nosso Senhor, e no mesmo momento as girândolas, e as salvas participaram ao povo fluminense o nascimento de tão formoso, e brilhante astro; e imediatamente correram todos a dar públicos sinais do seu prazer com a iluminação das suas casas, e alegres repiques de sinos, que harmoniosamente por toda a extensão da cidade interromperam por algumas horas o silêncio desta ditosa noite de 4 de novembro. Na verdade o dia 4 de novembro já muito solene, por ser o do augusto nome de Sua Alteza Real, a sereníssima senhora princesa do Brasil,

D. Carlota Joaquina, adquiriu ainda maior celebridade, e será contado nos fastos da América Portuguesa com singular primazia pelo nascimento de uma pessoa real, o primeiro no Novo Mundo. Ditoso Brasil! e mais ditoso ainda Rio de Janeiro! no teu seio já começam a nascer príncipes portugueses, que algum dia brilharão com as heróicas virtudes dos seus augustos maiores, e que farão os seus nomes tão celebrados, e dignos de admiração, como o dos Henriques, dos Luíses, dos Fernandos, dos Teodósios!

– 29 –

No dia 4 pelas onze horas da manhã concorreu ao Paço o corpo diplomático dos ministros estrangeiros, a Corte em grande gala e grande número das pessoas mais condecoradas de todas as ordens do Estado, tanto pelo motivo do augusto nome da sereníssima senhora princesa do Brasil, avó do recém-nascido, como também para cumprir o dever de dar a Suas Altezas Reais os parabéns pelo nascimento do seu augusto neto.

O Príncipe Regente Nosso Senhor recebeu a todos com as demonstrações de excessivo prazer, e este mesmo se divisava em todas as pessoas reais, e com especialidade no senhor infante D. Pedro Carlos, pai do menino recém-nascido. No Paço respirava a maior alegria, e esta mesma se tinha difundido pela cidade, e não havia outro objeto de conversação, tanto em público, como em particular, que não fosse o nascimento do nosso brasileiro: e os mútuos parabéns, que davam uns aos outros, assaz testificavam o interesse, que todos tinham por tão venturoso successo, avaliado como ventura própria, e particular de cada um. Embandeiraram-se as fortalezas, com os navios nacionais, e estrangeiros, assim de guerra, como mercantes; e as salvas ao amanhecer, ao meio-dia, e à noite, juntamente as luminárias gerais acompanhadas dos repiques dos sinos avivavam nestes três dias, 4, 5, e 6 de novembro, o contentamento, que por tantos títulos penetrava os nossos corações.

– 30 –

No dia 5 se cantou na Real Capela uma solene missa, e *Te Deum* com grande pompa, a que assistiu o Príncipe Regente Nosso Senhor com toda a Corte em grande gala, e houve um numeroso concurso de toda a nobreza, e pessoas distintas, tanto eclesiásticas, como civis, e militares, que ocupava todo o recinto do santuário. Finalmente, no dia 6 pelas onze horas entrou na praça do Paço a tropa de linha e miliciania, e ali, formando-se em batalha, deu as salvas, e descargas do estilo; e, feitas as continências ao Príncipe Regente Nosso Senhor, passou a dar, juntamente com o povo, muitos, e repetidos vivas, e aplausos a Suas Altezas Reais, e a toda a sereníssima Casa de Bragança. Depois desta grande cerimônia militar se seguiram as salvas das fortalezas, e navios de guerra, entretanto o Príncipe Regente Nosso Senhor se dignou admitir, e receber em audiência pública as felicitações do corpo di-

plomático, da Corte, e dos seus vassallos mais distintos, que em tais ocasiões têm a honra de se apresentarem perante o soberano, e beijarem a sua augusta mão, como os tribunais, cabido, corpos militares, etc.

– 31 –

Tendo sido presente ao Príncipe Regente Nosso Senhor o quanto convinha ao bem do seu real serviço, e à tranquilidade dos povos, que a comarca de S. Paulo fosse dividida, em duas ouvidorias, por ser impracticável, pela sua grande extensão, que um só magistrado faça no devido tempo as correições da lei: foi servido determinar que se criasse na capitania de S. Paulo mais outra comarca, que se denominará comarca de Itu, sendo esta vila a cabeça dela, e compreenderá mais as vilas de Sorocaba, S. Carlos, Mogi-Mirim, Porto Feliz, Itapetininga, Itapera, e Apiaí com os seus termos respectivos enquanto o mesmo real senhor não for servido destinar-lhe maior território, segundo o exigir a utilidade dos povos. O ouvidor da nova comarca terá a mesma jurisdição que o da comarca de S. Paulo, e vencerá o mesmo ordenado, propinas, e emolumentos, O alvará da criação desta nova comarca, e ouvidoria é de 2 de dezembro.

– 32 –

Também por outro alvará de 6 do mesmo mês, o Príncipe Regente Nosso Senhor, informado de que o aumento do comércio, da agricultura, e da população das vilas de S. João d'el-Rei, Sabará, Vila Rica, e Vila do Príncipe, cabeças das comarcas do Ouro Preto, Rio das Velhas, Rio das Mortes, e do Serro do Frio na capitania de Minas Gerais, multiplicando as relações, e implicando os interesses dos seus habitantes, fazia indispensável que para boa, e reta administração da Justiça tivessem juízes letrados, com os precisos conhecimentos da legislação, houve por bem criar um juiz de fora do Cível, Crime, e Órfãos para cada uma das sobreditas vilas, vencendo qualquer deles o ordenado, que tem o juiz de fora da cidade de Mariana. Outrossim determinou Sua Alteza Real, pelo mesmo alvará, que ficassem extintos os lugares de intendentes do ouro das três primeiras vilas, ficando a cargo dos juízes de fora o cumprirem todos quantos encargos tinham até aqui os ditos intendentes, recebendo cada um dos juízes de fora mais quatrocentos mil réis pelo encargo da intendência, e terão por aposentadoria as casas, em que residiam os extintos intendentes: e o novo juiz de fora de

Vila Rica servirá também de procurador da Real Fazenda, vencendo por este emprego mais o ordenado, que lhe está estabelecido, ficando por este título fiscal, e deputado da Junta da Administração, e Arrecadação da Real Fazenda da capitania de Minas Gerais.

– 33 –

Pelo alvará de 9 de dezembro foi servido o Príncipe Regente Nosso Senhor declarar, e mandar que o menino recém-nascido fosse havido, e tratado como infante, e como tal reconhecido, e respeitado por todos os seus vassallos. O teor do alvará é o seguinte.

“Eu o Príncipe Regente faço saber aos que este alvará virem, que tendo a Divina Providencia abençoado o feliz Consórcio da Princesa D. Maria Teresa, Minha muito Amada, e Prezada Filha, e do Infante de Espanha, Meu muito Amado, e Prezado Sobrinho, D. Pedro Carlos, com o Nascimento de um Filho: e querendo que este seja considerado, havido, e reconhecido nos meus Reinos, Estados, e Domínios com o mesmo Título, Dignidade, e Preeminência, de que goza seu Pai: Hei por bem que ele goze do Título, e Tratamento de Infante, e todas as Honras, Preeminências, e Precedências, que como tal lhe são devidas, assim, e da mesma sorte que goza o mesmo Infante seu Pai. E este se cumprirá como nele se contém, sem embargo de quaisquer Leis em contrário, as quais Hei por derogadas para este efeito somente, ficando aliás em seu vigor; e valerá como Carta passada pela Chancelaria, ainda que por ela não haja de passar, e o seu efeito haja de durar um, e mais anos, não obstante a Ordenação em contrário. Dado no Palácio do Rio de Janeiro aos 9 de dezembro de 1811. – O PRÍNCIPE. – Conde de Aguiar”.

– 34 –

O abençoado dia 17 de dezembro, natalício de Sua Majestade Fidelíssima, a Rainha Nossa Senhora, foi neste ano festejado com duplicado prazer, e alvoroço, por também nele se realizar a solene cerimônia do batizado do sereníssimo senhor infante recém-nascido. Logo ao amanhecer as salvas das fortalezas, e embarcações de guerra, que se embandeiraram com primor, fizeram excitar nos corações dos moradores desta Corte vivos

sentimentos de alegria, recordando-se ser este o dia, em que a Providência deu aos portugueses uma tão augusta, como piedosa soberana, cuja preciosa vida conserva por tão dilatados anos para consolação do seu povo, e para ter o gosto de ver no seu septuagésimo oitavo ano regenerado na sagrada fonte, e contado entre os filhos de Jesus Cristo um seu bisneto, primeira flor do seu real tronco, nascida no Novo Mundo. Pelas onze horas houve no Terreiro do Paço a grande parada do costume, e depois das salvas, e descargas da tropa, das fortalezas, e embarcações de guerra, acompanhadas dos aplausos dos seus fiéis vassallos, se seguiu o beija-mão à Corte, e às pessoas mais ilustres que ao Paço concorreram em grande gala, para prestar ao Príncipe Regente Nosso Senhor as suas homenagens por tão fausto motivo. Entretanto retirou-se a tropa a descansar, deixando no Terreiro as armas ensarilhadas, e logo se deu princípio a formar-se a teia desde a porta principal do palácio até à da Real Capela com os mesmos ornatos, número de lampiões, e magnificência, como nas núpcias da sereníssima senhora princesa D. Maria Teresa.

– 35 –

Pelas três horas da tarde voltou a tropa de linha, e miliciana, a pegar em armas, formando-se em grande parada no Terreiro do Paço, para onde concorria imenso povo, atraído da pompa, grandeza, e novidade da real cerimônia do batizado. Todo o exterior do palácio, como também o interior, se achava desde manhã ornado com esplendor, e riqueza, e da mesma sorte se ornaram as portas, e janelas dos demais edifícios, que formam o quadrado da praça. Na frente do mar via-se armado um grande fogo de artifício, destinado para se acender nesta noite depois de concluída a solenidade do batismo do senhor infante. Dentro do Paço a sala grande do dossel estava forrada de damasco carmesim, e do mesmo eram as cortinas das janelas, conforme o costume, mas alcatifou-se neste dia com alcatifas finas da Índia; na sala imediata, que também se chama de dossel, se via o mesmo adorno como na antecedente, e só com a diferença de ser o dossel menos rico, e debaixo deste dossel é que se pôs o grande aparador, que tinha no meio o maço em uma rica bandeja; era ele formado de quatro quartelas, que sustentavam uma coroa imperial, e dentro das quartelas se levantava um monte proporcionado de bolinhos, e tudo estava muito enfeitado: à sua parte direita estava o círio

em uma grande bandeja, muito bem ornada de flores, e tendo cravados em cruz os cinco ducatoões de ouro: da outra parte a veste cândida também em uma bandeja. Adiante destas três bandejas estavam três salvas cada uma com sua toalha muito fina, e rica: na frente do aparador se via de um lado, a que tinha a opa, e o cendal para o condutor do sereníssimo infante batizando, e da outra a que sustentava o precioso saleiro, e tudo isto se cobriu com um grande pano de nobreza encarnado, bordado de estrelas de ouro com uma larga renda em roda, a qual era também de ouro. Encostado à parede de um dos lados estava o pálido rico de oito varas; e na parede fronteira ao dossel haviam dois aparadores, e em cima de cada um estavam três maças de prata para seis porteiros da cana. Em outra sala antecedente a esta, que chamam de tocha, que neste dia se achava toda armada de damasco, e que se devia congrega a Corte para o acompanhamento: do mesmo modo se via ornada a escada principal, e desde o princípio desta, aonde costumam estar os arqueiros até o fim, que é a saída para o pátio, e corpo da guarda até à porta principal, os degraus, e o chão se cobriram de alcatifas, e as paredes do corpo da guarda se forraram de tapeçarias, que representavam a história de Salomão: e ricos lustres ocupavam os lugares, onde costumam estar os lampiões ordinários. Nos lados da porta principal do Real Palácio estavam armados dois coretos.

– 36 –

Na porta da Capela Real, de um, e de outro lado, se viam também outros dois coretos; e tanto estes, como os da porta do palácio estavam muito bem ornados de damasco, alcatifas e lampiões. Dentro da igreja logo debaixo do coroa se via a riquíssima pia, em que de manhã se havia benzido a água, que havia que servir para o batismo: do meio de um estrado quadrado de quinze palmos de lado, e um de alto se elevava uma coluna sextavada sobre um pedestal, a qual sustentava a pia, cuja boca, também sextavada, tinha quatro palmos de diâmetro, fingindo toda esta peça ser fino mármore, e por fora era adornada de flores em relevo de ouro, e de filetes igualmente dourados; era esta pia coberta com uma cúpula forrada de lhama branca lavrada de ouro, e agaloada do mesmo. Dos quatro ângulos do estrado se levantavam quatro colunas listradas com pedestais, e capitéis, forradas de damasco d'ouro, veludo carmesim, e uma amarela, e tudo agaloado de ouro: estas colunas sustentavam um teto em forma de

cúpula, forrada de damasco branco d'ouro. A cimalha, que corria pelos quatro lados, era forrada de veludo carmesim, agalado de ouro, e no vão até à cornija, que era coberta de lhama branca, tinha no meio um círculo, no qual se liam inscrições alusivas ao sacramento do batismo, e sobre os quatro círculos descansavam as armas reais. Nos ângulos da cornija descansavam quatro pirâmides, fingindo pedra, com filetes dourados, de cujas bases saíam quatro SS, que reunidos sustentavam um globo dourado, sobre o qual havia uma cruz também dourada. Depois que se benzeu a água, e se tirou dela para a pia portátil de prata, a que era necessária para o batismo, se recobriu com uma toalha de rendas quadrada, e por cima dela com um pano de brocado branco de ouro também quadrado, e guarnecido de duas ordens de rendas, uma de ouro, e outra de linha fina de muita largura.

– 37 –

Logo adiante se seguia a quadratura para os monsenhores e cônegos, cujos bancos estavam cobertos de tapeçaria, e toda a igreja se achava alcatifada de ricas alcatifas da Índia. Imediatamente à quadratura se elevava o trono para as pessoas reais, cujos degraus eram cobertos de pano fino verde, e sobre ele dez cadeiras com assentos, e costas cobertos de veludo roxo agalado de ouro, e do mesmo era o espaldar, e dossel: um pouco adiante estava também o sólio do excelentíssimo e reverendíssimo bispo, capelão-mor, cujos degraus eram cobertos de pano verde, mas o espaldar, e dossel eram roxos. Das grades da capela-mor para dentro o pavimento se alcatifou de pano fino verde, e os bancos da quadratura se vestiram de tapeçaria nova para esta solenidade. Seguia-se o trono para as pessoas reais e todo era de damasco d'ouro carmesim com largos galões de ouro; o espaldar, dossel, cadeiras, e o banco, em que Suas Altezas costumam pôr os chapéus, como também os degraus. O sólio de Sua Excelência Reverendíssima era de damasco d'ouro branco com sebastos aos lados de damasco d'ouro carmesim e do mesmo era o dossel, porém os degraus estavam cobertos de pano escarlata. O altar-mor se fazia admirar pela sua riqueza: o supedâneo, e os degraus estavam cobertos de uma alcatifa, cujo fundo, sendo verde, fazia sobressair os relevos de diversas cores, de que é bordada; o frontal branco bordado em relevo de ouro cobria a sua face, e sobre a mesa do mesmo altar se via uma riquíssima, e finíssima toalha lavrada; na primeira banquetea

estava a cruz entre seis castiçais, tudo de prata dourada, e riquissimamente trabalhada, tendo nos vãos, entre estas sete peças, seis imagens, que, com sete, que ficavam acima na segunda banquetta, faziam todo o apostolado. Estas treze imagens são todas de prata, assim como as peanhas, sobre que assentam, e cada uma tem perto de seis palmos de altura.

– 38 –

Da parte da Epístola no plano junto aos degraus estava um faldistório de prata, e ao seu lado uma grande credência, em que puseram ao seu tempo os santos óleos. Havia nesta credência duas grandes bandejas de prata dourada encostadas à parede, e diante dela dois grandes vasos de prata, e cinco salvas com suas toalhas. Abaixo desta havia outra com duas salvas levantadas, e encostadas à parede, estando pendente de cada uma sua toalha; adiante delas dois grandes jarros, e no meio a pia batismal portátil, tendo de cada lado uma salva com toalha em cima. Mais abaixo estava outra credência com a bacia, que havia de receber a água do batismo; duas salvas com toalhas em cima, o prato da *mica panis*, e limão, e dois jarros com bacias encostadas à parede. Sobre as grades, que fechavam a quadratura, estavam oito grandes tocheiros de prata.

– 39 –

No cruzeiro da igreja defronte da capela do Santíssimo Sacramento se armou uma tribuna pouco elevada do chão para as damas, e ao pé desta o segundo leito para o sereníssimo batizando: e defronte do sólio de Sua Excelência Reverendíssima na primeira quadratura perto da porta, estava uma credência com duas grandes bandejas douradas encostadas às costas, que a mesma credência tinha, e adiante delas dois grandes jarros, e duas salvas com suas toalhas; abaixo desta havia outra menor, em que estava no meio o batistério do Pontifical Romano com sua cobertura roxa, bordada ricamente de ouro, sobre a almofada da mesma; à ilharga a candeia, e a seu tempo se pôs nela o precioso saleiro. Seguia-se depois da quadratura o primeiro leito para o sereníssimo batizando e logo diante da porta estava uma credência grande, coberta só de veludo carmesim; todas as mais credências eram cobertas de branco sobre veludo. A igreja estava riquissimamente armada, e iluminada, como pedia a grandeza da festividade.

de, a primeira deste gênero na moderna Corte do Império Luso-Brasileiro no Novo Mundo.

– 40 –

Às seis horas e meia mandou o Príncipe Regente Nosso Senhor sair do Paço para a Real Capela a procissão da Corte. Precedia uma escolta da guarda real puxada por um cabo, seguiam-se os moços da cana, e os seis que levavam as macas de prata, e logo vinham os arautos passavantes, e reis d'armas, com as suas cotas: após deles um grande número de pessoas distintas de todas as classes formava uma longa comitiva sem ordem, nem distinção de estado: logo os moços da Câmara, guarda-roupas, e outros oficiais da Casa Real, precediam os titulares, os quais vinham cobertos, como o excelentíssimo marquês de Borba lhes havia intimado na casa do dossel por ordem de Sua Alteza Real. Vinham depois os excelentíssimos condutores das insígnias marquês de Lavradio com a bandeja do maçapão, marquês de Pombal com a da veste cândida, e duque de Cadaval com o formosíssimo círio. Seguia-se depois o Príncipe Regente Nosso Senhor, com os ministros estrangeiros aos lados do excelentíssimo marquês de Angeja, que servia de mordomo-mor; o excelentíssimo conde de Pombeiro, como capitão da guarda real; e a Sereníssima Princesa Nossa Senhora, acompanhada da excelentíssima camareira-mor, precedendo o pálido, cujas varas levavam os excelentíssimos marquês de Torres Novas, condes de Belmonte, de Aguiar, da Louzã, de Linhares, pai, e filho de Cavaleiros, e da Ponte; debaixo do pálido ia o excelentíssimo conde de Caparica vestido d'opa de damasco de ouro branco, e cendal de cetim bordado de ouro, com o sereníssimo infante batizando nos braços; acompanhavam o pálido de uma e outra banda pela parte de fora dois moços da Câmara, e atrás ia imediatamente a aia, a excelentíssima marquesa de S. Miguel; e logo se seguiam os sereníssimos senhores D. Pedro príncipe da Beira, infantes D. Miguel, e D. Pedro Carlos, as sereníssimas senhoras, Princesa D. Maria Teresa, infantas, D. Maria Isabel, D. Maria Francisca, D. Isabel Maria, e Princesa viúva, D. Maria Francisca Benedita, guiada pelo braço do seu viador, o excelentíssimo conde de Figueira. Seguiam-se as damas, vestidas todas de donaire, e iam atrás a dona açafata, e a ama de Sua Alteza Batizanda; fechava toda a procissão outro corpo da guarda real, ou de arqueiros. Apenas saiu o pálido

do Real Palácio, começou da Fortaleza da ilha das Cobras uma salva, que durou até chegar à Real Capela o pálio, debaixo do qual era levado o senhor infante; e entretanto os músicos, que estavam nos coretos, fizeram soar os seus instrumentos, que juntamente com os tambores dos regimentos, e os repiques dos sinos da Capela Real, e de outras muitas igrejas excitavam vivo prazer no imenso povo, que concorrera para ver esta brilhante e real procissão, com que o nosso infante era conduzido, para ser regenerado na sagrada fonte.

– 41 –

Ao chegar à porta da Capela Real, onde então se achava o excelentíssimo e reverendíssimo bispo, capelão-mor, com os monsenhores, e cônegos, ricamente paramentados de roxo, Sua Excelência Reverendíssima aspergiu as reais pessoas, e dali se dirigiram todas para o altar do Santíssimo, onde fizeram oração; e entretanto continuou a música a tocar a grande sinfonia, que rompera, logo que entrou na igreja a procissão: e neste comenos o sereníssimo batizando foi repostado no primeiro leito, até que Suas Altezas voltaram, e subiram para o seu trono, e o excelentíssimo e reverendíssimo bispo ocupou o seu sólio, e os monsenhores, e cônegos tomaram assento na quadratura. Também voltaram os excelentíssimos condutores das insígnias de reporem na grande credência do altar-mor as mesmas insígnias, e tomaram juntamente com a corte os lugares, que lhes pertenciam; assim como as excelentíssimas damas se acomodaram na tribuna, que se lhes havia preparado. Dada que foi a lavanda ao excelentíssimo e reverendíssimo bispo, capelão-mor, saiu do leito o sereníssimo infante nos braços do seu condutor, o qual, ao passar pela frente de Suas Altezas Reais, as cortejou; e então o Príncipe Regente Nosso Senhor, como padrinho, e a sereníssima senhora princesa, sua augusta consorte, que servia de madrinha pela Fidelíssima Rainha Nossa Senhora, desceram do trono, e acompanharam o seu prezado neto até ao sólio de Sua Excelência Reverendíssima, o qual posto de pé os saudou, e assentando-se disse em voz alta: *Sebastiane, quid petis*, etc., e continuou os exorcismos, e orações. Concluídas as cerimônias deste primeiro ato, o cabido caminhou processionalmente para a capela-mor: então Sua Excelência Reverendíssima, pondo a estola sobre o sereníssimo batizando, disse o *Ingrederere*, e o foi conduzindo para a mesma capela-mor,

acompanhado dos augustos padrinhos, e das pessoas reais, a quem seguiu também a corte. Ali, ocupando Suas Altezas o trono, Sua Excelência Reverendíssima se assentou no faldistório, que estava da parte da Epístola com a face para a porta da igreja, e assim continuou os exorcismos sobre o sereníssimo batizando, estando presentes naquele lugar os reais padrinhos; e feita a unção do santo óleo dos catecúmenos, que foi limpada pelo ilustríssimo deão assistente, monsenhor Nóbrega, foi o sereníssimo batizando reposto no segundo leito, enquanto o cabido saiu a mudar de paramentos, e os augustos padrinhos ocuparam o seu trono. No mesmo tempo Sua Excelência Reverendíssima mudou a estola, e pluvial roxo em iguais paramentos brancos, com mitra preciosa na cabeça, e báculo na mão, se levantou do faldistório, e encaminhou para o sólio, onde se sentou.

– 42 –

Tendo voltado o ilustríssimo cabido ricamente paramentado de branco, e depois de tomar os seus lugares, foi apresentado o sereníssimo infante batizando a Sua Excelência Reverendíssima, acompanhando-o os reais padrinhos: então um acólito de sobrepeliz foi buscar a pia batismal portátil, que estava com a água benta, já temperada pelo físico-mor do Reino, em uma credência onde estavam também os santos óleos em uma âmbula entre dois ceriais, e a levou para o sólio; seguiu-se outro acólito, que sustentava o vaso, em que havia de cair a água do batismo; outro com a salva com a concha, para com ela se lançar a água; outro com a do gremial; outro a da toalha, que havia de servir a Sua Excelência Reverendíssima; e outro com a que se havia de enxugar a cabeça do sereníssimo infante. Então o excelentíssimo e reverendíssimo bispo, capelão-mor, fez as perguntas, a que os reais padrinhos foram respondendo, e sentando-se recebeu o gremial, tendo largado o báculo; e aproximando-se os acólitos da pia, e do vaso, Sua Excelência Reverendíssima tirou da salva a concha, e enchendo-a da água sagrada, proferindo a forma, e aplicando a matéria deste sacramento, regenerou o sereníssimo infante, pondo-lhe os nomes de Sebastião Gabriel Carlos João José Francisco Xavier de Paula Miguel Bartolomeu de São Geminiano Rafael Gonzaga. Logo, enxuta a cabeça de Sua Alteza, chegou um acólito com o Santo Crisma, e tendo Sua Excelência feito a unção, e dito a oração *Deus Omnipotens*, um acólito ministrou a Sua

Excelência Reverendíssima o algodão, com que purificou os dedos, outro a veste cândida, que excelentíssimo prelado deitou sobre o sereníssimo batizando, e outro a vela, que Sua Excelência Reverendíssima entregou a Sua Alteza, sustentada pelos reais padrinhos, e dizendo-lhe: *Vade in pace*, Sua Alteza foi levado para o segundo leito, e os augustos padrinhos voltaram para o seu trono.

– 43 –

Pondo-se Suas Altezas de pé, o excelentíssimo e reverendíssimo bispo, capelão-mor, entoou o *Te Deum Laudamus*, que os músicos da Real Câmara, e Capela continuaram, dirigidos pelo mesmo autor da música, Marcos Antônio Portugal, que também tinha dirigido a sinfonia, que rompeu quando entraram Suas Altezas, e continuou nos intervalos desta grande cerimônia. Logo subiram ao ar girândolas de fogo, que foram imediatamente seguidas de salvas de artilharia do parque, e da mosqueteria da tropa de linha, que estava formada no Terreiro do Paço, e ao mesmo tempo tocaram alegremente os sinos da Real Capela, e os de todas as igrejas da corte, e depois salvaram as fortalezas, e embarcações de guerra. Acabado que foi o hino de graças, Sua Excelência Reverendíssima cantou os versos, e orações, e concluiu com a bênção pontifical que deu estando no meio do altar. Então começou a ordenar-se a procissão na forma com que tinha vindo, e Sua Excelência Reverendíssima com o ilustríssimo cabido acompanhou a Suas Altezas até o sereníssimo infante batizado entrar debaixo do pátio; e depois voltaram para o secretário, onde depuseram os ornamentos, e foram para o Paço cumprimentar a Suas Altezas Reais.

– 44 –

Fora da porta da Capela Real o Príncipe Regente Nosso Senhor, e toda a corte se cobriu, como tinham feito à saída da casa do dossel. Acompanhavam as pessoas reais catorze moços da Câmara, com tochas acesas, mais por motivo de pompa, e grandeza, do que por necessidade; porquanto a iluminação da quadra do Terreiro do Paço, e os lampiões da teia, faziam competir a noite com o dia. Recolhida no Paço a procissão, passaram os cortesãos a cumprimentar o Príncipe Regente Nosso Senhor, aos augustos pais do sereníssimo senhor infante D. Sebastião, e a toda a real família, pelo plausível motivo do batizado do nosso infante, cujo nascimento alegrou em

demasia, não só esta cidade do Rio de Janeiro, mas também todo o Brasil, à medida que a fama vai publicando o aparecimento da nova estrela bragantina, que pela primeira vez cintilou no nosso horizonte.

– 45 –

Uma vistosa iluminação na terra, e no mar, gerais repiques dos sinos, um concurso de imensa gente no largo do Paço, as músicas tocando em diferentes lugares, as ruas cheias de ranchos de senhoras, que com as suas famílias discorriam por elas, sobrevivendo uns, e voltando outros do mesmo largo do Paço, tudo, tudo indicava o maior contentamento, e a mais completa satisfação, pela honra de termos um patricio de tão eminente representação. Seriam perto das dez horas, quando começou a desenvolver-se o fogo artificial, que estava armado na frente do chafariz, com estrondos tão grandes com o da artilharia de grosso calibre; acabada esta salva, toda a máquina apareceu iluminada; logo depois começaram a andar à roda de si mesmas umas figuras militares, largando muito fogo; e comunicando-se este a outra figura também militar, a fez ir pelos ares com muito estrondo, e luzes; e depois de outros vários artifícios deste gênero se concluiu tudo com as girândolas, que subiram entre mil aplausos, e vivas do povo, que não se fartava de elevar votos ao Céu pelo aumento e felicidade da augusta e real Casa de Bragança, ansioso de testemunhar outras festividades de igual júbilo, e interesse nacional. Então se retirou a tropa para os seus quartéis; mas a sua falta não se percebia na praça pela muita gente, que nela havia, e que se conservou até muito depois da meia-noite.

– 46 –

O Príncipe Regente Nosso Senhor pela ocasião do aniversário natalício de Sua Majestade Fidelíssima, e também do batizado do seu prezado neto, o senhor infante D. Sebastião, querendo patentear o seu amor, e respeito filial, e o seu grande júbilo pelas circunstâncias deste grande dia, foi servido fazer muitas mercês a grande número dos seus fiéis vassallos de todas as classes, como constam das listas, que se publicaram pelas três secretarias d’Estado, das quais menciono as seguintes: conde de Redondo; pai, marquês de Borba; conde de Vimeiro, marquês de Torres Vedras; Francisco de Melo, conde de Ficalho; barão de Magé, visconde dito, e o senhorio da mesma vila, barão de Andaluz, visconde dito; barão de Condeixa, visconde

dito; tenente-general Antônio José de Miranda Henriques, visconde de Souza; tenente-general Manuel Pinto Bacelar, visconde de Monte Alegre; João Diogo de Barros Carvalhosa, visconde de Santarém; Francisco Bento Maria Targini, barão de S. Lourenço; D. Diogo de Sousa, Vedor da Casa Real; o bispo d'Olba, Deão de Vila Viçosa; Francisco Ferreira de Azevedo, vigário da vila do Santo Antônio de Macacu, bispo de Meliapor; fr. Joaquim da Nazaré, Arrábio, prelado de Moçambique; conde de Funchal, grã-cruz de Santiago; a mercê de hábitos de Cristo aos oficiais e cadetes que estiveram de serviço no Paço no dia 3 para 4 de novembro, em que nasceu o sereníssimo senhor infante D. Sebastião, egrégia flor do Brasil.

– 47 –

O excelentíssimo D. José de Noronha Camões e Albuquerque, conde, e senhor de Vila Verde dos Francos, marquês, e senhor da vila de Angeja, senhor das vilas da Bemposta, e Peniche, alcaide-mor da vila de Terena, conselheiro d'estado, e de guerra, gentil-homem da Câmara da Rainha Nossa Senhora, grã-cruz das Ordens de Santiago, e da Torre e Espada, presidente do Desembargo do Paço, e da Mesa da Consciência e Ordens, general de infantaria, e marechal do Exército, e governador das armas desta Corte, e província do Rio de Janeiro, faleceu inesperadamente de uma apoplexia aos 27 de dezembro, de idade de 70 anos, com saudade universal de todos, que o respeitavam pelas suas virtudes, e merecimentos, com que tão honradamente exerceu os empregos, que ocupava. O seu cadáver, sendo conduzido com toda a pompa militar na noite do dia seguinte para o convento das terésias (onde manifestou em sua vida que desejava ser sepultado), depois de ser encomendado solenemente pelo excelentíssimo e reverendíssimo bispo, capelão-mor, foi encerrado em um dos jazigos da capela-mor da igreja das referidas religiosas.

.....
Ano de 1812

– 1 –

DAREI princípio às *Memórias* deste ano pelo decreto de 25 de janeiro, pelo qual o Príncipe Regente Nosso Senhor, tendo em consideração as muitas vantagens, que devem resultar, em benefício dos seus fiéis vassallos do conhecimento das diversas substâncias, que às artes, ao comércio, e à indústria nacionais, podem subministrar os produtos dos três reinos da natureza, extraídos dos seus domínios, os quais não podem ser exata, e adequadamente conhecidos, e empregados, sem se analisarem, e se fizerem as necessárias tentativas concernentes às úteis aplicações, de que são susceptíveis: foi servido criar nesta Corte do Brasil um laboratório químico-prático, onde se façam as mencionadas operações, ou outras quaisquer, que se julgarem convenientes, ou necessárias para o descobrimento de objetos, que possam contribuir imediatamente para tão importantes fins.

– 2 –

O excelentíssimo D. Rodrigo de Sousa Coutinho, grã-cruz da Ordem Militar de S. Bento de Aviz, e da Ordem da Torre e Espada, primeiro conde de Linhares, ministro, e secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros, e da Guerra, sendo acometido de uma violenta febre maligna, estando no gabinete da secretaria, ocupado no serviço do seu soberano, faleceu daí a quatro dias, a 26 de janeiro, de idade de cinquenta e seis anos.

Tão grande perda para a pátria não pôde deixar de ser sentida geralmente pelos portugueses, e com menor razão pelos do Brasil, que proferiram o seu nome com a mais viva saudade, pois que tanto se interessava pelo aumento, e prosperidade deste novo Império, do qual era um dos mais firmes esteios. Sua Alteza Real perdeu um grande ministro, que tanto se desvelava em o servir com a maior atividade, e zelo; e por esta razão esta perda foi grandemente sensível ao seu régio coração. Os restos mortais do excelentíssimo conde foram depositados na igreja de Santo Antônio dos religiosos franciscanos desta Corte, fazendo-se-lhes todas as honras militares, que competiam aos seus altos empregos. *Multis ille bonis flebilis occidit.*

– 3 –

Sendo presentes a Sua Alteza Real os urgentes motivos que o governador, e capitão-general da capitania de S. Paulo tinha representado, pelos quais era conveniente ao real serviço do mesmo senhor, e a maior bem dos seus povos, para mais fácil administração da Justiça, o haver dois lugares de letras na comarca de Paranaguá, e ser mais própria para a residência dos ouvidores da dita comarca a vila da Curitiba, por ser mais central, e bastante populosa: foi servido Sua Alteza Real, pelo alvará de 19 de fevereiro, determinar que a comarca de Paranaguá se fique denominando comarca de Paranaguá, e Curitiba, ficando a cabeça dela a vila de Curitiba, e que nela residirão para o futuro os ouvidores-gerais: outrossim houve Sua Alteza por bem criar na vila de Paranaguá um lugar de juiz de fora do Cível, Crime, e Órfãos, etc.

– 4 –

Pelo alvará de 2 de março, o Príncipe Regente Nosso Senhor foi servido criar uma junta, que se intitulará Junta da Direção Médica, Cirúrgica, e Administrativa do Hospital Real Militar desta Corte do Rio de Janeiro, que será composta dos físicos-mores dos seus reais exércitos, e forças navais, de que o mais antigo no exercício do seu emprego fará as vezes de presidente, dos cirurgiões-mores do Exército, e mar, e um contador fiscal. Mandou Sua Alteza que nesta administração se apresente o alvará, e regimento de 27 de março de 1805, para se tomar em consideração, e decidir-se, se as disposições nele compreendidas podem ser aplicáveis em toda a sua totalidade à administração do referido hospital, ou se necessita de modificações, ou novas determinações, que a diversidade do clima,

ou outras causas locais podem fazer que sejam necessárias, para melhor efetuar-se a sua real resolução, ditada pelos paternais sentimentos, e pela constante vontade de melhorar a sorte dos seus fiéis vassallos, especialmente daqueles, que tendo a honra de servir no emprego das armas a sua real pessoa, e ao Estado, adquirem enfermidades. E sendo da real intenção de Sua Alteza estabelecer um regular e bem entendido sistema de estudos médico-cirúrgicos, para melhor instrução daqueles, que se dedicam a ciências tão importantes, e necessárias, como são a Medicina, e a cirurgia, determinou o mesmo real senhor que, enquanto se não publicam as suas reais providências sobre tão interessante objeto, haja a direção de ocupar-se da inspeção dos estudos, que atualmente se seguem nas aulas, que se acham estabelecidas no Hospital Real Militar desta Corte.

– 5 –

O Príncipe Regente Nosso Senhor, por efeito da constante solícitude, e paternal amor, com que olha para a sorte de todos os seus fiéis vassallos tendo conhecido que não bastava para ocorrer aos meios da conservação da saúde, e vida daqueles, que habitam climas doentios, enviar-lhes professores hábeis, e medicamentos próprios, como se tem praticado, por isso que aqueles professores de ordinário são vítimas da insalubridade de tais países, que logo ficam privados dos seus socorros, e serviços: houve por bem de ordenar que de cada uma das principais colônias d'África se enviassem para esta Corte dois moços bem educados, e com princípios, e disposições próprias para aprenderem um curso completo de Medicina, e cirurgia prática, a fim de voltarem depois às suas pátrias para exercerem com préstimo a sua arte, e transmitirem ali a outros os conhecimentos, que tiverem adquirido, sendo de esperar, que não sofreram, como os estranhos, os fatais efeitos da malignidade do clima, em que nasceram. Em resultado de tão acertada providência já chegaram a esta Corte dois daqueles estudantes, remetidos de Angola, e outros dois das ilhas de S. Tomé, e Príncipe, os quais, tendo sido transportados à custa da Real Fazenda, são por ela mantidos no Hospital Real Militar, com tudo o que é necessário para a sua subsistência.

– 6 –

No dia 16 de abril faleceu nesta Corte, de idade de 72 anos, o excelentíssimo José de Vasconcelos e Sousa, primeiro marquês de Belas, sex-

to conde de Pombeiro, e senhor donatário destas duas vilas, grã-cruz das Ordens de Santiago e da Torre e Espada, capitão da guarda real, nomeado presidente do Desembargo do Paço, e da Mesa da Consciência e Ordens do Brasil. Este ilustríssimo varão, tendo-se dedicado à carreira da magistratura, em que muito se distinguiu, e fez relevantes serviços ao soberano, teve a honra de o acompanhar com toda a sua família, que agora deixou na mais penosa saúde; e por este motivo de afeto, e adesão à sagrada pessoa de Sua Alteza Real, de quem era verdadeiro amigo, e fiel vassalo, foi a sua morte muito sensível ao terno coração do mesmo real senhor. Jaz na igreja de São Francisco de Paula, onde foi sepultado na noite de 17 com todas as honras funerais.

– 7 –

O faustíssimo dia 13 de maio deste ano foi aplaudido com as mesmas demonstrações de júbilo nacional, e aparato militar, e cortesão, como nos anos antecedentes, salvando, ao amanhecer, as fortalezas todas, e embarcações de guerra, tanto portuguesas, como inglesas, surtas neste porto, e as mesmas salvas se repetiram ao meio-dia, e ao pôr-do-sol, segundo o costume. Depois da grande parada no Terreiro do Paço onde a tropa de primeira, e segunda linha se apresentou com todo o asseio, e garbo militar, e onde, na soberana presença do augusto Príncipe Regente Nosso Senhor, foram os seus felizes anos festejados com as salvas, e descargas, por três vezes repetidas, com muitos vivas, e aplausos dos soldados, e do povo, Sua Alteza Real dignou-se de receber em audiência pública, e solene as felicitações do corpo diplomático, da Corte, e das pessoas mais distintas de todas as ordens do Estado, que, em grande gala, concorreram ao Paço, para tributar as suas homenagens, e beijar a régia mão do soberano.

– 8 –

Por ocasião de tanto prazer pelos seus anos, Sua Alteza Real liberalizou pelas três secretarias de Estado, muitas mercês a grande número dos seus fiéis vassalos, das quais as mais relevantes são as seguintes: conde de Redondo, filho, marquês de Borba; conde de Pombeiro, marquês de Belas; Antônio Ramires Esquivel, barão da Arruda; marquês de Pombal, presidente do Desembargo do Paço, e da Mesa da Consciência e Ordens; os irmãos do duque de Cadaval, precedência a todos os marqueses, que da data deste dia forem nomeados; marqueses de Pombal, e de Vagos, e conde de Belmonte, grãs-cru-

zes efetivos da Ordem da Torre e Espada; os tenentes-gerais Manuel Jorge Gomes de Sepúlveda, Carlos Antônio Napion, vice-almirante Joaquim José Monteiro Torres, e almirante De Corcey, comandante da esquadra de Sua Majestade Britânica, estacionada neste porto às ordens de Sua Alteza Real, grãs-cruzes honorárias da Torre e Espada; conde das Galveias, grã-cruz de Aviz; Francisco da Cunha e Meneses, e D. Miguel Pereira Forjaz, grãs-cruzes de Santiago; Pedro Vieira da Silva Teles, marechal-de-campo; Tomás Antônio de Vila Nova Portugal, desembargador do Paço, e José Correia Picanço, cirurgião-mor do Reino, comendadores honorários da Torre e Espada, etc.

– 9 –

A criação da Relação do Maranhão, pelas reais resoluções de 23 de agosto do ano antecedente, e de 5 do corrente mês de maio teve o seu último complemento no faustíssimo dia 13 do mesmo mês, no qual o Príncipe Regente Nosso Senhor foi servido nomear o chanceler, e os mais ministros, que hão de compor o referido tribunal, e igualmente dar-lhe regimento pelo alvará com força de lei da mesma data. Por ele ordena Sua Alteza Real, que a Relação terá o seu assento na cidade de S. Luís do Maranhão, que constará de um governador presidente: que será sempre o governador, e capitão-general da capitania, de um chanceler, e de mais nove desembargadores: que terá por distrito as capitâneas, e comarcas, que nelas houverem, que são as seguintes, de Maranhão, Pará, Rio Negro, Ceará, e Piauí, desmembrando-se estas duas últimas da Relação da Bahia, e as outras da Suplicação de Lisboa: que esta Relação gozará da mesma graduação, que tinha a antiga Relação desta cidade do Rio de Janeiro, e a da Bahia, antes do alvará de 10 de maio de 1808, e por isso os desembargadores dela passarão para a Relação do Porto, o da Bahia, que, pelo sobredito alvará, fica imediata à Casa da Suplicação do Brasil: que o governador da Relação, e os ministros dela terão os mesmos ordenados, e propinas, que atualmente têm o governador, e ministros da Relação da Bahia, etc.

– 10 –

É notável e digno de se transcrever nestas *Memórias* o seguinte artigo do mencionado regimento, relativo ao governador, presidente da Relação:

“Favorecerá os Gentios do distrito da Relação, *que estiverem em paz, não consentindo por modo algum que sejam maltra-*

tados, ou obrigados a serviços, e trabalhos alguns por preços, e tempos arbitrários, que não sejam estipulados por mútuas convenções, da mesma maneira, que se observa com os outros meus Vassalos. E mandará proceder com rigor contra quem os maltratar, ou molestar, dando ordens, e providências para que se possam sustentar, e viver junto das Povoações dos Portugueses, ajudando-se delas de maneira que, os que habitam no sertão, folguem de vir para as ditas povoações, e entendam que tenho lembrança deles”.

Que linguagem tão atrativa, tão benigna, e tão humana! Oxalá que ela se pudesse imprimir nos ouvidos de todos esses bárbaros, que nos bosques vivem como feras, e que atraídos da bondade do melhor dos príncipes corressem a curvar-se debaixo do jugo de suas leis, e da santa religião de Nosso Senhor Jesus Cristo!

Scindite vestimenta vestra, et accingimini saccis, et plangite ante exequias Abner... Num ignoratis quoniam Princeps, et Maximus cecidit hodie?

Reg. 11. Cap. 3. v. 31. 38.

– 11–

Um príncipe, e muito grande príncipe, terminou hoje, 26 de maio pelas seis horas e meia da tarde a carreira da vida, na florente idade de vinte e quatro anos, onze meses, e oito dias. O sereníssimo Sr. D. Pedro Carlos de Bourbon e Bragança, infante de Espanha, almirante-general da Marinha Real Portuguesa, com que mágoa o digo, já não existe! A morte, a inexorável morte, que, sem respeitar as grandezas humanas, leva a eito grandes, e pequenos, cortou de um golpe o fio de tão preciosa vida, deixando na mais deplorável consternação a adorada consorte, o Príncipe Regente Nosso Senhor, e toda a família real. Tínhamos, com extraordinário, prazer da Corte, e cidade do Rio de Janeiro, testemunhado celebrarem-se os seus desposórios com a sereníssima senhora princesa, D. Maria Teresa, de cujo enlace nasceu um real infante, o sereníssimo senhor D. Sebastião, cujo solene batizado presenciamos há pouco com tanta alegria, como esperança de gozarmos ainda de outras cenas de igual prazer, e felicidade nacional; mas *quod gaudium quo moerore mutatum est?* Uma violenta febre nervosa em poucos dias pôs termo à existência do senhor infante, na Real

Quinta da Boavista, onde se achava o Príncipe Regente Nosso Senhor com a real família. No breve período da enfermidade de Sua Alteza concorreram à mesma quinta toda a fidalguia, e as pessoas mais distintas de todas as classes, assaz magoados, e solícitos pela conservação do Senhor Infante. O Príncipe Regente Nosso Senhor acolheu estas afetuosas demonstrações da solicitude pública com a mais afável, e benigna gratidão, porquanto elas de algum modo suavizavam a penetrante dor, que traspassava o seu augusto coração. As tristes notícias, que corriam pela cidade: o senhor infante está mal, o senhor infante está a morrer, brevemente se trocaram por esta ainda mais triste: o senhor infante há pouco expirou: e os dobres dos sinos da Real Capela, seguido dos demais da cidade, confirmaram esta tão grande perda; e imediatamente as salvas das fortalezas, e navios de guerra, que logo se puseram em funeral, e depois continuaram os tiros de quarto em quarto, avivaram por espaço de três dias a mágoa, e o sentimento público.

– 12 –

Entretanto passou-se o dia 27 nestas lúgubres demonstrações de tristeza e nos preparativos para as solenes exéquias do senhor infante falecido; porém no dia 28 da solenidade do Corpo de Deus se suspenderam os lúgubres sons dos sinos e os compassados tiros da artilharia das fortalezas, e da esquadra real, e se fez a régia procissão com o mesmo aparato, e magnificência dos anos antecedentes; mas não apareceram nela as pessoas reais, que tanto lustre, e esplendor dão a este tão pomposo ato; vemos as janelas do Paço todas cerradas, posto que estivessem exteriormente ornadas de cortinas; e a lembrança do motivo, que causava esta novidade, diminuíram muito o brilhantismo da solenidade, e a alegria de tão festivo dia. Depois de fechada a noite, continuaram os tiros das fortalezas, e navios de guerra, como também os toques dos sinos, até meia-noite, em que se suspenderam. Ao romper do dia 29, em que se haviam de fazer as reais exéquias, e o enterro de Sua Alteza, de novo as mencionadas salvas, e dobres dos sinos começaram a despertar de quarto em quarto a sensibilidade dos corações, e a reviver a lembrança da morte de tão alta personagem.

– 13 –

Depois de ter sido embalsamado o real cadáver do senhor infante, foi vestido com a sua farda de almirante-general, e sobre ela se pôs o manto

da Ordem de Cristo, no qual estavam bordadas as cruces das diferentes ordens militares, tanto portuguesas como espanholas, e ornado com o toσό de ouro, e com outras decorações próprias da sua alta hierarquia e representação: foi encerrado em um rico caixão, este em outro de chumbo, e ambos em um terceiro caixão também rico, o qual se colocou em cima de uma suntuosa eça, e se cobriu com um riquíssimo pano de veludo preto; sobre uma almofada também de veludo descansava a coroa no degrau superior, sobre cujo plano se elevava a eça, e em roda ardiam vinte e quatro tochas de cera, sobre outros tantos tocheiros de prata. A grande sala do depósito do corpo de Sua Alteza conservava-se do mesmo modo com as paredes forradas de damasco carmesim, e tudo o mais era de cor preta, ou roxa; no fundo dela se via erigido um altar com frontal de veludo preto muito rico, debaixo de um dossel de seda d'ouro roxa, e sobre uma banquetta estavam uma cruz, e seis castiçais de prata: no lado do Evangelho se levantou o sólio para o excelentíssimo e reverendíssimo bispo, capelão-mor, e era este de damasco roxo; em competente distância se formou e quadratura para o ilustríssimo cabido; o restante da sala se destinou para a música, ficando lugar para a Corte, e outras pessoas distintas assistirem ao ofício, e mais cerimônias, que neste dia se haviam de fazer. Em a varanda contígua ao depósito se erigiram vários altares, nos quais desde a aurora até 13 dez horas se disseram muitas missas, pelos sacerdotes regulares, e seculares, que à Real Quinta concorreram para sufragar o senhor infante. Além destas missas mandou o Príncipe Regente Nosso Senhor que em todas as igrejas desta Corte se dissessem pela mesma tenção as que se pudessem dizer, duplicando-se a esmola ordinária.

– 14 –

Pelas dez horas o excelentíssimo e reverendíssimo bispo, capelão-mor, deu princípio às matinas dos defuntos, que foram oficiadas pelos monsenhores, cônegos, e capelães da Real Capela, e cujos responsáveis foram cantados pelos músicos da mesma Real Capela: findas as laudes, seguiu-se a missa pontifical, celebrada por Sua Excelência Reverendíssima, e concluiu-se tudo com as cinco absolvições, dadas as primeiras quatro pelos monsenhores, e a última pelo excelentíssimo e reverendíssimo bispo, capelão-mor. Achava-se toda a Corte ali presente, e também um numeroso concurso das pessoas mais condecoradas de todas as ordens do Estado. Às quatro horas da tarde começaram a concorrer à Quinta da Boavista o clero

das quatro paróquias da cidade, a irmandade de S. Pedro, a colegiada da Misericórdia, as comunidades religiosas de S. Bento, do Carmo, e de S. Francisco, como também os meninos órfãos do seminário de S. Joaquim; e sem precedência entraram a encomendar o corpo de Sua Alteza, seguindo-se uns após dos outros, à medida que vinham chegando, sendo de notar que estas diferentes corporações foram todas desembarcar na praia de S. Cristóvão, por ser mais cômodo para tanta gente a viagem por mar.

– 15 –

Desde a Real Quinta até ao convento de Santo Antônio, destinado para ser o depósito do real cadáver do senhor infante, se postaram em alas os seguintes corpos militares: junto ao portão estava a cavalaria da guarda real, seguia-se a artilharia com o respectivo parque, este corpo estava também montado; logo adiante os três batalhões da brigada real da marinha; depois os quatro regimentos de milícias da Corte, e também o batismo de caçadores Henrique; seguia-se um regimento de linha, e imediato a este o regimento de artilharia, postado no largo da Carioca com o seu parque; finalmente no mesmo largo dois regimentos de linha, formando uma brigada, postos em batalha para dar as descargas. Comandava a tropa o tenente-general Carlos Antônio Napion. Por toda a estrada, e ruas, pelas quais havia de passar o fúnebre acompanhamento do senhor infante falecido, como também no largo da Carioca, e o que mais é de admirar, no extenso terreiro da Real Quinta, já desde a tarde se via um imenso concurso de povo, o qual ainda mais se aumentou com a chegada da noite, concorrendo de todas as partes as mulheres, ansiosas de ver passar o enterro de Sua Alteza, espetáculo, que pela primeira vez se apresentava aos nossos olhos neste Novo Mundo.

– 16 –

Seriam oito horas da noite, quando se concluiu a última encomendação, que foi a do ilustríssimo cabido; e então apesar da grande chuva, que pouco antes havia começado a cair, saiu da Real Quinta o fúnebre acompanhamento do modo seguinte: precedia uma escolta de cavalaria com as clavinas em funeral, seguia-se a artilharia montada com o parque depois de ter dado uma salva de vinte e um tiros, logo que o real corpo foi metido no coche, em que devia ser conduzido: depois vinham seis porteiros da cana a cavalo, o corregador do Crime da Corte, e Casa, e seguidamente a

Corte, formando os titulares a ala direita, e os que têm carta de conselho a esquerda, todos com capas pretas compridas, e com os chapéus desabados, de que pendiam compridos fumos, e os cavalos estavam também cobertos com mantas negras: alumaiavam a seus amos os criados de libré, que levavam no braço esquerdo os telizes com as respectivas armas. Seguiam-se depois a cruz da Real Capela, levada por um clérigo a, cavalo, e logo os capelães, e depois deles os cônegos, todos a cavalo, e com tochas acesas nas mãos aos quais acompanhavam criados da Casa Real, vestidos de farda; ricas. Próximos ao coche vinham o mordomo-mor, e o reposteiro-mor, e imediatamente o coche, que conduzia o real cadáver, puxado por oito machos, cobertos com mantas pretas: era este forrado por dentro, e por fora de veludo preto e vinha coberto todo de um grande pano de veludo da mesma cor, ricamente agaloado de ouro: alumaiavam-no por um, e outro lado dez moços da Câmara com tochas nas mãos, e pela parte de fora iam os arqueiros da guarda real, cujo capitão seguia o coche, e à direita o estribeiro-mor, ambos a cavalo. Seguiam-se mais três coches, e todos puxados a seis: o primeiro era o de Estado, e vinha igualmente coberto; o segundo levava a coroa do sereníssimo senhor infante; o terceiro conduzia o cura da Real Capela. Fechava a fúnebre comitiva o excelentíssimo governador das armas com o seu estado-maior, e após dele seguia-se o primeiro regimento de cavalaria do Exército com as espadas em funeral, suspensas pelo enfiador; e à medida que o real coche, que conduzia o corpo de Sua Alteza, passava pela frente de cada um dos regimentos, que estava postado em alas, depois de feitas as continências devidas os chefes mandavam formar em coluna, e marchar em seguimento do real enterro, tocando marchas muito ternas e maviosas, que faziam as lágrimas arrebenatar dos olhos dos espectadores; e desta sorte, quando o real coche chegou à ladeira de Santo Antônio, trazia após de si toda a tripa, que se havia formado desde a Real Quinta da Boavista até a mesma ladeira.

– 17 –

No adro da igreja se achava a irmandade da Misericórdia e tirando os grandes do Reino o caixão do coche, o puseram sobre o esquife, mandado fazer para este fim, e a referida irmandade o conduziu até ao primeiro pouso dentro da igreja, logo à entrada dela; dali o levaram os grandes para a primeira eça, e depois para a segunda na capela-mor, onde foi encomendado pelo excelentíssimo e reverendíssimo bispo, capelão-mor, com o seu cabido;

finda esta solene encomendação foi transferido para outro pouso, onde o excelentíssimo mordomo-mor, conde de Aguiar, ordenou que se lavrassem dois termos da entrega do real corpo aos religiosos, um para ser depositado no Real Arquivo, e outro para ficar no poder do mesmo mordomo-mor; nelas se declarava que nos três caixões existia o corpo do excelentíssimo senhor infante d’Espanha, D. Pedro Carlos de Bourbon e Bragança, etc., assinando os grandes do Reino, e com eles o guardião do convento, e contra-assinado pelo excelentíssimo mordomo-mor. Deste último pouso foi o caixão levado pelos grandes do Reino, e acompanhado pela comunidade dos religiosos, para a capela do Senhor Jesus, situada no claustro do convento, onde os mesmos religiosos fizeram a última encomendação. Então por um sinal de fogueiro de lágrimas, logo que o caixão foi colocado no seu depósito, o parque de artilharia deu três salvas de vinte e um tiros, alternadas com outras tantas descargas da brigada de infantaria, que para este fim se havia postado pelo comprimento da ladeira até à rua de Santo Antônio, seguindo-se imediatamente as salvas das fortalezas, e embarcações de guerra, e suspenderam-se os dobres dos sinos, que não cessavam de tocar até então.

– 18 –

Deste modo rematou a fúnebre, e real pompa das exéquias do sereníssimo senhor infante, D. Pedro Carlos, seria mais de meia-noite, que estava demasiadamente triste, escura, e chuvosa, O Príncipe Regente Nosso Senhor, e toda a real família encerrou-se por oito dias, e tomou luto por seis meses, três rigoroso, e outros tantos aliviado: o mesmo luto tomou a Corte, os tribunais, e todos os empregados públicos, como também o corpo da Real Marinha, e o da brigada da mesma, que com razão chorou a perda de tão preeminente e digno chefe. Depois de passados os dias de encerramento das pessoas reais, recebeu o Príncipe Regente Nosso Senhor no palácio da cidade os cumprimentos de pêsames do corpo diplomático, da Corte, tribunais, e das pessoas mais condecoradas de todas as ordens do Estado, que em grande, e pesado luto se apresentaram no Paço, para cumprir tão triste dever.

– 19 –

A memória do sereníssimo senhor infante, D. Pedro Carlos de Bourbon e Bragança, almirante-general da Real Marinha Portuguesa, será sempre viva nos fastos do Brasil pela heróica resolução, que tomou de acom-

panhar o seu muito amado e prezado tio, o Príncipe Regente Nosso Senhor preferindo dar a mais decisiva prova de adesão, e amor àquele, a quem considerava segundo pai, ao voltar para a Espanha, que lhe dera o berço, e onde tinha a sua grande Casa, e uma alta representação. Assim, não só se fez credor do universal amor dos portugueses, mas também do maior afeto, e contemplação do seu augusto tio, que lhe deu em prêmio a mão da sua muito prezada filha primogênita, a senhora princesa D. Maria Teresa, de cujo consórcio houvemos, para honra do Brasil, o sereníssimo senhor infante, D. Sebastião, primeira flor do real trono de Bragança, brotada no fértil terreno da América Meridional. Praza ao céu que, assim como a sua vista tanto nos alegrou, e alegra, e agora suaviza a grande mágoa pela perda do seu Augusto progenitor, se conserve sempre fresca, viçosa, e bela esta flor, e pela suavidade da sua fragrância, e formosura das suas cores, embalsame, e orne o jardim onde nasceu.

– 20 –

N. B. – O sereníssimo senhor infante, D. Pedro Carlos, nasceu em Aranjuez aos 18 de junho de 1787: foram seus progenitores os serenísimos infante, D. Gabriel, e infanta D. Mariana Vitória, aquele senhor foi filho de Carlos III, rei de Espanha, e esta senhora era filha de nossa rainha, a senhora D. Maria I, e irmã do Príncipe Regente Nosso Senhor: por morte de seus pais veio o senhor infante, muito menino, para Portugal, onde se criou, e educou debaixo das vistas do seu augusto tio, o Príncipe Regente Nosso Senhor, que o amava extremosamente, e a quem o senhor infante prestava o mais profundo respeito, e amor filial. Sendo chamado para a Espanha pelo seu augusto tio, Carlos IV, para tomar posse da sua grande Casa, cujas rendas, dizem, passam de um milhão, não quis de modo algum deixar a companhia do seu amado tio, o Príncipe Regente Nosso Senhor: finalmente, na grande crise de 1807, dando-se-lhe a escolha de voltar para a Espanha, ou de vir para o Brasil com a real família portuguesa, sem hesitar preferiu o segundo partido ao primeiro, sem lhe importar a perda da sua Casa, e a eminente representação na Espanha. Os que desejarem notícias mais difusas, e circunstanciadas da vida pública, e privada de Sua Alteza leiam os *Elogios Históricos*, compostos pelo monsenhor decano, Joaquim da Nóbrega Cam e Aboim, e pelo digno mestre de Sua Alteza, o chefe de divisão, José Maria Dantas Pereira, impressos nesta cidade do Rio de Janeiro.

No mesmo triste dia 26 de maio, antes de sentirmos a tão lamentável perda do senhor infante, D. Pedro Carlos, faleceu nesta Corte, com sessenta e quatro anos de idade, o excelentíssimo Sebastião José de Carvalho e Melo, marquês de Pombal, e conde de Oeiras, gentil-homem da Câmara da Rainha Nossa Senhora, grã-cruz da Ordem de Cristo, e da Torre e Espada, etc., filho do grande ministro do senhor rei D. José, primeiro marquês do mesmo título. O Príncipe Regente Nosso Senhor, que sempre o honrou com a sua estimação, e que há pouco lhe conferira a presidência da Mesa do Desembargo do Paço, e da Consciência e Ordens, foi muito sensível à perda de tão leal, e honrado vassalo, e o mesmo sentimento mostrou toda a Corte. As lágrimas dos muitos indigentes, que socorria, a saudade dos seus amigos, e a mágoa pública o acompanharam à sepultura, que lhe foi dada com as honras fúnebres competentes, na igreja de Santo Antônio dos religiosos franciscanos desta cidade, no mesmo jazigo, onde fora encerrada a marquesa sua esposa a 24 de abril de 1808.

No dia 26 de junho, trigésimo do óbito do sereníssimo senhor infante, mandou o Príncipe Regente Nosso Senhor celebrar, na sua Real Capela umas magníficas exéquias pelo repouso da alma de Sua Alteza, seu muito saudoso sobrinho, e genro, para cuja fúnebre solenidade se ornou a igreja com toda a pompa, e riqueza competente à grandeza do objeto, e ao lúgubre das cerimônias. Elevou-se portanto no meio do cruzeiro um suntuoso mausoléu, coberto todo de veludo, e ouro, em cima do qual descansava sobre uma rica almofada a coroa infantil, em torno do mausoléu; e nos planos, sobre que assentavam as diferentes peças, de que se compunha, ardiam muitas tochas, e brandões de cera em tocheiros, e castiçais de prata, que juntamente com as demais luzes dispersas pelo santuário, tanto nos altares, como no coro, e outros lugares, faziam realçar o fúnebre ornato e ao mesmo tempo infundiam um respeito, e acatamento religioso, que penetrava os corações. Pelas sete horas e meia da noite do dia 25 o excelentíssimo e reverendíssimo bispo, capelão-mor começou com o ilustríssimo cabido, e capelães cantores, as matinas do ofício dos defuntos, cujo invitatório, e responsórios foram cantados pelos músicos da Real Câmara, e Capela; acabadas as matinas,

seguiram-se as laudes, que Sua Excelência Reverendíssima concluiu com a oração competente, seria então meia-noite. Entretanto que durou o ofício, não cessaram os sinos das igrejas desta Corte de reviver com os seus lúgubres sons os mesmos sentimentos de mágoa, e saudade, que experimentaram todos, quando faleceu o senhor infante. Na real tribuna estava o Príncipe Regente Nosso Senhor, acompanhado de toda a sua real família no mais rigoroso luto, e na mais profunda tristeza, e esta mesma se divisava em toda a Corte, que no templo se apresentara, como também no numeroso concurso de pessoas de todas as ordens, e graduações, que ali se achava.

– 23 –

No dia seguinte pelas onze horas da manhã celebrou o excelentíssimo e reverendíssimo bispo, capelão-mor, missa de *Requiem* em pontifical, estando Sua Excelência Reverendíssima ricamente paramentado, com o seu ilustríssimo cabido. Acabada a missa subiu ao púlpito o reverendo p. mestre fr. Francisco de Santa Teresa Sampaio, religioso franciscano desta Corte, e pregador régio, e recitou uma oração muito eloquente, e patética, que excitou no seu nobilíssimo auditório veementes afetos, muito principalmente nas pessoas reais, que se achavam presentes, e que por tantos títulos sentiam, e choravam a perda do senhor infante. Depois de concluída a oração fúnebre desceu o excelentíssimo e reverendíssimo bispo, capelão-mor, para o cruzeiro com quatro monsenhores paramentados; e, postos em roda do túmulo nos lugares prescritos pelo cerimonial, fizeram as absolvições finais; e, dada a última bênção sobre o túmulo por Sua Excelência Reverendíssima, se concluíram estas solenes e reais exéquias com uma salva geral das fortalezas, e embarcações de guerra, pelas quatro horas da tarde. Nesta manhã o concurso na Real Capela foi igual ao da noite antecedente, e todos quantos ali tiveram lugar se apresentaram em rigoroso luto, acompanhando a Sua Alteza, o Príncipe Regente Nosso Senhor na sua tão justa como dolorosa mágoa.

Levavit Rex David vocem suam, et flevit super tumulum Abner, flevit autem et omnis populus.

Reg. 11. Cap. 3. v. 32.

Além destas reais exéquias, que com tanta magnificência se celebraram na Real Capela pelo eterno descanso do senhor infante, outras muitas se fizeram, tanto nas igrejas dos conventos desta corte, como nas paróquias, na igreja da irmandade dos clérigos, e nas de algumas confrarias, com maior ou menor pompa, e grandeza, segundo as posses dos que as mandaram fazer; porém todas com igual demonstração de afeto, e reverência à real família, que tanto nos interessa, e tão amada é dos portugueses. Contudo, não posso deixar em silêncio as magníficas exéquias, com que o reverendíssimo vigário de Santa Rita, doutor José Caetano Ferreira de Aguiar, sufragou a alma de Sua Alteza na mesma igreja no dia 8 de julho. O templo estava ricamente ornado, o mausoléu riquíssimo, a música escolhida e quase toda da Real Capela, assim como era também da mesma o coro dos sacerdotes, que oficiaram. Cantou a missa o mesmo reverendíssimo vigário, e fez a oração fúnebre o padre Antônio Vieira da Soledade, pregador régio, que satisfez muito o seu auditório que se compunha de toda a grandeza desta corte. Este ofício em tudo teve a primazia, não só em ser o primeiro depois do da Capela Real, como também na pompa, e magnificência, com que foi feito.

Pelo alvará com força de lei de 26 de maio foi o Príncipe Regente Nosso Senhor servido estabelecer os direitos de quatro por cento, que se devem pagar pelos gêneros de produção, ou das manufaturas dos domínios de Sua Majestade Britânica, os quais, tendo dado entrada nos armazéns da Alfândega, deles saírem para serem reexportados; e fixar o tempo, que as mercadorias possam demorar-se nos mesmos armazéns à disposição dos seus donos; como também determinar a pena, em que devem incorrer as embarcações, tanto nacionais, como estrangeiras, que extraviarem as suas mercadorias constantes da carga, ou do portaló, que devem trazer, e apresentar. Estas mesmas providentes disposições Sua Alteza Real houve por bem estender a favor das demais nações amigas, que, procurando os nossos portos, neles baldearem os seus gêneros de umas para outras embarcações, ou os que quiserem reexportar, depois de recolhidos nas alfândegas; e pelo ainda alvará estabelece Sua Alteza Real o que se deve pagar do aluguel do armazém, e outras mais despesas, etc., tudo com o duplicado fim de ani-

mar o comércio, e de não desfalcar os rendimentos das alfândegas, como convém aos interesses dos seus vassallos, e à dignidade da sua Real Coroa.

– 26 –

Havendo-se estabelecido nesta corte do Rio de Janeiro, pelo alvará de 12 de outubro de 1808, um banco público, denominado do Brasil, para bem comum dos vassallos do Príncipe Regente Nosso Senhor, e conhecendo Sua Alteza Real, que não se haviam ainda colhido as vantagens próprias de tão útil estabelecimento nacional, em razão do seu pequeno fundo, que, pelo menos, devia ser elevado ao capital de mil e duzentos contos de réis pela entrada dos acionistas particulares; e querendo o mesmo real senhor auxiliar eficazmente o sobredito banco, e promover o concurso de novos acionistas, segurando-lhes vantajosos lucros dos seus cabedais, postos no cofre do banco, para que o fundo capital de tão útil estabelecimento possa chegar a muito considerável grau de força, opulência, e crédito, como convém aos importantes fins da sua instituição: houve por bem, pelo alvará de 20 de outubro, que a sua Real Fazenda entrasse, como acionista, com cem contos anuais do produto de novas imposições, por espaço de dez anos consecutivos, sem que das entradas, que se realizarem nos primeiros cinco anos, haja de receber lucro algum, ficando todo o que lhe pudesse competir em proveito dos acionistas particulares, e só entrará na divisão dos lucros, depois de passados os primeiros cinco anos, etc. Segue-se a lista dos impostos: segue de quatro rodas, doze mil e oitocentos; de duas rodas, dez mil réis; lojas de mercadorias, armazéns, lojas de officios, e onde se vendam obras feitas, doze mil e oitocentos; navios de três mastros, doze mil e oitocentos; de dois, nove mil e seiscentos; por cada embarcação de um mastro de barra fora, seis mil e quatrocentos; por outros de menor lote, exceto as de pescaria, quatro mil réis; por compras de navios, ou embarcações quaisquer, cinco por cento.

– 27 –

Enquanto no Brasil desfrutamos os doces frutos da paz, regidos de perto pelo nosso augusto príncipe, que tanto se interessa pelo bem, e felicidade de todos os seus vassallos, as suas armas na Europa têm adquiri-

do, debaixo do comando do invicto lorde Wellington, uma glória imortal. No dia 19 de janeiro as tropas anglo-lusas tomaram de assalto a praça de Cidade Rodrigo, e a 6 de abril seguinte se apoderaram do mesmo modo da famosa praça de Badalos. Conquistados estes dois baluartes espanhóis, que os franceses ocupavam, e que defenderam com grande obstinação, se lhes fechou a porta para não entrarem tão facilmente no nosso Portugal, e ao mesmo tempo se abriu a estrada para o nosso exército aliado penetrar pela Espanha até aos Pirineus. Assim, o herói Wellington não hesita um só momento em ir procurar o marechal Marmont, que viera substituir Massena no comando do exército de Napoleão, que chamavam os franceses exército de Portugal; dá-se portanto uma terrível batalha junto a Salamanca, onde os aliados conseguiram completa vitória dos inimigos no dia 22 de julho: duas águias, muita artilharia, grande número de inimigos mortos, prisioneiros, e feridos, entre estes o marechal Marmont sem um braço, são os frutos desta gloriosa, e sangrenta luta, além aplainar o caminho para chegar o nosso exército a Madri, e enxotar daquela capital o rei intruso, José Bonaparte. Desta sorte o Onipotente vinga a altiva, e ímpia soberba do Imperador Napoleão, fazendo que os seus satélites mordam a cada passo o pó, que ensoparam do inocente sangue dos povos da Península.

– 28 –

Entanto que o pavoroso Napoleão em pessoa entra pelo império russo com um formidável exército contra o Imperador Alexandre, tivemos o gosto de vermos chegar a esta corte do Brasil o excelentíssimo conde de S. Palher, com o carácter de enviado extraordinário de Sua Majestade, o imperador de todas as Rússias, para cumprimentar em nome do seu augusto amo ao Príncipe Regente Nosso Senhor, e ficar residindo junto da sua real pessoa. Esta ilustre personagem veio pela América Unida em um navio da mesma nação, e entrou neste porto do Rio de Janeiro a 24 de julho. Sua Alteza Real mandou receber a Sua Excelência com todas as honras competentes ao seu carácter, e representação.

– 29 –

O Príncipe Regente Nosso Senhor, tendo em consideração que o governo do Rio Grande de S. Pedro do Sul tivera sido elevado à

capitania com a denominação de capitania de São Pedro do Rio Grande, e a vila de Porto Alegre declarada capital para residência do governador, e capitão-general: houve por bem, pelo alvará de 16 de dezembro mandar que a referida vila ficasse sendo também cabeça de comarca, passando para ela o ouvidor de Santa Catarina, ficando com a denominação de comarca de S. Pedro do Rio Grande, e de Santa Catarina, etc.

– 30 –

O ditoso dia 17 de dezembro neste ano de 1812 foi festejado com o mesmo aparato militar, e magnificência cortesã, e como nos anos anteriores, embandeirando-se as fortalezas, e navios de guerra, que deram as salvas ao amanhecer, ao meio-dia, e ao anoitecer; e a tropa de linha, e milícias, havendo-se formado em grande parada defronte do Real Palácio, pelas onze horas da manhã, deu as salvas, e descargas do costume, com muitos aplausos, e vivas a Sua Majestade Fidelíssima, a Rainha Nossa Senhora pelos seus felizes anos. Depois disto seguiu-se a cerimônia da corte, para a qual concorreu o corpo diplomático dos enviados estrangeiros, a fidalguia, todas as pessoas de maior representação, tanto eclesiásticas, como militares, e civis, que em grande gala se apresentaram no Paço, para terem a honra de cumprimentar, e beijar a mão do Príncipe Regente Nosso Senhor por tão festivo, e interessante motivo. Sua Alteza Real neste plausível dia foi servido, entre muitas graças, e mercês, que liberalizou aos seus vassallos, dar os títulos seguintes: a lorde Wellington, marquês de Torres Vedras, duque da Vitória ao marechal do exército, Beresford, conde de Trancoso, marquês de Campo Maior; ao visconde de Alverca, conde de Anadia; a Fernando Correia Henriques, visconde de Torre Bela; a D. Ana Francisca Maciel da Costa, baronesa de S. Salvador. Também nomeou para bispo de Angra, a D. fr. Alexandre da Sacra Família, bispo de Málaca; para bispo de Angola a fr. João Damasceno Póvoas, religioso franciscano do convento de Santo Antônio, desta corte; para bispo de S. Tomé a fr. Bartolomeu dos Mártires, carmelita desta mesma corte. Designou grã-cruzes da Ordem da Torre e Espada, efetivo o conde das Galveias; honorário o almirante D. Francisco de Sousa Coutinho; da Ordem de Cristo, D. Diogo de Sousa, governador, e capitão-general da capitania do Rio Grande de S. Pedro do Sul; da Ordem de Santiago, o conde de Cerzidas, vice-rei do estado da Índia, etc.

.....
Ano de 1813

H

– 1 –

AVENDO-SE recolhido às nossas fronteiras o exército português, que ia auxiliar a praça de Montevidéu, o Príncipe Regente Nosso Senhor, querendo dar a estas suas fiéis, e valorosas tropas provas manifestas da sua real satisfação pelo demonstrado valor, e sofrimento, com que se portaram nesta expedição, foi servido ordenar, que os oficiais generais, coronéis, e mais oficiais, oficiais inferiores, cadetes, soldados, e empregados civis deste exército pacificador, tragam por distintivo sobre o braço direito uma medalha elíptica, que represente uma oliveira a margem do Uruguai com coroa real enlaçada por um dragão, timbre da Casa de Bragança; os oficiais generais, douradas; os mais oficiais, cadetes, e empregados civis, de prata; os oficiais inferiores, e soldados, de estanho; que todos os indivíduos feridos na mesma campanha tenham por maior distintivo na medalha um forame no tronco da oliveira, indicando uma cicatriz. Além deste tão honroso sinal do valor, e merecimento da tropa, como da satisfação de Sua Alteza Real, todos os oficiais, que entraram nesta expedição, foram contemplados com um posto de acesso, e às viúvas dos que perceram, mandou o mesmo real senhor, que ficassem percebendo os soldos, que venciam seus maridos.

– 2 –

Como seja imenso em extensão o território do Brasil, e quase deserto pela escassez da sua população, e querendo o Príncipe Regente Nosso

Senhor promover esta mesma população, quanto for compatível com a povoação dos seus reinos, e domínios ultramarinos, sem que se diminua uma consideravelmente para aumentar a outra, ordenou ao intendente-geral da polícia, que fizesse transportar da ilha dos Açores um grande número de casais, que voluntariamente quisessem vir estabelecer-se no Brasil, concedendo aos mesmos muitas importantes, e atrativas vantagens, como consta do seguinte decreto:

Fazendo-se mui dignos da minha Real contemplação os casais de ilhéus, que pela Intendência-Geral da Polícia foram pedidos ao governo das ilhas dos Açores, para virem estabelecer-se nas diversas capitánias deste estado do Brasil, e constando na Minha Real Presença, que estes casais se acham já distribuídos por esta província do Rio de Janeiro, e pelas do Espírito Santo, São Paulo, Minas Gerais, e em Porto Seguro, tendo-se-lhes fornecido não só terrenos, que possam cultivar em seu benefício, mas os instrumentos, e sementes para isso necessárias, como também casas para sua habitação, gado próprio para o serviço do campo, e até mesadas para a sua sustentação nos primeiros dois anos, enquanto não puderem recolher os frutos da sua lavoura, Sou servido, por efeito das paternais providências, com que Me proponho sempre beneficiar os meus fiéis vassalos, e auxiliar o aumento da população, de que tanto depende a prosperidade, e riqueza nacional, determinar que os sobreditos casais de ilhéus, e seus filhos, fiquem isentos de serem recrutados para o serviço militar da Tropa de Linha, e que não sejam obrigados a servir nos Corpos Milicianos contra sua vontade: e outrossim ordeno que esta graça seja extensiva a todos os mais casais de ilhéus, que para o futuro possam vir estabelecer-se nas capitánias do Brasil pela mesma maneira que estes vieram.

Este decreto tem a data de 16 de fevereiro.

O sempre festivo, e abençoado dia 13 de maio, natalício de Sua Alteza Real, o Príncipe Regente Nosso Senhor, foi aplaudido neste ano com os mesmos aparatosos obséquios, devidos à alta soberania de um tão augusto príncipe, e virtuoso soberano, que o Céu concedeu neste dia de

ventura à nação portuguesa, para a reger em tempos tão críticos, e tempestuosos; e que, pela magnanimidade do seu real coração, de grandes males soube tirar bens ainda maiores, como a fundação deste novo Império, que algum dia virá a ser tão respeitável, e terrível, que todos os Napoleões do mundo jamais se atreverão insultá-lo, sem dano, e ruína própria. Depois da grande parada no Terreiro do Paço, em a qual os regimentos da guarda da corte, e os milicianos se apresentaram com todo o asseio, e garbo marcial, e deram as salvas, e descargas do costume, acompanhadas de vivas a Sua Alteza, e de outras públicas demonstrações de amor, e vassalagem, e seguidas das salvas das fortalezas, e navios de guerra, tanto nacionais, como estrangeiros, surtos neste porto, o Príncipe Regente Nosso Senhor se dignou receber as felicitações do corpo diplomático, e dar beija-mão, com todas as formalidades da corte, à fidalguia, e nobreza de todos os estados, que em grande gala concorreram às salas do Real Palácio. Pelo motivo da pública alegria deste faustíssimo dia dos seus anos, o Príncipe Regente Nosso Senhor foi servido beneficiar a muitos dos seus leais vassallos com mercês, despachos, e postos, e deu os títulos seguintes: conde de Avintes, D. Antônio de Almeida Soares e Portugal, filho do marquês de Lavradio; conde dos Arcos, D. Manuel de Noronha e Brito; nomeou Sua Alteza Real o conde da Louzã viador da Princesa Nossa Senhora; concedeu o foro de fidalgo cavaleiro, e uma comenda da Ordem da Torre e Espada aos membros, que serviram na junta que se estabeleceu na cidade do Porto, e que se distinguiram em lealdade, e patriotismo pela ocasião da restauração de Portugal no ano de 1808.

*Quaenam calamitosis et aegrotantibus magis condoluit?
Quaenam liberaliorem manum egentibus porrexit? Equidem in illa
ornanda his Jobi verbis uti non dubitem: caecorum oculus erat, pes
claudorum, mater orphanorum.*

S. Greg. Nansiw.

A sereníssima senhora infanta, D. Mariana, irmã de Sua Majestade Fidelíssima, a Rainha Nossa Senhora, oprimida do peso dos anos, e de uma gravíssima enfermidade, entregou o seu espírito ao Criador na noite de 16 de maio pelas nove horas e meia, na idade de setenta e seis anos, sete

meses, e nove dias. Este segundo golpe, que a morte descarregou no Brasil, cortando o fio da preciosa vida de outra personagem da Real Casa de Bragança, magoou por extremo o coração do seu augusto sobrinho, o Príncipe Regente Nosso Senhor, e a toda a real família, a quem os vínculos do sangue tão estreitamente a uniam, e os exemplos das suas virtudes edificavam; e não foi menos sensível aos habitantes desta cidade, pois além do dever de vassallos de chorar a morte dos seus príncipes, de mais a mais perderam uma singular, e poderosa patrona dos infelizes. As lágrimas de muitas famílias indigentes, e mesmo das desgraçadas vítimas da justiça, a quem Sua Alteza Sereníssima nunca deixou de socorrer, ainda mesmo quando os seus sofrimentos pareciam dever suspender cuidados estranhos, testificam com a maior publicidade a extremosa caridade da senhora infanta D. Mariana, e por esta razão o nome de Sua Alteza será sempre objeto da mais viva saudade, e de louvor, tanto no Brasil, por onde passou fazendo bem, como em Portugal, onde deixou um eterno padrão da sua piedade no convento do novo Lourçal.

– 5 –

Os lúgubres sons dos sinos, e os tiros das fortalezas, e navios de guerra, de quarto em quarto, as bandeiras a meio-pau, as vergas em funeral, e outras mais indicações da pública tristeza, assaz desafiaram por três dias as nossas lágrimas, que de algum modo eram enxugadas pelos encômios, que a cada passo se ouviam dar à senhora infanta. O Príncipe Regente Nosso Senhor, em demonstração da sua mágoa por tão sensível perda, se encerrou por oito dias, tomando luto por quatro meses, dois rigorosos, e dois aliviados, e ordenou que a corte, e os tribunais dessem a mesma demonstração de sentimento: e mandou celebrar em todas as igrejas desta corte as missas, que se pudessem dizer nos dias 17, e 18 pelo eterno descanso da sua augusta tia, com a vantajosa esmola de seiscentos e quarenta réis. No dia 19, destinado para as reais exéquias de Sua Alteza, logo desde o crepúsculo se começaram a celebrar grande número de missas em nove altares, que se levantaram na sala contígua ao grande salão, em que estava depositado o real corpo de Sua Alteza, concorrendo para este fim muitos sacerdotes regulares, e seculares. A grande sala do depósito estava com os mesmos ornatos, e mais arranjos necessários para o ofício

solene, e atos fúnebres deste dia, como os já descritos, quando tratei das exéquias do sereníssimo senhor infante de Espanha. Sobre uma rica eça, cercada de tocheiros de prata, em que ardiam grandes tochas de cera, se via o real caixão, dentro do qual se encerravam outros dois, um de chumbo, e outro do madeira, ricamente forrado de veludo, e agalocado de ouro, com o corpo de Sua Alteza Sereníssima. Um riquíssimo pano de veludo, agalocado, e franjado de ouro, sobre o qual se via uma grande cruz de damasco de ouro de cor branca, cobria o real caixão, e no plano do degrau, sobre que se levantava a essa, estava a coroa de Sua Alteza, descansando sobre uma rica almofada. Duas excelentíssimas damas, em grande luto, e vestidas de donaire, guardavam o real corpo, além de outros fidalgos, que faziam parede na mesma sala do depósito.

– 6 –

Pelas onze horas começou o ofício de defuntos, cujos responsórios foram cantados pelos músicos da Real Capela; e concluídas as laudas se seguiu a missa, que celebrou em pontifical o excelentíssimo e reverendíssimo bispo, capelão-mor. Acabada a missa tomou Sua Excelência Reverendíssima o pluvial, e passou a dar com quatro monsenhores, igualmente paramentados de pluviais, as absolvições finais do túmulo. Pelas quatro horas da tarde começou a concorrer ao Paço as comunidades religiosas dos três conventos desta corte, e o clero das quatro freguesias, as colegiadas de S. Pedro, e da Misericórdia, que cantaram os responsos, seguindo-se pela ordem da chegada de cada uma destas corporações, sem preferência, ou distinção alguma. Concluídas as encomendações, já sendo noite, se seguiu a da Real Capela, que havia de acompanhar o corpo de Sua Alteza Sereníssima e a esta última encomendação se achou presente o Príncipe Regente Nosso Senhor com os sereníssimos senhores príncipe da Beira, o infante D. Miguel, e toda a Corte em pesado luto.

– 7 –

Já desde as cinco horas da tarde, que estava alguma coisa chuvosa, se achavam postados desde o Paço até ao convento de Nossa Senhora d’Ajuda, das religiosas da Conceição, desta cidade, onde se devia depositar o cadáver de Sua Alteza Sereníssima, a senhora infanta falecida,

os regimentos de linha, e de milícias, fazendo alas pelas ruas até ao mencionado convento, pela seguinte ordem: na frente do Paço um parque de artilharia, logo o primeiro regimento de cavalaria do exército, imediato a este o primeiro regimento de linha, depois o primeiro, quarto, quinto, segundo, e terceiro de milícias, a infantaria da polícia, e finalmente o segundo, e terceiro de linha, formando uma brigada defronte da igreja do convento d'Ajuda, e no campo da banda do mar estavam dois parques de artilharia de quatro peças cada um, pertencendo um ao regimento de artilharia de pé, e o outro ao corpo da mesma arma montada. Comandava a tropa, no impedimento do excelentíssimo marquês de Vagos, governador das armas da corte, o excelentíssimo tenente-general Gaspar José de Matos Ferreira e Lucena. Às sete horas e meia o excelentíssimo reposteiro-mor levantou o rico pano de veludo, que cobria o real caixão de Sua Alteza, e pegando na coroa a entregou ao moço da Câmara, para a levar ao coche, em que devia ser conduzida; então oito grandes do Reino, pegaram no caixão, e o foram conduzindo até o meterem no grande coche: precedia a excelentíssima dama camarista de Sua Alteza, e era seguida das demais damas do Paço, vestidas todas de donaire em grande luto, que acompanharam até entrar no coche o real corpo, e, tendo feito as vênias da etiqueta, se retiraram. O Príncipe Regente Nosso Senhor acompanhou, juntamente com os sereníssimos senhores, príncipe da Beira, e infante D. Miguel, até ao fim da escada, e ali fez a sua última despedida. Então o parque, que estava postado na praça no lado do mar, deu uma salva de vinte e um tiros.

– 8 –

Eram oito horas da noite quando começou a desfilar o fúnebre acompanhamento da sereníssima senhora infanta, D. Mariana, pela mesma ordem, e séquito, que já vimos se praticar no enterro do senhor infante, D. Pedro Carlos, e caminhou desde o Paço pela rua Direita até entrar na rua do Ouvidor; seguiu por esta acima a sair a rua dos Ourives, pela qual se dirigiu até à igreja do Parto, onde entrando pela rua d'Ajuda, por ela se encaminhou até à igreja do convento das religiosas da Conceição, vulgo d'Ajuda, seriam então nove horas da noite. Depois que os grandes do Reino tiraram o real caixão do coche, o entregaram à irmandade da

Misericórdia, para o conduzir para dentro da igreja, segundo o costume antigo da Real Casa Portuguesa; e, chegando ao primeiro pouso, nele descansaram os ditos irmãos da Misericórdia, e ali os capelães da mesma irmandade cantaram um responso, concluído o qual, os grandes do Reino conduziram o caixão para outro pouso mais distante, e finalmente para a essa que estava na capela-mor, onde foi encomendado o real corpo pelo excelentíssimo e reverendíssimo bispo, capelão-mor, e ilustríssimo cabido. Concluída a reencomendação, foi o caixão trasladado, em ordem inversa, até um pouso junto da grade do coro, onde se lavraram dois termos da entrega do real corpo da sereníssima senhora infante, D. Mariana, declarando-se neles, que nos três caixões existia o dito real corpo; todos os titulares assinaram os mesmos termos, juntamente com a abadessa do convento. Deste último pouso foi o caixão conduzido pelos grandes para o lugar do depósito dentro do coro das religiosas, que o receberam em comunidade com velas acesas nas mãos, e o acompanharam processionalmente até ao lugar, em que devia depositar-se, e ali cantaram as religiosas o último responso. Neste tempo, a um sinal dado, o parque da artilharia, postada no campo da banda do mar, deu três salvas de vinte e um tiros cada uma, interpoladas com outras tantas descargas da brigada de infantaria, composta dos regimentos n^{os} 2, e 3, e logo depois se seguiram as salvas das fortalezas, e embarcações de guerra, e então cessaram os dobres dos sinos pelas onze horas da noite.

– 9 –

Na segunda-feira 14 de junho, trigésimo do óbito de Sua Alteza, celebraram-se na Real Capela, e Catedral desta cidade, as exéquias de Sua Alteza Sereníssima com a pompa, e grandeza correspondente à alta representação da senhora infanta falecida, e à piedade do seu augusto sobrinho, o Príncipe Regente Nosso Senhor, que as mandou celebrar em testemunho da sua saudade, e amor. Na véspera antecedente, logo que anoiteceu se abriu a igreja, que estava toda ricamente ornada com a competente armação de veludo negro, e roxo: elevava-se no cruzeiro um soberbo mausoléu, ao qual cercavam muitos, e grandes tocheiros de prata, sustentando tochas acesas; e grande número de castiçais do mesmo metal com velas ornava, e alumia o mausoléu, e os altares,

além de outras muitas luzes em diferentes lugares da igreja, que faziam sobressair o fúnebre, e a riqueza de toda a armação. Pelas oito horas o ex^{mo} e rev^{mo} bispo, capelão-mor, com o ilustríssimo cabido, e capelães cantores, deu princípio ao officio dos defuntos, cujos responsórios foram cantados pelos músicos da Real Câmara, e Capela. Concluídos os três noturnos, seguiram-se as laudes, que o excelentíssimo e reverendíssimo bispo, capelão-mor, rematou com a oração respectiva. No dia seguinte, pelas onze horas, Sua Excelência Reverendíssima celebrou a missa de *Requiem* em pontifical, no fim da qual subiu ao púlpito o p. m. fr. Francisco da Mãe dos Homens, religioso augustiniano, e recitou uma muita eloquente, e patética oração, na qual, segundo as regras da oratória sagrada, desenvolveu, e patenteou com toda a verdade as singulares virtudes, e preciosos dotes, que ornavam a angélica alma da sereníssima senhora infanta, D. Mariana. Depois da oração fúnebre desceu Sua Excelência Reverendíssima com os quatro mosenhores absolventes para a segunda quadratura; e havendo tomado os absolventes os competentes lugares nos ângulos do túmulo, e Sua Excelência Reverendíssima na cabeceira do mesmo, cantaram os músicos os cinco responsórios, sendo cada um dos quatro primeiros concluído com a oração, e absolvição, que deu um dos mosenhores, e o último se rematou com as de Sua Excelência Reverendíssima. Seriam quase quatro horas da tarde, quando se concluiu toda esta real cerimônia das exéquias da sereníssima senhora infanta, a que o Príncipe Regente Nosso Senhor assistiu com a real família da sua tribuna com o mais rigoroso luto, e igual sentimento. Tanto na noite antecedente, como na manhã deste dia foi muito numeroso o concurso, não só da fidalguia, mas também das pessoas mais distintas pelos seus empregos, e graduações, que se apresentou na Capela Real, não tanto por obrigação, quanto por afeto, e reverência à memória da sereníssima senhora infanta, cuja perda com razão choramos, e sobre cujas reais cinzas saudosas espargiremos sempre flores.

A sereníssima senhora infanta, D. Mariana teve por progenitores o augusto senhor Rei, D. José, e a augusta senhora Rainha, D. Mariana Vitória, ambos de saudosa memória; e por pátria a ínclita ci-

dade de Lisboa, no dia 7 de outubro do ano de 1736; sendo educada debaixo das vistas de uma mãe virtuosíssima, Sua Alteza fez rápidos, e portentosos progressos nas ciências divinas, e humanas, como também nas artes liberais, a saber, no desenho, na pintura, na música, nos labores, obras-primas do gosto, de que são testemunhas os preciosos painéis, que se conservam na Santa Igreja Patriarcal, e, em outros templos de Portugal; os ricos véus, e pavilhões, que por suas mãos, e arte bordara, e que a sua religiosa caridade empregara no ornato do santuário, e os belos, e suavíssimos cânticos, que compusera em louvor da Mãe de Deus, de quem era devotíssima; porém, sobretudo eminentemente se distinguiu Sua Alteza na ciência dos santos, e na prática das mais sólidas virtudes, com especialidade aquelas, que têm por objeto o amor de Deus, e do próximo. Pelo amor de Deus Sua Alteza se despojou das suas mais preciosas jóias, para levantar no Campo de Santa Clara, em Lisboa, o novo Louriçal, para desagravo do Santíssimo Sacramento, em cuja divina presença estão sempre orando as filhas da penitência, que para ali foram transplantadas do antigo Louriçal, pela real mão de Sua Alteza em 1783. Pelo amor do próximo derramou profusamente as suas liberais esmolas pelos recolhimento do Calvário, e convento das salésias, para ali serem educadas muitas meninas, e receberem dotes para o seu futuro estado; por este mesmo amor do próximo vestia muitos eclesiásticos, dando-lhes o vestuário competente à sua ordem; amparava a viúva, e o órfão; era o valimento do pobre, a consolação do aflito, a protetora do desvalido, o socorro dos encarcerados.

Caecorum oculus erat, pes claudorum, Mater orphanorum.

– 11 –

Sendo a mútua comunicação dos povos a origem da civilização, pois por meio dela gira o comércio, aumenta-se a indústria, aperfeiçoam-se as artes, difundem-se os conhecimentos científicos, estreitam-se os laços da sociedade, e consolida-se o corpo da nação; por cujos motivos foi um dos primeiros cuidados do Príncipe Regente Nosso Senhor mandar abrir estradas, e estabelecer correios entre as diversas capitánias deste vasto continente entre si, e com esta Corte. Assim vimos já fixada a comunicação interna regular com a cidade de S. Paulo, Vila Rica, S. João d’el-Rei, Sabará, Vila

do Príncipe, e Vila Boa de Goiás, como também com a vila de S. Salvador de Campos, e a vila da Vitória, da capitania do Espírito Santo; e pela costa do norte até à Bahia, vimos com admiração que esta mesma comunicação se estende interiormente de Goiás até Mato Grosso, Pará, e Maranhão pelas novas estradas, que por ordem de Sua Alteza Real se têm aberto pelos sertões interiores deste continente até às suas extremidades. Agora, porém, o mesmo augusto senhor houve por bem aprovar o estabelecimento de novos correios pelo interior da capitania do Ceará entre as suas principais vilas; e pelo exterior com as capitanias confinantes de Pernambuco, Rio Grande do Norte, Maranhão, e Piauí, e até mesmo com a da Bahia, e por meio desta última com a Corte do Rio de Janeiro; o que tantas vezes se torna difícil, e quase impossível por mar. Desta ativa circulação, e frequente correspondência dos povos, que cada vez mais se há de aumentar, e estender, provirão certamente grandes, e amplíssimas utilidades, que só a real presença do nosso augusto soberano poderia facilitar, e promover, apesar dos muitos, e quase insuperáveis obstáculos, que de todas as partes se oferecem, especialmente pela escassa população deste imenso país, e estar ainda a maior parte dele no poder do gentio, que impede a navegação dos rios, e o trânsito pelas terras, que ocupa.

– 12 –

Como o Príncipe Regente Nosso Senhor tivesse mandado estabelecer o presidio do rio Manuel Alves Grande, que desemboca no Tocantins, foi estabelecer-se ali com cinquenta, ou sessenta agregados, Francisco José Pinto, para criar uma povoação, à qual deu o nome de S. Pedro de Alcântara, acareando, e recolhendo dentro dela os índios macameirãs, que lhe eram mais próximos, cuja nação se compunha de três mil almas; esta povoação fica situada na margem oriental do Tocantins, setenta e nove léguas abaixo do Porto Real do Pontal, da comarca do norte da capitania de Goiás; e o dito gentio estava aldeado em duas aldeias em distância de três léguas da nova povoação. Entre as muitas vantagens, que se colhe deste estabelecimento, é bem sensível a das comunicações por terra para as capitanias do Pará, e Maranhão, em consequência de se haver domesticado, ou debelado outros gentios malfazejos. Sua Alteza Real, sabendo com cordial satisfação dos rápidos progressos, que a civilização, população, e

comércio faziam naquelas paragens, em consequência deste vantajoso estabelecimento, dignou-se aprovar as acertadas medidas, que o governador, e capitão-general de Goiás tem posto em execução, e ampliar aos habitantes das margens do rio Grajaú os mesmos privilégios que, pela carta régia de 5 de setembro de 1811, concedeu aos das margens dos rios Maranhão, Tocantins, e Araguaia; sendo um destes privilégios não pagarem os novos colonos dízimos, nem imposto algum por espaço de dez anos.

– 13 –

A Junta da Conquista, e Civilização dos Índios, criada em Vila Rica, debaixo da presidência do excelentíssimo conde de Palma, governador, e capitão-general da capitania das Minas Gerais, tendo confiado a conclusão da estrada começada da vila de Belmonte, na comarca de Porto Seguro, pertencente à capitania da Bahia, a qual estrada havia chegado até à cachoeira do Jequitinhonha, denominada Salto Grande, ao comandante da sétima divisão, Julião Fernandes Leão, este ativo comandante já em julho do ano antecedente tinha conseguido domesticar todas as famílias botocudas, que povoavam as margens do Jequitinhonha, e as matas adjacentes, sendo já respeitados os passageiros, e os colonos, sem desde então ter havido a menor ofensa, e tinha já feito transitável a estrada do beira-rio livre de subidas, e atoleiros, por ser o solo areento. A navegação deste rio, junta à qualidade do terreno, e à salubridade do clima, convida os povos a estabelecer-se vantajosamente nas beiradas da nova estrada, e anuncia um rápido progresso de povoação, civilização, e interesses comerciais. O zeloso ouvidor de Porto Seguro, ao qual Sua Alteza Real fora servido ordenar que prestasse todo o socorro possível, se tem empenhado incansavelmente em auxiliar, assim a abertura da estrada, como promover a sua povoação; criando presídios guarnecidos interinamente pelos índios menhaãs, que se acham estabelecidos em Belmonte, e pelos indivíduos dispersos da sua comarca. Assim, o Príncipe Regente Nosso Senhor, tendo a satisfação de ver que se vão realizando as suas sábias providências para civilizar estes povos bárbaros, chamando para a religião, e para a sociedade tantas famílias, que vivem no centro dos bosques, como feras: houve por bem significar por uma provisão régia ao comandante Julião a sua real aprovação, e ordenar que cuidasse com desvelo na defesa, e segurança da sobredita estrada, e

procurasse reduzir ao estado de paz as mais famílias botocudas, que habitam o extenso sertão, entre a sétima divisão, e a quinta; e, para facilitar a importação dos gêneros pelo Jequitinhonha, ordenou Sua Alteza, que se promovesse a navegação daquele rio, da qual há de resultar o interesse dos fazendeiros, abrindo-se abundantes mananciais de riquezas para os habitantes desta parte do Brasil.

– 14 –

Pelo decreto de 26 de julho houve o Príncipe Regente Nosso Senhor por bem ordenar, que os aforamentos atuais que se acham incluídos na demarcação da sua real fazenda de Santa Cruz, sejam demarcados, e reduzidos a aforamentos perpétuos, na forma da Ordenação do Reino, pagando os foros atualmente estipulados, ou os que Sua Alteza houver por bem, e os laudêmios de quarentena nas vendas, e semelhantes alienações; com declaração, que nas demarcações se não deverão compreender (onde não houver já limites certos) terrenos, que ainda estejam em matos virgens, quando os prazos excederem a quatrocentas braças em quadro, ou o seu equivalente terreno, impondo-se a todas as condições, de que não poderão derribar os matos virgens nos altos das serras, e no cume dos montes, e as mais, que forem conformes o Direito.

– 15 –

Pelo mesmo decreto mandou Sua Alteza Real, que no sítio da Sepitiba se demarcasse o terreno conveniente para se fundar uma povoação para a comodidade dos pescadores, e pessoas, que ali habitam, designando-se o terreno, que for mais a propósito, e proporcionado à mesma povoação, o qual se repartirá livre, sem mais foro do que um módico reconhecimento por cada morador, que agora, ou para o futuro ali edificar, para o senhorio do terreno, ou ele seja somente na fazenda de Santa Cruz, ou compreende em alguma parte alguma outra das fazendas confinantes, pois todas têm o ônus de dar terreno livre para as povoações, que por ordens régias se houverem de fazer. Outrossim, ordena Sua Alteza que nas divisões, e assinação dos terrenos, se seguirá a norma estabelecida na Câmara desta cidade, no que for aplicável, tanto para o número das braças, que devem assinar-se para cada edifício, como para o arruamento deles, assinando-se somente terreno àqueles, que houverem de edificar.

– 16 –

Havendo os oficiais da Câmara da cidade de Nossa Senhora das Neves, da Paraíba do Norte representado ao Príncipe Regente Nosso Senhor os inconvenientes, e demoras, que os habitantes da mesma cidade, e seu termo, experimentam na expedição dos seus negócios, causas, e dependências por juízes ordinários, faltos dos conhecimentos das leis, e principalmente nas ocasiões, em que, o ouvidor da comarca sai da cidade, ou em correição, ou em diligências do real serviço: e querendo Sua Alteza Real que todos os seus vassallos gozem com tranquilidade, e sem incômodo dos bens, que resultam da reta, e sábia administração da Justiça, foi servido criar na dita cidade, e seu termo um lugar de juiz de fora do Cível, Crime, e Órfãos, pelo alvará com força de lei de 29 de julho, ficando unida ao mesmo ministro à provedoria das fazendas dos defuntos, e ausentes, capelas, e resíduos no seu distrito, com os mesmos emolumentos, e ordenado, que tem o juiz de fora de Pernambuco.

– 17 –

Havendo os moradores do distrito de Macaé feito chegar à real presença do Príncipe Regente Nosso Senhor os inconvenientes, e vexames, que experimentavam por falta da pronta administração da Justiça, sendo obrigados a recorrer, uns à cidade de Cabo Frio, o outros à vila de S. Salvador dos Campos, em distância de dezenove a trinta léguas, fazendo grandes despesas, e gastando o tempo, que depois lhes falta para cultivarem as suas terras: e desejando Sua Alteza Real que aqueles povos participem do seu paternal cuidado, tantas vezes declarado nos reais diplomas, de melhorar a sorte dos seus vassallos, houve por bem, pelo alvará de 29 de julho, erigir em vila a povoação de Macaé, com a denominação de vila de S. João de Macaé, que terá por limite, de uma parte o rio de S. João, e por outra o rio do Furado, concedendo, para patrimônio da dita vila, uma sesmaria de uma légua em quadro, conjunta, ou separadamente. Outrossim, o mesmo real senhor foi servido criar dois juízes ordinários, e um dos Órfãos, como também uma Câmara, que se comporá de três vereadores, e um procurador do Conselho e os mais oficiais, como nas outras vilas deste Estado do Brasil.

Tendo o Príncipe Regente Nosso Senhor, pelos alvarás de 18 de março de 1809, e de 6 de dezembro de 1811, regulado a administração da Justiça, e providenciado os interesses da sua Real Fazenda nas capitânicas de Goiás, e de Minas Gerais, criando juizes de fora, e extinguindo os lugares de intendentos do ouro, que nelas havia; existindo na capitania de Mato Grosso ainda maior necessidade de providências semelhantes, porque, não havendo ali depois da extinção do lugar de provedor de Fazenda, outro algum magistrado mais do que o ouvidor da comarca, e em distância de cem léguas o juiz de fora da vila de Cuiabá, o qual, nos impedimentos do ouvidor, era quem devia servir o dito cargo, resultando não chegar muitas vezes a tempo pela demora da viagem, e o deixar aquela vila populosa sem ministro de letras; por estes, e outros motivos muito ponderosos, e consequentes ao bem dos povos, Sua Alteza Real foi servido, pelo alvará com força de lei de 25 de agosto, determinar: 1º – haverá em Vila Bela, cabeça da comarca da capitania de Mato Grosso, um juiz de fora do Cível, Crime, e Órfãos, com a mesma alçada, ordenado, e propinas, que ora tem o da vila de Cuiabá, etc.; 2º – servirá de procurador da Coroa e Fazenda, deputado da mesma, o intendente da Casa da Fundição, ficando extintos os fiscais nomeados pela Câmara; 3º – será um dos deputados da Junta da Justiça, que se continuará a praticar, na conformidade das ordens, com que foi criada, etc.; 4º – atendendo Sua Alteza Real que com a criação do juiz de fora de Vila Bela ficam muito diminuídos os rendimentos do lugar do ouvidor da comarca, que já eram poucos para a subsistência, e despesas das jornadas de ida, e volta, e aos incômodos delas, pela grande distância, em que está aquela remotíssima capitania, situada nos limites ocidentais deste Estado do Brasil, houve por bem o mesmo augusto senhor graduar o lugar de ouvidor da comarca de Mato Grosso com o predicamento de primeiro banco, com beca, e posse na Relação da Bahia, podendo ser para ele nomeados bacharéis, que tenham só servido primeiras entrâncias, e estabelecer-lhe o ordenado de três mil cruzados, além dos emolumentos, que já se acham estabelecidos.

Pelo alvará com força de lei de 13 de setembro, houve o Príncipe Regente Nosso Senhor por bem criar uma junta na mencionada Vila Bela

para os despachos de alguns negócios pertencentes à Mesa do Desembargo do Paço; como eleger as pessoas, que hão de servir de vereadores, e mais officios das Câmaras da capitania de Mato Grosso, expedir os perdões, que Sua Alteza Real costuma outorgar em Sexta-feira Santa, e exercer outras mais jurisdições competentes àquela mesa, como se determina no dito alvará. Compor-se-á esta junta do governador, e capitão-general, do ouvidor da comarca, o do juiz de fora, e se ajuntará uma vez em cada mês, expedindo-se os alvarás, cartas, e provisões no real nome de Sua Alteza, o Príncipe Regente Nosso Senhor.

– 20 –

Como tivesse chegado a esta Corte do Rio de Janeiro a muito grata, e aplaudida notícia da total derrota do soberbo exército francês, junto da cidade de Vitória, na Biscaia, no memorável dia 21 de junho, no qual o exército aliado português, inglês, e espanhol, conduzido pelo maior capitão dos nossos dias, o invicto lorde Wellington, ganhou uma tão brilhante vitória, expulsando o inimigo de todas as suas posições, tomando-lhe cento e cinquenta e uma peças de artilharia, quatrocentos e quinze carros de munições, toda a bagagem, provisões de boca, gados, e a tesouraria, com um considerável número de prisioneiros, além de outro ainda muito mais considerável de mortos, e feridos. Nesta sangrenta, e decisiva ação se achou, presente o intitulado Rei das Espanhas, e Índias; e foi um dos primeiros, que procurou a salvação com a fuga: e no campo da batalha deixou o general Jordão o bastão de marechal de França. O Príncipe Regente Nosso Senhor mandou, logo que recebeu tão agradável notícia, que fosse esta solenizada com uma salva da fortaleza da ilha das Cobras, e que no dia 12 de setembro se cantasse na Real Capela uma missa, e *Te Deum* com grande pompa em ação de graças ao Onipotente por tão esplêndida vitória; e por este plausível motivo se iluminou o Real Palácio, e toda a cidade na noite do mesmo dia 12, e nas duas seguintes. Parece que por inspiração divina o Príncipe Regente Nosso Senhor no faustíssimo dia 17 de dezembro do ano antecedente, foi servido dar ao invicto lorde Wellington o título de duque da Vitória, que tão gloriosamente agora se verificou, conseguindo tão grande vitória junto da cidade de Vitória, nos confins da Espanha, perto dos Pirineus, que a separam da França.

– 21 –

Estando quase de todo concluído o magnífico edificio do novo teatro, a que deram o nome de Real Teatro de São João, em obséquio do nome do Príncipe Regente Nosso Senhor: no dia 12 de outubro, natalício de Sua Alteza Real, o sereníssimo senhor D. Pedro de Alcântara, príncipe da Beira, para mais aumentar o público regozijo, abriu-se o referido teatro, fazendo-se nele a primeira representação, que foi honrada com a augusta presença do Príncipe Regente Nosso Senhor, e de grande parte da sua real família, no meio de um luzidíssimo concurso de toda a fidalguia, e das pessoas mais distintas desta Corte. Este Real Teatro, situado no lado setentrional da espaçosa Praça do Rossio, traçado com gosto e construído com magnificência, a ponto de emular os melhores teatros da Europa, tanto pelo aparato de formosas decorações, pompa do cenário, e riqueza do vestuário, quanto pela grandeza, e suntuosidade do real camarim, cômodo, e asseio das diferentes ordens dos camarotes, amplidão da platéia, e outras qualidades, que se requerem nos edificios deste gênero, é um dos monumentos públicos, que começam a adornar a capital do Brasil, e a aformosear a nascente Corte deste novo Império.

– 22 –

No dia 13 do mencionado mês de outubro faleceu o excelentíssimo Tomé José de Sousa Coutinho Castelo Branco e Meneses, 1º marquês de Borba, 4º conde de Redondo, vedor da Casa Real, comendador da Ordem de Cristo, e da Torre e Espada, na idade de sessenta e um anos, dois meses, e vinte e um dias, de uma violenta febre, dando no decurso da sua enfermidade, que durou dezoito dias, evidentes provas das suas virtudes, e resignação cristã. Foi o seu corpo sepultado na igreja de Nossa Senhora da Lapa, dos religiosos do Carmo.

– 23 –

No mês de novembro em o dia 12, com sessenta e sete anos, e dezoito dias de idade, entregou o seu espírito ao Criador o excelentíssimo Nuno da Silva Telo de Meneses Corte Real, marquês de Vagos, conde de Aveiro, gentil homem da Câmara de Sua Alteza Real, grã-cruz da Ordem de Cristo, e da Torre e Espada, marechal dos reais exércitos, governador

das armas desta Corte, e província do Rio de Janeiro, etc. Jaz na igreja de S. Francisco de Paula, onde foi sepultado na noite do dia seguinte com as honras fúnebres competentes à sua representação.

– 24 –

Querendo o Príncipe Regente Nosso Senhor auxiliar com igualdade a todos os seus vassallos, que se empregam na escavação do ouro, conciliando ao mesmo tempo os direitos dos credores, que pretendem o embolso das suas dívidas; e desejando promover o aumento deste importante ramo de indústria, que constitui um manancial da prosperidade pública, e particular dos seus vassallos, e das rendas da sua Real Coroa; e outrossim atendendo por uma parte que os mineiros pobres têm o mesmo direito que os mineiros ricos, e maior necessidade de serem animados, e socorridos; determinou pelo alvará de 17 de novembro, que os mineiros empregados na extração do ouro com fábricas efetivas, seja qual for o número dos escravos, de que elas se componham, não possam ser executados, nem penhoradas as suas lavras, ainda mesmo nas dívidas fiscaes por graça especial; e que os credores possam haver os seus pagamentos por outros quaisquer bens, que os devedores possuírem, e pela terça parte dos lucros, e rendimentos das lavras, exceto no caso de que as dívidas excedam; ou iguaem ao valor das fábricas; e então o estabelecimento da mineração será rematado em toda sua integridade com suas terras, e escravos a um só licitante, ou se dará em pagamento ao credor, para que a fábrica se não desmanche, nem destrua, antes continue o seu trabalho, etc.

– 25 –

Pelo alvará de 24 do mesmo mês de novembro, o Príncipe Regente Nosso Senhor, depois de haver tomado em sua real consideração os muitos, e ponderosos motivos políticos, que fazem ainda necessária neste estado do Brasil a importação de escravos dos portos da Costa d'África, e o permitir-se por mais alguns anos este tráfico, a fim de auxiliar, promover, e aumentar a agricultura, e a indústria, e procurar por uma maior massa de trabalho maior abundância, e riqueza, tanto das produções naturais, como da extração dos metais, que exigem um grande número de braços, dos quais há a maior falta neste extensíssimo país, que quase todo se acha deserto: declarou o mesmo real senhor, que enquanto se não realizam as

providentes disposições, que tem ordenado para bem de aumentar a população deste estado, se haja de continuar o arbítrio até agora praticado do comércio da escravatura; e atendendo para o tratamento duro, e inumano, que estes escravos sofrem no trânsito daquela parte do globo para esta; foi servido determinar muitas, e mui humanas providências a benefício dos mesmos escravos, não só para que não periguem as suas vidas, mas também para que tenham nas embarcações, que os conduzem, todo o alívio, que a religião, e a humanidade imperam: para cujo fim regulou a arqueação dos navios, que os transportam, e deu muitas benéficas leis, que inviolavelmente se deverão cumprir, e observar debaixo de graves penas.

– 26 –

Neste ano se festejou o faustíssimo dia 17 de dezembro, natalício de Sua Majestade Fidelíssima, a Rainha Nossa Senhora, com as costumadas demonstrações de júbilo nacional: e o Príncipe Regente Nosso Senhor, seu augusto filho, em obséquio de tão excelsa soberana, liberalizou aos seus fiéis vassallos muitas graças, e mercês, das quais as mais eminentes são as seguintes, que se publicaram no ato do solene beija-mão, que se seguiu à grande parada: conde de Caparica, marquês de Valada; conde de Aguiar, marquês de Aguiar; conde de Redinha, marquês de Pombal; D. Miguel Antônio de Noronha Abranches, conde de Parati; D. Manuel José de Sousa, conde de Barreiro; D. Joana da Silva Telo, marquesa de Vagos; D. Manuel de Almeida e Noronha, conde de Peniche; ao marquês de Angeja, mercê do tratamento de marquês parente; ao barão do Rio Seco, mercê de uma vida no título, e alcaidaria-mor da vila de Santos: nomeou D. fr. Miguel da Madre de Deus, bispo titular de São Paulo, arcebispo Primaz de Braga; o Doutor Manuel Pacheco de Resende, lente jubilado de teologia na Universidade de Coimbra, bispo de Aveiro; o marquês de Sabugosa, e o conde de Peniche, grãs-cruzes da Ordem de Cristo; a D. Antônio Soares de Noronha, grã-cruz da Ordem de Santiago; os marqueses de Alegrete, e de Belas, grãs-cruzes da Torre e Espada, o primeiro efetivo, e o segundo honorário; a D. Francico de Almeida Melo e Castro, aposentador-mor; a D. Manuel Francisco Zacarias Portugal, governador, e capitão-general da capitania de Minas Gerais; o conde de Palma, vice-rei da Índia; Joaquim José Monteiro Torres, vice-almirante efetivo da Armada Real, etc.

.....
Ano de 1814

– 1 –

O

EXCELENTÍSSIMO D. João de Almeida Melo e Castro, conde das Galveias, conselheiro de estado, ministro, e secretário de estado dos Negócios da Marinha, e Domínios Ultramarinos, grã-cruz das Ordens de S. Bento de Aviz, e da Torre e Espada, etc., faleceu nesta corte a 18 de janeiro, com cinquenta e seis anos, onze meses, e vinte e seis dias, dos quais empregou a maior parte no serviço do soberano, tanto na carreira diplomática, ocupando os lugares de enviado nas cortes de Haia, Roma, e Londres, como nos empregos de ministro de estado em Portugal, e no Brasil. A perda deste vassalo foi muito sensível ao Príncipe Regente Nosso Senhor, que lhe mandou fazer todas as honras funerais competentes aos seus empregos; pois achava-se também encarregado dos Negócios Estrangeiros, e da Guerra no tempo do seu falecimento. Jaz na igreja de S. Francisco de Paula.

– 2 –

Havendo o Príncipe Regente Nosso Senhor mandado criar, pelo alvará de 18 de março de 1809, uma nova comarca na capitania de Goiás, denominada comarca de S. João das Duas Barras, determinando que o ouvidor pudesse residir no arraial da Natividade, enquanto não fosse possível a sua residência na referida vila das Duas Barras, que se está fundando no confluente dos grandes rios Tocantins, e Araguaia; conhecendo-se depois

convir melhor ao real serviço, e bem dos povos daquela comarca criar-se uma vila na barra do rio da Palma, para nela ficar existindo a residência do ouvidor, e ser para o futuro a cabeça da comarca, tanto porque, sendo mais central, é mais cômoda para a administração da Justiça, como por estar em uma situação mais próxima aos distritos de mais população, e igualmente vantajosa para a navegação dos rios, e comunicação interior do país, houve por bem Sua Alteza Real mandar, pelo alvará de 25 de fevereiro, que se levantasse outra nova vila no sítio da barra do rio da Palma que desemboca no Paraná, ficando com a denominação de vila de S. João da Palma, a qual será a cabeça da comarca do norte da capitania de Goiás, e concedeu à mesma nova vila todos os privilégios, e prerrogativas, de que gozam todas as mais vilas deste estado. Outrossim, foi Sua Alteza Real servido franquear a isenção de dízimos, e décima a qualquer pessoa, que edificar casa na vila, ou estabelecer de novo fazenda no seu termo. E para que esta mudança da cabeça da comarca não impeça o aumento da vila de S. João das Duas Barras, foi o mesmo real senhor servido conceder os mesmos privilégios da isenção de dízimos, e décima aos seus edificadores, e lavradores.

– 3 –

Pelo alvará de 9 de março, o Príncipe Regente Nosso Senhor dignou-se criar vila o arraial de Cantagalo, nesta província do Rio de Janeiro, querendo que os moradores daquele fértil território se empreguem sem desvio no exercício da lavoura, e tenham entre si o amparo das suas leis, para os policiar, manter em paz, e terem quem lhes decida os seus pleitos sem o grande vexame, por que passavam de recorrer às Justiças da vila de Macacu, em distância de mais de vinte e duas léguas, obrigados a atravessar a serra por caminhos ásperos, e cortados por rios caudalosos, desamparando entretanto as suas casas, e plantações, com notável prejuízo das suas fazendas, do aumento da lavoura, e das rendas do estado. Portanto ordenou Sua Alteza Real que o dito arraial, erigido em vila, tomasse o nome de vila de S. Pedro de Cantagalo, dando-se-lhe por limites do seu termo todo o território que se compreende desde o rio Paraíba, no sítio que se assinar, correndo pelo alto da serra dos Órgãos a partir com os termos das vilas de Magé, Macacu, Macaé, e S. Salvador dos Campos dos Goitacazes até ao mesmo Paraíba, o qual lhe servira de divisa em toda a extensão da parte da

província de Minas Gerais: e para a governança da mesma vila, e seu termo, criou Sua Alteza Real uma Câmara composta de dois juizes ordinários, um dos Órfãos, três vereadores, um procurador do Conselho, almotacéis, e os demais oficiais, que têm as outras vilas, e para seu patrimônio concedeu o mesmo real senhor uma légua em quadra, etc.

– 4 –

Com grande alvoroço, e prazer se festejou o sempre alegre e fausto dia 13 de maio, natalício do Príncipe Regente Nosso Senhor com aquelas demonstrações que os seus reais vassallos costumam dar todos os anos da fidelidade, reverência e amor, que consagram à sua real pessoa. Depois da grande parada, onde a tropa deu as salvas, e descargas de alegria acompanhadas dos vivas, e aplausos, que Sua Alteza Real se dignou de receber de uma das janelas do seu palácio, passou o mesmo augusto Príncipe Regente Nosso Senhor a receber também as felicitações do corpo diplomático, da Corte, e pessoas mais distintas de todas as ordens do Estado, que ao Paço concorreram em grande gala para beijar a real mão do soberano, pelo complemento de mais um ano da sua preciosa vida. Por motivo de tanto júbilo Sua Alteza Real foi servido fazer muitas mercês aos seus vassallos, tanto residentes em Portugal, como no Brasil, e domínios ultramarinos, que se publicaram pelas três secretarias; e entre estas mercês nomeou o bispo titular de Málaca,

Dr. Fr. Francisco de S. Dâmaso, arcebispo da Bahia; o marquês de Alegrete, governador, e capitão-general do Rio Grande de S. Pedro do Sul; o conde da Palma, governador, e capitão-general de S. Paulo.

– 5 –

Por este tempo começavam a vir chegando a esta Corte do Brasil muitas e mui agradáveis notícias, que auguravam estar próximo o êxito da luta, em que se achavam travados os soberanos todos da Europa com o Imperador dos franceses; mas um mês depois do faustíssimo dia 13 de maio, é que vieram as boas novas da final decisão desta luta com a queda do tirano do mundo, Napoleão Bonaparte. Este doloso, e sanguinário Imperador, abominado de Deus, e amaldiçoado dos homens, havendo perdido a maior parte do seu grande, e invencível exército, com que penetrara pela

Rússia, até Moscou, já pelo rigor do frio daquelas geladas regiões, já pelo ferro, e fogo dos russos, prussianos, austríacos, e outras nações, que contra ele insurgiram, quebrando as infames cadeias, com que os havia prendido ao carro da sua muito particular política; vendo-se perseguido desde Moscou até Paris, e obrigado a dar a cada passo batalhas sobre batalhas, para poder escapar-se, juncando os campos da Rússia, Polônia, Alemanha, e da mesma França, com os cadáveres dos seus, outrora invencíveis de Marengo, Austerlitz, de Iena, e do mundo inteiro, considerando-se inteiramente perdido, pois pelo norte da França entravam os Imperadores Alexandre, e Francisco, e o Rei da Prússia, na frente dos seus guerreiros; e pelo sul ao mesmo tempo penetrava o invicto Wellington, comandando os ingleses, portugueses e espanhóis; e finalmente aturdidos dos clamores dos franceses, que altamente pediam a paz, largando de repente a pele de leão, se embuçou com a de cordeiro, fingiu dar liberdade ao Supremo Pastor do Rebanho de Jesus Cristo, negociou a restituição de Fernando VII, de seu irmão, e de seu tio, por um doloso tratado, e com as artes maquiavélicas intentou suspender o golpe da Justiça Divina, que iminente estava sobre a sua cabeça: mas os augustos príncipes aliados rejeitaram com desprezo as suas pérfidas proposições, resolvidos a dar o último golpe mortal sobre a cabala dos revolucionários franceses, derrubando o trono da impiedade, e do despotismo, e a restabelecer a antiga monarquia dos Reis Cristianíssimos, chamando para a França o seu legítimo rei, Luís XVIII; e com esta resolução se achavam em março quase às portas de Paris,

Haec dicit Dominus Deus: aufer cidarim, tolle coronam: nonne haec est, quae humilem sublevavit, et sublimem humiliavit?

Ezeq. Cap. 21. v. 26.

– 6 –

Príncipes da Terra, ouvi o que diz o Senhor Deus: tirai-lhe o diadema, arrancai-lhe a coroa, acaso não foi ela o instrumento de tantas injustiças, a causa de tanto sangue derramado, e de tantos mortos, que a milhares jazem por toda a Europa insepultos? Acaso por meio dela não ocuparam os sólios reais homens obscuros, tirados, e levantados do pó da terra, ao mesmo tempo que os augustos reis, e príncipes, que os ocupavam, foram deles precipitados? Esta coroa, pois, não repousará senão sobre a

cabeça daquele, a quem pertence de direito reinar, e fazer justiça aos povos; quando ele chegar lha entregarei: *donec veniret cujus est iudicium, et tradam ei*. Com efeito, já estão completos os votos do gênero humano, já passaram os dias de luto, de horror, e de pranto, caiu a soberba Babilônia dos nossos tempos, nas mãos dos Imperadores da Rússia, e d'Áustria, e do rei da Prússia; Paris, que se jactava de ser a capital da Europa, e a senhora do universo, deve à generosidade dos seus vencedores a não ser escrava; e o pavoroso Napoleão, aquele ímpio, que se exaltava como o Cedro do Líbano, em um abrir, e fechar de olhos foi precipitado do trono, a que o elevara o parricídio, e o crime dos *sansculots*, e ateus. A França, que por mais de vinte anos, foi o flagelo de si mesma, e da Europa inteira, a França tornada a si do frenético delírio da liberdade, e fraternidade do filosofismo revolucionário, assaz escarmentada do despotismo do Corso, ante quem dobrou os joelhos, como a um semideus, ah! A França com os braços abertos recebe agora o ilustre descendente de Henrique IV, o irmão do mártir Luís XVI. Sim, Luís XVIII sobe ao trono dos seus antepassados; por toda a parte se abatem as águias, e se arvoram as lizes, á bandeira tricolor substituem-se a branca, finalmente a paz há tantos anos desejada desce do céu sobre a terra.

– 7 –

Paris rendeu-se por capitulação aos soberanos aliados no dia 31 de março, neste mesmo dia Suas Majestades, Imperador da Rússia, e Rei da Prússia entram na capital do Império Francês. O Senado conservador criou um governo provisório no 19 de abril. A 2 o mesmo senado declarou ao povo francês que o Imperador Napoleão, e a sua família haviam perdido todos os direitos ao trono da França, e por consequência que o povo, e exércitos estavam absolvidos do seu juramento de fidelidade: a 6 de abril Napoleão, obrigado dos reveses da fortuna deu a sua renúncia do Império naquele mesmo palácio de Fontainebleau, onde em 27 de outubro de 1807, por um infame tratado, pretendia esbulhar o soberano de Portugal da sua Real Coroa, e fizera a partilha do seu Reino; naquele mesmo palácio, onde teve em custódia o Sucessor de S. Pedro, o Santíssimo Papa Pio VII! No mesmo dia 6 o Senado chamou para ocupar o trono da França a Luís Estanislau Xavier, e depois dele os outros

membros da real família dos Bourbons pela antiga ordem da sucessão: a 12 entrou em Paris Sua Alteza Real, Monsieur Carlos Filipe, conde de Artois, irmão do rei, como lugar-tenente de Sua Majestade Cristianíssima: a 15 fez a sua entrada na mesma capital Francisco II, Imperador d'Áustria: a 21 o Ex-Imperador Napoleão saiu de Fontainebleau para a Ilha d'Elba, no mar da Toscana, que os soberanos aliados lhe deram para a sua residência: a 3 de maio Sua Majestade Cristianíssima Luís XVIII entrou solenemente em Paris, vindo de Inglaterra, onde esteve asilado: a 4 chegou Napoleão à ilha d'Elba, e desembarcou em Porto Ferraio: a 13 entrou Sua Majestade Católica, Fernando VII, com seu irmão, e tio em Madri: a 30 assinou-se a paz geral, entre a França, e as potências beligerantes no Congresso de Paris.

– 8 –

Para render as graças a Deus Onipotente, Supremo Senhor do Universo, que na sua misericórdia se dignou suspender o terrível flagelo da guerra, a mais cruel, e desastrosa, com a repentina queda do imperial despotismo do mais perverso dos mortais, e dar a paz aos homens, restabelecendo no trono de S. Luís o seu digno sucessor, e legítimo soberano, houve por bem o Príncipe Regente Nosso Senhor mandar celebrar na sua Real Capela uma grande festividade com missa, sermão, e *Te Deum Laudamus* no dia 19 de junho, a qual festividade o mesmo augusto senhor assistiu em um riquíssimo trono, que se erigiu na capela-mor, estando acompanhado dos sereníssimos senhores, príncipe da Beira, e infante D. Miguel, e ocupavam a real tribuna fronteira a Princesa Nossa Senhora, e as reais infantas suas sereníssimas filhas, como também a sereníssima princesa do Brasil, viúva. Acharam-se presentes os ministros estrangeiros, a quem se assinou lugar nas tribunas, toda a Corte, e grande número de pessoas de todas as hierarquias em grande gala. Por tão plausível motivo se embandeiraram as fortalezas, e navios, tanto nacionais, como estrangeiros, neste, e nos dois dias seguintes, em cujas noites se iluminou o Real Palácio, e toda a cidade, sendo precedidas, e concluídas as luminárias com salvas, e repiques dos sinos da Real Capela, e das igrejas todas, para maior aumento da pública alegria. No dia 21, pelas onze horas, houve grande parada no Terreiro do

Paço; e, depois das salvas, e fogos de alegria, romperam os soldados, e o povo em grandes brados, dando vivas sobre vivas a Sua Alteza Real, o Príncipe Regente Nosso Senhor. Seguiu-se logo a cerimônia do cortejo público na real sala do dossel, onde o corpo diplomático, a Corte, e as pessoas mais distintas, eclesiásticas, civis, e militares, congratularam a Sua Alteza Real pelos motivos de tanto júbilo, e universal alegria, como se achar já a Europa, e o mundo inteiro livre do cruel tirano, que tanto perseguiu, e afligiu os reis, e os povos; estar restituída ao trono dos seus maiores a real família dos Bourbons; enfim, coroar-se de imortal glória a nação portuguesa, que tanto cooperou com o seu valor para o triunfo da liberdade da Europa, e sossego do mundo.

– 9 –

Querendo o Príncipe Regente Nosso Senhor, visto que já não há mais inimigos, dar a última perfeição à grande obra da franqueza do comércio do Brasil, e promover, quanto for possível, a prosperidade desta vastíssima, e fertilíssima região da América Meridional, dignou-se expedir e mandar publicar o seguinte decreto:

“Havendo os vigorosos, e unânimes esforços das Potências Aliadas obtido felizmente com o favor da Divina Providência os mais gloriosos, e extraordinários sucessos, que fizeram imediatamente cessar as hostilidades contra a França; e querendo Eu que os Meus feis Vassallos possam em consequência gozar, quanto antes, do grande bem, e vantagens de uma franca comunicação com todas as Nações: Sou servido ordenar que nos Portos dos Meus Estados não se impeça mais, desde a data deste Meu Real Decreto, a entrada dos Navios de quaisquer Nações, que a eles vierem, nem se embarace a saída das embarcações nacionais, que se houverem de destinar para os Portos de alguma delas, antes se facilitem, quanto for possível, todas as relações amigáveis, e de recíproco interesse, que se hajam de restabelecer entre os respectivos países. A Mesa do Desembargo do Paço o tenha assim entendido, e o faça publicar, remetendo este por cópia às Estações competentes, e afixando-o por Editais. Palácio do Rio de Janeiro, em 18 de Junho de 1814. Com a Rubrica do Príncipe Regente Nosso Senhor”.

– 10 –

Como pelo artigo 32 do Tratado de Paz, assinado em Paris, se tivesse convencionado entre as altas potências contratantes, que os soberanos aliados mandassem dentro de dois meses os seus plenipotenciários a Viena d'Áustria, para ali regularem em um Congresso Geral os arranjos necessários para a estabilidade da paz, e sossego da Europa; e devendo estar presentes neste Congresso os plenipotenciários do Príncipe Regente Nosso Senhor, como um dos soberanos aliados, que tanto concorreu para a queda de Napoleão, pelo valor das suas tropas, e sacrifícios dos seus vassallos; logo que Sua Alteza Real recebeu o tratado da paz geral nomeou seus plenipotenciários no Congresso de Viena os excelentíssimos conde de Palmela, D. Pedro de Sousa Holstein, o conselheiro Antônio de Saldanha da Gama, e D. Joaquim Lobo da Silveira, e como o primeiro, e terceiro nomeados se achassem na Europa, foi o segundo mandado sair a toda a pressa desta Corte para Londres, levando as credenciais, e as instruções, para no Congresso de Viena tratar, juntamente com os seus colegas, dos negócios do seu augusto amo, o Príncipe Regente de Portugal.

– 11 –

Mas entretanto que Portugal recebe com os braços abertos, com a mais completa alegria os seus valorosos guerreiros, que voltam do interior da França coroados de louros, e cobertos de glória, o Brasil começa a ver entrar nos seus portos os navios daquela mesma nação, cujo pavilhão tri-color por tantos anos assombrou os mares, e tantos danos causou ao nosso comércio. Os franceses, quem o diria, arvorando agora a bandeira branca, símbolo da paz, procuram os portos do Brasil, trazendo, em competência com os ingleses, os produtos das suas manufaturas, e indústria artificiosa, e levam em retorno os frutos dos nossos campos, e da nossa agricultura; e cedo começarão, ao exemplo dos mesmos ingleses, e de outros de diversas nações, a virem estabelecer-se nesta terra da Promissão, e a concorrer com os seus braços, talentos, e indústria para a prosperidade do Brasil, que o melhor dos soberanos tanto deseja promover.

– 12 –

Tendo vindo de Lisboa as Reais Bibliotecas da Coroa, e Infanta-do, foi Sua Alteza Real o Príncipe Regente Nosso Senhor servido destinar

para local do estabelecimento de ambas o hospital dos Terceiros do Carmo, não só por causa da vizinhança do Paço, mas também pela capacidade deste edifício o melhor que se podia encontrar para este fim, Pelo que se transferiu o hospital para o recolhimento de Nossa Senhora do Parto, e as meninas, que ali existiam, passaram a acomodarem-se no recolhimento da Santa Casa da Misericórdia. Depois de feitas as necessárias reparações neste edifício, e os arranjos próprios para o estabelecimento da Real Biblioteca, foi esta ali colocada, e confiada por Sua Alteza Real ao incansável zelo do r. p. Joaquim Dâmaso, da Congregação do Oratório de Lisboa, e fr. Gregório José Viegas, da terceira ordem de S. Francisco, por cuja ativa, e acertada direção a Real Biblioteca tem sido muito bem arranjada, e repartida por diversas salas, segundo as diferentes classes de objetos científicos, ou de literatura, de que tratam os livros, de que ela se compõe, os quais estão hoje por uma ordem muito metódica, e fácil de se encontrar qualquer deles, quando são procurados pelos estudiosos. Esta Real Biblioteca tem chegado de ser a primeira, e a mais insigne, que existe no Novo Mundo, não só pelo copioso número de livros de todas as ciências, e artes, impressos nas línguas antigas, e modernas, cujo número passa de sessenta mil volumes, mas também pela preciosa coleção de estampas, mapas, manuscritos, e outras ricas, e singulares coisas, que muito a enriquecem, e que cada vez mais se aumentam, mediante a munificência de Sua Alteza Real, que não cessa de enviar novas, e seletas obras, que nela se coloquem, e a ativa, e zelosa administração dos seus bibliotecários, que cada dia adquirem novos livros, e preciosidades literárias de todo o gênero.

– 13 –

O Príncipe Regente Nosso Senhor, querendo favorecer, e excitar o estudo das letras divinas, e humanas entre os seus vassallos do Brasil, franqueou esta sua livraria a todos os literatos, e estudiosos. Pelo que, exceto nos domingos, dias-santos e feriados por motivos de anos das pessoas reais, ou por alguma causa pública, está a Real Biblioteca sempre aberta, e patente, tanto de manhã, como de tarde, a todas as pessoas, que a querem frequentar, e onde acham todos bom acolhimento, e prontidão nas pessoas ali empregadas, que facilitam os livros, e tudo quanto precisam para os seus estudos. Ora, sendo o estabelecimento das bibliotecas públicas um dos

meios mais aptos, e eficazes para o progresso da literatura, aumento das artes, e difusão das ciências, achando-se reunido em um só lugar quase tudo, o que o espírito humano em todas as idades, e em todos os países, tem produzido de melhor, e de mais apurado gosto nas belas letras, nas artes liberais, e nas sublimes ciências, que benefício, que máximo benefício, não é o que Sua Alteza Real fez aos habitantes do Rio de Janeiro, franqueando a sua Real Biblioteca, e mandando abrir em benefício dos seus vassallos esta inexaurível fonte de conhecimentos, este inapreciável tesouro de riquezas intellectuais? Certamente, se na Europa, onde as artes, e ciências têm chegado ao ápice da perfeição, por onde as luzes se têm difundido com tanta profusão, onde há meios facilísimos de adquiri-las, e onde superabundam os livros por preços módicos, tantos, e tão grandes louvores se têm prodigalizado ao soberano, e às pessoas opulentas, que formaram e estabeleceram bibliotecas em benefício dos seus vassallos, ou concidadãos, que encômios, que louvores, que graças não devemos nós render ao nosso augusto soberano, que em um país, em tudo novo, relativamente a artes, e ciências, no qual os livros são ainda escassos, e por um preço exorbitante, franqueia tão benignamente aos seus vassallos a sua tão copiosa, e rica biblioteca?

– 14 –

Sendo presente ao Príncipe Regente Nosso Senhor a utilidade, que resulta ao seu real serviço, à boa administração da Justiça, e ao aumento da civilização dos povos do distrito de Maricá, que se criasse vila a povoação, e freguesia do mesmo nome: houve por bem Sua Alteza, pelo alvará de 26 de maio, erigir em vila a dita povoação, com o nome de vila de Santa Maria de Maricá, a qual terá por termo o terreno compreendido desde a barra da lagoa de Saquarema até à Ponta de Manditiba, dividindo-se pelo interior, pelas serras até chegar a fechar na barra da referida lagoa de Saquarema, ficando todo este território desmembrado dos termos da cidade do Rio de Janeiro, da cidade de Cabo Frio, e da vila de Santo Antônio e Sá, vulgarmente de Macacu, aos quais até agora pertencia. Outrossim foi Sua Alteza Real servido criar para governança da nova vila dois juizes ordinários, um juiz dos Órfãos, e dar-lhe uma Câmara, composta de três vereadores, um procurador do Conselho, e os mais officiaes necessários, como nas outras vilas deste Estado do Brasil, e conceder-lhe todas as fran-

quezas, prerrogativas, e privilégios das mesmas vilas, como também uma sesmaria de uma légua em quadro para o seu patrimônio, etc.

– 15 –

Pelo alvará de 19 de julho houve por bem Sua Alteza Real criar duas vilas na comarca de S. João d’El-Rei, na capitania de Minas Gerais, a saber: o arraial de Baependi, com a denominação de vila de Santa Maria de Baependi, ficando pertencendo ao seu termo o território da freguesia do mesmo nome, o da freguesia do Pouso Alto, e o da freguesia da Aiuruoca: e o arraial de Jacuí, com o nome de vila de S. Carlos de Jacuí, e ficará pertencendo ao seu termo o território atual da freguesia de Jacuí, e o da freguesia de Cabo Verde com os limites que presentemente têm. As duas referidas vilas, novamente criadas, houve por bem o Príncipe Regente Nosso Senhor dar para o seu governo dois juízes ordinários, um dos Órfãos, uma Câmara de três vereadores, e um procurador do Conselho, como também os mais escrivães, e oficiais, como nas outras vilas da mesma comarca de S. João d’el-Rei. Determinou, outrossim, que a cada uma destas duas vilas no seu respectivo território ficarão pertencendo as rendas, direitos, e contribuições, que estava em posse de cobrar a Câmara da vila da Campanha da Princesa, e que legitimamente lhe pertenciam: com a declaração, que não será prejudicado o donativo oferecido pelos povos à princesa do Brasil, a sereníssima senhora D. Carlota Joaquina, na conformidade da aceitação feita pela carta régia de 6 de novembro de 1800; mas cada uma das Câmaras, no distrito, que lhes fica pertencendo, o fará arrecadar, e entregar, como pediram em seus requerimentos. Às mesmas vilas concede Sua Alteza os mesmos privilégios de outras vilas, e além disto uma sesmaria de uma légua em quadra para seu patrimônio.

– 16 –

No mencionado alvará determinou o Príncipe Regente Nosso Senhor que ao termo da vila de S. João d’el-Rei fique pertencendo o território da freguesia das Lavras do Funil, e das duas filiais novamente eretas na povoação de Carrancas, e no arraial de Nossa Senhora das Dores, e, regulando o termo da vila da Campanha da Princesa, ordenou o mesmo real senhor que fique este constando dos territórios da freguesia da mencionada vila, da freguesia de Itajubá, e dos que pertencem às freguesias de

Sapucaí, Camanducaia, e Ouro Fino até aos limites, por onde parte, ou para o futuro deve partir, e confinar o sobredito termo com os distritos da comarca de S. Paulo.

– 17 –

Desejando o Príncipe Regente Nosso Senhor beneficiar os seus fiéis vassallos moradores da povoação da Barra do Jardim, na capitania do Ceará Grande, houve por bem erigir, pelo alvará de 30 de agosto, em vila a sobredita povoação, com o nome de vila de Santo Antônio do Jardim, a qual terá por termo o território, que até agora pertencia à freguesia, chamada da Missão Velha, o qual ficará desmembrado do termo da vila do Crato; e para seu governo foi servido Sua Alteza Real criar dois juizes ordinários, um dos Órfãos, uma Câmara, composta de três vereadores, procurador, e escrivão, como também os mais oficiais, como têm as outras vilas do Brasil; e para seu patrimônio concedeu uma sesmaria de uma légua em quadro, ou quatro de meia légua onde as houverem devolutas, etc.

– 18 –

Sendo do real agrado do Príncipe Regente Nosso Senhor render ao Onipotente as devidas graças pela liberdade do Santíssimo Papa Pio VII, e pela faustíssima entrada de Sua Santidade na capital do orbe católico no dia 27 de maio do corrente ano, acontecimento interessante a todos os fiéis, que o reconhecem por Supremo Pastor da Igreja, Sucessor de S. Pedro, e Vigário de Jesus Cristo sobre a Terra; baixou Sua Alteza com os sereníssimos senhores príncipe, e infante, acompanhados da toda a Corte, à Real Capela no dia 28 de outubro, em cuja augusta presença se cantou com grande pompa uma missa solene em pontifical, a que se seguiu a oração gratulatória, que recitou o p. m. fr. Francisco de Santa Teresa Sampaio, religioso franciscano, e pregador régio, rematando-se esta devota festividade com o hino de graças, excelentemente desempenhado pelos músicos da Real Capela. Sua Alteza Real, em demonstração do seu júbilo, e filial amor, que consagra ao Soberano Pontífice, mandou que se iluminasse na noite deste dia todo o seu Real Palácio, e Capela; e posto que não tivesse precedido ordem, ou aviso público, foi quase geral a iluminação em toda a cidade, acompanhada dos repiques dos sinos dos conventos, e demais

igrejas, e precedida das salvas da Fortaleza da ilha das Cobras, que também salvou na ocasião da missa pontifical.

– 19 –

Por este motivo tão fausto a toda a Igreja, e de tanto prazer para todos os verdadeiros fiéis, o excelentíssimo e reverendíssimo nuncio apostólico nesta Corte do Brasil, monsenhor Lourenço Caleppi, arcebispo de Nizibi, fez no dia seguinte 29 de outubro uma grande festa na igreja dos monges beneditinos, na qual pontificou o d. abade do mosteiro, e pregou o r. p. m. fr. José Policarpo. Sua Alteza Real se dignou condescender com os desejos do excelentíssimo nuncio de Sua Santidade, e dirigiu-se em grande estado ao mesmo mosteiro, acompanhado dos seus augustos filhos, e onde esperavam a Suas Altezas Reais quase toda a Corte, o corpo diplomático, e as pessoas mais distintas desta cidade, para assistirem à mesma solenidade por prévio convite de Sua Excelência Reverendíssima.

– 20 –

Também por esta mesma causa da liberdade do nosso Santíssimo Padre Pio VII, a venerável irmandade dos clérigos desta Corte cantou no domingo 6 de novembro na sua igreja de S. Pedro uma missa solene, e *Tē Deum*, com muita pompa, e magnificência, presidindo a todo este ato o excelentíssimo e reverendíssimo bispo diocesano, e capelão-mor de Sua Majestade Fidelíssima, D. José Caetano da Silva Coutinho. Cantou a missa o reverendíssimo cônego, vigário de Santa Rita, José Caetano Ferreira de Aguiar, e pregou o reverendo prof. régio de filosofia racional, e moral, Januário da Cunha Barbosa, pregador de Sua Alteza, que muito satisfez o seu nobilíssimo auditório.

– 21 –

Concluiremos este maravilhoso ano de 1814 com o prazer, com que se festejou o dia 17 de dezembro, natalício de Sua Majestade Fidelíssima, a Rainha Nossa Senhora. As salvas das fortalezas, e navios de guerra, logo ao nascer do sol despertaram a alegria nacional; e pelas onze horas entrou no Terreiro do Paço o corpo militar com o seu costumado garbo, e asseio; e, depois de formar a grande parada, deu as salvas, e as descargas,

soando ao mesmo tempo os vivas a Sua Majestade, e os aplausos do povo, que por toda a parte correspondia às vozes dos soldados: seguiram-se depois as salvas das fortalezas, e embarcações reais, que se achavam todas embandeiradas, tanto no meio da baía, como na frente do cais. Entretanto o Príncipe Regente Nosso Senhor recebeu na sala do grande dossel os cumprimentos do corpo diplomático, e foi servido dar beija-mão à Corte, e ao numeroso concurso de pessoas mais distintas dentre os seus vassallos, que em grande gala concorreu ao Paço, para cumprir este dever de vassalagem, respeito, e amor, que toda a nação portuguesa tributa, e consagra a tão augusta soberana. Ao pôr-do-sol houve outra salva real das fortalezas, e embarcações de guerra; então se recolheram as bandeiras, que por todo o dia tremularam em aplauso deste faustíssimo dia. O Príncipe Regente Nosso Senhor, em obséquio da sua augusta mãe, a Rainha Nossa Senhora, foi servido fazer muitas mercês aos seus vassallos, como constam das listas, que se publicaram pelas três secretarias de Estado, e destas as mais eminentes são as seguintes: o Doutor João de Magalhães Avelar, lente de prima da Faculdade de Cânones da Universidade de Coimbra, bispo do Porto; José Caetano de Lima, vice-almirante da Armada Real, grã-cruz da Ordem de S. Bento de Aviz; Joaquim José Monteiro Torres, vice-almirante dito, grã-cruz efetivo da Ordem da Torre e Espada; Antônio de Araújo e Azevedo, ministro, e secretário dos Negócios da Marinha, e Domínios Ultramarinos; Rodrigo Pinto Guedes, e Inácio da Costa Quintela, vice-almirantes, grãs-cruzes honorários da Ordem da Torre e Espada.

.....
Ano de 1815

– 1 –

TENDO-SE concluído nos fins do ano antecedente a grande obra do novo Erário Régio (em cujo espaçoso edifício também se inclui a oficina da Real Casa da Moeda); no começo deste ano passaram os oficiais de ambas estas repartições a exercerem ali os seus respectivos empregos. Este amplo, e magnífico edifício está isolado entre duas ruas, e outras tantas travessas, como convém para a segurança do Real Tesouro. A sua frente principal é na Rua da Lampadosa (hoje rua do Erário); o lado esquerdo, que todo é ocupado pela oficina da moeda, corre ao longo de uma travessa, que de propósito se abriu, cortando-se os fundos dos quintais das casas da rua do Alecrim; pelo lado direito, onde estão as salas das contadorias, por ora tem a casa da lapidação dos diamantes; e por detrás desta um terreno, onde se projetam novos edifícios, que ficarão separados das casas vizinhas por outra travessa, que igualmente seguirá até à rua de S. Jorge. Nesta rua o edifício do Real Erário faz outra frente com treze janelas com grades de ferro, e aqui vai estabelecer-se a tesouraria geral das tropas, e outras repartições do real serviço. A frente principal está dividida por seis pilastras, entre as quais se contam três janelas com grades de ferro, exceto entre as duas do centro, que somente tem uma janela mais alta, e espaçosa; e este corpo do meio termina com seu frontispício, no qual estão as armas reais; e sobre as pilas-

tras descansam seis pirâmides. O interior deste nobre edifício corresponde aos fins, para que se construiu, e as salas principais respiram grandeza, e magnificência no seu adorno. Foi esta obra encomenda, há mais de trinta anos, pelo vice-rei, Luís de Vasconcelos e Sousa depois conde de Figueiró), para nela estabelecer-se um museu de história natural, e naquele tempo era designada com o nome de Casa dos Pássaros; depois da retirada deste vice-rei ficou suspensa a construção do edifício, ou pouco se adiantou nos subsequentes vice-reinados, até que o Príncipe Regente Nosso Senhor, depois da sua feliz chegada a esta capital, mandou continuar a fábrica do edifício com o destino, que hoje tem, debaixo da direção do ilustríssimo barão de S. Lourenço, tesoureiro-mor do Real Erário, que desempenhou a suprema vontade de Sua Alteza Real, dando a esta cidade um dos seus ornatos pelo elegante prospecto, e vastidão do edifício.

– 2 –

Para a antiga casa do Erário foi removido o Banco do Brasil da em que se estabelecera no seu princípio, para cujo fim se fizeram grandes reparações, e novas acomodações, havendo-se reparado uma grande parte dela para o expediente da Alfândega, cujos armazéns grandemente se aumentaram, construindo-se de novo a maior parte deste edifício público, de sorte que a Alfândega desta Corte presentemente já não tem que invejar a nenhuma outra, tanto em acomodação, e bom resguardo das fazendas, que nelas se recolhem, como na expedição do despacho; o que muito concorre para maior extensão, e facilidade do giro do comércio, tanto nacional como o estrangeiro; e, por consequência, para aumento da prosperidade do Brasil. Na verdade admira a prodigiosa quantidade de efeitos, que depois da liberdade, e franqueza, que Sua Alteza Real houve por bem conceder ao Brasil, de comerciar com as nações estrangeiras, admitindo-as nos seus portos, em cada ano entra, e se guarda, e se despacha nesta Alfândega, que, apesar da sua tão aumentada vastidão, e continuado despacho por diferentes meses, está sempre cheia, e atulhada de fazendas; não havendo quase dia algum, em que não entrem pela barra navios nacionais, e estrangeiros, que vêm depositar neste sagrado recinto os produtos da natureza, e da indústria de quase todo o globo, e levam em retorno os nossos efeitos, a que chamam coloniais, crescendo desta sorte as rendas do Estado com os estabelecidos

direitos de importação, e exportação. Além do grande aumento material do edifício da Alfândega, criou o Príncipe Regente Nosso Senhor novos ofícios para o pronto expediente desta tão interessante casa, e atualmente tem ela a mesa grande, a da balança, a da estiva, e a da descarga, com os seus respectivos empregados, como juízes, administradores, escrivães, conferentes, guardas, etc., subordinados todos ao ilustríssimo conselheiro Luís José de Carvalho e Melo, desembargador do Paço, juiz, e ouvidor da mesma Alfândega, cujo zelo, patriotismo, e consumados conhecimentos muito têm influído para o bem do real serviço, aumento do país, e crédito desta administração, ainda mesmo entre os estrangeiros.

– 3 –

Passando ao Arsenal Real da Marinha, não posso deixar em silêncio o quanto se tem aumentado este em novos edifícios, oficinas, armazéns, etc.; e posto que não estejam ainda completas todas as obras começadas, contudo bem se conhece a notável diferença do que foi o arsenal há oito anos, ao que é hoje, e virá a ser depois de concluídas as obras principiadas, e outras, que se projetam, como um longo cais, que o cercará todo pela parte do mar, sólidos, e espaçosos armazéns para depósito das munições navais, salas para o expediente dos negócios desta repartição, aulas do ensino náutico, etc. Já muito brilha ali uma devota capela, dedicada a S. João Batista, para nela satisfazerem o preceito da missa as pessoas empregadas no mesmo arsenal, e os presos, que ali trabalham; sendo muito para admirar o quanto se tem cortado da rocha, sobre a qual assenta o mosteiro de S. Bento, não só com o fito de se alargar o terreno, mas também de se aproveitar a pedra para esta grande obra.

– 4 –

Levando daqui as nossas vistas para o espaçoso, e alegre Campo de Santana, ali, no lado setentrional, vemos principiado, e já com muito aumento, um extenso e soberbo edifício, destinado para quartéis do segundo regimento da guarnição desta Corte. É este de figura quadrada, e cada lado terá de noventa a cem braças de comprimento; nos quatros ângulos há de ter outros tantos corpos de dois andares com seis janelas com grades de ferro, dos quais já está completo o do lado esquerdo da frente principal, que olha para o Campo. Dentro do seu recinto fica uma grande praça

também quadrada, onde dizem se levantará um chafariz, para cômodo dos soldados. Depois de concluída esta grande fábrica se poderão acomodar ali os três regimentos de linha, que atualmente guarnecem esta capital.

– 5 –

No lado fronteiro ao mencionado aquartelamento, no espaço do Campo, que medeia entre a Rua do Conde, e o caminho, que segue da Rua do Alecrim a entrar na estrada do Areal, por ordem do Príncipe Regente Nosso Senhor, ilustríssimo conselheiro, intendente-geral da polícia, deu princípio à fatura de um novo Passeio Público, que por ora se acha cercado com gradamento de madeira fixo em pilares de tijolo, distantes uns dos outros coisa de duas braças e meia, e de seis palmos de altura. A figura do terreno cercado é quadrangular, e terá cada um dos seus lados cem braças de extensão: quando este novo Passeio estiver todo plantado de arvoredo, alinhadas as suas ruas, e bordadas de flores, como se projeta, será certamente um jardim muito ameno, e delicioso, digno da frequência do público, e um local assaz próprio para nele se darem festas reais nas ocasiões dos grandes acontecimentos, que interessam à nação, não só por estar situado no centro da cidade, como também pelo desafogo do espaçoso Campo de Santana, que fica na sua frente, e que se estende por mais de cento e cinquenta braças em quadro até à igreja de Santa Ana. Neste mesmo Campo, porém mais próximo à mencionada igreja, e mais vizinho ao lado ocidental, onde começa a cidade nova, se está construindo uma grande fonte toda de cantaria lavrada, com dois tanques nos lados, para dar água ao povo naquele lugar, e dali distribuir-se por diferentes fontes, que se projetam construir em diferentes bairros da cidade.

– 6 –

Acaso limitar-se-á no Rio de Janeiro a metamorfose política? Não, certamente; ela é quase geral por todo o Brasil: por toda a parte se difunde a benigna influência do luminoso astro, que o esclarece, e o vivifica com a sua augusta, e real presença. Na cidade da Bahia assaz se tem desenvolvido o patriotismo dos seus habitantes, não só em melhorar, e fortificar aquela antiga metrópole do Brasil, mas também em fazer prosperar a agricultura, estender o seu comércio, e animar a indústria. Ali se edificou um novo teatro, estabeleceu-se uma biblioteca pública; ali trabalha uma

tipografia, de cuja oficina já começam a sair à luz proveitosas obras, ali se erigiu uma fábrica de vidros, e se têm feito grandes reformas nos engenhos de açúcar; ali, atualmente se está construindo uma magnífica praça de comércio; ali finalmente gemem os estaleiros com o peso de novas quilhas.

– 7 –

Passando a Pernambuco, este terceiro empório do Brasil, que tão florente se acha atualmente pela cultura, e comércio do seu algodão, o mais excelente, e preferido pelos estrangeiros, vemos que cedo padeceria a mais fatal desgraça pela progressiva ruína do seu porto, a não acudir-lhe prontamente a poderosa mão do Príncipe Regente Nosso Senhor, que, pela carta régia de 28 de abril, ordenou que se prosseguisse metódica, e regularmente os trabalhos, que o mesmo real senhor tinha mandado ensaiar, para melhorar o mencionado porto do Recife, com o fim de destruir, ou pelo menos diminuir, quanto seja possível, e banco de areia, que com o tempo se tem formado, tanto pelas areias, que o rio Capibaribe acarreta, como pelas que os mestres dos navios imprudentemente lançam dos lastros das embarcações; e que se empreguem todas as mais diligências possíveis, para dirigir o curso das águas ao ponto da barra, de maneira tal que se torne fácil, e segura, assim à entrada, como à saída dos navios já completamente carregados; e se dê a um porto de tanto comércio a vantagem, de que o seu rico mercado o torna susceptível. Mas atendendo Sua Alteza Real, que para esta obra de tão manifesta utilidade para a navegação, assim nacional, como estrangeira, são necessárias grandes despesas, além daquelas, que mandou fazer por conta da Real Fazenda, houve por bem, pelo alvará da mesma data da carta régia, ordenar que na Alfândega do Recife se perceba o imposto de oitenta réis por tonelada de todos os navios de coberta, que naquele porto entrarem, tanto nacionais, como estrangeiros, o qual imposto será recebido pelo tesoureiro do cofre, que para esse fim se há de estabelecer; e, concluídas que sejam as obras, ficará cessando e dito imposto.

– 8 –

O dia natalício do Príncipe Regente Nosso Senhor em 13 de maio do presente ano foi festejado com aquele mesmo prazer público, e geral aplauso, com que os seus leais vassallos têm sempre ostentado o seu respeito, fidelidade, e amor, que por tantos títulos são devidos a tão grande

príncipe. Pelas onze horas entrou para o largo do Paço a tropa de linha das três armas, e juntamente os regimentos de milícias, e ali houve a grande parada do costume, dando-se as salvas, e descargas com muitos vivas, e outras demonstrações da alegria nacional; e imediatamente se seguiram as salvas das fortalezas, e embarcações de guerra. Depois destes solenes obséquios deu o Príncipe Regente Nosso Senhor audiência ao corpo diplomático, e beija-mão à Corte, e a grande número das pessoas mais distintas de todas as classes, que em grande gala concorreram a prestar ao soberano as suas felicitações por um motivo, que tanto interessa a toda a monarquia portuguesa, em um, e outro hemisfério.

– 9 –

Sua Alteza Real, em demonstração do seu prazer, foi servido mandar publicar neste faustíssimo dia muitos despachos, e mercês: promoveu muitos lugares vagos de principais, mosenhores, cônegos, e beneficiados na Santa Igreja Patriarcal de Lisboa: nomeou viadores da Princesa Nossa Senhora os viscondes da Asseca, e de Barbacena; viador da sereníssima senhora princesa viúva, D. Maria Francisca Benedita, o conde da Ribeira Grande: deu os títulos de visconde de Mirandela a Antônio Doutel d'Almeida; e de Ervedosa a Antônio Correia de Castro e Sepúlveda: e liberalizou outras muitas graças, como comendas, hábitos das Ordens de Cristo, de Aviz, da Torre e Espada, lugares de magistratura, postos militares, etc.

– 10 –

Sendo constante em o Príncipe Regente Nosso Senhor o desvelo, com que procura felicitar os povos do Brasil, querendo que eles gozem com quietação, e sem maiores despesas dos bens, que resultam da boa, e pronta administração da Justiça, das vantagens, que se derivam da civilização, e do respeito às leis, e de outras muitas utilidades, que provêm da sociedade civil bem regulada, foi servido criar neste ano novas comarcas, e vilas, e dar juizes letrados a outras, que exigiam esta saudável providência, como se verá dos diplomas seguintes, que passo a mencionar: pelo alvará de 17 de maio Sua Alteza Real houve por bem criar uma nova comarca no distrito da vila de Paracatu, desmembrando-se da comarca do Sabará, pela grande distância, em que ficam as povoações daquele distrito, e pelas dificuldades da passagem do rio de S. Francisco, do que resultava não se

poder fazer por muito tempo as necessárias correições ordenadas pelas leis; e em lugar do juiz de fora, que havia na vila de Paracatu, criou Sua Alteza um ouvidor-geral, e ordenou que os limites da nova comarca fossem o rio de São Francisco, e o rio Abaeté do Sul, e das suas cabeceiras pela divisão, que formam as vertentes das serras até à extrema da capitania das Gerais, e que destes limites lhe pertencerá todo o território, até confinar com as capitanias de Goiás e de Pernambuco, etc.

– 11 –

Pelo alvará de 30 de maio o Príncipe Regente Nosso Senhor foi servido criar uma nova comarca, e ouvidoria-geral na cidade de Olinda, cujo território será composto da cidade, e seu termo, e das vilas, e termos de Iguaçu, Pau-d'Alho, Limoeiro, e Goiana, os quais houve Sua Alteza por desmembrados, os primeiros da comarca de Pernambuco e o último da comarca da Paraíba. E julgando o mesmo real senhor não convir que o juiz de fora de Pernambuco, e que o é na vila do Recife, exercite jurisdição em diversa comarca, foi servido ordenar que o juiz de fora mencionado não exercite jurisdição alguma na cidade de Olinda, e seu termo, e que na Câmara se proceda à eleição de dois juízes ordinários e um dos Órfãos, segundo as leis, etc.

– 12 –

Sendo presente a Sua Alteza Real o quanto era conveniente erigirse em vila a povoação do Brejo d'Areia, situada no termo da vila de Monte-Mor na comarca da Paraíba do Norte, por ser muito populosa, e estar distante vinte e duas léguas da outra vila, o que muito dificultava o recurso dos povos, e a pronta execução das leis: foi servido pelo alvará de 18 de maio criar vila a dita povoação com a denominação de Vila Real do Brejo d'Areia, a qual terá dois juízes ordinários, um dos Órfãos, uma Câmara, e os mais oficiais, como nas outras vilas deste Estado, e gozará dos mesmos privilégios conforme as leis; e terá por termo o território que se acha determinado para a freguesia que novamente foi secreta na mesma povoação.

– 13 –

Condescendendo o Príncipe Regente Nosso Senhor com o requerimento dos moradores do lugar de Itapemirim da comarca do Espírito Santo, pedindo a Sua Alteza Real, que o erigisse em vila, por ser bastan-

temente populoso, e apto para se aumentar em habitantes pelas comodidades, que oferece a navegação do rio Itapemirim, em cujas margens está situado, e pela fertilidade dos terrenos, que lhe são contíguos; e também por ser incômodo o recurso daqueles povos à vila Guarapari, por lhe ficar de permeio o termo da vila de Benevente: houve por bem criar pelo alvará de 27 de junho o dito lugar de Itapemirim com o nome de vila de Itapemirim e dar-lhe dois juizes ordinários, um dos Órfãos, Câmara, e as mais Justiças, e oficiais dela, como nas outras vilas, e gozando dos mesmos privilégios; e ficará por termo à referida vila o distrito da freguesia atual de Nossa Senhora do Amparo; se lhe destinará um terreno até meia légua em quadro para a extensão dos seus edifícios rossio e logradouro dos seus moradores; e, onde houver terreno devoluto, se lhe dará para seu patrimônio uma sesmaria de uma légua, etc.

– 14 –

Sua Alteza Real, tendo em consideração que a cidade de Cabo Frio é antiga, e que a vila de Macaé fora criada em parte do termo, que antes lhe pertencia, e querendo fazer mercê a uma, e outra, houve por bem criar um lugar de juiz de fora do Cível, Crime, e Órfãos nas referidas cidades de Cabo Frio, e vila de S. João de Macaé, pelo alvará de 20 de maio.

– 15 –

Pelo alvará de 15 de julho o mesmo augusto e real senhor, a requerimento dos moradores da vila de Pitangui, comarca do Sabará, foi servido criar naquela vila o lugar de juiz de fora do Cível, Crime, e Órfãos, assinando por termo da sua jurisdição o distrito, que atualmente tem, e além deste o chamado de São Sebastião, que lhe fica pertencendo pela divisa estabelecida para a nova comarca de Paracatu.

– 16 –

Finalmente Sua Alteza Real informado da necessidade, em que se acham os moradores da vila, e termo do Penedo, comarca das Alagoas, de um juiz letrado, que lhes administre a Justiça, promova naquele território, em que vivem 13 a 14 mil habitantes, a civilização, respeito às leis, e o aumento da agricultura, e do comércio, que já de muitos tempos tem ali principiado pela navegação do rio de S. Francisco, e pode ser levado a

maior auge em razão dos diversos gêneros, que por este rio podem ser exportados; e sendo também presente a Sua Alteza Real, que as povoações de Porto das Pedras, e de Maceió, pela sua população, e local, se fazem merecedoras de serem criadas vilas; e querendo o mesmo augusto senhor que todos os seus vassallos participem dos seus reais cuidados, e benefícios, pelo alvará de 5 de dezembro houve por bem criar na vila do Penedo um lugar de juiz de fora do Cível, Crime, e Órfãos, com o mesmo ordenado, aposentadoria, e propinas, que vence o juiz de fora da vila do Recife de Pernambuco. E outrossim criar vilas as ditas povoações de Maceió, e Porto das Pedras, dando-lhes juízes ordinários, Câmaras, e os mais oficiais como nas outras vilas deste Estado. A vila de Maceió terá por termo todo o território, que decorre até à barra das Alagoas, e daí até aos rios de Santo Antônio o Grande, e Mandaú, que fica desmembrado da vila das Alagoas. A vila de Porto das Pedras terá por termo todo o território, que existe aquém do rio Manguaba até ao rio de Santo Antônio o Grande, ou à Paripueira exclusivamente, que fica desmembrado da vila de Porto Calvo, etc.

– 17 –

Aos 8 do mês de junho aprovou, ratificou, e confirmou o Príncipe Regente Nosso Senhor nesta Corte do Rio de Janeiro a convenção, que no seu real nome, e no de Sua Majestade Britânica, fizeram os plenipotenciários de ambos os soberanos em Viena d'Áustria aos 21 de janeiro, para terminar as questões, e indenizar as perdas dos vassallos portugueses no tráfico dos escravos africanos. Pelo primeiro artigo estipulou-se, que se pagaria em Londres a soma de trezentas mil libras esterlinas àquela pessoa, que Sua Alteza Real nomeasse para recebê-la, a qual soma formará um fundo destinado, debaixo daqueles regulamentos, e pelo modo que Sua Alteza Real ordenasse, para satisfazer as reclamações feitas dos navios portugueses apresados pelos cruzadores britânicos antes do 1º de junho de 1814: pelo segundo artigo se estipulou que a referida soma se considerará como pagamento total de todas as pretensões provenientes das ditas capturas; renunciando Sua Majestade Britânica intervir de modo algum na disposição deste dinheiro. Desta sorte terminou com decoro, e alta consideração da Coroa Portuguesa, esta tão escandalosa, e injusta agressão dos cruzadores ingleses ao comércio português, sob o pretexto de princípios filantrópicos,

ou, como eles proclamam, da causa da humanidade: pretexto falso, caviloso, e injusto, e sobretudo atentatório da majestade soberana.

– 18 –

No mesmo dia 8 de junho igualmente aprovou, ratificou, e confirmou o Príncipe Regente Nosso Senhor o tratado da abolição do tráfico de escravos em todos os lugares da Costa d'África ao norte do Equador, feito em Viena aos 22 de janeiro pelos plenipotenciários de ambos os soberanos, o Príncipe Regente de Portugal, e Sua Majestade Britânica. Pelo primeiro artigo fica sendo proibido a todo e qualquer vassalo da Coroa Portuguesa o tráfico e compra de escravos em qualquer parte da Costa d'África ao norte do Equador: pelo segundo artigo o Príncipe Regente Nosso Senhor se obriga a adotar, de acordo com Sua Majestade Britânica, aquelas medidas, que possam melhor contribuir para a execução efetiva deste ajuste; e Sua Majestade Britânica se obriga impedir, que se cause qualquer estorvo às embarcações portuguesas, que se dirigirem a fazer o dito comércio ao sul da Linha, ou nos seus próprios territórios, ou naqueles, sobre os quais reservou os seus direitos no tratado de Aliança: pelo terceiro artigo se declara nulo, e de nenhum efeito o dito Tratado de Aliança, por ser fundado em circunstâncias temporárias, que felizmente deixaram de existir: pelo quarto artigo as duas altas partes contratantes se reservam, e obrigam a fixar por um tratado separado o período, em que o comércio dos escravos haja de cessar universalmente, e de ser proibido em todos os domínios de Portugal: pelo quinto artigo Sua Majestade Britânica convém em desistir da cobrança de todos os pagamentos, que ainda restem por fazer para a completa solução do empréstimo de seiscentas mil libras esterlinas em Londres por conta de Portugal em 1809. Por um artigo adicional convencionou-se que, no caso de algum colono português querer passar dos estabelecimentos da Coroa de Portugal na Costa d'África ao norte do Equador com os seus escravos, *bona fide* seus domésticos, para qualquer outra possessão da Coroa de Portugal, terá a liberdade de fazê-lo, logo que não seja a bordo de navio armado para o tráfico, e que venha munido dos competentes passaportes, conformes à norma, que se ajustar entre os dois governos. Os plenipotenciários do Príncipe Regente de Portugal foram os excelentíssimos conde de Palmela, Antônio de Saldanha da Gama, e D.

Joaquim Lobo da Silveira; e da parte de Sua Majestade Britânica o excellentíssimo visconde Castlereagh.

Mater leaena... tulit unum de leunculis suis, leonem cunstituit eum, Qui incedebat inter Leones, et faetus est Ieo: et dedit prmdam capere, et homines devorare: didicit viduas facere, et civitates eorum, ix desertum adducere; et desolata est terra, et plenitudo ejus a -voce rugitus illius. Et convenenxnt adversuø eum gentes iindique de provinciis, et expandcrunt super eum rete sulult in vulneribus eariun captus est. Et mniserunt euin lii caveam, in catenis adduxerunt eum ad Regem Babylonis, misenuitque eurn in carcerem, no audietur vox ejus ultra super montes Israel.

Ezeq. Cap. 19.

– 19 –

Pelo paquete inglês, chegado a este porto do Rio de Janeiro a 23 de maio, fez-se pública a perturbação, em que de novo se acha a França, e a Europa inteira. Napoleão Bonaparte, não contente com o Principado da ilha de Elba, que lhe fora dada pela generosidade dos soberanos aliados, e saudoso do grande Império, que perdera, surge daquela para ir recuperar este, e desembarca na costa da Provença no dia 1º de março, acompanhado de mil dos seus soldados veteranos, tão danados, e perversos como o pavoroso chefe, que os guiava. A presença deste monstro eletriza os franceses inconstantes, e tantas vezes perjuros; quase todos desamparam o seu rei, que precipitadamente se retira para a Holanda, Napoleão entra como em triunfo em Paris a 20 de março, e logo por todo o território francês soam os vivas ao Imperador, desenvolvem-se as águias, o tope nacional, e a bandeira tricolor. Soubemos ao depois por outras embarcações, que sucessivamente têm chegado da Europa, que as potências, que assinaram no ano passado em Paris o tratado da paz geral, e atualmente juntas no Congresso de Viena, informadas da fuga de Napoleão da sua ilha de Elba, e entrada violenta deste tirano na França, contra a convenção feita com ele, e assinada por seu próprio punho, o declaram no dia 13 de maio privado da proteção da lei, posto fora do grêmio das relações sociais, e responsável à vingança pública, como inimigo, e perturbador da tranquilidade do Mundo. Com artes do mais refinado hipócrita procura Napoleão enganar os soberanos da Gran-

de Aliança, fazendo-lhes proposições de paz, e promessas de renunciar o seu antigo sistema político, mas não sendo ouvido, nem atendido, antes rejeitado, e desprezado por todos, começa por representar na infeliz França novas farsas de Campo de Maio, Constituição, juramentos, entrega de águias, e outras momices, com que se iludem homens de cabeças leves, e que neste século campam por ilustrados. Entretanto a Europa se põe em armas, e desde o Tejo até o Volga por toda a parte os horizontes começam a cobrir-se de negras nuvens, ameaçando a mais horrível tempestade.

– 20 –

Com efeito Napoleão, tendo junto um formidável exército, marchou animoso para os Países-Baixos, com ânimo de atacar, e destruir o exército combinado inglês, holandês, e prussiano, que perto de Bruxelas estava acantonado à espera dos russos, e austríacos, que vinham em marcha, para se reunirem todos nas fronteiras da França, e penetrarem depois por diferentes pontos até Paris. Travou-se o combate primeiramente com os prussianos no dia 17 de junho, e no seguinte dia 18 com os ingleses, holandeses, e também prussianos nos campos de Waterloo, onde Napoleão, que comandava em pessoa, foi inteira, e completamente derrotado pelo invencível lorde Wellington. Desta sorte o tirano da França, o inimigo da Europa, o perturbador do Mundo representou o último ato da sua tragédia imperial, perdendo muitos milhares dos seus invencíveis, toda a artilharia, o Império usurpado, e talvez perdesse a vida se não fosse dos primeiros em fugir. A providência, que destinara lorde Wellington para ser o primeiro, que abateu a arrogante invencibilidade dos franceses no Vimeiro em Portugal, destinou-o também para ser o último, que consumasse a total ruína do seu onipotente Imperador.

– 21 –

Paris segunda vez se humilha, e levanta as mãos, pedindo misericórdia aos vencedores, de novo detesta o seu ídolo tão insaciável de sacrifícios humanos; os generosos soberanos tornam a entrar naquela capital com o ramo de oliveira nas mãos, porém coroados de louro: Luís XVIII volta a ocupar o trono de Henrique IV, e de S. Luís, entanto que Napoleão, fugindo amedrontando, só procura escapar-se dos seus inimigos, passando-se para a América a refugiar-se nos Estados Unidos. Mas os

ativos, e vigilantes britânicos, que lhe tinham armado a rede pela banda do mar, frustraram a sua evasão; e, vendo-se quase pilhado pelos que em seu seguimento iam, resolveu-se fazer da necessidade virtude, entregando-se voluntariamente aos ingleses. Novo Temístocles invocando as leis, e a generosidade da nação inglesa a seu favor, parte do porto de Rochefort para bordo da nau *Bellerophon*, a cujo comandante entregou a sua imperial pessoa a 15 de julho! Eis o leão coroado, filho da cruel leoa, a Revolução Francesa, levada ao grande Rei de Inglaterra, que, sem permitir que pusesse pé na sua afortunada ilha, o mandou passar no dia 7 de agosto para a nau *Nortumberland*, e sai nela conduzido para a ilha de Santa Helena, no meio do vasto oceano entre os dois Mundos! Tendo pelo oriente, e pelo ocidente as possessões, e Estados daquele mesmo príncipe soberano, cujos remos, e vassalo Bonaparte tanto flagelaram, e a quem proclamou descaído do trono em 1807; mas que desde o dia 18 de outubro deste presente ano de 1815, em o qual desembarcou no solitário rochedo destinado para a sua morada até à morte, pôde de lá contemplar, cheio de inveja, e de remorsos, a este augusto príncipe conservado no seu trono de Portugal pelo amor, e valentia dos seus leais vassalos, e igualmente felicitando o Brasil com a sua augusta presença, e promovendo com a sua sabedoria a prosperidade, e grandeza destes seus Estados Americanos. Entretanto viva o senhor ex-Imperador dilatados anos na sua ilha, e não perturbe mais o mundo, nem se ouçam jamais os seus rugidos sobre as montanhas de Israel.

– 22 –

Enquanto aconteciam estes portentosos fenômenos políticos, o célebre Congresso de Viena, composto dos plenipotenciários dos soberanos da Europa, entre os quais tinham muito distinto lugar os de Sua Alteza Real, o Príncipe Regente de Portugal Nosso Senhor, completaram os arranjos, que julgaram necessários no estado, em que ficou a Europa depois da última guerra, e reuniram em um tratado comum os resultados das suas conferências, e negociações, e os ratificaram com as suas assinaturas aos 9 de junho, deste presente ano. Os artigos pertencentes aos negócios de Portugal, e do Brasil são os seguintes: Art. CV. As potências aliadas obrigam-se a empregar todos os ofícios para que, o mais brevemente possível, se restitua ao Príncipe Regente de Portugal, a vila de Olivença, e mais

territórios cedidos à Espanha pelo Tratado de Badajoz em 1801. Art. CVII. Sua Alteza Real, o Príncipe Regente de Portugal, querendo manifestar a alta consideração, que tem por Sua Majestade Cristianíssima, concorda em restituir a Sua Majestade a Guiana Francesa até o rio Oiapoc, cuja foz está situada entre os quatro e cinco graus de latitude do norte: limite, que Portugal sempre considerou ser, o que havia sido designado pelo Tratado de Utrecht. Art. CVIII. O tempo em que se deve restituir esta colônia será determinado, quando as circunstâncias o permitirem, por ajuste particular entre as duas Cortes.

– 23 –

Pelo benéfico alvará de 11 de agosto o Príncipe Regente Nosso Senhor houve por bem declarar, que se deve compreender na sua real determinação de 1808, pela qual facultou aos seus fiéis vassalos deste Estado do Brasil estabelecer manufaturas de todo o gênero, e sem exceção de alguma revogando qualquer proibição, que houvesse a este respeito, com o fim de aumentar, e promover a indústria nacional, e de não tolher a qualquer a livre faculdade de aplicar-se a trabalhos decentes e lucrosos, a faculdade de poderem usar do seu ofício os ourives de ouro e prata desta Corte e mais partes do Brasil; e que se julgue abolida e levantada a proibição estabelecida na carta régia de 1766, ficando livre aos ourives de ouro e prata trabalhar nestes metais e negociar nas obras, que deles fizerem, como lhes convier.

– 24 –

Pelo alvará com força de lei, de 26 de setembro, foi Sua Alteza Real servido declarar a sua imediata e real resolução, de 29 de dezembro de 1814, tomada em consulta da Real Junta do Comércio, Agricultura, Fábricas e Navegação do Estado do Brasil e Domínios Ultramarinos, para ter lugar a disposição dela e a remessa para o juízo da provedoria dos ausentes, somente nas administrações, que, julgadas findas, não comparecerem por si, ou por seus bastantes procuradores, os herdeiros habilitados dos que falecem, tendo sociedade mercantil ou devendo a negociantes quantias dignas de atenção, a pedir o restante dos bens administrados: e declarar e ampliar os alvarás de 17 de junho de 1766, e de 1º de novembro de 1810,

com as providências que a experiência tem mostrado necessárias a respeito das mesmas administrações, comparecendo os herdeiros, etc.

– 25 –

No dia 30 de setembro, chegou de Lisboa, no navio *Faina*, excellentíssimo marquês de Campo Maior, Lorde Guilherme Carr Beresford; marechal dos exércitos de Sua Alteza Real, o Príncipe Regente Nosso Senhor, que o recebeu com o mais benigno e honroso acolhimento, devido ao valor e prestantes serviços de Sua Excelência, feitos a Sua Alteza Real e à nação portuguesa na guerra da Península, que há pouco terminara. Este sábio e valoroso general, havendo organizado e disciplinado o exército português, o levou por muitas vezes à vitória, mostrando à França e ao mundo inteiro, que os soldados portugueses, em coragem e disciplina militar, não eram inferiores às melhores tropas da Europa, pois que debaixo do seu comando, eles, em todos os encontros com o inimigo, colheram sempre louros e palmas, e alcançaram uma glória imortal para o príncipe, para a pátria, para o comandante e para si mesmos. A chegada de Sua Excelência a esta Corte foi de muito prazer para todos em geral, tanto militares como paisanos que à porfia procuravam a satisfação de conhecer um herói, a quem toda a nação portuguesa é tão obrigada; porém, sobretudo, foi altamente aplaudida pelos muitos companheiros de armas, que já se achavam nesta Corte, vindos de Portugal, depois que o nosso exército se recolheu à pátria, voltando triunfante do interior da França, até onde chegara o seu valor.

– 26 –

Por motivos políticos, mandou o Príncipe Regente Nosso Senhor passar, de Portugal para o Brasil, uma divisão deste mesmo valoroso exército; e nos primeiros dias de novembro, chegaram a este porto do Rio de Janeiro, alguns transportes que conduziram uma parte da dita divisão, que se compunha de tropas de cavalaria e artilharia, as quais o nosso augusto príncipe e senhor, mandou aquartelar da banda d'além, nos vastos armazéns da armação, na Praia Grande, havendo-se feito neles as necessárias acomodações para ali residirem, enquanto se demorarem no Rio de Janeiro; pois outro é o destino destas tropas, e das que ainda hão de vir, como a seu tempo veremos. Sua Alteza Real dignou-se de ir pessoalmente inspecionar estes seus valorosos soldados, e testemunhou os afetos de amor,

respeito e fidelidade que eles prestaram à sua real pessoa, como também o sumo prazer e contentamento que mostraram por se verem na augusta presença do soberano, para cujo serviço vieram todos, oferecidos voluntariamente; por cuja causa Sua Alteza Real quis, que se denominassem Voluntários Reais do Príncipe.

– 27 –

Por decreto de 11 de dezembro, o Príncipe Regente Nosso Senhor criou nesta Corte, um corpo de soldados veteranos, para o qual hão de passar os oficiais, oficiais inferiores e soldados dos regimentos de infantaria, cavalaria e artilharia, e também os da guarda real da polícia, que não estando nas circunstâncias de serem reformados, segundo a lei, forem, todavia, julgados só capazes de um serviço menos ativo, e que podem ser empregados nos destacamentos das fortalezas, registros, guarda de presos e outros serviços desta classe, em que até agora se empregavam os indivíduos dos regimentos, ou do corpo dos inválidos, que Sua Alteza Real mandou abolir. Constará este novo corpo de veteranos, de seis companhias, sendo uma delas de artilharia, etc.

– 28 –

Antes de concluirmos as *Memórias* do presente ano, no qual finda a segunda parte da primeira época, Felicidade do Brasil, vem muito a propósito, fazermos menção da Real Fábrica de Ferro, do morro do Pilar, na capitania de Minas Gerais e na comarca do Serro do Frio, da qual é fundador e diretor, o desembargador Manuel Ferreira da Câmara Betencourt, intendente-geral das minas e diamantes daquela comarca, por ser uma evidente prova do quanto tem prosperado o Brasil com a augusta presença do Príncipe Regente Nosso Senhor e do quanto os povos agradecidos sabem apreciar os dons que recebem da real mão de um soberano, que tanto se empenha em felicitá-los, promovendo os meios de engrandecer este Império Americano. Havendo, pois, o desembargador, intendente dos diamantes, recebido ordem de Sua Alteza Real para erigir uma fundição de ferro na comarca da sua intendência, estabeleceu-a sobre a montanha do Pilar, por ser quase toda ela uma pinha de variadas minas de ferro e por ter nos seus arredores grandes matas, espaçosas campinas de ricas pastagens para os animais necessários, águas em abundância e altas; e, sobretudo, por estar

quase em meio e à mão de toda a capitania, e perto de um braço do rio Doce, por onde se poderá bem estabelecer uma abundante e ativa exportação para os lugares marítimos de toda a costa do Brasil. Havendo decorrido seis anos, depois que se deu princípio à criação desta fábrica, chegou finalmente o presente ano de 1815, em que a Real Fábrica do morro do Pilar produziu uma suficiente quantidade de ferro, que se enviou para o arraial do Tijuco, para a mineração dos diamantes.

– 29 –

Esta remessa foi feita com muito aparato, pelos empregados naquela fábrica, e recebida pelo povo do Tijuco com extraordinário prazer; pois que todos sabiam bem avaliar as primícias de um estabelecimento tão importante e indispensável; a primeira fábrica nacional, que o Brasil via depois de trezentos e mais anos de conhecido e povoado, e que estava reservada, a sua fatura, para immortalizar (quando não houvesse outros títulos) o senhor D. João, que tão liberalmente deu aos seus vassallos a propriedade do ferro e a liberdade fabril de tão útil, necessário e precioso metal. Três carros carregados de barras de ferro se dirigiram ao Tijuco, por um caminho aberto de novo, tirado por meio de ásperas serranias (pois o lugar da fábrica dista vinte e cinco léguas ao sul do arraial), cuja viagem foi feita em seis dias: um quarto de légua, antes de entrar na povoação, na noite de 21 de outubro foram os carros encontrados por um numeroso concurso de cavaleiros, todos louçãos e em seus ginetes ricamente ajaezados. Os carros estavam ornados conforme ao tempo e lugar donde vinham, com enfeites campestres, cujos enramados se debruçavam sobre as barras: de mistura com estes ornatos da natureza, se divisavam outros com muita arte e gosto, devidos aos talentos de Caetano Luís de Miranda, oficial da contadoria dos diamantes. No primeiro carro, e na dianteira da enramada caixa, aparecia a Augusta efígie de Sua Alteza Real, rodeada de emblemas daquelas virtudes, que tanto ornam o seu trono; aos seus pés, uma cornucópia arrojava pelo chão, quantidade de moedas, decretos e decorações das ordens militares, e se liam os seguintes versos:

*Tot Tibi dent Superi, Princeps, quos poscimus annos,
Quot Tua nos implet dextera muneribus.*

Na parte posterior da mesma caixa, se via a Real Fábrica personalizada na figura de uma dama, levada por um gênio alado sobre cumiadas e picos de montes, a que sobrepujavam rolos de nuvens, trazendo na mão uma alâmpada de mineiros: em vista ao longe, no mesmo quadro, se viam esbarrancados, andaimes, escadas alviões, carretas e mais petrechos de mineração; e a letra, que dizia:

*Dono tanti operis spes inclyta surgit,
Aurea nunc vere ferrea sxcla dalbunt.*

– 30 –

O painel dianteiro do segundo carro representava o excelentíssimo marquês de Aguiar, ministro e secretário de Estado, tendo na mão a ordem régia, que mandara erigir a fábrica: no seu semblante reluzia a alegria por aquela ocasião do bem público. A letra do quadro era:

*Brasiliam extollens humeris, et maximus Atlas,
Et vigilans Argus, commoda nostra vides.*

No painel do verso era a fábrica, figurada na mesma dama, porém, em desmaio à vista das despedidas, setas contra o seu peito: o mesmo gênio a escuda e as setas caem despontadas ao seu lado; com a letra:

*Iadere te frustra tendunt, repelo timorem;
Nil horret qum te sustentat vivida dextra.*

Por baixo deste mesmo painel estão figuras de ciclopes muito afamados com os trabalhos da forja: querendo-se indicar a fábrica já produzindo ferro. Diz a letra:

*Nunc et divitiis plenus, nunc arte Cyclopum
Floret saxosus, qui modo collis erat.*

O terceiro carro mostrava no seu quadro dianteiro o mesmo gênio calcando a inveja, na figura de uma mulher feia, e descamada, que lançava serpes pela boca; com uma mão aponta-lhe para a bigorna, e martelo, e com a outra para o céu, aludindo às dificuldades já vencidas com a fatura do martelo, e a que do céu virão outros mais auxílios para fazer calar a mesma inveja: a letra é:

*Proteris Invidir dum tu, caicasque furorem
Lucida Faina tuum por gentes spargit honorem.*

No quadro posterior finalmente se representava a fábrica já criada, e concluída, debaixo da figura da mesma dama, porém de uma dama vigorosa com semblante alegre, e animado: o mesmo gênio a coroa de louros, e ela entorna de uma superabundante cornucópia dons de todas as qualidades feitos, e consequências da posse do ferro: dizia a letra:

*Emeritas tibi jure damus, en accipe grates,
Tu populo ubertatem, et opes, artesque reducis.*

– 31 –

Pouco antes de entrarem os canos no arraial se encontraram com o regimento miliciano, postado em ordem de batalha, e foi a real effigie recebida com os cortejos militares, salvando a arcabuzaria, e abatendo-se-lhe as bandeiras: o regimento acompanhou os carros ao som de uma marcha guerreira, executada por um instrumental completo. Ao assomar este cortejo sobre o cimo do monte, que domina o arraial, de todas as partes sobem, e atroam os ares mil foguetes de variadas invenções, e na terra lhe correspondem, e retumbam muitas salvas de roqueiras: a este sinal se iluminou toda a povoação, que saiu a receber o real retrato de Sua Alteza, o Príncipe Regente Nosso Senhor com mil vivas, e aplausos, a quem todos querem ver, e não se fartavam de admirar: “Este é o nosso soberano, que mandou fazer o ferro, diziam alguns, bem adiante vás!” “Eis aí outrora pedras, que ninguém sabia para o que prestavam, e hoje dão ferro!” exclamavam outros cheios de pasmo. E tanto das ruas, como das janelas subiam vivas ao soberano, que mandou fazer o ferro, interrompidos com o retinido do mesmo ferro nos saltos, e estremecimentos dos carros, que iam todos iluminados com brandões de cera; e desta maneira chegaram ao armazém da Real Extração Diamantina, onde descarregaram.

– 32 –

Não terminou nesta noite a festividade, ela foi prolongada pelo benemérito intendente, dando por três dias um lauto jantar; no primeiro à classe superior dos empregados na extração diamantina, à nobreza, e clero do arraial; no segundo ao corpo do comércio; no terceiro, aos empregados mecânicos da mesma extração: em todas estas noites houve sarau, vendo-

se na sala principal o retrato do conde de Linhares, D. Rodrigo de Sousa Coutinho, iluminado com distinção, e com esta legenda:

*“Ei-lo, que inda revolve n’alta mente
Fazer deste país Império forte;
Não o pôde acabar, que prematura
Corta-lhe o fio à vida a negra morte”.*

Concluiu-se a festa com o teatro na quarta noite; ao levantar-se o pano, apareceu em um trono o retrato de Sua Alteza Real, a cujos pés se via o rio Jequitinhonha na figura de um velho gênio, dizendo:

*“O claro diamante, ouro luzente,
Com que, Serranos, eu vos tenho ornado,
Tudo é nada ante o Príncipe Regente,
Do bem o maior bem, que vos foi dado”.*

E, assim que o afortunado, e pacífico Brasil viu em um recanto dos seus sertões em demasia alegres seus habitantes festejar as produções das artes, e ciências, rendendo mil graças ao grande, e augusto príncipe, que tantos bens liberaliza aos seus povos, e que lhes procura tantos motivos de prazer, e de gratidão pública.*

– 33 –

No dia 17 de dezembro Sua Majestade Fidelíssima a Rainha Nossa Senhora completou o 81 anos da sua tão preciosa vida, a cuja longevidade nenhum dos seus augustos predecessores havia chegado; e, apesar das habituais enfermidades, que Sua Majestade sofre, e que nos fazem re-
cear, que mais se agravem, e nos privem cedo da presença de tão amável, e augusta soberana, tanto o seu caro filho, o Príncipe Regente Nosso Senhor, com os seus leais vassalos europeus, e brasileiros, ardentemente desejam, que fosse imortal a sua existência. Portanto o presente dia natalício foi festejado com todas as demonstrações do respeito, e alegria nacional. As

* Estas notícias são extraídas de uma relação impressa no *Investigador Português*, nº 66, e copiadas quase pelas mesmas palavras, com pouca alteração, e omissão de cousas importantes. Na Real Biblioteca, logo à subida do primeiro lanço da escada, se vê na parede do lado esquerdo um painel, que representa esta fábrica com todas as suas oficinas, e vistas do país muito digno da atenção dos curiosos, e amantes da pátria.

salvas das fortalezas, e navios de guerra, três vezes repetidas segundo o costume, a grande parada no Terreiro do Paço, o asseio, e bizzarria, com que se apresentou a tropa de primeira, e segunda linha, as salvas, e descargas de alegria, os vivas, e aclamações, que as acompanharam; o numeroso concurso do povo, que veio presenciar, e aplaudir o festejo militar; a magnificência, com que o corpo diplomático, os grandes do Reino, a nobreza, e as pessoas mais distintas das diversas classes do Estado, se apresentaram no Real Palácio. para cumprimentar o Príncipe Regente Nosso Senhor, e ter a honra de beijar a sua real mão pelos faustíssimos anos de sua augusta mãe, a Rainha Nossa Senhora, assaz indicaram o quanto os portugueses respeitam, amam, e adoram a sua soberana.

– 34 –

Neste ditoso dia fez o Príncipe Regente Nosso Senhor muitas mercês aos seus vassallos, tanto do Reino de Portugal, como deste Estado do Brasil, e dos Domínios Ultramarinos. Nomeou Patriarca de Lisboa o principal Freire,* e proveu alguns lugares de principais, mosenhores, etc., da mesma Santa Igreja Patriarcal. Deu os títulos seguintes: de conde da Barca a Antônio de Araújo e Azevedo, ministro e secretário dos Negócios da Marinha, e Domínios Ultramarinos; de conde de Barbacena, ao visconde do mesmo titulo; de condessa de Anadia, a D. Maria Luísa de Sá Pereira; de visconde de Jurumenha, ao tenente-general Antônio de Lemos Pereira de Lacerda; de visconde do Real Agrado, a Inácio Xavier de Lemos Castelo Branco; de barão de Molelos, ao senhor do mesmo título, Francisco de Paula da Silva Tovar; nomeou marechal-general ao marquês de Campo Maior, lorde Beresford, marechal dos exércitos; concedeu a grã-cruz da Ordem de Santiago da Espada ao marquês de Borba, um dos governadores do Reino de Portugal; liberalizou outras muitas graças que seria longo enumerar.

– 35 –

Porém o que sobressai a tudo, e fará eternamente memorável nos fastos da América Portuguesa o glorioso dia 17 de dezembro deste ano de

* Não accitou.

1815, foi o mandar Sua Alteza Real, o Príncipe Regente Nosso Senhor publicar o beneficente, e esplêndido diploma, pelo qual com a mais iluminada, e liberal política fora servido no dia 16 antecedente elevar o Estado, e Principado do Brasil à graduação de Reino, e uni-lo aos Reinos de Portugal, e Algarves, formando todos três um só corpo político debaixo do título de – Reino-Unido de Portugal, e do Brasil, e dos Algarves. Este máximo benefício foi recebido por toda esta cidade do Rio de Janeiro com os mais expressivos sinais de prazer, e gratidão; e tanto na noite de tão plausível dia, como nas duas seguintes, toda a cidade espontaneamente se iluminou, soando por toda a parte os alegres repiques dos sinos, que agradável, e harmoniosamente festejavam a magnânima liberalidade do augusto soberano, e publicavam ao mesmo tempo o reconhecimento dos seus agradecidos vassallos: mas, como este reconhecimento foi geral por toda a extensão do Brasil, reservo para a Segunda Época destas *Memórias, Honra do Brasil*, a exposição das festas, e públicos testemunhos da gratidão dos brasileiros por tão relevante mercê, com que a real mão do nosso augusto príncipe, o senhor D. João asselou a honra do Brasil, elevando-o à preeminência de Reino.

– 36 –

Tais têm sido até agora os progressos, com que o Brasil, animado pela augusta presença do seu soberano, tem avançado em menos de oito anos na carreira da prosperidade. É certo que ainda tão cedo não poderá atingir ao ápice da grandeza política; pois a sua mesma extensão quase sem limites, e a falta de população proporcionada, retardará o seu progressivo aumento; e por consequência serão necessários muitos anos para que se povoe este imenso país; mas apesar disto, quanto não tem já mais crescido este gigante? Quanto não tem desenvolvido as suas forças? Tempo virá que, levantando-se forte, e robusto, assombre toda Terra com ciúmes e inveja de uns, pasmo, e admiração de outros, respeito, e temor de todos. Em eras menos afortunadas, quando o Brasil ora regido pelo antigo sistema colonial, a sua indústria reprimida, a sua agricultura de rotina, o seu comércio pouco ativo, e extenso, a sua população assaz diminuta, alguns políticos das nações estrangeiras não se envergonharam de escrever, que se Portugal conhecesse as imensas riquezas, que possuía nos seus domínios, especialmente do Brasil, e as soubesse aproveitar, seria necessário fazer-lhe guerra, para conservar o equilíbrio da Europa.

Outros, porém, mais humanos; agradeciam à Providência a nossa fatal ignorância e descuido, pois, se assim não fosse, todos os demais povos, que não tinham quinhão nesta grande terra americana, seriam muito infelizes. Que os diriam hoje, que temos a ventura de vermos entre nós um soberano tão extremoso pelo bem, e felicidade do Brasil, que tanto se interessa em aumentar as forças, e o esplendor deste nascente Império? Sim, que diriam os Bielfelds, os Lineus, e outros políticos antigos? E mesmo que dirá presentemente a Europa, vendo que um príncipe magnânimo, apenas chega a este país, procura levantá-lo do abatimento, em que jazia, dá-lhe novo vigor, e vida, influenciando com saudáveis reformas no seu melhoramento físico, político, e moral, e animando, quanto é possível, todos os ramos da prosperidade pública? Lentamente abençoarão juntamente conosco a mão liberal, e benfeitora, que opera tão grande prodígio; e, longe de se lembrarem das armas, para se opor à grandeza da monarquia portuguesa, ou de se reputarem infelizes pela nossa felicidade, quererão antes ter parte nela, uma vez que Sua Alteza real, o Príncipe Regente Nosso Senhor franqueou, e abriu os seus portos a todas as nações do orbe: e é de evidente interesse de todas terem paz, e amizade com a Coroa Portuguesa, para participar das riquezas, e produtos dos seus reinos, e domínios, por via de um comércio franco, legal, e de boa fé. E não é isto mesmo que temos experimentado, e visto desde que Sua Alteza Real chegou ao Brasil, e muito particularmente agora depois da paz geral? Não é isto mesmo o que tanto louvam os estadistas modernos da Europa, e confessam agradecidas todas as nações?

No ano de 1805 entraram no porto do Rio de Janeiro oitocentas e dez embarcações portuguesas: em 1806 seiscentas e quarenta e duas; em 1807 setecentas e setenta e sete; e apenas uma ou outra estrangeira demandava esta barra, para refrescar-se, e refazer-se de algumas avarias, que havia padecido na viagem, ou para fazer comércio ilegal; e de contrabando; mas logo que o Brasil foi abençoado com a real presença do seu soberano, e que souo pelo universo o diploma da franqueza do comércio, vimos com prazer, e admiração entrar no mesmo porto do Rio de Janeiro no ano de 1808 noventa vasos estrangeiros, além de setecentos e sessenta e cinco nacionais; no seguinte ano de 1809 oitenta e três estrangeiros, e oitocentos e vinte e dois

portugueses; no de 1810 quatrocentos e vinte e dois estrangeiros, e mil e duzentos e catorze portugueses*; e assim, pouco mais ou menos, o mesmo número de embarcações em os anos seguintes até ao de 1815. Esta afluente abundância de vasos mercantes, não só neste porto do Rio de Janeiro, como, no da Bahia, e Pernambuco, e à proporção nos demais do Brasil, é a prova mais convincente, o testemunho mais irrefragável do quanto o Brasil vai prosperando, e engrandecendo-se; e ao mesmo tempo demonstra que a Europa inteira, o mundo todo acolheu, aplaudiu, e se aproveita da generosa oferta, que lhes fez o magnânimo Príncipe Regente, o senhor D. João, abrindo os portos deste Estado, hoje felizmente Reino do Brasil, e franqueando o comércio dos seus vassallos, nele existentes, com todos os povos da Terra; pois que de todas as partes do globo habitadas por homens civilizados, industriosos, e comerciantes, concorrem tão grande cópia de estrangeiros a trazer-nos as produções do seu país, e da sua indústria, levando em retorno os produtos do nosso solo, e da nossa lavoura.

– 38 –

Já não é o Brasil um jardim fechado, e vedado ao resto dos mortais; já não é um país ignorado, e esquecido, já nele se recebem estrangeiros, que preferem habitá-lo, e viver debaixo da sombra do mais benigno príncipe da Terra; já vemos pisar com liberdade o seu terreno homens de diversas nações, que nos trazem as artes, as ciências, a indústria, as máquinas, e outros mil bens, de que abundam os povos da Europa; por eles se repartem sesmarias de terras incultas; a eles se permitem, e se concedem liberalmente todos os favores, e privilégios, de que gozam os próprios nacionais; eles compram, e vendem francamente, abrem lojas, e oficinas, estabelecem fábricas, edificam, casam-se, em uma palavra são tratados com doçura, carinho, e amor, ainda mesmo os de comunhão religiosa diferente da Católica Romana, que professamos; e, que mais é, os mesmos gentios, e pagãos **. Se tanto tem prosperado o Brasil em tempos tão calamitosos, e de uma tão diuturna, e calamitosa guerra, que assolou a Europa, e abrasou quase todo o globo, que esperança de prosperidade, e florescimento não devemos ter agora, que a paz, a doce paz, tão apetecida, uniu os povos com estreitos laços de amizade,

* Vide *Gazeta Extraordinária do Rio de Janeiro*, nº 3, de 25 de fevereiro de 1811.

** Os chinas, que grande número vieram de Macau, e se estabeleceram na Corte.

e amor? Agora que a iluminada política do melhor dos soberanos, o muito alto, e augusto senhor D. João, Príncipe Regente, consolidou a grandeza, e a estabilidade do Império Lusitano neste paraíso terreal, firmando realza na América, e concedendo ao Brasil a sublime graduação de Reino?

*Ah! Quando o Europeu subir um dia
Do rio Doce a rápida corrente;
Quando do Grande rio S. Francisco
As margens povoar a Lusa Gente,
Quando essas moles de madeira enormes;
Que o solo cobrem do Brasil inteiro,
Virmos tornadas em baixéis possantes,
Tendo do Luso o pavilhão guerreiro;
Quando fábricas mil virmos criadas,
Dando à indústria nacional auxílios
E do solo das Minas arrancadas
Matérias do que o ouro mais precioso;
Quando virmos, igual á Grão-Coimbra,
As Musas todas em São Paulo unidas;
De todas as Nações todas as Gentes
Nas Brasileiras plagas recebidas;
Finalmente traçado o heroico plano
Do grande vasto Império Lusitano;
Dirá, cheio de assombro,
O Brasileiro, o Europeu, o Luso,
Isto é que é ser Monarca, e que é ser Grande:
E Pedro, de que o Neva se glória,
Governando o Brasil que mais faria?
A Ásia, a África,
A Europa bélica,
Desde hoje a América
Respeitarão.*

.....
Índice onomástico
.....

A

ABOIM, Joaquim da Nóbrega Cam e – 322, 491
ABRANCHES, Miguel Antônio de Noronha (D.) – 515
ABREU, Mateus de (D.) – 335
AFONSO V (D.) – 351
AGUIAR (conde, marquês de) – Ver CASTRO, Fernando José de Portugal e
AGUIAR, José Caetano Ferreira de (doutor) – 494, 528
AGUIAR, Teodoro Ferreira de – 460
ALBUQUERQUE, José de Noronha Camões e (D.) – 321, 380, 413, 444, 479, 515
ALCÂNTARA, Pedro de (D.) – Ver PEDRO (D.)
ALEGRETE (marquês de) – Ver MENESES, Luís Teles da Silva e
ALEXANDRE (imperador) – 496, 519
ALMEIDA, Antônio Doutel de – 535
ALMEIDA, Antônio José da Cunha e (monsieur) – 378
ALMEIDA, José Maria de – 293
ALMEIDA, Maria de (D.) – 418
ALMEIDA, Rafael Botado de – 398
ÁLVARES, José Luís (procurador) – 302
ALVERCA (visconde de) – 497
AMARANTE (conde de) – 455
ANADIA (conde, visconde de) – Ver MENESES, João Rodrigues de Sá e
ANADIA (condessa de) – Ver PEREIRA, Maria Luísa de Sá

ANDALUZ (barão de) – 478
ANDRADE, Bernardino Freire de – 381
ANGEJA (marquês de) – Ver ALBUQUERQUE, José de Noronha Camões e
ARAÚJO, Antônio de Azevedo e – 322
ARAÚJO, José Maria de (D.) – 335
ARCOS (conde dos) – 285, 334, 381, 395, 396
ARRUDA (barão da) – Ver ESQUIVEL, Antônio Ramires
ARTOIS (conde de) – Ver CARLOS FILIPE
ASSECA (visconde da) – 535
ASSUNÇÃO, Maria da (D.) – 295
AVEIRO (conde de) – 513
AVELAR, João de Magalhães (doutor) – 529
AVINTES (conde de) – 500
AZEVEDO, Antônio de Araújo e – 529, 550
AZEVEDO, Francisco Ferreira de – 479
AZEVEDO, Joaquim José de – 322, 332, 378

B

BACELAR, Manuel Pinto – 479
BARBACENA (visconde, conde de) – 535, 550
BARBOSA, Januário da Cunha – 379, 528
BARBOSA, José de Oliveira (coronel) – 303
BARCA (conde da) – Ver AZEVEDO, Antônio de Araújo e

BARREIRO (conde de) – Ver SOUSA, Manuel José de
 BASTOS, Antônio de S. José (doutor) – 413
 BEIRA (princesa da) – 309
 BEIRA (príncipe da) – Ver PEDRO (D.)
 BELAS (marquês de) – Ver SOUSA, José de Vasconcelos e
 BELMONTE (conde de) – Ver CÂMARA, Vasco Manuel da
 BENEDITA, Maria Francisca (D.) – 288, 418, 474, 535
 BERESFORD, Guilherme Carr – 455, 497, 544, 550
 BETENCOURT, Manuel Ferreira da Câmara – 545
 BIELFELDS (os) – 552
 BITANCURT, Agostinho Petra – 301
 BOMBEIRO (conde de) – Ver SOUSA, Antônio Maria de Castelo Branco Correia e Cunha Vasconcelos e Sousa
 BONAPARTE, Napoleão – 342, 343, 367, 382, 400, 404, 496, 518, 520, 521, 523, 540, 541, 542
 BORBA (marquês de) – 478, 483, 513, 550
 BORGES DA SILVA – 554
 BOTELHO, Mariana Xavier (D.) – 321
 BOURBON (família) – 441
 BOURBONS (os) – 421, 422, 521
 BRAGANÇA (família) – 441, 467, 478
 BRAGANÇA, Maria Teresa Pedro Carlos de Bourbon e (D.) – 426
 BRAGANÇA, Pedro Carlos de Bourbon e (D.) – 295, 309, 313, 347, 348, 357, 374, 379, 415, 417, 462, 467, 469, 474, 485, 490, 491, 492, 503
 BRANCO, Álvaro Antônio de Noronha Abranches Castelo (D.) – 321, 380, 474

BRANCO, Inácio Xavier de Lemos Castelo – 550
 BRASIL (princesa do) – 309
 BRITO, Antônio Martins (escrivão) – 302
 BRITO, Manuel de Noronha e (D.) – 500
 BRITO, Marcos de Noronha e (D.) – 285, 334

C

CADAVAL (duque de) – Ver MELO, Miguel Álvares Pereira de
 CALDAS, Antônio de Sousa – 462
 CALEPPI, Lourenço (D.) – 364, 377, 404, 528
 CÂMARA, Francisco Antônio da Veiga Cabral da – 444
 CÂMARA, Francisco de Melo Manuel da (D.) – 335
 CÂMARA, Vasco Manuel da (D.) – 322, 381, 474, 483
 CAMPO MAIOR (marquês de) – Ver BERESFORD, Guilherme Carr
 CAPARICA (conde de) – Ver SILVEIRA, Francisco de Meneses da
 CARLOS III – 491
 CARLOS IV – 491
 CARLOS FILIPE – 521
 CARLOTA JOAQUINA (D.) – 295, 341, 413, 466, 526
 CARVALHO, Antônio José da Cunha Almeida e (monsenhor) – 322
 CARVALHO, Leandro José Marques Franco de – 453
 CARVALHO, Manuel de Almeida de (D.) – 335
 CARVALHOSA, João Diogo de Barros – 479
 CASTRO, Antônio José de (D.) – 380

CASTRO, Fernando José de Portugal e (D.) – 311, 322, 362, 377, 380, 443, 469, 474, 515, 547
CASTRO, Francisco de Almeida Melo e (D.) – 515
CASTRO, Francisco José do Canto e – 295
CASTRO, João de Almeida Melo e (D.) – 322, 377, 381, 443, 444, 484, 497, 516
CATARINA (D.) – 310
CAVALEIROS (conde de) – Ver MENESES, Gregório Ferreira d'Eça e
CERZIDAS (conde de) – 497
CONDEIXA (barão de) – 478
COSTA, Ana Francisca Maciel da (D.) – 497
COSTA, Antônio Correia da (coronel) – 303
COSTA, Armando Navarro da – 315
COSTA, Manuel Álvares da Fonseca e (coronel) – 303
COSTA, Manuel José da (vereador) – 302
COUTINHO, Francisco de Sousa – 322, 497
COUTINHO, José Caetano da Silva (D.) – 341, 345, 528
COUTINHO, José Caetano de Sousa (D.) – 334, 377
COUTINHO, Rodrigo de Sousa (D.) – 311, 322, 377, 380, 430, 443, 447, 474, 480, 549
CUNHA, Bárbara da (D.) – 418
CUNHA, Manuel da (almirante) – 381
CUNHA, Pedro Nolasco Pereira da (capitão) – 303

D

DÁLMATA (duque de) – 400

DÂMASO, Francisco de S. (frei) – 518
DÂMASO, Joaquim – 524
DAVI – 359
DE CORCEY (almirante) – 484
DECAEN – 397
DELARIVE – 315

E

ERVEDOSA (visconde de) – Ver SEPÚLVEDA, Antônio Correia de Castro e
ESLINGE (príncipe de) – 455
ESQUIVEL, Antônio Ramires – 483

F

FERNANDO VII – 519, 521
FERNANDOS (os) – 466
FERREIRA, Manuel Luís (coronel) – 303, 430
FICALHO (conde de) – Ver MELO, Francisco de
FIGUEIRA (conde de) – 474
FIGUEIREDO, Antônio José de – 398
FIGUEIRÓ (conde de) – Ver SOUSA, Luís de Vasconcelos e
FONSECA, Anacleto Elias da – 302
FORJAZ, Miguel Pereira (D.) – 484
FRANCISCO II (imperador) – 519, 521

G

GABRIEL (D.) – 491
GALVEIAS (conde das) – Ver CASTRO, João de Almeida Melo e
GAMA, Antônio de Saldanha da – 523, 539
GAMA, João de Saldanha da – 290, 291, 334
GAMA, Paulo José da – 336
GARÇÃO, Francisco de Bona Salema – 293

GONZAGA, Sebastião Gabriel Carlos
João José Francisco Xavier de Paula
Miguel Bartolomeu de S. Geminiano
Rafael – 310, 476, 477, 479, 485, 491

GRAÇA, Francisco João da (frei) – 398

GUEDES, Rodrigo Pinto – 529

GUIMARÃES, Manuel Pinheiro (vereador) – 302

H

HENRIQUE IV – 520, 541

HENRIQUES (os) – 466

HENRIQUES, Antônio José de Miranda – 479

HENRIQUES, Fernando Correia – 497

HILL, Francisco (secretário da Legação Britânica) – 378

HOLSTEIN, Pedro de Sousa (D.) – 523

HOMEM, Luís de Brito (D.) – 335

HORÁCIO – 320, 327, 344

HORTA, Antônio José da Franca e – 335

I

ISABEL MARIA (D.) – 289, 418, 474

J

JAIME (D.) – 321

JOÃO V (D.) – 353, 354

JOÃO VI (D.) – 298, 319, 321, 329,
331, 339, 344, 366, 382, 459, 465,
546, 551, 553, 554

JOÃO MANUEL (D.) – 295, 381

JORDÃO (general) – 512

JORGE III – 337

JOSÉ (D.) – 362, 492, 505

JOSÉ NARCISO – Ver MENESES, José
Narciso de Magalhães e

JOSÉ POLICARPO (frei) – 528

JOSIAS – 358

JULIÃO – Ver LEÃO, Julião Fernandes

JURUMENHA (visconde de) – Ver LACERDA, Antônio de Lemos Pereira de

L

LACERDA, Antônio de Lemos Pereira de – 550

LAVRADIO (família) – 418

LAVRADIO (marquês de) – Ver PORTUGAL, Antônio de Almeida Soares e

LEÃO, Julião Fernandes – 464, 508

LEE, Ricardo – 378

LENCASTRE, D. Antônio Coutinho de (governador e capitão-general) – 378

LENCASTRE, Juliana Xavier Botelho de (D.) – 321, 418

LIMA, José Caetano de – 296, 529

LINEUS (os) – 552

LINHARES (conde de) – Ver COUTINHO, Rodrigo de Sousa

LISBOA (Dr.) – 358

LOBATO, Francisco José Rufino de Sousa – 322, 381

LOBO, José Ferreira – 294

LÓCIO, Manuel João (D.) – 294

LOPES, Elias Antônio – 332

LOUZÃ (conde de) – 474, 500

LUCENA, Gaspar José de Matos Ferreira e (general) – 503

LUÍS XVI – 520

LUÍS XVIII – 519, 520, 521, 541

LUÍSES (os) – 466

LUMIARES (marquesa de) – Ver LENCASTRE, Juliana Xavier Botelho de

M

MADRE DE DEUS, Miguel da (frei) – 515

MÃE DOS HOMENS, Francisco da (frei) – 505

- MAGÉ (barão de) – 478
MAIOR, Francisco Manuel Souto – 293
MAIOR, Manuel da Cunha Souto – 295, 322, 444
MANUEL (D.) – 329
MARIA I (D.) – 304, 310, 317, 376, 445, 491
MARIA EUGÊNIA (D.) – 418
MARIA FRANCISCA (D.) – 288-289, 418, 474
MARIA ISABEL (D.) – 295, 418, 474
MARIA TERESA (D.) – 295, 415, 417, 432, 466, 469, 470, 474, 485, 491
MARIA, Ana de Jesus (D.) – 295
MARIANA (D.) – 288, 309, 500, 503, 504, 505
MARIANA VITÓRIA (D.) – 491, 505
MARMONT (marechal) – 496
MARQUES, Manuel (brigadeiro) – 396, 397, 429
MÁRTIRES, Bartolomeu dos (frei) – 497
MASCARENHAS, Francisco de Assiz (D.) – 336
MASSENA (marechal) – 443, 455, 496
MELO, Domingos de Azevedo Coutinho e (coronel) – 303
MELO, Francisco de – 478
MELO, Henrique de (coronel) – 303
MELO, Luís José de Carvalho e – 316
MELO, Miguel Álvares Pereira de (D.) – 294, 321, 380, 483
MELO, Pedro Maria Xavier de Ataíde e – 335
MENDONÇA, José Francisco de (D.) – 353
MENESES, Francisco da Cunha e – 484
MENESES, Gregório Ferreira d'Eça e (D.) – 294, 322, 381, 413, 474
MENESES, João Rodrigues de Sá e – 311, 322, 380, 405, 497
MENESES, José Maria Teles e (monsenhor) – 322
MENESES, José Narciso de Magalhães e – 335, 396, 397
MENESES, Luís Teles da Silva e – 321, 381, 455, 515, 518
MENESES, Manuel Carlos de Abreu e – 336
MENESES, Manuel de (D.) – 294
MENESES, Tomé José de Sousa Coutinho Castelo Branco e – 322, 381, 483, 513
MENESES, José Maria Teles e (monsenhor) – 322
MENONVILLE – 398
MIGUEL (D.) – 295, 309, 347, 374, 417, 440, 462, 474, 502, 503, 521
MIRANDA, Caetano Luís de – 546
MIRANDELA (visconde de) – Ver CÂMARA, Francisco Antônio da Veiga Cabral da
MOLELOS (barão de) – TOVAR, Francisco de Paula da Silva
MONTAURY, João Batista de Azevedo Coutinho de (marechal) – 322
MONTAURY, Marcos Antônio de Azevedo Coutinho de – 378
MONTE ALEGRE (visconde de) – Ver BACELAR, Manuel Pinto
MOORE, Graham (comodoro) – 378
MOREIRA, Luís da Cunha – 294
MOSQUEIRA, José de Oliveira Pinto Botelho e – 322
- N**
- NAPION, Carlos Antônio – 322, 484, 488
NAPOLEÃO – Ver BONAPARTE, Napoleão
NAZARÉ, Joaquim da (frei) – 479

NEGRO, Caetano Pinto de Miranda Monte – 335
 NERO – 404
 NORONHA, Antônio Soares de (D.) – 515
 NORONHA, Manuel de Almeida e (D.) – 515
 NORONHA, Pedro de (D.) – 381
 NUNO (D.) – 321

O

OEIRAS (conde de) – 492
 OLHÃO (marquês de) – 380
 OUSSELY, Gore (sir) – 430

P

PAIVA, Luís de Abreu Vieira e – 397
 PALMA (conde de) – 515, 518
 PALMELA (conde de) – 539
 PARATI (conde de) – Ver ABRANCHES, Miguel Antônio de Noronha
 PEDRO (D.) – 295, 301, 309, 313, 347, 356, 357, 374, 378, 379, 392, 417, 462, 474, 503, 513, 521
 PEDRO CARLOS (D.) – Ver BRANGANÇA, Pedro Carlos de Bourbon e
 PENICHE (conde de) – Ver NORONHA, Manuel de Almeida e
 PEREIRA, José Maria Dantas – 491
 PEREIRA, Luís de Castro (D.) – 336
 PEREIRA, Maria Luísa de Sá – 550
 PICANÇO, José Correia (cirurgião-mor) – 322, 484
 PINHEIRO, Raimundo José – 367
 PINTO, Francisco José – 507
 PIO VII (papa) – 404, 520, 527, 528
 PIRES, Francisco Xavier (vereador) – 302
 POIVRE, M. – 398
 POMBAL (marquês de) – 321, 380, 474, 483, 492, 515

POMBAL (marquês de) – 483
 POMBEIRO (conde de) – 381, 483
 PONTE (conde da) – Ver GAMA, João de Saldanha da
 PORTUGAL, Antônio de Almeida Soares e (D.) – 321, 381, 474, 500
 PORTUGAL, Manuel Francisco Zacarias (D.) – 515
 PORTUGAL, Marcos Antônio – 477
 PORTUGAL, Tomé Antônio de Vila Nova (desembargador) – 484
 PÓVOAS, João Damasceno (frei) – 497
 POVOLIDE (família) – 418
 PREGO, Henrique da Fonseca – 295

Q

QUINTELA, Inácio da Costa – 295, 529

R

REAL AGRADO (visconde do) – Ver BRANCO, Inácio Xavier de Lemos Castelo
 REAL, João de Sousa de Mendonça Corte – 322
 REAL, Nuno da Silva Telo de Meneses Corte – 513
 REDINHA (conde de) – 515
 REDONDO (conde de) – Ver MENESES, Tomé José de Sousa Coutinho Castelo Branco e
 REDONDO (família) – 418
 RESENDE, Manuel Pacheco de – 515
 RESGATE, Maria do (D.) – 418
 RIO SECO (barão do) – 515
 RODOVALHO, Antônio da Santa Úrsula (frei) – 413

S

S. JOSÉ, Cipriano de (D.) – 336
 S. JOSÉ, Joaquim de (frei) – 312

- S. LOURENÇO (barão de) – Ver TARGINI, Francisco Bento Maria
- S. SALVADOR (baronesa de) – 497
- SABUGOSA (marquês de) – 515
- SACRA FAMÍLIA, Alexandre da (frei) – 497
- SALOMÃO – 358
- SAMPAIO, Duarte Mendes de – 314
- SAMPAIO, Francisco de Santa Teresa (frei) – 493, 527
- SANTA ESCOLÁSTICA, José de (D.) – 290, 335
- SANTARÉM (visconde de) – Ver CARVALHOSA, João Diogo de Barros
- SÃO MIGUEL (marquesa de) – Ver BOTELHO, Mariana Xavier
- SARMENTO, João de Barros Pereira do Lago (brigadeiro) – 303
- SCHOMBERG, Carlos – 378
- SEBASTIÃO (D.) (infante) – Ver GONZAGA, Sebastião Gabriel Carlos João José Francisco Xavier de Paula Miguel Bartolomeu de São Germaniano Rafael
- SEPÚLVEDA, Antônio Correia de Castro e – 535
- SEPÚLVEDA, Manuel Jorge Gomes de – 484
- SIGISMUNDO (D.) – 321
- SILVA, Amaro Velho da – 302
- SILVA, João Pereira da – 316
- SILVA, Joaquim José da (brigadeiro) – 323
- SILVA, Manuel Vieira da (físico-mor) – 322, 378, 400
- SILVA, Nuno Telo da – 321, 380, 483, 503
- SILVEIRA (general) – 455
- SILVEIRA, Francisco de Meneses da (D.) – 322, 381, 417, 474, 515
- SILVEIRA, Joaquim Lodo da (D.) – 523, 539-540
- SKELATER, João Forbes (tenente-general) – 322, 343
- SMITH, Sir Sidney (contra-almirante) – 337, 378
- SOLEDADE, Antônio Vieira da – 494
- SOULT (marechal) – 400
- SOUSA, Antônio Maria de Castelo Branco Correia e Cunha Vasconcelos e (D.) – 322
- SOUSA, Diogo de (D.) – 463, 479, 497
- SOUSA, Filipe Pinto da Cunha e – 301
- SOUSA, Francisco Maximiliano de (capitão) – 286
- SOUSA, José de Vasconcelos e (D.) – 321, 380, 482, 483, 515
- SOUSA, Luís de Vasconcelos e – 377, 531
- SOUSA, Manuel José de (D.) – 417
- SOUSA, Tomé José de – Ver MENESES, Tomé José de Sousa Coutinho Castelo Branco e
- SOUZEL (visconde de) – Ver HENRIQUES, Antônio José de Miranda
- STRANGFORD (visconde) – 378, 430

T

- TARGINI, Francisco Bento Maria – 479
- TELES, Pedro Vieira da Silva – 484
- TELO, Joana da Silva (D.) – 515
- TEMÍSTOCLES – 542
- TEODÓSIOS (os) – 466
- TONELET, Camilo Maria (brigadeiro) – 303
- TORRE BELA (visconde de) – Ver HENRIQUES, Fernando Correia
- TORRES NOVAS (marquês de) – Ver BRANCO, Álvaro Antônio de Noronha Abranches Castelo

562 Luís Gonçalves dos Santos

TORRES VEDRAS (marquês de) – 478, 497

TORRES, Joaquim José Monteiro (major-general) – 295, 484, 515, 529

TOVAR, Francisco de Paula da Silva – 550

TRANCOSO (conde de) – 455, 497

V

VAGOS (marquês de) – Ver SILVA, Nuno Telo da

VAGOS (marquesa de) – Ver TELO, Joana da Silva

VALADA (marquês de) – 515

VALADARES (família) – 418

VASCONCELOS, Antônio José da Cunha e (monsenhor) – 322

VASCONCELOS, Bernardo José da Cunha Gusmão e (desembargador) – 378

VASCONCELOS, Joaquim Epifânio de (capitão-tenente) – 429

VIANA, Armando Martins – 349

VIANA, Paulo Fernandes (desembargador) – 343, 378, 392, 432

VIEGAS, Gregório José – 524

VIEIRA DA SILVA TELES (padre) – 322

VIMEIRO (conde de) – 455, 478

VIRGÍLIO – 307, 327

VITÓRIA (duque da) – 497

W

WALCHER, Diogo (comandante) – 378

WELLESLEY, Artur – 375, 400

WELLINGTON – 443, 455, 496, 497, 512, 519, 541

WESTERN, Tomás (comandante) – 378

X

XAVIER, Luís Estanislau – 520

Memórias para servir à História do Reino do Brasil,
de Luís Gonçalves dos Santos, foi composto em Garamond,
corpo 12/14, e impresso em papel vergê areia 85 g/m², nas oficinas da
SEEP (Secretaria Especial de Editoração e Publicações), do Senado Federal,
em Brasília. Acabou-se de imprimir em março de 2013, de
acordo com o programa editorial e projeto gráfico do
Conselho Editorial do Senado Federal.